

ESTUDOS & ANÁLISES

DOCUMENTAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES

2

ESTATÍSTICAS NAS AMÉRICAS

POR UMA AGENDA DE ESTUDOS HISTÓRICOS COMPARADOS

NELSON SENRA E
ALEXANDRE DE PAIVA RIO CAMARGO



Estatísticas nas Américas

Nelson de Castro Senra e Alexandre de Paiva Rio Camargo
(organizadores)



Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão
Paulo Bernardo Silva

**INSTITUTO BRASILEIRO
DE GEOGRAFIA E
ESTATÍSTICA - IBGE**

Presidente
Eduardo Pereira Nunes

Diretor Executivo
Sérgio da Costa Côrtes

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Wasmália Socorro Barata Bivar

Diretoria de Geociências
Luiz Paulo Souto Fortes


Diretoria de Informática
Paulo César Moraes Simões

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Sérgio da Costa Côrtes (interino)

UNIDADE RESPONSÁVEL

Centro de Documentação e Disseminação de Informações



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Estudos e Análises
Documentação e Disseminação de Informações
número 2

Estatísticas nas Américas

Por uma agenda de estudos históricos comparados.

Nelson de Castro Senra e Alexandre de Paiva Rio Camargo
(organizadores)

Rio de Janeiro
2010



Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISSN 1807-5363 (CD-ROM)

ISSN 1807-5355 **Estudos e análises**

Divulga estudos de caráter investigativo ou descritivo, a partir dos resultados de uma ou mais pesquisas, de autoria pessoal, que expressam opiniões e guardam analogia de forma e conteúdo com trabalhos acadêmicos. A série Estudos e análises está subdividida em: Informação Demográfica e Socioeconômica, Informação Econômica, Informação Geográfica e Documentação e Disseminação de Informações.

ISBN 978-85-240-4109-9 (CD-ROM)

ISBN 978-85-240-4108-2 (meio impresso)

© IBGE. 2010

Os artigos apresentados nesta publicação são oriundos dos debates realizados em sessões na Latin American Studies Association - LASA e no IBGE, em 2009, na cidade do Rio de Janeiro. Os textos não foram submetidos à revisão bibliográfica ou de qualquer natureza, e as opiniões emitidas são de inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do IBGE.

Elaboração do arquivo PDF

Roberto Cavararo

Produção da multimídia

Márcia do Rosário Brauns

Marisa Sigolo Mendonça

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Capa

Marcos Balster Fiore e Eduardo Sidney - Coordenação de Marketing/
Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI




Sumário

Apresentação

Introdução/Introduction

Debates na LASA e no IBGE / Debates at LASA and IBGE

1ª parte: Abordagens historiográficas

- 1 L'Histoire de la statistique canadienne dans une perspective internationale et panaméricaine.
Jean-Pierre Beaud e Jean-Guy Prévost
 - 2 La historia de la estadística en las universidades y en los institutos nacionales de estadística. El caso argentino.
Hernán Otero
 - 3 La elite estadística y el estado argentino (1869-1947).
Hernán González Bollo
 - 4 Las estadísticas argentinas como objeto de estudio. Ejercicio de formalización de una experiencia de investigación histórica.
Claudia Daniel
 - 5 Informação estatística como forma de saber e fonte de poder, moldura teórica do 'Projeto História: 1822-2002' no IBGE
Nelson de Castro Senra
- 

6 Historiografia de um objeto multifacetado

Alexandre de Paiva Rio Camargo

2ª parte: Narrativas sócio-históricas: Estado e instituições

7 Las estadísticas oficiales en la prensa escrita porteña (Argentina, 1890-1930).

Claudia Daniel e Hernán González Bollo

8 Estatísticas brasileiras: importância nos estudos sociais e na demografia histórica.

Alexandre de Paiva Rio Camargo

9 Síntese da 'História das estatísticas brasileiras: 1822-2002' feita no IBGE, com sugestões de pesquisas.

Nelson de Castro Senra

10 Classificações raciais e formação do campo estatístico no Brasil (1872-1940)

Alexandre de Paiva Rio Camargo

11 Censos nacionais brasileiros: da estatística à demografia.

Tarcísio Rodrigues Botelho

3ª parte: Narrativas sócio-históricas: ciência e técnica

12 Los censos en el siglo XVIII. El caso del censo novohispano de 1790: discusiones sobre inferencia estadística.

Leticia Mayer

13 La vida y su valor a discusión: juicios médicos y cálculos de probabilidades entre médicos mexicanos del siglo XIX.

Laura Cházaro

4ª parte: Como seguir adiante?

14 Sociologia, sínteses teóricas e a conformação de uma agenda de pesquisas sobre estatísticas públicas no Brasil.

Renato Sérgio de Lima

- 15 O futuro da pesquisa histórica no IBGE (e no Brasil).
Nelson de Castro Senra
- 16 As estatísticas brasileiras e a demografia histórica.
Tarcísio Rodrigues Botelho
- 17 Reflexiones sobre algunos estudios en historia de las
probabilidades y las estadísticas en México.
Leticia Mayer
- 18 Puntos de llegada que son puntos de partida. El estudio
histórico de las estadísticas en Latinoamérica y la
proyección de un horizonte comparativo
Claudia Daniel

5ª parte: Trajetórias intelectuais

- 19 Entrevista com Hernán Otero
*Realizada por Nelson de Castro Senra e a Alexandre de Paiva
Rio Camargo*
- 20 Entrevista com Jean-Pierre Beaud
Realizada por Hernán Otero.

Abstracts

Sobre os autores

a apresentação

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, por este Centro de Documentação e Disseminação de Informações, edita neste livro textos recentes sobre a pesquisa histórica das estatísticas. Parte foi feita para uma das sessões da Latin American Studies Association – LASA 2009, no Rio de Janeiro, e parte para sessão havida no próprio IBGE, ambas abordando as estatísticas em perspectiva histórica. O debate realçou o estado atual das pesquisas históricas da atividade estatística, sejam as feitas nas instituições estatísticas, sejam as feitas em ambiente acadêmico; assim, quatro países, – Argentina, Brasil, Canadá e México –, revelaram suas realidades históricas. E para além das histórias contadas, e bem contadas, com método e com paixão, ficou uma idéia de valor: o haver, em breve tempo, uma agenda de estudos históricos comparados, associando esses e outros países.

Dos debates emergiu uma diferença importante, entre os países. No Brasil, uma ampla pesquisa histórica das estatísticas encontrou melhor abrigo no IBGE, sendo poucos os estudos na academia. Ao contrário, noutros países, ocorrem estudos em ambientes acadêmicos, e as instituições estatísticas nacionais, quando muito, dão seu apoio, ora patrocinando seminários, ora promovendo a recuperação de documentos históricos. Compreender essa diferença exigirá atenção, mas uma razão inicial parece resultar de ser o IBGE o depositário da memória estatística brasileira, desde os tempos do Império, de cuja tradição é herdeiro legítimo, e não ter, ainda, conseguido publicizá-la amplamente; em outros países, ao que parece, esses documentos estão depositados em arquivos públicos nacionais.

Enfim, nessas sessões, demos mais um passo na continuação da pesquisa histórica no IBGE. Pouco a pouco, vimos conquistando credibilidade e legitimidade nessa atividade, somando-a às atividades que já nos são tradicionais: a produção das informações estatísticas e geográficas brasileiras. Nessa linha nos propusemos a organizar esse livro; por ele, mais uma vez, convidamos os acadêmicos brasileiros a uma parceria conosco. Por demais, convidamos as instituições congêneres, em

outros países, a participarem da pesquisa histórica das estatísticas (ou da atividade estatística; e sempre que próprio, como no caso do IBGE, também da atividade geográfica e cartográfica, e afins). Por essas pesquisas, não reste dúvida, mais e melhor revelamos nossas histórias nacionais.

David Wu Tai

Coordenador Geral do
Centro de Documentação e Disseminação de Informações

introdução Introduction

Debates na LASA e no IBGE

Debates at LASA and IBGE

Nas três últimas décadas, mundo afora, as estatísticas se tornaram objeto de estudo, atraindo a atenção de pesquisadores das mais diversas formações: demografia, economia, história, filosofia, saúde coletiva, sociologia, antropologia, ciência política, ciência da informação, entre outras. Foi algo novo, já que o comum era tomar-se as estatísticas como meio de análise, servindo-se delas para a formulação, o acompanhamento e a avaliação de políticas públicas, para amparar decisões no mundo dos negócios, bem assim, os interesses dos acadêmicos, na elaboração de hipóteses de trabalho, validando-as ou negando-as, dessa forma, confirmando ou refutando os postulados científicos. Nessas ocasiões, todo usuário ou estudioso cuidadoso, debruça-se sobre as metodologias das pesquisas geradoras daquelas estatísticas, de

During the last three decades, throughout the world, statistics have become an object of study, drawing attention from researchers of diverse areas: demography, economy, history, philosophy, public health, sociology, anthropology, political science, information science, among others. Prior to that, statistics were taken as a means of analysis, used to formulate, follow, and evaluate public policies, in order to support business decisions and academic interest, to elaborate hypotheses of work, confirming or refusing them, as well as scientific postulates. In such occasions, all careful users or analysts examine the methodologies that generated those statistics, so as to verify their boundaries of accomplishment, highlighting limits and potentials. Within this context, it was something

modo a verificar suas fronteiras de realizações, fazendo emergir suas limitações e potencialidades. Então, em meio a essa situação dominante, tomar as estatísticas como objeto de estudo, vendo-as em suas intimidades, e nas intimidades das instituições que detêm ou disputam o monopólio de sua produção e análise, foi algo de fato novo. Trata-se de um novo recorte epistemológico, que avança na construção social de um conhecimento, o conhecimento de como as sociedades quiseram se ver, e de como, no amparo das ciências e das técnicas, puderam se ver pelos números e agregações estatísticas. Desses estudos, não raro, emergem melhores apreensões das histórias nacionais, quando não mesmo completas revisões delas, com novos enfoques e aportes historiográficos.

Falar no estudo das estatísticas significa falar do estudo das trajetórias das instituições estatísticas, das tradições nacionais dos sistemas de classificação e mensuração, da cultura científica de um grupo distinto de profissionais, sem esquecer a utilização social das estatísticas como exercício ou contestação das formas de dominação. Uma perspectiva analítica desta ordem implica discutir as *razões* de terem sido feitas e os *modos* como foram feitas e apropriadas as estatísticas, seguindo uma extensa gama de contribuições teóricas, que buscam desnaturalizar conceitos e categorias de percepção da realidade, para ampliar a compreensão sobre a racionalidade dos processos científicos. Imbuídos deste fim, diversos estudos pioneiros sobre as estatísticas fizeram

new to take statistics as an object of study, closely watching them and the institutions that produce and analyze them. This new epistemological approach progresses towards the social construction of knowledge, for insights into how societies wanted to see themselves, and how, helped by sciences and techniques, they were able to see themselves through numbers and statistical aggregations. These studies generally originate better apprehensions of national histories, at times complete reviews on them, with new focuses and historiographic contributions.

The study of statistics comprise the trajectories of statistics institutions, national traditions of classification and measurement systems, the scientific culture of a group of professionals, and the social use of statistics to exercise or deny forms of domination. Such an analytical perspective involves discussing why and how statistics were produced, following a wide range of theoretical contributions that try to denaturalize concepts and categories of reality perception to better understand the rationality of scientific processes. To this end, several pioneer studies on statistics used different theoretical references, such as Michel Foucault's archaeology of knowledge, Pierre Bourdieu's market of symbolic goods, and Bruno Latour's ethnography of science. Authors like Alain Desrosières, Theodore Porter, Ian Hacking, Nikolas Rose, Donald Mackenzie, Stephen Stigler, Joseph

uso de diferentes referências teóricas, tais como a arqueologia do saber de Michel Foucault, o mercado de bens simbólicos de Pierre Bourdieu e a etnografia da ciência de Bruno Latour. Autores como Alain Desrosières, Theodore Porter, Ian Hacking, Nikolas Rose, Donald Mackenzie, Stephen Stigler, Joseph Duncan, Margo Anderson, entre outros, são referências obrigatórias nessas contribuições. Em tais iniciativas, é comum haver foco na análise histórica (nem sempre, vale frisar, feita por historiadores de formação, com seus métodos próprios).

Como seja, esses diferentes enfoques, essas distintas formas de ver, apreender e resolver problemas, pedem, exigem mesmo, diálogo, de modo a serem ampliados em significação; se isso é fato num mesmo país, configurando uma comunidade de interesses, formulando redes sociais de pesquisadores, mais ainda o será entre países. E promover estudos entre países, fazendo enfoques comparados, é algo de valor, bastante tentador; por eles, evitam-se os anacronismos, ampliam-se os horizontes, ganha-se densidade na compreensão dos casos particulares. Do mesmo modo, assumem contornos mais nítidos as temporalidades específicas de cada Estado, de cada sociedade, bem assim as influências mútuas entre os países de uma mesma região. Estudos nacionais e estudos regionais precisam ser estimulados e viabilizados. Sem dúvida, um desafio a ser enfrentado. Não é tarefa fácil transitar nesses espaços, até mesmo nos espaços nacionais. Contudo, ao contrário

Duncan, Margo Anderson, among others, are mandatory references. In those initiatives, focus is commonly placed on historical analysis (not always performed by professional historians, with their characteristic methods).

Those different approaches, the distinct ways of seeing, apprehending and solving problems, demand dialogue to carry meaning, not only within the same country but among countries, representing a community of interests, and formulating social networks of researchers. Stimulating studies among countries, applying comparative approaches, is worthwhile and tempting: anachronisms are avoided, horizons are broadened, and a more solid understanding of individual cases is achieved. Likewise, specific temporary natures of each State or society, as well as mutual influences exerted by countries of a same region, are more clearly outlined. National and regional studies need to be stimulated and made feasible, what is surely an exciting challenge. It is not an easy task to move through these realms, not even within the countries. However, going beyond frontiers, rather than dispersing efforts, may strengthen national studies, helping to shape a solid and consistent research field.

In the Americas, unfortunately, there are not so many studies, either national or regional, as in Europe, for example. Yet, there are valuable ones,

do que parece à primeira vista, superar as fronteiras, em lugar de ser uma dispersão de esforços, pode bem ser um fator de estímulo e de fortalecimento aos estudos nacionais, contribuindo na conformação de um campo de pesquisa sólido e consistente.

Nos países americanos, infelizmente, não há tais estudos, sejam os nacionais, sejam os regionais, na abundância que já se encontra em outros países, em especial os europeus. Não obstante, há estudos valiosos, feitos por estudiosos extremamente competentes. Em cada país, as comunidades de especialistas, voltadas a esses estudos, ora são sólidas, e unidas, ora são dispersas, e pouco falam entre si; mas, em geral, são pequenas, ainda em formação. A razão disso, de fundo histórico, por certo estará revelada nas pesquisas históricas, mostrando, a cada tempo, os modos de ver as estatísticas e os modos de ver o Estado e a sociedade através das estatísticas, entendidas como instrumento cognitivo e administrativo.

Há estudos em vários espaços, cada um marcando um olhar específico sobre as estatísticas: universidades, centros acadêmicos e institutos nacionais de estatística. Os casos predominantes, todavia, são os de iniciativa acadêmica, contando algumas vezes com o apoio das instituições estatísticas, ora com recursos, ora com estímulos intelectuais, ora com recuperação de acervos documentais, facilitando o acesso aos estudiosos. Esses espaços, isolados ou em parceria, terão agendas

conducted by extremely qualified scholars. In each country, expert communities concerned with those studies are sometimes close-knit, sometimes loose, but are in general small, still being organized. The reason for this fact will be revealed in historical researches, showing the ways of seeing statistics and of seeing the State and society through statistics, understood as a cognitive and administrative instrument.

There are several research units, each one providing a specific look on statistics: universities, academic centers, and national institutes of statistics. Most, however, are academic initiatives, sometimes counting on the support from statistics institutions either with resources, intellectual stimuli, or the recovery of document collections, facilitating access to scholars. Isolated or jointly, those units will have their own agenda of researches that, although reflecting specific interests, will benefit greatly from frank open dialogues, and willingness to collaborate, either nationally or regionally.

In 2008, trying to establish a first dialogue among countries in the Americas, Hernán Otero, from Argentina, had the idea to hold a session at Latin-American Studies Association - LASA. It would take place in 2009, in Rio de Janeiro, Brazil, aiming to discuss "Latin American statistics from a historical perspective".

próprias de pesquisas, que, ainda assim, embora reflitam interesses específicos, muito ganham se houver diálogos, francos e abertos, com disposição de colaboração, seja no âmbito nacional, seja no regional.

No sentido de promover um primeiro diálogo entre os países das Américas, Hernan Otero, da Argentina, teve em 2008 a idéia de promover uma sessão na Latin American Studies Association – LASA, que iria se realizar em 2009 no Rio de Janeiro, Brasil, com vistas a se discutir “As estatísticas latino-americanas em perspectiva histórica.” Ele levou sua idéia a diversos pesquisadores da própria Argentina, do Brasil, do Canadá, do México, que de pronto lhe deram apoio. Dessa forma, tendo uma relação de pessoas e temas, enviou uma proposta de sessão aos dirigentes da LASA 2009, que a aceitaram. A sessão foi então marcada para ocorrer na sexta-feira, 12 de junho, ao final da tarde.

A sessão foi coordenada por Jean-Pierre Beaud, do Canadá, e teve textos de Hernán González Bollo e Claudia Daniel, da Argentina, de Letícia Mayer, do México, de Tarcísio Rodrigues Botelho e Nelson de Castro Senra, do Brasil. Feitas as exposições, em curto tempo, Hernán Otero as comentou brevemente, fazendo críticas e oferecendo sugestões, após o que, quase não restou tempo para debates entre os presentes. Tudo se deu em apenas duas horas, num passar rápido do relógio.

He made his suggestion to several researchers in Argentina, Brazil, Canada, and Mexico, and was readily given the go-ahead. Having a list of people and themes, he submitted a proposal to LASA-2009 directors, who approved it. The session was set for June 12.

Headed by Jean-Pierre Beaud, from Canada, the session had the participation of Hernán González Bollo and Claudia Daniel, from Argentina; Leticia Mayer, from Mexico; Tarcísio Rodrigues Botelho and Nelson de Castro Senra, from Brazil. Hernán Otero commented upon their brief explanations, offering suggestions, after what there was almost no time for discussion. Everything happened in no more than two hours.

Understanding beforehand that the session would be very short, with time neither to open discussion nor to establish a minimal contact for participants to exchange experiences, an idea grew to extend that event.

Nelson de Castro Senra, in a visit to Argentina, in January 2009, met Claudia Daniel, with whom he had already exchanged e-mails (on her initiative, searching for regional dialogue about her studies), and suggested that they had a whole day for discussion at IBGE two days before LASA-2009.

Já se sabendo que o tempo da sessão seria muito curto, não havendo condições de se avançar nos debates, muito menos de permitir um convívio mínimo entre os participantes, de modo a trocarem suas experiências, surgiu a idéia de se alongar aquele evento.

Foi quando Nelson de Castro Senra, em visita a Argentina, em janeiro de 2009, se encontrou com Claudia Daniel, com quem já havia trocado mensagens eletrônicas (por iniciativa dela, em busca de diálogo regional para seus estudos), e sugeriu que se fizesse na antevéspera da LASA 2009 todo um dia de debates no IBGE.

A idéia foi prontamente apoiada, com entusiasmo. Levada ao diretor do Centro de Documentação e Disseminação de Informações, do IBGE, David Wu Tai, obteve imediata aprovação. Teria que ser em 10 de junho, já que 11 seria feriado nacional de *Corpus Christi*, e os prédios do IBGE estariam fechados. Restava poder contar com o aceite de todas as pessoas integrantes da referida sessão da LASA, e o convite foi feito por Hernán Otero, por ter maior familiaridade com todas aquelas pessoas. Todas aceitaram prontamente, se dispondo a chegar ao Brasil um dia antes, em 9 de junho, o que de fato ocorreu.

Além das sete pessoas já referidas, quatro outras foram convidadas a participar do encontro no IBGE: Wanderley Guilherme dos Santos (cientista político), Renato Sérgio de Lima (sociólogo), Luiz Antônio

The idea was promptly welcomed, and then approved by the director of the Center for Information Documentation and Dissemination of IBGE, David Wu Tai. It had to be on June 10, because the 11th would be a national holiday and IBGE buildings would be closed. We expected to count on the acceptance by all members of the LASA session. Hernán Otero was responsible for the invitation, because he was acquainted with all those people, who immediately accepted it. They prepared themselves to and did arrive in Brazil one day before, on June 9.

Besides the seven people already mentioned, another four were invited to take part in the meeting at IBGE: Wanderley Guilherme dos Santos (political scientist), Renato Sérgio de Lima (sociologist), Luiz Antônio Pinto de Oliveira (demographer) and Alexandre de Paiva Rio Camargo (historian). They enriched the debate with their participations.

Wasmália Bivar, director of surveys at IBGE, opened the works in the morning. There were two conferences: Hernán Otero and Jean-Pierre Beaud talked about experiences in Argentina and Canada, respectively, of historical research on statistics, from a pan-American perspective. A special session with Wanderley Guilherme dos Santos, Tarcísio Rodrigues Botelho and Luiz Antônio Pinto de Oliveira

Pinto de Oliveira (demógrafo) e Alexandre de Paiva Rio Camargo (historiador). Por suas participações, enriqueceram os debates.

Na parte da manhã, após a abertura dos trabalhos, feita por Wasmália Bivar, diretora de pesquisas do IBGE, houve duas conferências: de Hernán Otero e de Jean-Pierre Beaud, abordando as experiências da Argentina e do Canadá, respectivamente, na condução da pesquisa histórica das estatísticas, fazendo-o numa perspectiva pan-americana. Fechou a manhã uma sessão especial, debatendo a importância das estatísticas brasileiras nos estudos sociais e na demografia histórica, com Wanderley Guilherme dos Santos, Tarcísio Rodrigues Botelho e Luiz Antônio Pinto de Oliveira.

Na parte da tarde, em dois grupos, os hispano-hablantes (Hernán González Bollo, Claudia Daniel e Letícia Mayer) e os luso-falantes (Nelson de Castro Senra, Renato Sérgio de Lima e Alexandre de Paiva Rio Camargo), expuseram experiências acumuladas, focando reflexão sobre seus ambientes de pesquisa, desta forma comparando os problemas, objetos e abordagens das experiências acadêmicas e das experiências institucionais (com realce às realizações do IBGE).

Ao fim, pela riqueza das exposições, ficou clara a potência de estudos históricos comparados. Contudo, por falta de tempo, não foi possível, naquele momento, definir

closed the morning, discussing the importance of Brazilian statistics to social studies and historical demography.

In the afternoon, two groups, Spanish-speakers (Hernán González Bollo, Claudia Daniel and Leticia Mayer) and Portuguese-speakers (Nelson de Castro Senra, Renato Sérgio de Lima e Alexandre de Paiva Rio Camargo), offered reflections upon their research environments, comparing problems, objects and approaches of academic and institutional experiences (highlighting IBGE accomplishments).

The rich explanations demonstrated the power of comparative historic studies. However, because of the lack of time, it was not possible to set a common working agenda. This has proved itself difficult due to the volume of presented information and the differences among perception frameworks for statistics. Moreover, interchanges limited themselves to oral explanations. A key issue remained open: how to move ahead towards a future agenda?

So a proposal for this book was considered. Everybody approved it, accepting to transform the explanations at IBGE in texts. Those texts produced for LASA-2009 would be added to these new ones, after revision by the authors. A text by Laura Cházaro, from México, was also included. Opportune interviews

uma agenda comum de trabalho. Isso se mostrou por demais difícil, em face das muitas informações apresentadas e das diferenças entre as grades de percepção das estatísticas. Afora que os intercâmbios reduziram-se às exposições orais. Uma questão central permanecia aberta: como caminhar no sentido de uma agenda futura?

Foi então que, pelo IBGE, sugeriu-se a elaboração deste livro. Todos apoiaram a proposta, aceitando transformar em textos as exposições feitas naquela jornada de trabalho no IBGE. Por natural, decidiu-se somar a esses novos textos aqueles elaborados para a LASA 2009, depois de revistos pelos autores. E também um texto de Laura Cházaro, do México. E, por oportuno, aproveitou-se para realizar entrevistas com Hernán Otero e com Jean-Pierre Beaud, transcritas ao final deste livro.

Eis este livro.

Além desta introdução, cinco partes temáticas compõem a publicação. Na primeira, "Abordagens historiográficas", o leitor encontrará textos que apresentam enfoques teóricos; na segunda e na terceira, estão algumas "Narrativas sócio-históricas", optando-se por separar os artigos segundo suas ênfases: "Estado e Instituições" e "Ciência e Técnica"; na quarta, "Como seguir adiante?", temos algumas reflexões que sugerem uma futura agenda de estudos históricos comparados; por fim, na quinta, "Trajetórias intelectuais", estão postas as entrevistas realizadas. Vale frisar, ainda que a afirmação pareça

were held with Hernán Otero and Jean-Pierre Beaud, and are transcribed at the end of this book.

Here is the book.

Besides this introduction, five thematic parts make up the publication. The first one, "Historiographical approaches" brings texts with theoretical focus; the second and third, some "Socio-historical narratives", separating articles by emphasis: "State and institutions" and "Science and technique"; the fourth, "How to move ahead?", presents some reflections that suggest a future agenda of compared historical studies; finally, the fifth, "Intellectual trajectories", transcribes the conducted interviews. It is worth emphasizing that this separation is arbitrary, not doing complete justice to text contents. However, it was essential to bring similar texts, in approach and contents, together.

A minimum set of rules was established – about quotations, feet, bibliography, among others. In essence, they were followed by authors. But technical norms and academic traditions vary among countries, what makes any attempt at standardization difficult. Therefore, texts in Spanish and French, as well as those in Portuguese, did not go through the usual proofreading at IBGE.

tautológica, que essa separação é arbitrária, não fazendo inteira justiça ao conteúdo dos textos; entretanto, haver a aproximação de textos assemelhados nos enfoques e nos conteúdos era fundamental, e mesmo nenhuma organização, seria uma organização.

Na sua elaboração, enviou-se um conjunto mínimo de regras – sobre citações, sobre rodapés, sobre apresentações bibliográficas, entre outras –, a serem seguidas pelos autores. Elas foram seguidas, em essência. Contudo, normas técnicas e tradições acadêmicas variam entre os países, o que dificulta qualquer tentativa de uniformização. Portanto, vale frisar que os textos em espanhol e em francês não passaram por revisões ortográficas e documentais no IBGE, como é de praxe fazê-lo. Mais ainda, nem mesmo os textos em português sofreram as referidas revisões.

Na definição editorial do livro, decidiu-se elaborar esta introdução em português e em inglês, em duas colunas. Decidiu-se, ainda, iniciar cada texto por um resumo no idioma do mesmo, e colocar ao final do livro uma seção com resumos de todos os textos em inglês. Também ao final do livro estão postos os perfis profissionais dos autores.

Este livro foi estruturado e organizado por Nelson de Castro Senra e por Alexandre de Paiva Rio Camargo, sempre ouvindo as críticas de Hernán Otero e de Claudia Daniel; não por outra razão, esta introdução, feita pelos organizadores, é por eles assinada, sem esquecer os devidos créditos às demais pessoas ouvidas na sua elaboração.

In the conception of the book, we chose this two-column introduction, in Portuguese and English. We also decided to begin each text with an abstract in its language, and to conclude the book with abstracts of all texts in English. Professional profiles of the authors are also exhibited at the end of the book.

This book was organized by Nelson de Castro Senra and Alexandre de Paiva Rio Camargo, always open to criticism by Hernán Otero and Claudia Daniel. For this reason, this introduction is authored by them, not forgetting the other people heard during preparation.

Part I, "Historiographical approaches", contains six texts that offer theoretical methodological tools to write the history of statistics, besides reflections that help to understand its establishment as an object in social thinking and historiography. As in all proposals for models in history, the discussion of suggested methods is also linked to the analysis of social processes in national and regional contexts of the Americas.

The first text, by Jean-Pierre Beaud and Jean-Guy Prévost, "History of Canadian statistics from an international and pan-American perspective", brings the idea of "statistical regime", arranging a complex of structures, norms (processes) and statistical practices. The four types of regimes would

Na primeira parte, “Abordagens historiográficas”, há seis textos, todos eles, de uma forma ou de outra, oferecendo ferramentas teórico-metodológicas para a escrita da história das estatísticas, além de reflexões que permitem compreender sua consagração como objeto no pensamento social e na historiografia. Como em toda proposta de modelos em história, também aqui a discussão dos métodos sugeridos está atrelada à análise dos processos sociais e referidos aos contextos nacionais ou regionais das Américas.

O primeiro texto, de Jean-Pierre Beaud e Jean-Guy Prévost, “L’histoire de la statistique canadienne dans une perspective internationale et panaméricaine”, traz a idéia de “regime estatístico”, focando a configuração de um complexo formado por estruturas, normas (processos) e práticas estatísticas. Os regimes vigorariam em simultaneidade (ou, ao menos, proximidade) nos países ocidentais e seriam de quatro tipos: o pré e proto estatístico (até 1840-1860), o de nacionalização estatística (1840-1860 a 1920-1940), o de *macro-management* estatístico (1920-1940 a 1980-1990) e o de mundialização neoliberal (a partir de 1980-90). Os autores propõem uma análise das transformações institucionais das sociedades vistas a partir de modalidades estatísticas de questionamento do mundo. Essa noção de “regime de informação” é muito cara à ciência da informação, com realce aos estudos de Bernd

be in effect simultaneously (or, at least, closely) in Western countries: pre- and proto-statistical (up to 1840-1860), statistical nationalization (1840-1860 to 1920-1940), statistical macro-management (1920-1940 to 1980-1990) and neo-liberal globalization (from 1980-90). The authors propose an examination of institutional transformations of societies considered from statistical modalities of world questioning. This notion of “information regime” is highly valued in Information Science, especially in studies by Bernd Frohmann (also Canadian)¹. Its application to historical studies, as have been made by Beaud and Prévost, included in the text in this book, is quite promising. Its use in Canadian statistics suggests application to other countries.

The second text, by Hernán Otero, “History of statistics at universities and national statistics offices. The Argentine case”, analyzes the historiographic production of statistics in Argentina, indicating possible reasons for the nearly exclusive predominance of academic studies in the sector. Otero presents and discusses the main investigation matrices of this production, assessing the prevailing trends in his country: conceptual history of collection instruments and of classification

¹ Nelson Senra, in his book *O saber e o poder das estatísticas*, published in Rio de Janeiro, by IBGE on 2005, dedicates part V to notions of regime, and information policy, without giving them a historical application.

Frohmann (também canadense)¹. Sua aplicação aos estudos históricos, como feita pelos autores, é bastante promissora. A aplicação que fazem à história da estatística canadense, bem como mostra, a sugerir aplicações a outros países.

O segundo texto, de Hernán Otero, "La historia de la estadística en las universidades y en los institutos nacionales de estadística. El caso argentino", analisa a produção historiográfica da estatística na Argentina, apontando possíveis razões para a predominância quase exclusiva dos estudos acadêmicos no setor. Otero apresenta e discute as principais matrizes de investigação desta produção historiográfica, avaliando as tendências predominantes em seu país: história conceitual dos instrumentos de coleta e das categorias de classificação, história neoinstitucional da estatística pública, história do cálculo e da teoria da probabilidade, história dos quadros estatísticos. Ao lado deste esforço de síntese, o artigo desenvolve, ainda, dois conceitos bastante instigantes: o de "estatística de autor", atrelado ao paradigma censitário da demografia política; e o de "estatística anônima", atrelado à despoliticização e à deshistoricização que a partir de um determinado momento caracterizarão as instituições estatísticas. A competição política e científica, que marcava a estatística no paradigma anterior, dará lugar às regras e

categorias, neo-institucional history of public statistics, history of calculus and of the theory of probability, history of statistical tables. The article also develops two very instigating concepts: "identified statistics" (associated to an author's name), linked to the census paradigm of political demography; and "anonymous statistics", linked to the depoliticization and the dehistoricization that from a certain moment characterize statistical institutions. Political and scientific competition, which marked statistics in the previous paradigm, gives way to the anomalous rules and practices of public administration. The text tries to understand the reasons for the oblivion into which statistics and its professionals fell in the history of social sciences.

The third article, by Hernán González Bollo, "Statistical elite and the Argentine state (1869-1947)", analyzes the development of the statistical elite within state administration, during the intervals between the first four censuses in that country. Max Weber's forms of domination and other authors inspired the study, which examines the relative autonomy of statisticians from politics, strongly favored by the absence of drastic institutional changes, at least until the Military Coup of 1943, and by the meritocratic trajectory of its chief servants. Integrating economy and society in the reference list of statistics, the article shows

¹ Nelson Senra em seu livro *O saber e o poder das estatísticas*, publicado no Rio de Janeiro, pelo IBGE em 2005, dedica sua quinta parte às noções de regime e política de informação, sem contudo fazer-lhes uma aplicação histórica.

práticas heteróclitas da administração pública. Por esse caminho, o texto procura entender as razões de certos “esquecimentos”, diríamos, talvez, “abandonos”, que vitimaram a estatística e seus profissionais na história das ciências sociais.

O terceiro artigo, de Hernán González Bollo, “La elite estadística y el Estado argentino (1869-1947)” analisa a formação da elite estatística no quadro administrativo estatal, durante o intervalo de realização dos quatro primeiros censos daquele país. Inspirado pela sociologia das formas de dominação de Max Weber e outros autores, o estudo analisa a relativa autonomia dos estatísticos frente à esfera política, fortemente favorecida pela ausência de mudanças institucionais bruscas, ao menos até o Golpe Militar de 1943, e pela trajetória meritocrática de seus funcionários-chefes. Integrando a economia e a sociedade no quadro de referências da estatística, o artigo mostra como estes atores ampliaram sua liderança burocrática no processo de expansão do Estado, constituindo-se como “economistas governamentais”. Desenvolvendo sofisticados planos de modernização nacional, foram verdadeiros tecnocratas antes do tempo.

Em “Las estadísticas argentinas como objeto de estudio. Ejercicio de formalización de una experiencia de investigación histórica”, Claudia Daniel apresenta abordagens historiográficas que vinculam a produção da estatística enquanto saber especializado ao exercício de formas de dominação, que vão do

how those actors enlarged their bureaucratic leadership in a process of State expansion, constituting “government economists”. By developing sophisticated plans of national modernization, they were real technocrats before time.

In “Argentine statistics as an object of study. Exercise of formalization of a historical-research experience”, Claudia Daniel presents historiographic approaches that link statistical production as specialized knowledge to forms of domination, which range from the political use of censuses to decision taking by the state. Making use principally of the contributions of Pierre Bourdieu, she tries to establish an alternative analysis, taking an interest in the introduction of statistics in the social debate, what makes it possible to perceive both its participation in the construction of collective identities and socially relevant questions in a certain historical period, in that case, the Argentina oligarchic State. Emphasis is moved from the institutional space of production to incorporate other social spaces (politics, academy, the press), which also contribute to the collective work of objectivation (and representation) of reality that is acclaimed by statistics. The article also brings an elaborate discussion about treatment of sources and the difficulties faced by historians when handling them.

uso político dos censos às tomadas de decisão do Estado. Valendo-se principalmente das contribuições de Pierre Bourdieu, a autora procura estabelecer uma análise alternativa, interessando-se pela introdução da estatística no debate social, o que permite perceber tanto sua participação na construção das identidades coletivas, quanto as questões socialmente relevantes em um determinado período histórico, no seu caso a Argentina do Estado Oligárquico. A ênfase se desloca do espaço institucional da produção para incorporar outros espaços sociais (política, academia, imprensa), que também concorrem para a obra coletiva de objetivação (e representação) da realidade, que é consagrada pelas estatísticas. O artigo traz, ainda, uma discussão elaborada sobre a o tratamento das fontes e as dificuldades enfrentadas por historiadores ao manuseá-las.

Em “Informação estatística como forma de saber e fonte de poder, moldura teórica do ‘Projeto História: 1822-2002’ no IBGE”, Nelson de Castro Senra recupera o quadro teórico utilizado na elaboração dos quatro volumes da coleção *História das Estatísticas Brasileiras*, editada pelo IBGE. O estudo emprega a noção de poder, concebida por Michel Foucault, para analisar a relação entre os modos de registro (das pessoas e suas atividades) e a governança do Estado e suas instituições. Por sua vez, os modos de registro, fonte primária geradora das estatísticas, são analisados a partir da etnografia de Bruno Latour, em uma narrativa

In “Statistical information as a way of knowledge and a source of power, the theoretical conception of “Projeto História: 1822-2002” at IBGE”, Nelson de Castro Senra recovers the theoretical view used in the four-volume collection *História das Estatísticas Brasileiras*, published by IBGE. The study employs the notion of power, conceived by Michel Foucault, to analyze the relationship between registry modes (of people and their activities) and the governance of the State and its institutions. In their turn, registry modes, primary source of statistics, are analyzed starting from Bruno Latour’s ethnography, in a narrative of technical processes of transporting (stable, immutable and combinable) observed realities to centers to capitalize on information. Thus, distance technologies adjusted to State control and expansion are shaped. Starting from this closeness between knowledge and power, Senra analyses the demand, production and nature of statistics within globalization, highlighting its implications in colonial and post-colonial Brazil.

Concluding the section, Alexandre de Paiva Rio Camargo, in his article “Historiography of a multi-faceted object”, presents a panorama of the position held by statistics in the historiographic discourse, initially in its classical function as a means of analysis, in studies of quantitative nature (years

sobre os processos técnicos de transporte (estável, imutável e combinável) das realidades observadas para os centros de capitalização das informações. Dessa forma, configuram-se tecnologias de distância ajustadas ao controle e à expansão do Estado. Senra parte desta intimidade entre saber / poder para analisar a demanda, a produção e mesmo a natureza da estatística no processo de mundialização, com destaque para suas implicações no Brasil colonial e pós-colonial.

Dando fecho à seção, Alexandre de Paiva Rio Camargo, em seu artigo "Historiografia de um objeto multifacetado", apresenta um panorama sobre o lugar ocupado pela estatística no discurso historiográfico; inicialmente em sua função clássica de meio de análise, nos estudos de natureza quantitativa (anos 1950 e 1960). Segue-se uma virada epistemológica, marcada por dois momentos / atitudes bastante distintos: primeiro, um ceticismo cognitivo em relação à estatística, que é acusada de descartar as experiências sociais e a dinâmica das representações (sobretudo anos 1970); pouco a pouco, o radicalismo crítico cede espaço ao interesse analítico sobre a natureza do saber estatístico, seus procedimentos de totalização / objetivação da realidade e seus usos no debate social (desde os anos 1980, em tendência crescente). O autor ainda oferece uma percepção pessoal sobre as possibilidades e limitações da pesquisa histórica realizada em um instituto de estatística sólido e eficiente, como o IBGE, valendo-se

1950 and 1960). An epistemological swerve followed, marked by two quite distinct moments/attitudes: first, a cognitive skepticism regarding statistics, which is accused of ignoring social experiences and the dynamics of representation (especially in the 1970's); little by little, critical radicalism gave way to the analytical interest for the nature of statistical knowledge, its procedures of reality totalization/objectivation and its uses in social debate (since the 1980's, on an upward trend). The author also offers a personal perception about possibilities and limitations of historical research in a solid and efficient statistics institute like IBGE, making use of his experience as a researcher in the collection "*História das Estatísticas Brasileiras*".

Parts II and III of the book are formed by "Socio-historical narratives", grouped under two headings: "State and institutions" and "Science and technique". The first contains five texts that emphasize relationships between States and social institutions (academies, professional communities, class associations, and the press, among others). It comprises analyses of institutional trajectories of population counts based on the experiences of Argentina (one article) and Brazil (three articles), under different aspects.

para isso de sua experiência como pesquisador na coleção *História das Estatísticas Brasileiras*.

A segunda e a terceira partes do livro são formadas por “Narrativas sócio-históricas”, divididas em dois grupos: “Estado e instituições” e “ciência e técnica”. O primeiro contém cinco textos que enfatizam a relação das estatísticas com os Estados e as instituições sociais (academias, comunidades profissionais, associações de classe, imprensa, entre outras). Reúne análises sobre trajetórias institucionais de contagem da população nas experiências da Argentina (um artigo) e do Brasil (três artigos), sob diferentes aspectos.

Uma situação especial é reservada ao texto “Estatísticas brasileiras: importância nos estudos sociais e na demografia histórica”, o segundo desta parte, por se tratar de um relatório analítico sobre a sessão de mesmo nome havida no seminário internacional que motivou a presente publicação. Nele, Alexandre de Paiva Rio Camargo, aborda as diferentes percepções e expectativas dos palestrantes (**Wanderley Guilherme dos Santos, Tarcísio Rodrigues Botelho e Luiz Antonio Pinto de Oliveira**) em torno da história das estatísticas. A exposição esclarece que estas variam, segundo o olhar de um usuário estudioso das estatísticas, que tenderá a realçar a disponibilidade de informações seriadas para um determinado período histórico, ou segundo o olhar de um produtor de estatísticas, que poderá

A special situation is reserved to “Brazilian statistics: importance to social studies and historical demography”, the second text of this part, because it reports a session of the international seminar that motivated the present publication. Its author, Alexandre de Paiva Rio Camargo, approaches the different perceptions and expectations of the lecturers (Wanderley Guilherme dos Santos, Tarcísio Rodrigues Botelho and Luiz Antonio Pinto de Oliveira) surrounding statistics. The lecture explains that they differ: a statistics scholar will tend to highlight the availability of serial information for a certain historical period; a statistics producer, the pedagogical meaning acquired by history, when permitting statisticians to better see their knowledge and practices, redirecting them.

The other texts make up a group identity, considering perspective differences. In “Official statistics in Buenos Aires newspapers (Argentina, 1890-1930)”, Hernán González Bollo and Claudia Daniel call attention to the mediating role of the press in technical and political controversy, both before and after the production of official data (especially those about work, industry and agriculture). In doing so, they try to approach the press as one of the actors that claim to be the legitimate releaser of statistical information, in

realçar o sentido pedagógico assumido pela história, ao permitir que os estatísticos vejam melhor seus saberes e práticas, reorientando-as

Os demais textos perfazem uma identidade de conjunto, guardadas suas diferenças de perspectiva. Em “Las estadísticas oficiales en la prensa escrita porteña (Argentina, 1890-1930)”, Hernán González Bollo e Claudia Daniel chamam atenção para o papel mediador da imprensa nas controvérsias técnicas e políticas, tanto anteriores quanto posteriores à produção dos dados oficiais (sobretudo os de trabalho, indústria e agricultura). Ao fazê-lo, procuram abordar a imprensa como um dos atores que disputam a legitimidade sobre a divulgação das informações estatísticas, na Argentina dos anos de liberalismo (1890-1916) e radicalismo (1916-1930). Ora enrijecendo, ora atenuando as resistências sociais aos números oficiais, González Bollo e Daniel mostram como a fiscalização da imprensa contribuiu decisivamente para consagrar a linguagem estatística (com seus traços de impessoalidade, distanciamento e neutralidade) no seio da opinião pública daquele país.

No artigo seguinte, “Síntese da ‘História das Estatísticas Brasileiras: 1822-2002’ feita no IBGE, com sugestões de pesquisa”, Nelson de Castro Senra recupera a periodização utilizada na coleção referida no título para analisar os avanços e recuos da “atividade estatística” no Brasil. O autor parte dos parâmetros definidos pela demanda e pela oferta, o que lhe permite recortar quatro grandes

Argentina in the years of liberalism (1890-1916) and radicalism (1916-1930). Sometimes stiffening, sometimes relaxing social resistances to official numbers, González Bollo and Daniel demonstrate how press inspection contributed to establish a statistical language (with traits of impersonality, distancing and neutrality) within the public opinion of that country.

In the following article, “Summary of ‘História das estatísticas brasileiras: 1822-2002’ prepared at IBGE, with suggestions for researches”, Nelson de Castro Senra recovers the periodization used in the cited collection to analyze advances and retreats of “statistical activity” in Brazil. The author works on the parameters defined by demand and by supply, what enables him to separate four great historical times: “desired statistics” (1822-1889), “legalized statistics” (1889-1936), “organized statistics” (1936-1972) and “formalized statistics” (1972-2002). By synthesizing them, Senra highlights the most fruitful characters and themes to historical studies in each of the considered periods. He also presents other history works (national history, not statistics history) that form the editorial production of IBGE.

The last two texts deepen the Brazilian experience and complete each other in some aspects. In “Racial classifications and formation of the

tempos históricos: o de “estatísticas desejadas” (1822-1889), o de “estatísticas legalizadas” (1889-1936), o de “estatísticas organizadas” (1936-1972) e o de “estatísticas formalizadas” (1972-2002). Ao sintetizá-los, Senra destaca os personagens e temas mais fecundos aos estudos históricos, em cada um dos períodos em apreço. Apresenta, ainda, outras obras de história (no sentido de história nacional e não história das estatísticas) que integram a produção editorial do IBGE.

Os dois últimos textos que encerram a seção aprofundam a experiência brasileira e se complementam em alguns aspectos. Em “Classificações raciais e formação do campo estatístico no Brasil (1872-1940)”, Alexandre de Paiva Rio Camargo investiga os significados subjacentes à presença (e à ausência) da classificação racial nos censos brasileiros de 1872, 1890, 1920 e 1940. O autor parte da centralidade assumida pela questão racial na objetivação do povo (ou “tipo nacional”) brasileiro, para analisar a institucionalização da estatística e a tomada de posição das comunidades especializadas diante das expectativas políticas sobre os dados relativos à cor / raça. Segundo Camargo, o Império (1822-1889), a Primeira República (1889-1930) e a Era Vargas (1930-1945) configuram três formas distintas de ver as estatísticas e de ver o Estado e a sociedade através das estatísticas no Brasil. A classificação racial é abordada aqui como instância privilegiada de consagração das referências estatísticas

statistics field in Brazil (1872-1940)”, Alexandre de Paiva Rio Camargo investigates the implicit meanings in the presence (and the absence) of racial classification in the Brazilian censuses of 1872, 1890, 1920 and 1940. The author works on the central concern of race in the objectivation of the Brazilian people (or “national type”) to analyze the institutionalization of statistics and the position taking of specialized communities in the face of political expectations of color/race-relative data. According to Camargo, the Empire (1822-1889), the Early Republic (1889-1930) and the Vargas’ Era (1930-1945) represent three distinct ways of seeing statistics, the State and society through statistics in Brazil. Racial classification is approached as a privileged establishment of statistical references in social debate, shaping a Brazilian specificity.

Brazilian censuses conducted in the same time interval (1872-1940) are also object of the discussion opened up by Tarcísio Rodrigues Botelho. His article “Brazilian national censuses: from statistics to demography” investigates the evolution of censuses starting from the consolidation of demography as a scientific discipline. Technical processes and theme coverage of censuses are analyzed, including projects of those not conducted, such as that of 1852, to

no debate social, conformando uma especificidade brasileira.

Os censos brasileiros compreendidos no mesmo intervalo (1872-1940) também são objeto da discussão promovida por Tarcísio Rodrigues Botelho. Seu artigo “Censos nacionais brasileiros: da estatística à demografia” investiga a evolução dos censos vista a partir da consolidação da demografia como disciplina científica. São analisados os processos técnicos e a cobertura temática dos censos, inclusive os projetos daqueles que não se realizaram, como o de 1852, para destacar uma transformação de paradigma, localizada a partir do censo de 1940: de instrumento de mensuração do Estado nacional (sua força e seus recursos), os censos brasileiros tornam-se instrumentos de investigação social, orientados pela pauta das pesquisas demográficas. Em comum, os dois textos identificam nas inovações do censo de 1940 uma virada fundamental, na direção da profissionalização da estatística e da sua aproximação dos estudos populacionais de perfil acadêmico.

Dois textos sobre a história da estatística no México compõem o segundo grupo das “narrativas sócio-históricas”, discutindo “ciência e técnica”. Merecem registro especial por uma dupla razão. Primeiro, por resumirem a contribuição desta obra ao estudo do cálculo e das probabilidades na perspectiva da história social da ciência. Segundo, por revelarem um “sintoma historiográfico” relativo ao México, onde a abordagem histórica da

highlight a paradigm transformation, observed since the 1940 census: from a measuring instrument of the national State (its power and resources), Brazilian censuses became instruments of social investigation, oriented by the ruling order of demographic surveys. In common, in the innovations of the 1940 census, both texts identify a fundamental swerve towards professionalization of statistics and its getting nearer population studies of academic style.

Two texts about the history of statistics in Mexico form the second group of “socio-historical narratives”, discussing “science and technique”. They deserve a special record for two reasons. First, they summarize the contribution of this work to the study of calculus and probabilities in the perspective of the social history of science. Second, they reveal a “historiographic symptom” related to Mexico, where the historical approach of statistics has been done at, or with the support of, math and polytechnic study centers. Their authors may be considered the leading representatives of such studies in that country.

In “Censuses in the 18th century. The case of the 1790 census of New Spain: discussions on statistical inference”, Leticia Mayer analyzes the controversy aroused by the census in Mexico City, in 1790, involving the viceroy of New Spain, the second Count of Revillagigedo,

estatística tem sido feita nos ou com o apoio dos centros de estudos matemáticos e politécnicos. As autoras dos artigos pertinentes a esta seção podem ser consideradas as mais representativas destes estudos naquele país.

Em “Los censos en el siglo XVIII. El caso del censo novohispano de 1790: discusiones sobre inferencia estadística”, Leticia Mayer analisa a polêmica suscitada pelo censo da Cidade do México, em 1790, envolvendo o vice-rei da Nova Espanha, o segundo Conde de Revillagigedo, e um dos maiores sábios locais, o padre José Antonio de Alzate y Ramírez. O que há de mais interessante neste texto são as técnicas de contagem indireta da população, desenvolvidas por Alzate, que desmentiam os números oficiais do levantamento, fazendo da possessão espanhola uma cidade maior do que a própria capital da metrópole, Madri. Mayer argumenta que, mais do que uma disputa sobre os números do censo, a intensa troca de correspondência entre os dois notáveis colocava em jogo a delicada questão da autonomia e da expansão da colônia, durante os últimos e decisivos anos do império ultramarino.

Já o artigo “La vida y su valor a discusión: juicios médicos y cálculos de probabilidades entre médicos mexicanos del siglo XIX”, de Laura Cházaro, investiga a apropriação das noções de cálculo e probabilidade pelo discurso dos médicos e companhias de seguro no México, mostrando como estes conhecimentos fundamentaram visões radicalmente

and one of the wisest men of the place, Father José Antonio de Alzate y Ramírez. The most interesting thing in this text are the techniques of indirect population count, developed by Alzate, which contradicted the official survey numbers, making the Spanish possession a bigger city than Madrid, the metropolis capital. Mayer reasons that, more than a dispute about census numbers, the voluminous mail exchange between both remarkable men put the delicate issue of autonomy and expansion of the colony at stake, during the last and decisive years of the overseas empire.

The article “Life and its value in discussion: medical reports and probability calculations among Mexican doctors in the 19th century”, by Laura Cházaro, investigates the appropriation of the notions of calculus and probability by doctors and insurance companies in Mexico, showing how this knowledge was the base of radically distinct views of society and State in the last two decades of the 19th century. Although originally identified with modernization, knowledge of calculus and probabilities offers support for the civilizing program of the State and for the projection of doctors in population management, reinforcing the abstemious values that used to prevent a life of risk and danger, adequate for honest citizens. The

distintas da sociedade e do Estado nas duas últimas décadas do século XIX. Embora originalmente identificados à bandeira da modernização, os conhecimentos sobre cálculos e probabilidades ofereceram suporte para o programa civilizador do Estado e para a projeção dos médicos na gestão da população, reforçando os valores abstêmios que preveniam uma vida de riscos e perigos, adequada para os cidadãos de bem. O artigo revela o predomínio dos médicos como grupo profissional na produção e análise da estatística mexicana. Este fato permite um paralelismo oportuno com o caso brasileiro, que assistiu à hegemonia dos chamados “demógrafos-sanitaristas” exatamente na fase de construção do sistema estatístico, durante a Primeira República (1889-1930).

Os artigos da seção “Como seguir adiante?” em geral apresentam um caráter prescritivo, ora indicando sínteses teóricas e/ou temáticas, ora apontando caminhos para uma sistematização dos estudos históricos comparados, em escala regional.

O texto “Sociologia, sínteses teóricas e a conformação de uma agenda de pesquisas sobre estatísticas públicas no Brasil”, de Renato Sérgio de Lima, discute a necessidade de se formular sínteses teóricas capazes de superar a falsa antinomia entre o quantitativo e o qualitativo no nível epistemológico. Segundo o autor, os modelos de síntese ajudariam a transformar as lógicas procedimentais que norteiam a produção e o uso

article reveals the predominance of doctors as a professional group in the production and analysis of Mexican statistics. This allows an opportune parallelism with the Brazilian case, which watched the hegemony of the so-called “sanitarian demographers” right in the construction phase of the statistical system, during the Early Republic (1889-1930).

The articles in the section “How to move ahead?” in general present a prescriptive character, sometimes indicating theoretical and/or thematic syntheses, sometimes showing the ways of systematizing compared historical studies, on a regional scale.

The text “Sociology, theoretical summaries and the establishment of a research agenda for public statistics in Brazil”, by Renato Sérgio de Lima, discusses the need to formulate theoretical syntheses that can surpass the false quantitative/qualitative contradiction at epistemological level. According to the author, synthesis models would help to transform procedure logics that guide the production and the use of public statistics. With a look at the same time technical and academic, Lima suggests an instigating theoretical application for sociology and history, so as to give new strength to the political role of statistics agencies, as can be observed in his analysis of statistics produced

das estatísticas públicas. O olhar duplamente técnico e acadêmico de Lima insinua uma instigante aplicação teórica da sociologia e da história, de modo a revigorar o papel político das agências estatísticas, como se pode depreender de sua análise sobre as estatísticas produzidas e utilizadas pelo sistema de justiça criminal brasileiro, nos séculos XIX e XX.

Em “O futuro da pesquisa histórica no IBGE (e no Brasil)”, Nelson de Castro Senra descreve a recepção do Projeto *História das Estatísticas Brasileiras* na comunidade de historiadores, bem assim os eventos e iniciativas por ele estimulados. Há uma discussão complementar sobre o grau de institucionalidade alcançado pela pesquisa histórica no IBGE, apontando para suas tendências futuras. O texto contém, ainda, uma valiosa relação de teses e pesquisadores dedicados à abordagem histórica das estatísticas brasileiras, revelando uma lenta, porém constante, penetração nos estudos acadêmicos daquele país.

Dando prosseguimento as contribuições em língua portuguesa, “As estatísticas brasileiras e a demografia histórica” analisa a consolidação da demografia histórica no Brasil e realiza um valioso balanço de sua produção. Tarcísio Rodrigues Botelho propõe estratégias para a superação do atual momento de estagnação enfrentado por esta área, justificando a necessidade de recuperação dos acervos documentais, sobretudo os do interior do país, de preservação precária e distante do poder público.

and used by the Brazilian criminal justice system, in the 19th and 20th centuries.

In “The future of historical research at IBGE (and in Brazil)”, Nelson de Castro Senra describes the welcome of Project *História das Estatísticas Brasileiras* by the community of historians, as well as the events and initiatives it encouraged. There is a complementary discussion about the institutionality degree reached by historical research at IBGE, pointing its future trends. The text also contains a valuable list of theses and researchers dedicated to the historical approach of Brazilian statistics, revealing a slow, but steady, penetration in academic studies of that country.

Continuing with the contributions in Portuguese, “Brazilian statistics and historical demography” analyzes the consolidation of historical demography in Brazil and takes stock of its production. Tarcísio Rodrigues Botelho proposes strategies to overcome the present stagnation faced in this area, justifying the need to recover document collections, especially those in the countryside, poorly preserved and distant from the public power.

“Reflections about studies on the history of probabilities and statistics in Mexico” reveals the state-of-the-art Mexican historical investigation.

Na sequência, “Reflexiones sobre algunos estudios en historia de las probabilidades y las estadísticas en México” revela o estado das artes na investigação histórica mexicana. Leticia Mayer apresenta diversas estratégias que permitem abordar a estatística em sua especificidade constitutiva, reunindo os métodos das ciências mais duras e os problemas políticos e sociais implicados em toda tecnologia de controle. Característica desta abordagem transdisciplinar é o crescimento no México dos estudos sobre as estatísticas médicas, relacionando o problema filosófico do normal e do patológico ao mundo da quantificação. Esta perspectiva holística se faz claramente presente no projeto de pesquisa atualmente desenvolvido pela autora, que relaciona a gênese da probabilidade moderna (com suas idéias de incerteza e risco) ao descobrimento das Américas e à conquista européia do Oriente.

Não podemos chamar de conclusão o último artigo desta coletânea. Seu título não deixa margens à dúvida: “Puntos de llegada que son puntos de partida. El estudio de las estadísticas en Latinoamérica y la proyección de un horizonte comparativo”. Nele, Claudia Daniel realiza um aguçado esforço de síntese, fornecendo os primeiros aportes para uma agenda de estudos históricos comparados. Dentre suas muitas considerações interessantes, vale evocar uma delas. As condições de legitimação da estatística como saber especializado, premida tanto pelas convenções internacionais (de

Leticia Mayer presents several strategies that allow for the approach of statistics in its determining specificity, joining methods of the hardest sciences and the political and social problems involved in all control technologies. The increase of studies about medical statistics in Mexico characterizes this approach, associating the philosophical problem of normal and pathologic to the world of quantification. This holistic perspective is clearly present at the research project currently developed by the author, which relates the origin of modern probability (with its ideas of uncertainty and risk) to the discovery of the Americas and to the European conquest of the East.

We cannot call the last chapter of this collection a conclusion. Its title does not raise doubts: “Ending points that are starting points. Historical study of statistics in Latin America and the projection of a comparative horizon”. In this text Claudia Daniel makes a sharp synthesis effort, giving the first contributions to an agenda of compared studies. This is one of her many interesting considerations: the conditions of adopting statistics as a specialized knowledge, pressed by both international conventions (of technical uniformization) and national traditions (political, cultural and social), reinforce the need of spatial marks that go beyond the borders of the countries. Regionalization

uniformização técnica) quanto pelas tradições nacionais (políticas, culturais e sociais), reforçam a necessidade de marcos espaciais que transpassem as fronteiras dos países. A regionalização dos estudos históricos torna-se uma exigência indispensável para compreender este objeto polissêmico e multifacetado que é a estatística.

As entrevistas são como que uma seção à parte, revelando as “Trajetórias intelectuais” de Jean-Pierre Beaud e Hernán Otero, dois importantes historiadores da estatística, em seus países e no mundo. As questões de carreira profissional justapõem-se aos conceitos e temas válidos para o estudo da estatística, densamente debatidos pelos entrevistados. O lugar a ser ocupado pela pesquisa histórica na América Latina em comparação aos centros europeus merece um espaço significativo. O mesmo pode ser dito sobre as semelhanças e contrastes da estatística na experiência dos países da região.

O leitor tem diante de si um livro abrangente em seu escopo e ambicioso em suas pretensões. Reunir pesquisadores com diferentes inserções institucionais (universidades, centros de pesquisa, institutos de estatística) e de variadas atuações profissionais (historiadores, politólogos, sociólogos, economistas, filósofos, demógrafos) com questionamentos próprios de seus campos de origem, para ensaiar os primeiros passos de uma agenda pan-americana de estudos históricos comparados.

of historical studies is an essential requirement to understand this polysemous and multi-faceted object that is statistics.

The interviews are like a separate section, revealing the “Intellectual trajectories” of Jean-Pierre Beaud and Hernán Otero, two important statistics historians, in their countries and in the world. Career issues join concepts and valid themes for the study of statistics, exhaustively discussed by the interviewees. The place to be occupied by historical research in Latin America, compared to European centers, deserves a significant space. The same may be said about similarities and contrasts of statistics in the experience of countries in the region.

This book is comprehensive in its scope and ambitious in its intentions. It joins researchers from different institutions (universities, research centers, institutes of statistics) and varied professional expertise (historians, political scientists, sociologists, economists, philosophers, demographers), with their own questioning, to rehearse the first steps of a pan-American agenda of compared historical studies.

Attentive readers will find a lot of ways, looks, methods and approaches

Muitos serão os percursos, os olhares, os métodos e abordagens que o leitor atento encontrará neste livro. Mas muitos serão também os pontos de convergência que justificam e reivindicam a regionalização dos estudos históricos da estatística. São todos países outrora integrantes do mesmo mundo colonial, marcados pelo aviltante e tão presente dilema étnico da escravidão africana ou da servidão indígena. São todos Estados nacionais de formação tardia, que tiveram na estatística e nas ciências importantes ferramentas na elaboração de suas identidades culturais.

A agenda que se quer construir com este livro permite romper com o modelo analítico centro-periferia, ensejando o estudo histórico dos intercâmbios e da circulação de idéias que tiveram lugar no campo estatístico regional. Sim, um campo estatístico continental ou subcontinental pode ser pensado, quando se consegue superar o marco reduzido das fronteiras nacionais. O desafio está lançado. O convite à cooperação também. Vamos ao livro.

NELSON DE CASTRO SENRA
e ALEXANDRE DE PAIVA RIO
CAMARGO, (Organizadores)

Críticas e sugestões de
HERNÁN OTERO
e CLAUDIA DANIEL

in this book. But there are also a lot of convergence points that justify and require regionalization of the historical studies of statistics. All these countries are former members of the same colonial world, marked by the degrading and present ethnic dilemma of African or Indigenous slavery. All are national States of late establishment, for which statistics and sciences were important instruments to elaborate cultural identities.

The agenda to be established with this book permits to break with the analytical model center-periphery, providing an opportunity for the historical study of exchange and circulation of ideas occurred in the regional statistical field. Yes, we may think of a continental or sub-continental statistical field, when we go beyond the reduced mark of national borders. The challenge is posed. So is the invitation to cooperation. Let's go to the book.

NELSON DE CASTRO SENRA
and ALEXANDRE DE PAIVA RIO
CAMARGO, (The editors)

With criticisms and suggestions by
HERNÁN OTERO
and CLAUDIA DANIEL

Parte 1

Abordagens historiográficas



1

L'histoire de la statistique canadienne dans une perspective internationale et panaméricaine

Jean-Pierre Beaud et Jean-Guy Prévost

RESUMÉ:

Dans ce texte, nous analysons un peu plus de deux siècles de pratique statistique au Canada en la situant dans un cadre international et en insistant plus particulièrement sur les parallèles à faire avec les autres expériences statistiques dans les Amériques. Nous nous appuyons sur le concept de régime statistique, entendu comme complexe formé, à une époque donnée, par les structures, les normes et les pratiques statistiques. Ceci nous amène à distinguer plusieurs régimes : le premier, qualifié de pré et proto statistique, caractérise la période antérieure au milieu du 19^e siècle; le second, marqué par le phénomène de nationalisation statistique, couvre la période s'étendant du milieu du 19^e siècle au premier tiers du 20^e siècle; le troisième, organisé autour de l'idée de macro-management statistique, concerne le cœur du 20^e siècle; enfin, le dernier s'impose à partir des années 1980 dans un contexte de mondialisation néo-libérale.

Le bureau statistique canadien, Statistique Canada, a bonne, voire très bonne réputation, à l'intérieur comme à l'extérieur du Canada. À plusieurs reprises, lors de nos voyages à l'étranger, nos hôtes (en Espagne, en France, au Brésil, par exemple) nous ont exprimé leur admiration pour le travail réalisé par l'ex-statisticien en chef, Ivan P. Fellegi, et l'organisme qu'il dirigeait¹. Il est indéniable que le fort crédit de

¹ Au Canada même, Andrew Jackson, qui est directeur national pour les politiques sociales et économiques au Congrès du Travail du Canada, une organisation syndicale forte de plus de trois millions de membres, déclarait, peu de temps après le départ d'Ivan Fellegi que « to my mind, and that of many others, Ivan Fellegi made a huge contribution by striking the right balance and thus preserving the independence of StatsCan, and by building up an organization of impressive capacity ». Les commentaires suscités par l'intervention de Jackson montrent toutefois que son évaluation très positive n'est pas partagée par tous les syndicalistes. <http://www.progressive-economics.ca/index.php?s=fellegi>; consulté pour la dernière fois le 30 août 2009.



l'objet sur lequel nous travaillons a facilité nos recherches dans le monde de la statistique. Jusqu'à un certain point, toutefois, car cette image d'excellence par la technicité et le professionnalisme a aussi pu être un obstacle, pas aux contacts, certes, mais à la juste *évaluation de l'évaluation* du travail de Statistique Canada. Il nous faut donc à la fois essayer d'expliquer comment cette image a été créée, s'est imposée, s'est reproduite, et tenter de la voir non comme un préalable, un a priori, mais comme un élément d'un ensemble plus large, d'un système, mieux d'un régime statistique. Il ne s'agit donc pas, pour nous, de reprendre ou de rejeter cette image. Pour dire les choses autrement, la réalité de Statistique Canada, aujourd'hui, c'est indéniablement des normes d'excellence, un accent mis sur le développement de méthodologies raffinées, une pratique d'expertise à l'extérieur du pays et un jugement flatteur émis par les pairs. On pourra, sur ce plan, évoquer le classement de la revue *The Economist*, plaçant Statistique Canada en tête des bureaux nationaux à plusieurs reprises. Mais notre étude, qui peut sembler marquée du sceau du constructivisme, ne sera pas non plus sans effet de réalité. Nous alimenterons certainement la thèse de l'excellence méthodologique, de l'expertise technique et peut-être même notre a priori agnostique la renforcera-t-il encore plus. Mais en resituant ces *qualités* dans un ensemble de normes, de structures, de pratiques qu'on appellera régime statistique et en en faisant aussi le produit de stratégies politico-scientifiques, nous pensons éviter d'une part le biais essentialiste, d'autre part le biais relativiste. Sur ce plan, bien sûr, nous nous appuyons sur un corpus de travaux bien connus des spécialistes de l'histoire de la statistique, œuvre de chercheurs comme Éric Brian, Alain Desrosières, Ted Porter et bien d'autres².

La première thèse que nous formulons peut se lire comme suit : l'image d'excellence accolée au bureau canadien a certes à voir avec le long travail d'une organisation statistique, avec un investissement de près d'un siècle, avec une accumulation d'enquêtes, d'outils, de connaissances, d'innovations méthodologiques, avec des pratiques, donc, mais aussi avec l'élaboration, structurellement cohérente mais pas nécessairement délibérée, d'un discours mettant l'accent sur la technicité. Dès avant la naissance du Bureau fédéral de la statistique (BFS, qui deviendra Statistique Canada en 1971), Robert Hamilton Coats conçoit un système statistique fort et, donc, centralisé. Dans le cadre d'un État fédéral dont la constitution stipule que les statistiques sont de juridiction fédérale mais où les provinces ont des tâches impliquant du travail statistique et où les tendances centrifuges sont fortes, les géniteurs du Bureau fédéral de la statistique considèrent qu'une centralisation est de mise. Les autorités provinciales du Québec s'en inquiètent et, en catastrophe, mettent sur pied, avant même que le bureau fédéral apparaisse, un Bureau des statistiques de Québec qui deviendra par la suite Bureau de la statistique du Québec (BSQ, ancêtre de l'actuel Institut de la statistique du Québec, ISQ). Comme partout ailleurs, la question de la forme du système statistique sera toutefois structurée en termes essentiellement techniques

² Desrosières, 1993; Brian, 1994; Porter, 1995, 1986.

et non politiques, du moins non partisans. C'est parce que la centralisation permet la concentration de l'expertise dans un contexte où elle rare, qu'elle conduit à la mise sur pied d'un langage commun à tous les producteurs de données statistiques, qu'elle autorise un regard synthétique sur le monde et donc qu'elle permet de prendre plus aisément des décisions, qu'elle est préférable à la décentralisation, synonyme d'anarchie statistique³. Mais il n'est pas difficile de déceler derrière ces arguments, d'autant plus convaincants qu'ils circulent alors abondamment en Occident, des référents politiques, voire partisans. Au Canada, les statisticiens ont particulièrement soigné cette relative euphémisation du politique, non pas pour cacher des raisons ultimes qui seraient inavouables, mais parce que la statistique officielle est toujours, comme le dieu Janus, une créature biface : liée à la science comme au gouvernement des hommes. Pour des fonctionnaires détenteurs d'un savoir à teneur scientifique, présenter les choses sous un angle plus technique que politique est, en quelque sorte, un réflexe naturel, une sorte d'habitude. Au Canada, le recours à la thématique de la technicité, de la scientificité, de la rationalité, du bon sens administratif (selon les époques) a été fonctionnel du fait des fortes tendances centrifuges qui caractérisent le pays. Il a été le gage d'un certain apolitisme du bureau et de ses hommes. Il a mis le bureau à l'abri de controverses trop nombreuses⁴. Mais il a permis aussi que s'exporte l'expérience canadienne puisqu'elle était, en quelque sorte, libre d'a priori politiques. On en trouvera de nombreux exemples tout au long de l'histoire du BFS et de Statistique Canada. Déjà, dans les années 1930, un statisticien canadien important, Sedley A. Cudmore, faisait un long séjour en Palestine afin d'y mettre sur pied le bureau statistique⁵. Mais c'est surtout à l'époque actuelle, caractérisée par un mouvement d'internationalisation, que les commis-voyageurs canadiens de la statistique seront particulièrement actifs. Mentionnons seulement, à ce stade, la mission de consultation dirigée par Jacob Ryten au Brésil à l'invitation du président de l'Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) d'alors, Simon Schwartzman⁶.

Il est donc nécessaire, c'est la deuxième thèse que nous formulons, de replacer toute production statistique dans le cadre de ce que nous appelons un régime statistique, c'est-à-dire le complexe formé, à une époque donnée, par les structures, les normes et les pratiques statistiques. Chaque régime se caractérise par un paradigme, c'est-à-dire une façon (statistique) de poser des questions au monde. Par exemple, le régime statistique actuel, qui, en gros, s'impose à compter des années 1980, est caractérisé, entre autres, par l'importance de l'impératif

³ Voir à ce sujet Beaud et Prévost, 1993.

⁴ Bien sûr, on pourrait aussi écrire une histoire tout axée sur les ratés de la communication statistique canadienne. Mais une comparaison internationale montrerait sans doute que, toutes proportions gardées, Statistique Canada et le BFS ont été moins que d'autres bureaux nationaux l'objet de critiques répétées.

⁵ Voir à ce sujet Worton, 1998, p. 174-6.

⁶ Senra, 2009, p. 444-449. Cette mission fut, selon Senra, une réussite totale. La demande de coopération interinstitutionnelle avait été reçue avec enthousiasme par Ivan Fellegi, à l'époque déjà une référence internationale, selon les mots de Senra. Après son départ de Statistique Canada, Ryten fit diverses consultations pour l'IBGE.

de la qualité totale, par l'insistance sur le client, par une certaine distance vis-à-vis de la forme classique de l'objectivité, par l'accent mis sur les dimensions microéconomiques. Ce paradigme s'impose non seulement aux élites statistiques mais aussi, par exemple, à ceux qui, de l'intérieur surtout, contestent les décisions des élites.

Enfin, malgré des traits spécifiquement canadiens, que l'histoire particulière du pays a forgés, ce bureau et le système dont il est le cœur ou le cerveau partagent des éléments en commun avec la plupart des grands bureaux et systèmes. C'est, du moins, la troisième thèse que nous formulons. Elle jouera dans ce texte-ci beaucoup plus le rôle d'un postulat que d'une hypothèse, puisque nous ne procéderons pas à une véritable expérimentation. Nous tenterons, toutefois, de fournir des exemples, tirés essentiellement de l'histoire des pays d'Amérique, et ainsi d'établir les bases de cette vaste comparaison centrée autour de l'utilisation du concept de régime statistique.

Dans la plupart des pays, plusieurs régimes ont en effet caractérisé l'histoire statistique. Même si on aura tendance à faire correspondre des périodes à ces régimes, il ne faudra pas concevoir ceux-ci comme un simple habillage théorique des premières. Dans les faits, des traits de l'une peuvent certainement cohabiter avec des traits d'une autre. De plus, le découpage historique sera plutôt grossier. Il faut donc concevoir ces régimes comme des types-idéaux. Au Canada, le premier régime statistique concerne la période antérieure au milieu du XIX^e siècle. Le second s'applique bien à la période s'étendant jusqu'au premier tiers du XX^e siècle. Le troisième caractérise le cœur du XX^e siècle. Le quatrième régime, enfin, rend bien compte des particularités actuelles des systèmes statistiques. Les traits retenus pour caractériser ces régimes peuvent être sommairement définis de la façon suivante. Les *structures* feront référence à l'organisation et à la division du travail statistique. Les *normes* comprendront les règles, les prescriptions, les référents censés orienter, encadrer, voire censurer les *pratiques*. Ces dernières, enfin, engloberont les activités pour lesquelles sont déployées ressources et compétences.

Pré et proto statistique (avant 1840-60)

La période qui s'étend jusque vers 1860 a souvent été qualifiée de pré ou proto statistique (et nous serons amenés à distinguer, effectivement, un moment pré-statistique et un moment proto-statistique). Au plan des structures, il n'y a généralement pas de bureau ou d'appareil consacré à la collecte de données statistiques. Certes, des enquêtes (comptages de population, voire recensements) sont réalisées, mais elles n'impliquent pas la présence d'un bureau consacré spécifiquement au travail statistique, du moins sur une longue période. En règle générale, l'histoire des bureaux nationaux est marquée par des débuts incertains, des objectifs irréalistes compte tenu des conditions mêmes de la collecte, des

projets restés lettre morte. Au Canada, la première structure statistique, le Bureau d'enregistrement et des statistiques, est créée en 1847, afin, entre autres, d'assurer une certaine harmonisation des pratiques statistiques. Mais son rôle sur ce plan sera mineur. Selon le réformateur Joseph Charles Taché, « durant un espace de dix-sept années, il paraît que le Bureau n'a tenu que de rares assemblées dont il n'existe pas même de procès-verbal régulier »⁷. Cette période, toutefois, n'est pas exempte de travail statistique, on le verra. De fait, ce qui existe (en-dehors de ces bureaux souvent éphémères) ce sont d'une part des institutions publiques comme des ministères qui produisent, dans le cadre de leurs activités quotidiennes, des données souvent sans concertation avec les autres ministères, et, d'autre part une institution privée comme l'Église qui, dans le cadre aussi de ses activités quotidiennes, collecte des données d'état civil (sur les baptêmes, les mariages et les décès). Au Bas-Canada (qui correspond à peu près à l'actuelle province de Québec), par exemple, des tensions apparaîtront entre ces différents producteurs de chiffres. Dans un pamphlet publié en 1833 l'Abbé Maguire s'en prendra ainsi aux libéraux qui, dit-il, souhaitent évincer l'Église de la tenue des registres civils⁸. Mais outre les institutions publiques ou privées, un troisième type d'acteurs sera également actif sur le plan statistique. On pourrait, reprenant la célèbre typologie de Max Weber, les appeler des petits entrepreneurs individuels. Seuls, armés généralement d'une connaissance pratique du terrain (le pays qu'ils sillonnent à titre d'arpenteur ou de voyageur ou de cartographe), ils produisent, souvent à leurs propres frais, des études dont le caractère composite est évident (et correspond d'ailleurs à la façon de faire alors de la science). Ce sont des études à la fois cartographiques, géographiques, topographiques, statistiques, et même économiques, sociologiques, politiques, voire démographiques (avant la lettre!). Au Bas-Canada, Joseph Bouchette, Arpenteur général, produit ainsi deux ouvrages de topographie. Le premier, publié en 1815, est peu formalisé au plan statistique. Le second, *The British Dominions*, l'est bien davantage⁹. On retrouvera des travaux du même type un peu partout. Souvent, même, ces gentlemen-statisticiens se « cartelliseront » et créeront des sociétés consacrées au développement de la statistique et de la géographie. C'est le cas, par exemple, au Mexique avec la création en 1833 de l'*Instituto Nacional de Geografía y Estadística* qui publie dès 1839 un *Boletín*¹⁰. Il y a donc, et c'est un des traits marquants de ce premier régime statistique, coexistence entre « entrepreneurs individuels » et institutions publiques et privées. Bien sûr, il n'y a pas de division du travail statistique mais, au contraire, une indissociation du travail scientifique au sens où la statistique est aussi de la géographie, de la cartographie, de la topographie, etc.

Au plan des normes, la statistique apparaît comme une littérature proto-scientifique et politique, voire militante. Dans le contexte d'indépendance

⁷ Taché, 1865.

⁸ Maguire, 1833, p. 18-19.

⁹ Voir, à ce sujet, Beaud, 2009.

¹⁰ Voir à ce sujet Mayer Celis, 2003.

récemment conquise par les ex-colonies d'Amérique, par exemple, mesurer l'étendue du pays et en évaluer ou, mieux, en compter la population, est un des premiers gestes *nationaux*. L'histoire de la plupart des pays d'Amérique latine le montre aisément. En Argentine, par exemple, l'Assemblée de 1813, « dans le contexte de militarisation révolutionnaire et de guerre contre l'Espagne », décrète la réalisation d'un recensement *politique* de tous les habitants¹¹. Benedict Anderson avait d'ailleurs souligné le rôle du recensement dans l'édification de l'imaginaire national¹². Il s'agit aussi souvent, dans la perspective d'édifier un système représentatif, d'attribuer à chaque région du pays un nombre de députés proportionnel à la population : les débats à ce sujet seront parfois âpres. Ainsi au Chili en 1811, lors de la période de la *Patria Vieja*, l'absence de données sur le nombre d'habitants et donc d'une base non arbitraire pour fixer la représentation au Congrès national suscite un débat musclé qui sera temporairement réglé par la dissolution du Congrès et la tenue d'un recensement, jugé très incomplet et imparfait¹³. En Argentine, la constitution de 1853 fixe qu'un des objectifs principaux du recensement est de déterminer la base démographique pour l'élection des députés. Comme le mentionne Hernan Otero, un des effets de cette disposition sera de donner une saveur éminemment politique à l'exercice du recensement¹⁴. Dans le contexte canadien, assez différent puisqu'il n'y a pas d'indépendance par rapport à la métropole, le débat sur le chiffre de la population et le ratio par député fut malgré tout assez vif dans les années 1820-1830. De plus en plus, donc, compter et allouer correctement deviennent des attributs d'un *pays*. Se libérant progressivement de l'idée de secret, les données circulent dans ce qu'on pourrait appeler une sphère publique en formation. Cela va de pair avec l'absence de monopole de l'autorité statistique légitime. Des chiffres circulent, produits selon des principes parfois différents. Leurs mérites sont mesurés, évalués. Ainsi en 1824, la Chambre d'Assemblée du Bas-Canada interroge plusieurs spécialistes, dont l'Arpenteur général de la province, Joseph Bouchette, et le député et éditeur John Neilson, qui livrent chacun des chiffres construits dans le premier cas selon une technique s'apparentant au recensement, dans le second selon la technique du ratio.

Au plan des pratiques, donc, on notera qu'il n'existe pas alors de recensements réguliers dans bien des cas, les États-Unis et la Grande-Bretagne faisant exception. Dans une colonie comme le Bas-Canada, une partie importante des données collectées sert encore à la reddition de comptes au bénéfice de la métropole (les *Blue Books*). Des monographies statistiques sont aussi réalisées par des gentlemen-statisticiens, dans lesquelles le territoire « national » apparaît plus comme l'addition toujours incomplète de régions, de localités que comme

¹¹ Otero, 2006, p. 176. Ce recensement ne fut complété que dans les provinces de Buenos Aires et de Santa Fe.

¹² Anderson, 1996.

¹³ INE, 1999, p. 10-11.

¹⁴ Otero, 2006, p. 177-8.

un ensemble établi. Il y a en fait une sorte de dialectique entre la nation qui se construit et la statistique qui, d'une certaine façon, la fait exister.

En résumé, ce premier régime statistique couvre une bien longue période de l'histoire. Sa borne inférieure (pour parler en termes statistiques) est difficile à situer. Avant les indépendances, dans les Amériques, une pratique statistique coloniale, parfois remarquable, existait. Les traits présentés plus haut s'appliquent généralement à cette statistique coloniale ou d'ancien régime (pour les métropoles). Ainsi, avant le XIX^e siècle, on ne trouve pas de bureau spécifiquement statistique, à tout le moins dans la colonie. L'Église est également très active, statistiquement parlant, du moins dans plusieurs pays catholiques, par la confection de registres paroissiaux. Il y a peu ou pas de liens entre ces différents producteurs de données chiffrées et, de fait, pas de système statistique en tant que tel. Mais il y a aussi des traits plus accusés avant le début du XIX^e siècle, comme la non-publicité des résultats (peu compatibles avec les règles démocratiques en voie d'implantation durant le XIX^e siècle), le rôle des métropoles dans le cas des pays colonisés, et donc le caractère supranational (si l'idée de « national » peut alors avoir un sens) du travail statistique, les buts fiscaux ou militaires des décomptes de population (dont le souvenir restera présent jusqu'à aujourd'hui et sera à l'origine de bien des résistances vis-à-vis de l'exercice du recensement), l'absence de suprématie du fait chiffré par rapport à l'opinion, surtout celle des personnes dignes de foi (gens d'Église, nobles, avocats, ...), la couverture très incomplète de l'exercice de comptage (qui dépend de l'importance de la région pour la couronne), la rareté et la non-systématicité des recensements (sauf dans le cas de la Nouvelle-France et des réformes des Bourbons dans l'Amérique espagnole), et, enfin, l'absence d'accumulation d'un savoir statistique. Tous ces traits se déliteront progressivement durant les premières décennies du XIX^e siècle. On pourrait ainsi qualifier de pré-statistique la pratique antérieure au XIX^e siècle (voir tableau 1) et de proto-statistique celle de la première moitié du XIX^e siècle (voir tableau 2). Joseph Bouchette, Arpenteur-général du Bas-Canada pendant presque les quarante premières années du XIX^e siècle, traduit bien, par ses activités et ses écrits, certains des traits de ce régime pré et proto statistique. Dans son texte majeur, publié en 1831, il résume ainsi sa démarche pour produire certaines données statistiques : « The curate, as well as the seigneur, is [...] competent to form a correct estimate of the produce of the parish over which he presides, the extent of the land in cultivation, the nature and amount of the farming stock and population »¹⁵. Même si la pratique statistique moderne émerge à l'époque, à travers l'activité de recensement et la création de l'individu statistique et, ce faisant, de la population, les autorités traditionnelles, les notables, détiennent encore un savoir « sociologique » indispensable pour le proto-statisticien.

¹⁵ Bouchette, 1831.

La nationalisation statistique (1840-60 à 1920-40)

Par contraste, le petit siècle qui suit est celui de la mise sur pied de structures statistiques publiques stables, voire permanentes. On assiste un peu partout à la création en chaîne de bureaux statistiques nationaux, de commissions de statistique et de bureaux statistiques dans les ministères. En Argentine, par exemple, c'est en 1894 que se crée la *Dirección General de Estadísticas de la República Argentina*; une *Oficina de Estadística Nacional* avait bien existé entre 1864 et 1875, mais, pour Hernan Otero, il faut considérer 1894 « como una clara línea divisoria en la historia de la estadística nacional »¹⁶. Au Chili, la *Oficina de Estadística* est créée en 1843 et semble avoir été assez vite un succès; quelques mois plus tôt, le constat fait par plusieurs était que le Chili vivait dans une sorte de « caos estadístico »¹⁷. L'expression de chaos est, d'ailleurs, assez généralisée au XIX^e siècle. On la retrouve chez Joseph Charles Taché, au Canada, un peu plus tard. Elle fait partie de l'attirail rhétorique des réformateurs, tout comme l'idée que la statistique est à établir (« estadística en Chile esta todavía por establecerse ») ou qu'il faut bien fixer, grâce à la statistique, l'état actuel du pays pour mesurer ensuite le chemin parcouru (depuis la révolution, l'indépendance, l'établissement du régime représentatif, etc.). Parallèlement, les ministères à vocation économique, puis les ministères du travail, ces derniers se développant au tournant du XX^e siècle, seront de gros producteurs de données statistiques. Au Canada, un ministère du Travail voit le jour en 1900¹⁸. Très vite, se pose la question de la coordination du travail statistique. Divers modèles circulent, celui attribué à Adophe Quetelet qui va largement servir de référence pendant la deuxième moitié du XIX^e siècle¹⁹ et, plus tard, le modèle plus radical de la centralisation statistique qui, au début du XX^e siècle, sera largement invoqué et discuté. Sur ce plan, le Canada offre l'image de la réussite la plus spectaculaire des idées centralisatrices²⁰ après avoir été présenté par les réformateurs canadiens des décennies antérieures comme un des pires exemples d'organisation (ou plutôt d'inorganisation) statistique. Robert Hamilton Coats, qui sera le premier statisticien en chef du Dominion, mobilisera des ressources à la fois politiques (l'Acte de l'Amérique du Nord britannique qui alloue les statistiques au fédéral, l'appui de son ministère de tutelle, entre autres) et discursives (un plaidoyer sophistiqué sur les mérites de la centralisation), pour bâtir un bureau central fort, le Bureau fédéral de la statistique. La centralisation sera à la fois horizontale (c'est-à-dire qu'elle impliquera un transfert du pouvoir statistique – de créer des nomenclatures, de procéder à des enquêtes, ...- des ministères vers le bureau central) et verticale (c'est-à-dire qu'elle imposera des limites assez strictes au développement de statistiques provinciales). Bien sûr, la

¹⁶ Otero, 2006, p. 193.

¹⁷ INE, 1999, p. 13.

¹⁸ En Grande-Bretagne, un *Labour Statistical Bureau* est créé en 1886 au sein du ministère du Commerce; il se transforme en 1893 en un *Labour Department* indépendant. Aux États-Unis, le *Bureau of Labor* naît en 1884. En France, un Office du travail apparaît en 1901.

¹⁹ Ce modèle est inspiré de l'expérience de la Commission centrale de statistique, créée en 1841.

²⁰ Voir, sur ce plan, Beaud et Prévost, 1993 et 1997.

centralisation ne sera ni totale, ni assurée pour une longue période. De fait, elle n'a pas empêché le Québec de développer son propre système statistique, ni d'autres provinces à emboîter le pas au Bureau des statistiques de Québec (né en 1913). Elle s'est butée aussi à la tendance naturelle de tout ministère à créer si ce n'est un bureau statistique, du moins du chiffre sans nécessairement suivre les directives du BFS. Avec la complexification du travail étatique, s'impose une division du travail de collecte et de production de données statistiques. Les organigrammes des bureaux centraux deviennent de véritables arbres aux multiples ramifications, surtout dans le cas des systèmes statistiques centralisés, comme au Canada. En 1919-1920, l'organigramme officiel du Bureau fédéral de la statistique comprend jusqu'à six niveaux et une douzaine de divisions!²¹ Bien sûr, dans les systèmes décentralisés, la complexité est davantage au plan du système qu'à celui du bureau.

Au plan des normes, le trait principal, c'est l'émergence d'un discours de type administratif/scientifique contrastant fortement avec le discours parfois explicitement politique du régime antérieur. À partir du moment où la morphologie des bureaux est complexe, les statisticiens deviennent aussi des administrateurs, du moins au niveau supérieur de l'organisation. Ils doivent gérer des hommes et pas seulement des chiffres. Les machines étatiques sont elles aussi devenues plus complexes. Elles s'autonomisent quelque peu du pouvoir politique qu'elles servent ainsi que de la population qu'elles scrutent de plus en plus finement. La fin du XIX^e siècle, d'ailleurs, avait vu le développement des idées de réforme administrative, particulièrement aux États-Unis. Les réformes des structures statistiques (centralisation, coordination, création de divisions, ...) sont d'ailleurs souvent, alors, présentées comme des procédés plus techniques que politiques. Parallèlement, on assiste à une dépersonnalisation des écrits statistiques. Les œuvres des gentlemen-statisticiens qui font *tout*, du travail de collecte à celui d'analyse et de publication, ne sont bientôt plus envisageables. Si la littérature de voyage, source de données parfois quantitatives, avait été dépossédée de sa puissance informative bien avant le milieu du XIX^e siècle et si la littérature topographique, qui l'avait en quelque sorte remplacée, avait elle aussi connu un déclin vers le milieu du siècle, la littérature statistique privée subissait à son tour la concurrence de la littérature statistique publique durant la deuxième moitié du XIX^e siècle. Au Canada, on peut dire que la controverse de 1872 entre Joseph Charles Taché et Arthur Harvey à propos des résultats du recensement de 1871 et qui voit le statisticien d'appareil l'emporter sur le statisticien privé, sonne le glas d'une littérature qui n'a plus les moyens de sa politique²². Les textes des statisticiens deviennent donc de plus en plus des textes d'organisation, généralement non signés ou du moins dont la signature est indissociable du bureau. Il y a aussi une rétraction de l'espace de circulation des textes statistiques. Ils seront de moins

²¹ Worton, 1998, p. 321.

²² Voir, à ce sujet, Harvey (1872) et Taché (circa 1872). Sur le débat, voir Bruce Curtis (2001), p. 287-293.

en moins compréhensibles pour le commun des mortels et de moins en moins intéressants en ce sens qu'ils toucheront, en apparence peut-être, de moins en moins directement à la politique telle qu'elle se vit. Les artefacts statistiques se multiplieront. Certains, comme le taux de chômage, seront peu à peu introduits dans le discours politique. Mais la plupart resteront des artefacts. Cette rétraction est donc sans doute l'effet de la technicisation du discours, elle-même la conséquence de la bureaucratisation et de l'émergence d'un savoir statistique ésotérique, que la mathématisation (surtout nette dans le régime suivant) de la statistique amplifiera. Car la statistique s'autonomise comme discipline. Si encore, durant la période des congrès internationaux de statistique, le modèle quetelétien arrivait à faire cohabiter statisticiens d'appareil, savants et gentlemen, les réunions de l'Institut international de la statistique seront peu à peu le lieu de rencontre des seuls statisticiens experts (directeurs de services de statistique, professeurs, membres de sociétés de statistique)²³. Les normes elles-mêmes tendront à converger sous l'effet des travaux des organisations internationales, des publications spécialisées (comme le *Journal de la Société de statistique de Paris*, créé en 1860, ou le *Journal of the Royal Statistical Society*, créé en 1887, mais qui succédait au *Journal of the Statistical Society of London* fondé en 1838). Ces transformations seront ressenties très tôt dans les pays d'Amérique. En Argentine, par exemple, à compter des années 1860, les statisticiens participent, certes sur un mode mineur, à la « mondialisation des chiffres », pour reprendre l'expression d'Otero²⁴. En 1872, lors du Congrès international de statistique de Saint-Petersbourg, on note pour la première fois la présence de statisticiens brésiliens.

Au plan des pratiques, deux traits se dégagent. D'abord, la régularisation et la systématisation du recensement comme source d'information. Dans bien des pays, on instaure le principe d'un recensement décennal. Au Canada, la Loi constitutionnelle de 1867 stipule que « dans le recensement général de la population du Canada qui, en vertu de la présente loi, devra se faire en mil huit cent soixante et onze, et tous les dix ans ensuite, il sera fait une énumération distincte des populations respectives des quatre provinces »²⁵. Au Chili, la loi du recensement de 1853 prévoit aussi un intervalle de dix ans entre les recensements. De fait, des recensements chiliens eurent lieu en 1854, 1865, 1875, 1885 et 1895²⁶. Au Brésil, la constitution de 1891 prévoit un recensement décennal. L'intervalle de dix ans n'est pas respecté partout, mais il est clair que cela fournit un cadre solide pour l'activité statistique. De plus, une concertation au plan international tend à aligner les dates de recensement. Par exemple, la quatrième conférence interaméricaine tenue à Buenos Aires en 1910 recommandait aux gouvernements du continent américain de prendre les moyens pour tenir un recensement dans le cours de

²³ Gagnon, 2000.

²⁴ Otero, 2006, p. 213-217.

²⁵ http://lois.justice.gc.ca/fr/const/c1867_f.html; consulté pour la dernière fois le 11 août 2009.

²⁶ INE, 1999, p. 18.

l'année 1920²⁷. C'est aussi durant cette période que se tient le premier recensement national vraiment « moderne », c'est-à-dire celui qui respecte les règles actuelles. C'est bien sûr un truisme : les règles qui alors s'édifient, ou du moins forment alors système, n'ont pu avoir de résonance qu'à l'époque ou après²⁸. De fait, pour Otero, le recensement argentin de 1869 est le premier authentiquement moderne, parce qu'il est produit par un organisme spécifiquement chargé de l'exercice, parce que des questions identiques sont posées à tous les habitants du pays (ce qui implique et en même temps « certifie », « authentifie » l'unification du pays), et surtout parce qu'il est exempt de considérations extra-statistiques (fiscales, militaires, religieuses)²⁹. Au Chili, on retiendra la date de 1865 et au Canada, celle de 1871³⁰. De la Peña, s'appuyant certes sur des critères plus larges et plus politiques, propose, quant à lui, la date de 1877 pour le Mexique³¹. Mais le trait le plus remarquable du régime, c'est la puissance, la constance de l'investissement dans la construction du territoire national. Durant toute la période, et c'est évidemment surtout vrai pour les pays neufs (quoique, d'une certaine façon, ce soit aussi le cas des vieux pays), la statistique, qui prend alors les habits d'une véritable science de l'État, va contribuer d'une part à faire exister le pays comme territoire complètement (ou presque) cerné, cartographié, mesuré, d'autre part à imposer l'ensemble national ou étatique comme base de comparaison, comme norme, comme pivot. Les régions, les territoires locaux seront de plus en plus appréhendés comme des sous-parties de l'ensemble national alors que dans le régime précédent c'était plutôt l'inverse, le territoire national apparaissant comme la somme des territoires, contrôlés ou non, connus ou non. Par exemple, en Argentine, la conquête du territoire n'est complétée qu'en 1884, et au Mexique la carte de l'ensemble du pays n'est réalisée qu'en 1851. On sait par ailleurs que beaucoup plus tôt, certes, la statistique française des préfets avait échoué du fait, entre autres, des difficultés d'arrimage entre les territoires locaux et le territoire national³².

En résumé, pour le Canada, ce régime peut être défini comme celui de la nationalisation des statistiques. En 1918, avec l'établissement d'un bureau statistique central, tout est en place pour donner la pleine mesure à un pays qui en 1867 s'était défini sur une base fédérative (malgré le terme utilisé alors de « confédération »). Robert Hamilton Coats, fondateur du Bureau fédéral de la statistique dont il sera le premier statisticien en chef, résume avec force les traits majeurs de ce régime. Dans un texte de 1916, il déclare : « Thus the final concept

²⁷ INE, 1999, p. 20.

²⁸ Même s'il est vrai, comme le font les Canadiens, que l'on peut trouver des recensements presque modernes bien plus tôt. À ce sujet, le discours sur le recensement de la Nouvelle-France, réalisé en 1666-67 par l'intendant Jean Talon, est particulièrement intéressant. Pour Robert Hamilton Coats, « It is usual to start off the history of Canadian statistics with a bang. The honour of taking the first census of modern times belongs to Canada! », Coats, 1946.

²⁹ Otero, 2006, p. 186.

³⁰ Voir à ce sujet Curtis, 2001, p. 304.

³¹ De la Peña, 1994, p. 88.

³² Bourguet, 1988.

in the organization of our national statistics should be that of a national laboratory for social and economic research »³³. Mais ailleurs aussi se met en place un véritable outil de mesure, plus ou moins efficace, certes, au service de l'ensemble national. C'est bien pour cela que toute une tradition a vu dans la statistique et singulièrement dans le recensement un outil de construction de l'imaginaire national. Sur ce plan, l'étude de Leticia Mayer pour le Mexique, même si elle porte sur la première moitié du XIX^e siècle et donc sur le régime précédent, est tout à fait significative³⁴.

Le macro-management statistique (1920-40 à 1980-90)

Amorcé durant la période précédente, le mouvement vers la centralisation va connaître son apogée durant le régime marqué par le principe du macro-management. La crise des années trente et la Seconde Guerre mondiale vont promouvoir une gestion étatique par en haut et synthétique, que le concept de comptes nationaux va symboliser. Les systèmes statistiques centralisés vont être en synchronie avec des politiques étatiques globales, « macro », tout comme des systèmes plus décentralisés seront « synchro » avec le régime suivant marqué par les idées néo-libérales. Si le Bureau fédéral de la statistique est créé en 1918 et s'il offre assez vite l'image d'un bureau structurellement moderne parce que centralisé, il fonctionne toutefois pendant assez longtemps avec une équipe restreinte issue pour partie de l'ancien *Census and Statistics Office* né en 1905. C'est surtout à compter des années trente, pendant la Seconde Guerre mondiale et dans les décennies qui suivent que le bureau se développe vraiment. Un indice probant est fourni par le nombre d'employés. Pendant une bonne partie de la période, le nombre d'employés permanents comme temporaires est présenté ostensiblement dans les rapports annuels. Il est alors le signe du développement de l'activité du Bureau et donc de son importance et de son succès (?). Il passe de 123 personnes-années en 1918-19 à 253 en 1923-24, puis à un peu moins de 300 au début des années trente, un peu plus de 400 en 1936, 600 en 1939, 1200 en 1948, environ 1400 en 1951, pour redescendre à un peu plus de 1300 pendant quelques années, remonter à 1411 en 1956, 1449 l'année suivante, pour atteindre 3545 en 1972!³⁵. Mais on peut aussi mentionner la croissance des coûts du recensement décennal qui passent de 0.73\$ (en dollars 1971) par capita en 1871 à 1.23\$ en 1901 pour redescendre à 0.57\$ en 1921 et ne cesser de grimper par la suite pour atteindre 1.90 en 1971. On peut également mentionner les dépenses du Bureau central en pourcentages du PNB aux prix du marché : elles restent assez stables, à environ 0,15%, pendant les années quarante

³³ Coats, 1916.

³⁴ Mayer Celis, 1999.

³⁵ Worton, 1998, p. 83, 124, 225, 266. Tous ces chiffres excluent le personnel temporaire affecté au recensement.

et cinquante, pour ensuite grimper à près de 0,30% en 1970-71 (évidemment durant les années de recensement, les taux sont toujours plus importants). Mais, surtout, sa croissance est plus forte que celle des dépenses du gouvernement fédéral pendant la même période (qui reste à environ 15% du PNB de 1947 à 1971-72)³⁶. Ce n'est donc plus du tout le même type d'organisation, en 1971, au moment où le Bureau fédéral de la statistique devient Statistique Canada, qu'en 1918 lorsque Coats portait le BFS sur les fonts baptismaux! Et même si son histoire est loin d'être un jardin de roses (difficultés à recruter des spécialistes, et surtout des économistes, du fait d'un système de rémunération peu attrayant, débuts chaotiques des travaux d'estimation du revenu national, etc.), il reste que l'*image*, en bout de course, est plus positive que négative. C'est sans doute aussi l'effet rétrospectif du succès des années Fellegi! Les cas de centralisation statistique sont nombreux : on peut citer ceux de l'Estonie en 1921, de la Tchécoslovaquie en 1919, de l'Irlande dans les années qui ont suivi l'établissement de l'État libre, de l'Allemagne en 1934, de l'Italie fasciste en 1929, de l'Australie, de la Turquie, du Mexique en 1923, etc. Même dans le cas des systèmes décentralisés, ce régime favorisera plutôt la concentration, la centralisation, à tout le moins la coordination que les processus inverses. En 1940, lors du 8^e Congrès scientifique américain tenu à New York, la résolution n° 10 présente bien, d'ailleurs, les défis auxquels sont confrontés alors les systèmes statistiques décentralisés. Elle dit à peu près ceci : la planification et la coordination des activités statistiques constituent des tâches particulièrement ardues dans le cas des fédérations et des systèmes statistiques décentralisés; elle ajoute que la nation brésilienne s'est attelée à ces tâches avec courage, intelligence et habileté!³⁷. En Grande-Bretagne, au même moment, se met en place un *Central Statistical Office* dont le mandat consiste essentiellement à rassembler les statistiques des différents ministères et à veiller à ce qu'elles soient élaborées à partir des mêmes principes. Aux États-Unis, c'est en 1933 qu'est créé le *Central Statistical Board*³⁸. La logique centralisatrice pousse à la concentration de la main-d'oeuvre, des ressources et des activités dans une seule organisation. Mais la centralisation n'est jamais complète, ni définitive. Au Canada, pourtant exemple apparemment heureux de centralisation, le principe en est discuté, voire contesté. Au début des années 1960, la commission Glassco se penche, entre autres, sur la question d'une plus grande décentralisation des opérations et de l'administration dans les ministères et bureaux du gouvernement fédéral canadien. Elle conclut, après avoir soupesé les arguments favorables ou non à la centralisation que « it is impossible to evaluate [them] ... on any basis that is not, fundamentally a matter of subjective judgment »³⁹. S'appuyant sur l'expérience du BFS, jugée positive, les auteurs du rapport optèrent, malgré tout, pour la centralisation. Les progrès technologiques vont aussi renforcer cette tendance centralisatrice : les

³⁶ Worton, 1998, p. 319-320.

³⁷ Senra, 2008, tome 3, p. 528.

³⁸ Voir à ce sujet Beaud et Prévost, 1997.

³⁹ Worton, 1998, p. 271.

machines calculatrices, les ordinateurs de plus en plus puissants plaident pour un renforcement du centre. Il n'est pas alors possible, dit-on, de doter les bureaux de ministères des outils les plus sophistiqués. Seul le centre serait alors en mesure d'en faire un usage rentable. C'est du moins le discours de centralisateurs comme Robert Hamilton Coats. Cette période est caractérisée par une application de plus en plus systématique des principes de division du travail (organisation scientifique du travail, taylorisme, fordisme). Le modèle de gestion est de type « top-down ».

Au plan des normes, quelques traits caractérisent la période. D'abord, la forte teneur techniciste du discours de l'institution statistique. Au discours administratif/scientifique typique du régime précédent se greffe maintenant une dimension techniciste. Le grand succès canadien en matière de publication statistique est sans doute la revue *Technique d'enquête* dont la réputation est internationale. Elle voit le jour en 1975 et symbolise un mouvement enclenché depuis déjà un certain temps. L'autre trait, qui durcit une tendance du régime précédent, est l'antinomie marquée entre la politique et la science. Au Canada, mais ce trait semble être assez général, le bureau central *ne fait pas de politique*. Avec le risque, qu'il lui faut écarter régulièrement, qu'il ne soit perçu que comme un simple dispensateur de chiffres et donc, par exemple, qu'il n'attire que des professionnels de deuxième ordre. Pour le Bureau fédéral de la statistique, et après lui pour Statistique Canada, ce fut l'écueil à éviter. Il lui a donc fallu s'imposer également comme dispensateur d'analyses. Avec le risque, cette fois, qu'il soit accusé de prendre position, voire de prendre parti. Dans son livre sur l'histoire du Bureau fédéral de la statistique, David Worton décrit bien le contexte difficile dans lequel ont évolué les statisticiens canadiens. Leur légitimité passait par le chiffre, mais ne devait pas s'y limiter. L'analyse devait donc être *impeccablement* scientifique et ce faisant prendre appui sur des méthodes et techniques (quantitatives, si possible). Le Bureau fédéral de la statistique et, encore plus, Statistique Canada optèrent clairement pour la voie de l'expertise technique, que le nom de Nathan Keyfitz symbolise à merveille. Cela se traduit naturellement par le développement d'un ésotérisme qu'alimenta la jonction, typique du XX^e siècle et commune à tous les grands pays, entre statistique publique et statistique savante (ou mathématique) : la revue *Technique d'enquête*, encore une fois, témoigne de ce lien. Paradoxalement, on assista également à une imprégnation de plus en plus nette du discours ambiant (politique, social) par les artefacts statistiques : indicateurs divers, taux, concepts. Si l'on pousse ces traits structurels et normatifs, ce qui se détache à l'horizon, c'est l'idée d'un monopole de la statistique légitime.

Ce monopole, les pratiques, elles-mêmes, vont, temporairement, le renforcer : mise sur pied des comptes nationaux, développement des techniques d'échantillonnage⁴⁰ et multiplication des enquêtes sont les trois traits majeurs qui, tous, semblent appeler un bureau central fort. Avec l'arrivée d'ordinateurs de plus en plus puissants, ce sont ses capacités mêmes de produire qui se trouvent

⁴⁰ Voir à ce sujet Beaud et Prévost, 1998.

découplées. De pareilles transformations ont été relevées par les historiens des différents appareils statistiques nationaux; pour Duncan et Shelton, par exemple, l'échantillonnage probabiliste et ses applications constituent le premier élément de ce qu'ils appellent une révolution dans les statistiques officielles aux États-Unis⁴¹. Le développement de la comptabilité nationale est également *absolument* central pour la période. Comme le montre André Vanoli, cette comptabilité puise en partie dans une tradition assez ancienne, celle des estimations du revenu national. Ces dernières apparaissent dès le XVII^e siècle avec un Petty, mais elles se généralisent au XX^e siècle, le Canada, sur ce plan, faisant œuvre de pionnier (1925)⁴². Toutefois, la comptabilité nationale se distingue de ces estimations en ce sens qu'elle cherche à « bâtir des comptes de la nation à l'image des comptes des entreprises, mais de manière plus ambitieuse et non de calculer seulement une ou quelques grandeurs significatives »⁴³. Elle se distingue donc aussi de la comptabilité privée. Et il aura fallu environ quinze années (1930 à 1945), marquées par la crise de 1929, les travaux de Keynes et la Seconde Guerre mondiale, pour que l'on passe des estimations, de plus en plus sophistiquées, du revenu national à un système de comptes nationaux⁴⁴. Par la suite, la plupart des pays se doteront d'une forme ou une autre de comptabilité nationale⁴⁵ et très vite apparaîtront des tentatives d'harmonisation des cadres nationaux de cette comptabilité. Au Brésil, par exemple, c'est en 1946 que, pour la première fois, l'idée de mettre sur pied des comptes nationaux est évoquée par Teixeira de Freitas, alors Président de l'Institut interaméricain de statistique (IASI), à propos d'une éventuelle visite de Simon Kuznets. Par la suite la Fondation Getulio Vargas et l'IBGE s'activeront sur le front des comptes nationaux⁴⁶. Le dernier trait, la multiplication des enquêtes, est à la fois la conséquence pratique d'une transformation, l'introduction de l'échantillonnage, et la condition d'une autre transformation, la mise sur pied de comptes nationaux. La programmation d'un organisme comme le BFS puis Statistique Canada est de plus en plus considérable. Elle justifiera des demandes de ressources (financières et humaines) additionnelles. Avec le danger d'une bureaucratisation accrue.

En résumé, ce troisième régime est marqué par l'idée de macro-management statistique, dans ses versions soft, comme aux États-Unis, ou hard, comme au Canada. Comme le mentionne, encore une fois, Vanoli, la macro-économie et les comptes nationaux sont en fait les produits des mêmes facteurs structurels. L'influence des thèses keynésiennes est patente tout comme la conception de la statistique comme science.

⁴¹ Duncan and Shelton, 1978.

⁴² Vanoli, 2002.

⁴³ Vanoli, 2002, p. 10.

⁴⁴ Vanoli, 2002, p. 34 et suivantes.

⁴⁵ Voir à ce sujet Desrosières, 2008.

⁴⁶ Senra, tome 3, 2008, p. 525. Voir aussi Senra, 2009.

La statistique dans un contexte de mondialisation néo-libérale

À l'heure de la mondialisation, qui apparaît comme une thématique obligée dans les discours des élites statistiques au tournant du XXI^e siècle, le « national » fait l'objet de questionnements : que reste-t-il de souveraineté nationale alors que des flux financiers parcourent la planète? C'est donc une bonne partie des traits de ce régime qui vont être remis en cause. Du point de vue des technologies, le développement de la micro-informatique et d'Internet va fragiliser l'argumentaire centralisateur. En Australie, par exemple, c'est en 1983 que les ordinateurs personnels sont introduits dans le Bureau, sur une base d'abord *d'essai*. On mesurera cependant l'énorme changement que cette nouvelle technologie provoquera, en lisant le compte-rendu que fait l'*Australian Bureau of Statistics* de sa mise en œuvre concrète et en regardant aussi les photographies, fort suggestives. Pendant quelques décennies, les ordinateurs deviennent de plus en plus gros et donc de plus en plus puissants. L'espace qu'ils en viennent à occuper dans le Bureau devient considérable. Et, bien sûr, cette croissance coûteuse (en capitaux et en espace) est difficilement compatible avec l'idée de dissémination de la technologie⁴⁷. Par la suite, c'est une course inverse à la miniaturisation : le nombre de postes de travail augmente alors que les machines elles-mêmes deviennent de plus en plus petites et malgré tout de plus en plus puissantes. Cette miniaturisation est, par contre, favorable à la dissémination et donc à des formes de décentralisation. L'argumentaire centralisateur est également remis en cause par les transformations économiques et politiques que connaissent bien des pays depuis une trentaine d'années : tendance à l'intégration continentale (construction européenne et Eurostat, Accord de libre-échange de l'Amérique du Nord, etc.) et à des formes diverses de régionalisation (portées souvent par des revendications autonomistes). En gros, les pays et les systèmes statistiques qui les mettaient en chiffres sont soumis à des pressions à la fois supranationales et infranationales. Sur un plan plus normatif, les États sont confrontés à la fois à une critique néo-libérale ou néo-conservatrice (trop d'État, trop d'intrusion dans la vie privée) et à une critique insistant sur l'idée d'un déficit démocratique. Droite, gauche se rejoignent sur ce plan, souvent : on nous mesure, on nous scrute, on nous met en chiffres, on nous « statistique » (Balzac utilise, par dérision, le verbe « statistiquer » dès 1830). Les bureaux et les systèmes statistiques vont ainsi connaître des transformations telles qu'on peut percevoir l'apparition d'un nouveau régime, d'un nouveau mode de production du savoir statistique, s'organisant dans le cadre de la mondialisation néo-libérale.

Au plan des structures, donc, quelques traits majeurs peuvent être dégagés. D'abord, bien des systèmes sont soumis à des formes diverses de décentralisation structurelle. Même un système aussi centralisé que celui du Canada est soumis à des tensions de ce point de vue. Le Bureau de la statistique du Québec se transforme ainsi en Institut de la statistique du Québec en 1998 par absorption de

⁴⁷ Australian Bureau of Statistics, 2005, p. 175 et suivantes.

trois autres structures productrices de chiffres. Assez curieusement, malgré ce qui pourrait apparaître comme une centralisation au plan provincial (et, certes, une décentralisation au plan fédéral), le système statistique québécois est présenté par l'ISQ comme un système décentralisé! Il existe, sur ce plan, des exemples particulièrement spectaculaires de décentralisation, comme celui de l'Espagne, en lien, bien sûr, avec la quasi-fédéralisation du pays. L'institution des Communautés autonomes entre 1979 et 1984 a, entre autres, conduit à la promulgation de lois statistiques et à la création de bureaux statistiques régionaux (ainsi EUSTAT, l'agence statistique autonome du Gouvernement basque, est créé en 1986 ; ISTAC, l'Institut de statistique des Îles Canaries, voit le jour en 1991 ; etc.). On pourrait citer également le cas de l'Italie, de l'Australie ou même celui de la France. La critique de la bureaucratie dans l'appareil statistique est souvent une autre façon de dénoncer une trop forte centralisation et peut se transformer en plaidoyer pour la décentralisation, la déconcentration ou, à tout le moins, un allègement ou une modification de la structure⁴⁸.

De telles propositions sont légion dans le monde des bureaux statistiques depuis une trentaine d'années. Au Chili, par exemple, la période débutant en 1998 est présentée comme celle de la *modernisation intégrale* du Bureau, aussi bien de ses structures, de son rôle dans le système statistique que de son image externe⁴⁹. Bien sûr, il s'agit en partie d'un effet de perspective. Les textes les plus récents rédigés par des statisticiens des bureaux et qui obtiennent l'imprimatur de la direction véhiculent le discours du Bureau qui, naturellement, parlera de modernisation à propos de la période actuelle. Un texte écrit en 1960 présenterait sans doute la période des années 1950 comme celle de la modernisation. Mais il y a plus que cela. C'est vraiment un nouveau complexe de structures, normes et pratiques, un nouveau régime statistique, qui émerge vers 1980-90 un peu partout, sous des formes diverses. Il est associé aussi à des formes diverses de concertation supranationale. Ainsi, le Canada, les États-Unis et le Mexique ont signé un accord de libre-échange qui s'est traduit, notamment, par le développement d'un système de classification des industries pour l'Amérique du Nord, qui « vise à offrir des définitions communes de la structure industrielle des trois pays ainsi qu'un cadre statistique commun pour faciliter l'analyse des trois économies »⁵⁰. Élaboré en 1997 et mis en place au Canada dès 2001, ce système a déjà subi deux révisions, en 2002 et en 2007. La dernière version a été approuvée dès 2007 au Canada; au Mexique son utilisation a été rendue obligatoire par La *Junta de Gobierno* de l'*Instituto Nacional de Estadística y Geografía* (INEGI) durant l'été 2009.

⁴⁸ Voir, par exemple, concernant la Brésil, les critiques de Simon Schwartzman en 1995 relativement à la structure bureaucratique et inefficente de l'IBGE, in Senra, 2009, p. 450-2. Parmi les actions qu'il propose alors, figure l'actualisation du système informatique pour passer « da atual cultura centralizada de main-frame para um sistema decentralizado em redes interligadas de microcomputadores e servidores ».

⁴⁹ INE, 1998, p. 25.

⁵⁰ Le Système de classification des industries de l'Amérique du Nord (SCIAN 1997) est mis en place dès 2001 au Canada où il remplace l'ancienne Classification type des industries datant de 1980 (CTI). http://www.statcan.ca/francais/concepts/SNA/naics_f.htm

Dans le cas du Canada, il s'agit d'un renversement de perspective dans la mesure où la Classification type des industries (CTI) de 1980 était organisée en fonction des biens produits ou de leur utilisation finale alors que le SCIAN est structuré en fonction des procédés de production et que, de plus, il permet aussi au Canada de respecter la troisième révision de la Classification internationale type, par industrie, de toutes les branches d'activité économique (CITI-Rév. 3) des Nations Unies. Est également sur le point d'apparaître un Système de classification des produits de l'Amérique du Nord (SPAN) qui deviendra la classification normalisée des biens et services (une version provisoire a été élaborée en 2007). En Europe, la coopération statistique est beaucoup plus avancée encore, Eurostat jouant un rôle important dans la mise sur pied de normes communes aux bureaux européens et dans les processus d'évaluation des pratiques. Par exemple, dans la deuxième moitié de 2006, l'INE espagnol et Eurostat ont procédé à une évaluation (et donc aussi partiellement à une *autoévaluation*) des activités du bureau central espagnol en relation avec les principes et indicateurs du code de bonnes pratiques du bureau⁵¹. Dans le cas des pays du Mercosur, par contre, la coopération statistique est nettement moins avancée. Depuis 1998, plusieurs projets d'harmonisation, de coopération, parfois avec d'autres pays comme le Chili ou avec l'Union européenne, ont été mis sur pied. Actuellement, un projet d'harmonisation et de développement des statistiques sociales avec la participation d'Eurostat est en cours de réalisation. D'autres instances d'harmonisation existent, bien sûr, comme la *Conferencia Estadística de las Américas de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe* (CEA-CEPAL), etc.

Les transformations structurelles ont souvent eu un effet, plus ou moins prolongé, sur le budget et le personnel des bureaux nationaux. Une décentralisation a *naturellement* un impact sur ces deux postes. Mais le contexte idéologique, marqué par la montée des critiques néo-conservatrices de la bureaucratie, a contribué à poser comme centrale la question de la taille et des attributions du bureau central. En Grande-Bretagne, par exemple, le rapport Rayner, qui faisait suite à une analyse complète des services statistiques étatiques menée en 1980, a conduit à repenser en profondeur les activités statistiques de l'État, à faire dépendre davantage qu'auparavant la production de données statistiques des besoins gouvernementaux⁵², et s'est traduit par d'importantes coupures dans les budgets et le personnel et, ultimement, par une crise de confiance que le système statistique britannique n'a pas encore totalement réussi à surmonter. Signe de croissance et de succès sous le régime antérieur, l'augmentation (ou même la stagnation) du nombre d'employés de Statistique Canada, par exemple, devient suspecte sous le régime actuel. Le « downsizing » s'impose souvent dans un premier temps et accompagne la restructuration, jugée nécessaire, des bureaux

⁵¹ *Peer Reviews* del Sistema Estadístico Europeo (SEE) realizadas en el marco de la implantación del Código de buenas prácticas de la estadística europea http://www.ine.es/ine/codigobp/peer_reviews_del_see.pdf

⁵² Hoinville and Smith, 1982, p. 202-207.

statistiques. Il n'est pas étonnant que l'information sur le nombre d'employés, étalée au grand jour dans les rapports annuels d'avant 1980, devienne presque « invisible » par la suite. En fait, c'est la première fois, dans l'histoire des bureaux statistiques, que la croissance (en termes de personnel et de centralité) est remise en cause de façon presque systématique et prolongée. On comprend que, comme toute organisation dans un tel contexte, tout bureau statistique ait résisté. Il semble qu'il l'ait fait d'autant mieux qu'il s'inscrivait dans le cadre d'un système statistique centralisé. Il reste que les années 1990 ont souvent été difficiles pour les bureaux de chiffres et que les statisticiens en chef ont été tentés de dire, une fois la tempête passée (si elle est passée!), qu'ils ont su « éviter le pire », c'est-à-dire ce qui est arrivé en Grande-Bretagne. Dans le cas du Brésil, l'IBGE est lui aussi passé par de durs moments au tournant des années 1990. Dans son texte *O Presente e o Futuro do IBGE* de décembre 1994, Simon Schwartzman déclarait :

Infelizmente, esta história de relevância, prestígio e dedicação tem sido acompanhada, nos últimos anos, por dificuldades crescentes que colocam em risco a reputação adquirida, e lançam dúvidas sobre o futuro. Resultados de pesquisas importantes levam anos para serem divulgados; usuários e pesquisadores que necessitam de dados encontram dificuldades em consegui-los. Greves periódicas paralisam os trabalhos, criam animosidades, interrompem pesquisas cruciais, e criam a imagem de uma instituição dominada pela pressão de grupos corporativos sem compromisso com suas finalidades. Em dez anos, dez presidentes se sucederam em sua direção, dando uma imagem de instabilidade que vem associada à inexistência de projetos de desenvolvimento institucional de longo prazo.⁵³

Simon Schwartzman propose, dans le même texte, des solutions dont certaines ont une parenté avec le message néo-libéral. Il plaide, ainsi, pour que l'IBGE développe sa capacité de générer des recettes propres au moyen de ventes de produits aux organismes gouvernementaux et non gouvernementaux de façon à réduire la vulnérabilité de l'institution aux restrictions et instabilités budgétaires⁵⁴. Et pourtant, dans bien des pays, les difficultés ont été associées à ce même néo-libéralisme, dont on serait éventuellement sorti, non sans mal. C'est le « on a évité le pire ». Qu'est-ce que cela signifie? Sans doute que le néo-libéralisme, les critiques néo-conservatrices de la bureaucratie et de l'État, et c'est ce qui explique leur popularité, frappaient sur une cible dont la légitimité fléchissait : la bureaucratie, même statistique. Il est clair que ces courants ont imposé un vocabulaire, des thématiques, des concepts, des façons de penser, qu'ils ont construit les termes d'un débat dont il reste bien quelque chose, une fois leurs aspects les plus idéologiques discrédités, rejetés, comme dans le cas de la Grande-Bretagne. Dans le cas brésilien, par exemple, les maux que dénonçait Simon Schwartzman (lenteur de l'administration, absence d'autonomie, de flexibilité, centralisation administrative et bureaucratique excessive, personnel mal rémunéré et démotivé, ...) ont sans doute été amplifiés par des politiques

⁵³ Cité dans Senra, 2009, p. 450.

⁵⁴ Cité dans Senra, 2009, p. 451.

de restrictions budgétaires d'origine néo-libérale, rendant ainsi quasiment impossible la réalisation de certaines enquêtes. Le marketing, le virage vers les clients s'imposaient alors comme des solutions de bon sens. Le dernier trait structurel significatif de ce régime, concerne la reconfiguration de la division du travail entre les différents producteurs de données et entre ces derniers et les différents utilisateurs, comme en témoignent d'une part les organigrammes très complexes des systèmes statistiques qui intègrent aujourd'hui de très nombreux producteurs de données et qui établissent, au moins formellement, des liens entre ces différentes structures, et d'autre part les instances de dialogues avec les utilisateurs, comme les forums de discussion sur le recensement de Statistique Canada, ou les instances d'examen des produits statistiques, comme les comités consultatifs professionnels de Statistique Canada.

Au plan des normes, les transformations sont donc, elles aussi, spectaculaires. On constate ainsi un infléchissement net vers une thématique de type économique : le bureau statistique est une entreprise qui dispense des services, qui propose des produits sur un marché caractérisé par des clientèles sensibles à la qualité et au prix. Statistique Canada a ainsi créé deux services destinés uniquement à la clientèle privée⁵⁵. Il faut donc de plus en plus cibler des publics, connaître les besoins des clients, abandonner des enquêtes qui ne répondent pas à des demandes d'informations, etc. Un nouveau discours en termes d'efficacité, de marketing, de qualité totale s'est généralisé. On en trouvera une version presque « idéal-typique » chez Ivan P. Fellegi au Canada. La prolifération des codes d'éthique, des codes de bonnes pratiques que les commis-voyageurs de la statistique moderne transportent dans leurs bagages et dont les organismes supranationaux recommandent l'application, est un autre trait remarquable. Ainsi, en avril 1994, la Commission statistique de l'ONU a adopté les *Fundamental Principles of Official Statistics*: impartialité, droit d'accès des citoyens à l'information publique, confidentialité, coordination du travail statistique, etc. Eurostat, de son côté, a adopté en 2005 un *Code de bonnes pratiques de la statistique européenne pour les services statistiques nationaux et communautaires* plus étoffé et fondé sur quinze principes : indépendance professionnelle, mandat clair pour la collecte des données, engagement sur la qualité, secret statistique, impartialité et objectivité, méthodologie solide, charge non excessive pour les déclarants, rapport coût-efficacité, pertinence, exactitude et fiabilité, actualité et ponctualité, cohérence et comparabilité, accessibilité et clarté. De fait, ces principes circulent abondamment. Le site de l'institut national de statistique du Chili (INE) s'ouvre ainsi sur les trois mots suivants : *Calidad, Transparencia e Independencia*, et fixe pour le bureau l'objectif suivant : *Hacia un INE de Excelencia*. Les quatre principes

⁵⁵ « Statistique Canada a créé deux divisions, capables l'une et l'autre de prendre rapidement de l'expansion et dont le budget provient entièrement d'enquêtes financées par les clients. Les employés de ces divisions travaillent en collaboration avec les principaux ministères clients et ont appris à 'commercialiser' non seulement leur capacité opérationnelle, mais aussi leurs idées. Ces divisions développent inévitablement une culture axée sur le client dont les avantages sont d'une très grande portée ». À ce sujet, il parlera d'entités qui doivent gagner leur « butin », Fellegi, 1999, p. 138.

derrière le système national d'information statistique et géographique (SNIEG) mexicain sont l'accessibilité, la transparence, l'indépendance et l'objectivité. Ces principes accompagnent les experts, comme les Canadiens Jacob Ryten et Ivan Fellegi, qui participent aux missions internationales (au Brésil, au Chili, en Hongrie, en Suisse, au Portugal, par exemple). La coopération statistique internationale est d'ailleurs particulièrement valorisée depuis quelques décennies. La libre circulation des modèles, des concepts, des idées a certes toujours été associée au monde de la statistique, jusqu'à faire de cette discipline un instrument et un gage de paix⁵⁶. Mais jamais cette circulation n'avait pris autant d'ampleur qu'aujourd'hui.

En découlent des pratiques largement répandues telles que la mise en place d'un calendrier fixant des dates pour la publication des données, ce qui a pour effet de lever les doutes quant à d'éventuelles interventions politiques pour retarder la divulgation de données à l'approche d'une élection, par exemple (Statistique Canada, l'Institut de la statistique du Québec, l'INE chilien, par exemple, procèdent ainsi), la pratique des *Peer reviews*, généralisée dans le cas des pays de l'Union européenne, et le développement du *Benchmarking*, appelé aussi étalonnage, qui consiste à étudier, comparer les différentes pratiques dans le but d'identifier les meilleures. On ne s'étonnera pas, dans ces conditions, de voir la technicité prendre une place de plus en plus importante dans le discours et la pratique des bureaux statistiques et apparaître comme la norme par excellence. La qualité totale, c'est d'abord un slogan, c'est ensuite une série d'exigences techniques.

Un autre trait de ce régime touche aux pratiques mises en place pour s'accommoder d'une « résistance » de plus en plus marquée de la population aux enquêtes statistiques. Même si les bureaux ont toujours été confrontés à cette mauvaise humeur du public (on pourra citer l'exemple de l'attitude d'une certaine Madame Ladouceur chassant de son balai les enquêteurs venus poser quelques questions additionnelles lors du recensement du Bas-Canada de 1825), c'est surtout depuis la fin des années 1960 qu'elle est devenue très problématique, au moins dans certains pays d'Europe. Cette résistance à l'« inquisition » statistique a conduit, par exemple, à une utilisation plus marquée des fichiers administratifs. Mais cette tendance est aussi et surtout le résultat de la recherche d'une pratique statistique rationalisée dans un contexte de ressources rares et de croissance de la demande pour des politiques publiques. En gros, les enquêtes coûtent cher, surtout les recensements. De plus, ces derniers sont de plus en plus souvent critiqués pour leur lourdeur et leur imprécision. S'ils ne disparaissent pas (comme cela semble être le cas dans certains pays), ils utilisent de plus en plus des techniques statistiques qui, pendant longtemps, avaient été jugées incompatibles avec l'exercice du recensement et donc à prendre une certaine distance vis-à-vis de ce qui avait été présenté comme le principe central du recensement, l'exhaustivité. Comme le signalait en 2003 Michel Isnard, du Programme de rénovation du recensement de

⁵⁶ Voir à ce sujet Koren, 1918.

la population de l'INSEE, trois facteurs rendent compte de l'utilisation grandissante de techniques statistiques mathématiques, comme l'échantillonnage, dans le recensement: « le développement des recensements à base de registres de population », « le souci d'abaissement des charges de collecte » et « la volonté de certains pays de briser la périodicité du recensement et de mettre en place un système continu de production de données »⁵⁷.

Le dernier point sur lequel nous aimerions insister touche au nouveau statut du « subjectif » dans le travail des bureaux statistiques. Le nouveau régime statistique est en effet caractérisé par la montée des statistiques subjectives. Et cela remet en cause un autre principe central du travail des bureaux de chiffres : la mise à distance de la subjectivité comme pré-requis. Pour les bureaux statistiques, il y avait une distinction fondamentale entre les classements scientifiques, objectifs (c'est-à-dire qui ne reposent pas sur les jugements, nécessairement subjectifs, des individus statistiques et qui sont, d'une certaine façon, du ressort de la statistique comme science « appliquée »), qui les concernent, et les classements indigènes, subjectifs dont s'accommodent les individus dans la vie quotidienne. Deux chemins avaient été tracés pour atteindre cette scientificité : l'objectivation et la standardisation. Or, ces deux moyens semblent aujourd'hui fragilisés, du moins dans certains secteurs du travail statistique, par la multiplication des variables « subjectives ». Comment atteindre quelque chose qui « dépasse » les données individuelles quand on a affaire de plus en plus à des sujets et non plus seulement des objets statistiques ? Comment construire des systèmes de classement qui « dépassent » les expériences nationales quand on a affaire à des classements qui collent aux systèmes de classement des individus? Ainsi, les catégories retenues pour la question sur les minorités visibles, au Canada, forment un ensemble hétéroclite qui susciterait l'effroi chez un statisticien des années 1930, par exemple⁵⁸. Aux dires mêmes du bureau statistique canadien, la nomenclature des minorités visibles ne fait que refléter des principes *pratiques* de classement : c'est ainsi que se définiraient d'abord les Canadiens (si l'on excepte peut-être la catégorie « blanc » qui est, dans les faits, une sorte de très grosse catégorie résiduelle) et l'appareil n'aurait plus qu'à fournir un outil (la question) permettant de prendre une mesure de ces classements. En aval, des programmes devraient permettre de donner à toute personne une chance égale de participer à la vie du Canada sans égard à ses caractéristiques. Un peu partout, en Europe en particulier, de tels classements apparaissent, sous l'effet soit de lois supranationales (comme dans le cas européen), soit de choix en matière de gestion des populations (multiculturalisme). Et dans un contexte nouveau : ce n'est plus seulement, comme aux XIX^e et XX^e siècles, l'affaire des États multinationaux, c'est surtout

⁵⁷ <http://www.insee.fr/fr/ppp/sommaire/imeths01zx.pdf>; consulté pour la dernière fois le 4 septembre 2009.

⁵⁸ On y trouve, en effet, des catégories raciales ou de couleur (Blanc ; Noir), des catégories « nationales » (Chinois ; Philippin ; Coréen ; Japonais), des catégories « continentales » ou « subcontinentales » (Sud-Asiatique ; Latino-Américain ; Asiatique du Sud-Est ; Asiatique occidentale) et une catégorie « culturelle » (Arabe).

l'affaire des pays qui accueillent de nouvelles populations d'immigrés. Un des effets, c'est de produire des classements si spécifiques que toute tentative de normalisation est sans doute vouée à l'échec. L'appareil statistique national se contente alors, un peu à la manière des ethnométhodologues, de faire le « compte rendu des comptes rendus » des recensés. On mesurera l'importance que revêt aujourd'hui la dimension subjective (la « perception » pour reprendre l'expression utilisée par Statistique Canada) en s'arrêtant sur la définition que donne le bureau statistique canadien de l'ethnicité ou, plus exactement, sur les moyens selon lui de l'appréhender. On s'en approche, dit le bureau, de trois façons : par l'origine (ce que l'organisme conçoit comme une perception que les gens ont de leurs ancêtres), par la race (mais cette terminologie, comme la précédente, d'ailleurs, peut évoluer dans le temps) et par l'identité (ce que l'organisme *perçoit* plus comme une *perception* personnelle). Le socle sur lequel reposent toutes ces choses est donc fort ambigu et changeant⁵⁹. C'est une construction.

Ivan P. Fellegi, qui a été statisticien en chef du Canada pendant plus de vingt-deux ans, résume bien, dans quelques-uns de ses écrits, certains des traits de ce nouveau régime statistique. Même si, à certains moments, des bureaux ont été conduits à goûter à la « médecine » néo-conservatrice (ou néo-libérale), il reste qu'ils ont souvent réussi à maintenir plusieurs des activités nées dans les régimes précédents (moyennant, certes, des adaptations). En gros, on pourrait dire que s'ils ont travaillé dans un contexte de mondialisation néo-libérale, ils ne sont pas pour autant tous devenus des bureaux néo-libéraux. Certains se sont bien transformés en agences (c'est le cas de Statistique Canada), la quasi-totalité parlent de marketing, de clients et de produits, de politiques microéconomiques, mais la plupart si ce n'est tous continuent encore à participer à la confection des indicateurs macroéconomiques. Si donc, pour Fellegi, « la fonction la plus importante des bureaux de la statistique consiste indubitablement à faciliter le processus d'élaboration des politiques gouvernementales », si Statistique Canada a adopté « une stratégie de marketing à l'échelle du Bureau, y compris des cibles explicites en matière de recette », s'il est nécessaire « d'examiner régulièrement la structure de coût de nos produits », s'il est important d'avoir des programmes d'évaluation axés sur la satisfaction du client, etc., il reste que « je [Fellegi] ne souscris pas à la thèse selon laquelle la statistique officielle devrait viser uniquement

⁵⁹ Pour Statistique Canada, « Le concept d'ethnicité a un certain caractère multidimensionnel dans la mesure où il comprend des aspects comme la race, l'origine ou l'ascendance, l'identité, la langue et la religion. Il peut englober aussi des dimensions plus subtiles comme la culture, les arts, les coutumes et les croyances de même que des pratiques comme l'habillement et la préparation de la nourriture. Le concept revêt également un caractère dynamique, étant constamment en état de changement. Il changera par suite d'une nouvelle vague d'immigration, de mélanges et d'intermariages, qui peuvent entraîner la formation de nouvelles identités ». Dans ces conditions « on peut se demander s'il vaut la peine de se mettre à la tâche. Cependant, au cours de la rencontre internationale sur le défi que présente la mesure de l'univers ethnique (*Challenges of Measuring an Ethnic World*, Ottawa, 1992), on a fait remarquer que l'ethnicité est un facteur fondamental de la vie humaine : c'est un phénomène inhérent à l'expérience humaine. La malléabilité inhérente de l'ethnicité n'est donc pas une raison suffisante pour empêcher les bureaux de statistique de recueillir des données sur l'ethnicité. Les données sur l'ethnicité sont également très recherchées par divers utilisateurs » http://www.statcan.ca/francais/concepts/definitions/ethnicity_f.htm Site consulté pour la dernière fois le 4 juin 2008.

à satisfaire les besoins du gouvernement national ou même de tous les paliers de gouvernements ... » et que « l'offre libre de renseignements objectifs sur les problèmes d'intérêt public profite non seulement aux gouvernements, mais aussi aux membres de l'opposition, aux groupes d'intérêt et, en fait, au public dans son ensemble »⁶⁰. La statistique, presque depuis toujours (du moins depuis la période proto-statistique), s'est présentée comme le bras chiffré de la démocratie⁶¹. Fellegi nous livre ici une version moderne et percutante de cette vieille thématique.

Conclusion

Au terme de ce parcours, on peut se poser un certain nombre de questions. D'abord sur la périodisation. Elle vaut essentiellement pour le Canada. Elle est approximative et avait pour but essentiellement de montrer que des traits en synchronie pouvaient faire système. Mais elle n'est pas sans signification pour les chercheurs d'autres pays. Ainsi, la périodisation retenue par Nelson Senra pour son étude de l'histoire des statistiques brésiliennes, est la suivante : le volume 1, consacré aux statistiques souhaitées, désirées, voulues, imaginées (*Estatísticas desejadas*) concerne la période 1822-1889; le deuxième volume, portant sur les statistiques légalisées (*Estatísticas legalizadas*) couvre la période 1889-1936; le troisième volume, intitulé les statistiques organisées (*Estatísticas organizadas*), porte sur les années 1936 à 1972; enfin le dernier, qui parle des statistiques formalisées (*Estatísticas formalizadas*), s'intéresse à la période actuelle. Alain Desrosières, dans un texte portant sur les formes d'articulation entre l'État, le marché et les statistiques, dégage une typologie et une périodisation assez comparables : il distingue ainsi l'État ingénieur (depuis le XVII^e siècle), l'État libéral (depuis le XVIII^e siècle), l'État providence (depuis la fin du XIX^e siècle), l'État keynésien (depuis les années 1940) et l'État néo-libéral (depuis les années 1990). À ces formes d'État correspondent des façons différentes de penser la société et l'économie, des modes d'action également différents et des formes particulières de statistiques⁶². On peut aussi se poser des questions sur le concept même de régime statistique. Il est clair qu'il s'agissait ici d'insister d'abord sur le caractère « structurellement » lié des trois dimensions que sont les structures, les normes et les pratiques. Le fait qu'il nous ait été difficile de toujours bien les dissocier est sans doute une preuve qu'elles font « système ».

D'un autre point de vue, on peut se poser aussi des questions sur les tensions qui caractérisent la période actuelle et qui peuvent remettre en cause aussi bien les structures que les normes ou valeurs et les pratiques des bureaux et systèmes, et donc le nouveau régime statistique. Ainsi, on peut se demander comment et

⁶⁰ Fellegi, 1999 et 1996.

⁶¹ En 1880, par exemple, paraît dans le *Journal de Québec* un texte fort bien articulé portant sur la nécessité de la statistique pour la consolidation de la démocratie au Québec.

⁶² Desrosières, 2008, p. 12.

jusqu'où on peut à la fois harmoniser les systèmes de données avec les partenaires commerciaux, chercher à répondre aux exigences et besoins des entités locales et régionales et maintenir une cohérence méthodologique; comment et jusqu'où on peut à la fois augmenter la qualité des registres de population, multiplier les enquêtes et les variables à mesurer et protéger la «privacy» des citoyens; comment et jusqu'où on peut à la fois être à l'écoute des revendications en matière d'information statistique, produire des données pertinentes à l'évaluation des politiques publiques et sauvegarder son indépendance politique. Cohérence, indépendance et gestion des rapports avec le public (ou le peuple, ou la population) sont peut-être ainsi les trois enjeux principaux du monde statistique d'aujourd'hui.

Bibliographie

- Anderson, Benedict (1996), *L'imaginaire national. Réflexions sur l'origine et l'essor du nationalisme*, Paris, éditions La Découverte (première édition en anglais, 1983).
- Australian Bureau of Statistics (2005), *Informing a Nation. The Evolution of the Australian Bureau of Statistics, 1905-2005*, Canberra, Commonwealth of Australia.
- Beaud, Jean-Pierre (2009), « Émergence, migrations et routinisation du pourcentage dans les sciences du politique (XVII^e-XIX^e siècles) », *Revue de synthèse*, 4.
- Beaud Jean-Pierre et Jean-Guy Prévost (1998), «The Politics of Measurable Precision: The Emergence of Sampling Methods in Canadian Official Statistics», *Canadian Historical Review*, 79, 4, p. 691-725.
- Beaud Jean-Pierre et Jean-Guy Prévost (1997), «La forme est le fond: la structuration des appareils statistiques nationaux, 1800-1945», *Revue de synthèse*, tome 118, no 4, p. 419-456.
- Beaud Jean-Pierre et Jean-Guy Prévost (1993), « La structuration de l'appareil statistique canadien, 1912-21 », *The Canadian Historical Review*, 74, 3, p. 395-413.
- Bouchette, Joseph (1831; 1832), *The British Dominions in North America; or a Topographical and Statistical Description of the Provinces of Lower and Upper Canada, New Brunswick, Nova Scotia, the Islands of Newfoundland, Prince Edward, and Cape Breton, Including Considerations on Land Granting and Emigration, to which are Annexed Statistical Tables and Tables of Distances, &c.*, London.
- Bourguet, Marie-Noëlle (1988), *Déchiffrer la France. La statistique départementale à l'époque napoléonienne*, Paris, Archives contemporaines.
- Brian, Éric (1994), *La mesure de l'État. Administrateurs et géomètres au XVIII^e siècle*, Paris, Albin Michel.

Coats, Robert Hamilton (1946), «Beginnings in Canadian Statistics», *The Canadian Historical Review*, Vol. XXVII, N°2, p. 109-130.

Coats, Robert Hamilton (1916), *A National System of Statistics for Canada*, Archives de Statistique Canada. Le texte sera publié dans le premier rapport, pour l'année 1918-1919, du statisticien du Dominion.

Curtis, Bruce (2001), *The Politics of Population: State Formation, Statistics and the Census of Canada, 1840-1875*, Toronto, Toronto University Press.

De la Peña, Sergio (1994), « Visión global de los orígenes de la estadística, guía de forasteros y nativos a la historia de la estadística económica nacional », dans Sergio de la Peña y James Wilkie, *La Estadística Económica en México. Los Orígenes*, México, Siglo XXI.

Desrosières, Alain (2008), « Les mots et les nombres : pour une sociologie de l'argument statistique », *Gouverner par les nombres. L'argument statistique II*, Paris, Presses de l'École des mines.

Desrosières, Alain (1993), *La politique des grands nombres. Histoire de la raison statistique*, Paris, La Découverte.

Duncan, Joseph P. and William C. Shelton (1978), *Revolution in United States government statistics, 1926-1976*, Washington, Dc, U.S. Department of Commerce.

Fellegi, Ivan P. (1999), « Les services statistiques - La préparation de l'avenir », *Techniques d'enquête*, 25, 2, p. 127-145.

Fellegi, Ivan P. (1996), « Characteristics of an Effective Statistical System », <http://unstats.un.org/unsd/dnss/docViewer.aspx?docID=190#start>; consulté pour la dernière fois le 4 septembre 2009.

Gagnon, Marc-André (2000), « Les réseaux de l'internationalisme statistique (1885-1914) », dans Jean-Pierre Beaud et Jean-Guy Prévost, dir., *L'ère du chiffre: Systèmes statistiques et traditions nationales/The Age of Numbers: Statistical Systems and National Traditions*, Sillery, Presses de l'Université du Québec, p. 189-219.

Harvey, Arthur (1872), « The Canadian Census of 1871 », *The Canadian Monthly and National Review*, vol. I, No. 2, February.

Hoinville, G. and T.F.M. Smith (1982), «The Rayner Review of Government Statistical Services», *Journal of the Royal Statistical Society*, Series A, 145, Part 2, p. 195-207.

INE (1999), *Estadísticas de Chile en el siglo XX*, Instituto Nacional de Estadística.

Koren, John (1918), *The History of Statistics. Their Development and Progress in Many Countries*, New York.

Maguire, Abbé Thomas (1833), *Le Clergé Canadien Vengé par ses Ennemis; ou Observations sur un ouvrage récent intitulé « Tableau statistique et politique des deux Canadas »*, Québec, Neilson et Cowan (le texte a paru en fait sans nom d'auteur).

Mayer Celis, Leticia (2003), *La tan buscada modernidad científica : Boletín del Instituto Nacional de Geografía y Estadística de 1839*, México, Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones en Matemáticas Aplicadas y en Sistemas.

Mayer Celis, Leticia (1999), *Entre el infierno de una realidad y el cielo de un imaginario : estadística y comunidad científica en el México de la primera mitad del siglo XIX*, México, El Colegio de México, Centro de Estudios Históricos.

Otero, Hernán (2006), *Estadística y Nación. Una historia conceptual del pensamiento censal de la Argentina moderna 1869 – 1914*, Buenos Aires, Prometeo Libros.

Porter, Theodore M. (1995), *Trust in Numbers. The Pursuit of Objectivity in Science and Public Life*, Princeton, Princeton University Press.

Porter, Theodore M. (1986), *The Rise of Statistical Thinking, 1820-1900*, Princeton, Princeton University Press.

Senra, Nelson (2009), *História das Estatísticas Brasileiras*, volume 4 (Estatísticas Formalizadas c1972-2002), Rio, IBGE.

Senra, Nelson (2008), *História das Estatísticas Brasileiras*, volume 3 (Estatísticas Organizadas c1936-c1972), Rio, IBGE.

Taché, Joseph-Charles (circa 1872), *Le recensement du Canada, 1871*, Ottawa.

Taché, Joseph Charles (1865), « Mémoire adressé au Bureau d'Enregistrement et des Statistiques », *Documents de la Session* (n° 5), p. 24-30.

Vanoli, André (2002), *Une histoire de la comptabilité nationale*, Paris, Éditions La Découverte et Syros.

Worton, David A. (1998), *The Dominion Bureau of Statistics. A History of Canada's Central Statistical Office and Its Antecedents, 1841-1972*, Montreal, McGill-Queen's University Press.

Tableau 1 • Pré et proto statistique (l'exemple des colonies d'Amérique)

	Structures	Normes	Pratiques
Régime pré et proto statistique 1. Forme pré-statistique Statistique coloniale Jusqu'au début du XIXe siècle	Pas de bureau, à tout le moins dans la colonie. Effervescence aussi du point de vue de l'Église par la confection de registres paroissiaux. Existence, donc, souvent de deux voies statistiques : la métropole (relayée par le Vice-roi ou l'intendant) et l'Église. Du point de vue des bureaux actuels, cette période constitue la préhistoire. On ne peut parler d'un système statistique. Pas ou peu de relations entre les entités (publiques ou religieuses) qui collectent des données. Le supranational conditionne le local (le national est loin d'être constitué).	Non-publicité des résultats. Le fait chiffré n'a pas nécessairement préséance sur l'opinion, surtout si celle-ci est digne de foi (provenant d'hommes d'Église, de nobles, ...).	Comptages de population à des fins militaires, fiscales. Difficultés à couvrir tout le pays (limites imprécises ou mouvantes ou non pacifiées). Recensements rares (hormis en Nouvelle-France et lors des réformes des Bourbons). Couverture dépend de l'importance de la région pour la couronne (Pérou et Mexique plus que Rio de la Plata, par exemple). Même si dans certains pays on peut déceler une « amélioration » de la pratique statistique durant la période, ce n'est ni systématique, ni définitif.

Tableau 2 • Pré et proto statistique

	Structures	Normes	Pratiques
Régime pré et proto statistique 2. Forme proto-statistique Statistique post-coloniale Premières décennies du XIXe siècle	Coexistence entre « entrepreneurs individuels » et institutions publiques. Pas de division du travail organisée. Structures soit éphémères, soit sans réel pouvoir. Pas vraiment de permanence. Pas de continuité, ni d'accumulation. Le national se constitue difficilement comme agrégation des territoires locaux.	Pas de monopole de l'autorité statistique légitime. Statistique comme littérature proto-scientifique, politique (militante). Espace de circulation : « sphère publique ». Le point de vue statistique s'impose progressivement. Selon le discours officiel, avec l'indépendance s'ouvre l'ère statistique moderne. Mais la pratique (cf autre colonne) est plus chaotique.	Pas de recensements réguliers. Monographies réalisées par des gentlemen-statisticiens. Rupture avec la « littérature de voyage » (literatura de viajeros, bush literature, ...). Cartographie du pays en parallèle avec enquêtes statistiques. Pratique à la fois cartographique, géographique, statistique. Point de vue topographique. Enquêtes statistiques jugées peu fiables (pendant la période et plus tard). Débat sur le chiffre de la population (dans un contexte d'État en construction et de l'élection d'une première assemblée nationale).

Tableau 3 • Nationalisation statistique et macro-management statistique

	Structures	Normes	Pratiques
La nationalisation statistique Milieu du XIXe siècle au premier tiers du XXe siècle	Création en chaîne de bureaux et commissions de statistique. Création en chaîne de bureaux statistiques de ministères. Mise en place d'une division du travail. Harmonisation et coordination à l'ordre du jour.	Émergence d'un discours administratif/scientifique. Dépersonnalisation des écrits statistiques. Rétraction de l'espace de circulation. Autonomisation de la statistique (congrès, IIS) et convergence des normes.	Constance de l'investissement dans la construction du territoire national. Le local comme désagrégation du national. Généralisation et systématisation de la pratique du recensement.
Le macro-management statistique Cœur du XXe siècle	Mouvement vers la centralisation des activités statistiques. Concentration de la main-d'œuvre, des ressources et des activités dans une seule organisation: introduction de l'OST et des machines calculatrices. Modèle de gestion «top-down».	Discours administratif/scientifique + techniciste. Antinomie politique/science. Développement de l'ésotérisme et jonction entre statistique publique et statistique savante. Tendance vers un monopole de la statistique légitime.	Mise sur pied des comptes nationaux. Développement des méthodes d'échantillonnage. Multiplication des enquêtes.

Tableau 4 • La statistique dans un contexte de mondialisation néo-libérale

	Structures	Normes	Pratiques
La statistique dans un contexte de mondialisation néo-libérale	Reconfiguration de la division du travail entre producteurs et utilisateurs. Décentralisation des structures. Création d'agences. Structuration de sous-systèmes d'information statistique. Même évolution relativement à la reconnaissance de systèmes statistiques régionaux. Bureau central comme coordonnateur du système statistique national. Intégration (relative) dans des ensembles statistiques supranationaux (Canada et Mexique avec USA; Eurostat).	Nouvelle gestion publique. Efficacité, marketing, qualité «totale». Prolifération des codes d'éthique, des codes de bonne conduite. Mise en place de forums consultatifs. «Démocratisation» des données. Évaluation des politiques et des pratiques statistiques; nécessité de la comparaison avec d'autres organismes statistiques, publics et même privés.	Développement du "Benchmarking". Expansion de la programmation statistique. Calendrier de production. Couplage des sources et recensements permanents. Développement des «statistiques de la subjectivité». Harmonisation internationale «régionale».

2

La historia de la estadística en las universidades y en los institutos nacionales de estadística. El caso argentino.

Hernán Otero*

Resumen:

El texto propone una periodización de la historiografía estadística argentina guiada por dos criterios básicos: por un lado, la diferenciación entre las producciones originadas en la academia y las provenientes de las reparticiones oficiales de estadística, ámbitos que han tenido dinámicas propias pero también convergencias. Por otro lado, los paralelismos de largo plazo entre los usos y formas de hacer historia de la estadística y los del conocimiento histórico en general, comparando -cuando ello es pertinente - las evoluciones del caso argentino con los cambios historiográficos de los países europeos. En la primera parte del trabajo se presentan tres momentos claves de la historiografía e hipótesis sobre las razones que durante mucho tiempo relegaron al olvido a la historia de la estadística, análisis que se completa, en la segunda parte, con una agenda tentativa de las áreas de vacancia que apelan por nuevos estudios.

Si bien la producción sobre la historia de la estadística argentina es un área de investigación reciente y ha sido mucho menos abundante y sistemática que la de los países europeos, pueden distinguirse tres etapas claras en su evolución. Más que de períodos en el sentido clásico del término, es decir lapsos temporales claramente identificables y sucesivos, se trata sobre todo de momentos, que no tienen necesariamente una continuidad cronológica pero que se caracterizan sin embargo por poseer rasgos comunes. Siguiendo la sugerente vía abierta por Alain Desrosières (2000), dichos rasgos remiten a los paralelismos que existen en cada momento entre

* Agradezco los comentarios de Hernán González Bollo a una versión previa de este texto.

las formas y usos de la historiografía estadística y los del conocimiento histórico en general. Las etapas definidas permiten asimismo poner de relieve la contribución relativa de los saberes académicos y de los originarios en las propias instituciones estatales de estadística.

1. La estadística de autor y la fase formativa de la estadística nacional

El primer momento de reflexión remite a la etapa de formación de la estadística argentina durante la segunda mitad del siglo XIX, proceso naturalmente asociado a la formación y a la expansión del Estado argentino, con posterioridad a la derrota del gobernador de la provincia de Buenos Aires, Juan Manuel de Rosas, en la batalla de Caseros (1852), y a la sanción de la Constitución Nacional un año más tarde. Desde luego, no es sencillo fijar un punto de partida claro y unívoco de la estadística nacional, ya que la misma fue el producto de evoluciones diferenciales que tuvieron distintos tiempos de maduración según la dimensión considerada. Con todo, resulta claro desde una perspectiva de largo plazo que en ese período se plasmaron exitosamente los elementos constitutivos que usualmente caracterizan al período plenamente estadístico. En una apretada síntesis, esos elementos incluyen: a) la realización del Primer Censo Nacional (1869), en base a los criterios de conteo universal, simultáneo y centralizado; b) la creación de organismos estadísticos de alcance nacional (en 1864, la Oficina de Estadística Nacional, dependiente del Ministerio del Interior, disuelta en 1875; en 1894, la Dirección General de Estadística de la Nación, dependiente del Ministerio de Hacienda, que duró hasta 1943 y que tuvo a su cargo la realización del segundo y tercer censos nacionales, a las que debe sumarse un amplio conjunto de organismos más o menos autónomos como la Dirección de Estadística y Economía Rural del Ministerio de Agricultura, creada en 1898; y la Oficina Demográfica Nacional del Ministerio del Interior, creada en 1899); c) la laicización de los registros eclesiásticos (1889); d) la elaboración de estadísticas de flujos en las principales variables del modelo agroexportador (en particular el comercio exterior y la inmigración); e) la realización de un amplio conjunto de censos provinciales y sectoriales; y f) la existencia de un cuerpo estable de funcionarios encargados de la producción oficial de estadísticas, entre los que se destacaron centralmente Diego de la Fuente (1864-1909), Francisco Latzina (1843-1922), Alberto Martínez (1868-1925), Gabriel Carrasco (1854-1908) y Emilio Lahitte (1848-1922). Estas importantes realizaciones, sobre todo cuando se las visualiza en conjunto, corresponden al período que Westergaard (1932) definió como la "edad del entusiasmo", es decir el proceso de formación de las oficinas nacionales de estadística que en el caso europeo tuvo lugar a partir de 1830-1840.

Como hemos avanzado en un trabajo anterior (Otero, 2006: 217 y ss.), la producción estadística de este período puede ser definida a partir del concepto de "estadística de autor" ya que las obras producidas entonces tuvieron el sello personal de sus productores, quienes gozaron por otra parte de un importante grado de autonomía en la elaboración de las estadísticas. Así, tanto los tres primeros censos nacionales de

población (1869, 1895 y 1914), como los censos provinciales y sectoriales, y la prolífica obra emparentada a ellos, aparecen firmados por sus autores tipificando una forma de creación intelectual que contrasta claramente con el anonimato de las producciones estadísticas del siglo XX. En tal sentido, la estadística de autor trasunta de tal suerte una mayor influencia de las concepciones personales de los estadísticos, situación que acerca a la estadística decimonónica a las obras científicas individuales. Ello permite detectar divergencias interpretativas de segundo grado, incluso en el interior de una misma producción censal que, sin embargo, no alcanzan a poner en duda el evidente consenso -el “estado de doxa”, en palabras de Bourdieu (2002: 121)- que caracteriza a la producción en su conjunto. En ese contexto cobra todo su sentido la afirmación de Desrosières (1993: 217) según la cual “la firma está asociada a las prácticas de la competición científica” mientras que “el anonimato lo está a “las de la administración”. La estadística de autor constituye asimismo un reflejo sintomático de la incompleta standarización de la producción cuantitativa del período y una clave elocuente de las potencialidades de notoriedad pública e intelectual que caracterizaron a los estadísticos decimonónicos en relación a sus anónimos sucesores del siglo siguiente.

La reflexión sobre la historia de la estadística de este período fue realizada casi exclusivamente por los cuadros tecno-burocráticos de la estadística nacional y puede ser caracterizada a partir de un conjunto de tópicos, íntimamente vinculados entre sí. En primer lugar, la reflexión sistemática sobre los instrumentos y categorías de análisis en términos más clásicos de confiabilidad, validez y cobertura, pero también sobre los modelos internacionales a seguir, aspecto que evidencia el importante conocimiento que tenían los estadísticos del período de las formas europeas y americanas de construcción estadística. Estas distintas opciones definieron una suerte de “estadística a la carta”, de la cual los estadísticos argentinos –al igual que en el resto de los países latinoamericanos- copiaron y adaptaron conceptos, categorías de análisis y estructuras organizativas. Esta dinámica de incorporación de los avances estadísticos occidentales puede ser vista como un clásico proceso de difusión de saberes desde el centro a la periferia, pero también como un proceso original de selección y adaptación de dichos saberes a los problemas y soluciones específicas del caso argentino. De tal suerte, la estadística argentina –lo mismo vale para otras latitudes- debe ser visualizada al mismo tiempo como una derivación directa de la estadística europea pero también como un producto original, en la medida que los elementos importados fueron combinados y adaptados localmente en un producto único y específico.

En segundo lugar, la producción estadística se asoció a una fuerte actividad de propaganda, tanto externa como doméstica, orientada a traducir en clave numérica los aspectos positivos del país con el objetivo de atraer inmigrantes y de presentar a la nueva nación en el concierto internacional y a vencer las múltiples resistencias internas al avance de la estadística.

En tercer término, la reflexión de los propios funcionarios testimonia una preocupación constante por fundar la validez de la razón estadística como prerrequisito de la puesta en marcha de una “política científica” a través de continuas interpelaciones

a la clase política, el parlamento, la prensa, las sociedades científicas, etc. Junto con la activa propaganda interna y externa, este rasgo sugiere que –aunque importante y relativamente exitosa en el mediano plazo- la construcción y la imposición del saber estadístico en la sociedad fue un proceso lento, complejo y no exento de contramarchas, como lo ilustra claramente el trabajo de Daniel y González Bollo en este volumen.

En cuarto lugar, la reflexión y la producción estadísticas se orientaron activamente a establecer una filiación genealógica de la nación argentina que era homóloga a las construcciones realizadas paralelamente por otras disciplinas científicas. Si bien esta finalidad fue común a toda la estadística occidental del período (Le Bras, 1988; Patriarca, 1996; Armatte, 2002), resultaba más acuciente en los países europeos de unificación tardía (como Italia y Alemania) y en los llamados países nuevos del continente americano. Por esta vía, la estadística argentina decimonónica no propuso solamente un análisis descriptivo de la población sino que también tuvo un fuerte carácter performativo o, si se prefiere, “instituyente”. La forma en que la estadística contribuyó a definir a las naciones asumió características diferenciales según los países, pero conservó algunos rasgos comunes a todos ellos. En apretada síntesis, se destacan cuatro modalidades. En primer lugar, la estadística definió el conjunto de características distintivas de los habitantes de cada estado nacional, características que eran a la vez reales (es decir emergentes de datos producidos mediante la aplicación de criterios estrictos de medición), cuando se las visualiza individualmente, e “imaginadas” (Benedict Anderson, 1991), cuando se las visualiza en conjunto, ya que nacían de un proceso de selección/omisión previo. En segundo término, los resultados eran comparados con los de otros estados nacionales, lo que permitía poner de relieve las peculiaridades nacionales relevantes. En tercer lugar, los resultados fueron insertos en complejas redes de circulación que permitieron la difusión en clave de propaganda de las características más salientes de cada nación. Por último, la difusión masiva de información cuantificada –inimaginable en períodos precedentes- contribuyó a desarrollar en los individuos el sentido de pertenencia a sociedades y a grupos específicos de población, lo que favoreció la consolidación de la identidad nacional o, en los casos en que esas dimensiones fueron relevadas, de las identidades étnicas, raciales o religiosas. En todos los casos, los censos se convirtieron en una “ceremonia y un símbolo” de la nación que proveyó “un sentido de cohesión social y un tipo de comunión no religiosa” de los habitantes (Kruskal, 1983) y, como tal, acompañaron otras formas de socialización de los habitantes en la idea nacional como la educación, las fiestas nacionales, la simbología patriótica, etc. La estadística representó así un lenguaje político –en el sentido profundo del término- ya que permitió definir un “espacio cognitivo común” (Desrosières, 2000, 2), tributario a su vez del espacio político de la nación. Punto esencial, esas formas de medición actuaron –y siguen actuando- como una herencia inmaterial de largo plazo de los procesos de medición.

En quinto lugar, y en buena medida derivado directo de lo anterior, la construcción estadística incluyó entonces un vasto conjunto de elementos que exceden ampliamente la definición actual de estadística pública, gracias a la incorporación de otras tradiciones de captación como las estadísticas y descripciones de los viajeros y el énfasis en el clima, el territorio y las formas de organización política, propio de la tradición cualitativa alemana. Ello explica asimismo el carácter de “enciclopedias” que

asumieron progresivamente los censos del período como lo ilustran los emblemáticos casos del tercer censo nacional argentino de 1914 y el censo brasileño de 1920, concebidos ambos como elementos de celebración del Centenario de las respectivas independencias (Martins Santos, 2004). Por último, los rasgos precedentes explican la vocación de los cuadros tecno-burocráticos por recuperar de modo sistemático la producción estadística previa, en la medida que ésta constituía un elemento esencial para la fundamentación y legitimación del emergente saber estadístico oficial.

En síntesis, la producción estadística del período, tanto en su vertiente de producción de datos cuantificables como en su reflexión sobre la construcción de ese saber, fue concebida en íntima conexión con la historia de la nación pero también con la historia como disciplina en la medida que ambos saberes buscaban establecer una interpretación genealógica de cómo debían leerse las poblaciones en el presente y en el futuro. De modo sintomático, ello ocurrió en un momento en que la disciplina histórica tenía también la finalidad básica de contribuir a la construcción del Estado-nación y a la emergencia del sentimiento nacional en sus habitantes.

La forma omnicomprensiva en que era concebida la estadística del período explica a su vez el carácter polifuncional de los cuadros tecno-burocráticos que, en clara contraposición con la estadística posterior, combinaron diversos roles (estadísticos desde luego, pero también políticos, propagandísticos e intelectuales en un sentido amplio). Entre muchos otros ejemplos posibles, Bartolomé Mitre (1821-1906), primer catedrático de estadística (Estévez 1951), Presidente de la República (1862-1868) e historiador fundante de una interpretación canónica sobre la nación argentina, constituye el caso límite de las intensas conexiones que ligaron a la estadística, en tanto saber sobre el estado y la sociedad, y la historia.

Si bien en la Argentina no se produjeron grandes obras nacionales de historia de la estadística durante este período (como si ocurrió en Europa, al menos hasta la década de 1920) el conjunto de las reflexiones precedentes sobre la historia y las formas de hacer estadística aparecieron en los estudios introductorios de los censos, y en obras de los propios estadísticos (por ejemplo, De la Fuente, 1869; Carrasco, 1884; Latzina, 1884, Martínez, 1891). Aunque existieron algunas producciones posteriores centradas en el debate sobre el censo decenal establecido por la constitución nacional y su no realización durante el largo período intercensal 1914-1947 (por ejemplo, González, 1931; Dieulefait, 1934) o sobre algunas reparticiones estadísticas de menor desarrollo (por ejemplo, Sussini et. al. 1937), la producción “auto-reflexiva” sobre el propio quehacer estadístico oficial desapareció junto con la “estadística de autor”.

2. La estadística anónima

El pasaje de la “estadística de autor” a la “estadística anónima” coincidió en la Argentina con la caída de la reflexión sobre la historia de la estadística que, como hemos visto, había sido realizada de modo exclusivo por los propios cuadros tecno-burocráticos del aparato estadístico. Si bien este proceso es claro en sus grandes

lineamientos, lo es menos en su cronología en parte por el recambio generacional que ocurre en dichos cuadros (Latzina, Martínez y Lahitte mueren en la década de 1920) y en parte también porque el largo período entre el tercer y cuarto censos nacionales de población de 1914 y 1947 respectivamente, impide cifrar con precisión los cambios. Con todo, resulta claro y sintomático que los capítulos introductorios sobre historia de la estadística, propios de los relevamientos de 1869, 1895 y 1914, desaparecieron por completo en el censo de 1947, el primero también en aparecer anónimamente bajo el auspicio de la repartición que lo llevó a cabo, la Dirección Nacional del Servicio Estadístico dependiente del Ministerio de Asuntos Técnicos de la Presidencia de la Nación. En el mismo sentido, tampoco los estadísticos que siguieron a la generación de la estadística de autor (el economista católico Alejandro Bunge, el catalán José Figuerola y Tresols, el destacado economista Raúl Prebisch) dejaron reflexiones de peso sobre la historia del quehacer estadístico, a pesar de su notable producción en otros planos.

Este olvido de la historia no fue, en rigor de verdad, una especificidad del caso argentino ya que lo mismo puede observarse en los sistemas estadísticos europeos y americanos. Con cronología variable en cada caso nacional, esta nueva etapa coincidió en líneas generales con lo que Duncan y Shelton (1978) denominaron la “Revolución estadística”, complejo salto cualitativo de los sistemas oficiales de producción de datos caracterizado por la aparición de los sondeos, la contabilidad nacional inspirada en la moderna macroeconomía, la coordinación estadística internacional y la recurrencia a la mecanización primero y la informática después. Si bien en la Argentina esos elementos no se dieron de manera simultánea ni con la misma intensidad, también en nuestro país se asistió –al igual que en los países centrales- a la ruptura de la ligazón historia/estadística que había caracterizado al período precedente. Ello fue así, al menos en parte, porque los nuevos avances técnicos y conceptuales pusieron en evidencia las operaciones más rudimentarias del pasado, pero también porque aquella ligazón resultaba ahora menos imperiosa y necesaria, o incluso podía aparecer como una fuente de deslegitimación de los nuevos modelos de estadística científica que, precisamente por priorizar los elementos técnicos, dejaban poco lugar para las especulaciones cualitativas y las reflexiones de naturaleza más política. Por ello, los sistemas estadísticos oficiales asumieron una visión ahistórica que, en algunos casos, dio la espalda a la producción previa y, en otros, buscó operar una ruptura a partir de la evaluación crítica del pasado. Así, la nota dominante a partir de entonces fue la idea de una partida desde cero en la que todo, o casi todo, restaba por hacerse.

Un proceso que también influyó en esta nueva articulación entre estadística e historia fue el desarrollo y difusión de la estadística matemática a partir de los años cuarenta del siglo XX. A diferencia de las historias nacionales de la estadística del período precedente, esta nueva corriente propició la emergencia de una historia de la matematización estadística, la mayoría de las veces en clave internista. Ello dio lugar a una corriente fecunda e interdisciplinaria de estudios centrados sobre todo en la historia del cálculo y la teoría de la probabilidad que continuó con vigor hasta nuestros días y que tuvo como ámbito privilegiado a las instituciones universitarias (un claro ejemplo en Stigler 1986).

Paralelamente se asiste en Europa a una serie de producciones que se consagraron a la historia interna de las oficinas de estadísticas y que, a diferencia de la corriente anterior, fueron motorizadas por las propias instituciones oficiales sobre todo en ocasión de los aniversarios de su creación. Orientadas por una finalidad básicamente conmemorativa, estas *histoires-maison* –según la gráfica expresión de Jean Pierre Beaud y Jean Guy Prévost (1999)- propusieron por regla general una imagen triunfalista del derrotero de las reparticiones. Escritas a partir de la clave del progreso científico, esas producciones de indudable valor se centraron en la evolución de largo plazo y tendieron a obliterar los debates científicos y políticos pasados que pudieran arrojar alguna sombra sobre la legitimidad presente de las instituciones.

La falta de interés por la historia de la estadística que caracteriza a este período en el caso argentino reconoce las mismas causas actuantes en el caso europeo, más algunas otras que le son específicas. Entre ellas, jugó sin duda un rol esencial la preocupación por definir el status jurídico y organizacional del Sistema Estadístico Nacional, que fue clara y constante entre el Golpe Militar de 1943 y la creación del actual Instituto Nacional de Estadística y Censos (INDEC) en la órbita de la Secretaría del Consejo Nacional de Desarrollo durante el gobierno militar del General Onganía en 1968. Así, durante el gobierno militar del General Farrell se creó en 1944 el Consejo Nacional de Estadísticas y Censos, con carácter autárquico y, sintomáticamente, dependiente del Ministerio del Interior. En agosto de 1946, siendo presidente Juan Domingo Perón, los servicios nacionales de estadísticas y censos pasaron a depender del Consejo de Defensa Nacional y se creó la Dirección Nacional de Investigaciones, Estadística y Censos que, al igual que su antecesor inmediato, se hallaba inspirado por consideraciones de planificación y defensa nacional. Cinco años más tarde, en agosto de 1951, se dispuso que la Dirección General del Servicio Estadístico Nacional, dependiente de la Secretaría de Estado de Asuntos Técnicos, fuese la oficina a cargo de la dirección, sistematización, y compilación de estas tareas. De modo previsible, el gobierno del General Aramburu, surgido del golpe de estado de 1955 que derrocó al peronismo, eliminó por decreto la ley estadística del gobierno peronista. En síntesis, entre 1894 y 1943 la Dirección General de Estadística, dependiente del Ministerio de Hacienda funcionó en el marco de un régimen legal estable, definido por la Ley 3180, mientras que, a partir de los años cuarenta del siglo XX, hubo siete redefiniciones de su estatus (1943, 1944, 1946, 1950, 1952, 1956, 1968) hasta la creación del actual INDEC. Tales redefiniciones testimonian asimismo una errática inserción ministerial que, describiendo un círculo de retorno a los orígenes, pasó del Ministerio de Hacienda (hasta 1943), al Ministerio de Interior (década del 40), para volver al Ministerio de Hacienda (1952) y luego al de Economía. Estas evoluciones y traslados, sumados a otros aspectos, contribuyeron también a la menor riqueza de los archivos históricos, particularmente clara en el caso del INDEC. Los sucesivos cambios de gobierno, pero sobre todo la alternancia de gobiernos civiles y militares, dieron lugar a una volatilidad muy alta de las oficinas de estadística que desalentó la reflexión histórica sobre su propio quehacer. Curiosamente también, la fundamentación de la legitimidad de las sucesivas instituciones apareció como evidente de por sí (signo bastante elocuente

de la progresiva aceptación social de la razón estadística en relación con el período fundacional) y no dio lugar a producciones que buscaran “auto justificar” con ayuda de la historia a las nuevas reparticiones.

La ausencia de historias de la estadística realizadas por las propias instituciones es asimismo ilustrativa de los presupuestos con las que éstas suelen visualizarse a sí mismas. Productoras de datos que responden a una demanda gubernamental, de la que ellas serían una simple correa técnica de transmisión, las instituciones gubernamentales suelen visualizarse y presentarse en sociedad –el fenómeno no es privativo de nuestro país- básicamente a partir de sus obras vistas como resultados objetivos y acumulables, obliterando el debate social, intelectual y político del que emergieron en el pasado las medidas. Las razones de ese bloqueo, común en otros ámbitos de la sociología institucional, derivan de la naturaleza productivista del quehacer que desarrollan y de la ciertamente loable obsesión por la calidad de las mediciones y fuentes de datos que producen. En esa lógica, a la que no es desde luego ajena la vertiginosa dinámica de la agenda pública que exige mediciones para el aquí y el ahora, las instituciones de estadística encuentran su fortaleza en aquellos elementos duros que permiten escapar a la volatilidad de una arena política y social que –por otra parte- excede ampliamente el ámbito de sus funciones. En igual sentido, la profesionalización y subdivisión de tareas, sobre todo a medida que los sistemas estadísticos devienen más complejos, lleva a su paroxismo la fragmentación de fases que, vistas aisladamente, aparecen como puramente técnicas, naturalizando en cierta forma los instrumentos y las mediciones en el presente, y suponiendo implícitamente la sencillez de tales operaciones en el pasado. Orientada a los datos del presente y a la calidad de las medidas como un fin, “la institución olvida a sus creadores”, según la feliz expresión de Alain Desrosières (1982) a propósito del sistema estadístico francés, licuando así su propia historia o, religando su punto de arranque a fases tardías, de ordinario vinculadas con la creación de la institución actual. La producción estadística previa deviene entonces la arqueología de un saber, cuya recuperación como “antecedentes” (la palabra es una definición en sí misma) suele basarse en los criterios de pertinencia y comparabilidad imperantes en el hoy, imprimiendo así un criterio finalista de selección basado en la noción de progreso. La proyección hacia el pasado de límites disciplinares, existentes en el presente pero ausentes entonces, opera en el mismo sentido. Por último, su carácter de instituciones estatales protegidas, las exime de plantearse el problema de la legitimación social de su saber. Esta autonomía contribuye a la puesta en marcha de narrativas basadas en la lógica del desarrollo de los instrumentos (Affichard, 1987), que licuan las huellas iniciales de la construcción de los objetos.

El desinterés de las reparticiones de estadística por recuperar su historia, fue acompañado sin embargo de una producción académica que comenzó a indagar, tímidamente, algunos aspectos relevantes de la historia de la producción estadística. A diferencia de los estudios actuales, esa reflexión tuvo como guía directriz de indagación una visión más clásica y tradicional basada en la evaluación de las producciones en función de criterios de validez, cobertura, y confiabilidad. Más claro aún, se trataba para

esos autores de mostrar y ponderar las virtudes y defectos de las series cuantitativas, tanto históricas como –en mucha menor medida- espaciales, y –sobre todo- de evaluar su potencialidad como insumos para el estudio del pasado argentino. La reflexión no se orientaba por tanto al análisis de las formas de construcción del saber estadístico ni a las múltiples influencias sociales y políticas intervinientes en ese proceso, sino a justipreciar la potencialidad de los datos para la producción de conocimiento empírico en áreas como la demografía, la economía, y la historia social en general. Esa corriente, cuyos objetivos siguen siendo válidos y esenciales en la actualidad, trajo consigo un interés por la catalogación de las producciones y por la reconstrucción de series estadísticas consistentes y comparables (por ejemplo, entre muchos otros, Boeri, 1963; Vázquez Presedo, 1971). Si bien tales obras constituyen más una recopilación de “estadísticas históricas” que una historia de la estadística en el sentido actual del término, su trabajo de puesta en forma acarreó incipientes análisis en esta última dirección (Elía, 1946; Piccirilli, 1966).

Al igual que ocurriera con el período precedente, esta forma de encarar la historia de la estadística guardaba una íntima conexión con las características del saber histórico del período. Como es sabido, la historia en tanto disciplina buscó en esos años definir su status como ciencia social positiva, para lo cual recurrió a los procesos de objetivación propios de las ciencias duras (formulación de hipótesis causales, operacionalización precisa de conceptos, reconstrucción de series de datos cuantitativos, generalizaciones de carácter nomológico, etc.). En ese proceso de búsqueda de cientificidad, que implicó asimismo un giro hacia las áreas más susceptibles de aplicación de esas premisas como la historia social, la economía y la demografía, la estadística jugó un rol fundamental, precisamente porque la construcción del saber estadístico resumía de modo superlativo esos requisitos y permitía a la historia objetivarse como ciencia social positiva. Las formas de hacer historia conocidas como cuantitativa y como serial, pero sobre todo la segunda, ilustran claramente ese rol adjudicado a la estadística en el caso de la Escuela francesa de los Annales (especialmente durante las llamadas primera y segunda generación), de notable influencia en los estudios históricos latinoamericanos. Esta forma de hacer historia, presente también en mayor o menor grado en otras escuelas, orientó de modo natural a la historia de las estadísticas hacia una epistemología de corte realista (para la cual la estadística es un modo directo de captación de una realidad que existe independientemente del proceso de observación) y a una reflexión sobre las estadísticas en tanto insumo para la construcción de conocimiento social empírico y verificable.

3. Los estudios actuales: historia y sociología del conocimiento estadístico

El tercer momento, que corresponde a los estudios actuales, ha sido el fruto del desembarco en los estudios académicos de preocupaciones e influencias que si bien son nuevas para el caso argentino tienen una tradición más aquilatada en los países

centrales. En apretada síntesis, tales influencias remiten a dos grandes corrientes. Por un lado, se encuentran los teóricos, sobre todo franceses, que se consagraron a la tarea de “develar”, “des-naturalizar” y “deconstruir” los conceptos y categorías de las ciencias sociales mediante el análisis de sus vinculaciones con las relaciones de poder vigentes en la sociedad y con el proceso de construcción estatal. Las nociones de campo científico de Pierre Bourdieu y de discurso, genealogía y arqueología del saber de Michel Foucault son en tal sentido las herramientas analíticas más evidentes de esa nueva forma de mirar la historia de la estadística. Aunque difíciles de operacionalizar en sede histórica por su carácter amplio e impreciso constituyen sin embargo una inspiración teórica clave en las nuevas reflexiones.

La segunda influencia decisiva se vinculó con los cambios ocurridos en la historia de la ciencia, especialmente a partir de las obras de T. Kuhn y P. Feyerabend. Si bien estos autores no se ocuparon centralmente de las ciencias sociales, tuvieron gran influencia en éstas y habilitaron visiones más externalistas del proceso científico. Si bien no podemos detenernos aquí en la versión estadística del debate externalismo/internalismo, ni en los intentos de superación de ese debate por parte de autores como Desrosières (1993), las visiones externalistas permitieron una saludable complejización de la historia de la producción de los saberes estadísticos. Más claro aún, iluminaron un conjunto amplio de problemas, temas y fuentes que resultan de gran interés independientemente de la posición epistemológica –externalista o internalista- que asuma el investigador.

En tercer término merecen citarse los aportes, ciertamente bastante inespecíficos pero al mismo tiempo sugerentes, de autores como Benedict Anderson (1991) y, sobre todo, la sólida y densa impronta de la obra de Ian Hacking (por ejemplo, 1995) quien, junto con Desrosières, ha sido el autor que más ha influido en los estudios argentinos recientes. Si bien paralelamente se llevaron a cabo estudios importantes en América del Norte (por ejemplo, Alonso y Starr, 1987; Margo Anderson, 1988; Beaud y Prévost, 2000; Bruce Curtis, 2001), que también muestran un cierto retraso temporal en relación con sus referentes europeos, la mayor vinculación histórica de las ciencias sociales argentinas con las del viejo continente favoreció una mayor impronta inicial de los autores franceses, tendencia que comienza a revertirse lentamente.

Vista en conjunto estas tres influencias habilitaron, en primer lugar, un estudio de la actividad estadística como un todo complejo que incluye un conjunto muy amplio de elementos: leyes, organizaciones burocráticas, cuadros técnicos, ideas científicas, prácticas efectivas de los actores, la influencia de la arena política, etc. En segundo lugar, promovieron una lectura de las producciones estadísticas que hemos definido como de “segundo grado”, es decir, no como fuentes que aportan datos para el estudio de aspectos concretos del pasado, como en la etapa precedente, sino como fuentes que permiten comprender las “estructuras de consenso y de controversia” y las “convenciones de equivalencia” que sostienen a las mediciones en un momento histórico determinado (Desrosières, 1993). El carácter a la vez consensual y controversial de esas estructuras permite incluir tanto a la producción oficial de cifras

como a las múltiples formas de resistencia, impugnación y negociación emergentes de la sociedad.

En tercer término, esta nueva forma de hacer historia de la estadística se inspira, de modo más o menos explícito según los autores, en una epistemología constructivista que, sin excluir totalmente al realismo, permite discutir las formas más ingenuas que éste asumía en el pasado. Ello permitió iluminar, al menos hasta dónde las fuentes históricas lo permiten, la caja negra (Otero, 2001) de los procesos de construcción estadística y llevó a los investigadores a no concentrarse de modo exclusivo en los resultados finales de esa producción.

El efecto combinado de estas influencias, sumado al desarrollo historiográfico iniciado por la recuperación democrática argentina en 1983 y a la consecuente apertura intelectual hacia la producción de otras latitudes, tuvo como subproducto –tardío, aún incipiente pero prometedor- de un área específica en las ciencias sociales argentinas consagrada al estudio de la actividad estadística que reúne a historiadores, sociólogos, geógrafos y antropólogos, aunque con predominio de los primeros. Este área –que en modo alguno debería calificarse como un campo en el sentido de Bourdieu, dada la escasa cantidad de sus cultores y la inexistencia de foros y revistas específicas- surgió en cierto sentido como un “síntoma historiográfico” (para parafrasear de modo un tanto abusivo la imagen de Jacques Revel a propósito de la microhistoria), vale decir como un conjunto de inquietudes comunes a investigadores que provienen de tradiciones temáticas y disciplinares diferentes. Ello fue así porque las estadísticas en plural (es decir las producciones concretas) y la estadística en singular (sea vista como disciplina científica, sea –de modo más frecuente- como actividad estatal dotada de cierta unicidad organizacional y monopolio simbólico) aparecieron como un punto de reflexión obligado de todos aquellos que trabajaban habitualmente con datos estadísticos, que resultaba preciso evaluar y resignificar en una clave que fuera más allá de la evolución de su calidad, pero también de los que se interesaban en la evolución del Estado argentino. Del mismo modo que la reflexión sobre el particular fue exclusivamente oficial durante la etapa formativa de la estadística nacional, este tercer momento emergió casi exclusivamente del ámbito académico.

Si bien la producción es aún incipiente pueden distinguirse en los estudios actuales dos grandes modelos o, mejor aún, dos formas de abordaje que se combinan con énfasis diferenciales en los distintos autores: la historia conceptual de las mediciones y la historia neoinstitucional de la estadística pública.

La **historia conceptual** se ha orientado centralmente al estudio de los conceptos y de las categorías de análisis presentes en los instrumentos básicos de captación (censos, en primer lugar, pero también encuestas), lo que ha permitido avanzar en el estudio de las influencias científicas, políticas e ideológicas de los “consensos de medición” vigentes en cada período y en la migración de conceptos y formas de medición desde los países centrales y su adaptación al caso argentino. Punto capital de este enfoque, sus análisis no se reducen exclusivamente a los conceptos y categorías sino también a los instrumentos de medición, ya que parte del postulado

de que toda forma de medición lleva implícita consideraciones extra-estadísticas que impiden cualquier distinción neta –e ingenua a los ojos de esta corriente- entre medición e interpretación.

Esta línea ha prestado particular atención a las categorías utilizadas para definir a la nación durante el período formativo de la estadística nacional, no sólo en aspectos de evidente vinculación con ese punto (como la medición según criterios raciales, étnicos y políticos) sino en otros menos evidentes a priori como el mundo del trabajo, las migraciones internas e internacionales, la alfabetización, etc. Lejos asimismo de cualquier visión conspirativa de la producción estadística, esta visión constructivista y genealógica ha revalorizado el rol de los estadísticos oficiales como fase previa y esencial para el desarrollo de una ciencia social positiva en la Argentina. En la medida que las categorías del período formativo definieron un modo específico de percepción (claramente diferente en muchos puntos de los casos canadiense, norteamericano y brasileño), que actuó como una herencia cultural y una matriz intelectual de larga duración, este tipo de estudios supone al mismo tiempo una reflexión sobre las estadísticas actuales que excede ampliamente su interés histórico inicial (Otero, 2004 a; 2006; 2007).

Paralelamente hubo también una renovación, tal vez de menor importancia pero igualmente sintomática en sus presupuestos, en el campo de la investigación geográfica, gracias al estudio de la cartografía como instrumento de modelización de la realidad en una clave similar a la propuesta por los estudios de historia conceptual, como lo ilustran los trabajos de Hernán González Bollo (1998) sobre la tradición cartográfica del período 1838-1882, de Silvina Quinteros (2004), que reconstruye las formas de “interpretación” y las “formas de narrar las sociedades mediante representaciones de sus territorios” en los tres primeros censos nacionales y, más recientemente, el de Velázquez et al. (2007) que –en sintonía con el anterior- prolonga el estudio de las regionalizaciones espaciales de los censos hasta la actualidad.

Entre las preocupaciones mayores de esta forma de pensar la historia de la estadística se encuentran los análisis del “orden cognitivo” diseñado por reparticiones estadísticas específicas del Estado argentino y de los efectos de las producciones emergentes de ese orden en las intervenciones políticas. Dos ejemplos, entre muchos otros, testimonian la riqueza de ese enfoque. Así, Hernán González Bollo (2007) ha mostrado convincentemente como la existencia de un “estado informado” durante los gobiernos radicales (1916-1930) dio lugar a una estadística económica que, además de llevar a cabo importantes innovaciones técnicas y conceptuales, estableció la “logística de la información” necesaria para desplegar una visión de política macroeconómica que demostró toda su vitalidad potencial con la instauración de un aparato regulador de la economía tras la crisis de 1930. Esa matriz cognitiva no sólo aportó una visión global de la economía y una reflexión sobre el rol del Estado en la actividad productiva sino que también llevó –cuando las circunstancias lo hicieron posible- a que los cuadros técnicos actuaran como economistas gubernamentales alternativos a la esfera política. Claudia Daniel (2009), por su parte, ha puesto de manifiesto como las formas de medición de las asociaciones (mutuales y cooperativas) y de los accidentes del trabajo llevadas a cabo por la Dirección de Estadística y Economía Rural del Ministerio de Agricultura (Emilio

Lahitte, Domingo Borea) y por el Departamento Nacional del Trabajo creado en 1907, respectivamente, traducían también distintas concepciones políticas y técnicas sobre el particular. Así, mientras que las primeras vehiculizaban una interpretación que entendía al riesgo en términos individuales y apelaba a su cobertura en forma privada mediante el movimiento asociativo, las segundas, sin recusar esa vía, partían de una visión más amplia que incluía también la responsabilidad del Estado y que prefiguraba elementos cognitivos del posterior desarrollo de la seguridad social en el país. En el mismo sentido, ambos autores (González Bollo, 2004; Daniel, 2009) mostraron como la estadística socio-laboral del Departamento Nacional del Trabajo, además de medir la conflictividad urbana a través del seguimiento de las huelgas e iniciar el estudio del desempleo, contribuyó a establecer una incipiente mediación estatal en el plano laboral.

La historia conceptual ha llevado asimismo a abordar el análisis de las redes de circulación de los saberes (tanto ex ante como ex post al proceso de producción de cifras oficiales) para lo cual buscó reconstruir los modelos internacionales de referencia de cada período y las relaciones personales, epistolares, intelectuales, etc. de los estadísticos argentinos con sus pares europeos y americanos, sobre todo durante el período de mundialización de las cifras promovido por los congresos internacionales de estadística durante las décadas de 1850 y 1870 (Brian, 1999). Sin embargo, dadas las dificultades heurísticas de esta indagación, es mucho lo que resta avanzar en este tema, sobre todo para el período posterior a la estadística de autor.

La segunda línea de los estudios actuales se inscribe en lo que puede denominarse como una **historia neoinstitucional de la estadística pública**. Consagrada al estudio de la actividad estadística en general (y ya no de producciones específicas leídas en clave conceptual) esta forma de indagación llamó la atención de aquellos que buscaron redefinir una imagen más heterogénea, compleja, contradictoria y pluralista de la formación, despliegue y expansión del Estado argentino que permitiera superar tanto las simplificaciones de la historiografía evolutiva del liberalismo como las de la historiografía marxista que concibe al Estado como representante unívoco de las clases dominantes. Coherente con esa complejidad, esta imagen redefinida contiene dimensiones administrativas, legislativas, políticas y sociales.

La faz administrativa dio lugar a producciones de gran interés que mostraron como la emergencia de reparticiones estadísticas en el interior del Estado argentino se caracterizó por la coexistencia de agencias de alta y de baja capacidad administrativa¹,

¹ Entre las agencias de alta capacidad administrativa se encuentran la Dirección General de Estadísticas de la Nación (1894-1943); la Dirección de Economía Rural y Estadística (1898-1943); la División Estadística del Departamento Nacional del Trabajo (1912-1943); y la Oficina de Investigación Económica del Banco de la Nación Argentina (1928-1934), que luego se mudará al Banco Central de la República Argentina (1935-1943), para ser elevada al año siguiente a Departamento de Investigaciones Económicas. Las de baja capacidad fueron la Oficina Demográfica Nacional (1899-1908); la Dirección General de Comercio e Industria (1898-1943); y la Sección de Demografía y Geografía Médica del Departamento Nacional de Higiene (1911-1943). El Departamento General de Inmigración (1857-1943) es un caso singular, ya que durante el período 1890-1916 tuvo una importante posición en la red de oficinas, pero perdió importancia en el período posterior.

distinción de gran interés que nace de observar un conjunto de variables significativas de las rutinas burocráticas como la sanción de leyes, la especialización interna de los cuadros técnicos, el número de empleados, los fondos presupuestarios asignados, el ingreso de graduados universitarios, la regularidad de las publicaciones, la organización exitosa de encuestas, censos e investigaciones especiales, y la elaboración de informes oficiales (González Bollo, 2000; 2007). Esas reparticiones no sólo tuvieron intereses de captación diferentes sino también modelos científicos y proyectos políticos igualmente divergentes. Incluso, se renovaron temáticamente con el recambio generacional de los máximos responsables, como sucedió en la Dirección General de Estadística de la Nación al jubilarse el liberal Francisco Latzina y ascender el heterodoxo Alejandro Bunge. Ello permitió superar las interpretaciones tradicionales gracias a la visualización de un Estado informado, más rico y complejo –una suerte de patchwork-, compuesto por múltiples oficinas que se caracterizaron asimismo por temporalidades diferentes y que alternaron momentos de notable dinamismo con otros de mucha inercia.

Un capítulo necesario para el estudio de la historia de la estadística oficial ha sido el análisis de la abundante legislación sobre los censos nacionales y sectoriales (cuya realización debe ser aprobada por el Parlamento) y el de los sucesivos paradigmas legales en los que se inscribieron las reparticiones (Brignone 1951; Mentz 1991; Novick 2001). Las fuentes legales constituyen asimismo la puerta de entrada para el fascinante estudio de los debates parlamentarios que preceden a su sanción, lo que ha permitido conocer las posiciones de los partidos políticos en aspectos tan variados como la aprobación de las cifras oficiales de los censos, la conveniencia o no de su realización, las discusiones sobre el valor acordado a las cifras por la clase política y su rol como insumo para la sanción de otro tipo de leyes. El análisis de larga duración ha sido asimismo de vital interés para vislumbrar los efectos del tipo de régimen político (en particular la decisiva contraposición entre estado de derecho y gobiernos militares), como así también las evoluciones diferenciales según la orientación política de los gobiernos civiles (liberales, radicales, peronistas, desarrollistas, etc.) y según los modelos de acumulación y de desarrollo económico de cada período. Aunque esenciales, estas evoluciones de carácter macro deben ser completadas con los estudios internos de las reparticiones para evitar caer en correlaciones lineales y simplistas entre el tipo de gobierno vigente y las estadísticas resultantes o entre leyes, políticas, modelos de desarrollo y paradigmas de medición.

Uno de los avances significativos en este área ha sido el de poner de manifiesto las múltiples coincidencias y conflictos entre la esfera política y la producción estadística. El caso más notable en tal sentido, pero en modo alguno el único, es el de la continua oposición política de las provincias del interior al censo de población decenal entre mediados del siglo XIX y 1947. A pesar de que el censo cada diez años constituye un mandato de la Constitución argentina desde 1853, la oposición parlamentaria del interior (preocupado por el aumento proporcional de población de las provincias de Litoral que recibían los mayores contingentes migratorios) sólo permitió la realización de cuatro censos entre el primero de 1869 y el cuarto de 1947 y dio lugar a largos y conflictivos debates para aprobar las cifras definitivas en el parlamento.

La historia neoinstitucional de la estadística no se reduce desde luego a la historia legal y a la historia institucional de las reparticiones, ya que exige asimismo la incorporación de los apoyos y oposiciones provenientes de la sociedad civil, de conocida vitalidad y capacidad de oposición en el caso argentino. Lejos de las perspectivas tradicionales que visualizaban a la producción estadística como una oferta unilateral de las reparticiones estatales, estos nuevos enfoques han arrojado luz sobre una pluralidad de actores corporativos y de intereses privados que tanto alentaron como obstaculizaron el desarrollo estadístico, en una compleja dinámica que ilustra, al mismo tiempo, la fluidez de las relaciones entre Estado y sociedad y las fuertes demandas de esta última. El Estado informado, que tiene en la estadística oficial uno de sus pilares fundamentales, aparece entonces como una compleja trama de aspectos legales, evolución de instituciones, saberes científicos, cuadros técnicos de la burocracia y actores privados, lo que da cuenta de la enorme riqueza potencial del enfoque neoinstitucional del Estado y de la estadística pública. De modo natural, estos nuevos enfoques pusieron en valor un amplio conjunto de fuentes entre las que se destacan las memorias ministeriales, los debates parlamentarios, las asignaciones presupuestarias de las reparticiones, etc. y contribuyeron a superar el enfoque tradicional limitado a las grandes “obras” escritas y a las normativas legales.

Las siempre tensas relaciones entre producción oficial de datos y la esfera política –probablemente agigantadas por la lectura pesimista del pasado que induce la actual intervención gubernamental del INDEC– apelan por nuevos estudios. A título de ejemplo, si bien resulta claro que las estadísticas contribuyeron a dar visibilidad a muchos temas esenciales del debate político, es menos claro que éste utilizase en todos los casos la inteligibilidad analítica potencial derivada de las cifras ya que, como ha sido sugerido por Halperín Donghi (1987) y Eduardo Zimmermann (1995) para la segunda mitad del siglo XIX y por Alejandro Giusti (2007) para los censos nacionales de población posteriores a 1960, los resultados de las mediciones no han sido utilizados de modo sistemático para la formulación de políticas públicas. Ello configura uno de los rasgos críticos de la cultura política argentina que junto con el cortoplacismo de los objetivos, la ausencia de políticas de Estado y la continua manía refundacional atentan contra la estabilidad y profundización de la cultura estadística.

En estrecha conexión con otras áreas de la historiografía política y social que avanzaban en el mismo sentido, esta vertiente de estudio puso también de manifiesto la existencia de una sociedad dinámica y plural que no puede ser pensada como un mero receptor pasivo del proceso de construcción estadística. Ello ha permitido iluminar las resistencias societales al avance estadístico del Estado (por ejemplo, los indígenas ante el censo nacional de 1914, los industriales frente al censo del sector al menos hasta el Censo Industrial de 1935) y las demandas de captación en áreas específicas, como las de la Sociedad Rural Argentina. Aunque son muchas las áreas en las que se asiste a este proceso de negociación entre intereses privados y producción estadística, ninguna de ellas resulta tan evidente como la oposición del movimiento obrero, liderado por socialistas y anarquistas, a las estadísticas laborales del Departamento Nacional del Trabajo, proceso inicialmente puntualizado por Eduardo Zimmermann

(1995) y desarrollado en sede estadística por Hernán González Bollo (2004) y Claudia Daniel (2009). A ambos autores se debe también (como lo muestra el trabajo incluido en este volumen) el haber llamado la atención y suministrar análisis elocuentes sobre el rol mediador (apoyo, resistencia, reinterpretación, fiscalización, etc.) de la prensa en las controversias técnicas y políticas, tanto previas como posteriores a la producción de datos oficiales. Al igual que en la historia conceptual, esta línea muestra las resistencias societales pero también el hecho de que el lenguaje estadístico (con sus rasgos ideales de impersonalidad, distanciamiento y neutralidad) se fue afianzando progresivamente en la opinión pública, proceso que, sin embargo, no puede ser visto como lineal, incremental y exitoso. Esta última vía, es decir el rol que va ocupando progresivamente el lenguaje estadístico en la sociedad, posibilita asimismo una apertura hacia una historia cultural de la estadística centrada en la recepción e impacto de las cifras en los imaginarios sociales, como lo propone la tesis doctoral en curso de Claudia Daniel.

La interacción entre la historia conceptual y neoinstitucional de las estadísticas muestra por último como el proceso de modernización del Estado se fue nutriendo de componentes, lenguajes y prácticas científicas, variables de un área a otra, que impiden una lectura recostada únicamente sobre las configuraciones políticas y de clase que caracterizan al Estado en cada momento específico. En ese sentido, la historia de la estadística presenta importantes líneas de confluencia teórica y metodológica con las de otros saberes que penetraron de manera capilar las prácticas estatales (como la criminología, la salud pública, el urbanismo, etc.) gracias a la emergencia de “expertos estatales” portadores de un lenguaje a la vez político y a la vez científico (Plotkin y Neiburg, 2004).

Pero si el desarrollo de las líneas precedentes permite una visión moderadamente optimista de los estudios existentes, no ocurre lo mismo con **la historia del cálculo y la teoría de la probabilidad** y de otros aspectos más complejos de la teoría estadística. Este pariente pobre de la historia de la estadística argentina resulta en parte lógico y previsible, habida cuenta de que los principales avances en la materia fueron desarrollados en los países centrales y a través de procesos de larga duración. Sin embargo, y como lo muestra el sugerente trabajo de Leticia Mayer Celis en este volumen a propósito de las formas de inferencia en la Nueva España de fines del siglo XVIII, sería un error suponer que no han existido formas autónomas –o aplicaciones y reapropiaciones- en el caso argentino. Si bien se ha trabajado en la influencia de la teoría del hombre medio y del corolario metaestadístico de la ausencia del libre albedrío del célebre astrónomo belga Adolphe Quetelet en el censista Francisco Latzina (Otero 2009 a) o en los presupuestos inferenciales de las proyecciones de población de algunos períodos (Otero 2004, Perren 2008), es muy poco lo que se ha avanzado en esta dirección. Esto ha sido así porque los estadísticos puros, aquellos que por su formación se encuentran en mejores condiciones de abordar este tipo de enfoques, no han priorizado en sus valiosos coloquios y publicaciones la historia de su disciplina (Sociedad Argentina de Estadística, 2006).

Además de la tríada leyes-reparticiones-obras, la historia de la estadística supone otro elemento fundamental: el estudio de los hombres y mujeres que, con sus acciones e ideas, dieron carnadura y existencia real a la evolución de la estadística

nacional. Ello resulta desde luego obvio para la estadística de autor pero también para la fase posterior, donde la impronta personal si bien pierde visibilidad pública resulta igualmente esclarecedora. A pesar de algunos trabajos en esta dirección, la agenda pendiente en este campo es sencillamente enorme. Con todo, se conocen a grandes rasgos las biografías de los principales autores de la estadística liberal (aunque con desarrollos disímiles como lo ilustra el menor conocimiento de la figura de Diego de la Fuente en comparación con Latzina y Martínez, por ejemplo) y de algunas figuras posteriores como Alejandro Bunge, más rescatado por otra parte en su rol de intelectual católico, economista y teórico de la decadencia racial que como estadístico (de Imaz, 1974; Pantaleón, 2004 y en prensa; González Bollo en prensa); José Figuerola (González Bollo, 2009) y Carlos Dieulefait (Mentz 1984)². En la misma dirección pueden incluirse los trabajos sobre la historia de la enseñanza de la estadística (Estévez, 1951; Mentz y Yohai, 1991) o desarrollos más puntuales como los relativos al matemático italiano Ugo Broggi, precursor de la matemática económica en la Argentina (Fernández López, 2003). La menor densidad de estudios en este área tiene que ver sin duda con el hecho de que los mismos han sido, en su gran mayoría, el fruto de monografías acotadas o bien un subproducto más bien marginal de la historia conceptual y de la historia social y política de la estadística, y no de investigaciones orientadas centralmente hacia el rescate biográfico en tanto género historiográfico y metodológico específico. Cualquiera sea el caso, la distancia con la producción biográfica existente sobre los “padres fundadores” de la estadística en el Brasil es sencillamente enorme. En el mismo sentido, es mucho lo que falta estudiar sobre los criterios de reclutamiento (meritocráticos, políticos, relacionales, etc.) de los cuadros estadísticos de segundo rango, como así también sobre su grado de estabilidad en las reparticiones, tareas que requieren enfoques metodológicos basados en la prosopografía y, para los períodos más recientes, la recurrencia a la entrevista y la historia oral.

Más allá de sus claroscuros, la producción reseñada habilita también una evaluación más optimista que se vincula con algunos de sus logros más evidentes. En primer lugar, tanto la historia conceptual como la historia social y política han permitido avanzar hacia periodizaciones más complejas y sutiles de la historia de la estadística nacional, aspecto sin duda esencial de cualquier trabajo histórico. Estas nuevas formas de periodización, por el momento fragmentarias y circunscriptas a los intereses de investigación puntuales de cada autor, han puesto de manifiesto tanto la inconveniencia de homologar linealmente esta trama del proceso histórico con los cortes puramente políticos y gubernamentales como los problemas de las visiones finalistas y evolutivas de la historia institucional clásica (en particular la propuesta por el INDEC, 1983). Los estudios han permitido asimismo sugerir visiones, en algunos casos, más continuistas pero también apreciar rupturas conceptuales e interpretativas que pasan desapercibidas cuando el foco de análisis se limita a los aspectos macrohistóricos de los cambios de gobierno o de períodos económicos. Dada la naturaleza compleja

² Lamentablemente no podemos dar cuenta aquí de la importante tesis doctoral de Jorge Pantaleón (Doctorado en Antropología Social, Universidad Federal de Río de Janeiro, 2004), cuya publicación se encuentra en prensa al momento de escribir el presente texto.

y heterogénea del Estado, las periodizaciones han resultado asimismo variables según las reparticiones y las dimensiones de análisis consideradas.

En segundo lugar, los estudios evidencian una yuxtaposición de estilos de pensamiento que también resulta de interés. Así, las historias conceptuales predisponen a una visión más sociologizante, estructural y continuista mientras que la historia social y política induce una visión más histórica, procesual y rupturista. Lejos de ser un problema, esa tensión constituye una fuente de riqueza ya que permite evitar que cada tipo de enfoque exagere esos rasgos iniciales que le son propios.

En tercer término, la historia de la estadística ha contribuido también, al menos parcialmente, al avance de la historia de las ciencias sociales argentinas, área que después de años de vacancia, ha comenzado a ser desbrozada con éxito por diversos autores. A diferencia de las historias de la ciencia existentes, que han priorizado a las ciencias físico-naturales y, en el caso de las ciencias sociales, a los grandes autores de la tradición ensayística (como Alberdi, Sarmiento, Ingenieros, Ramos Mejía, Juan Agustín García, Ernesto Quesada, Joaquín V. González, por citar sólo algunos nombres), la historia de la estadística ha permitido fundamentar la hipótesis según la cual el desarrollo de las ciencias sociales argentinas fue también posible gracias al trabajo previo de los estadísticos oficiales, cuyas obras posibilitaron la emergencia progresiva de una ciencia social en nuestro país, mucho antes de la aparición de la sociología académica en la primera mitad del siglo XX. En ese terreno preparatorio, los estadísticos contribuyeron decisivamente a gestar una forma de pensamiento social positivo apoyada en la medición y en la verificación de regularidades empíricas, mucho antes de que tales novedades hicieran su desembarco luminoso en las aulas universitarias. Como hemos sostenido en un trabajo anterior (Otero, 2006) el rol marginal de sus trayectorias y, sobre todo, de sus obras y argumentaciones en las historias sobre el pensamiento social argentino se explica, paradójicamente, por las mismas razones que posibilitaron su emergencia y legitimación como funcionarios en un sector del Estado: figuras aparentemente opacas y de carácter técnico, sus obras se vieron despojadas del aura de luminosidad y polémica que rodeó, a justo título, a los pensadores de la prolífica y rica tradición de pensamiento ensayístico y a los representantes de las disciplinas más directamente ligadas con el control social (como la psiquiatría, la medicina, o el derecho). Anclados (principal, aunque no exclusivamente) en el aparato estatal, sus itinerarios fueron poco abordados por una investigación académica que, al menos en este plano, ha priorizado de manera autorreferencial el estudio de los científicos provenientes del campo universitario. Portadores de un lenguaje de fuerte contenido estadístico, sus censos se vieron dotados de esa ambivalente cadencia de ser, al mismo tiempo, demasiado técnicos para los historiadores de las ideas y demasiado sociológicos para los historiadores puros de la estadística. Expertos, por fin, en el ejercicio de una "tecnología de la distancia", la disolución de su rol - eminentemente intelectual- detrás sus puestos de administradores estatales y de su lenguaje matematizante, los condenó a un segundo plano de sombras, ampliamente contrastante con la importancia que sus obras habrían de tener para el estudio del pasado argentino.

Por último, y sin duda reconfortante, los hallazgos de la historia de la estadística han tenido también su derrame sobre otros campos historiográficos, confirmando que sus resultados y puntos de vista pueden ser de utilidad más allá de los intereses específicos de sus cultores. Si bien este proceso no debería exagerarse, la historia de la estadística ha tenido una importante confluencia con los investigadores que se ocupan del estudio de los profesionales y expertos del ámbito estatal, conexión sin duda obvia y esperable, pero también han sido recuperados por otras áreas. Entre ellas se destaca el reconocimiento de que “la investigación social empírica no se había originado en las universidades sino en las agencias estatales y como parte de una serie de preocupaciones de las elites políticas relativas a la ‘cuestión social’” (Blanco, 2006, 58). Análogamente, algunas interpretaciones sobre la estructura social (por ejemplo Zimmermann, 2000), críticas de los enfoques cuantitativos y agregativos tradicionales, han rescatado los hallazgos relativos al efecto performativo de los discursos implícitos en las nomenclaturas socio-ocupacionales de los censos. También la historia de la salud, ha comenzado a tomar en cuenta las interpretaciones extra-estadísticas subyacentes en las grillas de captación y medición de las enfermedades, como lo muestra –entre otros- el trabajo de Di Liscia (2005) sobre la expansión del bocio en el siglo XIX. En mucha menor medida, a pesar de la notable riqueza de las fuentes existentes sobre el particular, comienza a haber trabajos sobre los censos escolares, provenientes de la historia de la educación (Díaz, 2004). Pero quizás sean los estudios demográficos donde los efectos de la renovación de la historia de la estadística son más notables, como lo evidencia muy claramente la comparación entre la historia de la población argentina editada por el INDEC en 1975, centrada en el modelo cuantitativo clásico, (Recchini y Lattes, 1975) y la reciente síntesis de Susana Torrado (2007), que consagra 7 capítulos a la estadística socio-demográfica, si bien no todos ellos pueden ser filiados con la historia de la estadística en el sentido más estricto del término.

Dentro de este tercer momento, se asistió también a una renovación al menos parcial en el propio INDEC. Este proceso comenzó tímidamente con la primera y única *histoire-maison* producida por el instituto en 1983, en el contexto de la renovación democrática, si bien la misma adolece de una reconstrucción histórica muy escasa, y se inscribe en una visión finalista y puramente institucional centrada en la creación del instituto en 1968 y en la evaluación de las fases previas como meros antecedentes. Aunque muy inferior en densidad y calidad a las historias realizadas por los institutos de estadística europeos y americanos durante las décadas del 80 y del 90 (por ejemplo, Nissel, 1987; Statistique Canada, 1993), comparte con ellas la ausencia de preocupaciones tendientes a analizar los usos sociales de las estadísticas, las controversias internas de los procesos de medición y las interfases habituales de la historia conceptual y política de la estadística.

Sin embargo, también aquí se observa una renovación gracias a los trabajos de Gladys Massé, a lo que no es sin duda ajeno que la autora –historiadora de formación- haya alternado su labor entre la producción estadística oficial en el propio INDEC y la

reflexión histórica en la academia. Así lo refleja el estudio preliminar (Massé, 2003) que acompañó la reedición en CD-Rom de los tres primeros censos nacionales de población auspiciada por el instituto y que abreva de modo sistemático en los últimos avances de la historia de la estadística. Otros trabajos de la autora (por ejemplo, Massé 2007 sobre la historia de las encuestas), ratifican la importancia de la presencia de historiadores en las instituciones de estadística.

Los cambios de medición introducidos por los Censos Nacionales de Población y Vivienda de 1991 y 2001, frutos a su vez de demandas provenientes de la sociedad y de la política, han dado lugar a reflexiones sobre la construcción estadística que en ocasiones se dotaron de mayor profundidad histórica. El ejemplo más claro en tal sentido fue la decisión de incorporar en el año 2001, por primera vez en un censo nacional de población, a la temática indígena (Otero, 1999 b). A ello contribuyó también, en sede académica, el avance del multiculturalismo y, en sede social y política, el *empowerment* de los movimientos sociales de indígenas. Algo similar ocurrió, en otra clave, con el tema de la discapacidad, cuya reintroducción en el censo del 2001 dio lugar a análisis retrospectivos de las formas en que había sido medida en el pasado, constituyendo quizás uno de los ejemplos más evidentes del carácter no necesariamente incremental y exitoso de la evolución de las formas de medición (Pantano 1987). El desarrollo académico de la problemática de género ha contribuido asimismo a la revisión de los presupuestos de medición del trabajo femenino y a su mejor captación a partir del Censo 1991 gracias al modélico trabajo de Wainerman y Recchini de Lattes (1981). Aunque concentrado en los censos de la ronda del ochenta, este estudio y otros de las mismas autoras (1977) han tenido también su derrame en los estudios históricos gracias a la discusión de la conocida tesis de la curva en U. El análisis de los presupuestos sexistas de las mediciones del trabajo femenino en el pasado aparece también en otros países latinoamericanos, como el caso chileno analizado por Hutchinson (2000).

Lamentablemente, la triste y nociva intervención gubernamental al INDEC en enero de 2007, punto culminante de un proceso de subordinación de la estadística pública a dictados unilaterales de la política, ha generado un clima de urgencias e incertidumbres sobre la evolución del instituto que naturalmente ha relegado a un segundo plano las preocupaciones más puramente académicas sobre el pasado, aún cuando las mismas debieran ser más acuciantes hoy que en ningún otro momento de la historia.

4. Apuntes para una agenda

La historia del saber estadístico involucra múltiples dimensiones que hacen de ella un área de difícil abordaje y un objeto particularmente polisémico. Como toda investigación que se centra en la intersección de varios campos de indagación, la historia de la estadística corre en tal sentido el riesgo de explayarse sobre otras áreas de investigación conexas (la evolución global del Estado, la historia de las disciplinas científicas, la evolución política y social, etc.) y olvidar de tal suerte sus ejes analíticos.

El carácter forzosamente interdisciplinario del objeto de estudio, imposible de abordar en todas sus dimensiones por un investigador aislado, y la escasez de reconstrucciones históricas sobre algunas disciplinas (como la demografía, la geografía, la propia estadística, entre otras) dificultan asimismo los avances. Por tales razones no es de extrañar que las áreas de vacancia sean aún múltiples. Si bien no podemos entrar aquí en todas ellas, pueden señalarse al menos tres grandes caminos que resta recorrer.

Si bien se ha avanzado mucho en el análisis de las **matrices conceptuales** de los tres primeros censos nacionales, y en menor grado de las del cuarto censo de 1947 que muestra una clara influencia de la recuperación de la familia como unidad de análisis y del catolicismo social a través de autores como Alejandro Bunge, es mucho lo que falta aún en relación a los censos posteriores. La atención que han recibido los censos nacionales de población –en parte por su evidente importancia en tanto infraestructura pesada del sistema estadístico, en parte también por su mayor transparencia para el análisis social- obliga a prestar más atención en el futuro a los múltiples censos sectoriales (educativos, industriales, agropecuarios, comerciales, económicos, etc.) cuyo análisis resulta igualmente relevante. En el mismo sentido es mucho más lo que sabemos sobre las reparticiones directamente vinculadas con el control social y con prácticas de intervención –como el Departamento Nacional del Trabajo- o de alto poder simbólico en sus producciones (como la Dirección General de Estadística de la Nación) que de otras oficinas estadísticas. La focalización en el máximo nivel de centralización del Estado apela asimismo por nuevas indagaciones sobre otros niveles, como las oficinas de estadística provinciales (una excepción parcial en Ibarra, 2001) y municipales, en particular las oficinas de estadística de grandes centros urbanos como Rosario, Córdoba y sobre todo Buenos Aires.

Resulta esencial asimismo avanzar hacia una **periodización de conjunto** ya que contamos sólo con delimitaciones cronológicas parciales. La reflexión en este sentido debería reducir al mínimo la clásica contraposición de cuño evolucionista entre estadísticas tradicionales y modernas, ya que si se analiza el problema desde el lado de sus funciones las estadísticas tradicionales tienen también rasgos muy modernos (identificación de grupos de riesgo, por ejemplo) y las modernas siguen también definiendo a la nación e “instituyendo” realidades. En este sentido, resulta imperioso el abordaje de la segunda mitad del siglo XX ya que la mayor parte de los trabajos se ha concentrado en el período que va desde la conformación de la estadística nacional hasta el peronismo histórico (1946-1955). La focalización en las fases formativas y en la primera mitad del siglo XX, con los decisivos episodios de la emergencia del estado regulador a partir de la crisis de 1930 y del peronismo, se explica en buena medida por la mayor facilidad de estudio de los momentos formativos de las reparticiones o de aquellos en que experimentan cambios sustantivos. Curiosamente, falta aún un estudio en profundidad de los años que van desde la caída del peronismo en 1955 hasta la creación del INDEC en 1968 como así también de la evolución posterior, tarea afortunadamente iniciada –para el primer período- por la investigación en curso de Hernán González Bollo. El concepto de régimen estadístico propuesto por Jean-Pierre Beaud en este mismo volumen puede ser en tal sentido de gran utilidad para lograr

una reconstrucción de conjunto que permita integrar los avances parciales realizados hasta el momento.

Otra tarea fundamental es la de encarar la **dimensión comparativa internacional** del caso argentino a partir de la inclusión de modelos de referencia poco tenidos en cuenta hasta el presente. Así, las comparaciones se han centrado sobre todo en casos emblemáticos como los modelos francés e italiano, al menos en las categorías de análisis de los tres primeros censos nacionales de población. Lo mismo vale, aunque aquí los conocimientos acumulados son menores, para la influencia norteamericana en la estadística agropecuaria y migratoria, en el modelo de la organización censal y en la creación del Departamento Nacional del Trabajo. Menos conocida y analizada aún es la influencia del modelo británico en la Conferencia Nacional de Estadística de 1925 (Dirección General de Estadística de la Nación, 1925). La ausencia de conocimientos es mayor a medida que avanzamos en el tiempo, ya que no existen trabajos sobre los modelos organizativos y categoriales propuestos a partir de la primera y la segunda posguerra por la Organización Internacional del Trabajo, y las Naciones Unidas, respectivamente.

Como lo propone el presente volumen, la dimensión comparativa debería incluir asimismo la puesta en correlación de los casos latinoamericanos entre sí, ya que la comparación centro-periferia corre el riesgo de no percibir las mutuas influencias entre los países de la región, como lo ilustran los paralelismos entre el censo argentino de 1914 y el censo brasileño de 1920. Los problemas socio-demográficos comunes al conjunto de los países americanos –es decir incluyendo también a Canadá y Estados Unidos– entre los que se destacan los procesos de expansión de fronteras, la inmigración europea, la preexistencia de población indígena, la esclavitud, entre muchos otros, permiten arrojar luz sobre las formas diferenciales de medición que adoptó cada país. Entre otros tópicos posibles, el análisis comparado de los modelos de organización censal; las razones, características, grados y cronología de la centralización estadística; los sistemas clasificatorios en aspectos claves como las estadísticas étnicas y raciales y las relativas a la estructura social, constituyen núcleos temáticos ineludibles de futuras comparaciones. Las mismas no sólo permitirán aumentar el conocimiento relativo sobre cada país sino también definir mejor las semejanzas y diferencias entre países, justipreciar más adecuadamente los grados de originalidad en la adaptación de los modelos europeos y, sobre todo, actuar como un norte de referencia temática y metodológica para las investigaciones de cada caso nacional. La reconstrucción histórica de las tradiciones nacionales de estadística permitiría asimismo avanzar hacia las especificidades de las estadísticas americanas en relación con las europeas y las influencias de largo plazo del pasado colonial. Se trata, sin duda, de una agenda inmensa pero al mismo tiempo estimulante y potencialmente portadora de resultados de gran interés. Gracias al IBGE, el presente volumen constituye un paso sustantivo en esa dirección.

Bibliografía:

- ALONSO, William; STARR, Paul (ed.). The Politics of Numbers. New York: Russel Sage Foundation, 1987.
- ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginarias. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo. México: Fondo de Cultura Económica: 1991.
- ANDERSON, Margo. The American census. A social history. New Haven: Yale University Press, 1988.
- ARMATTE, Michel. El papel de la estadística en la construcción del Estado Nación. In: ARRIBAS MACHO, José María; BARBUT, Marc. Estadística y sociedad. Madrid: Uned Ediciones, p. 17-43., 2002.
- BEAUD, Jean-Pierre; PREVOST, Jean Guy. La experiencia estadística canadiense. Anuario del IEHS, Tandil, Buenos Aires, n. 14, p. 71-91, 1999.
- BLANCO, Alejandro. Razón y modernidad. Gino Germani y la sociología en la Argentina. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2006.
- BOERI, Lila. Catálogo de estadísticas publicadas en la República Argentina. Buenos Aires: Centro de Investigaciones Económicas, Instituto Torcuato Di Tella: 1963.
- BOURDIEU, Pierre. Campo de poder, campo intelectual. Buenos Aires: Montessor, 2002.
- BRIAN, Eric. Del buen observador al estadístico del Estado: la mundialización de las cifras. Anuario del IEHS, Tandil, n. 14, p. 15-21, 1999.
- BRIAN, Eric. La mesure de l'Etat. Administrateurs et géomètres au XVIIIe siècle. Paris: Albin Michel, 1994.
- BRIGNONE, Carlos. La nueva ley de Estadística. Revista de la Facultad de Ciencias Económicas, Buenos Aires, Año IV, n. 37, IX, p. 1135-1146, 1951.
- CARRASCO, Gabriel. La estadística y los censos de población en la Argentina. La nueva revista de Buenos Aires, Buenos Aires, año IV, Tomo X-XI, p. 375-399, 32-55, 207-227, 1884.
- CURTIS, Bruce. The Politics of Population. State Formation, Statistics, and the Census of Canada, 1840-1875. Toronto: University of Toronto Press, 2001.
- DANIEL, Claudia (Tesis de Maestría en Investigación en Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, 2006). "El primer observatorio social argentino. Estados, censos y estadísticas oficiales, 1869-1914".
- DANIEL, Claudia. Conflictos sociales, controversias técnicas. Las estadísticas en el mundo del trabajo en Argentina. Trabajo presentado en las Jornadas Élités intelectuales y formación del Estado, Buenos Aires, IDES, 29 de abril de 2009.
- DE IMAZ, José Luis. Alejandro E. Bunge, economista y sociólogo (1880-1943). Desarrollo Económico, Buenos Aires, vol. 14, n. 55, p. 545-567, octubre-diciembre 1974.
- DE LA FUENTE, Diego. Estudios estadísticos. Censo de población de la República Argentina (algunos antecedentes para su organización). Buenos Aires: Imprenta Argentina de El Nacional, 1869.

DESROSIERES, Alain. Un essai de mise en relation des histoires recentes de la statistique et de la sociologie. Actes de la Journée d'étude Sociologie et Statistique, INSEE, Tomo I, Octobre 1982.

DESROSIERES, Alain. La Politique des Grands Nombres. Histoire de la raison statistique. Paris: La Découverte, 1993.

DESROSIERES, Alain. Del trabajo al consumo: la evolución de los usos de las encuestas sobre el presupuesto de las familias. Anuario del IEHS, Tandil, n. 14, p. 93-123, 1999.

DESROSIÈRES, Alain. Histoire de la statistique: styles d'écriture et usages sociaux. In: BEAUD, Jean-Pierre; PRÉVOST, Jean Guy (dir.). L'ère du chiffre. Systèmes statistiques et traditions nationales; The Age of Numbers. Statistical Systems and National Traditions. Québec: Presses Universitaires du Québec, p. 37-57, 2000.

DI LISCIA, María Silvia. Relaciones peligrosas: sobre bocio, cretinismo e inferioridad (Argentina, 1870-1920). In: AGOSTONI, Claudia; SPECKMAN, Elisa (ed.). De normas y transgresiones. Enfermedad y crimen en América Latina, 1850-1950. México: Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Históricas, p. 21-54, 2005.

DÍAZ, Beatriz (Tesis de Maestría FLACSO, Buenos Aires, 2004). "La prescripción de la pericia estadística. Un estudio metafórico sobre la conformación de la estadística-educativa en la Argentina de fines del siglo XIX y principios del XX.

DIEULEFAIT, Carlos E. La estadística oficial y los censos de población en Argentina. Boletín del Museo Social Argentino, Buenos Aires, Año XXII, n. 139-140, p. 19-40, enero-febrero 1934.

DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICA DE LA NACIÓN. Recomendaciones de la Primera Conferencia Nacional de Estadística, reunida en la ciudad de Córdoba por iniciativa del Poder Ejecutivo de la Provincia el 30 de octubre de 1925. Informe n° 16. Buenos Aires: G. Kraft Impresor, 1925.

DUNCAN, Joseph W.; SHELTON, William C. Revolution in United States Government Statistics, 1926-1976. Washington: U.S. Department of Commerce, 1978.

ELIA, Oscar Horacio. Los censos nacionales. Buenos Aires: Imprenta Córdoba, 1946.

ESTÉVEZ, Alfredo. Bartolomé Mitre, primer catedrático de Estadística. Dos Lecciones de Estadística. Revista de la Facultad de Ciencias Económicas, Buenos Aires, año IV, n. 37, p. 1115-1134, noviembre 1951.

FERNÁNDEZ LÓPEZ, Manuel. Ugo Broggi, a Neglected Precursor in Modern Mathematical Economics. The European Journal of the History of Economic Thought, London, Vol. 10, n. 2, 2003.

GIUSTI, Alejandro. Censos modernos: 1960, 1970, 1980, 1991, 2001. In: TORRADO, Susana (comp.). Población y bienestar en la Argentina del primero al segundo Centenario. Una historia social del siglo XX. Buenos Aires: Editorial EDHASA, Tomo I, p.215-246, 2007.

GONZÁLEZ, Joaquín V. El censo nacional y la constitución. Buenos Aires: Instituto Cultural Joaquín V. González, 1931.

GONZALEZ BOLLO, Hernán. Una tradición de cartografía física y política en la Argentina, 1838-1882. Ciencia Hoy, Buenos Aires, Vol. 8, n. 46, p. 12-23, mayo-junio 1998.

GONZALEZ BOLLO, Hernán. Génesis y funciones de los manuales estadísticos y geográficos, 1852-1876. Anuario del IEHS, Tandil, n.14, p. 23-42, 1999.

GONZALEZ BOLLO, Hernán (Tesis de Maestría en Historia, Universidad Torcuato di Tella, Buenos Aires, 2000). "Para medir el progreso de la Argentina moderna. Formación y consolidación de una burocracia estadística nacional en el Estado conservador".

GONZALEZ BOLLO, Hernán. La cuestión obrera en números: la estadística socio-laboral argentina y su impacto en la política y la sociedad, 1895-1943. In: OTERO, Hernán (Dir.). El mosaico argentino. Modelos y representaciones del espacio y de la población, siglos XIX-XX. Buenos Aires: Siglo XXI, p. 331-381, 2004.

GONZÁLEZ BOLLO, Hernán (Tesis de Doctorado en Historia Argentina y Contemporánea, Universidad Torcuato Di Tella, 2007). "La estadística pública y la expansión del Estado argentino: una historia social y política de una burocracia especializada, 1869-1947".

GONZÁLEZ BOLLO, Hernán. José Francisco Figuerola: de funcionario del estado interventor conservador a experto de la coalición peronista (1930-1944). Programa Buenos Aires de Historia Política del Siglo XX, Buenos Aires, 21 p., en: <http://www.historiapolitica.com>. Consulta: junio de 2009.

GONZÁLEZ BOLLO, Hernán. Delineando la agenda económica de la Argentina de entreguerras: itinerarios e ideas del ingeniero Alejandro E. Bunge (1912-1943). Buenos Aires: EDUCA, en prensa.

HACKING, Ian. La domesticación del azar. La erosión del determinismo y el nacimiento de las ciencias del caos. Barcelona: Gedisa, 1995.

HALPERIN DONGHI, Tulio. Canción de otoño en primavera: previsiones sobre la crisis de la agricultura cerealera argentina (1894-1930). In: HALPERIN DONGHI, Tulio. El espejo de la Historia. Problemas argentinos y perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: Sudamericana, p. 253-276, 1987.

HUTCHINSON, Elizabeth. La historia detrás de las cifras: la evolución del censo chileno y la representación del trabajo femenino, 1895-1930. Historia, Instituto de Historia, Universidad Católica de Chile, Santiago de Chile, n. 33, p. 417-434, 2000.

IBARRA, Marcelo. Decir y contar. La presentación de Salta en la Exposición Nacional de Córdoba de 1871 a través de algunos documentos seleccionados. Trabajo presentado en las VIII Jornadas Interescuelas y Departamentosa de Historia, Salta, 19-22 de setiembre de 2001.

INDEC. La actividad estadística en la Argentina, 1550 1983. Buenos Aires: Indec, 1983.

INDEC. Catálogo de publicaciones seriadas argentinas. Buenos Aires: Indec, 1988.

LATZINA, Francisco. Los censos de población. Buenos Aires: Imprenta La Universidad, 1884.

LE BRAS, Hervé. La Statistique Générale de la France. In: NORA, Pierre (dir.). Les lieux de la mémoire. París: Gallimard, Tomo 2, p. 317-353, 1988.

MARTINEZ, Alberto. La estadística en la República Argentina. Su pasado, su presente y mejoras de que es susceptible en el porvenir. Buenos Aires: Cia. Sud-Americana de Billetes de Banco, 1891.

MARTINS SANTOS, Marco Aurelio (Tesis de Mestrado em Estudos Populacionais e pesquisas sociais produção e análise da informação geográfica, IBGE, ENCE, Río de Janeiro, 2004). " Pátria de questionário: O clamor dos tipos cuando o Brasil fez 100 anos".

MASSE, Gladys, Historia demográfica de la Argentina (1869-1914). In: INDEC. Historia demográfica argentina, 1869-1914. Versión digital de los tres primeros censos nacionales. Buenos Aires: Indec, p. 1-34, 2003.

MASSÉ, Gladys. Encuestas. In: TORRADO, Susana (comp.). Población y bienestar en la Argentina del primero al segundo Centenario. Una historia social del siglo XX. Buenos Aires: Editorial EDHASA, Tomo I, p. 245-286, 2007.

MENTZ, Raúl P. Profesor Carlos Eugenio Dieulefait, 1901-1982. Cuaderno del Instituto de Investigaciones Estadísticas, nº 36, Universidad Nacional de Tucumán, 1984.

MENTZ, Raúl P. Sobre la historia de la estadística oficial argentina. Estadística española, vol. 33, n. 128, p. 501-532, 1991.

MENTZ, Raúl P.; YOHAI, Víctor. Sobre la historia de la enseñanza de la estadística en las universidades argentinas. Estadística española, vol. 33, nº. 128, p. 533-558, 1991.

NISSEL, Muriel. People Count. A History of the General Register Office. Londres: Office of Population Censuses and Surveys, 1987.

NOVICK, Susana. Legislación referida a censos y estadísticas en la Argentina: 1854-1991. Trabajo presentado en el XIII Economic History Congress, Buenos Aires, 22-26 de Julio de 2002.

OTERO, Hernán. Historia y estadística. Anuario del IEHS, Tandil, n. 14, p. 11-14, 1999.

OTERO, Hernán. Investigando investigadores del pasado. Estrategias teórico-metodológicas para el estudio de los censos nacionales de población de la Argentina moderna. In: WAINERMAN, Catalina; SAUTU, Ruth (comps.). La trastienda de la investigación. Buenos Aires: Ediciones Lumière, p. 185-226, 2001.

OTERO, Hernán. Crítica de la razón estadística. Ensayo de formalización teórico-metodológica del paradigma censal de la Argentina moderna (1869-1914). In: OTERO, Hernán (Director). El mosaico argentino. Modelos y representaciones del espacio y de la población, 1850-1991. Buenos Aires: Siglo XXI de Argentina Editores, p. 299-329, 2004 a.

OTERO, Hernán. Sueños cifrados. Una arqueología de las proyecciones de población de la Argentina moderna. Revista de Demografía Histórica, Asociación de Demografía Histórica Española, segunda época, XXII, I, pp. 209-239, 2004 b.

OTERO, Hernán. Estadística y nación. Una historia conceptual del pensamiento censal de la Argentina moderna, 1869-1914. Buenos Aires: Editorial Prometeo, 2006.

OTERO, Hernán. El concepto de población en el sistema estadístico argentino. In: TORRADO, Susana (comp.). Población y bienestar en la Argentina del primero al segundo Centenario. Una historia social del siglo XX. Buenos Aires: Editorial EDHASA, Tomo I, p. 161-183, 2007.

OTERO, Hernán. Quetelet en las Pampas. La recepción del determinismo estadístico en la estadística censal argentina del siglo XIX. Trabajo presentado en el Seminario Internacional Historia de las Probabilidades y las Estadísticas. Perspectivas comparadas, Instituto de Investigaciones en Matemáticas Aplicadas y en Sistemas de la UNAM, Ciudad Universitaria, México, 12 y 13 de enero de 2009 a.

OTERO, Hernán. La etnización de las estadísticas de población. A propósito de la medición de los pueblos indígenas en la Argentina. *Ciencia Hoy*, Buenos Aires, 2009 b, en prensa.

PANTALEÓN, Jorge. Las estadísticas nacionales. Usos sociales de la ciencia y el estado (Argentina, 1914-1955). Trabajo presentado en las VIII Jornadas Interescuelas y Departamentos de Historia, Salta, 19-22 de Setiembre de 2001.

PANTALEÓN, Jorge. El surgimiento de la 'nueva economía argentina': el caso Bunge. In: PLOTKIN, Mariano; NEIBURG, Federico (comps.). *Intelectuales y expertos en la constitución del conocimiento social en la Argentina*. Buenos Aires: Paidós, p. 175-201, 2004.

PANTALEÓN, Jorge. Una Nación a la Medida. La creencia económica y estadística en Argentina (1918-1952). Buenos Aires: Editorial Al Margen, en prensa.

PANTANO, Liliana. La discapacidad como problema social. Reflexiones y propuestas. Buenos Aires: EUDEBA, 1987.

PATRIARCA, Silvana. *Numbers and Nationhood. Writing Statistics in Nineteenth-century Italy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

PERREN, Joaquín. 1985: Argentina, potencia mundial. Desarrollismo y proyecciones demográficas en la prensa del sesquicentenario. *Quinto Sol*, IESH, Universidad Nacional de La Pampa, n. 12, p. 93-124, 2008.

PICCIRILLI, Ricardo. Evolución social y censos nacionales. In: *ACADEMIA NACIONAL DE LA HISTORIA. Historia Argentina Contemporánea. Vol. II, 1862-1930*, Buenos Aires, p. 217-249, 1966.

PLOTKIN, Mariano; NEIBURG, Federico. (comps.). *Intelectuales y expertos en la constitución del conocimiento social en la Argentina*. Buenos Aires: Paidós, 2004.

QUINTERO, Silvina. La interpretación del territorio argentino en los primeros Censos Nacionales de Población (1869, 1895, 1914). In: OTERO, Hernán (Dir.). *El mosaico argentino. Modelos y representaciones del espacio y de la población, siglos XIX-XX*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, p. 267-297, 2004.

RECCHINI DE LATTES, Zulma; WAINERMAN, Catalina. Empleo femenino y desarrollo económico: algunas evidencias. *Desarrollo Económico*, Buenos Aires, vol. 17, n. 66, p. 301-327, 1977.

RECCHINI DE LATTES, Zulma; LATTES, Alfredo (comps.). *La población de la Argentina*. Buenos Aires: CICRED-INDEC, 1975.

SECRETO, Verónica. Censos: modelo para armar. Los censos argentinos entre 1881 y 1914. Trabajo presentado en las XV Jornadas de Historia Económica, Tandil, 9-10 de setiembre de 1996.

SOCIEDAD ARGENTINA DE ESTADÍSTICA. 50 aniversario de su fundación: Reseña histórica de actividades 1952-2002. *Revista de la Sociedad Argentina de Estadística*, San Miguel de Tucumán: Sociedad Argentina de Estadística, v. 6, n. 1 y 2, 44 p., junio-noviembre 2002. Disponible en: <http://www.s-a-e.org.ar/revista.htm>

STATISTIQUE CANADA. 75 ans à compter. L'histoire de Statistique Canada. Ottawa: Statistique Canada, 1993.

STIGLER, Stephen. *The History of Statistics. The Measurement of Uncertain before 1900*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 1986.

SUSSINI, Miguel; PASO, Juan R.; ZAUCHINGER, Adela. Veinte años de biodemografía argentina (1911-1930). GAEA, Anales de la Sociedad Argentina de Estudios Geográficos, Buenos Aires, tomo 5, p. 381-394, 1937.

VÁZQUEZ PRESEDO, Vicente. Estadísticas Históricas Argentinas (comparadas). Primera parte 1875-1914. Buenos Aires: Ediciones Macchi, 1971.

VELÁZQUEZ, Guillermo; VEGA, Andrea; MACCHI, José; GALLO, Andrea. Representaciones del territorio argentino a partir del primer censo nacional. In: TORRADO, Susana (comp.). Población y bienestar en la Argentina del primero al segundo Centenario. Una historia social del siglo XX. Buenos Aires: Editorial EDHASA, Tomo I, p. 131-160, 2007.

WAINERMAN, Catalina; RECCHINI DE LATTES, Zulma. El trabajo femenino en el banquillo de los acusados. La medición censal en América Latina. México: Terranova, 1981.

WESTERGAARD, Harald. Contributions to the History of Statistics. London: P. S. King & Son, 1932.

ZIMMERMANN, Eduardo. Los liberales reformistas. La cuestión social en la Argentina, 1890-1916. Buenos Aires: Sudamericana, 1995.

ZIMMERMANN, Eduardo. La sociedad entre 1870 y 1914. In: ACADEMIA NACIONAL DE LA HISTORIA. Nueva Historia de la Nación Argentina. Buenos Aires: Editorial Planeta, Tomo IV, p. 133-159, 2000.

3

La elite estadística y el estado argentino (1869-1947)

Hernán González Bollo*

Resumen:

El presente artículo indaga en la formación, consolidación y expansión de la elite estadística del estado argentino, en una perspectiva de mediano y largo plazo, atento a las relaciones políticas dentro del estado, y atento también a los intereses sociales, fuera de él. En primer lugar, se trata de explicar los aportes al conocimiento del mundo social y el creciente papel directriz en áreas de gestión pública. En segundo lugar, presentar los contactos de la indagación estadística con una diversidad de intereses sociales. En tercer lugar, delinear algunos hitos y transformaciones de la burocracia especializada, dividido en cinco períodos (1869-90; 1890-1916; 1916-30; 1930-43; 1944-47).

Existe una representación del trabajo científico que distingue dos fases diferentes y sucesivas: la colecta de los datos y su análisis, la cual implica que el trabajo de los estadísticos sería puramente descriptivo y no contendría directamente el análisis o la interpretación de los fenómenos descriptos. Esta representación no permite ver que la construcción de los datos es por sí misma teórica y que no puede disociarse la medición de un fenómeno de su análisis o interpretación. En el caso de la estadística pública, los instrumentos, las fórmulas y la presentación de los resultados son productos de rutinas administrativas y

* Agradezco a Oscar Oszlak la recomendación de lecturas claves sobre la cuestión estatal. Karina Felitti (CONICET, UBA), Diego Pereyra (CONICET, UBA), Andrés Reggiani (UTDT) y Marcelo Vaccaro (UMSA), realizaron creativos comentarios sobre un borrador previo del presente artículo.

contienen entre sus argumentos las ideas de sus responsables técnicos, las cuales reflejan múltiples relaciones académicas, políticas y sociales. No hay que olvidar que la información oficial se apoya en un trabajo parcelado y estandarizado que contiene una serie de eslabones, desde el cuestionario y la encuesta, pasando por el diseño de las nomenclaturas, hasta llegar a la difusión pública (MERLLIÉ, 1999, p. 127-160). Asimismo, hay que añadir la dimensión dinámica de estos conceptos y cifras, pues no son sino el resultado final de cuestiones discutidas durante décadas o siglos. La historia de la estadística surge de pensar las transformaciones y estilos de razonamientos por los que pasaron las categorías y conceptos oficiales y su medición, en un proceso de gestación colmado de dudas, retraducciones y conflictos de interpretación (DESROSIÈRES, 2004, p. 16). Finalmente, sería conveniente considerar en la colecta y análisis de los datos, en los eslabones de transmisión de la cadena estadística y en la dimensión diacrónica, las especificidades nacionales.

Para el caso argentino, Carlos Díaz Alejandro (1983, p. 380-381) advierte sobre la calidad de los datos y fuentes de información económica nativa, disponibles desde mediados del siglo XIX. En su opinión, éstos se encontraban por encima del promedio de los países semi-industrializados. Destaca el papel pionero de los cuadros técnicos en el campo de la contabilidad nacional. La formación de las primeras reparticiones estadísticas, la institucionalización de una red descentralizada de las oficinas más reconocidas en la alta administración pública y los intentos iniciales de centralización ejecutiva fueron parte de un extenso proceso que convivió con las elites liberales, con los políticos radicales y conservadores, con los militares nacionalistas y con el peronismo en formación. Felix Weil (1944, p. 222-243) reafirma que el archipiélago argentino de oficinas especializadas estaba científicamente actualizado al nivel de plataformas equivalentes en las grandes naciones de entreguerras; más aún, advierte que los datos producidos eran más confiables que los originados en los autores y en las organizaciones privadas del país. Las evaluaciones de Díaz Alejandro y Weil no deben impedirnos señalar el notable retraso en el levantamiento decenal de los censos demográficos, según prescripción constitucional, a causa de la resistencia de los representantes de los distritos menos poblados del interior, sobre sus efectos en el reparto proporcional de las bancas de la Cámara de Diputados de la Nación (GONZÁLEZ BOLLO, 1999b). Por su parte, la evidencia historiográfica sobre tres de los más importantes funcionarios estadísticos de entonces sugiere la existencia de una diversidad de lazos sociales y políticos: Emilio Lahitte, jefe de la Dirección de Economía Rural y Estadística (1898-1922), formaba parte del *establishment* tecnoburocrático liberal, al tiempo que estaba claramente identificado con el interés terrateniente (HALPERÍN DONGHI, 1987, p. 261-262); Alejandro E. Bunge, jefe de la Dirección General de Estadística de la Nación (1916-21, 1923-25), era asesor e ideólogo de la Unión Industrial Argentina (MURMIS y PORTANTIERO, 1987, p. 15); y José Francisco Figuerola, jefe de la División Estadística del Departamento Nacional del Trabajo (1930-43), se convirtió en secretario general del Consejo Nacional de

Posguerra (1944-45) y primer titular de la Secretaría Técnica de la Presidencia de la Nación (1946-49) (GONZÁLEZ BOLLO, 2008). Las diferentes posturas citadas ofrecen una perspectiva provisional sobre cuáles son las características dominantes de la burocracia estadística que deben ser contempladas, al menos hasta la primera mitad del siglo XX. Si bien hubo frenos políticos regionales para el levantamiento de censos de población (reflejo extremo de los contrapesos propios del constitucionalismo liberal), ellos no impidieron la existencia de oficinas federales que gozaron de autonomía intelectual y de funcionarios con amplios contactos, para realizar creativas innovaciones metodológicas.

Este artículo ofrece una perspectiva reflexiva y matizada sobre el papel de la estadística pública, en relación con las capacidades administrativas del estado argentino. Entre el Primer y el Cuarto Censo Nacional (1869-1947), hubo un largo proceso de formación de un repertorio estandarizado de conceptos y mediciones económicas y sociales (balanza comercial, circulación monetaria, índices de precios al por mayor y al por menor, ocupación y desocupación urbana, renta nacional), que culminó con la centralización ejecutiva y metodológica en el seno del estado peronista. La combinación de oficinas poderosas en su capacidad de producir censos, estadísticas, encuestas e informes, y de generaciones de funcionarios hábiles en la adaptación y desarrollo de interpretaciones económicas, permitió la jerarquización en la alta función pública de una burocracia especializada, la elite estadística, cuyo legado fue una precoz visión global de la economía argentina enfáticamente nacional.

¿Cómo reconstruir la trayectoria de la elite estadística? Nos apartamos de estudios acotados a lo institucional y reglamentario, escindidos de circunstancias sociales o del contexto metafísico de las teorías científicas, como parte de una historia *internalista* de un área técnica de la administración pública (PICCIRILLI, 1966, p. 217-249; MENTZ, 1991, p. 501-532; NOVICK, agosto 2004). En cambio, proponemos una historia *neoinstitucional* de dicha elite, en la que el colectivo de funcionarios, cuadros administrativos, mediciones y conceptos, establecen un amplio rango de relaciones con las fuentes de legitimidad de la acción estatal. Esto supone poner en tela de juicio la tendencia de equiparar la capacidad administrativa con el aislamiento, sugiriendo que poner en marcha tal capacidad requiere una mezcla de coherencia interna y conexiones externas, tal como sugiere la definición *autonomía enraizada* (EVANS, 1996, p. 555). Vista en perspectiva, la gestión estatal aparece aquí integrada por dos esferas en permanente interacción, con las relaciones convergentes y conflictivas de la política y la técnica. Esta última, está dotada de cierta complejidad, tanto por sus características (destrezas de los jefes, formación de los recursos humanos, especialización interna, recepción de novedades de circulación internacional, redes de contacto) como por sus respuestas adaptativas a diferentes contextos sociales (crisis, depresión, movilización) y políticos (cambios de régimen, golpes de estado, militarización). Lejos del vergonzoso presente del Instituto Nacional de Estadística y Censos (INDEC), una hipótesis viable es que el creciente manejo

de datos, la autonomía intelectual y los contactos políticos y sociales, entre otras condiciones, elevaron a los estadísticos a una posición de consulta, se hicieron viables algunas de sus concepciones sobre la economía y sus agentes, y se convirtieron en *managers* de un estado en expansión. En tanto elite, lideraron un campo de poder burocrático, al punto de que muchos de sus miembros se convirtieron en economistas gubernamentales y en funcionarios ministeriales, pues la creciente complejidad de las tareas de la administración pública hizo cada vez más necesario reclutar recursos humanos de la esfera técnica. Esta tesis es el punto de llegada de una bibliografía de referencia que merece ser presentada.

La autonomía relativa de la estadística pública es producto de una doble inserción. Eric Brian (1999, p. 15-21) la define, al mismo tiempo, como *semi-científica* (se atiene a las reglas impartidas por una práctica científica de validez universal) y *semi-burocrática* (es una rutina sometida a la dirección política de las políticas públicas). Por su parte, Hernán Otero (1999, p. 11-12) distingue tres grandes modelos narrativos: el *burocrático-institucional*, el *de satisfacción de demanda* y el *teórico-estadístico*. Me apoyo en la matriz del modelo burocrático-institucional para contemplar cómo agencias, funcionarios y productos interactuaron creativamente entre ellos, con el resto de la administración pública y con las instituciones políticas. A su vez, cuestiones no sólo de índole económica, sino también intelectual, legal, política y social dejaron su huella. La renovación del impulso a la extensión y desplazamiento temático, y el refinamiento metodológico de los números oficiales muestran que el modelo de satisfacción de demanda también cumple un rol clave. En cambio, el modelo teórico-estadístico centrado en los instrumentos de observación y en la evolución de los métodos de la historia del cálculo y de la teoría de la probabilidad tiene menor importancia aquí, pues la estadística pública vernácula adaptó esquemas prácticos, es decir, para uso gubernamental, y no desarrolló teorías ni conceptos puros (esto no debe hacernos olvidar que, a veces, los funcionarios fueron al mismo tiempo estadísticos volcados a la investigación teórica o dedicados a la docencia universitaria). La suma de los modelos burocrático-institucional y de satisfacción de demanda nos permite sugerir una segunda tesis, que amplía la primera: la elite estadística desarrolla una tecnología cognitiva que, en su esfuerzo indagatorio, potencia las capacidades administrativas del estado; sin embargo, tal esfuerzo debe lidiar con la vitalidad de una sociedad civil movilizadora, capaz de oponer seria resistencia a los esfuerzos indagatorios oficiales, lo cual supone realizar creativos rodeos para cuantificar brazos, bienes, actividades y regiones.¹

Francis Bacon afirmaba "*Knowledge is power*", de lo cual resulta que la indagación oficial nomina a su paso bienes, personas y servicios. Ello es posible gracias a un estado nacional que preservó nichos institucionales dotados de especialización burocrática, de autonomía administrativa y de funcionarios y

¹ Sobre el contrapunto argentino estado potente/sociedad vital, véase ROMERO, Luis Alberto. La crisis argentina. Una mirada al siglo XX. Buenos Aires: Siglo XXI, 2003, p. 19-22.

recursos humanos capacitados. Tales nichos modelaron estilos de pensamiento, facilitaron la elección de problemas y preguntas, establecieron reglas propias para trabajar, predeterminaron el vocabulario que debía utilizarse y pautaron una ortodoxia con la edición de manuales. Del mismo modo, reforzaron un lazo con la política en cada defensa anual de la partida presupuestaria, con la que se definía la dotación de personal, los ascensos, los trabajos suplementarios y los utensilios.

El proceso de creciente especialización de los cuadros burocráticos, la delimitación de competencias, sus reglamentos y sus relaciones de obediencia jerárquicamente graduadas, tal como lo propuso Max Weber (1992, p. 1060-1076), es un aspecto crucial de la modernización del estado nacional. Theda Skocpol (1989, p. 71-122) concibe la soberanía estatal como una organización que reivindica el control de territorios y personas, que puede formular y perseguir objetivos que no sean un simple reflejo de las demandas ni de los intereses de grupos o clases sociales. Desde el punto de vista organizativo, y relativamente desvinculados de los intereses socioeconómicos dominantes, se necesitan colectivos de funcionarios integrados para poner en marcha nuevas y características estrategias estatales en épocas de crisis. Igualmente, la socióloga advierte que la autonomía de las agencias estatales no es un rasgo estructural de ningún sistema de gobierno, ya que puede aparecer y desaparecer; las crisis precipitan la formulación de estrategias y de políticas oficiales autónomas por parte de los administradores gubernamentales. Las posibilidades de acciones estatales autónomas cambian con el tiempo, a medida que las organizaciones administrativas experimentan transformaciones, tanto internamente como en sus relaciones con grupos sociales y con sectores representativos del gobierno. La jerarquización burocrática abrió paso a la autonomía intelectual, lo que significó que los funcionarios dejaran de ser un instrumento pasivo del poder político para liderar un espacio administrativo de reflexión y crítica. A partir del estudio de Françoise Dreyfus (2000, p. 17) sobre el poder de las burocracias especializadas en sistemas políticos liberales, es posible afirmar que a fines del siglo XIX y principios del XX comenzó una transformación de ellas, que por su peso decisivo y profesionalismo pasaron a ser elementos fundamentales del poder público. Los técnicos y los expertos ubicados en agencias oficiales, incluidos los funcionarios de carrera, elaboraron un pensamiento estratégico que amplió las capacidades administrativas estatales. Esas ideas fueron distribuidas de manera continua en una red de conocimiento, es decir, fueron compartidas con otras agencias y entregadas a los comités parlamentarios, a los gabinetes ministeriales o al poder ejecutivo. Desde esta posición privilegiada, las burocracias pasaron de ritualizar conductas y comportamientos de acuerdo con ciertos códigos, a exigir a la política y a la sociedad una adecuación a esos mismos códigos. Se hace necesario darle perspectiva histórica y definir el término *experto gubernamental*, reflejo de las transformaciones que sufrió el estado argentino. Theda Skocpol y Dietrich Rueschemeyer (1996, p. 6-11) señalan al conjunto de *State Managers* como el tercer actor –después de los representantes del capital y del trabajo– que tuvo, a menudo, un papel crítico en el diseño y en la ejecución de

políticas reformistas, afín a la idea de que el gobierno podría resolver eficazmente problemas económicos y cuestiones sociales. Estas necesidades hicieron que algunos de los responsables de los números oficiales dejaran de ser meros analistas para convertirse en economistas gubernamentales, un notable salto cualitativo para el status de una auténtica burocracia.

Como contrapartida de la tesis baconiana, Francisco Latzina, con la autoridad y sabiduría de quien más tiempo ocupó el cargo de jefe de la Dirección General de Estadística de la Nación (1880-1916), sugiere elípticamente que “la estadística es el arte que transforma premisas implícitamente dudosas en conclusiones aparentemente exactas” (LATZINA, 1943, p. 70). Esta frase deja entrever que la extensión y progresividad de las mediciones oficiales están sostenidas no sólo por el trabajo parcelado y estandarizado de la cadena estadística, el poder burocrático y el aval ministerial; sino también por la habilidad de recoger legitimidad del medio en el que opera.

De esta manera, el modelo de satisfacción de demanda traspasa la frontera de la realidad objetiva, para reflexionar sobre la existencia de un conocimiento *objetivable* en tiempo y espacio. Las conferencias, los congresos y las publicaciones convirtieron a los estadísticos en referentes de la opinión pública, en vínculos de una relación estado-sociedad con más tramas sociales e intelectuales. Queda abierta la cuestión del poder performativo y de la integración cognoscitiva de conceptos oficiales. Tal como sugiere Pierre Bourdieu (1990, p. 281-309), éstos tienen capacidad de operar como esquemas de visión y división del mundo social, al incorporar en los agentes estructuras objetivas y naturalizarlas. De las compilaciones y empadronamientos oficiales, emergió una economía y una sociedad reconstruida gracias a técnicas de manejo y procesamiento de datos: cuestionarios estandarizados, ficheros, tarjetas de registro, equipos de perforación y clasificación de fichas. Para Ian Hacking (1995, p. 17-19), la recolección sistemática de datos sobre las personas permitió la creación de categorías operativas para agruparlas. Esta tarea rutinaria, a la larga, afectó las maneras en que se concebían a sí mismas enteras comunidades alfabetizadas (o, si se quiere, matematizadas). De las regularidades probabilísticas, surgieron las personas *normales*, es decir, personas que se sujetaban a la tendencia central de tales regularidades; en tanto que aquellas que se apartaban de la tendencia central eran personas *desviadas*. Esta visión finalista de la racionalidad estadística no debe impedirnos advertir que las nomenclaturas oficiales son susceptibles de ser transformadas o cuestionadas en el espacio público, en función de ciertas convicciones políticas. Un seguimiento de la metamorfosis de los conceptos elaborados por los biómetros eugenistas británicos de la era victoriana resalta la conversión paradójica de éstos a favor de los partidarios del estado benefactor (DESROSIÈRES, 2004, p. 184-191, 242-246 y 278-283). Por su parte, los industriales franceses entendieron que las preguntas contenidas en los censos podían ser juzgadas como una forma de control estatal y sabotearon exitosamente toda requisitoria a su actividad, en el cuarto de siglo previo a la Gran Depresión (VOLLE, 1982, p. 17).

Entonces, se puede dar cuenta de una narrativa de la elite estadística desdoblada en dos dimensiones. Si bien, enfatizamos la relación con la política dentro del estado (pues ella refleja el grado de complejidad interna del aparato burocrático), no dejamos de soslayar la interacción con los intereses sociales, fuera de él. Nos interesa destacar el rol de dicha elite en relación con la expansión de la capacidad estatal en el diseño de programas, de políticas y de planes económicos. Queremos dar cuenta de la participación de la esfera técnica en las políticas públicas, que repercutió en la posición ocupada como expertos gubernamentales. Estableció una relación entre conocimiento práctico y poder, entre esfuerzos por gobernar la economía y esfuerzos por hacerla inteligible, desde la cuantificación sistemática (TOOZE, 2001, p. 10). Al perfeccionar indicadores nacionales, la medición oficial facilitó las herramientas para gobernar una economía nacional. Como hipótesis complementaria de la anterior se puede sugerir que los estadísticos hicieron viables concepciones esquemáticas y racionalizadoras sobre la economía y sus agentes. Se convirtieron en precoces tecnócratas, apoyados en una concepción idealizadora de la eficiencia, la competencia y la profesionalización en la toma de decisiones, relativizando la negociación política (FISCHELLA, 1998, p. 1.554). Entendían que la redistribución de la tierra o de la renta nacional, el impulso de las economías regionales o de la industrialización manufacturera no era una tarea que pudiera resolver por sí sola la soberanía política en un sistema competitivo de partidos, pues ella tenía aquí un costo de negociación mayor que el de un país avanzado. De esta manera, se entrelazaron una razón de tipo iluminista y una aceptación de que la dirección estatal debe contar con incentivos y objetivos propios de las elites emergentes de la segunda revolución industrial, a fin de transformar la estructura económica.

Teniendo en cuenta estas premisas, este artículo pretende desarrollar tres líneas argumentales para demostrar la posición, la visibilidad y las mutaciones de la elite estadística. En primer lugar, presentar de forma sintética variables y evidencias sobre la posición y el status burocrático. En segundo lugar, desplegar una serie de contactos entre la indagación estadística y una diversidad de intereses sociales, económicos y políticos, intercambios que van desde la colaboración sincera hasta la resistencia abierta. En tercer y último lugar, delinear algunos hitos y transformaciones de la burocracia especializada, a lo largo de seis etapas históricas (1869-90; 1890-1916; 1916-30; 1930-43; 1944-47).

I. Delinear la elite estadística

La historiografía argentina no tiene una rama claramente delimitada sobre el estado y las políticas públicas. Las investigaciones sobre aparatos legales, reforma social, criminología, política reproductiva, etcétera; señalan un giro hacia los estudios de caso. Una hipótesis plausible es que el embrión estatal tratado por Oscar Oszlak (1982) en su clásico libro, con posterioridad a la crisis de 1890

aumentó en alto grado la complejidad de sus funciones. Emergió un estado reconfigurado al que sólo se puede avanzar focalizando áreas puntuales de gestión e instituciones. Es pertinente preguntarnos si, tal como sugieren Federico Neiburg y Mariano Plotkin (2004, p. 18), la entera burocracia estuvo afectada por cambios bruscos y relativamente frecuentes, y que además, fueron escasas las tradiciones y las carreras meritocráticas. Un problema suplementario para abordar en la estadística es la dispersión administrativa en la alta función pública. A pesar de ello, quiero presentamos algunas conclusiones que surgen del estudio de la trayectoria en el largo y mediano plazo. En especial, al apreciar diferencias internas entre agencias y entre funcionarios, al dimensionar el prestigio del colectivo burocrático dentro del estado, al definirla como una elite cohesionada y al destacar temas recurrentes en sus investigaciones, en tanto apuestas políticas.

A partir del análisis de la trayectoria institucional, surgen del archipiélago de oficinas cuatro poderosas, algunas con una transformación continuada en el tiempo. Ellas son: la Oficina de Estadística Comercial (1877-84), que pasó a ser el Departamento Nacional de Estadística (1884-94), luego, la Dirección General de Estadística de la Nación (1894-1943) y, finalmente, la Dirección General de Estadística y Censos de la Nación (1943-44), ubicada en el Ministerio de Hacienda; la Dirección de Economía Rural y Estadística (1898-1946), en el Ministerio de Agricultura; la División Estadística del Departamento Nacional del Trabajo (1912-43), en el Ministerio del Interior; y la Oficina de Estadística y Economía del Banco de la Nación (1924-28), rebautizada Oficina de Investigaciones Económicas (1928-35), trasladada luego al Banco Central (1935-45) y elevada al rango de Departamento (1946). Las cuatro oficinas fueron centralizadas en una quinta aun más poderosa: la Dirección Nacional de Investigaciones, Estadística y Censos (1946-49), dependiente de la Secretaría Técnica de la Presidencia de la Nación. En frente, existieron otros seis más débiles. Nos referimos a: la Oficina Estadística Nacional (1864-75), la Oficina Demográfica Nacional (1899-1907), la Sección Demografía y Geografía Médica, del Departamento Nacional de Higiene (1910-40) y el Consejo Nacional de Estadísticas y Censos (1944-46), todas dependientes del Ministerio del Interior; la Dirección General de Comercio e Industria (1898-44) y el Departamento General de Inmigración (1876-43)², ambos en el Ministerio de Agricultura.

Sobre la base de siete variables, es posible explicar el porqué de las cuatro oficinas poderosas (la quinta centralizadora es el punto de llegada). Por omisión, la falta de tales variables resulta determinante en la baja calidad de las oficinas restantes,

² Es necesario dejar en claro aquí que el Departamento General de Inmigración no era una oficina propiamente estadística, pero la colecta de sus cifras (arribado y emigrados trasatlánticos, duración de estadía, sexo, edad, condición civil, calificación socio-profesional, etcétera) era primordial para el programa modernizador de las elites liberales. Tuvo una evolución institucional con altibajos, al punto que, entre 1890 y 1916, cumplió un importante papel en la atracción, transporte, llegada y radicación de los centenares de miles de inmigrantes anuales. Entonces, estuvo bajo la responsabilidad de Juan A. Alsina, en GONZÁLEZ BOLLO, Hernán. La estadística pública y la expansión del estado argentino: una historia social y política de una burocracia especializada (1869-1947), tesis doctoral. Buenos Aires: Departamento de Posgrado, UTDT, 2007, p. 114 y 141-142.

que denominamos débiles. Primero, los respectivos ministerios, secretarías o entes autárquicos, promovieron la sanción de leyes, decretos y resoluciones coactivos que reglamentaron la colecta y la efectiva obtención de los datos. Segundo, la asignación de partidas del presupuesto nacional fue estable, regular y actualizada, salvo en períodos excepcionales como la recesión 1913-17, cuando los valores quedaron desactualizados hasta 1920. Tercero, la política respetó la autonomía administrativa (condición para la creatividad e innovación), salvo en 1928-30, cuando fueron intervenidas la Dirección General de Estadística de la Nación y la Dirección de Economía Rural y Estadística para desalojar a sus jefes, identificados con el gobierno precedente, y que fueron repuestos en sus cargos luego del golpe de estado de septiembre de 1930. Cuarto, las oficinas jerarquizaron y capacitaron sus cuadros administrativos permanentes, que fueron especializándose en tareas de recolección, tabulación e interpretación, a un ritmo de productividad laboral que desalentaba el ingreso de recomendados políticos y prescindía de los menos hábiles; por otra parte, se contaba con partidas suplementarias para empleados de tiempo parcial e informantes en el interior. A partir de la década de 1910, se reclutaban estudiantes y graduados de las facultades de Agronomía y Ciencias Económicas (la gran mayoría de la Universidad de Buenos Aires); una década más tarde, era común becarlos en viaje de estudios en el exterior (el joven Raúl Prebisch es el más conocido). La jerarquización de rutinas y recursos humanos se completó con la incorporación de máquinas electromecánicas de procesamiento de datos, mediante tarjetas perforadas (*punch-card machines*). Gracias al desplazamiento de personal se ampliaron las compilaciones (bancos y finanzas públicas), la cobertura y los pronósticos de los cultivos agrícolas (economías regionales) y las familias trabajadoras entrevistadas en las encuestas socio-laborales urbanas. En la década de 1930, las cuatro más poderosas absorbieron las colectas de las oficinas débiles y se complementaron en la organización de grandes censos nacionales, lo que consolidó su definitivo liderazgo en el archipiélago. Quinto, hoy puede ser una obviedad, pero hay que recordar que las oficinas no sólo produjeron datos, sino que también los publicaron regularmente como parte de la información oficial de su superior institucional. Sexto, se destacaron por realizar informes, encuestas y censos exitosos³, así como sus miembros participaron o asesoraron a comisiones del Poder Ejecutivo Nacional o del Congreso. Séptimo, participaron en programas ministeriales (integrar a los arrendatarios rurales en cooperativas), en la organización de instituciones regulatorias (crear la Junta Reguladora de Granos o la Oficina de Control de Cambios) y en la fiscalización de actividades privadas (como el Mercado de Cereales a Término y la Cámara Gremial de Cereales, ambas en la Bolsa de Comercio porteña).

³ ¿Qué es un censo exitoso? Un empadronamiento que tiene reglamentos internos para sus integrantes y cumple todas las etapas de la cadena censal (entre otras, diseño de ficha, captura de datos, transporte a la mesa censal nacional, interpretación). En la Argentina, hubo censos cuyos datos están incompletos, no son fiables o no se publicaron y, por cruzamiento de fuentes, se puede afirmar que fracasaron. Algunos de ellos fueron: el censo escolar de 1877, el electoral de 1903, el de los territorios nacionales de 1905 y el industrial de 1908-14.

Dentro de esta estructura administrativa, ¿quiénes eran los funcionarios prestigiosos? Por supuesto, integraron las oficinas poderosas y fueron quienes se destacaron en adaptar o crear mediciones y conceptos, y actualizar las metodologías oficiales. Un primer pelotón lo forman tres extranjeros innovadores, cuya presencia facilitó el reconocimiento internacional. Se trata del checo Francisco Latzina (1843-20), del norteamericano Leon Moyer Estabrook (1869-1937) y del catalán José Francisco Figuerola (1897-1970). Miembro de la Royal Statistical Society, Latzina se encargó de una tarea decisiva para una joven nación que necesitaba presentar a los inversores extranjeros datos confiables de lana y cereales transportados por ferrocarril y de la balanza comercial. Durante su extensa jefatura en la Dirección General de Estadística de la Nación (DGEN), disciplinó todos los eslabones de la cadena de transmisión de datos, con la amenaza de utilizar artículos del código penal ante empleados poco responsables. Estabrook, en realidad, era funcionario del Department of Agriculture (USDA) y revistaba como asesor del Instituto Internacional de Agricultura, con sede en Roma. Fue contratado por el Ministerio de Agricultura (1923-24) para actualizar los métodos de la Dirección de Economía Rural y Estadística (DERE), luego de la muerte de Emilio Lahitte. Estableció un repertorio de formularios estandarizados con los que, a partir de la campaña agrícola 1923/24, se publicó un calendario anual de 29 pronósticos sobre el estado de los cultivos y campos de pastoreo, sobre las áreas sembradas y sobre los saldos exportables. Esta colecta de información ampliada implicó la definitiva jerarquización de los empleados, ya que los informes sólo podían ser elaborados por contadores, economistas, ingenieros e ingenieros agrónomos. A diferencia de la desconfianza manifiesta del checo, el norteamericano confiaba en la colaboración de los arrendatarios rurales para seleccionar a los corresponsales, en especial, fuera de la pampa húmeda (GONZÁLEZ BOLLO, 2007b, p. 9-10). Desde su paso por la dictadura española de Miguel Primo de Rivera (1923-30), Figuerola era experto en legislación laboral aprobada por la Organización Internacional del Trabajo. Como jefe de la División Estadística del Departamento Nacional del Trabajo (DE, DNT), realizó numerosas encuestas socio-laborales a familias de trabajadores semicalificados urbanos, con las que actualizó el índice de precios al consumidor dos veces (1933 y 1943). A diferencia de ambos, asumió tareas de fiscalización de diferentes mercados, tales como los precios de productos de consumo popular, los salarios pagados por empresas exportadoras, la actualización salarial por ramas de actividad y los valores de los contratos de alquileres urbanos (GONZÁLEZ BOLLO, 2008, p. 11-18). Era un burócrata bifronte, pues se ocupaba de la producción de indicadores socio-laborales y, a partir de esas mismas mediciones, se encargaba de establecer medidas de control oficial. Luego del golpe de junio de 1943, ésta doble faceta fue la carta de presentación ante las autoridades militares y, posteriormente, lo convirtió en uno de los asesores del coronel Juan D. Perón en su carrera presidencial.

Entre muchas características, el *cursus honorum* de Figuerola señala de forma notable el paso del funcionario estadístico al economista gubernamental, un rasgo

distintivo de la elite estadística, prueba de la confianza que la política reservó a sus integrantes en la dirección de las políticas públicas. De expertos limitados a tareas consultivas, poco a poco pasaron a gestionar actividades oficiales, tránsito del que aquí sólo interesan las validaciones políticas. Emilio Lahitte (1848-1922), al frente de la DERE, creó un puesto en la alta burocracia del estado liberal, al que dotó de autoridad y prestigio, sin verse afectado por la transición política que implicó el ascenso del radicalismo al poder. Sus informes sobre la presión impositiva de las legislaturas y las municipalidades de las provincias de Buenos Aires, Entre Ríos y Santa Fe fueron una prueba crucial para los fallos de la Corte Suprema de Justicia sobre la inconstitucionalidad del cobro de las “guías de campaña” (SCOBIE, 1982, p. 181). Su reputación entre los políticos se ratificó cuando estalló la masiva movilización de arrendatarios rurales en el llamado Grito de Alcorta (1912). Había anticipado en dos informes oficiales (1907) sobre la viabilidad de organizar a éstos y a pequeños y medianos propietarios en cooperativas de responsabilidad limitada, para desalentar conductas especulativas y moldear una clase media rural emprendedora. Un par de Lahitte y de Latzina fue Alberto B. Martínez (1858-1925), jefe de la Dirección General de Estadística porteña (1888-1925). Martínez cumplía con la doble condición del estadístico propuesto por Eric Brian, ya que integró la International Statistical Institute y alcanzó varias veces el rango de subsecretario del Ministerio de Hacienda (1892-97, 1898-1901, 1912-12). Una generación más tarde, Raúl Prebisch, jefe de la Oficina de Investigaciones Económicas del Banco de la Nación (1928-30), alcanzó el mismo puesto ministerial que Martínez durante la presidencia del general José F. Uriburu (1930-32). Entre estadísticos extranjeros y nativos, entre liberales y heterodoxos, entre técnicos y *State Managers*, existe una figura que los trama y los articula. Me refiero al ingeniero Alejandro E. Bunge (1880-1943), formado en los presupuestos neomercantilistas de la escuela histórica alemana. Bunge realizó un trabajo empírico inductivo, que culminaba con una precoz visión macroeconómica, al introducir las encuestas socio-laborales en la DE, DNT (1913-16), establecer en forma privada una estimación del índice de precios minoristas (1918), distinguir entre valor y cantidad de los bienes transados en la balanza comercial (preanunciando la teoría del deterioro de los términos de intercambio) y realizar la primera estimación de la renta nacional (1917). Bunge heredó el cargo de Latzina en la DGEN y tomó seriamente los cálculos de Lahitte, en lo referente al valor de la producción agropecuaria, lo que refleja que el heterodoxo no soslayaba la tradición liberal precedente. Asimismo, fue leído por buena parte de la generación de funcionarios estadísticos del estado interventor conservador (Julio César Urien, Ovidio V. Schiopetto, Juan B. Pelayo), que, junto a sus discípulos (Emilio Llorens, Carlos García Mata, Carlos Correa Ávila), asesoraron al primer gobierno peronista (1947-51).

La actitud y el legado de Bunge insinúan cierta cohesión simbólica de la elite estadística. En realidad, tenemos evidencia sobre diferentes instancias en las que se reforzó una identidad corporativa intra y transgeneracional. Primero, la coordinación de estrategias en las mesas organizadoras de los censos nacionales

fue un componente crucial en la adquisición de tal identidad. A cargo de ellos, los jefes de las oficinas más poderosas inauguraron un vínculo horizontal de reconocimiento de cuadros administrativos, de estrategias compilatorias y de preguntas. Allí comenzó una convergencia entre jefes de agencias poderosas que, juntas, establecieron una red invisible de acuerdos y prácticas temporales. Así sucedió en los preparativos del censo agropecuario de 1908, que facilitó el escolar de 1909; o en las tareas continuadas de los censos industrial de 1935, hipotecario de 1936 y agropecuario de 1937; por su parte, la mesa ejecutiva del censo escolar de 1943 fue la base del capítulo demográfico del cuarto censo nacional de 1947. Se constituyeron equipos de trabajo especializados y estables en el tiempo, con sus manuales, rutinas y vocabulario. Ese equipo competente egresó de las facultades de agronomía y de ciencias económicas de las universidades de Buenos Aires, pero también de Córdoba, de La Plata y de Rosario. Segundo, hay que destacar la Primera Conferencia Nacional de Estadística, realizada en la ciudad de Córdoba, en octubre de 1925. Las oficinas poderosas impusieron un canon de metodologías y preguntas a sus pares provinciales y municipales, del que surgió un acuerdo plenario en áreas temáticas, tales como agro, industria, bancos, transporte, demografía, etcétera, con el fin de facilitar el intercambio recíproco de los datos dentro de una red uniforme y gracias al diseño de formularios estandarizados, que facilitaría la especialización interna y la circulación externa de los empleados (REPÚBLICA ARGENTINA, DGEN, 23 de noviembre de 1925). Tercero, las grandes investigaciones como la estimación de la renta nacional de 1941 (1944) o la de 1935-45 (1946) fueron hitos en la concentración de recursos humanos y en la adquisición de un hábito de comunión intraburocrática. Estos trabajos fueron llevados a cabo en estrecha colaboración por la DGEN y la OIE, BCRA, donde gran parte del material estadístico utilizado se originaba en la información generada por ministerios y entes autárquicos.

Finalmente, hay temas recurrentes que compartieron generaciones de funcionarios. Más allá de alguna discrepancia, al puntualizar una agenda de políticas viables, sugerían a sus sustentadores políticos que formaban parte de una nación atrasada. En el sentido propuesto por Alexander Gerschenkron (1968, p. 15-38), las reglas establecidas en forma previsible (como el derecho de propiedad) eran necesarias pero insuficientes: el estado debía reorganizar aspectos vitales de los mercados; en parte, para hacerlos menos rígidos; en parte, para corregir desviaciones; en parte, para señalar vías productivas alternativas. Mientras, las elites agrarias y la opinión pública liberal se regodeaban de una Argentina considerada como integrante de las quince naciones más ricas del mundo, tal como presentaba Michael G. Mulhall en su *Dictionary of Statistics* (1886). Lo hacían, sin discutir el criterio de un cálculo con una arbitraria comparación de países tan disímiles en recursos, bienes y valores (STUDENSKI, 1961, p. 140). La elite estadística era crítica con respecto a la estructura de gastos paralelos de la política, fueran éstos leyes especiales, créditos suplementarios, acuerdos de ministros; aspiraba a un equilibrio presupuestario pero, sin proponérselo, era expansionista. En sus indagaciones

e informes, ponía en cuestión la rígida frontera entre lo público y lo privado, una delimitación nada fácil para el pensamiento liberal decimonónico, ya que se entrecruzaban los alcances de los derechos civiles con las interpretaciones del constitucionalismo sobre el papel del estado. Sus propuestas son un antecedente de las políticas económicas, tal como se conocen desde la Gran Depresión, al proponer la creación de instrumentos para promover actividades rezagadas. Pretendían reforzar el mercado interno frente a la inestabilidad del mercado internacional, cuando proponían remediar temporalmente problemas al evaluar actividades y regiones desaprovechadas. Sus análisis pueden ser leídos como una original sociología económica, con pretensiones reformistas y recetas progresistas y disciplinarias, en las que no dejaban de enfocar la naturaleza del lazo social, que resultaba de las relaciones inestables por efecto del avance capitalista, alejado tanto del moralismo burgués como de las explicaciones economicistas.

Un ejemplo notable de lo anterior es el consenso alcanzado por generaciones de funcionarios sobre el papel antieconómico de la gran propiedad rural y sobre la conducta rentista del terrateniente. En forma reiterada, propusieron que el Ministerio de Agricultura o sus dependencias compraran la tierra al precio de mercado para acelerar la subdivisión y convertir a los arrendatarios en pequeños y medianos propietarios. La propuesta tenía dos caras: por un lado, dudaban de la continua capacidad del mercado internacional para comprar el excedente agrícola nativo; por otro lado, los flamantes propietarios rurales se convertirían en los cimientos de un mercado interno potenciado. Lo que afirmaba Latzina (1899, p. 263-270) acerca de la calamidad del latifundio, lo reiteraba Domingo Bórea, encargado de la Sección Mutualidad y Cooperación de la DERE: "Muchos no quieren ver que hoy día la tierra no puede arrendarse más, [...] se debe *vender* al colono en condiciones excesivamente fáciles" (BÓREA enero-febrero 1914, p. 31; cursivas en el original). Por su parte, Bunge censuraba al "caballero pastoril de país satélite [...] que está privando a nuestra población rural y a nuestros obreros fabriles del mercado propio" (HALPERÍN DONGHI, 2005, p. 181). Ya en plena depresión, Figuerola reiteraba sobre la adquisición oficial de la tierra ocupada por los arrendatarios (MINISTERIO DEL INTERIOR, DNT, DE, 1940, p. 23-27). Lo hacía en momentos en que se creaba el Consejo Agrario Nacional, un organismo autárquico dedicado precisamente a la compra (incluyendo donación o expropiación), al fraccionamiento (previa mensura y escrituración) y a la adjudicación de los lotes a los chacareros (RA, SECRETARÍA DE ESTADO DE AGRICULTURA Y GANADERÍA DE LA NACIÓN, CONSEJO AGRARIO NACIONAL, 1966, p. VII-XXVIII). Esta coincidencia sobre la redistribución de la tierra pampeana también se replicaba, no exenta de matices y etapas, en los medios disponibles para promover las economías regionales, la inversión pública y privada, y el sector manufacturero.

En la división de trabajo estatal, la estadística pública argentina tuvo a su cargo la producción de un conjunto de cifras esenciales para poner en marcha programas o políticas públicas, tales como series estadísticas, censos, encuestas

e informes. La colecta de datos contiene definiciones teóricas que analizan la realidad interpretándola. Si a esta interpretación le sumamos los avales políticos y las tomas de posición, es posible juzgar a la elite de funcionarios como un campo de poder burocrático. Desde esa posición, elaboró un conocimiento regular, progresivo y sistemático, independiente de los cambios reales verificados en la estructura productiva, pero preocupada por la orientación y las consecuencias de esos mismos cambios; y delineó *en el papel* representaciones sociales de subpoblaciones específicas. Al igual que en las naciones más avanzadas, no hay dudas de que las necesidades y las demandas del estado argentino fueron una línea precursora de la investigación económico-social.

II. La razón estadística frente a la sociedad vital

Una pregunta válida ahora es, si es posible testear en qué medida las categorías y las mediciones oficiales fijaron efectivamente ciertas jerarquías en las estructuras mentales de los agentes económicos y sociales. En otras palabras, cuál fue el impacto de tales esquemas oficiales en los imaginarios sociales. Por otra parte, el éxito de la indagación estadística supone su inserción en una serie de lazos sociales concretos que ligan al estado con la sociedad y facilitan los canales para obtener información fiable. Sin embargo, no existieron relaciones lineales, sino un amplio rango de contactos, desde la colaboración abierta hasta la resistencia solapada, producto de la diversidad de expresiones de la sociedad vital. Tal rango de contactos posibilitó creativos rodeos técnicos para alcanzar el objetivo deseado en los que no hay que descartar los fracasos.

La colaboración implica que la sociedad aportó al estado un temario de recuentos, de técnicas y de avales para realizar tareas compilatorias; incluso, información sin trabas, de lo que resultan relaciones fluidas entre ambos. Así, la Sociedad Filantrópica de la Inmigración de Buenos Aires, impulsada por prestigiosos vecinos porteños, bregó desde 1854 para ser reconocida por sus fines progresistas, desde 1870 recibía subvenciones oficiales y seis años más tarde fue la plataforma institucional del Departamento General de Inmigración. Para entonces, el arribado al puerto de Buenos Aires ya había sido categorizado y clasificado. Del mismo modo, la Sociedad Rural Argentina colaboró en el primer censo agropecuario nacional (1888). La entidad agraria organizó a los vecinos de los pueblos de cada provincia, definió temas y diseñó formularios, mostrando la ausencia pública de destrezas estadísticas en lo tocante al mundo rural.⁴ La creación de una estadística agropecuaria permanente en el Ministerio de Agricultura (1898) fue el producto de la transferencia de una cadena de informantes que transmitían datos a la Bolsa

⁴ La existencia de una relación previa entre los intereses rurales y la burocracia estadística se remonta a la comisión organizadora del censo general de la provincia de Buenos Aires (1881), realizado con posterioridad a la federalización de la ciudad de Buenos Aires, en GONZÁLEZ BOLLO, Hernán. *La estadística pública y la expansión del estado argentino: una historia social y política de una burocracia especializada (1869-1947)*, tesis doctoral, p. 75-76.

de Cereales porteña. Ésta fue una activa promotora de la creación de Agricultura en las deliberaciones de la reforma constitucional de 1898 y, por extensión, de la organización en su seno de la DERE. Otra colaboración surgió de los arrendatarios nucleados en la Federación Agraria Argentina, cuando en los congresos agrarios aprobaron una moción sobre la importancia de colaborar en “la formación de las estadísticas agrícolas, transmitiendo datos exactos a las oficinas del gobierno” (“CONCLUSIONES APROBADAS POR EL PRIMER CONGRESO AGRARIO NACIONAL REUNIDO EN LA CIUDAD DE ROSARIO LOS DÍAS 17 Y 27 DE MARZO DE 1918”, 1918, p. 405-406). El censo bancario de 1925 contó con la colaboración de la banca pública y privada, nacional y extranjera, y abrió el camino a la elaboración de las estadísticas anuales que indagaban en las oscilaciones de la base monetaria. Previamente, la DGEN, contó con la estrecha colaboración de los integrantes del Seminario de Bancos, de la Facultad de Ciencias Económicas, UBA, y de la Inspección General de Justicia. Las tres instituciones cooperaron en el diseño del formulario en la sección Economía, de la Primera Conferencia Nacional de Estadística, bajo la consigna: “Las cuentas bancarias ya no pueden ser consideradas como negocios privados de los banqueros y su clientela” (República Argentina 1925: 58).

La emergencia de la estadística socio-laboral es un caso de colaboración que puede interpretarse como colonización lisa y llana de un área administrativa por intereses particulares, producto de un inacabado proceso de discusión sobre las mediciones, de resistencias en el medio social y de un notable avance en la producción de cifras por los propios obreros. Ya inserta como actividad rutinaria en el Departamento Nacional del Trabajo, recogió por igual legitimidad y resistencia, para convertirse en una guía del debate sobre las condiciones de la vida obrera.

Es muy difícil pensar el diseño y crucial reconocimiento político de la estadística socio-laboral, sin el papel protagónico de los católicos sociales. Desde fines del siglo XIX, intelectuales católicos como Juan Manuel de Estrada y Juan Agustín García habían defendido las virtudes heurísticas del modelo de encuesta de Frédéric Le Play, pues este cruzaba la tradición religiosa con el racionalismo cartesiano “para reconstruir la doctrina social según los datos de la observación” (GONZÁLEZ BOLLO, 2007, p. 149). A ellos se sumó Ernesto Quesada (1907: 110-152), quien destacaba, entre todos los sistemas estadísticos nacionales, existentes las encuestas y las estadísticas laborales de los Estados Unidos. Quesada tenía la certeza de que la discusión de la cuestión obrera nativa con datos empíricos terminaría por aislar a los anarquistas y desnaturalizaría los fantasmas de la opinión pública, respecto de una población flotante y movilizadora en la ciudad de Buenos Aires. En 1913, la obrera Carolina Muzzilli logró volcar en papel las condiciones de vida del mundo de los trabajadores. Muzzilli (1916: 5) inició el trabajo etnográfico sobre las condiciones de vida en el medio obrero mediante una “jira por los talleres ubicados en los conventillos de la ciudad”. Para sorpresa de la opinión pública argentina, la monografía de Muzzilli fue premiada con diploma y medalla de plata en la Exposición de Gante, en 1913. Este logro fue un desafío y una provocación: ¿cómo podía ser que una obrera reconocida en los círculos reformistas europeos

podiera iniciar una investigación empírica antes que el estado argentino? La clave estaba en el atraso organizativo del DNT, que disponía de estadísticas de salarios, huelgas y huelguistas (1907); de accidentes y de seguros de accidentes de trabajos (1908), pero carecía aún de un método oficial para indagar el modo de vida y el barrio obrero. Junto al presidente Luis Sáenz Peña, asumió como ministro del Interior Indalecio Gómez, de fuertes vínculos con el catolicismo social argentino. En febrero de 1911, fue designado al frente del DNT Julio B. Lezana, también vinculado con los católicos sociales (ZIMMERMANN, 1995, p. 200). En abril de 1912, se reorganizó el personal de la agencia. En el eslabón de captura y procesamiento de la información, encuestadores e inspectores, también estaban presentes militantes católicos, como Celia Palma de Emery, quien había colaborado en la redacción del proyecto de la ley nacional del Código del Trabajo, presentado en 1904 por Joaquín V. González (AUZA, 1997, p. 27). El presidente de los Círculos de Obreros Católicos, ingeniero Alejandro E. Bunge, y el dirigente de la Liga Social Argentina, presbítero Gustavo Franceschi, ofrecían un programa de acción en el área urbana para la flamante agencia laboral, en sus respuestas a la encuesta sobre el paro forzoso en la Argentina, dirigida por otro católico, Manuel Gálvez. La ley 8.999 reorganizó las tres secciones, ahora Legislación, Estadística e Inspección y Vigilancia, bajo el control de los expertos católicos. A fines de 1913, se publicó el primer estudio de la desocupación obrera en la ciudad de Buenos Aires, con la firma del flamante jefe de la DE, DNT, Alejandro E. Bunge (31 de diciembre de 1913: 949-964). Luego, se sucedieron dos grandes informes, como el *Anuario Estadístico del Trabajo*, de los años 1913 (1915) y 1914 (1916). A las habituales estadísticas de salarios, huelgas, accidentes y seguros de trabajo, se sumaron las investigaciones sobre el nivel de la ocupación obrera porteña; sobre ingresos, consumos y condiciones de vida en barrios populares seleccionados, según el modelo monográfico de Le Play. En el análisis del movimiento del mercado de trabajo, se ponía énfasis en la coordinación regulada por el estado y se establecía una conexión entre el desempleo urbano y las características estacionales de la demanda de brazos del sector agropecuario. Una síntesis de las nuevas investigaciones fue incluida en la minuta del Ministerio del Interior elevada al Congreso, *La desocupación de los obreros en la República Argentina* (1915).

Los católicos sobrevivieron los primeros años de la presidencia radical de Hipólito Yrigoyen (1916-22), para ser luego paulatinamente reemplazados por expertos con formación universitaria. En esta transición, el modelo de encuesta socio-laboral de raíz leplesiana sobrevivió toda la década de 1920, al punto que se pueden contabilizar un total de once sondeos, a pesar de la abierta resistencia del anarcosindicalismo (GONZÁLEZ BOLLO, 1999, p. 19-39; GONZÁLEZ BOLLO, 2004, p. 331-381). En la década siguiente, tales indagatorias se fueron perfeccionando, pero lo que aquí interesa son las reacciones del medio social. Mientras la Confederación General del Trabajo elogiaba el interés documental que tenían las encuestas para conocer las condiciones de vida popular, la participación de obreros sindicalizados era siete veces menor que los no sindicalizados (ALGO DE

LO QUE ENSEÑA LA ESTADÍSTICA SOBRE EL COSTO DE LA VIDA EN LA CAPITAL FEDERAL, 3 de mayo de 1935, p. 4). De todas maneras, el impacto en el medio obrero del índice de precios al consumidor fue notable, tanto que era la referencia gremial para discutir la actualización salarial frente a la inflación (MITIN CONTRA LA CARESTÍA DE LA VIDA Y LA REACCIÓN. SE EFECTÚA ESTA TARDE BAJO EL PATROCINIO DE LA SECCIÓN CONFECCIONES DE LA F. O. DEL VESTIDO, 18 de octubre de 1935, p. 4). Más aun, se convirtió en un poderoso indicador para las demandas de los gremios comunistas, como la Federación Obrera Nacional de la Construcción. En plena Segunda Guerra Mundial, ésta consideró que ya no existía desocupación en las empresas de construcción del Área Metropolitana Buenos Aires, presionó por un nuevo convenio colectivo de trabajo y un alza del 10 % en los salarios. Esta repentina autoridad y autonomía para proponer condiciones salariales ante los empresarios promovió el desconocimiento de su representatividad sindical por el DNT. Lo hizo alegando que todos ellos eran “comunistas proutrajados que, lejos de tener una actuación sindical normal, en beneficio de la clase trabajadora, se hallan encauzados en una corriente política anarquizante, tratando en toda forma de desviar al movimiento sindical para hacerlo servir a su ideología política” (DURRUTY, 1969, p. 97, citado por DEL CAMPO, 1983, p. 97).

Un caso más entrecabado fue el de las mediciones del sector secundario. En realidad, el estado no cobraba las patentes al parque fabril, lo que dificultaba toda cuantificación oficial. A ello, hay que agregar la desconfianza expresada por los propios industriales sobre los reales fines oficiales (sospechaban de la pretensión de cobro de impuestos) y sobre los comentarios negativos de Francisco Latzina, a propósito de la actividad como responsable de las compilaciones. La Unión Industrial Argentina (UIA) finalmente colaboró en el segundo censo nacional (1895), en parte, gracias a la renuncia de Latzina en la mesa censal. No hubo problemas en el cómputo de los establecimientos fabriles ni en el registro de la cantidad de trabajadores, pero la gran mayoría no contestó o declaró mal la producción, su valor y los capitales empleados, lo que sugiere un tipo de resistencia pasiva a ceder datos específicos, que se repitió en el tercer censo (1914). En la década de 1920, los industriales contaron con el apoyo y la colaboración entusiasta del sucesor de Francisco Latzina, Alejandro Bunge, quien presentó en la Primera Conferencia Nacional de Estadística un formulario estandarizado para la encuesta permanente de la actividad secundaria. Sin embargo, la UIA jamás cedió a colaborar con los poderes oficiales en la materialización de estadísticas y censos (lo que contrastó con el pormenorizado estudio de los trabajadores urbanos de la DE, DNT). Esta negativa concluyó abruptamente cuando la Argentina firmó con Gran Bretaña el tratado Roca-Runciman (1933), que incluía cláusulas poco favorables para algunas ramas fabriles. Los industriales reclamaron y obtuvieron el censo industrial (1935), para mostrar la fortaleza del entramado manufacturero e integraron un Consejo Honorario para garantizar su concreción, paralela a la Comisión Nacional coordinada por la elite estadística. A partir de tales cifras, actualizadas por la

DGEN cada dos años, la patronal sostenía que lideraba la formación de empleo en el conjunto de las actividades económicas. Lo hacía sobre la base de adicionar población económica activa al sector secundario, mientras señalaban una menor proporción de empleo en el sector primario, ignorando los robustos cómputos regionales del censo agropecuario de 1937 (WEIL, 1944, p. 242).

Una conclusión provisoria sobre las relaciones y los contactos entre la indagación estadístico-censal y los intereses sociales permite observar múltiples desenlaces de la pretensión burocrática, pruebas de las diferentes relaciones de fuerza que mantenía con la contraparte civil. Medir la riqueza, delimitar las actividades productivas y su renta, y reconocer grupos e intereses ligados a ellas fueron logros de la esfera técnica sobre una sociedad vital, que sólo excepcionalmente estuvo desmovilizada, desconfiada *per se* de las requisitorias oficiales. La historia de la producción de cifras en la Argentina demuestra, una vez más, que existió una relación intrincada entre el estado y la sociedad. Si el registro alcanzado mediante colectas, empadronamientos y encuestas es una prueba del poder del primero sobre la segunda, no hay que olvidar que la legitimidad del conocimiento estatal estuvo fundada sobre consensos emanados de la segunda sobre las iniciativas del primero. Prueba de esto último es la presencia de los terratenientes en los eslabones iniciales de la organización de los censos agropecuarios y pecuarios, de lo que resulta que al menos hasta el censo agropecuario de 1937, la objetividad de las cifras finales estuvo garantizada por el prestigio de la primera entidad corporativa del mundo rural. Del mismo modo, la escasa colaboración de los industriales, evidente hasta 1935, indica que al diseño de la mejor ficha de registro de datos de la actividad secundaria sólo le faltó el aval corporativo. Otra perspectiva de los términos de la relación apuntada se advierte si se incorpora el factor político. En casi ocho décadas, pudieron levantarse sólo cuatro censos demográficos por la férrea oposición política regional y, en cambio, se realizaron seis censos agropecuarios –sin contar dos pecuarios–, cuatro censos industriales –entre los últimos dos, cuatro estadísticas– y quince encuestas socio-laborales sobre unidades domésticas de zonas urbanas. Esto probaría que hubo una resistencia continua en el interior del estado, mucho mayor que entre los agentes emergentes de la economía. La suma de casos presenta un estado nacional con múltiples poderes y potestades, productos de la constante interacción que impide reducirlo, sin más, a visiones monistas o unitarias.

III. Etapas de una burocracia especializada

Es preciso darle una perspectiva diacrónica al contrapunto técnica/política y estadística/sociedad. Ella permitirá observar, en cada etapa histórica, la posición y funciones asumidas por la elite burocrática, los hitos institucionales, el avance de lo público sobre los asuntos privados y los énfasis temáticos: formación (1869-90), consolidación en el seno del estado liberal modernizado (1890-1916),

cohabitación con el régimen político de participación ampliada (1916-30), expansión y jerarquización bajo el estado interventor conservador (1930-43) y centralización ejecutiva bajo el estado peronista (1944-47).

La primera etapa es la conformación en el seno del estado liberal de una burocracia especializada, durante la denominada Organización Nacional (1862-80), que se extiende hasta la crisis financiera de 1890. Existen cuatro protagonistas. Primero, están los activos intereses de la sociedad civil porteña, tales como: la Bolsa de Cereales porteña, el Instituto Geográfico Argentino, la Sociedad Científica Argentina, la Sociedad Protectora de la Inmigración, la Sociedad Rural Argentina y, en parte, la Unión Industrial Argentina. Ellos promovieron un reconocimiento "patriótico" de la realidad nacional, al colaborar en el levantamiento de censos y transferir mediciones estadísticas pero también al establecer los primeros circuitos de divulgación científica, en los que se consagraron Francisco Latzina, Alberto B. Martínez y Gabriel Carrasco con sus trabajos iniciales. Segundo, está la política, responsable de la creación de la Academia de Ciencias (1869) y de la organización de la Exposición Nacional (1871), ambas en la provincia de Córdoba. También, del Primer Censo Nacional (1869), en plena guerra con el Paraguay, fuente esencial de la edición de *La República Argentina* (1876), manual de divulgación internacional realizado por Ricardo Napp, con integrantes de la Academia cordobesa (González Bollo, 1999c, p. 23-42). Sin embargo, este papel progresista de la política queda opacado, si tomamos en cuenta la imposibilidad de llegar a un acuerdo sobre el mandato constitucional de levantar, cada diez años, un censo de población para el reparto proporcional de las bancas de diputados nacionales. Tal falta de acuerdo muestra una mayoría que reacciona defensivamente como corporación ante los inevitables cambios en la representación de las provincias menos pobladas en la cámara baja. De todas maneras, Napp es el hilo conductor del tercer protagonista, los economistas gubernamentales. En el seno del Ministerio de Hacienda, éstos crearon la Contaduría General y la Oficina de Estadística Comercial, a cargo de Napp (1876-80), responsable de la tabulación de las estadísticas aduaneras. Con los datos disponibles, alzaron su voz para replantear la asignación de los recursos fiscales, alentados desde la sociedad y votados sin más por la política. Diluida entre balances presupuestarios e informes de comisiones ministeriales, esta actitud conservadora no es sino la cristalización de un discurso de los técnicos, sobre cómo deben manejarse las finanzas públicas. Finalmente, el cuarto protagonista es el grupo de estadísticos. Carrasco, Latzina y Martínez comenzaron como divulgadores científicos entre los promotores del progreso argentino y, escindidos de sus padrinazgos iniciales, terminaron como funcionarios encargados de la compilación de datos, preocupados por el descalce de ingresos fiscales y gastos. Si el manual editado por Napp es el rasgo dominante del período (unos funcionarios al servicio de la política), el epílogo es por demás risueño. El 1° de mayo de 1890 Francisco Latzina y Alberto B. Martínez levantaron el primer censo general de la provincia de Córdoba y lo editaron en dos volúmenes, junto con artículos que ensalzaban a las figuras políticas del momento. El estallido de la crisis financiera

y política hizo que tales figuras cayeran rápidamente en desgracia. En un claro instinto de supervivencia, Latzina y Martínez temieron por las consecuencias de dichos impresos y detuvieron el armado de la obra, hicieron desaparecer la edición completa de alrededor tres mil ejemplares y acordaron un pacto de silencio sobre su destino. Si tomamos como referencia las ácidas críticas hacia la política, es muy posible que hayan aprendido como lección mantener una prudente distancia de tales compromisos.

La segunda etapa es la consolidación de la elite estadística en el seno de un estado liberal modernizado (1890-1916). A pesar de que el aparato burocrático nacional no controla grandes áreas geográficas (Gran Chaco, Patagonia), crece estimulado por tres grandes circunstancias: la crisis financiera demanda más instituciones públicas presentes en diferentes mercados (la fundación del Banco de la Nación, en 1891, es un hito relevante); la reforma constitucional de 1898, que crea el Ministerio de Agricultura y de Obras Públicas; y la conflictividad socio-laboral de comienzos del siglo XX, que supone un serio desafío a la imagen idílica ofrecida por los manuales y mapas repartidos por los consulados argentinos para atraer inmigrantes europeos. Las oficinas estadísticas obtienen más fondos presupuestarios, empleados estables y leyes coactivas para preservar sus colectas. Asimismo, inauguran el secreto estadístico (legado del período liberal), levantan numerosos censos exitosos (escolares, agropecuarios, territorios nacionales y dos generales, que suman a este repertorio, la población, la industria y el comercio), cubren de informantes la pampa húmeda y realizan las primeras encuestas socio-laborales. Estos logros no pueden dejar de asociarse con la autonomía intelectual, que se reflejó en los temas de análisis y puntos de vista. La elite estadística estableció una nueva relación con la política, pues adquirió cierto poder de decisión en el manejo de la cosa pública. Esta jerarquización intelectual y burocrática significó que dejaron de ser un pasivo instrumento del poder político para convertirse en un espacio de gestión y crítica gubernamental. Por un lado, la elite estadística ensambló sus habituales funciones técnicas con tareas gubernativas, lo que le permite sugerir la gestión en diferentes mercados *instituciones-testigo*, en nombre del aparato estatal modernizado. Así lo prueba el creciente protagonismo en las comisiones revisoras de leyes aduaneras –frente a los intereses legislativos y privados-, la organización y registro de cooperativas y mutuales agrícolas –como un tenue reconocimiento de los arrendatarios- y el asesoramiento a las comisiones legislativas que trataban leyes socio-laborales –que rescataban de la opacidad del mundo social al campo popular urbano-. Al ajustar el lente de observación sobre las decisiones políticas, se evidencia que las oficinas poderosas –DGEN, DERE y DE, DNT- actuaron como extensiones de las apuestas estratégicas de los ministerios –Hacienda, Agricultura e Interior- en una puja con el poder legislativo por ocupar espacios de gestión pública. Por otra parte, elaboró las primeras visiones heterodoxas sobre cuáles deberían ser los propósitos mediatos e inmediatos de la acción pública, que sentaron las bases para pensar una mediación ante los problemas económicos y las cuestiones sociales. Los funcionarios más críticos

montaron una visión metasectorial de la economía, al involucrarse en áreas fuera de su jurisdicción. Así, Francisco Latzina imaginó nuevas funciones para Agricultura –y por extensión, para la DERE, a cargo de Emilio Lahitte–, con una política de redistribución de tierra de la pampa húmeda a los arrendatarios, a fin de ampliar el mercado interno con una franja estable de propietarios rurales; Alberto B. Martínez extendió sus observaciones sobre las finanzas públicas hasta llegar a considerar los más útiles fines de la inversión, que estaba en manos de Obras Públicas; Juan A. Alsina reencauzó la inmigración hacia el interior y los territorios nacionales para poner en marcha nuevas actividades productivas con las que anhelaba sustituir importaciones; y Alejandro E. Bunge elaboró un modelo de reorganización del mercado laboral nacional, que replanteaba la circulación de la mano de obra temporal y la aparente ventaja de la inmigración golondrina.

La tercera etapa es la cohabitación de la elite con el régimen de participación político ampliado (1916-30). Lo hizo alternando, por un lado, expectativas y decepción (algunos de los jefes fueron removidos) y por otro lado, desplegando tendencias tecnocráticas. Las finanzas públicas vivieron al ritmo de la crisis del comercio exterior de 1913-17, el debate económico y monetario internacional de la primera posguerra, la deflación de precios de 1920-21, la prosperidad que le siguió y el inicio de la Gran Depresión. La esfera técnica coexistió con el aluvión de clientelas políticas, que no afectó la calidad de las mediciones ni la adaptación de novedades de circulación internacional (como si pudieron afectarla las partidas presupuestarias desactualizadas). Sin grandes censos nacionales, la elite estadística argentina disfrutó de una autonomía de gestión tal que le permitió avanzar con características propias en la concreción de un estado informado, tal como formulaba John Maynard Keynes, en *The End of Laissez-Faire* (1926). Los gobiernos radicales facilitaron los medios para la constante renovación de la concepción prevaleciente de la economía doméstica, de las relaciones internacionales y del papel del estado. Los datos e interpretaciones, las innovaciones metodológicas y la incorporación de tecnologías para la recolección y el procesamiento de la información, permitieron la emergencia de una novel interpretación macroeconómica de la estructura productiva, cuyos ejes eran el poder de consumo de la economía nacional y la capacidad contributiva, según clases sociales. La integración de gastos e ingresos públicos y privados, tal como proyectaba *Riqueza y renta en la Argentina* (1917), la distinción entre valor y cantidad de las exportaciones (1917), el estudio del ciclo económico argentino (1929), la confección de los índices oficiales de precios al por menor (1924) y de precios mayoristas (1928) demuestran que hubo aval político para el seguimiento de las transformaciones de las actividades internas. En cambio, el fracaso del primer programa integrado de medidas arancelarias, financieras y fiscales, con el fugaz Plan Herrera Vegas (1922-23), muestra la vitalidad de una sociedad desconfiada y resistente ante las propuestas racionalizadoras de los expertos estatales. Una paradoja de la tensión estadística/sociedad sucedió entre funcionarios e industriales, por la incapacidad de ponerse de acuerdo para levantar un censo del sector secundario. Los primeros, desde una posición

neomercantilista, eran partidarios del proteccionismo aduanero para expandir las actividades manufactureras y necesitaban probar la tendencia en curso; los últimos se tomaban su tiempo para avalar decisiones en la materia que los beneficiaran. La falta de un registro fabril fue contemporánea a la llegada de un importante flujo de inversión extranjera, imposibilitando la conversión de esa misma evidencia en incentivos para el sector.

La cuarta etapa (1930-43) está dominada por la depresión económica, por el ascenso y consolidación del estado interventor conservador y por los efectos en la balanza comercial de la Segunda Guerra Mundial. Hay que contrastar la recesión y la desmovilización social, con una economía recalentada que lograba alcanzar el pleno empleo urbano, producto de una acelerada industrialización sustitutiva de importaciones. Dentro de una administración pública expandida, la elite estadística perfeccionó su organización burocrática, al punto de concretar una virtual centralización administrativa, mientras los recursos cuantitativos disponibles le permitían elaborar visiones macroeconómicas más complejas. Asimismo, creó organismos públicos, tuteló actividades privadas y participó en el diseño del Plan de Acción Económica (1933), moderadamente keynesiano, sino ortodoxo. En el seno de las oficinas poderosas, se plantearon programas alternativos más radicales, lo que prueba que allí convivían todas las tendencias posibles del bando expansionista, cuya batería de medidas reactivaba las economías del mundo industrial. Desde un ideario corporativista, la DE, DNT lideró una fracción expansionista, que se posicionó hábilmente en el interior del estado argentino y pudo proyectarse sobre otros altos cuadros estatales, igualmente preocupados por profundizar las políticas públicas en curso. El itinerario de este encubramiento en la maquinaria interventora permite sugerir que esta fracción expansionista estaba firmemente situada, cuando se aprobaba en Senadores y se empantanaba en Diputados el Plan de Reactivación Económica (1940-41). Para entender su triunfo es preciso contemplar qué datos agregó la DE, DNT a fin de debatir la salida de la depresión: al papel multiplicador de la obra pública se sumaron la evidencia sobre el subconsumo popular, las transformaciones de las economías regionales, la capacidad potencial del mercado interno, además de la tendencia señalada por los censos y estadísticas industriales realizados por la DGEN y el censo agropecuario levantado por la DERE. La información oficial disponible y las tareas regulatorias encargadas a la alta burocracia explican la consolidación de un pensamiento y programa macroeconómico alternativo, completamente escindido de las decisiones políticas de unas legislaturas bloqueadas por la oposición radical. La DE, DNT es el ejemplo paradigmático de una oficina estadística convertida en trampolín para proyectos tecnocráticos que pretendían superar la negociación, que intentaba llevar a cabo el conservadurismo desde una posición de evidente debilidad. La DE, DNT –desde un lugar inicial marginal y con un jefe lo suficientemente empapado de las entrelíneas de *A Treatise on Money* (1930)- pudo relativizar los argumentos de raíz monetarista de la poderosa OIE del Banco Central.

La quinta y última etapa es el momento de la estrecha imbricación entre la elite estadística y el peronismo, en la que se mezclan los fantasmas domésticos (una reiteración de la violencia urbana de la Semana Trágica de enero de 1919, esta vez liderada por los comunistas) e importados (la deflación de precios y el dislocamiento monetario). Los *State Managers* de la maquinaria interventora ocuparon puestos técnico-políticos claves en la nueva arquitectura institucional creada por los militares, a partir de junio de 1943, coadyuvaron decisivamente en el exitoso desenlace político a favor de peronismo y cimentaron su política macroeconómica, al participar en el diseño del Primer Plan Quinquenal (1947-51). El Consejo de Defensa Nacional fue responsable de aprobar la legislación, bajo el régimen de facto, y de reorganizar la entera estructura ministerial y administrativa del estado interventor conservador; uno de los objetivos fue la centralización de las oficinas de la estadística pública, con la creación del frustrado CNEC y finalmente la DNIEC. Estas concesiones no hicieron más que estrechar la relación entre los expertos gubernamentales proindustrialistas y los militares nacionalistas. Los primeros alcanzaron un poder inigualado dada la clausura de las legislaturas y, desde el Consejo Nacional de Posguerra, pudieron proyectarse cómodamente en el programa de acción y en los objetivos del núcleo germinal de la coalición peronista. Los segundos, con todo el poder a su disposición, se vanagloriaban de poseer el monopolio de la virtud cívica y de la eficacia administrativa; sin embargo, su atractivo radicaba –a diferencia de los conservadores- en un poder discrecional para modificar la disposición de oficinas y las partidas contempladas en el presupuesto de gastos gubernamentales. La sociedad movilizaba en las calles no expresa la amplitud de las decisiones tomadas en el centro del poder estatal, en el que se balanceaban posiciones a favor del mayor poder de compra popular, los fines sociales de la obra pública, el destino del crédito de los bancos oficiales o la estabilidad y arraigo de los arrendatarios. Esas mismas decisiones estuvieron sorteadas de luchas entre facciones castrenses, donde la alta burocracia participó activamente sin verse afectada, pues lograba mayores porciones de poder de decisión en la medida en que se mantenía la heterogeneidad e inestabilidad de la formación peronista. Una original definición sintetiza los deseos de los cuadros técnicos: pretendían *colegislar* con el Poder Ejecutivo mediante decretos, un hábito forjado en la batería de reglamentaciones sancionada en la década de 1930.

IV. Conclusión: pensar el estado argentino a través de una elite burocrática

Resta aquí presentar una síntesis o balance final sobre la existencia de una tradición burocrática estatal, desde mediados del siglo XIX hasta mediados del siglo XX. Expusimos las líneas maestras de una historia política y social en un área clave de la esfera técnica, donde se integran mediciones económicas y sociales e ideas de expertos estatales sobre la acción gubernamental en la economía argentina.

El objetivo era demostrar la existencia de una elite estadística cómodamente ubicada en el seno del estado argentino. Una hipótesis es que el creciente manejo de datos, la autonomía intelectual y el amplio repertorio de contactos elevaron la burocracia estadística a una posición de manejo de variables gubernamentales y se convirtieron en *State Managers*. Complementaria de la primera, otra hipótesis es que tal posición hizo viables concepciones racionalizadoras sobre la economía y sus agentes, de forma que hoy podemos juzgarlos como precoces tecnócratas. Para arribar a la concepción de la estadística pública como un campo de poder estatal, es necesario contemplar algunas cuestiones.

Primero, se impone definir la autonomía de la estadística respecto de la política. El desempeño de esta burocracia especializada da a entender que su organización se perfeccionó en el tiempo y acumuló saberes y técnicas, como base de una autonomía formal de tipo administrativa. Hay que distinguir ésta de la autonomía política, una característica que emergió y desapareció a lo largo del periodo presentado.

La autonomía administrativa de las oficinas –salvo episodios puntuales que no afectaron a todas ellas– se vio beneficiada por la ausencia de cambios institucionales bruscos, garantizados por las trayectorias meritocráticas de sus funcionarios-jefes. Piénsese en el recambio acontecido en la cúspide de la DERE, sólo después de la muerte de Emilio Lahitte (1922), que había sido ratificado en su cargo con el ascenso del radicalismo al poder. Respecto de las carreras meritocráticas, repárese en los cincuenta años de servicio continuo de Alfredo Lucadamo en la DGEN (1894-1944); éste se formó bajo la severa disciplina de Francisco Latzina, estuvo dos veces bajo las órdenes de Alejandro Bunge, a quien sucedió en la jefatura, y convivió con su antiguo subordinado Raúl Prebisch, elevado a la jefatura de la OIE, desde el Banco Nación al Banco Central. Si cruzamos los datos sobre la creciente dotación de recursos humanos de las oficinas con los antecedentes de Juan Miguel Vaccaro, Eduardo Coghlan, Luis Justo Carulli o Julio Alizón García, se deduce que hubo una regular demanda estatal para ocupar puestos estadísticos, que éstos cubrieron exitosamente rotando en cargos afines. De todas maneras, la evidencia que aporta el análisis de la estadística sugiere que es necesario avanzar en un estudio más amplio para captar la diversidad de tradiciones existentes en la administración pública (todo indica que son numerosas), desde las regulares a las inestables. Sólo investigaciones que focalizan en un extenso lapso de tiempo el desempeño de las diferentes agencias (ministerios, secretarías, departamentos, direcciones y organismos autárquicos), funcionarios (personal de carrera, técnicos) y trabajos e informaciones asociados, permiten arribar a conclusiones certeras sobre las continuidades y discontinuidades burocráticas, y confirmar o refutar suposiciones que, salvo algunas notables excepciones, aún cuentan con atractivas hipótesis y escasa evidencia empírica.

En cambio, en la emergencia de la autonomía política de la estadística pública, fueron muy importantes las crisis de todo tipo, ya que a partir de ellas

perdieron su lugar las legislaturas. Este movimiento de demanda de técnicos y posterior enroque con la política no debe impedirnos observar que ambas esferas se necesitan mutuamente, pues son las dos caras de la acción del estado contemporáneo. Éstas se complementan cuando los datos elaborados se convierten en un recurso sensible para las comisiones investigadoras legislativas, y otras veces son estas mismas comisiones las que impulsan la búsqueda de información. Hay que advertir que la política llega a un acuerdo o arreglo por consenso y la técnica pretende negociar, desde la evidencia recogida o acumulada, con procedimientos metódicos. Juntas enriquecen el perfil de las políticas públicas, una desde el optimismo de la voluntad, y la otra desde el pesimismo de la razón. No hay una dirección estatal sin acuerdo político y con total dominio de una organización burocrática, pues los objetivos productivistas pondrían en cuestión el ritmo y arrasarían con las prerrogativas políticas. Por otra parte, el voluntarismo político fracasaría sin más en llevar a cabo cualquier iniciativa. De todas maneras, hubo funcionarios u oficinas que administraron algunos resortes de la gestión y luego se alzaron con el diseño de la política económica, lo que insinúa la existencia de un proceso latente y soterrado de autonomía política. Las ideas y posiciones públicas mantenidas por ciertos expertos les permitieron acumular un importante capital social, que pudieron transformar en un respetable patrimonio político para su ingreso en el estado argentino; no hay mejor ejemplo que el acceso a cargos de Francisco Latzina, Alberto B. Martínez, Gabriel Carrasco o Alejandro Bunge. Así, el experto quedó definido por los lazos que tenía con la sociedad y, al estado argentino, sólo le restaba *aceptar* esos antecedentes para nominar al especialista y convertirlo en cuadro técnico. Sin embargo, también hay que contemplar otro punto fuerte en esta investigación: la promoción de los técnicos estuvo ligada a las continuas tareas de las oficinas estadísticas, es decir, fue un fenómeno interno asociado con la creciente especialización de las políticas públicas. El control de mercados (abastecimiento, agencias de colocación, cooperativas) o de variables económicas (aranceles aduaneros, control de cambio, precios de mercados a término, transferencia de oro, salarios industriales) fue una tarea que elevó a una elite de funcionarios a la categoría de expertos frente a sus superiores. A medida que presentamos esta investigación, quedó en evidencia que la demanda de los cargos técnicos y la complejidad de las tareas administrativas hicieron cada vez más difícil detener la iniciativa técnica; y cuando la política superó las situaciones adversas, los técnicos se convirtieron en un hábito burocrático en hibernación a la espera de nuevos cargos y funciones. Las múltiples directivas a tomar y el ambiente de organización permanente facultaron a los responsables de las oficinas poderosas a constituir un *genus* tecnocrático, alardeando de eficiencia y profesionalismo en la toma de decisiones por encima de la competencia política.

Segundo, el análisis de la configuración interna de las oficinas poderosas revela, desde otra perspectiva, la capacidad administrativa en el creciente conocimiento factual sobre las actividades privadas y públicas en el largo plazo. Alcanzar una visión global de la economía sin contar con censos generales

decenales es una prueba de los creativos rodeos técnicos que pusieron en práctica las oficinas más poderosas para conocer más.

Avanzaron en la cristalización de un análisis macroeconómico en tres pasos, entre la disciplina de los eslabones de la cadena estadístico-censal y el establecimiento de una contabilidad física de los materiales: los núcleos de la visión metasectorial de la economía fueron los datos del comercio exterior, de las finanzas públicas y de la producción agropecuaria; la visión macroeconómica tuvo como condición el desarrollo del costo de la vida, del índice de precios mayoristas y la circulación monetaria; y las flamantes estimaciones oficiales de la renta nacional fueron el corolario de los datos desagregados de la actividad manufacturera, de transporte y de la construcción, en paralelo con el avance de las políticas expansivas.

Tercero, la visión tecnocrática conlleva una reconsideración de los logros que pueden alcanzarse mediante la deliberación de las legislaturas, en un estado y en una sociedad a los que se consideran atrasados, por lo que deben ser ajustados y perfeccionados. Esta concepción es un producto intelectual en el que se entrelazan una razón de tipo iluminista y una aceptación de la dirección estatal, la cual debe contar con incentivos y objetivos propios de las elites emergentes de la segunda revolución industrial. A fines del siglo XIX, el estado argentino recibió y adaptó este pensamiento del que nos interesa destacar dos resultados originales: una tradición de conocimiento económico liderada por cuadros gubernamentales, independiente de los cambios «reales» verificados en la estructura productiva argentina, pero preocupada por la orientación y consecuencias de esos mismos cambios; y la delineación de la representación de una subpoblación específica, la clase obrera, en la que se alternaron ideas de control y perfeccionamiento socio-laboral.

La estadística pública argentina contó con varias generaciones de funcionarios que argumentaron a favor de la economía y sus agentes sujetos a un orden de prioridades, con el fin de superar ciertas condiciones de atraso en las actividades productivas más dinámicas e incluso volcar la capacidad financiera del estado para transformarlas.

Esta tradición de economistas gubernamentales se nutrió constantemente de conceptos y métodos de mediciones internacionales (también de expertos extranjeros). A través de la recepción de innovaciones académicas y estatales, se adaptaron y desarrollaron nuevas representaciones de la economía doméstica, al punto de perfeccionar un modelo agregado de variables. No dudaron en pensar formas de intervención en la *performance* de la economía. La perspectiva de largo plazo permite asociar a los estadísticos con un precoz pensamiento nativo sobre las vías deseables del desarrollo, que se enlaza cómodamente con la heterodoxia económica expansionista (en la que convivían corporativistas, keynesianos, proindustrialistas). En el contexto latinoamericano de la industrialización sustitutiva de importaciones, el pensamiento económico gubernamental se eslabonará

con la formulación de la doctrina de la CEPAL. Un punto clave del análisis fue la relación problemática que los estadísticos observaban en la composición del intercambio comercial. Los funcionarios advirtieron sobre la relación rígida entre la constante necesidad de bienes de capital (o reproductivos) y la capacidad de las exportaciones agropecuarias. Tuvieron en cuenta las intenciones proteccionistas de los grandes consumidores de carnes y granos y, más tarde, destacaron la tendencia a la desvalorización en el comercio internacional de estos bienes frente a los importados. Su escepticismo organizado les permitió presumir de haber probado –de una generación a otra– una profecía autocumplida. Las soluciones propuestas –de cuño neomercantilista– fueron imponer ajustes internos para potenciar la actividad económica nacional y forzar la redistribución de la renta per cápita. Una vía era intervenir en la economía rural para acelerar la subdivisión de la tierra, indistintamente en áreas en producción o vírgenes, con subsidio estatal. Con el registro permanente de cooperativas, pasando por la ley de colonización, hasta llegar al congelamiento de los contratos de arrendamientos, los estadísticos aspiraron a concretar una ordenada comunidad rural dominada por pequeños y medianos propietarios, convencidos de que había que erosionar la posición dominante y ubicuidad social de los terratenientes. Otra vía planteaba una progresiva especialización en la manufactura de productos nacionales. Las propuestas industrialistas contemplaron tanto el desarrollo del interior como el aprovechamiento de recursos ociosos de las zonas urbanizadas del litoral. Las barreras arancelarias eran el incentivo principal para reducir “la propensión media a importar” nativa. Los estadísticos no visualizaron la posibilidad de ganar mercados externos con lo producido, ya que dieron por descontado que existía una gran capacidad de consumo interno no satisfecho. Esta presunción estuvo, a su vez, sustentada por la irregularidad de los censos demográficos nacionales y las sospechas de subregistros en las provincias más atrasadas y los territorios nacionales. La última vía era controlar el presupuesto y la asignación de sus partidas, nivelar gastos e ingresos y retirarse del mercado internacional de capitales, a fin de sostenerse con la oferta crediticia de la *city* porteña; aunque no hubo consenso sobre las prioridades regionales y el tipo de infraestructura (productiva, social) en que debía invertirse la obra pública.

A principios del siglo XX, el estado argentino creó el Departamento Nacional del Trabajo y, de esta manera, se sumó a la tendencia en boga de las naciones más avanzadas para institucionalizar garantías y derechos socio-laborales, extendiendo protecciones y reduciendo las incertidumbres, bajo la jurisdicción del Ministerio del Interior. La organización de la División Estadística en la dependencia laboral dotó de visibilidad a las comisiones investigadoras legislativas para reglamentar las condiciones del trabajo urbano, realizando una separación crucial para avanzar en la codificación legal: la conflictividad laboral –y el efecto de cruda realidad que ella imponía– del análisis metódico de la cuestión social. La delineación de una representación de la clase, la unidad doméstica y la condición laboral de los obreros son contribuciones cognitivas que dotaron de *rosto humano* a la concepción global de la economía que elaboró la estadística pública.

La DE, DNT cobijó a reformistas que disiparon la opacidad del mundo social en las políticas públicas, mantuvo relaciones políticas fluidas gracias a sus encuestas e investigaciones oficiales y realizó un trabajo etnográfico que convirtió a sus responsables en precoces sociólogos, deseosos de avanzar en una modernización del escenario urbano. Nos parece importante destacar que el análisis comprensivo de estas características y de sus consecuencias ha quedado sepultado por una copiosa bibliografía que puso énfasis en la movilidad de los trabajadores, en las ideologías convocantes y en los portavoces políticos. No se trata de negar o de disminuir la importancia cualitativa y cuantitativa de estos aportes historiográficos. Pero la existencia de un estado poderoso no sólo es el producto del desafío de la conflictividad social, sino también de los aportes regulares y continuos del conocimiento de los procesos socio-laborales, apoyados en una ideología radicalmente alternativa a la de los obreros. Los estadísticos del DNT compartieron una matriz ideológica corporativista, desde el modelo *societal* introducido por católicos sociales, en la década de 1910, hasta el modelo *estatalista* importando por José Figuerola, en la década de 1930. El fin de ambos modelos era consultar el trabajo organizado y centralizar las negociaciones, en medio de una militancia sindical rebelde y desconfiada. La ideología corporativista sobrevivió varias transiciones y mutó en el seno de la cartera política, reforzando el gradual proceso de categorización de representaciones del mundo del trabajo. Formaron parte de las leyes sancionadas y se colaron en los códigos laborales fracasados del período radical y conservador; sin embargo, la clave de su legitimidad no era su perdurabilidad en el seno del estado, sino la permeabilidad en el imaginario obrero. Este ambicioso objetivo tuvo como freno la firme resistencia anarquista y, luego, la creativa utilización de la información oficial por parte de los comunistas. Dotar de ubicación y de identidad en la escala social a los obreros escindidos de sus ideologías fue un trabajo exitoso cuando ellos mismos, los dirigentes y las direcciones sindicales, discutieron y se pensaron a través de las figuraciones surgidas de las mediciones oficiales. Esta incorporación de estructuras cognitivas se vio facilitada en las décadas del veinte y del treinta por varios procesos notables, tales como la nacionalización a través de la escolarización y el quiebre de las expectativas libertarias con la persistencia de la crisis. Sobre esa base, los cuadros del DNT le dieron alas a una proyección programática que se complementaba con las propuestas de la bancada socialista, prefigurando realineamientos originales político-burocráticos. La suscripción de las convenciones colectivas de trabajo hizo el resto: a partir de ellas, se alimentó la utopía de una sociedad industrial reorganizada. La paradoja de esta corriente corporativista fue que llegó a la cima del poder político, en el Consejo Nacional de Posguerra, para establecer la "armonía social" sin la presencia de dirigentes obreros.

V. Bibliografía citada

ALGO DE LO QUE ENSEÑA LA ESTADÍSTICA SOBRE EL COSTO DE LA VIDA EN LA CAPITAL FEDERAL. C. G. T., Buenos Aires, p. 4, 3 de Mayo de 1935.

AUZA, Néstor Tomás. Una estudiosa de las condiciones del trabajo y el niño: Celia Lapalma de Emery. Revista de Historia del Derecho, n. 25, p. 21-58, 1997.

BÓREA, Domingo. Estudio sobre la carestía de la vida en la República Argentina, especialmente en la ciudad de Rosario. Boletín Mensual del Museo Social Argentino, t. III, n. 25-26, p. 5-34, enero-febrero 1914.

BOURDIEU, Pierre. Espacio social y génesis de las "clases". En: _____. Sociología y cultura. México: Grijalbo, 1990, p. 281-309.

BRIAN, Eric. Del buen observador al estadístico del Estado: la mundialización de las cifras. Anuario IEHS, Tandil, n. 14, p. 15-21, 1999.

BUNGE, Alejandro E. Desocupación obrera en Buenos Aires. Boletín del DNT, n. 25, p. 949-964, 31 de diciembre de 1913.

CONCLUSIONES APROBADAS POR EL PRIMER CONGRESO AGRARIO NACIONAL REUNIDO EN LA CIUDAD DE ROSARIO LOS DÍAS 17 Y 27 DE MARZO DE 1918. Diario de Sesiones de la Cámara de Diputados, 1918, Buenos Aires, t. 1, p. 405-406, 1918.

DEL CAMPO, Hugo. Sindicalismo y peronismo. Los comienzos de un vínculo perdurable. Buenos Aires: CLACSO, 1983.

DESROSIÈRES, Alain. La política de los grandes números. Historia de la razón estadística. Barcelona: Melusina, 2004 (Paris 1993).

DÍAZ ALEJANDRO, Carlos. Ensayos de historia económica argentina. Buenos Aires: Amorrortu, 1983.

DREYFUS, Françoise. L'invention de la bureaucratie. Servir l'état en France, en Grande-Bretagne et aux Etats-Unis (XVIII^e-XX^e siècle). Paris : La découverte, 2000.

EVANS, Peter. El estado como problema y como solución. Desarrollo Económico, Buenos Aires, v. 35, n. 140, p. 529-562, enero-marzo 1996.

FISICHELLA, Domenico. "Tecnocracia". En: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Diccionario de Política. México: Siglo XXI, 1998. v. 2. p. 1.551-1.555.

GERSCHENKRON, Alexander. El atraso económico en perspectiva histórica. Barcelona: Ariel, 1968.

GONZÁLEZ BOLLO, Hernán. Ciencias sociales y sociografía estatal. Tras el estudio de la familia obrera porteña, 1899-1932. Estudios Sociales, Santa Fe, n. 16, p. 19-39, 1999.

_____. Los censos nacionales de población en la Argentina moderna. Intereses regionales *versus* representación electoral, 1895-1919. Trabajo presentado en VII Jornadas Interescuelas-Departamentos de Historia, Neuquén, 1999b.

_____. Estado, ciencia y sociedad: los manuales estadísticos y geográficos en los orígenes de la Argentina moderna, 1852-1876. Anuario IEHS, Tandil, n. 14, p. 23-42, 1999c.

_____. La cuestión obrera en números: la estadística socio-laboral y su impacto en la política y la sociedad, 1895-1943. En: Hernán Otero (Director), El mosaico argentino. Modelo y representaciones del espacio y de la población, siglo XIX-XX, Buenos Aires: Siglo XXI, 2004, pp. 331-381.

_____. La estadística pública y la expansión del estado argentino: una historia social y política de una burocracia especializada (1869-1947), tesis doctoral. Buenos Aires: Departamento de Posgrado, UTDT, 2007.

_____. La Dirección de Economía Rural y Estadística, del Ministerio de Agricultura: estructura administrativa, funciones oficiales y relaciones político-burocráticas (Argentina, 1898-1948). Trabajo presentado en I Congreso Latinoamericano de Historia Económica, Montevideo, diciembre 2007.

_____. José Francisco Figuerola: de funcionario del estado interventor conservador a experto de la coalición peronista (1930-44). Trabajo presentado en Primer Congreso de Estudios sobre el Peronismo: La Primera Década, Mar del Plata, noviembre 2008.

HACKING, Ian. La domesticación del azar. La erosión del determinismo y el nacimiento de las ciencias del caos. Barcelona: Gedisa, 1995.

HALPERÍN DONGHI, Tulio. Canción de otoño en primavera: previsiones sobre la crisis de la agricultura cerealera argentina (1894-1930). En: _____. El espejo de la historia. Problemas argentinos y perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: Sudamericana, 1987, p. 253-276.

_____. Vida y muerte de la República verdadera. Buenos Aires: Ariel, 2005.

LATZINA, Eduardo. Francisco Latzina en el centenario de su natalicio, 2 de abril de 1943. Buenos Aires: Peuser, 1943.

LATZINA, Francisco. Virutas y astillas, segundo canasto. Buenos Aires: Compañía Sud-Americana de Billetes de Banco, 1899.

MENTZ, Raúl Pedro. Sobre la historia de la estadística oficial argentina. Estadística Española, Madrid, v. 33, n. 128, septiembre-diciembre 1991, pp. 501-532.

MERLLIÉ, Dominique. La construction statistique. En : CHAMPAGNE, Patrick ; LENOIR, Rémi ; _____. ; PINTO, Louis. Initiation à la pratique sociologique. Paris : Dunod, 1999, p. 101-163.

MINISTERIO DEL INTERIOR, DNT, DE. La desocupación en la Argentina 1940. Buenos Aires: septiembre 1940.

MITIN CONTRA LA CARESTÍA DE LA VIDA Y LA REACCIÓN. SE EFECTÚA ESTA TARDE BAJO EL PATROCINIO DE LA SECCIÓN CONFECCIONES DE LA F. O. DEL VESTIDO. C. G. T., p. 4, 18 de octubre de 1935.

MURMIS, Miguel; PORTANTIERO, Juan Carlos. Estudio sobre los orígenes del peronismo. Buenos Aires: Siglo XXI, 1987.

MUZZILLI, Carolina. El trabajo femenino. Monografía premiada con diploma y medalla de plata en la sección Economía Social en la Exposición de Gante, celebrada en 1913. Buenos Aires: Talleres Gráficos L. J. Rosso y Cía., 1916.

NOVICK, Susana. Aspectos jurídico-políticos de los censos en la Argentina: 1852-1995. Documentos de Trabajo, Instituto de Investigaciones Gino Germani, Facultad de Ciencias Sociales, UBA, Buenos Aires, n. 39, agosto 2004.

- OSZLAK, Oscar. La formación del estado argentino. Buenos Aires: Editorial de Belgrano, 1982.
- OTERO, Hernán. Introducción a Historia y Estadística. Anuario IEHS, Tandil, n. 14, p. 11-14, 1999.
- PICCIRILLI, Ricardo. Evolución social y censos nacionales. En: Academia Nacional de la Historia. Historia Argentina Contemporánea. Buenos Aires: 1966. v. 2: 1862-1930, p. 217-249.
- PLOTKIN, Mariano; NEIBURG, Federico. Intelectuales y expertos. Hacia una sociología histórica de la producción de conocimiento sobre la sociedad en la Argentina. En: _____; _____ (compiladores). Intelectuales y expertos. La constitución del conocimiento social en la Argentina. Buenos Aires: Paidós, 2004, p. 15-30.
- QUESADA, Ernesto. La cuestión obrera y su estudio universitario. Boletín del DNT, n. 1, p. 110-152, 30 de Junio de 1907.
- REPÚBLICA ARGENTINA, DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICA DE LA NACIÓN. Recomendaciones de la Primera Conferencia Nacional de Estadística, Informe, Buenos Aires, n. 16, 23 de noviembre 1925.
- REPÚBLICA ARGENTINA, SECRETARÍA DE ESTADO DE AGRICULTURA Y GANADERÍA DE LA NACIÓN, CONSEJO AGRARIO NACIONAL. Régimen legal de la colonización nacional. Textos legales y reglamentarios. Buenos Aires: 1966.
- SCOBIE, James. Revolución en las pampas. Historia social del trigo argentino, 1860-1910. Buenos Aires: Solar, 1982.
- SKOCPOL, Theda. El Estado regresa al primer plano: estrategias de análisis en la investigación actual. Zona Abierta, Madrid n. 50, p. 71-122, enero-marzo 1989.
- _____ ; RUESCHEMEYER, Dietrich (edited by). States, Social Knowledge, and the Origins of Modern Social Policies. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1996.
- STUDENSKI, Paul. The Income of Nations. New York: New York University Press, 1961. v. 1: History.
- TOOZE, J. Adam. Statistics and the German State, 1900-1945. The Making of Modern Economic Knowledge. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- VOLLE, Michel. Histoire de la statistique industrielle. Paris : Economica, 1982.
- WEBER, Max. Economía y sociedad. Esbozo de una sociología comprensiva. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- WEIL, Felix J. Argentine Riddle. New York: The John Day Company, 1994.
- ZIMMERMANN, Eduardo. Los reformistas liberales. La cuestión social en la Argentina, 1890-1916. Buenos Aires: Editorial Sudamericana/Universidad de San Andrés, 1995.



4


Las estadísticas argentinas como objeto de estudio. Ejercicio de formalización de una experiencia de investigación histórica

Claudia Daniel

Resumen:

Esta exposición tiene como propósito presentar una problemática específica de investigación –que estuvo delimitada por la pregunta sobre los modos en que la sociedad argentina fue representada, a través de las cifras oficiales, durante el período del estado oligárquico– y compartir las reflexiones que esa experiencia despertó con su desarrollo. Introduce, en este marco, la relevancia de una aproximación comparativa al tema, proponiendo algunos puntos de apoyo a la potencial articulación entre investigadores que se ocupan de las estadísticas como objeto de estudio en diferentes rincones de la región. Por último, señala algunos caminos que se considera fructífero transitar en este terreno de indagación histórica, recientemente abierto en la Argentina.

A fines del siglo XIX, como parte del proceso de consolidación de un aparato estadístico en Argentina, las recién creadas agencias oficiales de estadística necesitaron de la acumulación de recursos presupuestarios, técnicos y profesionales, tanto como procuraron concentrar cierto capital simbólico, en términos de Bourdieu, basado en el reconocimiento social de la validez de la práctica estadística, la autoridad de sus productores y la credibilidad de sus resultados. En busca de sentar con firmeza dicha legitimidad, la reconstrucción del pasado –no muy lejano– de la actividad estadística en el contexto nacional, fue uno de los recursos que utilizaron los propios agentes burocráticos para jerarquizar su lugar y función en la burocracia pública nacional. Esa reconstrucción los inscribía en el trazo de una genealogía que los situaba siempre cerca de los centros de decisión



política. Gabriel Carrasco, primero (1884), pero también Alberto Martínez (1891) y más tarde Francisco Latzina (hacia 1922), de manera inconclusa por su muerte, se ocuparon de escribir una historia de la estadística nacional, con conciencia de ser ellos quienes estaban definiendo sus futuros pasos.¹ Se podrá decir que se trataba de un acto fundacional, pues en general estas iniciativas se enmarcan en la etapa gestacional de la práctica estadística como actividad regular del estado argentino. Sin embargo, la inscripción de su quehacer cotidiano y rutinario, a un legado histórico, que se presentaba como patriótico, sirvió para otorgar relevancia social a su tarea, del mismo modo que contribuyó a la producción de una identidad grupal (en tanto cuerpo de especialistas) que los reconocía continuadores de ese legado.

La labor de estas tres figuras gravitantes de la estadística argentina de fines de siglo XIX y principios del XX, en términos de dotar de legitimidad histórica su trabajo, no encuentra paralelo en la actualidad, puesto que el esfuerzo por recuperar esa historia desde el órgano oficial encargado de las estadísticas públicas (INDEC) resultó en iniciativas interesantes, pero aisladas y algo marginales, en el sentido de que éstas no lograron traducirse en un programa institucional de indagación de ese pasado.² Esto llevó a que, en Argentina, las reflexiones sobre las condiciones sociales e históricas que hicieron posible la producción de estadísticas provengan principalmente del campo académico (aunque de distintos espacios institucionales) y no, como hace más de un siglo atrás, del propio “riñón” del espacio burocrático que sostiene y da vigencia a esta actividad especializada. Claro está, el traslado de esas preocupaciones a otros ámbitos, principalmente académicos, por cierto repercute en el tipo de preguntas que organizan las reflexiones, las miradas que las orientan y los propósitos que se persiguen con ellas.

¹ Desde distintas oficinas de estadística, figuras como Francisco Latzina, Alberto Martínez y Gabriel Carrasco, participaron en la producción estadística general del período 1880-1914. Por su trabajo conjunto en relevamientos censales, la valoración compartida de la tarea que estaban llamados a cumplir y la construcción de un interés específico en común, se puede decir que ellos formaron una “comunidad de especialistas”. (OTERO, 2006) En 1880, Francisco Latzina tomó a su cargo el Departamento Nacional de Estadísticas (luego, Dirección General de Estadística Nacional); dirigió, en 1883, el primer censo escolar de la República Argentina y compartió con Alberto B. Martínez la responsabilidad de su repetición en 1909. Juntos llevaron adelante el censo municipal de Buenos Aires, en 1887, como presidente y vocal de la comisión, respectivamente. Estos roles se invertirían en la realización del Tercer censo nacional de población, en 1914, cuando Martínez adoptó la función de presidente de la comisión. Martínez dirigió las estadísticas permanentes de la Ciudad de Buenos Aires hasta 1923, participó en la coordinación del segundo y tercer censo nacional de población, y en operativos de carácter provincial (Córdoba, 1890 y Mendoza, 1909; ambos junto a Latzina). En 1904, dirigió el segundo censo general de la capital del país. Un año después (1905), Gabriel Carrasco realizaba el levantamiento del primer censo de los territorios nacionales. Después de su experiencia en la dirección del censo poblacional de Santa Fe de 1887, Carrasco participó en la comisión a cargo del segundo censo de población a nivel nacional, junto con Martínez, y, posteriormente, llevó a cabo los primeros cálculos demográficos censales de algunas provincias. Su trabajo como estadístico cobró notoriedad con la dirección de la Oficina Demográfica Nacional (1898-1908), dependiente del Ministerio del Interior, y la compilación de las estadísticas vitales que fueron publicadas en los 14 números del Boletín Demográfico Nacional.

² Ejemplo de iniciativas vinculadas a la institución son: INDEC, 1983; MASSÉ, 2000 y 2007.

Por supuesto, hoy la indagación histórica en torno al objeto estadísticas públicas –inserta en el campo académico sin contar con un “programa fuerte”, pero generadora de muchas expectativas a nivel local– plantea otros desafíos y dificultades. Sólo para mencionar una, que se vincula con las propias características duales del objeto (político-administrativo y científico), me parece relevante señalar el hecho de que nos movemos en un terreno de investigación “fronterizo”. Entiendo por “fronterizo” a aquel espacio que se presta a la intersección de distintas disciplinas o subdisciplinas: las diferentes ramas de la historia –política, cultural, de la ciencia y del estado–, la demografía histórica, la economía, la sociología. A este espacio de yuxtaposiciones disciplinarias, se le suma, a su vez, el entrecruzamiento de los múltiples enfoques o formas de estudio que este objeto hace viable. Se puede, a partir de su construcción como objeto de estudio, hacer una historia social de las instituciones (públicas y privadas) de producción de estadísticas o una historia técnica de los “esquemas cognitivos” (modelos científicos, herramientas técnicas y conceptuales).³ Puede convertirse en eje de un estudio sobre circulación de ideas, referencia de una historia político-administrativa del campo burocrático y del estado, o intervenir en un análisis de la consolidación de ciertas profesiones. Habilita también a una reconstrucción de la participación de la estadística en el debate social, como lenguaje de traducción de cuestiones socialmente problematizadas en un período histórico determinado. Incluso, puede encararse su estudio desde el punto de vista de su productividad simbólica (las estadísticas como productoras de representaciones sociales) o desde su intervención en la construcción de identidades sociales (donde las estadísticas oficiales pasan a reescribir las líneas de diferenciación social y los grupos sociales a actuar apropiándose de, o resistiendo a, esas clasificaciones).

A esta cuestión, se le suma la dificultad de encontrar interlocutores para el diálogo. Por un lado, en función de hacer efectiva una discusión sobre las fortalezas y debilidades de las distintas aproximaciones que se vienen realizando al tema amplio de ‘las estadísticas’ desde distintos lugares del mundo, que aunque no establecen una larga tradición de estudios en la materia, sí reconocen trabajos consagrados y fundadores. Poder rescatar, como resultado de ese diálogo colectivo, las perspectivas teóricas más fértiles, los aportes conceptuales significativos o los enfoques metodológicos más fructíferos, es un horizonte revalorizado en un contexto como el argentino, en el que, después de un lento proceso de legitimación pública, se atraviesa una crisis de credibilidad y confianza en los números oficiales que exige ser cabalmente interpretada.

Al mismo tiempo, ese diálogo requiere –también en relación a las diversas facetas del objeto– la presencia de un interlocutor múltiple, ya que necesitaríamos que se amalgamen en uno todos ellos; los historiadores de la ciencia, los del estado, los que se ocupan de la historia social, los que siguen a las elites

³ Con la idea de organización cognitiva del sistema estadístico, Starr refiere a las formas más o menos permanentes en las que son estructurados los instrumentos y datos estadísticos para producir información. (STARR, 1987)

intelectuales y/o a las políticas, entre varios otros. En este campo –donde, debo confesar, la complejidad y la dificultad inherentes a este tipo de estudio se fueron desplegando y tomando “densidad” sobre la marcha– encaré mi primer trabajo de investigación, cuyas conclusiones se encuentran en la tesis presentada en la Maestría de Investigación en Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires. (DANIEL, 2006) Las conclusiones allí alcanzadas me ayudaron a plantear nuevas preguntas e hipótesis de trabajo, que están siendo revisadas en mi trabajo actual de investigación, que tiene lugar en el Instituto de Desarrollo Económico y Social (IDES) y es financiado por una beca de posgrado del CONICET.

Mi primera aproximación a este desafío, entonces, se circunscribió a la etapa histórica de organización de las agencias estadísticas en Argentina, enmarcada entre el primer censo de población, de alcance nacional, realizado en este país (1869) y el tercero (1914), y se enfocó en la productividad simbólica de los inventarios censales y las prácticas regulares de registro de datos, durante el período 1869-1914; es decir, en los sentidos construidos por lo que definí como un discurso estadístico, materialmente accesible a partir de un corpus documental integrado por los primeros censos nacionales de población, de carácter moderno (1869, 1895 y 1914) y aquellas publicaciones especializadas que expresaron el monitoreo estadístico de las transformaciones que estaba experimentando la sociedad argentina, realizado desde distintos ángulos y oficinas. Publicaciones de carácter regular, que se constituyeron en el discurso estadístico central en los períodos de bache censal, como los Boletines y Anuarios de la Oficina de Estadística Municipal de la Ciudad de Buenos Aires (1887-1914) y las publicaciones de la Oficina Demográfica Nacional (1899-1906).⁴

A través de analizar el discurso estadístico de instituciones que tuvieron un rol importante en la producción de representaciones formalizadas del espacio social nacional durante el período, buscaba bucear en el terreno más amplio de las vinculaciones entre la producción de un saber especializado y el ejercicio de formas de dominación, que fuera más allá del uso político de los censos (ANDERSON, 1988) o que evidenciara algo más que su función justificatoria en el proceso de toma de decisiones en el estado (PORTER, 1995). Vínculo, este último, entre estadísticas y política que, por otra parte, en el caso argentino, al menos durante el período estudiado, demostró ser más anunciado (por especialistas y elites dirigentes que postulaban a la estadística como fundamento científico y racional del ejercicio del gobierno) que realmente efectivo. Traducción inconclusa de las leyes de los grandes números a las decisiones programáticas de la política, que no por ello eximía a las estadísticas de su papel en el ejercicio de la dominación. En este sentido, partí de las contribuciones teóricas del sociólogo Pierre Bourdieu, que me permitieron tomar en cuenta que, a través de su “poder de nominación”, las estadísticas son capaces de formar percepciones e ideas, de establecer matrices

⁴ La Constitución Nacional dispuso la realización de censos nacionales de población cada 10 años, pero esta regularidad se empezó a cumplir en Argentina con el censo de 1970.

de percepción, naturalizadas y con su propia productividad política; principios de conocimiento y reconocimiento o valoración de la realidad, en los que anclan formas de dominación social. Es decir, lo político –en un sentido amplio– aparecía en el trabajo de demarcación y división de grupos, de selección de indicadores, de asociación de variables, de representación de resultados, aún antes de una lectura interesada de esos datos o de una estrategia deliberada de manipulación política, como medio de legitimación de ciertas decisiones. Allí había que enfocar, entonces, la pregunta de investigación.

El objetivo general que movilizó mi trabajo fue el de interpretar en términos sociológicos la forma en que la sociedad argentina había sido capturada y representada, a través de las cifras oficiales, en el período de consolidación del estado, en el marco de un sistema político restringido, afirmado sobre una estructura de poder oligárquica. Esto implicó también analizar a sus productores –la generación de técnicos estadísticos que conformó el cuerpo burocrático especializado– así como su ámbito de producción (desde el cual el discurso estadístico empezaba a ser enunciado “en voz alta” por primera vez en el país). Mi trabajo incorporó, entonces, la revisión de los procesos de institucionalización de las distintas oficinas de estadística (departamentos, direcciones) que empezaron a poblar la estructura administrativa del estado.⁵ Se estudió el proceso histórico de conformación del aparato estadístico nacional, que se entendía, en forma amplia, no sólo como el conjunto de instituciones, sino también de herramientas, saberes y agentes especializados que conformaban el dispositivo técnico-burocrático de contabilidad social y registro sistematizado de datos anclado en el estado, tomando como fuente a las publicaciones periódicas de las oficinas y las memorias ministeriales.

Pese a este “rodeo” (o no, ya que cómo es posible analizar las representaciones cristalizadas en aquellos números oficiales sin atender a sus productores y sus espacios de construcción y circulación), lo que me interesaba era responder a ciertas preguntas: ¿Qué forma particular de entender la sociedad era elaborada a través de las estadísticas nacionales del período? ¿Qué matrices o principios de percepción cristalizaron? ¿Qué representaciones estadísticas sobre esa sociedad dinámica, en transformación, construyeron las cifras oficiales? Entre mis objetivos específicos, se encontraban:

1. describir el proceso histórico de conformación del aparato estadístico nacional;
2. conocer el perfil y las trayectorias sociales de los estadísticos que formaron el cuerpo burocrático especializado (sobre una noción de

⁵ Este aspecto del análisis tuvo la suerte de contar con el campo de indagación ya abierto por Hernán González Bollo, con su tesis de maestría “Para medir el progreso de la Argentina moderna. Formación y consolidación de una burocracia estadística en el Estado conservador” (2000). Sus trabajos, con los que me encontré en la marcha de la investigación, fueron muy orientadores en este sentido.

inspiración weberiana que los reconocía como agentes especializados de producción simbólica);

3. identificar las particularidades de la concepción de la sociedad de la que era portadora la estadística nacional del período;
4. pero, fundamentalmente, describir la manera en que el proceso de objetivación oficial del espacio social tuvo lugar en la Argentina entre 1869 y 1914.⁶

La experiencia de haber transitado el derrotero que va desde su planteo inicial como proyecto de investigación a la argumentación de las conclusiones de tesis, me dejó en particular una serie de preguntas y reflexiones, sobre el propio ejercicio de investigar este objeto tan particular, sus supuestos y dificultades, de las que me interesa señalar aquí algunas cuestiones.

La primera de ellas está ligada al tratamiento analítico de las fuentes históricas que son la puerta de acceso a la reconstrucción retrospectiva de un proceso de institucionalización de un saber y de una práctica especializada, en este caso, la estadística argentina. En este sentido, el desafío consistía en lograr aprehender los sentidos sociales atribuidos por medio de los números oficiales en un contexto social, político, cultural delimitado, teniendo en cuenta dos cuestiones fundamentales: las limitaciones que imponía que el acceso a ellos sólo era posible desde el punto de vista de la retórica oficial, los documentos estatales (y como sabemos, ser parte del lenguaje oficial es un aspecto no poco importante en relación con los efectos performativos de las estadísticas); que esa operación implicaba el encuentro de temporalidades diversas (la de las fuentes y la del analista).

Con esto último, me refiero a uno de los riesgos propios de toda empresa interpretativa del pasado: la posibilidad de caer en juicios atemporales o anacrónicos en el análisis de esas fuentes, introduciendo sesgos en la interpretación. En este caso, se trataba del peligro de analizar el discurso estadístico a partir de parámetros extraños a los propios actores, fuera de su contemporaneidad, sin tomar en cuenta lo posible de ser dicho o narrado en ese momento histórico. Frente a este riesgo, dos fueron las estrategias por las que procuré neutralizar el problema: primero, a través de distintos esfuerzos de contextualización histórica; pero, también con la organización de material comparativo (tal vez, de manera menos sistemática y algo más intuitiva que lo que ahora reconozco este problema exige).

⁶ Este trabajo tuvo por hipótesis que los elementos enfocados por el lente de las estadísticas oficiales en la Argentina del período 1869-1914 estuvieron vinculados con las cuestiones socialmente problematizadas, que se presentaron como dilemas a resolver por quienes ocuparon posiciones de gobierno, en términos de la regulación de una población heterogénea. A su vez, postulaba que las condiciones objetivas desde las cuales se construyó el discurso estadístico –al tratarse de un espacio burocrático en conformación– y el perfil de los actores productores y portadores de ese tipo de saber –especialistas ligados fundamentalmente a su posición en el estado– contribuyeron a delinear las modalidades que adoptó esa traducción, fuertemente identificada con el proyecto y los intereses de los sectores sociales dominantes. (DANIEL, 2006)

En este sentido, en el camino difícil, “accidentado”, de ese proceso de investigación, encuentro que el acceso a trabajos que analizaban la producción censal y estadística de otros países, como parámetros de comparación, cumplió una función central. Las ventajas que la comparación brinda al control metodológico de la interpretación del investigador, al ser utilizada como vía para eludir el peligro del anacronismo, es razón suficiente para consignar el procedimiento comparativo como un instrumento imprescindible de nuestra “caja de herramientas”. A su vez, la comparación tiene valor en sí misma como herramienta heurística, en la medida que permite hacer “más densa” la comprensión del caso particular. Las preguntas a formularle a nuestro caso de estudio (generalmente, circunscripto a espacios recortados por bordes o fronteras nacionales), así como las explicaciones propuestas al problema puntual que el investigador se plantea, se ven claramente enriquecidas desde la mirada comparativa. En general, toda indagación de procesos históricos singulares que se propone alcanzar cierto nivel de profundidad reposa sobre comparaciones implícitas, muchas veces tímidas u ocasionales, que encuentro importante transformar en procedimientos explícitos y habituales de nuestra práctica de investigación.

Por otro lado, en el horizonte de esta mirada retrospectiva sobre aquel proceso de investigación, es significativo señalar que otro “nudo problemático” vinculado al tratamiento de los documentos surgió ante la posibilidad de que el análisis se quedara en una reproducción lineal o mimética de las fuentes; es decir, la cuestión de depositar una “confianza ciega” en los enunciados allí estabilizados para su preservación histórica, con el riesgo de caer en una identificación plena del analista con “sus” actores y arribar a conclusiones únicamente guiadas por la perspectiva de los “nativos” (protagonistas reales de la trama que la investigación procuraba recortar como objeto de estudio, pero que a su vez buscaba colocar en otro plano de reflexividad). ¿Cómo interpretar, entonces, aquello que dicen (y que no dicen) las fuentes? Por ejemplo: cuando los estadísticos nacionales argentinos se quejaban continuamente (esto es, en todo el período, con crisis o sin ella, con ajustes o sin ellos) en las memorias ministeriales de la falta de recursos: ¿Se trataba de una desatención real del presupuesto, de una elite dirigente reacia a promover la actividad? ¿Era esto indicativo de una posición marginal de los estadísticos en el campo burocrático? ¿Cómo establecer una medida objetiva para evaluar la falta o no de recursos? ¿Podía ser acaso una forma de los propios actores de perseguir su interés y buscar –estratégicamente– ganar más espacio burocrático? Y cuando este reclamo no aparecía, ¿Los problemas de presupuesto estaban resueltos (y los intereses contrapuestos habían alcanzado un punto de convergencia)? ¿Sus dichos –su presencia y su ausencia– nos dicen siempre lo mismo, en los diversos momentos históricos? La transcripción, en forma más ordenada o sistemática, o con palabras más o menos eruditas, de aquello que los actores bajo estudio “nos cuentan”, las razones que (oficialmente) aducen y las justificaciones (explícitas) de su accionar, nos permiten acceder a cierta descripción del proceso, pero ¿Alcanzan para una explicación de los fenómenos que está entre nuestros propósitos dilucidar? Sería,

entonces, enriquecedor de nuestro trabajo la discusión cruzada de modalidades de abordaje, sus potencialidades y sus límites, y el intercambio de experiencias personales de resolución (tentativa) de estas cuestiones.

Por otro lado, cabe mencionar, entre los desafíos a los que nos somete el tratamiento de las fuentes histórica, la posibilidad de terminar sometiéndolas a modelos (teóricos) rígidos portados por el observador. Esto lleva a que, muchas veces, la práctica de indagación se traduzca en una modalidad “rigurosa” de buscar en los documentos los elementos que le permitan ir llenando de contenido específico (relativo al caso de estudio) ese molde previo. Modelos que, en el tema que nos ocupa, pueden ser (entre otros) cierta definición normativa de qué es (y que no) una burocracia o la aplicación de ciertas nociones reificadas de utilidad o eficiencia, que muchas veces suelen ser más auto-confirmatorios de la teoría que posee (y de la que no se desprende) el investigador, que iluminadores del problema que se intenta explicar. Considero que en este aspecto, la perspectiva comparativa vuelve a ser útil, al aportarnos cierta dosis de relativismo (sin excesos) y prevenirnos frente a evoluciones lineales o despliegues históricos de una racionalidad única, modelos en los que las diferencias se presentan como desfasajes temporales, desvíos o anomalías. De esta manera, se trataría de introducir cruces, contradicciones o convivencias que permitan recuperar la particularidad del proceso histórico en un marco renovado, caracterizado por distancias y similitudes con otras “versiones” (espaciales o temporales) del mismo fenómeno.

En ese proceso de investigación sobre el que hoy me propongo reflexionar, otro de los desafíos presentes fue el de construir un instrumento analítico receptivo de las tensiones, contradicciones o particularidades del discurso estadístico que *a priori* había sido pensado como homogéneo. Entender este discurso como un todo compacto, suponía de alguna manera (aunque sea no buscada) imponer a la productividad simbólica de esas cifras el hecho de que sus productores compartieran un contexto económico, social y cultural común, como si eso *sobredeterminara* los resultados de la operación de representación social. Si bien sus productores formaron un cuerpo burocrático especializado (con algo así como un “ideal profesional” e intereses específicos) y también una comunidad discursiva (conformada en torno a al lenguaje común de los números), compartieron ciertas ideas (como el cientificismo y el evolucionismo), pero no todas. Para citar un ejemplo: mientras los censos argentinos, como demostró Otero (2006), postularon una integración armónica y rápida de los inmigrantes a la sociedad argentina, otras publicaciones estadísticas los asimilaron a un factor nocivo y perturbador.⁷ Tomando al discurso estadístico argentino del período como una

⁷ Si bien tuvieron una matriz común, cada una de las publicaciones estadísticas analizadas presentó particularidades, en la medida que focalizó determinados aspectos o en tanto exteriorizó sentidos contrapuestos en relación a ciertos fenómenos. Por ejemplo, el proceso de urbanización, eje central de observación del lente estadístico en su conjunto, emergió en el Anuario Municipal con su doble cara: signo de civilización y progreso, pero también fuente de amontonamiento y peligro, al tiempo que la sensación de inseguridad de los sectores sociales dominantes iba en aumento. A su vez, mientras el discurso censal tendió a construir una representación del inmigrante como el adulto sano, fuerte y

unidad, se observa una tensión que surge de la construcción de la representación del extranjero como paradigma de progreso, por un lado, y su individualización como amenaza social, por el otro. Es ocasión entonces de retomar uno de los cuestionamientos que recientemente me fueron planteados y verter aquí la misma pregunta: ¿En qué medida uno termina atribuyendo de manera mecánica a los estadísticos del período liberal, hacer estadísticas liberales, a los del conservador, conservadoras y así sucesivamente? ¿Cuán difícil suele ser desprenderse de este tipo de “automatismo”?

Considero, nuevamente, que una alternativa válida pueda ser la comparación, pero esta vez de orden interno; me refiero, por ejemplo, a la posibilidad de analizar cómo se realizó, sobre la base de esos mismos actores y en el mismo marco temporal, esa objetivación estadística en relación con otras materias, intereses o preocupaciones. Se me ocurre que, así como Otero (2006) mostró la forma en que los censos de población contribuyeron en Argentina a construir una imagen de la Nación, sería interesante conocer también cómo las estadísticas argentinas del mismo período participaron de la configuración de ese territorio nacional en tanto mercado. ¿Cuáles fueron las características que definieron al mercado nacional a partir de la representación que de él elaboraron las cifras públicas en el país a fines de siglo XIX, principios del XX? Se trataría, entonces, de abordar, de manera cruzada, el estudio de distintas operaciones sociales fundamentales, realizadas a través de estadísticas, que son tanto de orden cognitivo como político.

Por último, otra cuestión que la experiencia de investigación mostró como problemática fue la de entender la relación entre los intereses cognoscitivos del estado, cristalizados en las materias objeto de recuento de la estadística oficial, y los distintos intereses sociales, como expresión de la posición y trayectoria social de sus productores y de los otros actores con los que se vieron asociados. Cuestión que, por otra parte, conduce al debate más amplios sobre la relación entre producción de conocimiento social e ideología. ¿Es lineal este vínculo? ¿Se trata de una traducción sin mediaciones? ¿Era posible atribuir a los productores de estadísticas (objeto de estudio) ser representantes de ciertos grupos sociales dominantes, a partir de la afinidad observable entre la selección temática o los sistemas de clasificación utilizados y las ideas e intereses representativos de esos grupos? Como mínimo, esta vinculación deviene problemática a la luz de contribuciones que consideran que los vínculos entre estado y formas de conocimiento social no pueden ser leídos exclusivamente en términos de intereses

vigoroso, elemento de prosperidad nacional, la publicación estadística municipal fortaleció los presupuestos de sectores de la elite política sobre la población extranjera, brindando bases a su identificación como factor potencialmente perjudicial, perturbador del orden social. Así, se volvería congruente con el proyecto político de separación entre sectores productivos y peligrosos al interior de la masa inmigratoria que tomó fuerza en el país iniciado el siglo XX. El Anuario Estadístico Municipal sería un caso testigo del proceso ideológico que se daba en Argentina con el cambio de siglo, por el cual la visión del extranjero como paradigma de progreso pasaba a estar supeditada a su individualización como amenaza social.

de clase. Trabajos de indagación histórica que ahondan en la relación entre el surgimiento de las ciencias sociales modernas y las políticas sociales del estado en algunos países de Europa y Estados Unidos durante el siglo XIX, señalan al aparato burocrático como un espacio de creciente autonomía para agentes técnicos; actores sociales con capacidad de acción e influencia en el despliegue de políticas reformistas. (LACEY & FURNER, 1993; RUESCHEMEYER & SKOPOL, 1996; WAGNER, et.al., 1991) Cabe aquí preguntarnos ¿Cómo se articula esta relación con los centros de decisión política en el caso específico de la burocracia estadística? ¿Qué particularidades muestra este vínculo? Pero también ¿Cuáles llegarían a ser los alcances de esa postulada autonomía en países periféricos, donde el capitalismo conoce modulaciones propias y los actores hegemónicos del sistema se ven interpelados por otros conflictos y desafíos, desarrollando otros recursos de poder y cooptación?

A partir de esta serie de cuestiones, nos adentramos también en la particularidad de realizar un análisis de “la burocracia” o, mejor dicho, de un cuerpo burocrático específico. Más allá del debate teórico y metodológico entre una historia “macro” y otra “micro” del estado –al que refiero tan sólo para mencionar que mi trabajo tomó como guía el consenso que tiende a establecerse en el campo historiográfico argentino sobre la importancia de reconstruir las relaciones históricas cristalizadas en el estado a partir de pequeños recortes (es decir, del estudio de agencias estatales específicas), para poder sí luego, a través del cruce de investigaciones, reconstruir al estado en su particularidad histórica–, me preocupaba caer en una visión llamémosle “celebratoria” de los alcances de la institucionalización del espacio burocrático particular que estaba observando, como efecto “no deseado” de esa mirada fragmentada.⁸ Mi inquietud radicaba, por ejemplo, en la validez de desprender de la sola constatación de la existencia de oficinas en el organigrama estatal su consolidación como aparato estadístico. Por el contrario, se trataba de poder captar a través de esas mismas fuentes el real alcance de este proceso de institucionalización a la luz de la práctica efectiva de su producción estadística. Ello suponía contemplar la posibilidad de que coexistieran patrones o rasgos de institucionalidad consolidados, en algunas áreas o aspectos, con déficits en otros.

En este sentido, es importante destacar que la consolidación de un aparato estadístico en Argentina se fue realizando sobre una tensión presente en la modalidad de estructuración burocrática: por un lado, orientada desde sus inicios a la centralización y sobre una tarea prolifera de legislación; por otro, la existencia de agencias superpuestas, dificultades operativas y presupuestarias, censos irregulares, frenos operados por la sociedad a la “avanzada indagatoria” del estado y fracasos en los recuentos. Entrado el siglo XX, algunas de estas tensiones presentes en la etapa gestacional del aparato estadístico aún sobrevivían; como

⁸ La historiadora Hilda Sabato definió la labor del historiador argentino en la actualidad como la de “interpretar fragmentos”, a partir de que fueran abandonadas, en este campo, las pretensiones globalizantes de explicar la totalidad, así como la idea de causalidad unívoca. De este modo Sabato hacía referencia a la heterodoxia teórica y metodológica que caracteriza a buena parte de la producción historiográfica contemporánea en el país. (SABATO, 2001, p. 42)

ser: la brecha entre las enunciaciones programáticas a nivel político (la valoración discursiva de las estadísticas para el gobierno) y lo efectivamente realizado (baches censales), las dificultades de algunas oficinas para asegurar su presencia institucional a lo largo y a lo ancho del territorio, la dispersión de agencias estadísticas en el entramado burocrático y la superposición de tareas, lo que planteaba una virtual competencia entre ellas. La ambigüedad del proceso de construcción estatal, que contempló oficinas débiles y fuertes como las denominó González Bollo (2007), era relevante en mis preguntas en tanto las diferencias sustanciales que existieron entre ellas –y que llegaron a establecer incluso cierta jerarquía–, repercutieron en la autoridad social lograda por cada una, planteando consecuencias en términos del alcance potencial de la eficacia simbólica de sus representaciones.⁹

Sin embargo, establecer el grado de autonomía de esas agencias y sus directores, ya en el siglo XIX, también devino problemático porque el trabajo de archivo mostró, en la etapa fundacional, la presencia de organizaciones representativas de intereses sectoriales (entidades corporativas como la Unión Industrial o la Sociedad Rural) en la promoción de indagaciones, en el proceso mismo de construcción de la herramienta censal y en la creación de agencias responsables de los números oficiales.¹⁰ En otras ocasiones, develó también la existencia de discusiones abiertas de los referentes ya consagrados del aparato estadístico con estos centros de poder social, así como las resistencias o críticas, a la estadística oficial, desde sectores de la sociedad civil. A su vez, las representaciones construidas por el lenguaje estadístico mostraban, en general, cierta afinidad con el proyecto político hegemónico a fin de siglo. Además, las trayectorias sociales de los especialistas que transitaban por distintos ámbitos (público-estatal, privado, académico) daban cuenta de su cercanía a los actores con fuerte peso en la distribución del poder social y de las redes tejidas entre ellos. En principio, esto ya brindaba indicios respecto de que estudiar al estado, era algo más que ver sólo al estado, y que estudiar las estadísticas públicas, implicaba algo más que observar el establecimiento de rutinas de recuento y aplicación de operaciones matemáticas.¹¹ El entramado de actores e intereses sociales involucrados en la elaboración de estadísticas devino, así, diverso, y esa observación estructuró nuevas preguntas a hacerle al material histórico.

⁹ Esto también repercutía en la atribución de posiciones en el campo burocrático. No era lo mismo la visibilidad pública que daba haber sido director de la Dirección General de Estadística Nacional (caso Alejandro Bunge), que la sombra sobre la que caía el trabajo de la Dra. Adela Zauchinger en la Sección Demografía y Geografía Médica, del Departamento Nacional de Higiene.

¹⁰ Durante el período de organización nacional y centralización política, el estado argentino adquirió el monopolio de las formas de registro social que, por cierto, conservó en el siglo XX. Más tarde, el descontento manifiesto de los sectores sociales predominantes con las estadísticas oficiales, sumado a la presencia de contextos percibidos por estos grupos como críticos, llevaron a la promoción de la producción de estadísticas en el interior de las organizaciones corporativas (SRA, UIA), en las décadas de 1920 y 1930, pero no pusieron en jaque ese monopolio estatal.

¹¹ Al mismo tiempo que las estadísticas oficiales argentinas del período 1869-1914 medían el “progreso” y la modernización nacional, contribuyeron al afianzamiento de la representación de los peligros que acechaban a esa sociedad que procuraba ser moderna. De este modo, por la misma operación que la estadística nacional hizo aparecer a la población como un dato, disponía a la sociedad como un campo de intervención. Una de las tareas del primer observatorio social argentino fue entonces la de individualizar los peligros, de manera de alertar a las autoridades políticas y brindar fundamentos a un ejercicio racional del gobierno. (DANIEL, 2006)

De este modo, considero que aspectos como el paulatino acrecentamiento de la demanda de estadísticas desde distintos sectores sociales en Argentina –ya entrado el siglo XX– y la ampliación de las exigencias enfocadas al dispositivo estadístico, desde afuera del campo burocrático, abren de alguna manera caminos poco transitados hasta ahora en este terreno de investigación histórica. Elementos que podrían ser integrados a nuevos marcos de indagación como indicios para rastrear la gradual incorporación y apropiación de la estadística como código de lectura del espacio social (sobre las huellas dejadas, por ejemplo, por el interesante trabajo de Cohen [1982]), una vez involucrados, en la dinámica de institucionalización de la actividad estadística en Argentina, grupos sociales situados por fuera del restringido círculo de especialistas. En la medida que, el discurso estadístico –un discurso que en ese país se había estructurado inicialmente con figuras provenientes de distintas esferas profesionales, sin mostrar a ninguna como claramente dominante– empieza a circular por otros espacios, excediendo las fronteras de lo estatal y los canales tradicionales de intercambio (entre oficinas nacionales, con oficinas análogas del exterior e instituciones estadísticas de otros países), nuevas facetas del proceso histórico se vuelven relevantes. La presencia de actores (legos) interviniendo en la dinámica de validación social de esta actividad, supone al mismo tiempo repercusiones en la esfera burocrática, a partir de la emergencia de cuestionamientos a las prácticas de los expertos oficiales y las posibles disputas abiertas en torno a quiénes se constituían en los depositarios legítimos de ese “saber hacer” estadístico en el país; en síntesis, todo tipo de desafíos planteados a las bases de su autoridad social.

En Argentina, el circuito de divulgación de estadísticas que se fue configurando tuvo lugar en el entrecruce de una variedad de disciplinas científicas (medicina, economía, ingeniería, criminología), que “hablaron” de (y con) estadísticas en sus órganos de publicación, integrándolas a su definición del carácter técnico de la práctica especializada que desarrollaban, utilizando este lenguaje en la delimitación de problemas/objetos como propios y ampliando o diversificando sus “usos”. Contribuyó también a esta propagación del lenguaje numérico, el reflejo de las cifras oficiales en los diarios; contracara de las estrategias de popularización de las estadísticas instrumentadas desde el estado (y promovidas por determinado subgrupo dentro de la comunidad de expertos reconocida socialmente). Así, la difusión de este lenguaje cuantitativo en el país abonó a la variedad de funciones atribuidas a las estadísticas, ampliando las posibilidades de resignificación de los números oficiales realizada mediante lecturas posteriores. Tener en cuenta esta trama por la que se interconectan diversos agentes (técnicos, profesionales, legos, políticos, corporativos), en la que participan distintos canales de difusión y popularización de las estadísticas (revistas especializadas, periódicos, manuales, etc.) y que muestra variados mecanismos de construcción social de los usos (eruditos y prácticos) y atributos del lenguaje estadístico (formas de entender la objetividad, neutralidad o veracidad de esas cifras), supone inscribir la tarea de investigación en un marco amplio (tal vez, algo desmesurado): el de considerar la modulación particular del discurso estadístico en la esfera pública argentina.

Las preguntas que toman lugar, de repente, son otras o se ven reformuladas; entre ellas: ¿Qué dominio de objetos tomó como propios la práctica estadística en Argentina?¹² ¿Con qué otros lenguajes rivalizó para hablar de –y explicar– las cuestiones consagradas como problemas de la sociedad en cada momento histórico? ¿Qué obstáculos encontró en el camino que la sancionó como discurso socialmente confiable? ¿Qué elementos contribuyeron a dotar de efectividad social a esta forma de conocimiento? ¿Cómo se fue transformando en el lenguaje por excelencia para describir los problemas nacionales en el espacio público? ¿De qué manera, en qué ámbitos y con qué agentes promotores, la racionalidad estadística se fue afianzando históricamente en Argentina como una forma privilegiada y autorizada de observar y explicar la sociedad? Se trataría, entonces, de describir el proceso histórico de producción de la autoridad social de los números en este país durante un período considerado.

En este sentido, un desafío que plantea este abanico de preguntas es el de establecer, en un campo de indagación así ampliado, una periodización que, con todo lo arbitrario que esta operación encierra, no recaiga necesariamente en etapas predefinidas, que suelen ser las reconocidas y sancionadas en el campo historiográfico local (que, por ejemplo, en Argentina constituyó a 1930 como un parteaguas de la historia nacional), sino que respondan claramente a la temporalidad propia del objeto y la problemática que el investigador se propone explorar. Toda periodización, como señaló la reconocida historiadora argentina Hilda Sabato, “pretende reflejar a la vez que *instituir* verdaderas fisuras en el tiempo histórico”. (SABATO, 2001, p. 47) Las etapas propuestas por el investigador encierran, en sí mismas, ciertas hipótesis. Hipótesis que es necesario hacer explícitas para un manejo conciente y controlado de los efectos que esos cortes, que atribuyen discontinuidad (entre etapas) y homogeneidad (dentro de ellas), pueden llegar a inducir en la interpretación. (SABATO, 2001)

Al mismo tiempo, otro factor no menos importante es el de organizar una estrategia racional y operativa para aprehender ese proceso histórico. Y aquí, cuento con la orientación de ciertas líneas guía que, más que indicar dónde ir a buscar, me pautan qué observar en el material histórico documental ahora ampliado.¹³ Se trata de la tarea de rastrear las formas de vinculación de los actores que fueron configurando la dinámica del espacio de validación social de un tipo de racionalidad específica (numérica, cuantitativa) en el país y de

¹² Las estadísticas producidas en determinado momento histórico expresan cierta escala de relevancias, jerarquización de problemas y de objetos, vinculados a los dilemas que atraviesan una sociedad y reconoce el poder político. Estas cuestiones, traducidas al lenguaje operativo de la clasificación y la codificación, emergen en el dominio de objetos de que se ocuparon las estadísticas; por tanto, preguntarse por los aspectos de la sociedad que observaron las estadísticas nacionales nos remite nuevamente a la dinámica de la sociedad misma que es de donde surge esa estructura de relevancias, como producto de la lucha de los actores sociales por la definición de la agenda social.

¹³ En este marco, las fuentes se diversifican, pues entran en juego las conferencias, los congresos y las publicaciones, entre otras, no sólo del campo especializado, sino aquellas que compartieron la empresa de difusión de una imagen numérica de la sociedad. Tener en cuenta distintas fuentes abre la posibilidad de encontrar una diversidad de formas de concebir la actividad estadística, de representarse el mundo social a través de sus objetivaciones o incluso de construir un perfil de especialista técnico. Pero, a su vez, plantea un desafío de integración de esa multiplicidad en el análisis.

una forma determinada de producción de conocimiento sobre la sociedad (las estadísticas), otorgando particular relevancia a las controversias que rodearon al objeto “estadísticas públicas” (LATOURE, 1992; DESROSIERES, 1996), ya sea al interior del grupo de especialistas, entre los técnicos y los políticos, o entre ellos y los distintos grupos de la sociedad. Las líneas de investigación fundadas en el seguimiento de las controversias, como momentos privilegiados para observar los procesos sociales de elaboración de “hechos” (LATOURE, 1992) o como antesala de la acción “de poner en escena objetos” (DESROSIERES, 1996), muestran a éste como un enfoque prometedor, por sus implicancias políticas y desnaturalizadoras. Como manifestó un precursor de este campo de indagación como Paul Starr, “las controversias son un signo manifiesto de las elecciones políticas que, de otra manera, permanecen latentes y oscuras en la organización cognitiva de las estadísticas”. (STARR, 1987, p. 40)

Entonces, sin abandonar mi objetivo general inicial de realizar una contribución a la discusión sobre el vínculo entre construcción de un saber especializado (ciencia) y producción de dominio (política), me interesa el desafío de reorientar mis investigaciones a partir de las múltiples dimensiones del fenómeno que me devolvió mi primer experiencia de investigación en este campo. Correr el eje de la mirada, para moverlo del espacio (exclusivo) de producción social de este tipo de conocimiento (cuantitativo y oficial), al territorio de encuentro entre éste y los agentes sociales que, ya sea formaban parte de sus recuentos o se identificaban como provenientes de otros ámbitos (políticos, académicos, prensa), apelaban a los números oficiales o pretendían cubrirse de la legitimidad que entonces empezaba a prestar el lenguaje estadístico en Argentina. Busco así darle sistematicidad y solidez a una aproximación que no se quede, de modo unilateral, en la producción del dato estadístico como una empresa meramente técnica (restringida al ángulo de la oferta de un sistema estadístico nacional y deudora de ciertas tradiciones intelectuales), sino que entienda ya sea la productividad operativa y simbólica de las agencias estadísticas nacionales, como la utilidad y validez de sus cifras, o la autoridad social de sus productores, como el emergente histórico de ese espacio de encuentro entre diversos agentes sociales que participan en la obra colectiva de objetivación (y representación social) de la realidad, realizada a través de las estadísticas. Justamente, el nuevo desafío es el de tratar de meterse en esos pliegues (entre lo que llamaríamos ‘Estado’ y lo que designaríamos como ‘Sociedad’), siguiendo –a través del objeto “estadísticas públicas”– el hilo histórico de esa intersección.

Bibliografía

- ANDERSON, Margo. The american census. A Social History. New Haven: Yale UP, 1988.
- BOURDIEU, Pierre. Cosas Dichas. Barcelona: Gedisa, 2000.
- COHEN, Patricia. A calculating people. The spread of numeracy in Early America. Chicago: University of Chicago Press, 1982.
- CULLEN, Michael. The statistical movement in Early Victorian Britain. New York: The Harvester Press Limited, 1975.
- DANIEL, Claudia. El primer observatorio social argentino. Estado, censos y estadísticas oficiales, 1869-1914. Buenos Aires: Tesis de Maestría, Departamento de Posgrado de la Universidad de Buenos Aires, 2006.
- DESROSIÈRES, Alain. La política de los grandes números. Historia de la razón estadística. Barcelona: Melusina, 1996.
- GONZÁLEZ BOLLO, Hernán. Para medir el progreso de la Argentina moderna. Formación y consolidación de una burocracia estadística en el Estado conservador, Buenos Aires: Tesis de Maestría, Departamento de Posgrado de la Universidad Torcuato Di Tella, 2000.
- GONZÁLEZ BOLLO, Hernán. La estadística pública y la expansión del estado argentino: una historia social y política de una burocracia especializada (1869-1947). Buenos Aires: Tesis de Doctorado, Departamento de Posgrado de la Universidad Torcuato Di Tella, 2007.
- HACKING, Ian. How should we do the history of statistics? In: BURCHELL, Graham, GORDON, Collin & MILLER, Peter (eds.). The Foucault effect. Studies in governmentality. Chicago: The University of Chicago Press, 1991. p. 181-195.
- INDEC. La actividad estadística en la República Argentina, 1550-1983. Buenos Aires: INDEC, 1983.
- LACEY, Michael & FURNER, Mary. The state and social investigation in Britain and the United States. Cambridge: Woodrow Wilson Center Series & Cambridge University Press, 1993.
- LATOURETTE, Bruno. Ciencia en acción. Barcelona: Editorial Labor, 1992.
- MASSE, Gladis. Encuestas. In: TORRADO, Susana. Población y bienestar en la Argentina del primero al segundo centenario. Buenos Aires: Edhasa, 2007. Tomo I. p. 245-286.
- MASSE, Gladis. Fuentes útiles para los estudios de la población argentina en el Instituto Nacional de Estadísticas y Censos. Una visión histórica. Buenos Aires: INDEC, Dirección de Estadísticas Poblacionales, 2000.
- MENTZ, Raúl. Sobre la historia de la estadística oficial argentina. Revista Estadística Española, Madrid, vol. 33, nº128, p. 501-532, 1991.
- OTERO, Hernán. Censos antiguos: 1869, 1895, 1914, 1947. In: TORRADO, Susana. Población y bienestar en la Argentina del primero al segundo centenario. Buenos Aires: Edhasa, 2007. Tomo I. p. 187-214.

OTERO, Hernán. Crítica de la razón estadística. Ensayo de formalización teórica-metodológica del paradigma censal en la Argentina moderna. In: OTERO, Hernán. El mosaico argentino: modelos y representaciones del espacio y de la población. Siglos XIX y XX. Buenos Aires: Siglo XXI editores, 2004. p. 299 - 330.

OTERO, Hernán. El concepto de población en el sistema estadístico nacional. In: TORRADO, Susana. Población y bienestar en la Argentina del primero al segundo centenario. Buenos Aires: Edhasa, 2007. Tomo I. p. 161-183.

OTERO, Hernán. Estadística y Nación. Una historia conceptual del pensamiento censal de la Argentina moderna, 1869-1914. Buenos Aires: Prometeo, 2006.

PORTER, Theodore. Trust in numbers. Princeton: Princeton University Press, 1995.

RUESCHEMEYER, D. & SKOCPOL, T. (eds). States, social knowledge, and the origins of modern social policies. New York: Princeton University Press, 1996.

SABATO, Hilda. La historia en fragmentos, fragmentos para una historia. Punto de vista, Buenos Aires, n. 70, p. 41-48, ago. 2001.

STARR, Paul. The sociology of official statistics. In ALONSO, William; STARR, Paul (orgs.). The Politics of Numbers. New York: Russell Sage Foundation, 1987, p. 7-58.

WAGNER, P., WEISS, C. H., WITTROCK, B. & WOLLMAN, H. Ciencias sociales y estados modernos. Experiencias nacionales e incidencias teóricas. México DF: FCE, 1999.

Informação Estatística como forma de saber e fonte de poder, moldura teórica do 'Projeto História: 1822-2002' no IBGE*

Nelson de Castro Senra

Resumo:

O texto contém a moldura teórica utilizada na concepção da coleção "História das Estatísticas Brasileiras: 1822-2002". As estatísticas são consideradas informações (e não meros dados) já ao tempo da emissão, e são vistas como forma de saber (numa leitura, sobretudo, a partir de Bruno Latour) e como fonte de poder (numa leitura a partir, sobretudo, de Michel Foucault).

Os Estados desde (quase) sempre quiseram enumerar, mensurar, quantificar suas populações, suas riquezas, seus recursos; quiseram as estatísticas. De início, com vistas às guerras, para tributar e para recrutar; depois, para legislar e administrar inúmeros aspectos das esferas pública e privada. Ao longo do tempo, diversificou e sofisticou a demanda por estatísticas, num movimento contínuo e intenso.

Em contraparte, no que tange à oferta, por muito tempo, diante da pobreza dos métodos, decorrente da fragilidade das instituições, e, circularmente, decorrendo-a, o fruto dos ingentes esforços resultava insuficiente e insatisfatório; mas nem por isso se ignorava e se dispensava as estatísticas. Com o avanço das ciências e das técnicas e com suas assimilações à elaboração das estatísticas, os resultados ganharam robustez, e puderam sustentar discursos de verdade,

* Versão ligeiramente modificada da introdução geral à coleção História das Estatísticas Brasileiras, fortemente baseado em SENRA, Nelson. O saber e o poder das estatísticas. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

dessa forma, integrando o vocabulário e a gramática dos governos dos Estados Nacionais (quando do triunfo das forças centrípetas sobre as forças centrífugas, ao final da longa Idade Média). Então, no contexto dos Estados Nacionais, com seus governos centrais, emergem e se consolidam os monopólios fiscal, militar e policial, se lhes associando uma burocracia continuada, essencial, fortemente papeleira, que a tudo e a todos, a todo instante, registrava e sintetizava, inclusive e, sobretudo, pelas quantidades.

Vemos o Estado Nacional como uma organização de natureza política atuante sobre um território específico, claramente demarcado, que controla e sustenta pela posse legítima da violência (policial e militar); para tanto, deve poder contar com um aparato regular e eficiente de natureza administrativa, com uma hierarquia de funcionários especializados, fazendo registros e registros, de todos e de tudo, dessa forma, figurando a nação, ou seja, a coletividade, por certo não monolítica, existente naquele território e sujeita ao aparato estatal. Doutra forma, configura-se o Estado, com "E" maiúsculo, na medida em que se registram os estados, com "e" minúsculo, das pessoas e das coisas; esses muitos registros maravilhosos e suas incríveis sínteses permitem, ontem e sempre, saber-se e pensar-se e governar-se, porquanto tornando próximo o distante, presente o ausente, conhecido o desconhecido; o saber para o poder. Pensa-se uma população, em si mesma, bem assim, em sociedade, num território.

Uma noção de poder

Poder: capacidade transformadora, de atuação em cenários específicos, com vistas a alterá-los ou conservá-los inalterados, em parte ou no todo; pense-se e tenha-se o poder como uma efetiva e distinta capacidade de se influenciar o desenrolar dos acontecimentos. De forma ampla, deter poder é dispor da capacidade de controlar os outros, preferentemente com seus consentimentos voluntários e pacíficos; o poder é tanto mais intenso e durável quanto mais se faz sutil, quanto mais se o exerce de modo silencioso, através de práticas repetitivas cristalizadas, devidamente institucionalizadas. Num exercício dialético, natural, às estratégias de controle se contrapõem, mais cedo ou mais tarde, estratégias alternativas de controle; então, o poder deve estar em renovação permanente, de modo a permanecer, enfrentando seus desafiantes. Para tanto, há de se ampliar e se renovar sempre os saberes que o amparam e o sustentam..

Na linha de Michel Foucault, o "poder sobre a vida" se funda e se exerce sobre dois pólos, simultâneos, o das disciplinas e o das regulações. Disciplina-se o corpo do homem, enquanto máquina produtiva: o homem é adestrado, com o fim de se ampliar suas aptidões, tendo em mente o aumento paralelo de sua utilidade e de sua docilidade. Regula-se a espécie humana, analisando-se e estudando-se seus processos biológicos: o homem é dissecado segundo a mecânica do nascimento e da mortalidade, segundo a duração da vida, a longevidade, segundo a saúde,

dentre outras condições biológicas, culturais e sociais. Esse duplo “poder sobre a vida” se apoia na Economia Política, tomando-a como tecnologia de governo, e tendo a informação, em especial a informação estatística, como privilegiada tecnologia de distância.

A disciplina promove a dominação política do corpo, respondendo ao imperativo de sua utilização econômica; em termos racionais procura-se transformar o corpo em força de trabalho, que seja, ao mesmo tempo, útil e dócil. Organizam-se, para tanto, espaços funcionais, hierárquicos, arquiteturais que facilitem a circulação e estabeleçam vinculações operatórias, com vistas a uma crescente economia de gestos e de tempo. Transformam-se as multidões, confusas e perigosas, errantes e, por isso, inúteis, em múltiplos organizados num espaço e num tempo coletivos. Os corpos são assim moldados às necessidades do capitalismo industrial, fazendo-se a passagem do trabalhador artesão, senhor absoluto de seu tempo e de seu espaço, ao trabalhador fabril, servo absoluto de um tempo e de um espaço que escapam de seu domínio; os indivíduos ajustam-se ao fazer das novas máquinas, sob uma nova organização.

A disciplina registra, registra continuamente, modelando os indivíduos (as pessoas, elas mesmas, bem assim, suas coisas, suas posses) numa gigantesca quantidade de documentos administrativos. O fazer esses registros, formando arquivos intensos, essenciais, não configura atividade grandiosa, ao contrário, configura uma atividade singela e simples. Os registros, eles próprios, são, não raro, simples e singelos, sendo, contudo, eficientes o bastante para fixarem os detalhes e as minúcias das realidades dos indivíduos, revelando-os como população, vale dizer, como coletividades (ao fim e ao cabo, como nação). Fatos, eventos, acontecimentos são revelados, permitindo predições, com vistas a animações, intervenções, estimulações; saber para poder.

Pois os olhares que observam, registram (anotam), sintetizam (resumem) e analisam, são os mesmos que transferem saberes para os mais altos pontos e postos do poder. Mas isso não será simples, nunca o será: pelo volume dos registros, e pela qualidade das inscrições neles contidas, nem sempre as melhores, bem assim, à falta de padrões, sobremodo de métodos, e à falta de pessoal qualificado. Seu caráter simples, singelo, seu fazer humilde, descentralizado, envolvendo um sem-número de burocratas, nem sempre preparados, refletirá na geração das sínteses, em sua qualidade e, por conseqüência, em sua utilidade. A tarefa revestia-se de humildade.

Sem diferença, a elaboração das estatísticas a partir desses mesmos registros, continuamente idealizados e ordenados pelos Estados, exigiu paciência, e raramente revestiu-se de grandeza; fez-se como atividade burocrática, sem dúvida com técnicas, mas com pequeníssima participação científica, não raro não indo além de simples contagens de frequência; não obstante, valerá lembrar que muito dos avanços das ciências ocorreu por mergulho dos cientistas (naturais e sociais) nesses mesmos registros, deles derivando evidências para suas pesquisas

(é o caso de Charles Darwin, de Karl Marx, de Émile Durkheim, de Gregor Mendel, dentre outros).

Com o desenvolver do capitalismo, par a par com a prática disciplinar, no campo das grandes políticas nacionais, emergem as difíceis questões da natalidade, da mortalidade, da longevidade, da saúde pública, da habitação, da migração, dentre outras.

Segundo Fernand Braudel: “Se fosse preciso acertar o relógio do Ocidente, eu assinalaria um aumento prolongado da população de 1100 a 1350, outro de 1450 a 1650, mais um a partir de 1750. Este último já não iria conhecer regressão” (1996, p. 21). Passa-se, então, à espécie, à sua regulação (o novo polo do “poder sobre a vida”).

Desde então a idéia de população ganhará clareza. Adam Smith, lançando os alicerces da Economia Política em sua obra prima “A riqueza das nações”, publicada em 1776, irá destacar o trabalho como fonte maior da riqueza. Logo depois, Thomas Malthus, em seu “Ensaio sobre a população”, publicado em 1798, enunciará a conhecida afirmação de que, em certo tempo, a oferta de alimentos crescerá em progressão aritmética, enquanto que a população crescerá em progressão geométrica; um dilema assustador, de certo modo ainda presente¹.

Pois, nessa situação, os governos renovaram suas preocupações com a segurança e o controle sociais, surgindo o que Michel Foucault chamou de biopolítica das populações, a atenção na espécie humana, a valorização e a distribuição das suas forças. Essa gestão da espécie humana, não implicou um descuidar-se da gestão do homem como máquina de produção, ao contrário, a dimensão disciplinar terá mais e melhor visibilidade e contextualidade, será mais e melhor problematizada. De fato, a gestão completa da população implica vê-la tanto no todo, como nas partes, vale dizer, nos detalhes e nas minúcias, matéria natural da disciplina.

Assim, seja no sentido das disciplinas, seja no sentido das regulações, na onda dos tempos, os domínios dos governos dos Estados são revistos, tendo como centro, sempre, as pessoas (os indivíduos). Busca-se pensá-los em relação aos territórios, aos recursos naturais, às riquezas produzidas, às rendas geradas, etc., também em relação ao viver, aos costumes, aos hábitos, às decisões, etc., também em relação às catástrofes, às desgraças, aos acidentes, às epidemias, à fome, à morte, etc. Enfim, busca-se pensá-los em si mesmos e em suas relações intrínsecas e extrínsecas, nos espaços distantes, onde estão, de modo a fazê-los presentes,

¹ Como ilustração, naquele mesmo ano, 1776, acontecerá a Declaração de Independência dos Estados Unidos, e, pouco depois, 1789, terá lugar a Revolução Francesa, focando os direitos humanos, tudo isso em meio a uma inaudita efervescência populacional. No Brasil, em Minas Gerais, vivia-se o ciclo do ouro, com forte influência na monetização européia; em 1789, aquela região irá viver a chamada Inconfidência Mineira. E será no rastro desses grandes eventos que as Américas espanhola e portuguesa irão se tornar independentes, no início do século XIX (o Brasil em 1822), fazendo surgir nações.

sem, contudo, aproximá-los; e se o faz, tanto mais aos domínios dos governos dos Estados possa-se aplicar o quadro teórico e prático da Economia Política (depois, com o tempo, visto como Ciência Econômica).

A estatística revela e mostra pouco a pouco que a população tem suas regularidades próprias: seu número de mortos, seu número de doenças, suas regularidades de acidentes. A estatística mostra igualmente que a população apresenta características próprias em seu conjunto e que esses fenômenos são irredutíveis aos da família: as grandes epidemias, as expansões endêmicas, a espiral do trabalho e da riqueza. A estatística mostra igualmente que, por seus deslocamentos, por suas maneiras de fazer, por sua atividade, a população tem seus efeitos econômicos específicos. A estatística, permitindo quantificar os fenômenos próprios à população, revela uma especificidade irredutível ao pequeno quadro da família. (Foucault, 1994, p. 651)

Em reforço, o filósofo e economista Jeremy Bentham (inglês), ofereceu conceitos utilíssimos à elaboração das estatísticas: as noções de maximização e de minimização, as noções de custo e benefício; sem olvidar que a ele se devem os estudos do panoptismo, tão essencial à formação das instituições disciplinares (como a prisão, o hospital, a escola, o hospício, a fábrica, o quartel, o convento, dentre outras). Para ele, governar era proporcionar o maior bem-estar ao maior número de pessoas, o que passa, naturalmente, por haver muitas estatísticas definidoras das populações.

Contudo, apesar dessa posição privilegiada, em seus primórdios, o pensamento econômico (Economia Política) dava pouco auxílio concreto às decisões dos governos. Apesar da riqueza industrial, a pobreza grassava; os governos se viam impotentes, se sentiam confusos; os economistas diziam que era assim mesmo, que não havia muita coisa a fazer, a não ser uma vaga idéia de educação para as massas, querendo-se, dessa forma, aumentar-lhes as oportunidades; não sendo, portanto, de se estranhar a alcunha de *ciência lúgubre* colada à Economia Política; sem que isso, ao menos aparentemente, incomodasse aos economistas.

O liberalismo, consagrado no pensamento econômico, na sua luta contra o excesso de governo, inibia as atuações políticas necessárias à compensação daquela situação de pobreza; inibia, é certo, mas não as impediu de emergirem, como se deu com as leis dos pobres (*Poor Laws*); uma vez mais, impunha-se conhecer a pobreza e tentar entender a efetividade da legislação adotada, donde, impunha-se conhecer mais e melhor a população, e é quando Sir William Petty e John Graunt surgem com força, fazendo estatísticas a partir de registros administrativos, dando-lhes específicos ordenamentos (é o tempo da fundação da Aritmética Política).

Embora a alcunha de "ciência lúgubre", ao que parece, não aturdisse o espírito da maioria dos Economistas, a alguns, contudo, incomodava. É o caso de John Stuart-Mill que em seu genial "Princípios de Economia Política", publicado

em 1848 (ano também da divulgação do “Manifesto Comunista”, por Karl Marx e Friedrich Engels), afirmaria que somente a produção, com certa técnica, num certo tempo, seria inexorável, não a distribuição, que poderia ser diferente por vontade política. E as mudanças necessárias seriam feitas pela via parlamentar, por iniciativa dos governos; advogava uma revolução parlamentar, com a qual promoveria uma refundação do pensamento econômico, dessa forma, reforçando a posição da Economia Política (depois Ciência Econômica) como tecnologia de governo; para tanto, era óbvio, precisava-se das estatísticas, muitas mais, mais e melhores. Contudo não era fácil e simples produzi-las, à falta de saberes, técnicos e científicos, enfim, à falta de métodos, o que só virá muito tempo depois, já na segunda metade do século XX. Além disso, a dificuldade também vinha da natureza dos Estados Liberais, que temiam ser grandes, contudo, a elaboração das estatísticas sempre exigiu muita gente e sempre demandou muitos recursos, técnicos e tecnológicos, e financeiros. Dilema cruel!

Uma noção de saber

O poder, sem dúvida nenhuma, supõe um saber, muitos saberes. Exercer poder, no sentido de administrar acontecimentos, e, tanto quanto possível, para, além disso, de intentar-se planejá-los, impõe antever, conhecer. Ora, o poder se exerce sobre mundos (sempre) distantes, distantes e desconhecidos, imprevisíveis; pessoas e coisas sempre distantes (mesmo a pequena distância). Assim, tornar esses mundos conhecidos, para então conseguir pensá-los, e, pensando-os, governá-los, conforma exatamente a equação política dos governos dos Estados. Saber, como visto, tornando próximo o distante, presente o ausente, conhecido o desconhecido; saber para poder.

Isso terá, por longo tempo, a marca dos amadores, entre eles, não raros sábios, mas sempre amadores (de certo modo, intuitivos). Assim será até que se possa contar com as ciências atuantes em organizações especializadas, como as bibliotecas, os laboratórios, enfim, os centros de cálculo. Métodos são desenvolvidos e são consolidados; saem de cena os amadores, ainda que sábios, e entram os pesquisadores.

Ao longo do tempo, sem descanso, sem esmorecimento, aventureiros e curiosos, amadores e sábios, alcançando-se os pesquisadores, irão empenhar-se verdadeiramente para tornar o mundo móvel, transportando-o estavelmente; pouco a pouco, supera-se o intuitivo, o sugestivo, passando-se ao científico. Pessoas (e suas coisas) nos mundos distantes serão selecionadas e observadas e registradas, sendo assim tornadas visíveis em alguns aspectos essenciais (previamente escolhidos). Além de observar e registrar, é preciso transportar com estabilidade (sem prejuízo de significação) o observado e o registrado; transporta-se, dessa forma, parte dos mundos a pontos distantes.

Primeiro, realiza-se uma redução do mundo, privando-se de sua exuberância, e se empobrece a realidade; depois, juntados diversos extratos de vários mundos, de modo contínuo e sistemático, alcança-se um conhecimento inobservável nas realidades, quando vistas em suas dimensões primitivas e nativas. Agora, pela ação das instituições especializadas (centros de cálculo, segundo Bruno Latour), promove-se uma ampliação dos mundos distantes antes reduzidos; um exemplo, simples e completo, é o da borboleta retirada do seu habitat natural, o que lhe tira a exuberância, mas que, quando posta num quadro de borboletas, ganha a potência da classificação, o que a faz mais e melhor conhecida, e permite melhor vê-la numa segunda visita ao seu habitat natural.

Reduzir para ampliar. Extrai-se, elabora-se, distribuem-se informações, mais e mais, com tempo, através de métodos refinados. A cada instante, em laboriosos processos de trabalho, cientificamente explicáveis e defensáveis, as informações geradas querem-se capazes de se transformarem em conhecimentos. Tudo se inicia com inscrições simplificadas, conforme as necessidades, segundo orientações científicas; depois, passa-se aos centros de cálculo (gabinetes, escritórios, laboratórios; comissões, comitês) onde são combinadas e comparadas, configurando inscrições superiores, mais e mais refinadas e sofisticadas. Aparecem nos relatórios, nos artigos, nos livros, tendo a forma de textos, de desenhos, de imagens, de tabelas, de gráficos, de mapas, dentre outras, conforme as circunstâncias². Ao cabo desse ciclo, informações potentes e robustas oferecem-se aos conhecimentos necessários ao exercício atento do poder. Têm-se os saberes desejados e desejáveis; sabe-se, pensa-se, governa-se.

Essas ações produzirão inúmeras coleções sobre os mundos distantes. Por exemplo, os animais nos zoológicos, as plantas nos hortos e jardins botânicos (jardins de aclimação), os animais empalhados e as plantas desidratadas nos museus naturais, enfim, artefatos diversos em museus variados e temáticos³. Pois, par a par com esse conhecer da natureza, buscou-se conhecer os territórios e as populações, suas riquezas e seus recursos, tudo todos trazidos do distante, sob métodos intensos, através das estatísticas, postas em tabelas, em gráficos, em cartogramas, como suas linguagens de representação. Por tudo isso, consegue-se conhecer os diversos e variados mundos, permitindo pensá-los e governá-los. Governar, valerá marcar, é controlar, monitorar, fiscalizar, ordenar; vigia-se, regula-se, disciplina-se; norteiam-se as condutas. Para tanto é preciso informação e conhecimento, é preciso saber.

² Mais cedo ou mais tarde, as informações e os conhecimentos serão de ordem a simular-se as realidades; por exemplo, simulam-se as forças das ondas e das marés com vistas a edificar-se barreiras, sem que seja preciso, o que seria absurdo, fazer experimentações na realidade. Sondas serão criadas, capazes de colher amostras, fazer análises e transmitir informações; o que o homem devia fazer, ao vivo e a cores, agora uma máquina feita pelo homem, faz por ele. No caso das estatísticas, tanto aumenta a informação e o conhecimento sobre as populações que se torna possível projetar seu futuro.

³ Nesse contexto também se enquadram os gabinetes de curiosidades e ainda os gabinetes de horrores, tão comuns ao longo dos séculos. Hoje, doutra forma, não se olvide os museus de cera, como exemplo também dessa exposição coletiva de aspectos dos mundos distantes.

No caso do Brasil, veja-se a carta de Pero Vaz de Caminha, escrivão da frota de Pedro Álvares Cabral, como a inscrição de primeira ordem sobre o território, a população, as riquezas, os recursos. É pouco, é frágil, mas é então o possível. Depois, não tardará, virão os diários das expedições de reconhecimento: Américo Vespúcio, Gonçalo Coelho, Martim Afonso de Souza, entre outros. Agora já haverá esboços da costa e eventuais vislumbres interioranos. Virão depois os governantes (Tomé de Souza, Duarte da Costa e Mem de Sá serão os primeiros), os missionários (Manoel da Nobrega e José de Anchieta entre os primeiros); haverá os bandeirantes (Fernão Dias, Raposo Tavares, Borba Gato, entre outros); virão os invasores (franceses, espanhóis, holandeses); todos, uns mais outros menos, usarão e buscarão informações e conhecimentos. Em níveis distintos, não importa, farão registros, escreverão narrativas, cuidarão de desenhar e cartografar, tudo indo para Lisboa, Madri, Paris, Nápoles, Gênova, Florença, Amsterdã e Antuérpia; além desses escritos, farão circular alhures, mundo afora, espécimens animais e vegetais (inclusive nativos índios).

Virá o tempo dos sábios viajantes: entre os ingleses: Thomas Lindsey, John Mawe, John Luccock, Henry Koster, Richard Burton; entre os alemães e austríacos: o príncipe Maximiliano da família Habsburgo⁴, von Spix e von Martius (ambos na Missão Austríaca que veio com a princesa Leopoldina, futura primeira imperatriz); depois será a vez dos franceses: Rugendas, Debret, Saint-Hilaire (todos na Missão Francesa promovida pelo Príncipe Regente); dentre muitos outros⁵. Todos deixarão registros refinados, que não nos deixa jamais de encantar; escreverão narrativas, farão desenhos admiráveis, fixando costumes, tipos, plantas e animais, farão registros cartográficos. As informações darão aos governantes maior e melhor conhecimentos sobre o país, onde, em 1808, se instalará a sede da monarquia portuguesa. E dará aos europeus melhores condições de visitarem o país, estabelecendo negócios vários

Com a chegada do Príncipe Regente, futuro D. João VI, o Brasil, em especial a cidade do Rio de Janeiro, ganha fumos de centro. O Jardim Botânico é criado, missões artísticas e culturais são promovidas, trazendo a iluminação das civilizações; biblioteca e escolas de artes e ofícios, imprensa e museus serão criados. Passa o tempo, e com o país tornado independente, desde 1822, sob a influência da Imperatriz Leopoldina, coleções de história natural são feitas, florestas são refeitas, expedições são promovidas (novos sábios, alguns nacionais). Vemos mais, sabemos muito mais. Mesmo assim, o país é muito grande e ainda demorará bastante tempo até saber-se o necessário; da população, por exemplo, têm-se números estimados, sempre parciais, localizados, frágeis e erráticos, fruto

⁴ O príncipe Maximiliano (1832-1867) era primo do Imperador D. Pedro II. Foi Imperador do México (1864-1867) na frustrada tentativa francesa de ali instalar uma monarquia.

⁵ Infelizmente as autoridades portuguesas não autorizaram a entrada no país do maior de todos os sábios, Alexander von Humboldt, que tentou nos visitar em 1800.

de amadores, os autores de incríveis corografias (sem olvidar a tradição portuguesa das enumerações censitárias); só mais tarde, cinqüenta anos após a independência, em 1872, é que virá a maturidade institucional. Iniciada tardiamente, contudo, a elaboração das estatísticas não perderá o caminho inexorável do progresso.

A natureza das estatísticas

As estatísticas, valerá realçar, configuram coletividades organizadas, servindo aos governos nas suas ações diretas e indiretas. As estatísticas revestem-se de distinção pelo caráter objetivo que recebem dos números. Na verdade, construções que são, as estatísticas não expressam objetividade, mas sim objetivação (objetividade objetivada). Como seja, sendo bem feitas, no amparo das ciências, têm enorme potência; servem à maravilha aos governantes, em suas argumentações.

No seio desses coletivos organizados, as individualidades, variadas e múltiplas, naturalmente ingovernáveis e incontroláveis, tornam-se individualizações, configurando identidades realçadas no interior dos grupos sociais, dessa forma, tornam-se governáveis e controláveis. Como tudo na ciência e na pesquisa (naturais e sociais), as estatísticas são mensurações construídas das realidades, e isso não lhes tira o caráter objetivo, justo o que lhes empresta especial relevância e importância.

Dito doutra forma, as estatísticas configuram aglomerados previamente organizados, expressando-os na linguagem dos números, que se quer, na tradição científica ocidental, objetiva e universal. Em seu processo produtivo, agregam-se (superam-se) registros ou anotações ou inscrições individuais (relativo a um ser, objeto ou situação; relativo àquilo que é único); tomam-se e agregam-se os aspectos observáveis e registráveis (o que for passível de mobilidade com estabilidade) das individualidades, e, ao agrupá-los, passa-se a pensar e a dizer do todo (do conjunto, do coletivo) e não mais das partes. Ora, tenha-se presente que essas partes, por serem diferentes, heterogêneas, não são agregáveis, em si mesmas, a menos que se lhes atribua, que se lhes marque algum aspecto comum, por meio de algum princípio de equivalência; dessa forma, serão observados e registrados os aspectos individuais que previamente configuraram os aglomerados organizados⁶.

Embora num primeiro instante reduza-se e diminua-se a realidade, perdendo-se a exuberância das individualidades, num segundo instante se a amplifica; se é fato que se perde a riqueza das unidades também é verdade que se ganha a riqueza do coletivo; as estatísticas, valerá observar, tem uma dupla força: sintática (como signo, números que são) e semântica (com o sentido da

⁶ Que fique claro: só se mensura o mensurável (como diria o encantador conselheiro Acácio, figura distinta da galeria queirosiana); ou, diríamos, "c'est la verité de La Palice"

construção científica). As coletividades estatísticas, com suas individualizações (individualidades individualizadas), atendem em especial aos governantes, que não governam individualidades, pura e simplesmente, mas sim individualidades coletivizadas. Saber vital!

Não por acaso, assim sendo, as estatísticas são entendidas como tecnologias de distância, encaixando-se à maravilha como tecnologia de governo e de poder. Pessoas e coisas distantes são trazidas à presença dos decisores (às suas mesas) na forma de algumas tabelas e de alguns gráficos, quiçá, sempre que possível, na forma de mapas (cartogramas). Por exemplo, toda uma população, em sua complexidade, nos é revelada por inteiro (em aspectos seletivos) em poucas folhas de papel (o mundo real se faz um mundo de papel!), de modo a permitir que ações sejam promovidas e estimuladas, que decisões sejam tomadas. Pelas estatísticas, por sua objetividade, fazem-se discursos de verdade! Mais e mais, os discursos perdem as letras, e ganham os números.

Sob essa visão, seja ao promover ações, seja ao estimular ações, o poder é visto como a ação de uns sobre outros, sendo exercido sobre pessoas livres, sem sujeitá-las, o que seria violência, e tendo-se o cuidado de preservá-las em suas liberdades. Pois, as estatísticas, ao eliminarem as individualidades e ao promoverem as individualizações, no interior de coletivos estruturados previamente, o fazem sem imposição, deixando aos indivíduos a liberdade de não aceitarem as sugeridas comparações. Contudo, como bem dito por *Ian Hacking*, as estatísticas afetam tanto a forma como vemos nossa sociedade, quanto a forma como vemos nossos vizinhos; as estatísticas transformaram profundamente “o que desejamos fazer, quem tentamos ser, e o que pensamos sobre nós mesmos” (1995, p. 3). Nos vemos nos outros, através dos coletivos estatísticos; com força, os números integram nossos cotidianos (nossos inconscientes).

Por muito tempo, a elaboração das estatísticas fundou-se nas informações individuais existentes nos antigos registros administrativos; esse longo tempo marca uma produção pautada num contexto técnico-político, com conotação fortemente administrativa, algo burocrática. Uma produção pautada num contexto técnico-científico tem início só há pouco tempo, cinquenta anos, quanto muito; enfim, são recentes os registros estatísticos, a outra fonte fundadora das estatísticas.

Os registros com finalidade administrativa eram abundantes, criados na esteira da formação dos Estados Nacionais; como visto antes, os Estados inscrevem os estados, para efeito de se inscreverem; o exemplo mais acabado são os registros ditos civis (nascimento, falecimento, casamento), devidamente laicizados. Mesmo os censos, de antiga origem, tinham um caráter de registro administrativo, inscrevendo as famílias, seus membros e seus bens, tudo para efeito de tributação e de conscrição.

Diante dos Estados Nacionais, poderosos, tendo a posse legítima da violência, as informações eram obtidas e anotadas, os registros elaborados. No início, a prática é obrigatória, sem espaço de negações. Vencidos os primeiros instantes, pouco a pouco, os indivíduos percebem a importância de estarem inscritos, tornando-se cidadãos, e até passam a revelar-se voluntária e, fator relevante, corretamente. Em suma, alguns registros seguem sendo feitos por obrigação, outros tornaram-se voluntários; ademais, obrigatórios ou voluntários, com o tempo, a cada registro se definirá limites nos seus usos, vale dizer, se lhes aditará algum sigilo. Nada disso se fará de modo linear, e simples, pacífico; ao contrário, haverá idas e vindas, haverá lutas, e ainda as há, hoje em dia; haverá avanços e recuos, encontros e desencontros.

Registros em profusão são pensados e impostos. Deles derivam-se números, as estatísticas; por muito tempo, nesse fazer, terá realce sua natureza administrativa, seu caráter contábil. Virão as antigas enquêtes, tão caras a Jean-Baptiste Colbert, ao tempo de Luís XIV, algo como censos nacionais com conteúdos limitados, ou, as sondagens, tão caras a Frédéric Le Play ao tempo do Napoleão III, algo como censos locais com intensos conteúdos. Avanços na plêiade de registros; afora censos (na origem e por longo tempo, tendo natureza administrativa e sendo de caráter contábil). Tradicionais ou inovadores, aos registros se associava a potência dos Estados, sendo atendidos pelos indivíduos geralmente por obrigação.

Esses registros foram, por longo tempo, a fonte principal das informações individuais para elaboração das estatísticas. Esses novos olhares, alheios à origem dos registros, devem atentar zelosamente pelos limites associados às informações individuais. Os técnicos envolvidos, geralmente servidores públicos, dada a razão inicial desses registros, devem agir com zelo, algo que pode levar à noção de ética. Pois a idéia de zelo (estando implícita, talvez, a noção de ética) está posta nos debates dos Congressos Internacionais de Estatística, havidos no século XIX, em suas nove reuniões plenárias, sobretudo na sétima delas, havida em Haia, em 1869, quando se advoga que aos governos competiria promover a capacitação e assegurar o extremo zelo dos empregados das instituições nacionais de estatística, cujas criações e existências são, então, laboriosamente defendidas e definidas; são vitais, em suas resoluções.

Pois, ao longo do século XIX, as estatísticas ganham visibilidade, na esteira, não mais da formação (pura e simples) dos Estados Nacionais, mas sim da sua sofisticação instrumental, que, mais e mais, se quer racional, no amparo das ciências. Com o passar do tempo, chegando à segunda metade do século XX, ontem, a bem dizer, as instituições estatísticas nacionais, públicas e oficiais (as primeiras originadas no século XIX), se consolidam e se transformam em instituições de pesquisa, tanto quanto possível científicas. A demanda cresce, em resposta ao planejamento nacional, de um lado, e, de outro, a oferta pode agora crescer, como nunca, com a criação dos registros estatísticos através das pesquisas

amostrais; ademais, a oferta se estrutura fortemente através da contabilidade nacional, que também a articula com a demanda (num papel intrínseco de coordenação). A trajetória acanhada de criação dos registros estatísticos se sofisticava e se diversificava; as técnicas de amostragem amadurecem e são assimiladas pelas instituições estatísticas; os registros estatísticos, feitos sob métodos refinados e rigorosos, ganham o cenário (já os registros administrativos, perdem o estrelato, retirando-se aos bastidores; passam a segundo plano).

As realidades complexas, a serem percebidas e apreendidas, implicam a demanda de melhores estatísticas, o que motiva a admissão de diferentes profissionais: economistas, sociólogos, demógrafos, entre outros. Esses profissionais, até então ausentes das instituições estatísticas, passam a atuar par a par com os estatísticos que, ainda que, de uma forma ou de outra, foram sempre presentes, com as técnicas amostrais exigidas ganham distinta visibilidade. Pouco a pouco, num certo amálgama de formações, configurou-se um profissional específico à elaboração das estatísticas, os chamados *estaticistas* (em termo ainda não consagrado).

Logo, com novas noções-chave, além da noção de crescimento econômico (desenvolvimento econômico, desenvolvimento econômico e social, desenvolvimento sustentável, entre outras) cresce a demanda por registros estatísticos; os *estaticistas* pontificam. A elaboração das estatísticas passa a ser feita num contexto técnico-científico, não mais no contexto técnico-político.

As estatísticas brasileiras (periodização)

Na história das estatísticas brasileiras, cobrindo 180 anos da história nacional, no período 1822 a 2002, podemos identificar, grosso modo, dois grandes tempos:

- 1822 a 1972, em processo de produção fortemente técnico-administrativo;
- 1972 a 2002, em processo de produção fortemente técnico-científico;

O primeiro grande tempo acima, com 150 anos, não terá caráter monolítico, dessa forma, comportando subdivisões:

- 1822-c.1889: o tempo do Império, quando as estatísticas são desejadas, e tidas como desejáveis [Estatísticas desejadas];
- c.1889-c.1936: o tempo da primeira República, até a criação do IBGE, quando é legislada a elaboração das estatísticas [Estatísticas legalizadas];

- c.1936-c.1972: o tempo inicial de atuação do IBGE, fortemente coordenador da atividade estatística [Estatísticas organizadas].

Junto ao IBGE, tendo-o como cérebro, emerge o Sistema Estatístico Nacional (SEN). Em sua fase inicial (terceira subdivisão), o Sistema será centralizado, do órgão central saindo padrões e normas, mas as práticas cotidianas de produção / disseminação serão marcadamente descentralizadas. Na fase que segue, o IBGE se torna um forte produtor (pautado nas ciências e em modernos processos de pesquisa; donde o nome dado: Estatísticas formalizadas), e a coordenação é relegada a segundo plano; assim, o Sistema torna-se totalmente centralizado, na normalização e na produção / centralização (o que o tempo presente começa a discutir e a desafiar).

Pequena conclusão

Pois, tendo em mente essa concepção da informação estatística como forma de saber e como fonte de poder, o trabalho de elaboração começou em final de 2003, no Centro de Documentação e Disseminação de Informações, do IBGE, resultando na coleção "*História das Estatísticas Brasileiras*"⁷, cobrindo o período 1822-2002. Mostra-se, em detalhes, o progresso da atividade estatística brasileira, com realce às instituições estatísticas, e se o fez, todo o tempo, em íntima associação à história do próprio país.

Ao final de 2007, quatro grandes volumes foram concluídos: vol. I – *Estatísticas Desejadas: 1822-c. 1889*; vol. II – *Estatísticas Legalizadas: c. 1889-c. 1936*; vol. III – *Estatísticas Organizadas: c. 1936-c. 1972*; vol. IV – *Estatísticas Formalizadas: c. 1972-2002*. Em edições luxuosas, ricamente ilustradas, o primeiro e o segundo volumes saíram em 2006, o terceiro em 2008 e o quarto (e último) em 2009.

Esses volumes tiveram boa recepção acadêmica (já integrando bibliografias de vários cursos de mestrado e de doutorado, em várias áreas) a começar pelo expresso nos prefácios aos volumes, sempre feitos por pessoas externas. Pois no prefácio ao volume IV, Gilberto Hochman (doutor em ciência política, e pesquisador titular da Casa de Oswaldo Cruz, da Fundação Oswaldo Cruz), afiança em especial:

Mais do que uma narrativa da trajetória do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e suas sete décadas de existência, é uma história dos desafios e percalços para se construir mecanismos e organizações públicas capazes de apreender, mapear, interpretar e, até mesmo, planejar o Brasil de modo contínuo e sistemático. Porém, ainda que o IBGE não tenha o monopólio dessa atividade, nem mesmo o Estado

⁷ Um título talvez mais próprio ao conteúdo fosse "*História da atividade estatística brasileira*" ou ainda "*História das instituições estatísticas brasileiras*" (neste caso, tendo em mente a noção concreta e também abstrata de instituições, como quer Douglas North).

brasileiro o possui por completo, é essa instituição criada em 1936 que sintetiza, opera e coordena, a transformação e a modernização dos aparatos e técnicas de registrar e conhecer o país. [...] A partir da década de 1990 emergiu uma prolifera e profícua produção sobre espaços de ciência no Brasil na qual o IBGE, ou mesmo a estatística, não foi contemplada. A história da ciência institucionalmente organizada no Brasil, mais preocupada com a medicina, a física, a biologia, a matemática e as ciências humanas, não atentou para outras ciências e instituições que estiveram no centro da construção simbólica e material do Brasil. Até a iniciativa dessa história das estatísticas brasileiras, o IBGE e os esforços precedentes não faziam parte de uma agenda mais ampla de pesquisa e reflexão. O diálogo entre estatísticos e historiadores, para uma história da estatística e de suas instituições em nosso país, tem sido provocado pelos primeiros, em particular por aqueles que empreenderam essa história das estatísticas no Brasil. É dos autores desta coleção que partiu a iniciativa do diálogo com a história, e que deve ser travado também com o campo da história das ciências.

Enfim, pelo tamanho que assumiram, face às minúcias reveladas, tornaram-se “obras de referência”, para consulta em bibliotecas, antes que obras de leitura corrente. Então, para suprir essa função, elaborou-se uma síntese dos quatro livros: “*Uma Breve História das Estatísticas Brasileiras: 1822-2002*”, saída em 2009 (em 480 páginas, mais ou menos); com este esforço, procurou-se alcançar um público culto geral. Quis-se fazer uma obra de leitura corrente, do início ao fim; quem a ler terá melhor percepção do momento presente, e saberá melhor se dirigir ao futuro.

O critério que orientou esta síntese foi, obviamente, o da omissão de detalhes, fixando atenção numa grande trajetória, algo como estar circulando numa auto-estrada, sem atentar para as saídas possíveis, em suas laterais. Perdeu-se, aqui e ali, pontos curiosos e valiosos, mas, em contraparte, ganhou-se pela viagem segura e rápida, alcançando o destino final. Na verdade, perde-se em termos, pois que, ao leitor aguçado em interesse, restará sempre uma visita aos volumes da coleção, aí sim se deliciando com informações pormenorizadas; e é fácil fazer essa visita, pois as seções desta síntese são quase sempre os capítulos dos volumes. Nessa linha, para tornar a leitura ainda mais leve, optamos por não fazer referências na formatação acadêmica, dentro do texto, nem mesmo utilizar rodapés; todas as citações foram postas ao final do livro, e nelas estão as referências bibliográficas, que não são feitas em destaque.

Posto ser uma síntese, nem por isso deixa de oferecer novidades, já que foi possível, como fruto do avanço do conhecimento, introduzir correções, fazer alterações na argumentação, ora de ordem, ora de visão mesmo, afora refinar o estilo e trazer melhor precisão na linguagem. Apagamos, para ficar na essência, o fizemos, ora com dores no peito, pela perda desta ou daquela minúcia que nos encanta, ora com prazer, a subtrair o supérfluo, a corrigir o errado. Foi uma tarefa exigente, difícil mesmo, a cobrar muita reflexão, muito sopesar dos ganhos e das perdas.

Referências diretas no texto:

BRAUDEL, Fernand, *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII. Vol 1: As estruturas do cotidiano*. São Paulo: Martins Fontes, 1996

FOUCAULT, Michel, *La governamentalité*. In: *Dits et écrits: 1954-1988. Vol. 3: 1976-1979*. Paris: Éditions Gallimard, 1994. P. 635-657.

FOUCAULT, Michel. *Omnes et singulatin: vers une critique de la raison politique*. In: *Dits et écrits: 1954-1988. Vol. 4: 1980-1988*. Paris: Éditions Gallimard, 1994. P. 134-161.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.

HACKING, Ian. *The taming of chance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

LATOUR, Bruno. *Ciência em ação*. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

LATOUR, Bruno. *Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções*. In: BARATIN, M; JACOB, C. (orgs.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000, p. 21-44.

SENRA, Nelson. *O saber e o poder das estatísticas. Uma história das relações dos Estaticistas com os Estados e as Ciências*. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.⁸

⁸ Neste livro, o autor dialoga com Paul Starr, Oskar Morgenstern, Michel Foucault, Bruno Latour, Theodore Porter, Ian Hacking, Peter Miller, Nikolas Rose, Alain Desrosières, Anthony Giddens, Norman Bradburn, Olivier Martin, Ivan Fellegi, Simon Schwartzman, cujas obras podem e devem ser vistas como referências bibliográficas indiretas deste texto.

6

Historiografia de um objeto multifacetado

Alexandre de Paiva Rio Camargo

Resumo

Este artigo tem como propósito discutir de modo panorâmico a presença das estatísticas na historiografia do pós-guerra. A investigação tem como ponto de partida o lento processo de construção das estatísticas como objeto de estudo. Em um movimento de crescente questionamento sobre o estatuto científico das pesquisas quantitativas, os anos 1970 e 1980 assistem a uma virada epistemológica em relação às estatísticas, aqui analisada. O primeiro instante será marcado pelo radicalismo crítico sobre as possibilidades de cognição das estatísticas, acusadas de descartar as experiências sociais e a dinâmica das representações. O segundo momento, ao contrário, consagrará sua relevância singular, assumindo extremo interesse os procedimentos estatísticos de objetivação da realidade e a força normativa / prescritiva de seu caráter oficial. Na esteira dessa abordagem, o artigo ainda pretende realçar duas grandes frentes de investigação renovadas pela incorporação analítica das estatísticas: a construção dos Estados nacionais através de sua administração pública (na vertente da história sócio-política) e as representações coletivas como espaço de disputas sociais (na vertente da história sócio-cultural). Nos dois casos, valorizam-se as especificidades que pautam os países americanos, arriscando-se algumas comparações.

Como escrever a história das estatísticas? A pergunta mostra relevância quando temos em mente que há duas grandes formas de abordá-las, conforme o fim seja o de *utilizá-las* ou *compreendê-las*. No primeiro caso as estatísticas são tomadas como meio de análise, e seu valor reside em supô-las instrumentos abrangentes e confiáveis de informação sobre os coletivos sociais. A disponibilidade

de informações seguras fundamenta as interpretações sobre os processos históricos, como, por exemplo, o funcionamento do sistema eleitoral de uma sociedade em certo momento, em pontos como participação eleitoral, expectativas populares ou estabilidade das instituições políticas. A utilização dessas informações permite verificar e subsidiar hipóteses de pesquisa, expediente científico fundamental, que se torna mais difícil e teorizante (menos consistente) quando não é possível encontrar dados estatísticos para um determinado tema ou período¹.

Tomando essas informações primárias como meio de análise, a demografia histórica nos legou uma primeira concepção histórica das estatísticas. Para estabelecer o recorte das temporalidades, o critério adotado foi o de qualidade e regularidade na oferta das fontes estatísticas. O trabalho clássico nessa direção foi o de Louis Henry², que classifica os registros demográficos segundo os períodos pré-estatístico, proto-estatístico e estatístico propriamente dito, correspondendo o primeiro à ausência de fontes quantificáveis para o estudo da população (Antiguidade e Idade Média); o segundo ao Antigo Regime e suas listas nominativas, contagens parciais e mapas de população; o terceiro inaugurado pelo primeiro censo nacional, o que na maioria dos países ocidentais ocorre ao longo do século XIX.

Essa classificação tinha por fim indicar os períodos em que os diagnósticos sobre a economia e a sociedade poderiam ser conhecidos na longa duração e apontar aqueles onde tal não seria possível, resultando as proposições desta ordem mais “falseáveis”, na acepção de Karl Popper, então bastante prestigiada. Esta visão comungava de um pressuposto em voga nos anos 1950 e 1960, que via na ausência de fontes quantificáveis o fator limitador por excelência sobre o conhecimento das sociedades humanas.

Através do método de “reconstituição familiar”, desenvolvido por Henry, os historiadores puderam vincular registros de casamentos, nascimentos e falecimentos para analisar o comportamento demográfico familiar, em diferentes recortes espaço-temporais. Assim, em *Beauvais et les beauvaisis*, Pierre Goubert mostrou as relações entre a elevação nos preços dos gêneros e as oscilações nas taxas de mortalidade e natalidade, revelando a tendência do campesinato francês do século XVII em adiar seus casamentos, de maneira a diminuir o número de anos dedicado pelas esposas à criação dos filhos. Interessando-se pelos ciclos de crise e expansão, de fluxo e refluxo populacional, a história quantitativa propiciou a utilização de dados bastante homogêneos por meio do computador, arrolando-os em séries de longa duração e medindo as flutuações na escala de sua própria temporalidade. Além de Goubert, historiadores como Robert Mousnier, Pierre

¹ Para uma análise mais detalhada sobre o assunto, cf. “Estatísticas brasileiras: importância nos estudos sociais e na demografia histórica”, artigo que integra esta publicação.

² Trata-se do célebre livro *Des registres paroissiaux à l’histoire de la population. Manuel de dépouillement et de l’exploitation de l’état civil ancien*, escrito em parceria com Michel Fleury, em 1956.

Chaunu e Emanuel Le Roy Ladurie foram grandes nomes da “história serial”, que teve em Ernst Labrousse o seu maior expoente.

As duas décadas posteriores trariam uma importante virada epistemológica. Com a contribuição de autores como Michel Foucault, os anos 1970 assistiram à fragilização dos grandes sistemas explicativos com aspirações totalizantes. A ciência passa a ser problematizada como instância de consagração dos discursos autorizados sobre a realidade, que produzem efeitos de poder sobre relações sociais muito mais amplas. No lugar da autonomia e da universalidade que ainda marcavam a abordagem da ciência, teremos “formações discursivas” que variam segundo “regimes de verdade”. Para os muitos autores influenciados por Foucault, o fundamento da prova científica torna-se o mecanismo de autenticidade que explica a hegemonia da ciência como forma de saber.

Esse “irracionalismo científico” inspirou profundas revisões no pensamento social, cedendo espaço a posturas bem menos céticas, nos anos 1970 e, sobretudo, na década seguinte. Historiadores como Carlo Ginzburg e Giovanni Levi reintroduziram a subjetividade na (micro) história, perdida em meio às causalidades estruturais da história serial. Estes autores buscaram resgatar a importância do acontecimento e do “tempo vivido” na explicação da mudança social, empregando um modelo de ação e conflito do comportamento do homem, capaz de integrar sua autonomia relativa às limitações dos sistemas normativos, prescritivos e opressivos (LEVI, 1992, p. 135). Ginzburg acusou a história quantitativa das mentalidades de ser excessivamente elitista. Sob o signo do “anonimato do número”, tais estudos desprezariam as tensões sociais que envolvem a construção do sentido, assumido de modo unívoco nas categorizações das séries estatísticas históricas. Para o italiano, a redução da escala de investigação colocava a exigência de se repensar os dados homogêneos, convidando-nos ao universo das práticas e mediações culturais³.

Já nas ciências sociais, autores como Harold Garfinkel e Aaron Cicourel, amparando-se em Max Weber e Alfred Schultz, desempenharam papel decisivo na formalização do método qualitativo. Deslocando a noção de objetividade imanente ao real, estes autores se interessaram pela experiência de objetividade dos atores sociais, capaz de valorizar a diversidade dos *pontos de vista*. As atividades reiteradas da vida cotidiana passam a ser valorizadas como plataforma em que

³ Ao tratar do problema do livro e da leitura, afirma Ginzburg: “as pesquisas quantitativas partem do pressuposto de que não só os textos, como até mesmo os títulos, fornecem dados inequívocos. Ora, isso se torna cada vez menos verdade, quanto mais o nível dos leitores diminui. Na história quantitativa das idéias, os almanaques, canções, livros de piedade, vida de santos, tudo o que constituía o vasto material da produção livreira, a nós surgem como estáticos, inertes, sempre iguais a si mesmos. Mas como eram lidos pelo público de uma dada época? Em que medida a cultura predominantemente oral daqueles leitores interferia na fruição do texto, modificando-o, remodelando-o, chegando mesmo a alterar sua natureza? (...) [As referências culturais] nos permitem medir a defasagem entre os textos da literatura ‘popular’ e o modo como eram lidos por camponeses e artesãos. (...) apenas a consciência da variabilidade, histórica e social, da figura do leitor poderá fornecer de maneira efetiva as premissas de uma história das idéias também *qualitativamente* diversa” (GINZBURG, 2002, p. 27).

se constrói a objetividade dos fatos sociais⁴. Amparados em tais referências, alguns pesquisadores ditos “qualitativistas”, certamente sem compreender adequadamente aqueles mestres, desdenharam da visão binária das estatísticas. Protestaram contra a identificação da imagem (construída por equivalências entre propriedades) ao objeto mensurado. Alegaram que a tipificação é um *constructo* variável segundo o objeto eleito pelo pesquisador, e não um *a priori* dos processos de pesquisa, como supõem as seriações estatísticas.

O equívoco neste ceticismo cognitivo sobre as estatísticas reside em sua ignorância de que mesmo a contagem pressupõe uma definição sobre o *que* e *como* deve ser contado. Evidentemente, o estatístico não se limita a contar. Ele define ou retrabalha substratos teóricos e normativos, classificando segundo essas definições. Isso quer dizer que todo fenômeno é preliminarmente conceituado; ao ser escolhido elabora-se um esquema para analisá-lo. Sem se dar conta dos processos cognitivos que têm lugar na elaboração das estatísticas, os apóstolos do método qualitativo recaem no dualismo que tanto condenam. Nas palavras de Jean-Louis Besson:

O fetichismo estatístico nasce da confusão do índice com a realidade. Ele infecta não apenas os ‘quantitativistas’ mas também numerosos ‘qualitativistas’. Os primeiros acreditam; os segundos, não; os dois desconhecem as condições da produção estatística, o caráter normal e inevitável das convenções, das contingências, dos fluxos que a acompanham. Os primeiros não querem vê-las; os segundos, quando as percebem, fazem de tudo para rejeitar as estatísticas. Os dois dividem a mesma concepção absolutista do conhecimento (BESSON, 1995, p. 49).

Portanto, toda classificação estatística é, antes do mais, um ato de modelização, em um sentido bem próximo ao compreendido pelo ofício de antropólogos e sociólogos. Alguns destes últimos ao deplorar o caráter artificial da agregação estatística, acusam a redução das pessoas a unidades atomizadas, apreendidas em critérios puramente formais, ignorando os grupos sociais como uma realidade coletiva. Os estatísticos, por outro lado, pensam repousar em critérios unicamente objetivos, fazendo das médias um refúgio seguro e isolado de percepções subjetivas sobre pertencimentos sociais.

Alain Desrosières e Laurent Thévenot mostraram como resulta inteiramente falsa a oposição entre as *démarches* de estatísticos e sociólogos, quando prestamos atenção às suas operações elementares. Ambas exigem um elevado “investimento de forma”, necessário para construir equivalências no tempo e no espaço, tornando-as objetivas. Tanto a estatística quanto a sociologia se fundam em uma construção de dois níveis: 1) descarte inicial de particularidades inúteis e subjetividades meramente pessoais; 2) modelização a partir das unidades

⁴ Em seu *Studies in Ethnomethodology*, publicado originalmente em 1967, Garfinkel reivindica para a sociologia o estudo das propriedades formais das atividades cotidianas enquanto realização de organizações práticas. Isto é, as atitudes de senso comum são entendidas enquanto expediente dos membros de uma comunidade para tornar tais atividades visíveis, racionais e comunicáveis, sempre em função de razões práticas (GARFINKEL, 1984, p. VII-VIII).

elementares, o que transparece nas “categorias” do estatístico e nas “tendências coletivas” do sociólogo, ambas tomadas como *representações* - de conjuntos de indivíduos no primeiro caso, de comportamentos predominantes no segundo (DESROSIÈRES; THÉVENOT, 2000, p. 48-49).

Já podemos nos reencontrar com o início de nossa apresentação. Ao longo dos anos 1970 e 1980, o movimento de renovação das ciências sociais e da história implicou duas atitudes epistemológicas bem diferentes em relação à estatística. Se o primeiro momento foi marcado pela crítica à reificação binária promovida pela estatística, recusando-lhe possibilidades de cognição, o segundo será marcado por uma crescente consciência no cenário dos estudos sociais a respeito da modelização das operações estatísticas. As atenções, aos poucos, se voltam para seus procedimentos de objetivação, para suas relações reflexivas com o senso comum e para a individualização / normalização do social, através de suas relações com outras ciências e com os Estados.

A historicidade da ciência como forma de saber, já então consagrada em vários estudos (sobretudo na área de história da saúde), começa a despertar a atenção de alguns pesquisadores para os fatos e artefatos das instituições estatísticas. Aos poucos, percebe-se o fascínio de sua especificidade. Como outras ciências, as estatísticas constituem “atos de nomeação”, ou seja, moldam as percepções da realidade, estabelecendo princípios de valoração a partir dos quais o contingente torna-se necessário e naturalizado, o que serve de fundamento à dominação política. Vale invocar o arguto comentário de Pierre Bourdieu, a respeito das disposições de um instituto nacional de estatística:

produzindo as taxonomias oficiais, investidas de um valor quase jurídico (...), tende a fixar as hierarquias e, ao fazê-lo, a sancionar e a consagrar uma relação de forças entre os agentes a respeito de nomes de profissão e ofício, componente essencial da identidade social. A gestão dos nomes é um dos instrumentos de gestão da raridade material e os nomes de grupos – sobretudo de grupos profissionais – registram um estado das lutas e negociações a respeito das designações oficiais e das vantagens materiais e simbólicas que lhes estão associadas (BOURDIEU, 2005, p. 147-148).

Como indica o fragmento, as estatísticas se distinguem das demais ciências pela força normativa e prescritiva de seu caráter *oficial*, ao serem validadas pela ordem pública. Isto quer dizer que, ao lado dos substratos teóricos emanados de academias nacionais e associações científicas globais, as estatísticas sofrem uma poderosa mediação de outros atores. Governo, congresso, imprensa, opinião pública, partidos políticos e representantes corporativos determinam o escopo das informações demandadas e os parâmetros da análise, uma vez que a esfera pública convalida as estatísticas como fundamento de justificação das ações políticas e da redação legislativa.

Neste cenário, a pesquisa das comunidades profissionais e da cultura científica dos estatísticos, bem assim da organização institucional da atividade

estatística, logo ganharia grande relevância analítica, embora ainda permaneça restrita a poucos centros. Ao lado da abordagem das estatísticas como meio de análise, com o fim de *utilizá-las*, começou a despontar, a partir da década de 1980, sua abordagem como objeto de estudo, com o fim de *compreendê-las*⁵ – sem olvidar o notável pioneirismo da fabulosa coleção *Pour une histoire de statistique*, editada pelo INSEE a partir de 1976, em parceria com vários historiadores da terceira geração dos *Annales*.

De fato, a abordagem das estatísticas como objeto de estudo é uma chave de acesso para o olhar que a sociedade lança sobre si mesma em uma determinada temporalidade histórica. Isso porque as categorias estatísticas são formuladas a partir de representações relativamente cristalizadas, já que têm como bases o ordenamento jurídico e os substratos teóricos preferencialmente consensuais entre as comunidades científicas. Portanto, esta abordagem permite colocar em evidência a contingência das noções estatísticas, relacionando-as aos contextos que lhes dão significado.

A importância de levar os estudos sociais para os procedimentos de objetivação das informações estatísticas não reside na possibilidade de fazer uma dada sociedade do passado falar através destas informações, o que nos faria recair na velha concepção de que as estatísticas são um tipo de inscrição espontânea da realidade, sem qualquer mediação cognitiva. Ao contrário, a pesquisa histórica encontra todo seu interesse precisamente no *por que* e *como* a inscrição estatística constitui um fenômeno socialmente significativo e relevante, cuja utilização pelas ciências sociais é apenas um aspecto particular (MERLLIÉ, 1992, p. 130-131).

Por seu turno, a constituição da inscrição estatística como fenômeno socialmente valorizado não deve ser entendida em termos lineares ou universais, pois é sabido que variou segundo as experiências de cada país, suas dificuldades para implementar as recomendações das associações internacionais e para construir um sistema estatístico coordenado e eficiente. Mais ainda, para a diversificação das experiências nacionais concorreu o paradoxo fundamental da atividade estatística, apontado por Alain Desrosières: ter a seu cargo a construção quantitativa da identidade nacional, baseando-se para isso na objetividade de uma ciência de valor universal:

⁵ Paul Starr foi um dos primeiros autores a reivindicar a necessidade de uma sociologia dos sistemas estatísticos, entendendo-os como um sistema para a produção, distribuição e uso de informação numérica. Para ele, um sistema estatístico seria formado por dois tipos de estrutura: social e cognitiva. A primeira implica as relações sociais e econômicas entre aqueles que fornecem os dados primários, as agências estatais, as empresas privadas, órgãos profissionais e associações internacionais envolvidos ao longo do processo. A estrutura cognitiva, por sua vez, consiste no tratamento específico dispensado às informações, abrangendo a definição dos limites dos levantamentos a serem feitos, os pressupostos assumidos sobre a realidade social que informam o planejamento dos trabalhos, os sistemas de classificação, a escolha dos métodos utilizados na manipulação dos dados e as regras adotadas na interpretação e divulgação das informações (STARR, 1987, p. 8-9).

A unificação das linguagens, dos instrumentos de construção, de seus modos de apresentação, teve início na metade do século XIX, com cientistas e estatísticos oficiais, no quadro de organizações internacionais *ad hoc*. Por esse enfoque, uma linguagem universal de profissionais pode se desenvolver e pouco a pouco se difundir. Mas, por outro lado, os instrumentos de registro e de análise, assim parcialmente estandardizados, precisavam se adaptar e se aplicar a estruturas econômicas, sociais e administrativas diversas. A comparação dos sistemas estatísticos modernos revela, então, os efeitos opostos destas duas tendências: universalização de técnicas científicas, especificidades das tradições nacionais (DESROSIÈRES, 1995, p. 168 – grifo nosso).

Por esta razão, a estatística, enquanto “ciência do Estado” (na acepção da *statistik* alemã), assumiu papéis bem diferentes na burocracia administrativa dos Estados nacionais, destacando-se ora pela regulação institucional (como na distribuição da representação política e da carga tributária), em alguns países de tradição liberal / democrática (como Estados Unidos e Inglaterra); ora pela centralização política, em alguns países de tradição autoritária (como o Brasil).

Em sua história do censo norte-americano, Margo Anderson analisou o papel dos levantamentos populacionais na construção do Estado liberal e federalista. Como uma das principais engrenagens do sistema constitucional de pesos e contrapesos, o censo nasceu para regular as tensões entre os estados irmanados. A revelação numérica do país constituiu-se em árbitro superior, em autoridade objetiva e exterior das disputas políticas entre as unidades da federação, fixando seus direitos na mesma proporção de seus deveres fundamentais. Durante praticamente toda a República, a periodicidade decenal do censo vinculou o calendário eleitoral, reservando mais cadeiras parlamentares aos estados de maior população, na mesma razão em que estes também assumiam um maior ônus tributário. Desde 1790, a cada vinte anos o censo coincidiria com as eleições presidenciais. A composição do congresso, por sua vez, ocorreria no mesmo ano do censo de dez em dez anos (ANDERSON, 1988, p. 10-11). Assegurava-se, assim, a regularidade e a isonomia dos reajustes de poderes e encargos entre os estados⁶.

Por sua centralidade na regulação das instituições políticas, a União quase sempre logrou assegurar a lisura da realização censitária. Os estados, a classe política, os intelectuais e, logo, também órgãos de classe e grupos empresariais envolveram-se nas discussões sobre a fiscalização e as condições de realização das operações censitárias. Afinal, nos Estados Unidos, o censo desde cedo cumpriu uma

⁶ A disposição constitucional do censo como autoridade objetiva e exterior fez-se intensamente presente na construção do equilíbrio de forças entre os estados norte-americanos. A maior prova disso foi o critério estipulado para a contagem dos escravos no sul. Entre o primeiro levantamento nacional, de 1790, e a guerra de secessão, cada escravo foi recenseado como o equivalente a 3/5 de um norte-americano livre. O cálculo engenhoso, de veras arbitrário, ganhava sentido no pragmatismo das instituições, voltado à distribuição dos ganhos coletivos entre os estados irmanados, através da estabilização dos sistemas políticos e das interações sociais.

função pragmática de extrema relevância, concentrando a atenção de diferentes setores da sociedade. Proveu a normatividade da ordem pública, estimulou politicamente a explosão demográfica e o movimento de colonização do Oeste, além de convalidar o deslocamento do eixo econômico do país, ao sancionar a nova correlação de forças. Nos tensos anos que antecederam a guerra civil, escravagistas e abolicionistas, agraristas e industriais valeram-se das informações do censo de 1850 para sustentar seus projetos concorrentes de nação:

Embora o censo contivesse poucas informações sobre a escravidão em si, os usuários procuraram ampliar as comparações estatísticas que contribuíssem para reivindicar ou condenar a 'instituição peculiar'. Nem abolicionistas nem escravagistas podiam tirar as conclusões que lhes convinham com base nas informações sobre sexo, idade ou distribuição geográfica da população de escravos, o que jamais os impediu de tentar. O final da década de 1850 esteve repleto de defesas e ataques estatísticos à escravidão. Curiosamente, os estatísticos pouco fizeram para convencer os dois lados a mudar de posição, uma vez que um acusava o outro de distorcer os dados. Na verdade, ambos os partidos distorceram os dados (ANDERSON, 1988, p. 53 – tradução nossa).

Ao tempo da guerra civil, a legitimidade do censo como instrumento de governo permaneceu inabalável, remanescendo como uma das únicas instituições fora da disputa norte-sul, que envolveu duas concepções de sociedade frontalmente divergentes. Paradoxalmente, forneceu subsídios para a radicalização ideológica que culminou no enfrentamento armado. Nas décadas que seguiram à unificação nacional, o censo ajudaria a cicatrizar os traumas coletivos, congraçando os americanos em torno da genealogia de uma nação poderosa e previdente.

A experiência estatística dos Estados Unidos certamente é um caso limite e único, reservando para o censo um papel destacado no *check and balance*. Mesmo assim, observa-se uma poderosa influência deste modelo na formação das repúblicas latino-americanas, ainda que, na maioria das vezes, a periodicidade censitária e a função regulatória, sem contar com mecanismos políticos eficientes para sua realização, não tenham passado da letra da lei. No Estado oligárquico, que perdurou nestas nações ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do XX, as elites rurais recusaram a prerrogativa censitária de redivisão da representação política. Quando o processo de urbanização e interiorização de seus países se intensificou, seus representantes no parlamento lograram suspender os censos nacionais várias vezes, evitando (ou adiando), assim, as conseqüências políticas implicadas no deslocamento do eixo econômico de seus países.

Este foi o caso da Argentina, de tradição liberal, que consagrou a vinculação formal entre o levantamento populacional e a representação parlamentar no artigo 37 de sua Constituição. De acordo com Hernán Otero, este preceito legal causaria crescente preocupação entre as províncias do interior, que buscaram obstruir as propostas do Executivo, temerosas de perderem seu peso político

ante o avanço demográfico do litoral. Para agravar o quadro, muitos setores da opinião pública temiam que o aumento demográfico significasse incremento no número total de congressistas, trazendo como consequência o encarecimento da política sobre o erário público (OTERO, 2006, p. 197). Por esta razão, o segundo (1895) e o terceiro censo nacional (1914) foram resultados de uma larga e intensa negociação política no parlamento, que durou vários anos (OTERO, 2006, 201).

No Brasil, o modelo norte-americano inspirou o federalismo da república e uma série de preceitos da Constituição de 1891, dentre os quais o da decenalidade censitária, que até a criação do IBGE, em 1936, não se faria cumprir. Mesmo assim, o censo jamais foi concebido no marco da regulação institucional, o que lhe retirou boa parte de sua visibilidade pragmática junto às classes políticas e alguns setores privados, que tanto caracterizou a “Era do Entusiasmo” dos levantamentos, em países como os Estados Unidos e, em menor medida, a Argentina. Talvez por isso tenha havido no Brasil uma apatia acima da média geral acerca do desembolso público com as operações estatísticas. Além da precariedade da instituição responsável (a Diretoria Geral de Estatística), as iniciativas e os métodos adotados pelos primeiros três censos nacionais (1872, 1890, 1900), foram sempre descontínuos e assistemáticos, sem emergir sequer um nome capaz de harmonizar as ações, as reflexões e os resultados alcançados pela estatística. Até que o médico Bulhões Carvalho assumisse o comando da DGE, em 1907, o Brasil não conheceria qualquer tradição estatística, encontrando-se ainda limitado por obstáculos estruturais à realização dos censos.

Em 1907, e ainda alguns anos depois, vamos encontrar pelo menos três obstáculos estruturais às operações censitárias, já suavizados em outros países, como a Argentina: 1) a resistência da população à ação do Estado na esfera privada (por vezes violenta, como no caso da Revolta da Vacina, de 1904), que tendia a reconhecer na visita do recenseador uma violação de sua intimidade, razão pela qual muitos populares recusavam-se a prestar informações nos anos iniciais da República; 2) a federação exacerbada que caracterizou a República Oligárquica no Brasil (1889-1930), quase sempre incapaz de assegurar a centralidade administrativa da União em diferentes setores da ação pública, o que impedia que os estados enviassem seus registros administrativos (de alfândegas, escolas, tribunais, hospitais) no prazo estipulado pelas operações censitárias; 3) o altíssimo grau de analfabetismo (próximo de 90% no período em foco) e a precariedade da instrução primária, igualmente não planejada, o que comprometia não apenas o esclarecimento da população sobre a necessidade das estatísticas, mas também, o que era mais grave, o treinamento de pessoal e o preenchimento dos formulários. A configuração sócio-histórica da estatística brasileira terá neste quadro suas raízes fundamentais, como mostra o profundo anti-estadualismo da elite estatística que emerge na burocracia administrativa

do pós-1930, e sua intensa associação aos projetos nacionais que alvejavam a reforma do aparelho escolar durante o governo Vargas (1930-1945)⁷.

Estes aspectos sugerem que devemos estar atentos às especificidades dos países latino-americanos, organizados a partir da implantação de núcleos europeus em interação com povos indígenas, e outros grupos que se instalaram depois. Nestes Estados nacionais de formação tardia, a estatística e o conhecimento científico em geral devem ser pensados como uma das manifestações conjuntas da história própria desses países, no processo de elaboração de suas identidades culturais. Isso quer dizer que critérios formalistas de avaliação da ciência e tecnologia, como grau de formulação teórica e indicadores de produção, são pouco esclarecedores nestes casos, onde estiveram em jogo as contribuições dos trabalhos científicos para a formação destes Estados (HAMBURGUER *et alli*, 1996, p. 16-17).

Nos países latino-americanos, o desejo às estatísticas foi fixado, sobretudo, por sua função genealógica, como mediação simbólica da nação⁸. Os jovens Estados precisavam formular um discurso sobre a identidade nacional que consagrasse a dominação e o orgulho de suas elites nas matrizes culturais européias, e removesse o aviltante dilema étnico (servidão indígena e escravidão negra) como obstáculo ao progresso e à civilização. É extremamente interessante observar como a criação dos institutos histórico-geográficos e a padronização da escrita da história, exaltando personagens e acontecimentos como modelos de moralidade e nacionalidade, convergiram com os esforços de conhecimento sobre o território e sua população, durante o século XIX. Assim, os primeiros censos gerais seriam acompanhados de exaustivas descrições de aspectos físicos, como o

⁷ Neste particular, a liderança de Mario Augusto Teixeira de Freitas deve ser realçada. Tendo ingressado na Diretoria Geral de Estatística em 1908, sob a orientação de Bulhões Carvalho, promoveu numerosas pesquisas estatísticas, até então inéditas no país. Primeiro como delegado geral do censo nacional de 1920 em Minas Gerais, depois como chefe do departamento de estatística daquele estado, Teixeira de Freitas teve a oportunidade de aplicar sua eficiente fórmula de cooperação administrativa entre as esferas de governo, solucionando o problema que a liberdade dos estados da federação apresentava aos serviços estatísticos. Nesta fase inicial, lançou importantes trabalhos, entre eles o Anuário Estatístico do estado, o Anuário Demográfico e o Atlas Corográfico Municipal de Minas Gerais. Após a revolução de 1930, Freitas emergia nacionalmente como o grande organizador da atividade estatística, o que lhe credenciou a chefiar os serviços de estatística do ministério da Educação, e a moldar e dirigir o Instituto Nacional de Estatística (logo IBGE), criado em 1934 e instalado em 1936. Seria ainda presidente da então prestigiosa Associação Brasileira de Educação (1935-1938), fundador e dirigente da Associação Brasileira dos Municípios e da Revista Brasileira dos Municípios, iniciativas destinadas ao fortalecimento das políticas municipais como projeto de desenvolvimento alternativo para o país. Como se vê, Teixeira de Freitas foi o “nó górdio” da *zona de fronteira* entre estatística e educação naquele período, o principal formador e divulgador das políticas pedagógicas amparadas em estatísticas. O binômio “educar-povoar” (“povoar educando e educar colonizando”), presente em vários de seus escritos, resume seu pensamento pedagógico.

⁸ Como defende Elías Palti, quando as interpretações estatísticas integram ou pressupõem uma tarefa de filiação genealógica, tanto ao passado quanto ao futuro, os mecanismos discursivos que as fundamentam não podem ser derivados exclusivamente dos referentes empíricos. Nesta direção, o enfoque genealógico não se encontra inteiramente fundado em realidades objetivas, nem a lógica de seu discurso tem sustento perfeitamente racional (PALTÍ *apud* OTERO, p. 379). Acrescentaríamos que, ao menos para a experiência brasileira, a função genealógica dos levantamentos iniciais teve na questão racial um elemento central, dado o odioso passado colonial e escravista de abolição tardia, o presente sempre permeado pelas reflexões em torno das formas de socialização do negro e a promessa futura de harmonização racial através da miscigenação.

“meio” e a “raça”, que ajudavam a explicar o caráter nacional, do qual dependia a promessa de Estado potente e civilizado.

O caso brasileiro é bastante revelador da função assumida pela atividade estatística no cenário pós-colonial e sua “hibridização” com a história e a geografia. A gestação de uma mentalidade estatística neste país pode ser parcialmente apreendida pela criação de uma cadeira de “Economia Política, Estatística, e princípios de Direito Administrativo”, em 1863, tendo à frente José Maria da Silva Paranhos, futuro Visconde do Rio Branco, um dos políticos mais influentes do oitocentos no Brasil⁹. A associação ao curso de direito e a análise de seu programa apontam para um perfil predominantemente descritivo da estatística, em sua função de formar e orientar os grandes estadistas do Império, conservando alguns traços de sua peculiar dimensão de “espelho do Príncipe”, que pautaram as estatísticas no Antigo Regime europeu (DESROSIÈRES, 1998, p. 25-26). Do mesmo modo, o conhecimento do território e suas fronteiras, para o exercício da soberania nacional, fundamentavam o ensino da estatística.

Tempos depois, em 1872, será igualmente sintomático que Francisco Adolfo de Varnhagen, autor de *História Geral do Brasil* e maior historiador do país à época (conhecido pelo epíteto de “Heródoto brasileiro”), seja designado emissário oficial do governo no Congresso Internacional de Estatística de São Petersburgo (foi o único representante da América Latina), apenas alguns meses após a criação da Diretoria Geral de Estatística e no mesmo ano em que teve lugar o primeiro censo nacional. Tal quadro evidencia a importância de se fazer / refazer a história das iniciativas de construção de conhecimento científico por meio das estatísticas, nos diferentes países da América Latina, carreguem elas o rótulo de “sucesso” ou de “fracasso”.

Esta foi a inspiração da coleção *História das Estatísticas Brasileiras*, monumental iniciativa de abordagem das estatísticas brasileiras em perspectiva histórica. Assumindo os desafios inerentes ao pioneirismo, Nelson Senra, seu idealizador, recortou a análise da atividade estatística daquele país em duas grandes fases: a) a fase da produção técnico-política das estatísticas, vigente entre 1822 e 1972, tempo em que as estatísticas eram realizadas para fins eminentemente administrativos, desprovidas, no mais das vezes, de métodos propriamente científicos; b) a fase da produção técnico-científica das estatísticas, que se inaugura em 1972 e se estende ao presente.

Como unidade do primeiro intervalo, temos o paradigma censitário da estatística, em sua função de mediação simbólica da nação e de instrumento

⁹ No programa da disciplina, estruturado segundo as três partes de seu título, a maior parte é dedicada à Economia Política, e a menor, apenas a décima parte do todo, é dedicada à estatística. Mas várias de suas partes naturais, como o censo, são estudadas em Direito Administrativo. Sua ementa distribui-se da seguinte forma: noções, objeto e divisões da Estatística; confrontação da Estatística e da Economia Política; métodos da Estatística; operações da Estatística; fontes Estatísticas; confrontações e deduções; utilidade da Estatística prática; utilidade da Estatística abstrata ou transcendente; Estatísticas do Brasil (SENRA, 2006, p. 52).

de mensuração da força e dos recursos do Estado nacional. Tais disposições constituintes farão dos estatísticos verdadeiros estadistas, isto é, políticos e, depois, técnicos de Estado com forte espírito de gestão pública, que valorizarão a estatística por sua capacidade descritiva e prescritiva. Estes homens serão os primeiros grandes mediadores entre as ciências e o Estado, orientando as ações políticas por meio das estatísticas, afixando-se em suas referências estáveis e “universais”¹⁰. Mas os números são ainda demasiado figurativos. Servindo muito mais à sustentação dos discursos de verdade, não ensejam investigações sociais. A base censitária da estatística não dá a ver os quadros futuros, resultantes do prolongamento ou da reversão de tendências atuais – o que configura o moderno conceito de planejamento, bem assim a existência do Estado planejado e planejador, que vingaria no mundo ocidental do pós-guerra (no Brasil, a partir dos anos 1960).

Esta virada virá somente com a transformação técnico-científica das instituições estatísticas, que marca a segunda fase recortada, chamada por Senra de *estatísticas formalizadas* (1972-2002). A adoção da amostragem torna possível o desenvolvimento de indicadores econômicos e sociais e fundamenta a profissionalização interdisciplinar da atividade estatística, com a incorporação de sociólogos, antropólogos, economistas e demógrafos especializados. O antigo interesse na mensuração do Estado Nacional é deslocado pela crescente participação da sociedade na elaboração do programa estatístico. A extração de recursos, que antes se encontrava na base do desejo pelas estatísticas, cede lugar à produção e distribuição mais homogênea da riqueza nacional.

Nelson Senra salienta que a caracterização do grande intervalo de 150 anos compreendido pela primeira fase não tem caráter monolítico, convidando a uma subdivisão em três períodos. O tempo das *estatísticas desejadas* (1822-1889) coincide com a vigência do Império, destacando-se pelo envolvimento de alguns dos principais políticos da monarquia na produção das estatísticas, tendo como maior feito a realização do primeiro censo nacional, em 1872. De acordo com Senra, “percebe-se a importância de uma revelação numérica do Brasil; primeiro, em alto e bom som, no parlamento, para legislar-se, depois, em resposta, no executivo, com ações concretas na elaboração das estatísticas. O rumo era errático

¹⁰ Vários autores, entre eles Hernán Otero, salientam a necessidade investigativa de se recuperar os estatísticos como agentes mediadores entre a ciência e a ação pública: “Figuras aparentemente opacas e de caráter técnico, seus grandes trabalhos se viram despojados da aura de luminosidade e polémica que marcaram a prolífica tradição do pensamento ensaístico e a dos representantes das disciplinas mais diretamente ligadas ao controle social (como a medicina, a psiquiatria e o direito). Situados (principal, ainda que não exclusivamente) no aparelho de Estado, foram em grande medida marginalizados pelos estudos acadêmicos, que preferiram priorizar os cientistas provenientes do campo universitário. Portadores de uma linguagem árida e de forte conteúdo estatístico, seus trabalhos sofreram a ambivalência de serem excessivamente técnicos para os historiadores das idéias e sociológicos demais para os historiadores puros da estatística (OTERO, 2006, p. 31). A nosso ver, esses agentes centrais devem ser reabilitados, tendo como foco a circularidade existente entre, de um lado, os discursos intelectuais que forjaram os grandes projetos nacionais, de outro, os procedimentos materiais e conceituais que possibilitaram a objetivação das realidades nacionais.

com idas e vindas. Não obstante, ficará fixada a importância das estatísticas, e o seu desejo não perderá espaço jamais” (SENRA, 2006, p. 40).

No segundo momento, de *estatísticas legalizadas* (1889-1936), este desejo é reforçado pelo positivismo da República, mas a produção segue personalista, pese o acúmulo de experiências. A precariedade do censo de 1890 e o fracasso do de 1900 contrastam com o padrão normativo que viria com o êxito do levantamento de 1920. A distinção desse período fica a cargo dos primeiros usuários analíticos, críticos rigorosos dos resultados alcançados, destacando-se entre eles os demógrafos-sanitaristas (principalmente o já citado Bulhões Carvalho). Pautados nas ciências, fazem reparos às estatísticas disponibilizadas; pela força política, induzem mudanças. Empenham-se por reformas legislativas, pela estruturação da demanda e por melhorias de recursos humanos e materiais.

Por fim, a última subdivisão comportada nos leva ao período de criação e atuação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nascido para ser o coordenador do sistema estatístico brasileiro, donde ser este o período de *estatísticas organizadas* (1936-1972). Os produtores se diversificam, com a criação, por exemplo, do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e da Fundação Getúlio Vargas (FGV), conformando um período em que tais instituições se farão presentes em todo o país. O IBGE cumprirá o papel de agenciador da centralização administrativa, como mostra sua ousada elaboração de um grande plano de desenvolvimento nacional: o “ideário cívico” (mais descritivo do que numérico)¹¹. Nesses planos, sobressai o alargamento da presença do Estado pela extensão física do poder central. Notam-se grandes esforços para formar uma comunidade profissional competente. Segundo Senra, “a coordenação praticada estará centrada na dimensão sócio-política, formando-se as coletividades organizacionais, o que não será bastante, logo emergindo sua fragilidade; faltavam as condições cognitivas na forma de instrumentos técnico-científicos. Mas a instituição estatística ganha maturidade” (SENRA, 2006, p. 41).

Como se pode observar, a periodização consagrada na coleção *História das Estatísticas Brasileiras* tem como chave de interpretação o processo de produção das estatísticas. Mais exatamente, a cronologia estabelecida fundamenta-se na dimensão sócio-política, que funda a demanda por estatísticas e cria as condições para sua efetiva realização, e na dimensão técnica, que corresponde aos processos, práticas e métodos envolvidos na produção. Nesta conta, a atividade estatística brasileira é apresentada e recortada a partir de seu grau de institucionalidade,

¹¹ O chamado “ideário cívico do IBGE” pode ser conferido no livro *Problemas de base do Brasil*, que teve cinco edições (a primeira é de 1945, a última de 1958). Em pouco mais de 70 páginas, os temas se distribuem na seguinte ordem: 1) a renovação nacional, 2) equilíbrio e equidade na divisão territorial e política, 3) interiorização da metrópole federal, 4) rede dos centros propulsores, 5) distribuição das forças construtivas, 6) ocupação efetiva do território, 7) valorização do homem rural, 8) virtualização do aparelho administrativo, 9) gabinete técnico da presidência e reorganização do quadro ministerial, 10) autonomia e articulação das diferentes órbitas governamentais, 11) unidade nacional pela unidade da língua e 12) síntese. Para uma análise sobre os diferentes pontos do ideário cívico do IBGE, reunidos em *Problemas de base do Brasil* e em outros textos de Teixeira de Freitas, seu principal proponente, cf. (CAMARGO, 2008, p. 371-409).

que implica legislação, arregimentação e estabilização no quadro-administrativo do Estado. Neste nível, a demanda é construída e avaliada, bem assim a provisão das condições técnicas que ensejam sua realização. A implantação e a evolução do sistema estatístico nacional são analisadas em seu funcionamento e eficiência, tendo por base a relação entre o que se deseja politicamente e o que se pode ofertar tecnicamente. A dimensão técnica importará, sobretudo, pelos procedimentos e instrumentos de coleta (registros administrativos) e, depois, de pesquisa (registros estatísticos), o que implica discutir os meios sócio-políticos de acesso às fontes primárias geradoras das estatísticas. Como componente técnico da produção também foram valorizadas as sociedades científicas, tanto pelas referências literárias partilhadas em cada período, quanto pela adesão às convenções dos organismos internacionais, primeiro por parte das comissões censitárias (no modelo da estatística de autor), a seguir por parte das comunidades profissionais (no modelo da estatística anônima).

Vale marcar que esta é a *nossa* visão sobre a periodização que dá inteligibilidade àquela coleção. Uma inteligibilidade pautada e cultivada pela experiência de um pesquisador do IBGE. Um belo exemplo do que pode ser uma história das estatísticas gestada em um Instituto Nacional de Estatística, comprometida com o objetivo quase pedagógico de orientar seus técnicos sobre a compreensão dos saberes e práticas envolvidos em sua atividade, religando-os aos seus elos sociais¹².

Nesse sentido, queremos sugerir aqui que outros recortes podem lhe ser apostos, caso o tema de pesquisa não tenha o problema da produção como eixo fundamental. Exemplifiquemos. Um estudo de inspiração weberiana sobre a diversificação hierarquizada da burocracia de Estado teria na elite de estatísticos um importante ponto de inflexão, ainda um tanto ignorado na historiografia das relações entre Estado e sociedade. Neste caso, a mentalidade estatística, entendida como racionalidade administrativa, nem sempre coincide com a eficiência produtiva.

Algo semelhante pode ser tentado quando se tem em mente a utilização social das estatísticas, fora do âmbito do Estado e suas instituições. Trata-se aqui de uma disputa pela interpretação legítima das estatísticas, que pode ser analisada através das tomadas de posição dos agentes sociais envolvidos nas controvérsias sobre as informações estatísticas. Imprensa, corporações profissionais e associações de classe são alguns dos atores mais importantes na construção do sentido das estatísticas, ora alinhando-se, ora confrontando-se com as políticas encampadas pelo Estado (sempre amparadas nos números oficiais). A imprensa periódica

¹² Nessa direção, vale a pena conhecer a leitura que Luiz Antonio Pinto de Oliveira, notável demógrafo do IBGE, fez da coleção *História das Estatísticas Brasileiras*, apondo-lhe um olhar visivelmente inspirado pelo programa de trabalho daquela instituição, marcando uma importante diferença em relação a outros usuários e estudiosos acadêmicos das estatísticas. Cf. "Estatísticas brasileiras: importância nos estudos sociais e na demografia histórica", que compõe esta publicação.

constitui-se aqui em relevante chave para acessar as representações coletivas sobre as estatísticas.

Outras alternativas também poderiam ser lembradas. Em seu conjunto, elas ensejam uma renovação dos estudos sobre a administração pública de cada país. A história sócio-política das estatísticas nos leva às experiências de construção de cada Estado nacional a partir de seus sistemas de registro e contagem da população, além de revelar a racionalidade técnica de seus processos decisórios. Isto porque o estudo das instituições estatísticas realça o papel do aspecto instrumental no processo de adequação do conhecimento científico às realidades nacionais, ao apreciar as relações recíprocas entre o pensamento social dos intelectuais (de “primeira grandeza”) e a materialidade das políticas públicas encampadas por cada Estado, em diversas temporalidades. Regulando espécies e construindo individualizações, as instituições estatísticas operacionalizam as ações públicas sobre os coletivos sociais. Oferecem um fundamento formal às decisões burocráticas, fazendo-as parecer o resultado de técnicas analíticas padronizadas, em vez de argumentos politicamente interessados (PORTER, 2000, p. 495).

Mas se as estatísticas são o tecido material em que se produz e se exerce o poder, elas também serão, pela mesma razão, a plataforma de luta e resistência contra esse mesmo poder, como prescreve a leitura foucaultiana. Tenha-se presente a importância das controvérsias, que opõem partidários dos discursos politicamente dominantes aos formuladores do contra-discurso. Ambos recorrem às estatísticas para subsidiar seus *pontos de vista*, defendendo ou contestando os pressupostos e critérios de pesquisas sobre “emprego”, “rendimento”, “família”, “migração”, “cor / raça”, entre tantas. Contudo, as categorias de classificação *per se* e seus objetos permanecem indisputáveis. Estabelecem o acordo sobre os terrenos do desacordo. Portanto, ao lado da verticalidade das relações de poder, assumida pela estatística como instrumento de governo (história sócio-política), configura-se um espaço privilegiado para a compreensão dos termos que efetivamente norteiam os conflitos sociais, na percepção mesma de seus atores (história sócio-cultural)¹³.

Enfim, nossa intenção aqui foi a de sugerir a imensa riqueza ainda pouco freqüentada da “historiografia de um objeto multifacetado”, assumindo os riscos da superficialidade implicados em toda apresentação de panoramas. A concepção de história das estatísticas pode variar conforme elas sejam tomadas como meio de análise ou objeto de estudo. Importa reconhecer que esta última abordagem se desdobra em uma miríade de possibilidades, à espera dos pesquisadores.

¹³ Simon Schwartzman afirma que “as razões pelas quais os conflitos não permanecem irresolvidos para sempre são as mesmas que explicam porque outros conflitos sociais no final acabam sendo superados: a longo prazo, os ganhos coletivos de sistemas estabilizados tendem a ser maiores do que os benefícios privados obtidos através de conflitos alimentados por um longo tempo. Conceitos estatísticos e dispositivos técnicos desempenham importantes papéis no processo de estabilização da interação social, um „papel moral que não é imediatamente visível a partir de seus aspectos técnicos, enganosamente simples (SCHWARTZMAN, 2004, p. 74).

Bibliografia:

- ANDERSON, Margo. *The american census: a social history*. New Haven: Yale University Press, 1988. 258 p.
- BESSON, Jean-Louis. "A estatísticas: verdadeiras ou falsas?". In: BESSON, Jean-Louis (org.). *A ilusão das estatísticas*. Trad. Emir Sader. São Paulo: Editora Unesp, 1995, p. 25-67.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 8ª. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 322 p.
- CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. "O ideário cívico do IBGE: problemas sociais de base e projeto de Brasil aos olhos da estatística". In: SENRA, Nelson de Castro. *História das Estatísticas Brasileiras (1822 - 2002)*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. v. 3: Estatísticas Organizadas (c. 1936 - c. 1972), p. 371-409.
- _____. "O outro lado do espelho: o universo da sociologia das estatísticas". In: SENRA, Nelson de Castro. *História das Estatísticas Brasileiras (1822 - 2002)*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. v. 4: Estatísticas Formalizadas (c. 1972 - 2002), p. 467-503.
- DESROSIÈRES, Alain. "Entre a ciência universal e as tradições nacionais". In: BESSON, Jean-Louis (org.). *A ilusão das estatísticas*. Trad. Emir Sader. São Paulo: Editora Unesp, 1995, p. 167-183.
- _____. *The politics of large numbers: a history of statistical reasoning*. Trad. Camille Naish. Cambridge, Massachusetts, London: Harvard University Press, 1998. 368 p.
- DESROSIÈRES, Alain; THÉVENOT, Laurent. *Les catégories socioprofessionnelles*. 5a. Ed. Paris: La Découverte, 2002. Col. Repères, v. 62. 128 p.
- DOSSE, François. *A história em migalhas: dos Annales à Nova História*. Trad. Dulce Oliveira Amarante dos Santos. Bauru: Edusc, 2003. 394 p.
- GARFINKEL, Harold. *Studies in ethnomethodology*. Cambridge: Polity Press, 1984. 288 p.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. 3ª. Ed. Trad. Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 272 p.
- HAMBURGUER, Amélia Império; DANTES, Maria Amélia M.; PATY, Michel; PETITJEAN, Patrick (orgs.). *As ciências nas relações Brasil - França (1850-1950)*. São Paulo: Edusp; Fapesp, 1996.
- LEVI, Giovanni. "Sobre a micro-história". In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 1992, p. 133-161.
- MERLLIÉ, Dominique. "Suicídio: modos de registro". In: BESSON, Jean-Louis (org.). *A ilusão das estatísticas*. Trad. Emir Sader. São Paulo: Editora Unesp, 1995, p. 113-132.
- OTERO, Hernán. *Estadística y nación: una historia conceptual del pensamiento censal de la Argentina moderna, 1869-1914*. Buenos Aires: Prometeo libros, 2006. 522 p.
- PORTER, Theodore. "Statistics in the history of social science". In: BEAUD, Jean-Pierre; PRÉVOST, Jean-Guy (orgs.). *The age of numbers: statistical systems and national traditions*. Québec: Presses de l'université du Québec, 2000.

SENRA, Nelson de Castro. *História das Estatísticas Brasileiras (1822 - 2002)*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. v. 1: Estatísticas Desejadas (1822 – c. 1889). 614 p.

SCHWARTZMAN, Simon. As estatísticas públicas e a medição da pobreza. In: _____. *As causas da pobreza*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 69-99.

STARR, Paul. The sociology of official statistics. In: ALONSO, William; STARR, Paul (orgs.). *The politics of numbers*. Nova York: Russel Sage Foundation, 1983, pp. 7-58.



Parte 2

Narrativas sócio-históricas:
Estado e instituições



Las estadísticas oficiales en la prensa escrita porteña (Argentina, 1890-1930)

Claudia Daniel e Hernán González Bollo

Resumen:

Este trabajo se interroga sobre ese espacio intangible entre la producción de la elite estadística y la divulgación de los números oficiales en las páginas de la prensa escrita. Se ocupa de analizar las reacciones públicas que recogieron, entre 1890 y 1930, las tareas rutinarias de la burocracia estadística argentina y que se manifestaron en artículos periodísticos, reseñas de informes oficiales y editoriales. Denuncias, resistencias y reconocimientos a la estadística oficial que se hicieron presente tanto en momentos en que la estadística pública sobrellevaba en Argentina un proceso de jerarquización administrativa, bajo el orden liberal, como durante su etapa de modernización metodológica, en un régimen político de participación ampliada. Este trabajo tiene como propósito distinguir en estas etapas (la liberal (1890-1916) y la radical (1916-30)) el papel de la prensa en la construcción de la autoridad social de las estadísticas oficiales y las características de los reconocimientos públicos y las desconfianzas sociales respecto de oficinas, funcionarios, mediciones y metodologías estadístico-censales.

La estadística pública elabora cifras e informes que luego quedan a merced de la circulación y recepción en el medio social. Una investigación fructífera es establecer, en tanto institución guardiana de una objetividad indiscutible, su influjo en el origen o en la dirección que toman los debates. Otra perspectiva igualmente atractiva es avanzar en las controversias que se suceden alrededor de una objetividad en cuestión, es decir, cuando se discute el *status* mismo de los números oficiales. Profundizar en este último punto implica focalizar en las denuncias, en las operaciones, en las resistencias y también en los reconocimientos

implícitos que recoge la institución encargada de la información oficial, en el acto de medir y representar dichas mediciones.

El objetivo general de esta ponencia es analizar las reacciones públicas que recogen las tareas rutinarias de la burocracia estadística, cuyo reconocimiento legitima simbólicamente el estado argentino; en especial, nos interesan las objeciones de la contracara societal, pues reflejan las tomas de posición de una diversidad de intereses. Resulta apropiado elegir la prensa escrita como fuente privilegiada para dar cuenta del encuentro entre el estado y la sociedad, y seleccionar algunas controversias que allí se reprodujeron y se comentaron. Los artículos periodísticos y las reseñas de los informes oficiales amplían y conforman una visión del estado nacional y de sus agencias ante la opinión pública. Las críticas suponen modelos ideales de la acción estatal, que se enfrentan con una concepción del poder sobre la gestión pública. Es por eso que nos interesa también distinguir entre la diversidad de representaciones de la actividad estadística, los intentos de la prensa misma por involucrarse en los debates sobre la cuestión, especialmente, en los editoriales, expresión oficial de una publicación (SIDICARO, 1993, p. 9).¹ Esta elección surge de la complementariedad de nuestras investigaciones en curso, sobre la formación y el despliegue de la capacidad indagatoria de la estadística pública vernácula, a mediano y largo plazo: una social y política de la elite burocrática (GONZÁLEZ BOLLO, 2007); y otra cultural, sobre las representaciones colectivas del mundo social asociadas con los números oficiales (DANIEL, 2006). En esta presentación, no podemos obviar la crisis que actualmente sufre el sistema estadístico argentino, en la cual el papel de la política queda sobredimensionado y el de los medios en un segundo plano.²

Entre 1890 y 1930, la estadística pública argentina logró una primera estandarización de los indicadores demográficos, económicos y socio-laborales, articulada bajo la matriz del estado liberal. La calidad de los censos, de las encuestas y de las estadísticas fue evaluada positivamente, en comparación retrospectiva con la producción cuantitativa de otros países (DÍAZ ALEJANDRO, 1987, p. 380). Gracias a ellos, se fijó una visión del progreso alcanzado por el país, al punto de quedar entre las quince naciones más prósperas del mundo (MULHALL, 1896; WEBB, 1911). Dicha visión acentuó la plena integración en el sistema comercial multilateral, garantizó el constante arribo de la inversión extranjera, aceleró la conversión de la fértil pampa húmeda como proveedora de cereales y carnes a las regiones industriales y facilitó el transplante masivo de mano de obra europea. El libre flujo de los trabajadores, las características del mercado de tierras y la movilidad de los capitales hicieron posible una urbanización que contenía alrededor de la

¹ Por editoriales nos referimos a la columna de opinión sobre la actualidad que aparece diariamente en la sección respectiva (por ejemplo, el diario porteño *La Nación* habla de tribuna de doctrina).

² Vale la pena destacar que la sociología de la estadística pública, por ejemplo, en el esquema de los eslabones de la cadena estadística, no contempla el papel de la política; pero, en cambio, distingue los servicios de publicación, los medios masivos, y la recepción y utilización del público (CHAMPAGNE, LENOIR, MERLLIÉ y PINTO, 1999, p. 158-160).

mitad de la población nacional, escenario de la ciudadanía movilizada. A veces, la sociedad vital y conflictiva convivió con la potente capacidad organizadora del estado, según el original contrapunto propuesto por Luis Alberto Romero (2003, p.19). Otras veces, la sociedad vigorosa, sin distinción de clases e intereses, se unió frente a la dirección del mismo estado y bloqueó exitosamente sus iniciativas (HOROWITZ, 2001, p. 109-128).

Si ampliamos el foco sobre el desenvolvimiento institucional de la estadística pública nativa, es posible definirlo como un conjunto descentralizado de oficinas especializadas, con mayor y menor capacidad administrativa.³ Las primeras oficinas se convirtieron en el núcleo distintivo de la burocracia estadística y subordinaron a las más débiles.⁴ En el núcleo burocrático sucedió un recambio generacional de los funcionarios-jefes, en medio de una grave crisis económica (1913-17), que se completó durante la primera presidencia radical (1916-22).⁵ La generación de funcionarios de la etapa 1890-1916 estuvo a cargo de una modernización administrativa caracterizada por la sanción de leyes coactivas, por el establecimiento del secreto estadístico, por la capacitación de los empleados; para garantizar la colecta rutinaria de las estadísticas laborales, del comercio exterior, de las finanzas públicas y de la inmigración; más el diseño de reglamentos y formularios estandarizados. La generación de los años radicales renovó los recursos humanos, actualizó las técnicas y uniformó las nomenclaturas de las oficinas poderosas, a pesar de no organizar grandes censos como lo habían hecho sus predecesores. Entonces, comenzó el reclutamiento de estudiantes y egresados universitarios, se masificaron las encuestas por muestreos y la medición de las variables económicas tuvo un sesgo social. No hay dudas de que esta jerarquización

³ Sobre el concepto de capacidad administrativa, hemos consultado a Theda Skocpol (SKOCPOL, 1989, p. 71-122). En el caso de la estadística pública argentina, el cumplimiento de totalidad de las siguientes variables definen la mayor capacidad administrativa de las oficinas: a) la sanción de leyes que reglamentaron la colecta y la transmisión de los datos en el interior de la maquinaria administrativa; b) la existencia de una progresiva división interna de las tareas rutinarias, de empleados permanentes y de informantes diseminados en el interior del país; c) el crecimiento constante del número de empleados y de los fondos presupuestarios de las agencias; d) el ingreso de graduados universitarios; e) la publicación más o menos regular de anuarios; f) la organización de encuestas y censos exitosos; y g) la elaboración de informes oficiales (GONZÁLEZ BOLLO, 2007, p. 113-123 y 167-173).

⁴ El núcleo de las oficinas poderosas fueron: la Dirección General de Estadística de la Nación (DGEN), creada en 1894 y ubicada en el Ministerio de Hacienda; la Dirección de Economía Rural y Estadística (DERE), creada en 1899 y ubicada en el Ministerio de Agricultura; la División Estadística del Departamento Nacional del Trabajo (DE, DNT), creada en 1912 y dependiente del Ministerio del Interior; y la Oficina de Investigaciones Económicas, dependiente del Banco de la Nación Argentina, creada en 1928. La oficinas débiles fueron: Oficina Demográfica Nacional (1899-1907), a la que sucedió la Sección Demografía y Geografía Médica, del Departamento Nacional de Higiene (SDGM, DNH), creada en 1911, ambas dependientes del Ministerio del Interior; la Dirección General de Comercio e Industria (DGI), creada en 1899 y ubicada en el Ministerio de Agricultura. Un caso particular fue el Departamento General de Inmigración (DGI), que en el período 1890-1916 cumplió buena parte de los ítems para integrar el núcleo de oficinas poderosas, pero en el período 1916-30 se devaluaron sus funciones (por la incapacidad de sus jefes, por la baja tendencial del saldo inmigratorio y por cierta desconfianza política); ergo, pasó a integrar el lote de las oficinas débiles (GONZÁLEZ BOLLO, 2007, p. 314).

⁵ Establecer el corte en la sucesión entre las dos generaciones de funcionarios no es fácil. Los ilustrativos de dicha transición fueron Alejandro E. Bunge, hasta entonces jefe de la DE, DNT (1913-16), quien sucedió a Francisco Latzina en la DGEN, y Julio César Urien, diputado bonaerense radical, que continuó el mandato del fallecido Emilio Lahitte en la DERE, en 1922.

de una burocracia nacional, en el seno del estado argentino, ha quedado opacada por el protagonismo de la política (BOTANA, 1994; ROCK, 1997); y, en una perspectiva histórica, por la posterior irrupción de una exhuberante maquinaria administrativa interventora, luego de la gran depresión (1929-32).⁶

Nuestro trabajo se interroga sobre ese espacio intangible entre la producción de la elite estadística y la divulgación de los números oficiales en las páginas de la prensa escrita porteña, en el doble rol de noticia y de editorial. Creemos que es una vía privilegiada para pensar el encuentro entre una actividad semicientífica y semiburocrática y el medio social, cuantificado y representado en números. Teniendo en cuenta lo apuntado más arriba, una hipótesis para organizar este trabajo es que la estandarización y homogeneización estadístico-censal no fue un proceso lineal sobre una geografía social pasiva, sino que fue un proceso creativo sobre una sociedad vital y desconfiada de las mediciones, favorecido por la acumulación de recursos humanos y técnicos, donde la prensa no fue un actor secundario. El objetivo particular es distinguir en las etapas liberal (1890-1916) y radical (1916-30) las características de los reconocimientos públicos, las desconfianzas sociales y el papel de la prensa, respecto de oficinas, funcionarios, mediciones, conceptos y metodologías estadístico-censales.

I. La estadística pública liberal modernizada, entre la expectativa pública y la resistencia social

A grandes rasgos, entre dos de las más grandes crisis de la historia argentina (1890 y 1913-17), la estadística pública se consolidó gracias a la cobertura legal de las tareas contables de sus oficinas y al exitoso levantamiento de grandes censos a escala nacional. Estos logros de una burocracia especializada formaron parte de un estado liberal institucionalmente modernizado, producto de la crisis financiera (establecimiento del Banco de la Nación, 1891), de la reforma constitucional (organización del Ministerio de Agricultura, 1898) y de la conflictividad social (creación del Departamento Nacional del Trabajo, 1907). En la práctica estadística, es posible rescatar la presencia de sectores corporativos, profesionales y sociales,

⁶ Una historia neoinstitucional de la estadística pública argentina puede dividirse en cinco grandes etapas: La primera recorre la colonia; el ciclo revolucionario; la anarquía y la dictadura rosista, de la que es posible rescatar como sesgo homogeneizador la tabulación por castas en los censos de la población (OTERO, 2006, p. 173-177). La segunda recorre la Organización Nacional y se extiende hasta la década de 1880, en la que se destacan el protagonismo –no exento de conflictos– de intereses organizados; tales como la Sociedad Rural Argentina, la Bolsa de Comercio, la Unión Industrial Argentina o impulsores de la inmigración europea, en la producción de registros y rutinas de medición, a la par de las primeras compilaciones originadas en las agencias estatales (comercio exterior, finanzas públicas) (GONZÁLEZ BOLLO, 2007, p. 62-106). La tercera etapa (1890-1930) es la presente. La cuarta es la masiva profesionalización de sus cuadros (estadísticos, economistas, ingenieros agrónomos), en momentos del ascenso y apogeo del estado interventor y de puesta en marcha de los grandes planes nacionales (1930-68). Finalmente, la quinta etapa comienza con la creación del Instituto Nacional de Estadística y Censos (INDEC) y llega hasta el presente, dominada por la desconfianza pública ante las numerosas denuncias de manipulaciones políticas, en medio del repliegue y quiebre del estado interventor.

en especial, en las indagaciones o en las comisiones censales, pruebas de una interacción estado-sociedad menos lineal. Una de las fuentes para poner en relevancia esta relación fue la prensa, que no sólo dio cuenta de las controversias públicas, sino que participó de los debates sobre el perfil ideal de la producción y presentación de los datos oficiales.

La estadística del período 1890-1916 indagó progresivamente la economía y la sociedad de su tiempo, gracias a la producción regular de indicadores de sus oficinas y a la cobertura temática y geográfica de sus censos. Las oficinas descentralizadas obtuvieron apoyo de los ministerios de Hacienda, de Agricultura, de Interior y de Instrucción Pública; es más, aumentaron el número de sus empleados y los especializaron en las diferentes tareas recopilatorias. Los testimonios más perdurables de sus trabajos fueron, por una parte, la edición de los anuarios estadísticos y, por otra parte, la publicación de informes y encuestas oficiales. La información recogida superó los límites de la pampa húmeda, abarcando la totalidad de las provincias e incluyendo los territorios nacionales. ¿Cuáles fueron las características de las oficinas poderosas y los censos exitosos para distinguirlos del resto? Primero, las oficinas estadísticas obtuvieron de sus respectivos ministerios plenos poderes en su indagación, con la sanción de leyes coactivas que reglamentaron la colecta y la efectiva obtención de los datos.⁷ Segundo, dentro de las oficinas, se produjo una división interna de sus tareas administrativas; con la jerarquización, capacitación y delimitación de las responsabilidades de sus empleados permanentes.⁸ Tercero, estas oficinas no sólo produjeron datos anuales sino que los publicaron, como parte de la información oficial del ministerio del cual dependían.⁹ Cuarto, se destacaron por realizar

⁷ Ya el DGI, por la ley 817 (1876), tenía la obligación de llevar un "registro foliado" de los datos anuales con la entrada y salida de pasajeros, que fueron publicados, desde 1899, en el Boletín del Ministerio de Agricultura. La sanción de la ley 3.180 (1894) que creó la DGEN fue el punto de partida y antecedente de una legislación que jerarquizó las funciones del resto de las oficinas estadísticas. La ley 4.519 (1904) convirtió a la DERE en el centro de la información producida y compilada por Agricultura, que luego fue enviada a la DGEN. La DE, DNT tenía claramente delimitada la compilación de los datos socio-laborales, gracias a las disposiciones del artículo 8º de la ley 8.999 (1912), por medio de la cual actuaba con funciones y carácter propios.

⁸ El DGI capacitó a su personal con la apertura de cátedras para la enseñanza de idiomas europeos, a cargo de los intérpretes de la repartición (GONZÁLEZ BOLLO, 2007, p. 114). La DGEN estaba dividida en cinco secciones (Demografía, Beneficencia e Inmigración; Comercio, Navegación y Finanzas; Agricultura, Ganadería, Industria y Medios de Comunicación; Instrucción, Prensa y Criminalidad; y Estadística administrativa), cada una a cargo de un jefe y en las que se repartían los oficiales, auxiliares y escribientes. La capacitación burocrática era constante, pues el propio jefe de la DGEN, Francisco Latzina (1911), escribió manuales de fórmulas matemáticas usuales para los empleados. Desde su creación en 1898, la DERE estuvo dividida en tres departamentos (Economía Rural, Estadística Agraria y Estadística Ganadera), cada uno de ellos integrado también por oficiales, auxiliares y escribientes. La nota distintiva era que estaban sometidos a un contrato de exclusividad, incapacitados de comentar o polemizar las decisiones ministeriales (GONZÁLEZ BOLLO, 2007, p. 114).

⁹ Una de las características más destacadas del empeño y capacidad administrativa del DGI fue la publicación de una numerosa cantidad de folletos con información regional editados en seis idiomas (alemán, castellano, dinamarqués, francés, inglés e italiano), que eran distribuidos por los consulados argentinos situados en las ciudades europeas. La DGEN publicó regularmente un *Anuario* en el que computaba el comercio exterior, los impuestos y los presupuestos nacionales, provinciales y municipales; y reunió datos sobre el valor de la tierra, los capitales invertidos en sociedades anónimas, los ferrocarriles, el saldo migratorio, la escolarización, el movimiento demográfico y la actividad industrial. La DERE publicaba cada año una completa estadística agrícola que incluía pronósticos anuales de

informes, así como también sus miembros participaron o asesoraron a comisiones del Poder Ejecutivo Nacional o del parlamento.¹⁰ Quinto, los ministerios antes citados fueron los responsables de los siguientes censos exitosos: Hacienda tuvo bajo su responsabilidad tres de empleados públicos (1892, 1893, 1894); Interior, dos censos generales (1895, 1914) y uno de los territorios nacionales (1912); Agricultura, uno agropecuario (1908); e Instrucción Pública, uno escolar (1909). Los objetos y la zona más relevados por el moderno estado liberal fueron la población, el agro y la escolarización de los territorios nacionales, con un promedio de siete años entre cada empadronamiento, bajo la esfera del Ministerio del Interior (GONZÁLEZ BOLLO, 2007, p. 118). A modo de cierre, vale la pena destacar la amplitud temática de los censos nacionales segundo (1895) y tercero (1914), que incluían desde el movimiento demográfico y la actividad agropecuaria, hasta la escolarización, la industria y el comercio.

Cada una de estas características no debe ocultar un fracaso burocrático-político notable bajo el liberalismo: la falta de regularidad del censo decenal. Este retraso favoreció los distritos del interior rural, cuyos representantes en ambas cámaras legislativas fueron los mayores responsables de la mora, retardando la ampliación del número de diputados de los distritos que conformaban el litoral urbano. Si bien éste fue un punto de conflicto político, en especial, destacado por los legisladores socialistas, era apenas un foco más de tensión entre tantos otros intentos de indagación oficial (GONZÁLEZ BOLLO, 1999).

Las entidades representativas como la Cámara de Comercio, la Sociedad Rural Argentina (SRA) o la Unión Industrial Argentina (UIA) no dejaron de apoyar el levantamiento de censos. A ellos se sumaron, por ejemplo, el Centro Nacional de Ingenieros Agrónomos. La SRA y la UIA presionaron exitosamente a favor de la creación de oficinas especializadas, la DERE y la DGCI, respectivamente, y lograron participar en la definición de los cuestionarios censales. A pesar de haber sido consultada para la redacción de las preguntas del primer censo industrial (1895), en 1907, la UIA reclamaba la falta de una estadística industrial regular (NO TENEMOS..., 1907). Pero, lo cierto es que en su seno existía una resistencia

cosechas de cereales, extensión de las superficies, producción, exportación, ventas e hipotecas de propiedades rurales, salarios y cálculos de gastos de las familias rurales, en el Boletín del Ministerio de Agricultura (1905-16). El DE, DNT elaboró datos sobre el importe de salarios obreros, sobre el número de huelgas y huelguistas, sobre accidentes de trabajo y seguros afines, y sobre el nivel de ocupación y las horas trabajadas, que publicó desde 1907 en el Boletín del Departamento Nacional del Trabajo.

¹⁰ La DERE realizó informes oficiales, como el de importación de alimentos (LAHITTE, 1911, p. 438-458) y de la propiedad rural (LAHITTE, 1916, p. 467-472). La DGEN y la DERE participaron en la Comisión Revisora de Leyes Aduaneras (REPÚBLICA ARGENTINA [RA], 1907a y 1907b), convocada por el PEN, y fueron las encargadas del levantamiento del Censo Agrícola de 1908, a cargo del Ministerio de Agricultura; así como del Tercer Censo Nacional, bajo la dirección del Ministerio del Interior. A partir de 1890, las memorias del DGI incorporaron informes en los que se analizaban la radicación en el interior, las actividades y el perfil socio-cultural de los inmigrantes (ALSINA, 1911). La DE, DNT publicó dos informes: los Anuarios Estadísticos del Trabajo, años 1913 (1915) y 1914 (1916), que inauguraron las encuestas periódicas sobre las condiciones de vida e ingresos de las familias obreras porteñas, sobre el trabajo a domicilio y sobre el trabajo de menores. También, asesoró dos comités parlamentarios, la Comisión Interparlamentaria sobre Trabajo a Domicilio, ley 9.145 (1913), y la Comisión Legislativa sobre Casas Baratas, ley 9.677 (1915).

solapada. Por ejemplo, los industriales objetaban los métodos y las inexactitudes que se desprendían de la balanza comercial (TERCER CENSO..., 1914). El censo industrial y comercial dirigido por la DGCI, en 1908, fracasó a nivel planta, pues los indagados desoyeron las directivas patronales de colaborar. Ricardo Pillado, titular de la DGCI, admitía que aún faltaba “vencer todas las resistencias que en la actualidad opone el comercio y los industriales a este género de informaciones estadísticas” (EL CENSO..., 4 jun. 1908). Una de las formas habituales de resistencia fue llenar los cuestionarios de manera incoherente hasta el absurdo, a fin de no revelar la verdadera situación del giro comercial. El ocultamiento o adulteración de los datos era una estrategia deliberada de los actores involucrados, que veían en el censo el paso inicial para el aumento de gravámenes a la actividad. La propaganda oficial organizada en torno al censo, junto con las declaraciones de la principal patronal industrial (acerca de la conveniencia y los beneficios que le generaría al sector una estadística exacta y completa de la industria del país), no alcanzaron para derribar en las bases fabriles tal oposición (EL CENSO..., 15 abr. 1908).

Los censos agropecuarios (1895, 1908, 1914) fueron iniciados y finalizados con éxito, aunque la publicidad previa que los acompañó indica que por aquellos años no era distinta la situación en el sector. Desde la creación de la DERE (1898), los estadísticos buscaron nuclear la población rural alrededor de la idea de que los principales interesados en esa rama de la estadística pública eran los actores privados (en especial, los chacareros y hacendados), antes que el estado. Los resquemores existentes entre los productores frente a cualquier tipo de indagación, jerarquizaban las tareas de difusión y promoción del censo agropecuario. En 1908, el estadístico Alberto Martínez movilizó una amplia cantidad de recursos en publicidad, recurrió a la escuela y a la iglesia de cada pueblo para su promoción, y puso en marcha una estrategia postal que lo pusiera en comunicación “directa con cada uno de los habitantes rurales”, puesto que “era necesario que el conocimiento del censo penetrase hasta el interior de los hogares, disipando los recelos que esta investigación pudiera inspirarles” (RA, 1909, I, p. 3).¹¹ Se buscaba, una vez más, desvanecer del imaginario social la asociación del censo con la búsqueda de recursos fiscales, así como establecer un lazo de solidaridad directo entre la comisión del censo y la población rural. No se trataba de convencer a la SRA, que había apoyado el censo, sino llegar directamente al productor agropecuario, que mostraba independencia frente a las directivas de su entidad representativa.

Dados los límites de la ponencia, presentamos sólo estos ejemplos con el fin de delinear provisionalmente la existencia de una trama, en la que se entrecruzan la irregularidad de los empadronamientos en el tiempo, los hábitos culturales de la población y la desconfianza social, que sugieren algunas características. En primer lugar, el censo se convertía en una actividad extraordinaria, es decir, la población vivía un evento de carácter sensacional, imagen a la que las crónicas periodísticas

¹¹ Con dicha estrategia, Martínez procuraba “que los propósitos progresistas de este inventario pudieran hacerse carne en las poblaciones rurales”, en RA (I, 1909, p. III).

no dejaron de contribuir, reclamando la atención pública y paralizando la vida colectiva (EL CENSO, 1 jun. 1914). El cumplimiento de plazos y la recurrencia de este tipo de tareas, por el contrario, habrían contribuido a conformar un público experimentado, acostumbrado a este tipo de recuentos, que no sólo habría hecho pasar inadvertida la tarea, sino que la habría llevado a paso más firme por el camino del éxito. En segundo lugar, esta situación de excepción no contribuía a la formación de una población versada en cuestiones estadísticas. Las comisiones censales asociaban la actitud reacia de los sectores populares con su escasa instrucción en temas estadísticos y la ausencia de información básica que le posibilitaba a la población el manejo de los recuentos con mayor naturalidad.¹² En tercer lugar, el carácter disperso de la población en el territorio nacional y la enorme cantidad de comunidades extranjeras residentes en el país exigía, por su parte, esfuerzos de traducción en la realización de cualquier censo que necesitaría de interlocutores que acompañaran a los empadronadores y participaran en las tareas de difusión en la propia comunidad.

De los testimonios, surge una pulsión propia del imaginario del liberalismo decimonónico: los recelos difundidos, en relación con la definición de la frontera legítima entre el interés público y los asuntos privados. No hay que olvidar que la aprobación final de la ley de creación de la DGEN fue gracias a la introducción de una aclaración, respecto a las demandas de información de la oficina, que eran válidas “siempre que no comprometan el secreto de su giro comercial o el éxito de su negocio” (CONGRESO NACIONAL, 1894, p. 694). El cuestionario censal podía ser juzgado como una intromisión estatal en la esfera privada, tal como surge de las objeciones de los industriales frente al censo fracasado de 1908. El interés cognoscitivo del estado era considerado en ocasiones como un “exceso de curiosidad”, lo que despertaba entre los censados estrategias “preventivas” contra el censo, para “cuidarse de sus requisitorias” (EL CENSO..., 17 oct. 1909). A poco de realizarse el censo municipal de Buenos Aires, en 1909, los comerciantes se dirigieron al diario *La Nación* para manifestar su desacuerdo con la excesiva cantidad de preguntas contenidas en el cuestionario. Entendían que sobrepasaban “los límites a que buenamente puede someterse un comerciante para entregar sus secretos al encasillado de la estadística” (EL CENSO..., 17 oct. 1909). Las garantías de reserva que les hacía llegar la comisión censal, e incluso la vigencia en el país de legislación que reglamentaba el secreto estadístico, no brindaban la seguridad suficiente a los comerciantes, frente a indagatorias que consideraban abusivas.

Alberto Martínez buscó nuevos caminos para vencer estas resistencias, o más bien dio un rodeo, al procurar quitarle el carácter oficial a las investigaciones por él dirigidas, en 1904 y 1909. Se trataba, de alguna modo, de “ocultar al estado” tras la presencia de comisiones populares que llevaran adelante las

¹² Una nota de *La Nación* señalaba que, por el contrario, la profusa publicidad del censo, en lugar de ganar la buena voluntad del pueblo, tenía como efecto transmitir una idea “casi aterradora” del empadronamiento (EL DÍA..., 31 mayo 1914). En otra nota daba cuenta de la desconfianza popular (EL TERCER..., 2 jun. 1914).

tareas de relevamiento. Al justificar el modo de ejecución particular del censo escolar, ratificaba que era “más eficaz, para el propósito que se persigue, abandonar la ejecución de este trabajo a la acción patriótica y desinteresada de las clases populares, secundadas por los elementos oficiales de cada localidad, que entregarla exclusivamente a éstos” (RA, 1910, p. IX; EL CENSO..., 22 mayo 1909; EL LEVANTAMIENTO..., 24 mayo 1909). Se trataba, de alguna manera, de hacer menos “visible” la presencia del estado, que tantas objeciones suscitaba, desdibujando el carácter oficial de la iniciativa detrás de comisiones conformadas por “los vecinos más respetables de cada localidad, que más se habían distinguido por su colaboración en investigaciones anteriores, de igual naturaleza, ó por su acción descollante, en obras de utilidad nacional” (RA, 1910, p. IX). De esta manera, se buscaba una mediación entre la burocracia y su contraparte societal. La participación de figuras notables contribuyó al éxito del empadronamiento que, a su vez, fue socialmente prestigioso en la etapa de organización y recolección de datos.

El corolario de la trama de resistencias, de cuestionamientos, de críticas de la producción de las cifras oficiales aquí presentados alcanzó a desplegarse sobre la figura de los funcionarios estadísticos. Un caso emblemático fue Francisco Latzina, quien como funcionario de la DGEN (1880-1916) no dudó en mantener una agria polémica a lo largo de la década de 1890 con los industriales nucleados en la UIA, sobre las aparentes ventajas del proteccionismo mediante aranceles, que ellos respondieron de igual manera (LAMAS, 1899, p. 1-6).¹³ Más reflexivo fue Alberto B. Martínez (1892), quien en sus artículos focalizó en las grandes inversiones realizadas en la ciudad-capital durante la gestión de Torcuato de Alvear (1880-87). La designación de este último al frente del censo de 1914 por el Poder Ejecutivo fue celebrada por *La Nación* como “un nombramiento acertado”, en razón de sus antecedentes y competencia (EL TERCER..., 2 jun. 1914). En cambio, los socialistas sembraban desconfianza sobre la labor de cada funcionario, elaborando un currículum alternativo, con suspicacias sobre la seriedad de sus antecedentes. Desde *La Vanguardia*, señalaban que “la obra del censo requiere una escrupulosidad muy grande, tanta como competencia, y el Sr. Martínez parece estar reñido con dicha virtud” (EL CENSO..., 20 sept. 1913). Rotulaban sus trabajos relativos a la ciudad capital (1887, 1904 y 1909) como un “cúmulo inmenso de falsas cifras” y lo acusaban de haber tenido negocios ilegítimos con la municipalidad porteña (EL CENSO..., 20 sept. 1913). Tampoco se llevaron bien con una figura en ascenso dentro de la elite estadística, como el ingeniero Alejandro E. Bunge. Lo juzgaban como “estadígrafo clerical” o lo definían despectivamente como un “consumado teólogo de la ciencia aritmética” (LA DESOCUPACIÓN, 1913). Le atribuían una intencionalidad espuria en el manejo de las cifras, asociada con su militancia en los Círculos de Obreros Católicos. Detrás del “laberinto de cifras” diseminadas en los informes del funcionario del DNT, había un “cálculo mezquino y sectario”, con el propósito oculto de hacer “política cínica y desleal” (LA DESOCUPACIÓN, 1913).

¹³ Buen parte de esos artículos están compilados por Francisco Latzina (LATZINA, 1899).

Con el objetivo de doblegar las resistencias presentadas por la población a los recuentos, la burocracia estadística tuvo de su lado la colaboración de la prensa escrita. Ésta participó en esta “cruzada” para domesticar las reacciones de la población, frente a los censos, actuando como parte del esfuerzo pedagógico del estado, por formar a los sujetos pasivos de recuento. Difundió conferencias públicas, manifiestos, carteles, afiches y circulares distribuidos por todo el territorio nacional. La crónica diaria apuntaba tanto a desterrar los prejuicios contra los recuentos oficiales y a difundir la conciencia ciudadana en el valor de información, como a promover su naturalización en conductas participativas en el uso de las cifras.¹⁴ De este modo, ofreció al lector la imagen de un operativo transparente, que se integraba a su actividad cotidiana. Asimismo, apuntaba a proyectar previsibilidad, a trazar un horizonte de certidumbre ante los resquemores de la población.¹⁵ En síntesis, colaboró en la construcción de una red de apoyos, en tanto canal de divulgación de colaboradores, desde escuelas hasta asociaciones de extranjeros, favoreciendo la participación colectiva.

Apenas reglamentada la organización de la estadística pública, ley 3.180 (1894), *La Nación* comentaba que el país contaba ya con “un servicio estadístico hecho con cierta precisión”; al tiempo que la creación de oficinas de estadística era celebrada como “un progreso de la organización administrativa” (DEMOGRAFÍA, 1895). La colaboración se amplificó, cuando se involucró directamente en las discusiones sobre la cuestión. Durante este período, los diarios publicaban reseñas y comentarios de los informes oficiales de las agencias del aparato estadístico, apenas éstos salían a la luz pública. Era corriente que las notas de actualidad basaran en cifras sus argumentos críticos sobre los manejos del poder político. Utilizaban el “poder de los números” oficiales para procurar imponer temas en la agenda de gobierno; consideraban que “a la intuición problemática, al tanteo, y sobre todo a las contradicciones que desgraciadamente rigen la acción administrativa de nuestros gobiernos, las cifras estadísticas [...] vienen a ofrecer al legislador un punto de vista inapreciable” (EL CENSO, 1 jun. 1914). La prensa contribuía a la formación de un consenso en torno a la utilidad de las cifras como brújula para orientar el rumbo del estado, e incluso juzgaba escasa la presencia de la estadística en “la lógica y el pensamiento de los organizadores de nuestra nacionalidad” (EL CENSO, 1 jun. 1914). Compartir estos principios le permitía a la prensa formar parte de las controversias que envolvían a las cifras públicas y que ponían en cuestión su propio *status*.

¹⁴ Las noticias, en especial, cumplieron ciertas funciones específicas. Una de ellas fue ocuparse de publicar los consensos y acuerdos que rodeaban a la actividad estadística (esto es: puntos de referencia de los censos, definición de feriados, preguntas de la ficha) de manera de encauzar al colectivo, a partir del manejo de los datos básicos que hacían viables los operativos. Otra fue buscar, de manera indirecta, ganar la buena voluntad del público lector e inspirarle confianza, no sólo con la publicación de las sanciones estipuladas a quienes falsearan datos (faz represiva), sino mediante el detalle minucioso de los pasos dados hasta su realización concreta (faz positiva) (EL CENSO, 27 mayo 1914).

¹⁵ Cada uno de los individuos “no aparecerán en el censo sino confundidos en resumen comprendidos con otros miles en una sola cifra” (SEGUNDO CENSO..., 8 mayo 1895).

La prensa se convirtió en un colaborador crítico, mostrando aspectos vulnerables, susceptibles de errores e intromisiones políticamente espurias. Esta concepción subyace en la vehemencia con que *La Nación* denunciaba los nombramientos de los empleados encargados del censo de 1895. Sentenciaba que se atendió antes a las recomendaciones del Poder Ejecutivo, que a una evaluación de idoneidad por parte de los directivos censales, cuyo rol se circunscribió a tan sólo indicar el número y la calidad de empleos necesarios. El diario afirmaba:

La resolución del Poder Ejecutivo, a la vez que coarta las atribuciones de la comisión directiva, tendrá como consecuencia la formación de un personal de discutible preparación, pues nadie mejor que los que están al frente de esta obra pueden hacer una selección de empleados idóneos. Tratándose de trabajos estadísticos, se requiere competencia especial, y seguramente esta condición no será la que favorecerá a los candidatos, cuando se quiere atender a los mejores recomendados, no a los que sean propuestos por quienes tienen sobre sí la responsabilidad de los trabajos censales (CENSO..., 19 mayo 1895).

La falta de profesionalismo en las actividades estadísticas no se le reprochaba a la elite técnica en particular, sino al poder político. Y no se dejaban de denunciar las fallas que la falta de formación del personal introducía en el procedimiento (errores, arbitrariedades e ineficiencias), sobre las consecuencias en el nivel de exactitud de los resultados. Adquirían expresión pública a través de sus páginas las irregularidades de la operación, cuestiones como el proceder discrecional de empadronadores y la falta de uniformidad, las deficiencias organizativas o la lentitud del procedimiento (SEGUNDO CENSO..., 12 mayo 1895; SEGUNDO CENSO..., 15 mayo 1895; SEGUNDO CENSO..., 16 mayo 1895). El más claro ejemplo de independencia de la prensa fue que los enviados y corresponsales del diario terminaron adjudicándose para sí la tarea de verificación del funcionamiento de las comisiones en el terreno. En la medida en que sus informes no sólo describían sino evaluaban la marcha del procedimiento, la prensa pasó a ocupar un rol fiscalizador de las operaciones en marcha. Esta función de contralor era legitimada por el propio personal designado oficialmente para el censo, cuyo perfil estaba siendo puesto en cuestión, en la medida en que se dirigía directamente al periódico, antes que a la comisión censal, para dar explicaciones de la marcha del trabajo de sus equipos, reconociendo de esta manera al diario como referente en la materia. Este reconocimiento erosionaba la autoridad técnica de los responsables oficiales. Los diarios publicaban, en pie de igualdad con los datos oficiales, las informaciones que enviaban sus corresponsales sin autorización del presidente de la comisión censal, desconociendo su autoridad. La tensión entre la prensa y los directivos del censo no se hizo esperar. Éstos últimos buscaban recuperar su autoridad y presionaban para mantener bajo su control los guarismos parciales, que progresivamente arrojaba el empadronamiento y que los directivos habían prohibido a sus subordinados adelantar a la prensa. Se planteaba un nuevo conflicto de intereses. La prensa presionaba a los responsables del censo para publicar los datos, puesto que se consideraba a sí misma promotora de los resultados finales (EL CENSO, 4 jun. 1914).

II. La estadística pública y la prensa durante los gobiernos radicales

Entre 1916 y 1930, emergió en Argentina un régimen político de participación ampliado. Este proceso aperturista facilitó el ingreso (o renovación) de las clientelas en el seno mismo de la administración pública, lo que supone una repercusión negativa sobre el *status* de las burocracias especializadas, tal como sugieren David Rock (1997 [1975]) y Carl Solberg (1975, p. 246-311). No hay evidencia de que tal contrapunto haya determinado el desarrollo de la estadística pública. En realidad, entonces aconteció una transformación institucional, una ampliación de los recursos humanos y una renovación metodológica y cognitiva. Los cuadros administrativos y jerárquicos se reclutaron masivamente entre los egresados de las universidades, bajo los efectos democratizadores de la Reforma Universitaria (1918). Se ampliaron las técnicas de medición, se trajeron especialistas para implantar reformas metodológicas y se realizó un encuentro entre estadísticos de diferentes ministerios y jurisdicciones para conciliarlos. Éstos y otros temas cambiaron de lugar en las páginas de los diarios, pues llevaron la discusión sobre la calidad de los números oficiales de la crónica a los editoriales.

La estadística pública mantuvo la organización descentralizada y la autonomía administrativa durante la primera y la segunda presidencia del radicalismo; un caso aparte fue la intervención de dos de las más importantes oficinas (DGEN, DERE) durante la segunda presidencia de Hipólito Yrigoyen (1928-30). Una aproximación microhistórica permite concluir que, en la primera presidencia de Hipólito Yrigoyen (1916-22) y la gestión de Marcelo T. de Alvear (1922-28), aconteció una continua y progresiva transformación de las oficinas. En medio de las transiciones políticas y las crisis financieras, se reorganizaron sus rutinas administrativas, se ampliaron los temas de investigación y se reclutó personal calificado. Los ministerios no objetaron las innovaciones de sus dependencias, sino que las avalaron e impulsaron; y, en áreas puntuales, se heredaron los mismos problemas de cuantificación del moderno estado liberal (la resistencia del interior a la sanción del empadronamiento demográfico decenal y de los industriales al censo homónimo). En la segunda presidencia de Yrigoyen (1928-30), la DGEN y la DERE fueron intervenidas, lo que no impidió que esta última colaborara en el exitoso censo pecuario nacional, de agosto de 1930 (GONZÁLEZ BOLLO, 2007, p. 163).

La primera característica surge del análisis de la totalidad de los fondos del presupuesto asignado a las 7 oficinas estadísticas.¹⁶ Lejos de disminuir la partida asignada, las oficinas estadísticas acompañaron el crecimiento del presupuesto, aunque la tasa de aumento fue menor. Si deflactamos por el índice de inflación mayorista los fondos asignados entre 1916 y 1930, se advierte que no perdieron valor, sino que por el contrario, en la segunda mitad de la década de 1920

¹⁶ Las agencias fueron: la DGEN y la OEE (también llamada Oficina de Economía, Fomento y Estadística), luego la OIE, del Banco de la Nación (OEE-OIE, BNA), todas dependientes del Ministerio de Hacienda; la DERE, la DGCI y el DGI, en el Ministerio de Agricultura; y la DE, DNT y la SDGM, DNH, en el Ministerio del Interior.

los fondos siguieron aumentando. Un elemento subsidiario sobre la cuestión presupuestaria es la asignación de las partidas, que estuvo acompañada de un trámite, en el cual había que ganarse la buena disposición de la Comisión de Presupuesto de ambas cámaras legislativas. Un ejemplo fue la fluida relación que establecieron la Comisión de Presupuesto de la Cámara de Diputados con la DGEN, a raíz del sustancial aumento logrado por esta última en las partidas del año 1920 (\$353.040), respecto de las partidas entregadas en 1919 (\$160.440). El miembro informante de la Comisión de Presupuesto dejaba en claro a los legisladores que votaban la aprobación de las partidas, que ese aumento había sido fruto de un acuerdo con el Ministerio de Hacienda sobre las dependencias consideradas prioritarias en el esquema ministerial (CONGRESO NACIONAL, 1920, p. 382-383). Esta búsqueda de mayor presupuesto por la DGEN, en las comisiones de presupuestos de Diputados y Senadores, no fue una operación sigilosa, sino que estuvo públicamente alentada por un editorial del diario *La Prensa* (SUPRESION..., 1919).

Cuadro 1: Crecimiento absoluto y relativo del presupuesto nacional y del monto asignado a las oficinas estadísticas, 1916-1930

A	B	C	D	E	F	G
Año	Presupuesto nacional	NI B 1916=100	fondos B para of. estadísticas	NI D 1916=100	D reales d/G.100 (\$ 1916) ²	IPM 1916=100
1916	302.767.145	100	572.840	100	572.840	100
1917	331.238.910	109	552.890	96	445.879	124
1918	379.896.079	125	514.560	90	384.000	134
1919	379.896.079	125	514.560	90	375.591	137
1920	459.171.586	152	739.440	129	520.732	142
1921	457.477.475	152	739.440	129	606.098	122
1922	457.477.475	152	739.440	129	660.214	112
1923	650.033.600	215	854.280	149	736.448	116
1924	650.033.600	215	854.280	149	694.536	123
1925	650.033.600	215	890.880 ¹	155	712.704	125
1926	650.033.600	215	890.880 ¹	155	774.678	115
1927	646.795.428	214	1.041.450 ¹	175	921.637	113
1928	646.795.428	214	1.041.450 ¹	175	913.552	114
1929	704.724.847	233	1.249.510 ¹	218	1.125.684	111
1930	704.724.847	233	1.249.510 ¹	218	1.167.766	107

Fuente: Total del presupuesto nacional, Carl Solberg (1975: 258); para las partidas de las oficinas estadísticas, Ley de presupuesto, años 1915, 1917, 1920, 1923, 1927 y 1929; para el índice de precios mayorista, Lucas Llach y Pablo Gerchunoff (1998: 469)

Nota: En los años 1916, 1919, 1921, 1922, 1924, 1925, 1926, 1928 y 1930, el presupuesto nacional fue prorrogado.

¹ La suma de los fondos presupuestarios asignados a la estadística pública incluye las partidas de la OEE y, luego, la OIE, del Banco de la Nación, según la asignación declarada en 1925

² Índice de los fondos asignados a las oficinas estadísticas (d) deflactados por precios mayoristas, pesos año 1916

La segunda característica fue que la DGEN y la DERE concentraron la mayor cantidad de los empleados y de las partidas del presupuesto nacional asignados para esta área técnica.¹⁷ La tercera característica está relacionada con el ingreso de estudiantes y graduados universitarios (ingenieros agrónomos, contadores y doctores en Ciencias Económicas). Ellos facilitaron el establecimiento de criterios meritocráticos, como las “Juntas de Eficiencia” (que contemplaba tanto los antecedentes como la antigüedad del personal), la apertura de concursos de cargos ejecutivos (como la subdirección de la DGEN que ganó Raúl Prebisch [ago. 1925, p. 85-104]), y el arribo de expertos extranjeros que capacitaron a los cuadros en novedades metodológicas (como el experto del USDA Leon M. Estabrook en la DERE [25 sept. 1923, p. 1-7]). La cuarta característica fue la incorporación de sistemas electro-mecánicos para el procesamiento de la información oficial, que ampliaron la productividad laboral de los empleados y allanaron el camino a otras investigaciones, extendiendo las posibilidades de análisis estadístico de las cifras.¹⁸ La quinta característica fue que las oficinas desarrollaron estudios con la incorporación de nuevas metodologías, en relación con la riqueza económica, que pasó de recalcular el valor y el volumen del comercio exterior a descomponer ciertos agregados del mercado nacional.¹⁹ La sexta característica fue la convocatoria de la Primera Conferencia Nacional de Estadística (1925), en la que la DGEN, la DERE y la DE, DNT, impusieron un canon de metodologías, de cuestionarios y

¹⁷ En 1916, sobre un total de 163 empleados y \$572.840, ambas controlaban poco más del 60% de recursos humanos y fondos. En 1930, sobre un total de 269 empleados y \$1.249.510, ambas controlaban (a pesar de la creación de la Oficina de Investigaciones Económicas, del Banco de la Nación) alrededor del 70% de empleados y partidas (GONZÁLEZ BOLLO, 2007, p. 165).

¹⁸ La mecanización del procesamiento de datos facilitó una amplia gama de trabajos estadísticos, estrechó la relación entre las agencias compiladoras –de manera tal que, en tanto nodos, convirtieron en los hechos una red de información– e hizo posible que una oficina pudiera “compilar fichas originarias de otras, a fin de obtener las combinaciones de datos que le interesen más especialmente” (RA, 23 nov. 1925, p. 30). A partir de 1925 las máquinas compiladoras, tabuladoras y clasificadoras de fichas perforadas fueron rentadas a la empresa norteamericana International Business Machines (IBM). Gracias a esta incorporación, la DGEN reentrenó el personal a cargo y lo desplazó del área de comercio exterior para iniciar el análisis regular del movimiento demográfico, de los bancos y de las finanzas públicas. La DERE llegó a perforar en un año 464.000 tarjetas con datos para realizar las estimaciones de la campaña agrícola. La DE, DNT pasó de realizar encuestas sobre los presupuestos de ingresos y gastos de entre 84 y 360 familias obreras, a superar las 1.000, a partir de 1925 (GONZÁLEZ BOLLO, 1997, p. 37).

¹⁹ La DGEN recalculó las cifras del comercio exterior y estableció los índices de precios al por menor y al por mayor. Mediante el uso de índices numéricos estableció una distinción clave en el análisis de las cifras de las importaciones y las exportaciones de un país exportador de materias primas, la “cantidad” y el “valor” de los productos comercializados. Dos estudios pioneros demostraron en una serie de años (1910-1917) lo que hoy conocemos como “deterioro de los términos del intercambio” (RA, 1917; RA, 1918). El establecimiento de indicadores de precios al por menor y al por mayor fue una derivación del recálculo de los valores del comercio exterior. A partir de fórmulas con una ponderación de artículos o canasta representativa, se estudiaron las oscilaciones del poder de compra de la moneda, según la inflación de los precios internos (Bunge, 1920), la distinción entre salarios “nominales” y “reales” (RA, 8 feb. 1924), y el costo mayorista de los insumos para la producción agropecuaria y manufacturera (DGEN, 1928). En 1929, la OEE-OIE, BNA empezó a analizar una correlación de variables –intercambio comercial, producción de granos, moneda en circulación e ingreso de oro– para estimar el “ciclo económico argentino” (O’CONNELL, 1984, p. 480). A la manera del hombre medio de Alphonse Quetelet, la DE, DNT diseñó una familia obrera promedio, gracias a nueve encuestas sobre ingresos, gastos y condiciones de vida de unidades domésticas de la ciudad de Buenos Aires (GONZÁLEZ BOLLO, 1999, p. 19-39). Por su parte, la DERE amplió la recopilación de datos más allá de la producción tradicional de la pampa húmeda, al incluir los cultivos industriales y no tradicionales de las economías regionales (MINISTERIO..., 1924, p. 13-16).

de tabulaciones a sus pares provinciales y municipales; reforzando el liderazgo institucional en el interior de la red de oficinas especializadas.²⁰ Finalmente, la séptima fueron los cuatro censos nacionales exitosos, aunque no tuvieron la envergadura de los grandes empadronamientos del moderno estado liberal. Nos referimos a los dos censos pecuarios (1922 y 1930), al de territorios nacionales (1920) y al de bancos (1925). Una derivación de esta última característica fue la ausencia del cuarto censo demográfico. El pedido fue liderado por los socialistas y los radicales, frente al silencio de la Comisión de Asuntos Constitucionales del Senado, que cumplía fielmente el papel de espacio de bloqueo legislativo.²¹

Un rasgo de continuidad de este periodo con el precedente es la resistencia de anarquistas y de industriales frente a los registros oficiales. Ya en el IXº Congreso de la FORA (abril de 1915), se afirmaba que “las informaciones interesadas del Estado y del capitalismo, [...] tienden a fomentar la concurrencia entre los trabajadores, a objeto de deprimir los salarios y establecer condiciones arbitrarias de trabajo, en contra de los intereses morales y materiales de la clase trabajadora”; y se proponía la organización de una Comisión de Estadística propia que contribuyera a desenmascarar “el engaño” del estado, mediante cifras producidas por los trabajadores (OTERO, 2006, p. 227). Diez años más tarde, la percepción de este engaño seguía vigente entre las filas obreras. Órganos de difusión como *Bandera Proletaria* afirmaban que “podríamos demostrar con números y documentos veraces que ni una sola de las informaciones de la sección estadística del D. N. del Trabajo es exacta” (EL DEPARTAMENTO..., 14 nov. 1925). A la sospecha sobre sus números, se sumaban la antipatía y la desconfianza respecto de sus cuadros técnicos, los cuales se consideraban movilizados por el interés burocrático de justificar la partida presupuestaria asignada para mantener sus puestos; además, se les imputaba falta de idoneidad y un “olímpico desprecio” a los trabajadores. La División Estadística era objeto de denuncias sobre la falsedad de sus estadísticas de huelgas (una rutina que había comenzado en 1907) o sobre las investigaciones de los recursos y gastos de la familia obrera. En este último caso, relativizaban los parámetros sobre los que eran establecidos la canasta de bienes y servicios, las cantidades consumidas y los precios pagados por la familia trabajadora promedio (EL VALOR..., 7 jul. 1926). En uno u otro caso, la conclusión era similar: quienes “beban en las fuentes informativas de nuestro principal centro de estadística, para regular sus datos, pueden vivir confiados en que nunca sabrán la verdad” (EL DEPARTAMENTO..., 14 nov. 1925).

Por otro lado, no hubo censo industrial, a pesar de las iniciativas oficiales puestas a disposición del UIA. Desde el Ministerio de Agricultura, se convocó a importantes industriales (Alfredo Vasena, Guillermo Padilla, Carlos Alberto

²⁰ Visto en perspectiva, facilitó un flujo de información crucial para poner en práctica las políticas expansivas que acompañarían el ascenso del estado interventor de la década siguiente.

²¹ Lo cierto es que este obstáculo al censo decenal será propio de la Argentina de entreguerras (el cuarto recién se realizará en 1947), hecho que contrasta con la capacidad de naciones como Brasil, Chile o México para levantar un empadronamiento demográfico nacional en aquellos mismos años.

Tornquist, Carlos Noel) para organizar el Registro Nacional del Comercio y la Industria, pero la desidia primó entre los convocados. Los continuos fracasos impidieron que las comisiones legislativas de presupuesto avalaran el proyecto de la DGCI a fin de crear la Sección de Estadística Industrial y Comercial (GONZÁLEZ BOLLO, 2007, p. 173-174). La prensa porteña señaló los datos industriales incompletos y el difícil acceso a los disponibles en manos privadas. Su diagnóstico sugiere responsabilidades compartidas:

Los departamentos de estadística oficial se encuentran en su periodo inicial de organización y no cuentan con los recursos adecuados para atribuir a sus tareas la intensidad que ha menester y la generalización útil para que sus comprobaciones sirvan de base para las previsiones de la iniciativa económica. Tampoco existen datos completos en las corporaciones privadas que en cierta manera condensan la representación de las industrias argentinas, como la Unión Industrial, y todo el acervo disponible se reduce a la afanosa recopilación lograda por investigadores aislados que pudieron formar con acertadas conjeturas un cuadro aproximativo de lo que somos en ese terreno (EL CENSO..., 10 mayo 1928).

En el sector agropecuario se sucede una apertura positiva, en la que participan los arrendatarios, los ganaderos, un experto del USDA y las entidades representativas de la comercialización agrícola. La Federación Agraria Argentina alentó a sus asociados a prestar mayor cooperación a la DERE, para facilitar la veracidad de las estimaciones periódicas (CONGRESO NACIONAL, 1918, p. 405-406). El experto norteamericano Leon M. Estabrook estableció un repertorio de formularios estandarizados con los que, a partir de la campaña agrícola 1923/24, la DERE publicó un calendario anual de 29 pronósticos sobre el estado de los cultivos y campos de pastoreo, de áreas sembradas y de saldos exportables. Una comisión de cerealistas, nucleados en la Cámara Gremial de Cereales y el Mercado de Cereales a Término de la ciudad de Buenos Aires, visitó la DERE y se interiorizó sobre "el sistema ideado para formular, con la mayor certeza posible, los pronósticos periódicos agrícolas [...] [y] no ocultan su admiración tanto sobre la bondad de la organización que pudieron apreciar" (citado en GONZÁLEZ BOLLO, 2007b, p. 10). La baja de los precios pecuarios facilitó la más amplia colaboración en la encuesta promovida por el ministro Tomás Le Breton, en noviembre de 1922. La coordinación entre la SRA y el Centro de Consignatarios garantizó la entrega completa de la ficha censal, y el apoyo del Ministerio del Interior permitió la entrega de los datos de los territorios nacionales. Julio César Urien, responsable de la DERE y director de la encuesta ganadera de 1922, comentaba:

Ha llamado la atención el concurso espontáneo de la mayoría de los ganaderos, que enviaron los datos de sus haciendas antes de haber recibido la ficha correspondiente, siendo innumerables también los que solicitaron por carta, como así mismo han sido muchos los dueños de campo que remiten a la Comisión la nómina de sus arrendatarios; y se señala esto a la consideración del señor Ministro [Tomás Le Bretón], porque importa destacar un fenómeno que no es fácil observar en obras de esta naturaleza (DERE, 1923, p. 3-4).

El sector bancario también colaboró abiertamente en un censo sectorial, pues la DGEN contaba con la activa participación de la banca pública y privada, nacional y extranjera. El censo bancario (1925) abrió el camino a la elaboración de las estadísticas anuales que indagaban en las oscilaciones de la base monetaria (1908-1927). La DGEN contó con la estrecha colaboración de los integrantes del Seminario de Bancos, de la Facultad de Ciencias Económicas (UBA) y de la Inspección General de Justicia. Las tres instituciones cooperaron en el diseño del formulario en la sección Economía, de la Primera Conferencia Nacional de Estadística, bajo la consigna "las cuentas bancarias ya no pueden ser consideradas como negocios privados de los banqueros y su clientela" (RA, 1925, p. 58). Esta declaración y la convergencia de voluntades públicas y privadas señalan una ruptura notable con las preocupaciones sobre el secreto en el giro comercial de la etapa precedente.

En esta etapa, los funcionarios asesoran en el desarrollo de estadísticas privadas, como en los informes sobre indicadores manufactureros de Alejandro Bunge a la UIA y sobre el mercado inglés de consumo de carnes de Raúl Prebisch a la SRA. Las polémicas publicadas en los grandes medios gráficos son más una excepción (Alejandro Bunge da a conocer artículos y ofrece entrevistas) que una regla (no hay artículos firmados por Manuel Dolarea, Alfredo Lucadamo, Raúl Prebisch y Julio César Urien). Por otra parte, Bunge emerge como un moderno *lobbyist* (HALPERÍN DONGHI, 2000, p. 178), esta vez, lejos de los círculos empresarios y cerca de los intereses burocráticos. Un editorial de *La Prensa* acompañó el pedido de actualización de los fondos presupuestarios para las estadísticas públicas, en momentos en que se discutía la aprobación del proyecto para 1920. Con respecto al recorte de fondos para la impresión y difusión de los datos oficiales, se preguntaba: "¿Es posible que los pilotos de la nave de la Nación hayan resuelto principiar sus economías suprimiendo la brújula y el sextante, los anteojos y los mapas y los planos de las rutas? ¿Es posible que buenos administradores no sientan la necesidad de las estadísticas durante tres o cuatro años consecutivos?" (SUPRESIÓN..., 1919). Un elemento sugestivo de este editorial es que posteriormente aparece como autor el entonces jefe de la DGEN (BUNGE, 1940, p. 492). No tenemos pruebas de otra operación de prensa equivalente, pero un año y medio más tarde, cuando ya se había aprobado el aumento de las partidas, en otro editorial se propuso el establecimiento de una junta coordinadora de las diferentes oficinas descentralizadas, incluidas las agencias provinciales. La futura junta debía situarse estratégicamente en el Ministerio de Hacienda, mientras la DGEN se dedicaba a la organización del censo decenal.

El cambio de la prensa hacia el editorial, al tratar las cuestiones estadísticas, merece profundizarse con un análisis diacrónico. Permite iluminar los múltiples posicionamientos e interpretaciones de la primera frente a las decisiones políticas sobre la segunda. A lo largo de la década de 1920, se sucedió una trama equivalente a la acontecida en el período anterior, entre las mesas censales y los corresponsales de los grandes diarios porteños. Ocurrió alrededor de las estadísticas agrícolas

reformadas de la poderosa Dirección de Economía Rural y Estadística, se originó en la prensa especializada, saltó a las planas de los grandes diarios porteños y culminó en los editoriales. La incertidumbre provocada por la baja de los precios de los cereales, antesala de la Gran Depresión, quedó asociada con ciertas decisiones de la segunda presidencia de Yrigoyen en las estadísticas públicas, mientras se desdibujaban las múltiples posiciones especulativas y los rumores de diferentes plazas comerciales.

Luego de la muerte de Emilio Lahitte, quien dirigió desde su creación la DERE (1898-1922), la sucesión dirigida por el Ministro de Agricultura Tomás Le Bretón contempló una reorganización administrativa mediante el nombramiento de una dupla político-técnica. Por un lado, la jefatura quedó a cargo de un diputado radical de la legislatura bonaerense, Julio César Urien; por otro, se contrató durante un año y medio a un experto del USDA para renovar las metodologías, captura de datos y pronósticos de las campañas agrícolas. La recepción de Estabrook fue auspiciosa, al punto que *The Review of the River Plate* saludó su llegada y reconoció el lamentable atraso en esa área de medición (NOTES ON NEWS, 2 feb.1923). En esas mismas páginas, Estabrook (ESTABROOK, 1924, p. 355-357) presentó un balance de lo hecho en la dependencia de Agricultura, donde destacaba la reforma metodológica como un beneficio esencial, tanto para las operaciones de compra y venta agrícola como para revelar con claridad la producción, los costos y los precios. De igual modo, el poderoso Mercado de Cereales a Término, núcleo de la comercialización y responsable del precio de referencia de las principales cosechas, presentó en las páginas de la *Revista Semanal* un resumen de las conclusiones del informe elevado a Le Bretón (MINISTERIO DE AGRICULTURA..., 16 oct. 1923). Como buen político, Urien capitalizó lo hecho, al destacar la negligencia de la prensa al no reconocer posteriormente los errores de las cifras que publicaba y recordó casos de comerciantes que fueron descubiertos acopiando, aunque negaron tales acopios. Por último, afirmó que:

“Cuando las estadísticas se publican en grandes cifras totales, son fácilmente negadas; cuando se acompañan algunos parciales, pueden ser discutidas; pero cuando se ofrecen hasta los más insignificantes detalles, deben ser detenidamente estudiadas y para llegar a negar su veracidad es preciso señalar los errores” (INFORMES..., 1923).

En una visita a la repartición, una comisión de cerealistas del Mercado de Cereales a Término y de la Cámara Gremial de Cereales (encargada de la tipificación de las calidades de las cosechas) “se detuvieron particularmente en el sistema concebido para formular, con la mayor certeza posible, los pronósticos periódicos agrícolas” (MINISTERIO DE AGRICULTURA, 1925, p. 1-2). Un rumor originado en Estados Unidos, que dudaba de los pronósticos argentinos sobre la producción de trigo, impulsó al Directorio del Mercado a reafirmar la calidad de la información oficial y a desechar tales trascendidos por interesados (MERCADO..., 1925, p. 1-2). Asimismo, Urien tranquilizó a la Bolsa de Cereales porteña acerca de la noticia originada en Londres, publicada por *La Prensa*, donde la Unión Soviética

reanudaría la exportación de granos (cerrada desde la revolución bolchevique), dudando sobre tal posibilidad en el futuro inmediato (BOLSA DE CEREALES, 1926). El "idilio" entre la jefatura de la DERE y el Mercado de Cereales no concluyó cuando Urien fue elevado a subsecretario de Agricultura, sino que continuó luego del nombramiento de Manuel Dolarea, a quien definían como un colaborador "hecho en su misma escuela" (NUEVO SUBSECRETARIO..., 1926). Es comprensible, entonces, que una diferencia de 209.000 toneladas en las existencias de trigo, entre abril y agosto de 1926, no haya mellado tal confianza; más aún, Dolarea repitió la acusación hecha por un antecesor en el cargo: que recayera toda la responsabilidad en las subdeclaraciones de las existencias de granos (MINISTERIO DE AGRICULTURA..., 1926).

La existencia de una subdeclaración no es un dato menor. Tal como citamos más arriba, Urien había observado que esta posibilidad se atenuaba en los censos, en medio de un contexto de baja de precios (en este caso, pecuarios) y, por lo tanto, los empadronamientos tenían mayor posibilidad de llegar a la cifra real. No es menos cierto que la confianza pública en las existencias "verídicas" del *stock* granario estaba sostenida por una trama en la que intervenían las corporaciones líderes de la comercialización agrícola, los responsables de la estadística oficial y los grandes medios de prensa, a los que podían sumarse los arrendatarios como un socio no menos importante en la captura de los datos. No fue una decisión política sobre la estadística pública la que restó credibilidad a los pronósticos agrícolas, en el preludio de la Gran Depresión. Por un lado, fue la falta de decisión política para subsanarla y, por otro, el error de la prensa para interpretar el origen del problema.

En medio del recambio presidencial, en agosto de 1928, existía una discrepancia de 1,1 millón de toneladas, sobre la existencia de trigo, entre la DERE y el agente en la ciudad de Buenos Aires de la Casa Broomhall. Esto sumaba incertidumbre a las cotizaciones internacionales del cereal. La Bolsa de Cereales porteña puso en aviso sobre la cuestión al ministro de Agricultura, el ingeniero Emilio Mihura, pidiéndole que efectuara una comprobación del *stock* disponible en puertos, en estaciones de ferrocarriles, en chacras y en molinos. Éste se negó a tal comprobación y ratificó la "absoluta seguridad sobre que es real la cifra que consigna el registro de la DERE", bajo responsabilidad de Dolarea (BOLSA DE CEREALES, 1929, p. 66). Con la llegada al Ministerio de Agricultura del doctor Fleitas, la Bolsa reiteró la duda, cuando el ex viceministro Urien fue repuesto en el cargo de jefe de la DERE. Fleitas optó por desplazarlo, a fin de investigar fallas administrativas e intervino la dependencia, que quedó a cargo del ingeniero agrónomo Julio J. Bolla. Visto en perspectiva, aquí hay un entrelazamiento de situaciones. Por una parte, la vuelta al poder del personalismo supuso convertir los cargos y puestos incrementados de la estadística pública en parte del botín de la facción triunfante; por otra, no hay que olvidar la caída de los precios de los cereales, la dramática ausencia de datos desde agosto de 1928 (es decir, antes de la vuelta de Yrigoyen al poder) y la discrepancia entre la DERE y los corredores internacionales de *commodities*, sobre las existencias

de cereal y de lino en la Argentina. Esta combinación de circunstancias quebró la confianza lograda anteriormente.

En realidad, el ministro Fleitas también se negó a convalidar una comprobación de las existencias de trigo, mientras la baja de los precios se acentuó. Desde la campaña, el presidente de la Federación Agraria Argentina, Esteban Piacenza, sumaba como problema la falta de estadísticas fiables para comprobar las reservas de cereal (PROVOCA..., 13 mayo 1929). En un editorial, *La Prensa* definió la situación existente desde octubre de 1928 como una “parálisis informativa” (ESTADISTICA..., 18 jun. 1929). La *Review of the River Plate* reinterpreto el editorial (ARGENTINE..., 21 jul. 1929). Frente a la necesidad de contar con información en tiempo real, definió la situación de la DERE como “collapse” y la “virtual cessation” de sus servicios y el despido de Urien como falto de razón. La Bolsa de Cereales porteña renovó sus observaciones sobre la disponibilidad de lino, en una entrevista con el ministro Fleitas, quien esta vez reconoció el error y rectificó el saldo disponible, reduciéndolo de 671.000 a 404.000 toneladas (BOLSA DE CEREALES, 1930, p. 43). La grosera diferencia fue provocada porque la intervención de la DERE calculó la cosecha sobre la base del área cultivada y no se dedujeron las cantidades exportadas antes de fin de año, algo que estaba contemplado en los cálculos de los gremios cerealistas. Un editorial de *La Nación* demostraba que las cuestiones de técnica administrativa colisionaban con la “obsecuencia política” que dominaba la DERE (LOS SALDOS..., 18 sept. 1929).

III. Conclusiones

Entre la producción de los números oficiales y su divulgación pública existe un espacio intangible en el cual no sólo se enriquecen los debates con evidencia categórica, sino que el propio *status* de las estadísticas oficiales pasa a ser discutido. Consideramos que el recorrido por las páginas de la prensa escrita era una vía válida para “recuperar” el encuentro entre estado y sociedad, en el marco de procesos sociales de producción oficial de conocimiento cuantitativo sobre esta última, y pusimos en relación la progresiva ampliación de las capacidades estatales de indagación estadística con las reacciones públicas que recogieron en la Argentina esas tareas rutinarias de la burocracia especializada durante el periodo 1890-1930. A partir de este enfoque se alcanzó a corporizar una trama de relaciones entre agentes burocráticos, sectores corporativos, opinión pública y periodismo en la que no faltaron denuncias cruzadas, posiciones críticas, controversias, e incluso modernas “operaciones de prensa”. Somos concientes de que los artículos y las reseñas periodísticas de los informes oficiales no ofrecen a la opinión pública más que una visión sorteada de múltiples mediaciones, sobre la maquinaria estatal y sus agencias especializadas. En consecuencia, nos interesó distinguir la diversidad de representaciones de la actividad estadística y los intentos de la prensa por involucrarse en los debates sobre la cuestión, en especial, en los editoriales.

En el proceso de consolidación institucional de la estadística pública, articulado bajo la matriz legal-racional del estado liberal, la producción cuantitativa oficial alcanzó a sortear algunas desconfianzas (agro), aunque no otras (industrias). Pero lo cierto es que logró un lento avance de la esfera pública sobre los intereses privados. Esta frontera era una delimitación cardinal para el pensamiento liberal decimonónico, ya que se entrecruzaban los alcances de los derechos civiles con las interpretaciones del constitucionalismo sobre el papel del estado. Es fácil deducir que la ampliación de la red de indagación oficial fue un precedente clave en la instauración del estado interventor en la Argentina. Aquí, nos gustaría presentar este avance como un ejemplo de los rodeos creativos que debió realizar la gestión de un estado mínimo, pero potente, frente a la vitalidad de la sociedad argentina, antes de la Gran Depresión.

En ese camino creativo, el estado se encontró con un mediador que, por momentos, facilitó ese avance y, por otros, lo obstaculizó. Bajo el orden político conservador, las intervenciones de la prensa como actor de aquella trama excedieron las funciones típicas de divulgación de las decisiones técnicas y los procedimientos coordinados que hacen realidad operativos de recuento como el censo, sobre la base de cierta organización y colaboración colectivas. La prensa escrita se convirtió en auxiliar de la expansión de la actividad estadística oficial, en la medida que se involucró en el despliegue de una pedagogía estadística definida desde el estado que buscaba torcer las resistencias sociales frente a los recuentos. También actuó como promotora de consensos en torno a la relevancia y la utilidad de las estadísticas, fundamentalmente, en el espacio de las decisiones políticas. Sin embargo, se trató de un colaborador crítico, en la medida que erosionó por momentos la credibilidad de las cifras oficiales y la autoridad social de sus productores. Por un lado, denunció irregularidades, arbitrariedades e incluso errores en momentos en que se estaba realizando un censo, con efectos negativos en la confianza pública depositada en el operativo. Por otro, le disputó a la elite técnica estatal el control sobre los resultados, al pretender para sí la legitimidad de un rol fiscalizador en los operativos.

En el proceso de modernización de la estadística nacional (1916-1930), emerge la prensa porteña como un actor complejo. Poner el foco de atención sobre este escenario sugiere que la prensa se transformó en protagonista de la trama de intereses, al pasar de narrar los conflictos a actuar en ellos. Fue promotora y aliada del proceso de jerarquización administrativa de la actividad estadística nacional, y por momentos socia de los intereses burocráticos nucleados en torno a ella, al facilitar sus páginas para operaciones políticas que buscaron promocionar la relevancia de la tarea estadística en la esfera pública y presionar por un incremento de su partida presupuestaria. En otras ocasiones, la prensa tuvo la pretensión de convertirse en garante de la objetividad del *work-in-process*, en detrimento de los responsables técnicos. Con su intervención en controversias relativas a la veracidad de los datos oficiales, como el caso de la DERE, se convirtió en partícipe necesario del quiebre en la confianza pública depositada en las

estadísticas agrícolas oficiales. Si por momentos funcionó como un medio eficaz de naturalización de las “verdades” estadísticas, por otros alimentó la cadena de rumores que ponía en cuestión las afirmaciones oficiales y denunció distorsiones políticas. Identificar los factores que explican esta conducta pendular de la prensa escrita porteña frente a la estadística oficial requiere de un estudio más profundo, que recupere la intencionalidad de su accionar, sus motivaciones e intereses. Lo que sí podemos afirmar es que, de aquí en más, la prensa se convirtió en un actor central en la consagración de la credibilidad y legitimidad de la producción estadística en Argentina.

IV. Bibliografía

ALSINA, Juan A. De mi archivo. Gestión económica. Buenos Aires: Felipe S. Alsina, 1911.

ARGENTINE Agricultural Statistics. Review of the River Plate, Buenos Aires, 21 jul. 1929. p. 15.

BOLSA DE CEREALES. Anexo. En: Memoria e Informe presentados por la Comisión Directiva en la Asamblea del 30 de abril de 1929, ejercicio 1928-1929. Buenos Aires: Talleres Gráficos Viotti, 1929. p. 66-71.

BOLSA DE CEREALES. Estadística sobre el saldo exportable de lino. En: Memoria e Informe presentados por la Comisión Directiva en la Asamblea del 30 de abril de 1930, ejercicio 1929-1930. Buenos Aires: Talleres Gráficos Viotti, 1930, p. 43-44.

BOLSA DE CEREALES. Producción de trigo en Rusia. En: Memoria e informe de la Comisión Directiva presentada en la Asamblea del 30 de abril de 1926, ejercicio 1925-1926. Buenos Aires: Talleres Gráficos América, 1926, p. 71-73.

BOTANA, Natalio. El orden conservador. Buenos Aires: Sudamericana, 1994 (1977).

BUNGE, Alejandro E. Una nueva Argentina. Buenos Aires: Guillermo Kraft Ltda., 1940.

CENSO nacional. La Nación, Buenos Aires, 19 mayo 1895. p. 4.

CONGRESO NACIONAL. Diario de sesiones de la Cámara de Senadores, periodo 1894. Buenos Aires: Imprenta del Congreso, 1894.

_____. Diario de Sesiones de la Cámara de Diputados, año 1918. T.I, Buenos Aires, 1918.

_____. Diario de Sesiones de la Cámara de Diputados, año 1919. T.V, Buenos Aires, 1920.

CHAMPAGNE, Patrick, LENOIR, Rémi, MERLLIÉ, Dominique, y PINTO, Louis. Initiation à la pratique Sociologique. París: Dunod, 1999.

DANIEL, Claudia. El primer observatorio social argentino. Estado, censos y estadísticas oficiales, 1869-1914. Buenos Aires: Tesis de Maestría en Investigación en Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, 2006.

DEMOGRAFÍA. La Nación, Buenos Aires, 7 jun.1895. p. 3.

DERE. Perfeccionamiento de las estadísticas agropecuarias nacionales. Circular. Nº 159, Ministerio de Agricultura de la Nación, p. 1-7, 25 sept. 1923.

DÍAZ ALEJANDRO, Carlos. Ensayos sobre historia económica argentina. Buenos Aires: Amorrortu, 1987 (1975).

EL CENSO. La Nación, Buenos Aires, 27 mayo 1914. p. 12.

EL CENSO. La Nación, Buenos Aires, 1 jun. 1914. p. 11.

EL CENSO. La Nación, Buenos Aires, 4 jun. 1914. p. 12.

EL CENSO de la educación. La Nación, Buenos Aires, 22 mayo 1909. p. 6.

EL CENSO industrial. La Nación, Buenos Aires, 15 abr. 1908. p. 7.

EL CENSO industrial. La Nación, Buenos Aires, 10 mayo 1928. Editorial, p. 6.

EL CENSO industrial. La Nación, Buenos Aires, 4 jun. 1908. p. 8.

EL CENSO municipal. La Nación, Buenos Aires, 17 oct. 1909. p. 9.

EL CENSO nacional. Mal nombramiento. La Vanguardia, Buenos Aires, 20 sept. 1913. p. 1.

EL DEPARTAMENTO Nacional del Trabajo y la bondad de sus estadísticas. Bandera Proletaria, Buenos Aires, 14 nov. 1925. p. 1.

EL DÍA del censo. La Nación, Buenos Aires, 31 mayo 1914. p. 11.

EL LEVANTAMIENTO del censo escolar. La Nación, Buenos Aires, 24 mayo 1909. p. 7.

EL TERCER censo nacional. La Nación, Buenos Aires, 2 jun. 1914. p. 11.

EL VALOR de una estadística. Bandera Proletaria, Buenos Aires, 17 jul. 1926. p. 1.

ESTABROOK, Leon M. Agricultural Statistics in Argentina. The Review of the River Plate, 8 de agosto de 1924, p. 355-357.

ESTADÍSTICA agropecuaria desprovista de utilidad. La Prensa, Buenos Aires, 18 jun. 1929. Editorial, p. 14.

GERCHUNOFF, Pablo y LLACH, Lucas. El ciclo de la ilusión y el desencanto. Un siglo de políticas económicas argentina. Buenos Aires: Ariel, 1998.

GONZÁLEZ BOLLO, Hernán. Ciencias sociales y sociografía estatal. Tras el estudio de la familia obrera porteña, 1899-1932. Revista Estudios Sociales. Santa Fe, Nº 16, p. 19-39, 1º semestre 1999.

_____. La dimensión política de los censos nacionales de población bajo el orden conservador: intereses regionales **versus** representación electoral, 1895-1919. Trabajo presentado en VII Jornadas Interescuelas-Departamentos de Historia. Comahue, Neuquén, 1999.

_____. La estadística pública y la expansión del estado argentino: una historia social y política de una burocracia especializada (1869-1947). Buenos Aires: tesis doctoral. UTDT, Departamento de Posgrado, 2007.

_____. La Dirección de Economía Rural y Estadística, del Ministerio de Agricultura: estructura administrativa, funciones oficiales y relaciones político-burocráticas (Argentina, 1898-1948). Trabajo presentado en I Congreso Latinoamericano de Historia Económica, Montevideo, 2007b.

HALPERÍN DONGHI, Tulio. Vida y muerte de la República verdadera (1910-1930). Buenos Aires: Ariel Historia, 2000.

HOROWITZ, Joel. Cuando las élites y los trabajadores coincidieron: la resistencia al programa de bienestar patrocinado por el gobierno argentino, 1923-24. Anuario IEHS, Tandil, N° 16, p. 109-128, 2001.

INFORMES elevados a la consideración de S. E. el señor Ministro de Agricultura por la Dirección de Economía Rural y Estadística. Estadística agropecuaria DERE, Buenos Aires, Año XXV, N° 5, p. 190-191, mayo 1923.

LA DESOCUPACIÓN. La Vanguardia, Buenos Aires, 13 dic. 1913. p. 1.

LAHITTE, Emilio. Causas generadoras de la importación de productos alimenticios que pueden producirse en el país. Boletín del Ministerio de Agricultura, Buenos Aires, T. XIII, N° 8, p. 438-458, ago. 1911.

_____. La propiedad rural en 1915. Boletín del Ministerio de Agricultura, Buenos Aires, T. XX, N° 5-6, p. 467-472, mayo-jun. 1916.

LAMAS, Andrés L. El proteccionismo fiscal. La obra del doctor Latzina. Boletín de la UIA, Año XIII, N° 371, p. 1-6, 20 nov. 1899.

LATZINA, Francisco. Virutas y astillas. Segundo canasto. Buenos Aires: Compañía Sudamericana de Billetes de Banco, 1899.

_____. Aritmética (Manual destinado a los empleados de la estadística). Buenos Aires: s./ed., 1911.

LOS SALDOS exportables. La Nación, Buenos Aires, 18 sept. 1929. Editorial, p. 8.

MARTÍNEZ, Alberto B. Finanzas comunales de Buenos Aires. Recopilación de artículos publicados en La Nación. Buenos Aires: Compañía Sudamericana de Billetes de Banco, 1892.

MERCADO de Cereales a Término de Buenos Aires. Revista Semanal. Buenos Aires, N° 183, p. 1-2, 29 dic. 1925.

MINISTERIO DE AGRICULTURA. Dirección de Economía Rural y Estadística. Revista Semanal. Buenos Aires, N° 174, p. 1-2, 27 oct. 1925.

MINISTERIO DE AGRICULTURA DE LA NACIÓN. Perfeccionamiento de las estadísticas agropecuarias nacionales. Revista Semanal. Buenos Aires, N° 86, p. 1-4, 16 oct. 1923.

_____. Existencias de trigo en el país. Informe oficial. Revista Semanal. Buenos Aires, N° 220, pp. 1-4, 14 sept. 1926.

MULHALL, Michael G. Industries and Wealth of Nations. London, New York, Bombay: Longmans, Green, and Co., 1896.

NO TENEMOS una estadística industrial! Boletín de la UIA. Buenos Aires, Año XX, N° 457, p.1, 15 ene. 1907.

NOTES ON NEWS. Review of the River Plate, Buenos Aires, 2 feb. 1923. p.267.

NUEVO SUBSECRETARIO del Ministerio de Agricultura de la Nación. Revista Semanal, Buenos Aires, 20 abr. 1926. p. 1.

O'CONNELL, Arturo. La Argentina en la depresión: los problemas de una economía abierta. Desarrollo Económico. Buenos Aires, vol. 23, N° 92, p. 479-514, ene.-mar. 1984.

OTERO, Hernán. Estadística y Nación. Una historia conceptual del pensamiento censal de la Argentina moderna, 1869-1914. Buenos Aires: Prometeo, 2006.

PREBISCH, Raúl. Anotaciones a la estadística nacional. Revista de Economía Argentina, Buenos Aires, t. XV, nº 86, p. 85-104, ago. 1925.

PROVOCA malestar en la campaña la acentuada baja que han venido sufriendo los precios del trigo. La Nación, Buenos Aires, 13 mayo 1929. p. 7.

RA. Censo Agropecuario Nacional, la ganadería y la agricultura en 1908. Buenos Aires: Talleres de Publicaciones de la Oficina Meteorológica Argentina, t. I, 1909.

RA. Censo General de Educación levantado el 23 de Mayo de 1909 durante la presidencia del Dr. José Figueroa Alcorta siendo Ministro de Justicia é Instrucción Pública el Dr. Rómulo Naón. Buenos Aires: Talleres de Publicaciones de la Oficina Meteorológica Argentina, 1910.

RA. MINISTERIO DE HACIENDA, COMISIÓN REVISORA DE LEYES ADUANERAS. Estudios é Informes. Primera parte, Proyecto de reformas á la tarifa de avalúos para 1908. Buenos Aires: Casa Editora e Impresos M. Rodríguez Giles, 1907a.

_____. Estudios é Informes. Segunda parte, Proyecto de reformas a la ley de Aduanas para 1908. Buenos Aires: Compañía Sud-Americana de Billetes de Banco, 1907b.

ROCK, David. El radicalismo argentino, 1890-1930. Buenos Aires: Amorrortu, 1997 (1975).

ROMERO, Luis A. La crisis argentina. Una mirada al siglo XX. Buenos Aires: Siglo XXI, 2003.

SEGUNDO censo nacional. La Nación, Buenos Aires, 8 mayo 1895. p. 3.

SEGUNDO censo nacional. La Nación, Buenos Aires, 12 mayo 1895. p. 4.

SEGUNDO censo nacional. La Nación, Buenos Aires, 15 mayo 1895. p. 4.

SEGUNDO censo nacional. La Nación, Buenos Aires, 16 mayo 1895. p. 5.

SIDICARO, Ricardo. La política mirada desde arriba. Las ideas del diario La Nación, 1909-1989. Buenos Aires: Sudamericana 1993.

SKOCPOL, Theda. El Estado regresa al primer plano: estrategias de análisis en la investigación actual. Zona Abierta, Madrid, Nº 50, p. 71-122, ene.-mar. 1989.

SOLBERG, Carl. Descontento rural y política agraria en la Argentina, 1912-1930. En: GIMÉNEZ ZAPIOLA, Marcos, compilador. El régimen oligárquico. Materiales para el estudio de la realidad argentina (hasta 1930). Buenos Aires: Amorrortu, 1975. p. 246-311.

SUPRESIÓN de la brújula del Estado. La Prensa, Buenos Aires, 26 mayo 1919. Editorial, p. 4-5.

TERCER CENSO nacional. Boletín UIA. Buenos Aires, Año XXVII, Nº 541, p.1-2, 15 ene.1914.

WEBB, A. D. The New Dictionary of Statistics: A Complement to the Fourth Edition of Mulhall's Dictionary Statistics. London: Routledge, 1911.

Estatísticas brasileiras: importância nos estudos sociais e na demografia histórica

Alexandre de Paiva Rio Camargo

Resumo

Este breve artigo é um relatório analítico de uma sessão ocorrida no seminário internacional que originou o presente livro, contando com a participação de três pesquisadores. O cientista político Wanderley Guilherme dos Santos teceu uma narrativa sobre sua participação na obra *Estatísticas do século XX*, editada pelo IBGE, além de analisar o papel desempenhado pelas informações primárias na fundamentação do ofício do cientista social. O historiador Tarcísio Rodrigues Botelho apresentou uma visão sobre os avanços e recuos da demografia histórica no Brasil, dedicando atenção especial ao problema do acesso às fontes. Já o demógrafo Luiz Antonio Pinto de Oliveira ofereceu seu testemunho sobre o Projeto *História das Estatísticas Brasileiras (1822-2002)*, promovido pelo IBGE, realçando os benefícios que podem ser gerados por este tipo de iniciativa em um Instituto Nacional de Estatística.

Reunindo três pesquisadores das áreas de ciência política, história e demografia, a segunda mesa de palestras do seminário *As estatísticas latino-americanas em perspectiva histórica* (no IBGE), que ora dá título a este artigo, colocou em evidência a importância das estatísticas na configuração do campo disciplinar das ciências sociais e da demografia histórica no Brasil¹. Em seu

¹ A referida mesa foi a segunda sessão ocorrida no seminário, organizado pelo IBGE como debate antes do encontro na LASA. Foi precedida pelas conferências de Hernán Otero e Jean-Pierre Beaud, que ora integram esta publicação.

conjunto, os expositores destacaram o papel desempenhado pelas estatísticas na formalização dos discursos sobre os diversos níveis do social, chamando atenção para os obstáculos epistemológicos que transpassam os temas e períodos históricos para os quais não há informações disponíveis ou confiáveis.

Nesta abordagem, sobressai a potência das estatísticas para a sustentação das hipóteses científicas. Afinal, as ciências sociais exploram as informações primárias enquanto instrumento de aproximação da realidade à base de um forte consenso. Estatísticas sobre saúde, inflação, renda, desemprego, entre tantas, podem ser discutidas e contestadas, tomando-se o parâmetro da precisão e dos critérios de definição adotados. Como referências estáveis, todavia, seus objetos de mensuração são indisputáveis, tal é o realismo das agregações (DESROSIÈRES, 1998, p. 2, tradução nossa).

Desse modo, as ciências sociais lograram emancipar sua modalidade de discurso frente à estreiteza do senso comum e ao rigor da especulação metafísica, que com elas tantas vezes concorreram na atribuição de significados à experiência humana. Desde os anos 1930, com os primeiros estudos sobre processos eleitorais nos Estados Unidos, o pragmatismo da ação tornou-se crescentemente o mote das diferentes disciplinas sociais, ciosas de elucidar e orientar o poder público. Emerge, então, a preocupação com o instrumental apropriado para responder questões que o bom senso, a filosofia e as ciências naturais não têm condições de resolver: o detalhamento das semelhanças e diferenças entre os agrupamentos sociais, no tempo (passado / presente) e no espaço (regiões / territórios), fundamental para uma distribuição mais homogênea dos recursos e para a planificação do desenvolvimento.

Veja-se com clareza que as informações primárias subsidiam os conceitos científicos. Um processo que, de maneira ainda incidental, segundo Ian Hacking, já pode ser notado em Karl Marx, em plena era das revoluções burguesas: “Marx lia atentamente as minutas das estatísticas oficiais e os relatórios dos inspetores das fábricas. Alguém pode perguntar: quem exerceu maior impacto na consciência de classe, Marx ou os autores dos relatórios oficiais, que criaram a classificação por meio da qual as pessoas se reconheciam?” (HACKING, 1990, p. 3, tradução nossa). Desde então e cada vez mais as estatísticas integram a nova metodologia de pesquisa, tornando-se indispensáveis à regulação das espécies e à individualização dos coletivos sociais.

Não devemos polemizar e ignorar a abordagem qualitativa nas ciências sociais, que cresceu intensamente com a difusão das obras de Max Weber e os estudos de Alfred Schultz, Aaron Cicourel e Harold Garfinkel, entre outros. Desde então, ela vem constituindo uma importante alternativa metodológica aos que desdenham das possibilidades cognitivas das estatísticas, que se tornaram ainda mais numerosos com a influência crescente do anti-realismo epistemológico. Não obstante, é preciso dizê-lo, abrir mão das informações estatísticas implica recusar

a investigação de configurações sociais fundamentais, que, de outro modo, não podem ser conhecidas, pensadas e avaliadas.

Este foi o centro da exposição de Wanderley Guilherme dos Santos, ao dissecar os quatro tipos elementares de informações primárias que fundamentam o trabalho do analista político. São eles: 1) pessoas, famílias, domicílios; 2) votos e partidos; 3) moedas; 4) narrativas históricas. Do primeiro grupo podem ser derivadas as seguintes dimensões: movimentos demográficos, taxas de mortalidade e natalidade, migrações internas, urbanização, distribuição de densidade populacional, composição etária da população, estrutura ocupacional, condições de vida (saúde e educação).

Dessa plataforma de informações acuradas depende o mapeamento analítico do mundo social, visto através da constituição de seus grupos (associações de interesse, sindicatos, sociedades de classe). Sem uma base consistente de informações primárias, as análises sobre o social (como estrutura ocupacional e divisão do trabalho) não logram superar o bom senso. Sua legitimidade, sustenta Santos, depende tanto do treinamento disciplinar quanto de uma base de informações sólida e confiável.

O mesmo pode ser dito em relação ao funcionamento do sistema eleitoral, analisado a partir do número de eleitores; sua distribuição pelos diversos distritos eleitorais; taxa de comparecimento às eleições, número de votos brancos, nulos, legítimos; número de organizações partidárias; distribuição geográfica do eleitorado; resultados eleitorais; votação dentro das casas legislativas (quem vota, como se vota, como se registram os votos); votação nas assembleias e associações não-políticas (como sindicatos e empresas).

No terceiro tópico, as informações sobre moeda permitem analisar a extração e alocação de recursos na forma das políticas governamentais, em pelo menos duas direções. Quanto à vertente fiscalista, o interesse da análise é sobre quem paga (critérios de idade, renda, ocupação). Na vertente distributiva, a ênfase recai sobre os programas de governo em infra-estrutura e serviços. As informações sobre moeda propiciam a análise da estrutura de preferências da ação governamental (federal, estadual, municipal) e sua correspondência com a estrutura de carências da população, promovendo assim um instrumento público de responsabilidade política e de avaliação das expectativas sociais.

Por fim, há as informações sobre narrativas históricas. Em documentos, testemunhos e memórias elas oferecem o suporte para as explicações causais e probabilísticas em torno da mudança social.

A apresentação de Santos forneceu a exata medida da relevância do IBGE para os estudos sociais brasileiros. Afinal, o instituto é o grande responsável pelas três unidades de investigação, como produtor direto da primeira, competindo-lhe ainda a organização e a catalogação do segundo e do terceiro grupos, na medida em que recebe e trabalha as informações produzidas por outros órgãos

governamentais, apresentando-as ao público. Portanto, “somente em relação às narrativas históricas, os analistas políticos e sociais se permitem dispensar a intervenção e a colaboração do IBGE, o que os obriga a conhecer em profundidade e aplicar todos os dados produzidos ou organizados por essa instituição” Mesmo neste último aspecto, a tarefa do cientista social é enormemente facilitada quando tem acesso a compilações e análises de séries históricas, cuja referência maior é a obra *Estatísticas do Século XX*, editada pelo IBGE, e organizada, em uma de suas partes, pelo próprio Wanderley Guilherme dos Santos².

Em relação às narrativas históricas, portanto, as estatísticas permanecem um meio de análise central. Entretanto, pela natureza de seu caráter, estão dispersas. Não foram reunidas em uma instituição centralizada como o IBGE. Sua disposição pelo território dos países muitas vezes depende dos pactos que se estabelecem entre lideranças locais e o poder central, além dos investimentos em políticas de cultura e patrimônio por parte dos municípios e do governo federal. O caso brasileiro é um extremo desta situação. A laicização do registro civil na Primeira República (1889-1930) e o conseqüente deslocamento da Igreja católica de sua antiga prerrogativa sobre a criação e supervisão dos registros de população (batismos, casamentos e falecimentos) não deu origem a arquivos públicos de qualidade. Ao contrário, alerta o historiador Tarcísio Rodrigues Botelho, a má preservação dos acervos documentais e dos registros administrativos é a regra nas municipalidades do Brasil. Como resultado, se coloca um estranho paroxismo, já que os demógrafos históricos encontram um volume de informações maior e mais bem tratado disponível em paróquias e cúrias diocesanas, arquivos considerados privados.

Para Botelho, esta razão ajuda a explicar a extrema dificuldade de acesso aos formulários originais dos censos, diferentemente do que ocorre no Canadá, nos Estados Unidos, na Argentina e em vários países da Europa. Até o momento não foram localizados os formulários censitários aplicados pela Diretoria Geral de Estatística, que atuou, com algumas interrupções, entre 1871 e 1931. Somente são conhecidos os questionários posteriores à criação do IBGE, em 1936. A situação torna-se ainda mais intrigante quando recorremos aos relatórios das comissões censitárias e à legislação brasileira, que nada dispõem sobre a destruição desses documentos. Sua localização desconhecida permanece um problema capital, de difícil resolução.

² A estrutura da aludida publicação foi dividida em duas partes: uma, com as estatísticas demográficas, sociais, políticas e culturais, foi organizada por Wanderley Guilherme dos Santos; e outra, com as estatísticas econômicas, foi organizada por Marcelo Paiva Abreu. Em conjunto, ambas totalizam 326 séries históricas. Elaboraram capítulos, além dos próprios organizadores, Nelson do Valle Silva, Maria Ligia de O. Barbosa, Leilah Landim, Carlos Hasenbalg, Nisia Trindade Lima, Maria Tereza Sadek, Gilberto Hochman, Francisco Viacava, Adalberto Moreira Cardoso, Fabiano Santos, Sergio Miceli, AntonioCláudio Zochaczewski, Regis Bonelli, Jorge Chami, Gustavo Gonzaga, Danielle Carusi Machado, Eustáquio Reis, Fernando Blanco, Lucilene Morandi e Mérida Medina. Quase todos os pesquisadores pertencem aos quadros do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Pelo que já se apresentou, fica evidente que a deficiência de informações primárias na tarefa de reconstrução histórica tem como resultado a precarização do ofício do cientista social. Um bom exemplo disso nos vem da escassez de informações a respeito dos resultados eleitorais na Primeira República, restritos aos pleitos presidenciais. As novas reflexões historiográficas têm considerado a estabilidade das instituições políticas no período, que não conheceram golpes de Estado ou intervenções militares no governo, coexistindo com a corrupção e práticas de fraude e violência local, características de uma república oligárquica. Ainda assim, não se assistiu à interrupção das eleições legislativas, ao fechamento do congresso ou substituição ilegal de presidentes, em um período marcado pela continuidade das regras eleitorais e dos prazos definidos pela Constituição. No entanto, torna-se muito difícil conhecer melhor o funcionamento dessas instituições, pois não há dados sobre a votação para a Câmara Nacional, nem mesmo agregações por estados. A carência de informações inviabiliza o conhecimento do comportamento eleitoral e dos processos políticos de então, comprometendo a revisão historiográfica do período, que ora se coloca com grande ímpeto.

Como se vê, é como meio de análise que as estatísticas são predominantemente utilizadas, demandas e criticadas pela pesquisa social. Mas também é possível derivar-lhe um outro olhar, alternativo e pouco explorado, bastante afinado com o espírito desta publicação. Tomando as instituições estatísticas como objeto de estudo, é possível investigá-las como categorias de percepção da realidade. Uma realidade que elas constroem e idealizam para sobre ela agir.

Precipitando-se sobre esta abordagem, Luiz Antonio Pinto de Oliveira teceu um conjunto de considerações pessoais a partir de sua leitura da coleção “História das Estatísticas Brasileiras (1822-2002)”, em quatro volumes, editada pelo IBGE. Para Oliveira, os benefícios e aprendizados por ela proporcionados alcançam aos estudiosos da sociedade, população, economia e território, e, principalmente, aos produtores de estatística. Por meio dela, estes se vêem em face não apenas dos marcos epistemológicos de sua disciplina, como também do instrumento de Estado e suas tecnologias de controle. As metodologias, classificações e temáticas de pesquisa são analisadas no quadro das séries históricas. A ênfase recai sobre as trajetórias e as tradições do sistema estatístico brasileiro reveladas pela história institucional, que, uma vez conhecidas, podem bem educar os olhares dos produtores, analistas e usuários das estatísticas.

Oliveira buscou realçar uma breve trajetória da atividade estatística brasileira, assinalando peculiaridades constitutivas de diferentes momentos, que bem se assemelham à distinção em “regimes estatísticos” (na acepção utilizada por Jean-Pierre Beaud nesta publicação). Em um primeiro instante, salta aos olhos a atuação técnico-política dos engenheiros e médicos no Brasil, as categorias profissionais que mais penetraram no aparelho de Estado, no fim do Império (1822-1889) e durante toda a Primeira República (1889-1930). Estes cientistas

desempenharam um papel proeminente com importantes intervenções no espaço público, por meio de práticas epidemiológicas e sanitárias, e dos planos de construção da malha viária e de reordenamento urbano. Ao mesmo tempo, ocuparam-se da produção e análise das estatísticas, terreno privilegiado das ações de Estado, alvejando a distribuição da população por sexo, idade, raça, instrução e nacionalidade, para bem aplicar as políticas herdadas da noção de “polícia de saúde”, sobretudo de isolamento e controle das áreas consideradas insalubres. É o tempo de um paradigma censitário orientado pela demografia política.

Um outro “regime estatístico” se configura com as reformas modernizadoras do governo Getúlio Vargas (1930-1945), de proteção às esferas sociais de saúde, educação, administração, cultura, arquitetura e patrimônio. A fundação do IBGE, entidade nacional, organizada e centralizada de produção de estatísticas, representou a implementação da mais nova metodologia demográfica, dando origem aos indicadores de natalidade, mortalidade, migração, e aos primeiros estudos sobre fecundidade. Ao mesmo tempo, e paradoxalmente a olhos mais contemporâneos, a sofisticação técnica seria seguida pela intensa e inseparável visibilidade junto ao poder público. As chamadas campanhas estatísticas e municipais fizeram do IBGE o órgão mais destacado na formulação da ideologia municipalista, que tem no fortalecimento dos municípios um projeto alternativo de desenvolvimento nacional. Sua atuação se estenderia à edição da Revista Brasileira dos Municípios (entre 1948 e 1968), à promoção dos congressos municipais (nacionais e internacionais) e ao patrocínio da Associação Brasileira de Municípios e do Instituto Brasileiro de Administração Municipal. Dessa forma, o IBGE transcendeu o município como rede de coleta fundamental das informações estatísticas para tornar-se o seu principal articulador político, durante cerca de trinta anos.

Sempre se inspirando nas revelações da coleção “História das Estatísticas Brasileiras (1822-2002)”, Oliveira ressaltou o papel das instituições estatísticas e, particularmente, do IBGE no processo histórico de centralização administrativa do governo federal. Ao facilitar a cooptação das lideranças locais pelo governo central e participar da elaboração de grandes projetos nacionais, o IBGE foi um ator político fundamental na construção do Estado brasileiro. Sua trajetória espelha e propaga as características mais marcantes das instituições públicas brasileiras. Por essa razão, seus principais técnicos moldaram uma profunda identidade corporativa na entidade, encarando sua própria atividade como uma carreira de Estado. Na análise de Oliveira, esta solidez institucional logo se emanciparia de sua origem no Estado autoritário, ajudando o IBGE a atravessar com relativa estabilidade as reformas mais liberalizantes das décadas de 1980 e 1990, que abalaram diversas instituições nacionais de estatística em outros países. Em consequência, o IBGE se manteria incólume em sua legitimidade e credibilidade, sem jamais sofrer qualquer intervenção governamental em sua produção. Esta característica do sistema estatístico brasileiro precisa ser investigada, tendo por referência o processo de construção do Estado, no âmbito das tradições nacionais.

Com esta linha de pensamento, institutos nacionais de estatística sólidos e respeitáveis, como o IBGE, tornam-se fiadores daquele quarto tipo elementar de informações primárias norteadoras das ciências sociais. Revelando a riqueza de seus próprios documentos, memórias e testemunhos, estas instituições renovam o campo das narrativas históricas, abrindo novos caminhos para o estudo sobre a administração pública, seus processos decisórios e sua legitimação social. A nosso ver, o que mais singulariza a perspectiva de Oliveira é a reunião de dois enfoques que, na maior parte das vezes, costumam estar bem separados: a do sociólogo (também demógrafo) e a do produtor de estatística, que reflete sobre sua cultura profissional e seu fazer científico. É precisamente neste espaço de inflexão que nasce, se nutre e fortalece a pesquisa histórica da estatística realizada no seio de um instituto que a produz. Somente aí é possível agregar à pesquisa um sentido propedêutico e pedagógico capaz de religar os estatísticos aos elos sociais que fundam a sua própria atividade.

Bibliografia

DESROSIÈRES, Alain. The politics of large numbers: a history of statistical reasoning. Trad. Camille Naish. Cambridge, Massachusetts, London: Harvard University Press, 1998.

HACKING, Ian. The taming of chance. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatísticas do século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

Síntese da 'História das Estatísticas Brasileiras: 1822-2002' feita no IBGE, com sugestões de pesquisas

Nelson de Castro Senra

Resumo

O texto oferece um resumo das principais revelações alcançadas nos quatro períodos em que se organizou a "História das Estatísticas Brasileiras: 1822-2002", realizada no IBGE, com algumas sugestões de pesquisas. Além disso, trata das outras linhas de pesquisas históricas realizadas no IBGE.

Como visto antes, no final de 2003, o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, por seu Centro de Documentação e Disseminação de Informações, iniciou o projeto de redação de uma "*História das Estatísticas Brasileiras*", cobrindo o período 1822-2002. O projeto esteve a nosso cargo.

Ao final de 2007, quatro grandes volumes foram concluídos: vol. I – *Estatísticas Desejadas: 1822-c. 1889*; vol. II – *Estatísticas Legalizadas: c. 1889-c. 1936*; vol. III – *Estatísticas Organizadas: c. 1936-c. 1972*; vol. IV – *Estatísticas Formalizadas: c. 1972-2002*. Em edições luxuosas, e ricamente ilustradas, o primeiro e o segundo volumes saíram em 2006, o terceiro em 2008 e o quarto (e último) em 2009.

De cada um desses tempos extrai-se, adiante, uma síntese histórica, realçando eventos e pessoas, bem assim, extrai-se uma relação de temas para novos estudos. A seguir, mostramos os seminários (e as publicações que lhes associamos) que continuam essa atividade de pesquisa histórica. Por fim, revelamos (rapidamente) uma outra linha, diferente, de pesquisa histórica existente no IBGE, pela qual faz-se a história brasileira pela utilização das informações estatísticas e geográficas disponíveis.

Atividade estatística brasileira: síntese do primeiro período

O primeiro volume da coleção “História das Estatísticas Brasileiras: 1822-2002”, cobriu o período 1822-c.1889, em que foi fixado um desejo pelas estatísticas, por isso mesmo chamado de “*Estatísticas desejadas*” (IBGE, 2006. 614p), trazendo prefácio do historiador Ronaldo Vainfas, da Universidade Federal Fluminense.

Nesse período fundador da nacionalidade, sob forma de governo monárquica, foi declarada, com reiterada insistência, a necessidade das estatísticas ao governar do Estado Nacional. Isso, desde os primórdios da Independência, primeiro no parlamento (que sempre funcionou, desde a Independência), em seguida no conselho de ministros. Sua importância e necessidade eram expressas nos discursos, o que não quer dizer que, caso elas estivessem disponíveis, se fosse capaz de governar por números. Isso só viria com vagar, no Brasil e no mundo. Contudo, estava fixado o desejo às estatísticas.

Faltava, na prática cotidiana, consolidar uma instituição especializada, voltada unicamente à elaboração das estatísticas. Ela viria em 1871 (Diretoria Geral de Estatística – DGE), mas que foi, após fazer o Censo de 1872 (primeiro censo do país, e único do Império), sendo reduzida em tamanho e perdendo hierarquia, chegando quase à extinção. O fazer dos censos, e o utilizar os registros administrativos, tendo em vista uma produção contínua e sistemática das estatísticas, não atendeu aos desejos de se dispô-las. A resistência ou reticência da população, rarefeita e dispersa no território, dificultou o processo produtivo; situação agravada pela precariedade da comunicação e transporte. E mais, apesar da existente centralidade governamental (com inegável respeito às ordens vindas da Corte), as administrações provinciais eram carentes de estrutura, e de pessoal qualificado e continuado, o que era essencial à produção das estatísticas. Reinava o improvisado, e a precariedade.

Além disso, a qualquer necessidade de contenção de gastos, entre os cortes pensados, estava o de pessoal, quando não mesmo a estrutura da instituição estatística, até por ser uma atividade sempre muito dispendiosa, além de também morosa, e não raro frustrante. Sim, quando uma ou outra estatística era demandada, apesar dos muitos gastos feitos até então, não as havia, e não era fácil entender que elas inexistiam não por incompetência, nem por desleixo, mas por insuficiência dos conceitos emanados das ciências, bem assim, dos fracos métodos de pesquisa. Não por outra razão, no Império, os piores momentos para a atividade estatística ocorreram nos gabinetes presididos pelos liberais, sempre mais atentos ao equilíbrio orçamentário, e à redução das despesas; já os avanços vieram nos gabinetes presididos pelos conservadores, sempre mais chegados à promoção de processos de transformações (conservadoras, por certo). A instituição estatística era, de fato, vulnerável.

Como seja, os alicerces estavam lançados, sobre os quais um edifício seria adiante construído, e dele viria a oferta; do Império ficou-nos o desejo, uma primeira expressão de demanda, e um ensaio de programa estatístico.

Esse período do Império aponta alguns temas de pesquisas, por exemplo:

A criação do “Arquivo Estatístico” (1845) na província do Rio Grande do Sul, pelo então Conde de Caxias, ao final da revolta Farroupilha. O nome usado, “arquivo”, remete aos registros administrativos, à época, tomados como fontes-chave das informações individuais fundadoras das estatísticas. Esta idéia voltaria quando da criação da DGE (de âmbito nacional), em 1871, com a sugestão de vinculá-la ao Arquivo Público (também de âmbito nacional). Os vários estudos, na forma de livros, de mapas (tabelas), de normas, etc., existentes nos arquivos públicos gaúchos, revelam uma forte tradição estatística que remonta ao período anterior à Independência (em 07 de setembro de 1822), o que reflete o imperativo das estatísticas na condução das guerras em que os gaúchos se envolveram. Esse material deveria / poderia ser usado em estudos e pesquisas históricas, e bem merece uma recuperação sistemática, como que formando uma biblioteca estatística estadual. Por demais, há séries numéricas potenciais, que poderiam ser extraídas desses documentos; é um trabalho minucioso, difícil mesmo, mas que vale a pena. Houve ainda um órgão semelhante (arquivo estatístico) na província do Rio de Janeiro, estudado parcialmente.

Outro tema é a revolta contra o censo de 1852, e contra o registro civil que então se queria laicizar. No capítulo que lhe foi dedicado não demos a devida atenção ao censo em seu caráter “invasor” das casas, e das intimidades das pessoas; centrou-se atenção no registro civil, atribuindo-se a revolta a uma reação contra ele; isso precisa ser retomado. Sobre a revolta em si e suas razões políticas, ainda há muito que estudar, melhor revelando as contendas entre as partes rivais; e sobre dizer-se que não houve liderança, embora talvez seja fato, não custa dedicar atenção aos registros policiais das prisões havidas à época, e que foram muitas, talvez vindo a surgir alguma figura forte, ou algum tipo social mais claro. Esses registros policiais, agora no Arquivo Público de Pernambuco, estão em precárias condições, e demandam muita paciência nas buscas. Além disso, em final de 2007, a Biblioteca Nacional tornou disponível 58 documentos da Coleção Figueira de Mello, que era o chefe de polícia da época, em Pernambuco, e que precisa ser utilizado, por ter sido ele uma figura de realce na reação à revolta. Outro ponto: valeria verificar em arquivos públicos estaduais a possível existência de questionários preenchidos; ora, o censo seria apurado nas províncias, vindo para a Corte apenas suas sínteses, e como houve aplicação do mesmo em várias províncias, antes de ser suspenso, é possível que algum material tenha sido salvo no tempo.

Ao tempo do Império (1822-1889), à falta das estatísticas, era comum atribuir-se (por contrato específico) a terceiros suas elaborações (provinciais). O produto final era uma corografia, misto de narrativa histórica e geográfica, pontilhada de estatísticas. Em geral, no início desses volumes há uma descrição dos contratos, e das dificuldades encontradas, e que são, no mínimo, muito curiosos,

mas que também ajuda a compreender os mecanismos de contratação intelectual àquele tempo. A situação de Figueira de Mello, contratado em Pernambuco, é exemplar, mas haverá muitos outros, a espera de revelações, em Minas Gerais e em São Paulo, principalmente. É preciso fazer uma busca nos arquivos públicos, e em bibliotecas, de modo a se poder fazer estudos comparativos entre províncias, ao longo do tempo; uma pista são as fontes usadas por Joaquim Norberto no seu famoso estudo sobre o estoque da população, desde os tempos coloniais; este texto foi feito em 1871 por ordem do ministro do Império, Paulino José de Sousa Soares (no gabinete presidido pelo Visconde de Itaboraí), ele que também tomaria a iniciativa da lei do censo de 1872, e que mandaria Francisco Adolfo de Varnhagen (Visconde de Porto Seguro), o grande historiador brasileiro, ao congresso internacional de estatística em São Petersburgo, bem assim, mandaria fazer o censo de 1870 na corte, sob o comando de Figueira de Mello.

Sebastião Ferreira Soares (1820-1887) merece maior atenção. Além de ter sido um precursor da estatística brasileira (no sentido daquele tempo), foi um produtor de corografias nacionais (ele atuou no Arquivo Estatístico do Rio Grande do Sul, visto acima). Sua vida daria ensejo a um estudo sobre a participação de "tecnocratas" (*avant la lettre*) no Império; muito respeitado, nunca alçaria os mais altos escalões da estatística nacional, ficando restrito à área do Ministério da Fazenda. É dele a mais completa série estatística do comércio exterior do Brasil, àquele tempo.

Atividade estatística brasileira: síntese do segundo período

O segundo volume da coleção "História das Estatísticas Brasileiras: 1822-2002", cobriu o período c.1889-c.1936, em que houve um grande apelo às leis, como forma de ordenar a produção das estatísticas, por isso mesmo chamado de "*Estatísticas legalizadas*" (IBGE, 2006. 822p), trazendo prefácio do historiador Ciro Flamarion Cardoso, da Universidade Federal Fluminense.

Golpeada a Monarquia (a 15 de novembro de 1889), a República demandou estatísticas. Em parte, na conta da pressão dos positivistas, com vistas ao futuro governo científico; e virá deles o esforço de recriação da repartição de estatística, a antiga e imperial Diretoria Geral de Estatística – DGE. Contudo os positivistas, salvo em pontos isolados, quase nenhuma influência permanente terão nos rumos e nos destinos da República, assim, a DGE restaurada poderia ter soçobrado. Salvou-a o preceito constitucional (1891), copiado da constituição estadunidense, da regularidade censitária; em isso sendo legal, não havia como eliminar a repartição de estatística, e ela ficou.

Mas, embora ficando, não ficou bem todo o tempo, ao contrário, sofreu reduções e até ampliações, ao humor dos governos, e ao prestígio (ou não) dos dirigentes. Bem ou mal, com grande esforço criativo, ela tentou cumprir seu

desiderato; mas, pese a energia alocada, os muitos recursos (humanos, materiais, financeiros) despendidos, a oferta sempre foi claudicante. Mesmo não havendo, ainda, um cotidiano de se governar por números, houve ao menos duas demandas específicas envolvendo a DGE, e forçando-a a solucionar problemas de oferta: o saneamento e a urbanização, primeiro da capital federal, depois, pouco a pouco, de outras cidades (em especial as capitais dos estados) e do imenso interior brasileiro. Isso exigiu estatísticas populacionais: o estoque da população, que viria dos censos, bem assim, seu fluxo, que viria do registro civil (implantado pela República); quanto aos censos, pese o preceito constitucional, o desempenho da República foi irrisório, tendo havido operação em 1890, em 1900 e em 1920, somente (não houve em 1810 e em 1830); quanto ao registro civil, ele próprio era precário, e o seria ainda por muito tempo, mais ainda o derivar-lhes as estatísticas.

Houve outras demandas: ora sobre a produção agropecuária (anos 1920), ora sobre os nascentes movimentos de trabalhadores (anos 1920); mas pouco havia de oferta, pese o esforço de resposta. A razão dessa situação precária derivava da “deficiência de informações”, como dizia Bulhões Carvalho, à frente da DGE por quase a metade da duração da Primeira República (1889-1930), e isso decorria da excessiva federação existente; sim, os estados ignoravam as demandas das repartições federais, entre elas as da DGE; não havia, então, como chegar aos registros administrativos, à época, a fonte principal (a menos dos censos) das informações primeiras fundadoras das estatísticas. Para vencer essas resistências, às quais somavam as resistências das populações, houve acordos e pactos, e houve a tentativa de um convívio colegiado (através do Conselho Superior de Estatística); tudo, mais cedo ou mais tarde, fracassava, diante do governo central fraco. Por via legislativa intentou-se implantar a cooperação e a obrigação, e com ela veio a questão do sigilo (apenas para fins estatísticos, e não para fins cadastrais). Implícito nas reformas, estava a tentativa de se implantar um sistema estatístico, envolvendo a cooperação interadministrativa em cada esfera de governo (federal, estadual e municipal), em si, e entre si, mas que seria somente consagrado no pensamento de Teixeira de Freitas, traduzido na criação do IBGE (1936).

Em suma, muito foi feito, em luta para tornar contínua, abrangente e sistemática a oferta das estatísticas, ficando uma incrível concepção da atividade estatística, num repensar da estrutura necessária; disso, ficou uma massa crítica de grande densidade e importância, que levaria aos tempos novos, que logo viriam. Nessa intensa azáfama, dois grandes próceres da atividade estatística brasileira foram revelados: primeiro, Aureliano Portugal, no âmbito restrito da capital federal (em que faz o censo de 1906), mas com reflexos nacionais, dada o papel da capital; segundo, Bulhões Carvalho, já no âmbito nacional, sendo, por assim dizer, o avô-fundador do IBGE, e por ele, do Sistema Estatístico Nacional. Logo viriam Macedo Soares e Teixeira de Freitas.

Esse início da República aponta alguns temas de pesquisas, por exemplo:

Os sanitaristas como fundadores da demografia brasileira. As estatísticas do estoque (via censos) e do movimento da população (via registro civil) eram essenciais à erradicação das endemias e epidemias que grassavam nas grandes cidades, em especial na Capital Federal, e em todo o país. Inspirados na demografia de Maurice Block, foram críticos tenazes da qualidade das estatísticas então produzidas na Diretoria Geral de Estatística. Vale notar que essas estatísticas, para fins sanitários e urbanísticos, eram das poucas efetivamente demandadas pelos governos, ainda pouco afeitos à idéia de se governar por números (até pelo difícil convívio com a excessiva federação então dominante). Surgem, então, grandes nomes, como Aureliano Portugal, Hilário de Gouveia, Bulhões Carvalho, Oswaldo Cruz, em instituições especializadas¹. A coisa mudará de figura quando, em 1907, Bulhões Carvalho assumir o comando das estatísticas nacionais. Alguns textos são disponíveis no acervo do IBGE, outros precisariam ser garimpados em outras instituições.

A questão do registro civil. Embora o tenhamos estudado em vários capítulos, ainda há muito por aprofundar. O registro civil é uma peça-chave na relação dos estados com as pessoas, na formação das famílias, e na assunção de direitos. O Império não o fez, embora o tenha tentado ao tempo dos censos de 1852 (que não houve) e o feito em 1872; a República, finalmente, o implantou (1889), atribuindo à Diretoria Geral de Estatística muito mais que a tarefa natural de derivar-lhe as estatísticas do movimento da população (o que é uma atribuição tradicional, mundo afora); coube-lhe também as atribuições de controle, de revisões, e outras tarefas, típicas dos órgãos da Justiça. Por conta disso, há muitas fontes disponíveis no acervo do IBGE, e talvez também as haja no Arquivo Nacional, em alusão ao Ministério da Justiça. Há pareceres de juristas, a pedido da Diretoria Geral de Estatística, e há pesquisas de campo de iniciativa de Bulhões Carvalho. Enfim, é um tema aberto a inúmeras abordagens.

A renovação tecnológica, e também técnica, que foi uma marca daquele período, merece uma abordagem aprofundada. Máquinas eletrônicas foram introduzidas na apuração do censo de 1920 (e nas pesquisas correntes), reduzindo bastante os prazos, e assim abreviando a divulgação dos resultados (com maior qualidade). Nessa divulgação, foram usados gráficos pictóricos, muito aos moldes já usados no exterior; esse tipo de gráficos, em grandes painéis, foi usado também no Pavilhão de Estatística ("Pavilhão da Ciência da Certeza", como a imprensa o denominou) na Exposição Comemorativa do Centenário da Independência (1822-1922). Tanto as máquinas, quanto as técnicas de elaborar gráficos, estavam em avanço no mundo, e sobre ambas há vários debates teóricos interessantes. Esses temas dariam ensejo a estudos históricos da utilização tecnológica nas

¹ Vários desses homens sustentaram polêmicas com Gabriel Carrasco, estudioso argentino, figura-chave na realização do segundo censo do país, em 1898.

instituições públicas, podendo-se somar-lhes a histórica da polêmica aquisição do primeiro computador brasileiro feita pelo IBGE, para o censo de 1960.

Atividade estatística brasileira: síntese do terceiro período

O terceiro volume da coleção “História das Estatísticas Brasileiras: 1822-2002”, cobriu o período c.1936-c.1972, em que houve condições de se organizar a produção das estatísticas, por isso mesmo chamado de “*Estatísticas organizadas*” (IBGE, 2008. 947p), trazendo prefácio da cientista política e historiadora Angela de Castro Gomes, da Universidade Federal Fluminense e do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas.

Finda a Primeira República (1930), havia uma instituição estatística. Recriada em 1890, a DGE duraria até 1931, cedendo lugar a outro órgão, parecido, mas sem avanços. Logo se deu conta disso, e se promoveu mudanças, agora, sim, profundas. Isso viria pela concepção de Teixeira de Freitas, trazendo ao ambiente nacional sua vivência de sucesso em Minas Gerais nos anos 1920, como organizador das estatísticas mineiras. Por sua ação, a instituição estatística que, embora existindo na Primeira República, sempre claudicava, pese todo o esforço de Bulhões Carvalho, finalmente se consolidaria, promovendo grandes avanços. Em 29 de maio de 1936, após algumas delongas, desde sua criação (1934), é empossado como presidente do Instituto Nacional de Estatística, o Embaixador Macedo Soares; logo o INE seria o IBGE, a partir de 1938. Surgiu, então, um sistema estatístico, de caráter nacional, e não federal; contudo, o sistema criado era federativo, pese a força do estado central do governo de Getúlio Vargas.

Impunha-se esse federalismo pela necessidade de alcançar, nos estados e nos municípios, os registros administrativos, então, a fonte básica de informações fundadoras das estatísticas; mas não apenas por essa razão: queria-se que, pelo saber das informações estatísticas (e logo depois também das informações geográficas), houvesse uma transformação civilizatória nos municípios. Sim, pelas representações quantitativas e cartográficas, os municípios distantes e ausentes se faziam próximos e presentes, logo, sendo conhecidos, podiam ser pensados, e, daí, bem governados; por essa estrada de mão-dupla, oferecendo e recebendo informações (estatísticas e geográficas) os municípios avançariam, e melhor seria o Brasil. Surgiu um sistema estatístico para e pela federação, de caráter nacional, que funcionava pelo mecanismo de cooperação interadministrativa, articulando as esferas federal, estadual e municipal, donde, com razão, era dito uma “federação de repartições” ou um “consórcio federativo”.

Seu cotidiano era parlamentar (parlamentarista), com vários órgãos colegiados, em cujo topo estavam os Conselhos Nacionais de Estatística e de Geografia, bem assim, o Serviço Nacional de Recenseamento, as ditas três

alas do IBGE; nas Assembléias Gerais desses Conselhos debatia-se e definia-se a legislação essencial da atividade estatística. Um programa estatístico (e também geográfico) registrava a demanda, que já no Império se começara a estabelecer, seguindo pela Primeira República; essa demanda estava definida pela percepção dos produtores, não dos usuários, ou, dito de outra forma, sendo os produtores os principais analistas dos números e dos espaços, com eles analisando as realidades complexas, e propondo políticas públicas, eram, eles próprios, os usuários (produtores e usuários, ao mesmo tempo). A operação desse programa estatístico, em campanhas estatísticas, articuladas e articuladoras, em todo o país, era feita pelas Agências Municipais de Estatística, um dos pilares do sistema.

Um sistema bastante complexo, com tudo para fracassar, mas que não fracassou, embora, ao longo do tempo, tenha, pouco a pouco, se fragilizado. Seu caráter censitário, em todas as pesquisas, em todos os espaços, dificultava a introdução de temáticas novas, em especial as demandas provocadas pelos planejamentos, mais e mais tornados científicos, máxime a demanda das estatísticas econômicas. Sob essa pressão externa, o modelo devia mudar, ajustar-se; as críticas vieram, algumas muito duras, e o modelo evoluiu, dando vez e voz aos usuários; ainda que sob a inspiração do idealismo de Teixeira de Freitas, passava-se da coordenação, como razão maior do IBGE, a um IBGE produtor, centralizando ou concentrando a atividade estatística; surgia a grande figura de Isaac Kerstenetzky, marca do tempo novo. O IBGE, nos dois modelos, seria figura de Estado, ajudando a moldar a nação; o modo de atuar seria diferente, atualizado aos contextos, mas estaria presente, fazendo as leituras estatísticas e geográficas do país; o território se revelava: mapas e números da população, em si, e em suas relações (econômicas e sociais), colocadas num território, um território modelado.

Em suma, muito foi feito, muito mesmo; a produção das estatísticas, finalmente, tornou-se contínua, abrangente e sistemática. Um sistema estatístico foi idealizado, e consolidado; num primeiro momento, descentralizado, depois, passando a centralizado; em ambas as situações tendo o IBGE como órgão central. A trajetória da atividade estatística brasileira, de técnico-administrativa, até então vigente, passaria a técnico-científica, e o IBGE, definitivamente, se tornaria uma instituição de pesquisa, de caráter científico. Nessa intensa azáfama, dois novos grandes próceres da atividade estatística brasileira seriam revelados: Macedo Soares e Teixeira de Freitas, ambos em âmbito nacional; sendo que este, Teixeira de Freitas, seria, como que, o pai-fundador do IBGE, e por ele, do sistema estatístico nacional. Logo viria Isaac Kerstenetzky, como pensador e reformador, e, pouco depois, em tempos avulsos, como pensadores e também reformadores, Eduardo Augusto Guimarães e Simon Schwartzman.

Esta fase do IBGE aponta alguns temas de pesquisa, por exemplo:

Um estudo do pensamento (ensinamentos) dos especialistas que moldaram aquele tempo (Giorgio Mortara, Herbert Arkin, Raymond Calton, G. Udny Yule, M. G. Kendall, Willian Madow, e outros), feito em evolução com os que moldaram os tempos anteriores seria riquíssimo (no Império: Moreau de Jonnés, Adolphe Quetelet, Ernst Engel, Forjaz Sampaio, e outros; na primeira República: Maurice Block, Camille Jacquart, Filippo Virgillii, e outros), sem falar nos próprios brasileiros (entre os quais Bulhões Carvalho, Milton Rodrigues, e outros).

Outro estudo de trajetória seria a associação das campanhas geográficas que partiram do IBGE, buscando mapear o país (talvez também das campanhas estatísticas, ainda que elas fossem muito diferentes e peculiares), com as narrativas dos viajantes dos séculos XVIII e XIX; aos desenhos daquelas viagens se poderiam confrontar as fotografias (em grande quantidade) das campanhas geográficas (sem olvidar os desenhos de Percy Lau e de Barbosa Leite); e a própria geografia, presente no IBGE ao lado da estatística, bem merece abordagem independente.

Ainda outro estudo, desta vez em perspectiva comparada com o tempo presente, seria a questão dos planos nacionais; num primeiro momento, os planos eram antes de tudo de mobilização psicológica, indicativos das intenções, só depois, já a partir do regime militar é que se tornam planos, por assim dizer, científicos, lançando mão de técnicas especiais; em ambos os tempos o IBGE atuou, e foi a passagem de um tipo a outro de planejamento que levou a mudança do estatuto jurídico do IBGE em fundação pública de direito privado; no primeiro caso valerá atentar para “Problemas de Base do Brasil”(1945) elaborado por Teixeira de Freitas, e tido como o “Ideário Cívico do IBGE” (seus princípios norteadores, em seu cotidiano operacional, e em suas metas).

Há outros temas. A concepção do IBGE como uma instituição dita *sui generis*, amparada na cooperação interadministrativa, princípio jurídico consagrado na Constituição de 1937. Nasceu sendo uma “federação de repartições” ou “consórcio federativo”, embora tenha se valido, e muito, da força centralista do Estado Novo (1937-1945). Desde o início teve o direito (privilégio) de elaborar sua própria legislação (ainda que, vez ou outra, também precisando de legislação parlamentar), a começar da Convenção Nacional de Estatística, em 1936 (tida como sua “carga magna” ou sua “pedra angular”); pois essa legislação, num sentido de decisões formais, com força de lei, monta a quase duas mil resoluções, ainda a serem estudadas de modo sistemático; ao moldar suas agências municipais de estatística, o IBGE se tornou uma das raras instituições brasileiras a ter presença física em todo o território nacional (e a única, naquele momento, de caráter pró-ativo, levando aos municípios um conhecimento privilegiado, porquanto estatístico e geográfico, de si mesmos).

A propósito, emerge a questão do municipalismo, que remonta ao período colonial, e da qual o IBGE foi um prócer em seu primeiro período; por vinte anos criou e editou a Revista Brasileira dos Municípios (1948-1968, em 83 números), cujo conteúdo variado, moldou a memória do municipalismo no Brasil, ao

selecionar e biografar seus principais vultos, atualizar e divulgar as concepções municipalistas. Sendo o criador da Associação Brasileira de Municípios, em 1948, ao IBGE coube coordenar o expressivo debate público em torno do tema, como sugere sua participação nos fóruns, congressos e associações formais destinados ao municipalismo. A Revista Brasileira dos Municípios transcreveu grande parte das conferências havidas nestes espaços, que reuniam autoridades municipais, decisores políticos, imprensa e intelectuais, nas décadas de 1950 e 1960. Neste processo, vale destacar a figura de Rafael Xavier, técnico e futuro presidente do IBGE, um dos municipalistas mais prestigiados e atuantes de seu tempo (sem olvidar Teixeira de Freitas).

Há o tema das estatísticas educacionais com Teixeira de Freitas, que deram, de certa forma, o pano de fundo da criação do IBGE (tendo, ainda, em mente sua década mineira). Na temática da educação, Teixeira de Freitas atuou para além da elaboração das estatísticas, sendo um debatedor influente na área, tendo diálogos com Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Anísio Teixeira, Gustavo Capanema, e vários outros; presidiu a prestigiosa Associação Brasileira de Educação (atuou no sentido da formação de uma comunidade de estatistas / estatísticos / estatígrafos, presidindo a Sociedade Brasileira de Estatística). Há um sem números de textos dele sobre o assunto, a exigir leitura profunda. No conjunto, as obras elucidam a centralidade das estatísticas educacionais para a formulação das políticas públicas, a partir da chamada Era Vargas (1930-1945), período em há uma significativa ampliação da demanda social pelas estatísticas. Nesse e noutros pontos, Teixeira de Freitas precisa ser revisitado, pois sua influência não se restringiu à criação e existência, ainda hoje, do IBGE; ele foi um pensador do Brasil e, segundo Ângela de Castro Gomes no prefácio ao vol. III, ele foi "o protótipo do que Vargas chamava e desejava que fossem os técnicos do Brasil pós-30"; atuou em diferentes dimensões nacionais. Foi, ainda, um militante do Esperanto, e um incentivador da sua adoção como língua auxiliar da estatística brasileira.

Além da já citada Revista Brasileira dos Municípios (a que se deve acrescentar a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros) e das resoluções legislativas da atividade estatística, há no acervo do IBGE várias outras fontes ainda pouco exploradas, como as Revistas Brasileira de Estatística e a de Geografia (criadas em 1939), os Anuários Estatísticos (desde 1936), entre outras. Há também cópias dos ofícios e dos telegramas expedidos no cotidiano institucional, para as autoridades da República, para o mundo externo, e mesmo para o pessoal do quadro, em todo o território nacional. E há diversos livros de atas (das Assembléias Gerais dos Conselhos Nacional de Estatística e de Geografia; das Comissões Censitárias, e de outros órgãos colegiados), de relatórios (de diversos eventos), e textos afins. Há também a introdução do censo de 1940, o famoso "A cultura brasileira" de Fernando de Azevedo, a pedir novos estudos, como as razões que pesaram na escolha de seu nome. Uma comparação com a introdução ao censo de 1920, elaborada por Oliveira Vianna, merece retorno. É importante estudar a associação das operações censitárias aos modelos de interpretação da nacionalidade, de

que as obras de Vianna e Azevedo dão exemplos. Parece-nos uma chave para a compreensão do processo de institucionalização da atividade estatística no Brasil.

O estudo das Revistas Brasileiras de Estatística e de Geografia é outro tema promissor, integrando a historiografia da imprensa periódica. Revela o processo de formação e consolidação das sociedades científicas de ambas as áreas. Seria possível sabermos sobre a construção de suas redes de solidariedade, de seus objetos e temas de investigação, de suas regras de inclusão / exclusão, de seu circuito editorial e de seu conteúdo de divulgação, engajado com as políticas culturais do país. Nos anos 1940 e 1950, estes periódicos reuniam a maior parte dos principais nomes da estatística e da geografia no Brasil e no mundo. Divulgaram contribuições de políticos e intelectuais proeminentes como Gilberto Freyre, Roger Bastide, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Delgado de Carvalho, Roquete Pinto, Alceu Amoroso Lima, entre outros. Em suas páginas deram-se muito dos debates sobre a educação do país nos tempos de Capanema, com contribuições do próprio Amoroso Lima e com vários artigos de Anísio Teixeira e de Lourenço Filho, principais expoentes da educação brasileira.

Atividade estatística brasileira: síntese do quarto (e último) período

O quarto volume da coleção “História das Estatísticas Brasileiras: 1822-2002”, cobriu o período c.1972-2002, em que houve condições de se formalizar, no sentido científico, a produção das estatísticas, por isso mesmo chamado de “*Estatísticas formalizadas*” (IBGE, 2009. 968p), trazendo prefácio do cientista político e historiador Gilberto Hochman, da Casa de Oswaldo Cruz, da Fundação Oswaldo Cruz.

O modelo da criação dera fruto. Sim, organizou-se, em definitivo, um sistema estatístico, tendo o IBGE como seu órgão central. O modelo original era censitário na cobertura territorial, para todos os temas; ou seja, todas as pesquisas deviam chegar aos municípios. E todas as pesquisas eram igualmente prioritárias, dado que cada qual tinha seu “dono”, vale dizer, a cada entidade associada correspondia uma pesquisa, para ela, claro, a mais vital, já que única. Essa era a regra, com poucas exceções. Dessa forma, só com recursos crescentes, – humanos, tecnológicos e financeiros –, seria possível introduzir novas pesquisas, mais e mais essenciais ao atendimento do planejamento, agora tornado científico. Em especial, as estatísticas econômicas eram imperativas, e suas produções eram exigentes em métodos, supondo modernidades teórico-conceituais e teórico-processuais. Assim, o sistema estatístico e o IBGE, principalmente, por sua centralidade, estavam em evidente crise; ao fim e ao cabo, estava claro: o modelo fundador se esgotara, carecendo de revisão. Os usuários deviam ter vez e voz, influenciando no programa estatístico, que não mais seria simples decisão dos produtores.

Depois de intensa massa-crítica (1958, 1962, 1964), a mudança do estatuto jurídico (fundação pública de direito privado) viria em 1967, mas

teria muitos defeitos. E seria Isaac Kerstenetzky o responsável por lhe alterar os rumos, com mudanças profundas (1970). Então, de um modelo descentralizado, altamente colegiado, em que o programa estatístico era um somatório de inúmeros interesses das entidades produtoras associadas, passa-se para um modelo centralizado, pouco (quase nada) colegiado, em que o programa estatístico era um somatório da vontade nacional, ouvidos os usuários em conferências de estatísticas. De órgão francamente coordenador, só produzindo indiretamente, o IBGE se tornaria produtor, ator direto do programa estatístico; assim, o sistema estatístico se traduzia no sistema ibgeano. Enquanto o planejamento nacional conduziu corações e mentes, numa crença no papel (quase) "divino" do Estado Nacional, o modelo funcionou sem dificuldades; depois, com a crise desse mesmo Estado, com o surto neoliberal, num mundo em crescente globalização, o modelo começou a fraquejar, e teve que sofrer ajustes. Estes ajustes vieram com lentidão, não sem crises, muitas crises internas e externas.

De um órgão central poderoso e (quase) monolítico, em um sistema estatístico esmaecido pela centralidade, viu-se, ao soprar dos ventos democráticos, abalado na credibilidade e legitimidade, enfrentando uma concorrência tumultuada e tumultuante. O Estado Nacional tornado fraco (anos 1980), fazia o IBGE fraco (ele fora forte ao tempo da criação, no estado varguista, 1930-1945, e ao tempo da recriação, no regime militar, 1964-1985). Então, nesse ambiente de fragilidade, recupera sua potência não mais num contexto nacional, mas sim, agora, num contexto internacional, no mundo global, a exigir informações comparáveis e combináveis. Mesmo frágil, o Estado Nacional acordou reviu sua visão da produção das estatísticas (uma função típica de estado), e voltou atenção ao IBGE, tratando-o com respeito. É quando chega Simon Schwartzman (1994), com sua capacidade reflexiva invulgar, com rara visão de mundo; então, o IBGE recupera a auto-estima, e reocupa posição no cenário da atividade estatística, nos cenários nacional e internacional. Entre ambos, Isaac Kerstenetzky (1970-1979) e Simon Schwartzman (1994-1998), grandes próceres da atividade estatística brasileira, é preciso, por justiça, lembrar Eduardo Augusto Guimarães (1990-1992), com suas reflexões sobre a natureza do sistema estatístico.

Desdobramentos: seminários e publicações

Além desses volumes, e ainda no IBGE, vimos desde 2006 promovendo seminários temáticos, ora focando personalidades, ora fatos ou eventos. Em geral, prepara-se uma publicação para distribuição nesses seminários, com textos do homenageado, que são assim recuperados, e com textos recentes, focando sua pessoa e sua obra; estes textos são feitos por estudiosos, convidados a palestrarem.

Em 2006, promoveram-se três homenagens. Primeira, a Mário Augusto Teixeira de Freitas, idealizador do IBGE, aos 50 anos de sua morte (não houve

publicação). Segunda, a Fábio de Macedo Soares Guimarães, notável geógrafo, aos 100 anos de seu nascimento, para a qual se editou "*O pensamento de Fábio de Macedo Soares: uma seleção de textos*" (IBGE / CDDI – Memória Institucional, n. 7; 282p). Terceira, a Isaac Kerstenetzky, notável economista, presidente que recriou o IBGE, aos 80 anos de seu nascimento, para a qual se editou "*Isaac Kerstenetzky: legado e perfil*" (IBGE / CDDI – Memória Institucional, n. 8; 213p).

Em 2007, promoveram-se quatro homenagens. Primeira, a Giorgio Mortara, que refundou a demografia brasileira, aos 40 anos de sua morte, para a qual se editou "*Giorgio Mortara: ampliando os horizontes da demografia brasileira*" (IBGE / CDDI – Memória Institucional, n. 9; 105p). Segunda, marcando os setenta anos da criação do Conselho Nacional de Geografia, quando se reeditou, em fac-símile, quatro livros do geólogo Alberto Ribeiro Lamego (em conjunto com a Petrobrás)². Terceiro, a Bulhões Carvalho, no centenário de sua assunção ao comando da estatística brasileira (o ano foi declarado "Ano Bulhões Carvalho da Estatística Brasileira"), para a qual se editou "*Bulhões Carvalho, um médico cuidando da estatística brasileira*" (IBGE / CDDI – memória Institucional, n. 11; 422p; mais CD). Além disso, editou-se "*As estatísticas brasileiras e o esperanto: uma história centenária, 1907-2007*" (IBGE / CDDI – Memória Institucional, n. 10; 161p.), uma curiosa tradição da atividade estatística brasileira (prática já extinta, naturalmente).

Em 2008, promoveram-se três homenagens. Primeira, a José Carlos de Macedo Soares, primeiro presidente do IBGE, aos 40 anos de sua morte, para a qual se editou "*Embaixador Macedo Soares: um príncipe da conciliação. Recordando o 1º presidente do IBGE*" (IBGE / CDDI – Memória Institucional, n. 12; 331p). Segunda, viu-se o papel do IBGE nos municípios, e vice-versa, para a qual se editou "*O IBGE na história do municipalismo e sua atuação nos municípios. O pensamento de Teixeira de Freitas e de Rafael Xavier*" (IBGE / CDDI – Memória Institucional, n. 13; 428p). Terceira (de novo) a Mário Augusto Teixeira de Freitas, marcando o centenário da entrada daquele notável homem público na atividade estatística brasileira (o ano foi declarado "Ano Teixeira de Freitas da Estatística Brasileira"), para a qual se editou "*Teixeira de Freitas, um cardeal da educação brasileira. Sua atualidade intelectual*" (IBGE / CDDI – Memória Institucional, n. 15; 262p; mais CD).

Em 2009, promoveram-se duas homenagens. Primeira, a Lyra Madeira, notável demógrafo, que institucionalizou a demografia no IBGE, para a qual editou-se "*Lyra Madeira, um mestre da demografia brasileira*" (IBGE / CDDI – Memória Institucional, n. 14; 129p; mais CD). Segunda, a Delgado de Carvalho e a Therezinha de Castro, dois notáveis geógrafos, estudiosos da geopolítica e das relações internacionais, para o qual se editou "*Geografia e Geopolítica: a contribuição de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro*" (IBGE / CDDI – Memória Institucional, n. 16; xxxp).

² "O homem e o brejo", de 1945; "O homem e a restinga", de 1946; "O homem e a Guanabara", de 1964; "O homem e a serra", de 1963.

Linha paralela de pesquisas históricas

Em outra linha, fazendo História do Brasil sob uso intenso das estatísticas, e ainda no Centro de Documentação e Disseminação de Informações, do IBGE, três obras foram feitas. As três foram coordenadas internamente pela socióloga Magda Prates.

A primeira foi publicada em 2000, intitulada "*Brasil: 500 anos de povoamento*" (231p.), sendo organizada tecnicamente pelo historiador, professor universitário, Ronaldo Vainfas³, tendo inserido o Instituto nos festejos dos 500 anos da descoberta do Brasil por Pedro Álvares Cabral (1500-2000).

A segunda foi publicada em 2003, intitulada "*Estatísticas do Século XX*" (540p), sendo organizada tecnicamente pelo cientista político Wanderley Guilherme dos Santos e pelo economista Marcelo de Paiva Abreu⁴ (professores universitários). Abre o volume uma entrevista com Celso Furtado, um dos maiores economistas (também historiador) brasileiros. Por demais, o mais vital nesta realização não foi, em si, a impressão da publicação, mas antes a base de dados com séries históricas, sobre vários temas, ao longo do século XX.

A terceira foi publicada em 2008, intitulada "*Resistência & Integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil*" (212p.), sendo organizado tecnicamente pela cientista social, e professora universitária, Célia Sakurai,⁵ tendo inserido o Instituto nos festejos do centenário da imigração japonesa, e que contou com a visita do Príncipe Herdeiro da coroa japonesa. A este volume somou-se "*O vento do oriente. Uma viagem através da imigração japonesa no Brasil*" (96p.) um típico "mangá" japonês.

Além desses volumes, some-se a coleção "*Atlas das Representações Literárias de Regiões Brasileiras*", da qual saiu (em 2006) o volume "*Brasil Meridional*" (84p.), e (em 2009) o volume "*Sertão Brasileiro I*" (152p), organizados na Diretoria de Geociências, do IBGE, pela geógrafa Maria Lúcia Ribeiro Vilarinhos. Outros volumes serão realizados, como previsto.

³ Elaboraram capítulos, além do próprio Vainfas, Jacqueline Hermann, Renato Pinto Venâncio, João José Reis, Lúcia Maria Paschoal Guimarães, Keila Grinberg, Valdir Gregory, Angela de Castro Gomes, Maria Lúcia Mott e Kaori Kodama; todos professores universitários.

⁴ Elaboraram capítulos, além dos próprios organizadores, Nelson do Valle Silva, Maria Ligia de O. Barbosa, Leilah Landim, Carlos Hasenbalg, Nísia Trindade Lima, Maria Tereza Sadek, Gilberto Hochman, Francisco Viacava, Adalberto Moreira Cardoso, Fabiano Santos, Segio Miceli, Antonio Cláudio Zochaczewski, Regis Bonelli, Jorge Chami, Gustavo Gonzaga, Danielle Carusi Machado, Eustáquio Reis, Fernando Blanco, Lucilene Morandi, Mérida Medina; todos professores universitários.

⁵ Elaboraram capítulos, além da própria Célia Sakurai, Kaori Kodama, Nilza de Oliveira Martins Pereira, Luiz Antonio Pinto de Oliveira, Kaizô Iwakami Beltrão, Sonoe Sugahara, Ryohei Kōta, Maria Sílvia C. Beozzo Bassanezi, Oswaldo Mário Serra Truzzi, Alice Vatiyo, Ruth Vouko Tsukamoto, Tomoko Iyda Paganelli, Mônica Raissa Schpun, Masalo Ninomiya, Lili Kawamura; todos professores universitários.

Palavras finais

Como visto, a história das estatísticas brasileiras vem sendo feita no âmbito do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a instituição estatística nacional e oficial (com a peculiaridade de abarcar também a Geografia, no sentido das geociências: geodesia, cartografia, estudos ambientais, estudos dos recursos naturais) antes que num contexto acadêmico. Trata-se de iniciativa ainda informal, de certo modo fortuita, pois que o IBGE ainda não a formalizou em unidade própria, com equipe de historiadores, pairando o risco do fim. Como seja, cabe pensar porque no Brasil a pesquisa histórica não vem sendo feita nas universidades, mas na instituição estatística; é o que tentaremos compreender no nosso texto a seguir.

Classificações raciais e formação do campo estatístico no Brasil (1872-1940)


Alexandre de Paiva Rio Camargo

Resumo

O artigo investiga os sentidos assumidos pela classificação racial nos primeiros censos brasileiros, explorando as razões tanto de sua inclusão (em 1872, 1890 e 1940) quanto de sua omissão (em 1920). Parte da relação entre o processo de institucionalização da atividade estatística e a crescente centralidade reservada à questão racial nos discursos sobre a identidade nacional, relação que é aqui entendida como uma especificidade do sistema estatístico brasileiro. Discute o papel do argumento racial e das exigências técnicas na tomada de posição dos estatísticos, em três temporalidades distintas: o Império (1822-1889), a Primeira República (1889-1930) e a Era Vargas (1930-1945). As fontes são de vários tipos: relatórios de comissões censitárias, artigos de imprensa periódica e obras de introdução aos censos, caso de *O povo brasileiro e sua evolução* de Oliveira Vianna (em 1920), e *A cultura brasileira* de Fernando de Azevedo (em 1940). Conclui que a criação do IBGE e a realização do censo de 1940 representaram um *turning point* na organização do campo, por acentuar o conflito estrutural entre a função prioritariamente política até então reservada às estatísticas e a consagração da competência técnica de seus produtores. Nestes termos, este trabalho aborda a progressiva liberação da ideologia estatística frente aos mecanismos da propaganda política sobre a cor.

Introdução

Uma das frentes de reflexão de maior interesse na história social das estatísticas é a que se refere aos processos de definição, inclusão e exclusão nas pesquisas das chamadas categorias de classificação estatística: “ocupação”,



“renda”, “migração”, “fecundidade”, “instrução”, “trabalho”, “religião” são alguns dos principais exemplos. Sempre polêmicas, elas primam pela descontinuidade existente entre os censos em um mesmo âmbito de investigação. Quais os significados da flutuação dos quesitos, ora entrando, ora saindo, ou modificando-se conceitualmente? O que se queria conhecer através da pesquisa estatística em cada diferente período da história de um país e a que procedimentos de objetivação (seleção e definição de variáveis, unidades de análise e indicadores adotados, esquemas de interpretação dos resultados) se recorreu em cada caso para consegui-lo?

São questões que ajudam a esclarecer novos aspectos sobre cada um dos fenômenos mensurados nos censos nacionais, relativos ao sentido social que assumiram e às formas de dominação que subsidiaram em cada marco temporal. Tenha-se em mente que o suporte censitário se constitui em plataforma de gestão das relações de força entre os atores, consagrando o espaço de disputa em torno dos nomes e identidades sociais (BOURDIEU, 2005, p. 146-151).

A classificação racial é particularmente reveladora a esse respeito. Desconhecida até não muito tempo da grande maioria dos países de tradição liberal, ela implica uma deliberada etnização na apreciação da população. Do ponto de vista histórico, este processo de etnização, longe de se mostrar unívoco, coloca em evidência pelo menos duas formas radicalmente diferentes de ver a nação através das estatísticas. Nos últimos vinte a trinta anos, numerosos países incorporaram a etnização pela língua e / ou pela nacionalidade. Nestes casos, o censo contribui para exaltar a vocação pluralista da nação, e corresponde a intensas cobranças de variados grupos sociais, ciosos dos benefícios que a contagem em separado hoje lhes atribui, fixando direitos e prerrogativas como reparação por injustiças históricas. Contudo, esta forma de ver a nação é bastante recente. Historicamente, a etnização promovida pelo suporte censitário caracterizou-se pela produção de exclusões, o que é especialmente visível nas experiências dos países latino-americanos. Na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do XX, foram freqüentes as tentativas de se acelerar a homogeneização étnica da população, exaltando-se a capacidade assimiladora do “tipo” nacional e a imagem de um povo branco e europeu.

É sabido que o Brasil é um dos raros países a ter realizado a classificação racial desde o seu primeiro censo geral. Presente em 1872 e 1890 (como “raça”), ela se ausenta em 1900 e 1920 (não houve censo em 1910 e 1930), para retornar em 1940 (como “cor”), permanecendo até o censo de 2000 (agora como “cor ou raça”) – exceção feita em 1970. Apesar das flutuações, a relativa estabilidade é digna de nota, e se mantém ainda hoje à espera de múltiplas abordagens, tais como as preconizadas neste livro. O presente artigo pretende apenas tecer um pálido esforço nesta direção.

Como devemos interpretar a presença do discurso racial nos censos brasileiros, tendo em vista o papel estratégico que estes últimos desempenham

na localização étnica dos indivíduos, na antecipação racional das escolhas e, muito antes disso, na mediação simbólica da nação? Trata-se de questão que tem merecido crescente atenção em alguns estudos históricos inspirados pela antropologia¹. Queremos propor aqui uma via alternativa de apreciação do problema, amparando-nos nas referências da sociologia das instituições estatísticas: como os discursos políticos de inspiração racial (muitas vezes autoritários) e suas representações conceituais se fizeram presentes nos instrumentos de medição privilegiados nos censos gerais e nas interpretações de seus organizadores, funcionando assim como bens simbólicos na conformação da comunidade científica dos estatísticos? Qual é o papel desempenhado pela classificação racial neste paradigma censitário, conformando a tradição nacional do sistema estatístico brasileiro? Quando e como podemos notar uma progressiva liberação da comunidade estatística frente às exigências de uma demografia política, em seu afã de estabelecer uma “genealogia da nação”?

As perguntas correspondem a toda uma perspectiva de investigação, que apenas podemos lançar aqui. Infelizmente, nossos limites não nos permitem analisar como a chave de leitura de corte determinista e / ou evolucionista orientou a estruturação da própria linguagem matricial, isto é, os gráficos, tabelas e quadros estatísticos, o que configura pesquisas de valiosíssimo interesse que restam por ser feitas. É preciso ter em conta que as combinações de cruzamentos possíveis no espaço das informações tabulares remetem a concepções teóricas e a representações do mundo social bastante distintas (por vezes incomensuráveis), ocultadas pela sombra da homogeneidade das séries estatísticas².

O que se verá a seguir é uma análise das classificações raciais com base na crescente institucionalidade da atividade estatística, desde a realização do primeiro inquérito censitário de 1872, ao tempo do Império (1822-1889), até o censo de 1940, o primeiro do IBGE. Nossa tese é a de que há três diferentes modos de ver as estatísticas (e o que se pode ver por meio delas) através dos censos compreendidos neste intervalo, o que será analisado confrontando-se os modos de mensuração racial praticados em cada um destes períodos e o movimento de afirmação das comunidades especializadas, mais atentas aos procedimentos técnicos e à complexidade das dinâmicas demográficas.

¹ Podemos citar o clássico livro de Thomas Skidmore, *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*, cujo pioneirismo na investigação do censo de 1940 e de sua introdução, *A cultura brasileira*, de Fernando de Azevedo, influenciou trabalhos posteriores de numerosos brasilianistas, tais como: “Color in the Brazilian Census,” artigo de Edith Piza and Fúlvia Rosemberg, publicado em *Race in Contemporary Brazil*, organizado por Rebecca Reichmann; *Shades of Citizenship: Race and the Census in Modern Politics*, de Melissa Nobles; *Race in Another America: The Significance of Skin Color in Brazil*, de Edward Telles. No Brasil, vale destacar o livro *Cores, marcas e falas: a polissemia da mestiçagem no Império do Brasil*, de Ivana Stolze Lima, que analisa a resistência de libertos e seus descendentes contra os estigmas provocados pelas classificações oficiais, explorando o uso polissêmico da linguagem por parte desta população.

² Como alerta Hernán Otero, “dois quadros sobre níveis de mortalidade tabulados segundo a estação do ano ou segundo os grupos sócio-ocupacionais dos falecidos remetem a duas hipóteses científicas e a dois universos teóricos radicalmente diferentes: a mortalidade como fato climático ou como fato social” (OTERO, 2006, p. 47).

Sobre escravidão e liberdade: a classificação racial na sociedade imperial

Em 1870, encerrava-se a Guerra do Paraguai, o maior conflito armado já ocorrido entre os países da América do Sul. Seu término expôs as fragilidades do país quanto ao controle sobre a organização do território nacional e suas fronteiras. Diante das pesadas baixas, a carência de estatísticas, já reclamada por numerosos setores do governo, ganhava contornos dramáticos. Faltavam informações sobre a capacidade de recrutamento e abastecimento de suprimentos, além de referências cartográficas, o que se tornou especialmente sensível durante o esforço de guerra.

A conjuntura reforçava a necessidade de criação de uma instituição que centralizasse o conhecimento da população, capaz de harmonizar os serviços estatísticos e recuperar a iniciativa de 1852, quando esteve prevista a realização do primeiro levantamento nacional, abortado por revoltas populares³ (SENRA, 2006a, p. 141-171). Na data de 14 de janeiro de 1871, em cumprimento à lei 1829, foi instalada a Diretoria Geral de Estatística, destinada a coordenar os serviços estatísticos do Império. Suas funções eram muito amplas: dirigir os trabalhos do censo, organizar os quadros anuais dos nascimentos, casamentos e óbitos e formular os planos de cada ramo da estatística do Império.

Após a execução do censo geral, e ao longo da publicação gradual dos seus resultados em 23 volumes, entre 1872 e 1878, tornava-se cada vez mais claro que, com a proximidade do término dos trabalhos censitários, o Império procederia ao desmanche da diretoria. Dispendiosa e demandando maiores recursos humanos, com trabalhos morosos e resultados avaliados como insuficientes, decidiu-se pela fixação da DGE ao nível de seção, por força do Decreto 8341, de 17 de dezembro de 1881, durante o Gabinete Saraiva (SENRA, 2006a, p. 521-543)⁴.

Como explicar que após a implantação da DGE, e do êxito obtido pelo censo de 1872, pudesse a mesma ser rebaixada ao status de seção, minando assim a (limitada) institucionalidade já atingida pela atividade estatística? Este movimento deve ser compreendido olhando-se de perto as instituições da sociedade imperial, a partir dos quais a concepção e os modos de execução das categorias raciais do primeiro censo ganham inteligibilidade.

³ O decreto que previa a realização do censo em 15 de julho de 1852 foi acompanhado de regulamento sobre a instituição do registro civil obrigatório. O censo logo foi suspenso por conta de uma série de revoltas populares, ocorridas, sobretudo, no nordeste. Os movimentos, conhecidos como "Guerra dos Marimbondos", teriam iniciado, entre outras razões, por boatos que corriam, identificando a obrigatoriedade do registro e a declaração sobre a cor à tentativa de reescravização dos libertos. Sobre este assunto, cf. MATTOS, Hebe Maria. "Identidade camponesa, racialização e cidadania no Brasil monárquico: o caso da 'Guerra dos Marimbondos' em Pernambuco a partir da leitura de Guillermo Palacios". *Almanack Braziliense*, nº 3, pp. 40-46, maio 2006; OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. "Sobreviver à pressão escapando ao controle: embates em torno da lei do cativo (a Guerra dos Marimbondos em Pernambuco, 1851-1852)". *Almanack Braziliense*, nº 3, pp. 47-55, maio 2006.

⁴ Na referência em questão ("A DGE passa a seção de estatística: avaliação histórica da trajetória"), Senra apresenta o debate político em torno da avaliação dos trabalhos da DGE, utilizando legislação, pareceres técnicos e relatórios ministeriais. Pode ser conferida, ainda, uma análise de sua trajetória institucional no Império, a partir de 1881, uma vez rebaixada ao status de repartição.

Antes do mais, é preciso ressaltar a ambivalência da política e da sociedade imperiais, escoradas tanto em princípios constitucionais e iluministas quanto em algumas reminiscências corporativas do Antigo Regime. Sem nos demorarmos neste tema tão complexo e já debatido por numerosos estudiosos, iremos apenas tangenciar os aspectos mais relevantes para os propósitos deste artigo.

Este é o caso, por exemplo, da ausência de uma nobreza originária (de sangue), cuja fonte de dominação (no sentido de Weber) encontra-se na ancestralidade e na hereditariedade. No Brasil houve apenas nobreza de ofício, isto é, uma distinção honorífica concedida pelo imperador, em reconhecimento aos serviços prestados ao país, ou então à riqueza e ao prestígio pessoal do dignitário (quase sempre um grande proprietário fundiário), que morria com ele, não sendo transmitida aos seus descendentes.

A inexistência de uma “sociedade de corte”, na acepção de Norbert Elias, não impediu que muitos comerciantes e traficantes de escravos, ricos membros da classe mercantil, esterilizassem seus capitais, abandonando esta atividade tão lucrativa para se tornarem proprietários rurais, o que implicava viver de suas rendas. Como mostraram Fragoso e Florentino, a estratégia desses agentes não poderia ser explicada pela maximização de oportunidades presente na racionalidade econômica de uma sociedade capitalista. Longe disso, seu investimento se pautava pela hierarquia de prestígio e visibilidade de uma sociedade de tipo colonial. Marcada pelo ideal de uma aristocracia fundiária, a elite mercantil do fim do período colonial e da primeira metade do Império procurou transformar a acumulação de bens em terras, homens (escravos) e sobrados, movimento que se explica por uma ética aristocrática, voltada para a valorização do não-trabalho e da dependência pessoal (FRAGOSO; FLORENTINO, 2001).

Ao lado da estrutura econômica colonial, ainda reverberava na sociedade imperial um típico resíduo absolutista, enxertado na Constituição liberal de 1824. O Poder Moderador. Através dele, o chefe de Estado exercia diversas atribuições, sendo a principal delas nomear e demitir livremente os ministros. Com isso contrariava frontalmente o parlamentarismo inglês, seu modelo de inspiração, cuja marca registrada fundamenta-se na separação entre a chefia do Estado e a do governo. O imperador acumulava ambas. Paradoxalmente, a faculdade de escolher os ministros permitia ao imperador promover o rodízio dos partidos, o que fazia de sua figura um verdadeiro árbitro das disputas intra-elites, impedindo que um dos partidos se perpetuasse no poder pela manipulação das eleições⁵. Como se vê,

⁵ De acordo com o historiador José Murilo de Carvalho, “o fato de não serem os conflitos entre grupos dominantes marcados por diferenças de classe não os tornava menos frequentes nem menos intensos. As revoltas populares da Regência (1831-1840) tinham demonstrado que conflitos entre grupos dominantes abriam caminhos para revoltas populares, mais perigosas e mais violentas. A saída para o problema foi o estabelecimento de um contrato político não escrito das elites com a monarquia e o Poder Moderador: ela e ele seriam aceitos na medida em que possibilitassem a convivência civilizada dos partidos e a paz social. Com o arranjo, a monarquia ganhava legitimidade, e as elites ganhavam tranquilidade” (CARVALHO, 2007, p. 46).

também o poder moderador encarnava as ambigüidades das instituições sociais do Império, não inteiramente tradicionais e não claramente modernas.

Uma terceira herança dos tempos da colônia, que ainda ecoava na monarquia brasileira, se mostra ainda mais central para os nossos propósitos: o estatuto da pureza de sangue vigente em Portugal. Este dispositivo limitava o acesso a cargos públicos, eclesiásticos e a títulos honoríficos aos chamados cristãos velhos (famílias que já seriam católicas há pelo menos quatro gerações). Por meio dele, mouros e judeus, ciganos e indígenas, negros e mulatos ficavam impossibilitados de ocupar cargos administrativos e alcançar posições sociais de maior destaque na colônia, ainda que a história tenha reservado casos de exceção. O estatuto da pureza de sangue, apesar de sua base religiosa, construía uma estigmatização baseada na ascendência, de caráter proto-racial, que garantia os privilégios e a honra da nobreza, formada por cristãos velhos, no mundo dos homens livres (MATTOS, 2000, p. 14-15).

Pese a revogação parcial das restrições pelo Marquês de Pombal, por resolução de 1776, elas só seriam plenamente rompidas no Brasil pela Constituição Imperial de 1824. Reconhecendo os direitos civis de todos os cidadãos brasileiros, a carta diferenciava-os somente do ponto de vista dos direitos políticos, em função de suas posses. Para tanto, foi adotado o voto censitário em três gradações: o cidadão passivo, que não dispunha de renda para ter direito a voto; o cidadão ativo votante, com renda suficiente para votar no colégio de eleitores; e o cidadão eleitor e elegível. Neste último nível, percebe-se uma importante conservação do dispositivo da "mancha de sangue", impondo-se, ao lado do critério de renda, a exigência de que o eleitor tivesse nascido "ingênuo", ou seja, não tivesse nascido escravo.

Evidentemente, a concepção de cidadania presente na constituição de 1824 também inspirou-se no liberalismo inglês. Mas dela se afastava consideravelmente, ao consagrar diferentes níveis de cidadania, passiva e ativa. Aos cidadãos, reservava a universalidade dos direitos civis, mas não dos direitos políticos. Aos libertos e descendentes de africanos, recusava a cidadania, ao restringir sua participação política pela condição de nascimento, mesmo que atingissem os requisitos de renda. Não é difícil perceber a centralidade da instituição da escravidão para a conformação da sociedade imperial. Para a população de origem africana, mesmo que de condição livre por nascimento, continuava a valer o dispositivo da mancha de sangue. É o que mostra a disseminação da expressão "pardo livre", já bem avançado o século XIX, que sinalizava para a ascendência escrava africana, assim como a expressão "cristão novo" antes apontava para a ascendência judaica. O uso difundido de expressões desse tipo localizava a população livre de origem africana na estratificação social, diferenciando-os do grupo de escravos e libertos, ao mesmo tempo em que os discriminava em relação à população branca. A existência destas "marcas do cativo" denuncia a hierarquia (ainda) corporativa da sociedade imperial, que não previa possibilidades de trânsito entre as categorias de cidadão e não-cidadão.

De fato, a centralidade da escravidão parece estar até mesmo na base da organização do Império. Vários especialistas apontaram o interesse em sua conservação como o fator primordial da unidade territorial e da centralização política no pós-independência, enquanto a ex-colônia espanhola fragmentava-se em 17 novos países. Testemunhos de época deixam claro que havia entre a elite grande receio de revolta escrava, tendo-se cunhado a expressão “haitianismo” como referência à violenta revolta de escravos da colônia francesa de Santo Domingo. O próprio José Bonifácio, figura das mais influentes no processo de independência e conhecido inimigo da escravidão, recusou medidas abolicionistas, admitindo que a escravidão seria o preço a ser pago pela unidade. De todo modo, a probabilidade de um império unido e centralizado favorecer a manutenção da ordem e da escravidão sem dúvida reforçou a convicção em torno de sua necessidade política⁶.

Não podemos separar a realização do primeiro censo geral, em 1872, das condições que o presidiram, marcadas pela crise da ordem monárquico-escravista, cujas bases apenas esboçamos acima. Uma série de eventos na década de 1870 convergiu para esta crise, iniciando pelo custo político da Guerra do Paraguai, que incluiu uma tensão irreconciliável com importantes setores das forças armadas, que se sentiram preteridos após o triunfo militar brasileiro, e que teriam participação decisiva nos acontecimentos ligados à Proclamação da República. Este também foi o caso da dissidência de parte do partido liberal, culminando com o lançamento de um manifesto republicano, em 1870. Como se vê, o censo integrou o esforço de gestão sobre a população e o território no momento em que a legitimidade das instituições que sustentavam a ordem monárquica começou a ser ameaçada.

A nosso ver, o censo de 1872 é emblemático das contradições que pautavam a sociedade monárquico-escravista, não plenamente tradicional e não tipicamente moderna, que atravessava intensa modernização política e econômica, transitando para o mundo do trabalho livre. Segundo relatos posteriores, o censo deveria “servir de base à execução da lei de libertação de nascituros” (GOUVEIA, 1901, p. 210). Esta lei correspondia a um antigo desejo de D. Pedro II e seu projeto circulava no parlamento desde os últimos anos de 1860, provocando profunda divisão no seio da elite imperial. A lei consistia na libertação de todos os filhos de escravos nascidos a partir da data de sua publicação, prevendo assim uma abolição lenta, segura, gradual e talvez indenizada – muito diferente do que

⁶ José Murilo de Carvalho elaborou tese extremamente original e influente na historiografia brasileira, a respeito da construção da ordem imperial: “argumentamos que a adoção de uma solução monárquica no Brasil, a manutenção da unidade da ex-colônia e a construção de um governo civil estável foram em boa parte consequência do tipo de elite política existente à época da Independência, gerado pela política colonial portuguesa. Essa elite se caracterizava, sobretudo, pela homogeneidade ideológica e de treinamento. Havia sem dúvida certa homogeneidade social no sentido de que parte substancial da elite era recrutada entre os setores sociais dominantes. Mas quanto a isso não haveria muita diferença entre o Brasil e outros países (...). A homogeneidade de ideologia e treinamento é que iria reduzir os conflitos intra-elite e fornecer a concepção e a capacidade de implementar determinado modelo de dominação política. Essa homogeneidade era fornecida sobretudo pela socialização da elite, por via da educação, da ocupação e da carreira política” (CARVALHO, 2008, p. 21).

de fato ocorreria em 1888. O censo permitiria avaliar os efeitos da nova lei, que seria finalmente promulgada em 28 de setembro de 1871, conhecida como “Lei do Ventre Livre”.

Por tal razão, a análise do censo é especialmente reveladora da crise da escravidão e da hierarquia corporativa que ela (ainda) fundamentava. As ambigüidades que resultavam dessa transição se fizeram presentes na separação entre duas das principais categorias consideradas pelo levantamento: “raça” e “condição”.

Começamos pelo sistema de classificação racial, que dividia a população entre “pretos”, “pardos”, “brancos” e “caboclos” (em alusão aos índios). Os dois primeiros grupos eram os únicos aplicáveis aos escravos, embora pudessem também enquadrar pessoas nascidas livres, além dos libertos. O censo consagrava, sem maiores reflexões e precisões conceituais, as categorias socialmente dominantes ao tempo do Império.

Pela primeira vez o conjunto da população era apreendido oficialmente em termos raciais, base para o estabelecimento de novas diferenças entre os grupos sociais. Diferenças ainda longe das concepções hierarquizantes e poligenistas que se acercariam da noção de raça, anos mais tarde. Tratava-se então de conhecer uma população de ex-escravizados que começava a exceder cada vez mais o número de cativos, diante do quadro de deslegitimação da instituição escravista, seja através das conseqüências da abolição do tráfico (1850) e, posteriormente, das crescentes leis que prometiam a abolição gradual da escravidão - ventre livre (1871), sexagenários (1885) e proibição dos açoites (1886) – seja através da proliferação de grupos abolicionistas nas camadas médias da sociedade civil. Nesta direção aponta Hebe Maria Mattos, ao afirmar que

a noção de ‘cor’, herdada do período colonial, não designava, preferencialmente, matrizes de pigmentação ou níveis diferentes de mestiçagem, mas buscava definir lugares sociais, nos quais etnia e condição estavam indissociavelmente ligadas. Desta perspectiva, a cor inexistente [a ausência da dimensão “cor” na apreciação da população branca], antes de significar apenas branqueamento, era um signo de cidadania na sociedade imperial, para a qual apenas a liberdade era pré-condição (MATTOS, 1998, p. 98-99).

Com a multiplicação dos libertos, no quadro da crescente deslegitimação da escravidão, cor e condição não estariam mais identificadas. O processo de indiferenciação entre brancos pobres e negros e mestiços livres levaria, no limite, à desconstrução social da antiga noção de liberdade construída com base na cor branca, somente permanecendo estável a classificação dos escravos e dos forros recentes como “pretos”. Neste contexto, o recenseamento de 1872 fornecia o conhecimento das cores de nossa população. Ao introduzir o quesito “raça” separado do de “condição”, o censo buscava realçar as marcas do cativo na apreciação da população (e não a inferioridade racial, fortemente presente no censo de 1890), evidenciando a formação de uma nova hierarquia social, indispensável à transição para o regime de trabalho livre.

Desta forma, a categoria “raça” não se constituiu uma prioridade na organização e análise dos resultados censitários. Em seu lugar, tal papel foi reservado à “condição”, que dividia os brasileiros em “escravos”, “livres” e “libertos”. Chama atenção o espaço proeminente ocupado pela tabela relativa à população livre, imediatamente seguida pela tabela referente às características e totalizações da população escrava. Este fato sinaliza uma diferenciação essencial, então percebida como premissa da própria contagem, de modo a segregar visualmente as descrições estatísticas daqueles grupos em tabelas separadas, dispostas em páginas separadas. Sugere-se, assim, que as agregações a respeito da “raça” subordinavam-se às informações sobre a “condição”, o que transparece em todas as tabelas censitárias pertinentes⁷. Esta é a interpretação de Mara Loveman, que reconhece a

prioridade cognitiva e pragmática das distinções baseadas na ‘condição’ sobre as assentadas na ‘raça’, tanto na produção quanto na interpretação do censo de 1872. Os relatórios da Diretoria Geral de Estatística utilizavam os termos ‘cor’ e ‘raça’ de forma intercambiável neste período; enquanto o questionário do censo referenciava-se à cor, os resultados foram apresentados em colunas qualificadas como ‘raça’ (...). Significativamente, a DGE não plasmou a raça / cor dos brasileiros como indicador sobre o status da nação ou sobre diagnósticos futuros. Isto não implicava obviamente que tais informações fossem irrelevantes, mas sugere que outras características da população tinham maior consequência (LOVEMAN, 2009, p. 442).

A consagração da “condição” como chave de leitura das demais informações do censo pode ser apreendida pela inclusão de duas outras categorias que também extrapolavam as recomendações dos Congressos Internacionais de Estatística: “nacionalidade” e “frequência escolar”. A importância da primeira consistia em revelar o contingente e a proveniência da imigração européia, que deveria recompor a força de trabalho brasileira, assolada pela proximidade do fim da escravidão. A análise das categorias, dos discursos e relatórios censitários mostra o caráter pragmático da tentativa de conhecer os imigrantes, aos quais (ainda) não é atribuído nenhum papel civilizador, que se contrapusesse ao elemento nacional, corroído pela escravidão. Ao contrário, as informações sobre “nacionalidade” alvejadas pelo censo tinham o fim de balizar as políticas de subvenção da imigração. Associada à condição, poderia prover o conhecimento exigido pela reconfiguração gradual e institucional das relações sociais de produção.

Ainda mais sintomática foi a contagem da “frequência escolar”, tal como nos aparece em diversos relatórios da DGE ao ministro dos Negócios do Império, ao qual estava vinculada. Em 1873, por exemplo, José Maria do Couto, diretor interino da DGE, assinalava que todo o governo que seja esclarecido a ponto de libertar os filhos recém-nascidos de escravos é confiável para realizar a tarefa de

⁷ A prioridade reservada à “condição” em relação à “raça” também é sugerida pela ausência de uma preocupação em definir e contar as tribos indígenas, reunidas no mesmo grupo dos “caboclos”, na apreciação feita pelo censo de 1872.

educar a “massa ignorante da população livre”, a fim de incorporá-la à nação e conduzir o Brasil à era do progresso (BRASIL, 1873, p. 37). Integrar a população de ex-escravizados era uma tarefa urgente, quase um ato-contínuo das revelações do censo.

Semelhante posicionamento pode ser visto nas declarações do senador Manoel Francisco Correia, diretor titular da DGE. Este renomado político do Império iniciou a criação de uma “Matrícula Nacional de Escravos”. Através do registro, a agência central poderia usar estimativas sobre mortalidade e manumissão de escravos, “com o fim de calcular o número de anos necessários para atingir a completa extinção da escravidão no Império” (BRASIL, 1875, p. 1-2).

Passagens como estas revelam que a educação, mais precisamente a instrução primária, era, então, a prescrição central da DGE e dos discursos associados à estatística, ao tempo do Império. A estratégia de sensibilização do governo passava constantemente pela ênfase nos perigos que resultariam da inação, como crimes e revoltas populares. A tônica recaía, assim, na manutenção da integridade da ordem pública e imperial, não havendo qualquer alusão explícita à formação da nacionalidade. Paradoxalmente, havia consciência entre os encarregados da DGE de que o censo deveria cumprir um papel político-pragmático, como revela a reiterada relação que estabelecem entre as medidas a favor da abolição gradual e a promoção do ensino das massas - os filhos da escravidão. Suas informações deveriam fornecer as bases seguras por meio das quais se faria a transição estável entre o regime escravista e o assalariado, de modo a preservar as demais instituições vigentes na ordem imperial.

Chegamos aqui a um ponto nevrálgico de nossa exposição, qual seja, o modo de ver as estatísticas e o modo de ver o Estado e a sociedade através das estatísticas no Império brasileiro. Mais do que inspirar políticas de instrução pública e saneamento pela força argumentativa dos números, o censo revelava as contradições e fissuras de uma sociedade que expunha inegáveis vestígios corporativos, ao mesmo tempo em que se propunha que servisse de instrumento administrativo para a superação destes mesmos arcaísmos remanescentes, típicos de uma estratificação social assentada na escravidão. Historicamente, contudo, esta concepção de sociedade era inseparável da ideologia que pautava o regime monárquico no Brasil, ainda que realcemos a inegável introdução de práticas meritocráticas na administração do Estado. Trata-se de um lento processo, cujas origens podem ser situadas nas medidas fundamentais tomadas na década de 1850: a Lei de Terras, o Código Comercial, a extinção do tráfico negreiro, e, não por acaso, a iniciativa de realização do primeiro censo nacional, que incluía a laicização do registro civil, ambos abortados pelas revoltas populares de 1852. Transformado por tais medidas, o Império do Brasil viveu, em suas duas últimas décadas, a tensão própria ao hibridismo de suas instituições sociais.

Nestes termos, podemos voltar à questão inicial desta seção, procurando interpretar o rebaixamento da Diretoria Geral de Estatística ao status de repartição,

em dezembro de 1881. Ora, a plena emergência da estatística como atividade formalizada de representação, bem assim a necessidade social de especialistas a ela vinculados, dependeu historicamente, nos mais diversos países, de sua justificação construtivista, isto é, sua capacidade de prenunciar o futuro por meio da cristalização de tendências presentes e da evocação de precedentes históricos. Em outras palavras, trata-se de uma projeção do futuro da nação, a partir da filiação genealógica ao passado. A capacidade de contar e descrever a identidade nacional, objetivando os traços que constituem o “caráter” de um povo é um pressuposto essencial na justificação do elevado desembolso público exigido pela atividade estatística. Ao nos referirmos a esta, temos em mente muito mais do que os fundamentos de um censo moderno, a saber: uniformidade e universalidade das perguntas dirigidas a todos os habitantes do território, em aproximação ao sentido liberal da cidadania; simultaneidade nas operações do levantamento; ausência de considerações extra-estatísticas de caráter religioso, fiscal ou militar; entre outros.

O censo de 1872 reuniu todos estes importantes elementos formais, além de ter sido realizado por um organismo de coordenação, que gozaria de estabilidade até três anos após a conclusão da apuração, quando seus gastos e resultados foram considerados desvantajosos. Mesmo a promissora iniciativa da “Matrícula Nacional de Escravos” não evitou a conversão da DGE à simples repartição, condenada a uma sobrevida muito mais modesta até o fim do Império. Afinal, e esta é a nossa hipótese, na sociedade monárquico-escravista do Império, as estatísticas não poderiam ensejar uma genealogia oficial da nação, capaz de conjugar os precedentes do passado colonial e o projeto de futuro progressista e promissor. Esta linearidade na concepção da sociedade é típica de um regime de historicidade desconhecido até mesmo da historiografia dominante no Império.

O exemplo de Varnhagen, tido como maior historiador de então, é emblemático. Sua obra *História do Brasil*, redigida em 1850, assume uma concepção clássica sobre a verdade histórica e o tempo histórico. Valendo-se de Ranke, reivindica a objetividade a partir da crítica rigorosa dos documentos. Mas, para além do método, Varnhagen se mostra um iluminista pré-revolucionário, para quem o passado resolveria seus problemas sem necessidade de ruptura. Seu trabalho é um verdadeiro elogio à colonização portuguesa no Brasil. De acordo com José Carlos Reis, em sua obra “o futuro do Brasil deve ser a continuidade do passado colonial, ou então a melhoria desse passado. A linearidade não representaria uma ruptura com o passado e o predomínio do futuro sobre o presente. A linearidade é só um melhoramento do passado. Varnhagen é um gradualista. Reivindica a verdade objetiva somente quando esse passado se vê ameaçado pela modernidade, contra a linearidade como revolução” (REIS, 2002, p. 48).

A concepção de história como “mola mestra da vida” enfatiza a importância da tradição como fonte de legitimidade ideológica da ordem monárquico-

escravista. Varnhagen pode ser tomado como modelo, não apenas devido ao predomínio que exerceu nas bases da primeira historiografia do Brasil, mas também em função de sua incorporação na classe dirigente, como se infere de seu prestigiado título nobiliárquico, Visconde de Porto Seguro. É extremamente curioso que tenha sido ele o emissário oficial do governo brasileiro no Congresso Internacional de São Petersburgo, de 1872, esforço que integrava os preparativos para o censo. Mais interessante ainda é o fato de jamais ter estabelecido relações entre as descrições da história e da estatística, contrariando assim a tendência manifesta por vários outros países, com relação à fundamentação da estatística naquele momento histórico.

O mais próximo que havia da associação da estatística à nacionalidade no discurso dos produtores e comentaristas censitários era o realce à riqueza agrícola do país (na falta de quase todo tipo de indústria) e a exaltação da abundante vegetação. Nenhuma referência ao povo como expressão de nacionalidade. Isso implicaria uma representação formalizada que rompesse radicalmente com a colonização portuguesa, cuja continuidade encarnada na dinastia dos Bragança era celebrada na historiografia dominante. A tradição portuguesa era o modelo de moralidade que deveria servir de inspiração aos políticos e homens de letras.

Ao longo dos decisivos anos 1870, esta representação do passado perderia muito de sua força no cenário intelectual e acadêmico. Uma nova geração despontava, insistindo em idéias novas e radicais. Homens como Silvio Romero, Capistrano de Abreu, Araripe Junior, Benjamin Constant, Nina Rodrigues, entre vários outros de múltiplos matizes, seriam essenciais na introdução do moderno pensamento social europeu (como o positivismo, o determinismo e o historicismo) formulando duras críticas às estruturas institucionais do Império, que consideravam arcaicas. Em seu lugar, pretendiam instaurar uma sociedade compatível com o que julgavam ser a “descoberta da nacionalidade”.

Premidos pelo propósito de ocupar os mais altos cargos administrativos, os letrados da chamada “geração de 1870” combateram para remover, pela força do dogma científico, a estrutura de privilégio existente na política, com a monarquia; na economia, com a escravidão; na religião, com a Igreja Católica oficial; e na educação, com sua indiferença pela ciência e o caráter religioso da instrução patrocinada pelo governo. Desejosos de compor um conselho científico que forneceria as bases de ação do Estado, regulamentando a produção e as relações de trabalho segundo critérios exclusivamente racionais, eram homens deslumbrados com a capacidade produtiva da modernidade européia. Visando depurar a sociedade dos entraves ao pleno reconhecimento dos méritos e dos esforços individuais, ao minar a antiga estrutura de privilégios, acreditavam enquadrar o país nos trilhos do progresso humano e material.

Correndo o risco da simplificação, podemos dizer que o ideário destes intelectuais expressava um projeto de modernização controlada, capaz de ampliar a participação das *elites condutoras* e preservar a sociedade agro-exportadora,

com sua aristocracia fundiária e cafeeira. Muitos destes nomes operariam com uma crescente dicotomia entre nacionais e imigrantes europeus, consagrando várias das concepções que alimentariam uma série de políticas da Primeira República. Teses como a do branqueamento ajudariam a formalizar a crescente dicotomia entre nacionais e imigrantes, estendendo a todos os brasileiros, à exceção da elite, a marca da inferioridade racial e do cativo. Nasceria, então, uma República, onde, do ponto de vista da maioria de seus intelectuais, faltava um povo. Caberia aos imigrantes europeus formá-lo. A partir daí, as estatísticas ganhariam um estatuto que lhe reservaria centralidade nas políticas de controle sobre a população, coincidindo com o discurso historiográfico na consolidação de uma genealogia da nação. Mesmo acompanhando a precariedade que marcava a crise de legitimidade dos governos iniciais da República, a atividade estatística conquistava um enorme respaldo formal-legal, que não perderia jamais.

Racialização estatística e construção da República

A racialização das diferenças sociais ocupou lugar de destaque nas idéias de nacionalidade formulada por estes intelectuais. Fazia-se necessário garantir outras práticas de exclusão, dado que a cidadania perdera suas últimas raízes de privilégios corporativos para tornar-se uma prerrogativa universal dos brasileiros natos. A exigência constitucional do voto alfabetizado restringia severamente a participação política dos brancos pobres e dos descendentes de africanos, mas não fornecia as bases ideológicas que pavimentariam uma nova hierarquia do mundo social.

Nesta conta, aqueles intelectuais se lançariam a uma nova tarefa: constituir a identidade da alta sociedade nacional, que se situava entre a degeneração do tipo híbrido mestiço prevista pelas matrizes teóricas européias e o exotismo que o olhar europeu confinava aos trópicos. Situar o Brasil na comunidade internacional, no congresso das nações, significava o desafio de construir uma imagem fortemente cívica e racional do país, ao lado de um desenvolvimento urbano e industrial constante, que augurariam segura vocação para potência mundial. Durante a militância republicana dos anos 1870 e 1880 e após a proclamação, os letrados se empenharam em elaborar um discurso para a Europa e os Estados Unidos, capaz de articular a possibilidade de uma civilização nos trópicos com o progresso técnico, as novas instituições como o liberalismo econômico e a democracia, mesmo que formal, e a disseminação da pesquisa e da ciência experimental, na forma dos institutos histórico-geográficos, dos museus etnológicos e das academias de ciência⁸.

⁸ Entre as principais instituições criadas por D. João VI (entre 1808 e 1822) ou pelo Império, que teriam importante atuação na legitimação científica do regime republicano, podemos incluir: o Museu Nacional do Rio de Janeiro, o Museu Paraense Emílio Goeldi, o Museu Paulista, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, a Comissão Geológica de São Paulo, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, a Imperial Estação Agronômica de Campinas, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, o Clube de Engenharia, o Observatório Nacional, o Instituto Butantan, o Instituto Oswaldo Cruz e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Análises de suas trajetórias institucionais podem ser conferidas em (DANTES, 2001) e (GUIMARÃES, 2007).

Não obstante, havia um poderoso obstáculo à imagem civilizacional e à dimensão privilegiada em que tais intelectuais ansiavam por se definir: a mestiçagem. Não nos esqueçamos das influentes teses do Conde de Gobineau e de Gustave Le Bon, defensores das raças puras, para quem os mestiços exemplificavam a diferença fundamental entre as raças e personificavam a provável degeneração oriunda do cruzamento entre “espécies diversas”. Lastimavam a extrema fertilidade dessa população que, segundo eles, herdavam sempre as características mais negativas das raças em cruzamento (SCHWARCZ, 2002, p. 56-57). Definitivamente, a hibridação seria um fenômeno a ser evitado. Para estes autores, o “pecado original” da mestiçagem condenaria o Brasil à barbárie, com o desaparecimento dos tipos puros e a conseqüente descaracterização de nossa nacionalidade.

A tese do branqueamento, uma originalidade brasileira, revelou-se a acomodação ideal do legado escravista, permitindo tanto desfazer os estigmas etnocêntricos quanto fundamentar práticas autoritárias que restringissem a participação popular⁹. O argumento do branqueamento é um exemplo poderoso da ideologia cientificista que pautou as décadas iniciais da República. O que lhe dava força como discurso de verdade é que sua evolução podia ser facilmente constatada, comparando-se as características raciais reveladas pelos números dos censos. Ora, tendo em vista a presença deste argumento na elaboração das políticas oficiais de imigração, não é arriscado dizer que a *racialização estatística* era a expressão do branqueamento na mediação simbólica da nação, o que redefiniria os parâmetros da demanda por estatísticas.

A imediata restauração da Diretoria Geral de Estatística, logo após a Proclamação da República, aponta nesta direção. Apenas alguns dias após o 15 de novembro de 1889, o governo provisório ordenou o pronto restabelecimento da DGE e a realização urgente de um novo levantamento, que foi a campo em janeiro do ano seguinte. O responsável pela iniciativa foi um positivista de estirpe, o ministro dos Negócios do Interior, Aristides Lobo. Para estar à frente do censo, Lobo nomeou Timóteo da Costa, também adepto do positivismo, professor que era da famosa Escola Militar da Praia Vermelha, bastião intelectual dos militantes daquela doutrina. A consagração da regularidade censitária em intervalos de dez anos na Constituição de 1891 reforçaria a tendência anunciada, promovendo a

⁹ A tese do branqueamento baseava-se na presunção da superioridade branca, deixando em aberto a questão de ser a inferioridade inata. Seguiam-se duas premissas. Primeiro, a população negra diminuía progressivamente em relação à branca, em função de uma taxa de natalidade presumida mais baixa, da maior suscetibilidade à incidência de doenças, e da tendência para a desorganização social. Segundo, a miscigenação produzia “naturalmente” uma população mais clara, em parte porque o gene branco era mais forte e em parte porque as pessoas procurassem parceiros mais claros do que elas, dado que a escolha de parceiros sexuais mais aptos é um elemento dominante na escala evolutiva. A imigração branca reforçaria a resultante predominância branca (SKIDMORE, 1989, p. 81). Estavam, dessa maneira, invertidos os termos. A existência da miscigenação não conduzia a um fatalismo degenerativo. Muito ao contrário, porém, o contornaria, redimindo a nação de sua depreciada pluralidade étnica, ao produzir uma população mestiça sadia capaz de tornar-se sempre mais branca, tanto cultural quanto fisicamente.

associação ideológica entre a imagem da nação e o governar por números, o que jamais teria efetividade no período em apreço.

A intenção, entretanto, estava posta, e seu peso para a institucionalização da estatística não pode ser diminuído. A imagem do governar por números apareceria em vários momentos da Primeira República, como, por exemplo, na realização do censo do Distrito Federal, de 1906, encomendado para inspirar as resoluções do plano urbanístico e do ordenamento espacial, empreendidas pela reformas do célebre prefeito Pereira Passos.

Sem fugir à nova regra, o censo de 1890 trazia o signo positivista do movimento militar que edificou os primeiros anos da República. Suas classificações partiam de uma forte concepção hierárquica do mundo social. Dividia a população segundo a "raça", em "brancos", "pretos", "caboclos" e "mestiços". Note-se que a mestiçagem foi promovida aqui à condição de categoria, assumindo claramente o sentido atribuído pelo branqueamento, qual seja o de diluição do sangue negro no cruzamento com os contingentes migratórios, que levaria ao gradual desaparecimento desta população. Nestes termos, o censo atendia perfeitamente às expectativas do novo regime e das velhas elites, subtraindo do jogo político formal os grupos de negros livres e sua descendência, ao subsidiar a restrição de sua participação política na apresentação de um determinado retrato da nação e de sua população. Ao mesmo tempo, construía uma imagem fortemente progressista para o País, baseado no crescimento urbano e comercial e na valorização da contribuição quase redentora das imigrações européias para o patrimônio nacional¹⁰.

O que há de mais significativo na avaliação da classificação racial praticada pelo censo de 1890 é a transformação da miscigenação em chave programática do discurso censitário, excedendo o nível dos comentários para consagrar-se nas próprias matrizes estatísticas, através da categoria "mestiços". A homogeneização étnica como fator de primeira ordem do processo social brasileiro havia atingido até mesmo os instrumentos estatísticos. A miscigenação acelerada acentuava a contribuição expressiva do grupo branco e o equivalente declínio de "pretos" e "caboclos".

O que chama a atenção no conjunto dos comentários é a extraordinária rapidez que os estatísticos do período atribuem à miscigenação e à ação regeneradora do "sangue" branco. Tudo ocorre como se a miscigenação

¹⁰ Dentre as abundantes passagens dedicadas ao tema, destaca-se o enunciado de Leão Barboza, apresentador do volume relativo ao distrito federal do censo de 1890: "Primeiramente, a imigração corrige a inconveniência de densidades muito fortes. Em nossos dias, observa F. Leplay, as regiões ocidentais do continente, o caso oficial das raças fecundas é o excesso da aglomeração de homens e a isso se provê pela organização metódica da emigração. O trabalho de um homem na América produz o quádruplo do que produz na Europa" (BARBOZA, 1895, p. XXIV-XXV). O comentário mostra a estreita filiação da estatística da Primeira República ao postulado maltusiano. O modelo de "equilíbrio demográfico", segundo o qual as "fortes densidades" se reajustam espontaneamente em virtude dos recursos disponíveis, beneficiando tanto as regiões de atração como as de expulsão, está fortemente presente nos discursos dos estatísticos do período.

tivesse efeitos rápidos e contundentes como apresenta a mortalidade, quando, na verdade, requer períodos mais prolongados e processos demográficos mais complexos. No plano matricial, a aceleração da miscigenação e a redução dos “pretos” foram garantidas através de um procedimento operacional. Afinal, foram adotadas duas definições diferentes sobre a composição dos grupos em questão. Os “brancos” foram entendidos como a resultante da mestiçagem, enquanto os “pretos” foram codificados com base em uma concepção pura, isto é, abrangendo apenas os habitantes africanos ou os nascidos no país de uniões endogâmicas. Sintomaticamente, eliminavam-se do grupo “mestiços” as associações entre aqueles considerados “pretos” e “caboclos” e entre “pretos” e os próprios “mestiços”. Através deste mecanismo fundamental, a população negra era claramente subestimada, diluindo-se nos agregados oferecidos pelo levantamento de 1890.

O legado social da escravidão também seria diluído por força de outro expediente. A categoria “condição”, central na organização do censo de 1872, não apenas foi eliminada sem motivar comentários ou explicações, como se ausentou das tabelas de comparação entre os censos de 1872 e 1890. A “condição” sequer foi citada como investigação praticada pelo levantamento do Império. Como procedimento material de objetivação, os relatórios de divulgação do censo apagavam o aviltante vestígio da escravidão das bases da memória oficial.

Ainda mais significativo, era a supressão da categoria “frequência escolar”, quando entendida em conjunto com a inclusão de três outros quesitos, todos igualmente alheios às recomendações dos Congressos Internacionais de Estatística: “data de chegada dos imigrantes”, “adoção da nacionalidade brasileira” e “país de nascimento dos pais”. Para Timóteo da Costa, organizador do censo e diretor da DGE, estes acréscimos constituíam “fatos necessários à investigação estatística, em um país cuja situação demográfica era, e por muitos anos, continuará a ser, perturbada por dois fatores – escravidão e imigração” (OFÍCIO, 1890, p. 6). A “data de chegada dos imigrantes”, por sua vez, era informação “de grande interesse para saber sobre a fixação do imigrante entre nós, sua aclimatização em determinadas regiões e longevidade em nosso clima”. O inquérito sobre “adoção da nacionalidade” ajudaria a corrigir “as distorções entre nacionalidade e naturalidade”, que poderiam comprometer a apreensão de nossa situação real. Já a questão da nacionalidade dos pais era um meio privilegiado para descobrir a “proporção em que os imigrantes têm contribuído para o crescimento da população” (OFÍCIO, 1890, p. 7).

Como é possível ler nos comentários de Timóteo da Costa, o censo de 1890 introduziu o fatalismo estatístico como categoria de percepção homóloga à genealogia da nação. Afinal, o “inelutável” desaparecimento de negros e mestiços na larga duração conduziria à consagração definitiva de nosso tipo nacional. Inspirava a apresentação de um retrato homogêneo do país, livre das disputas sociais que se creditavam às diferenças raciais, rico em possibilidades de atração

e fixação dos imigrantes. Esta função de “espelho da nação”, em sentido estrito, definia a própria natureza do paradigma censitário, atendendo com eficiência às necessidades do discurso liberal e da propaganda do país no exterior, enquanto deixava praticamente intocado o problema das políticas efetivas de integração social. Esta disposição era especialmente visível no abandono da “frequência escolar” e na introdução de questões sobre proveniência e fixação dos imigrantes, fundamentais para subsidiar a tese do branqueamento. Duas obsessões temáticas mutuamente relacionadas se faziam presentes em tal paradigma: por um lado, o estudo dos vínculos básicos que tornavam possível a sociedade, e, por outro, a identificação de seus pontos críticos, geradores do conflito social, que requerem a intervenção política do Estado (OTERO, 2006, p. 296).

José Maria do Couto, Medeiros e Albuquerque e Manoel Francisco Correia, respectivamente diretores interinos e diretor titular da DGE ao tempo do Império; Timóteo da Costa, Mendes da Rocha e João Sabino Damasceno, ocupantes do mesmo cargo nos primeiros anos da República; eram todos autênticos representantes dos homens de visão prática, que tinham na organização dos censos um ponto de inflexão para suas carreiras políticas. Daí terem se ocupado dos levantamentos e do comando da Diretoria Geral de Estatística sempre em caráter contingente, o que pressupunha um movimento de capitalização e retorno à esfera política, como deputados, senadores e até ministros.

Ao lado das semelhanças que aproximavam os produtores de estatísticas, no Império e na República, havia pelo menos uma diferença decisiva em favor dos últimos: manifestaram aguda consciência quanto ao papel estratégico dos censos na mediação simbólica da nação, apostando na centralidade do argumento racial (via miscigenação). Tal percepção era visível nas relações que produtores como Da Costa e Mendes da Rocha, ou comentaristas como Leão Barboza e Pires de Almeida, estabeleceram em temas como imigração, ocupação e instrução, que infelizmente não podemos explorar aqui¹¹. Assim fazendo, concorriam para capitanear prestígio e visibilidade para a atividade estatística, ao satisfazer expectativas de círculos intelectuais e políticos. O retrato da nação que o censo de 1890 e os relatórios da DGE ofereciam correspondiam aos desejos dos governos e aos apelos da propaganda imigrantista, ampliando assim o uso das estatísticas nos discursos dominantes e / ou oficiais.

Mesmo restaurada em ato-contínuo ao 15 de novembro e protegida por legislação pertinente (como, por exemplo, a punição para os que se negassem

¹¹ Em artigo publicado no *Jornal do Commercio*, Pires de Almeida vai bem mais longe em suas afirmações, associando tendências genéticas e inclinações morais, e diferenciando condicionamentos físicos e mentais, segundo a aptidão racial: (...) não se admire, por exemplo, de que eu tivesse transplantado para aqui estudos sobre raças. De tal havia necessidade imprescindível, pois só deste modo se compreende também como o algarismo dos defeitos físicos, que avulta em todos os centros populosos, se apresente por demais escasso nesta cidade, com o progressivo decréscimo de uma ou quiçá mais raças. (...) não haja, pois, entre aqueles que opinam pela extinção de uma raça a partir do quarto cruzamento entre mestiços, receio de que tal calamidade possa suceder entre nós, pois que o sangue de uma raça primitiva ou pura vem tonificar e concorrer para que se perpetuem os naturais desse canto da América (ALMEIDA, 1901).

a prestar informações), a atuação da Diretoria Geral de Estatística permaneceria débil e claudicante, refletindo a precariedade da infra-estrutura de contagem da população na Primeira República. A resistência da população ao registro civil (de nascimentos, casamentos, falecimentos) e aos inquéritos censitários foi um obstáculo estrutural, elevando-se nos momentos de crise de legitimidade do poder central. O mesmo pode ser dito sobre a fragilidade da federação para obrigar os estados a enviarem seus registros administrativos (de escolas, hospitais, alfândegas, tribunais) nos prazos estipulados pelas operações censitárias. A federação deixava ao sabor dos governos locais a emissão adequada das fontes geradoras das estatísticas. Na verdade, este quadro era ainda pior: os registros afetos a uma área temática (como agricultura, polícia, justiça, entre outras) podiam estar em várias de suas unidades (como estações climáticas, delegacias de polícia, prisões, entre outras), que poderiam se encontrar em diferentes localidades (em uma mesma cidade, ou, o que era mais comum, em várias cidades). Por isso, era muito difícil derivar-lhes estatísticas (SENRA, 2006b, p. 727).

O longo e espinhoso caminho em direção à institucionalização da estatística como instrumento do Estado brasileiro foi, sem dúvida, uma das faces de um fato mais geral, qual seja, o de que a Primeira República deixava a desejar como forma racional-legal de Estado, segundo o ponto de vista weberiano. Nesse sentido, as dificuldades enfrentadas pela atividade estatística eram comuns a vários ramos da administração pública do Estado Oligárquico, cuja ineficiência administrativa no período em foco coincidiu com o desmanche da centralização política do Império. Um caso merece menção: a extrema dificuldade conhecida pela tentativa de estabelecer um registro de terras em moldes contemporâneos, mesmo se, como também foi o caso da estatística, a sua necessidade fosse teoricamente proclamada e tenha chegado a ser objeto de legislação específica (CARDOSO, 2006, p. 24). Este exemplo deve bastar para sugerirmos que a precariedade institucional da atividade estatística na Primeira República podia conviver bem com uma percepção crescente entre setores políticos e intelectuais sobre a centralidade dos números para a sustentação dos discursos de verdade.

Um decisivo ponto de inflexão viria com a emergência de um novo perfil de produtores e analistas das estatísticas. Mais do que o advento de uma nova geração, a emergência dos chamados “demógrafos-sanitaristas” representou o início da profissionalização da atividade estatística e uma nova atitude em relação ao sistema de classificação racial. Os demógrafos-sanitaristas eram médicos formados, quase invariavelmente com teses de doutoramento em epidemiologia ou saúde pública. Homens de ciência, dedicavam-se à resolução do grave problema da insalubridade, que grassava em cidades de expansão acelerada, como o Distrito Federal. Sem deixarem de ser políticos e de exercer importantes cargos públicos, eram técnicos de formação, e aportaram uma importante dimensão teórica à produção e à análise das estatísticas, a partir da segunda década republicana. Do início de sua atuação como funcionários das áreas de saúde pública e higiene até

a chegada de Bulhões Carvalho¹² ao comando da Diretoria Geral de Estatística, em 1907, criaram conhecimentos e grandes polêmicas em torno dos números oficiais. Carvalho dirigiu por mais de vinte anos o *Brazil-médico*, principal periódico da área de Saúde, publicando trabalhos voltados à sensibilização dos intelectuais e da classe médica sobre a utilização das estatísticas públicas para a prevenção das epidemias e para as reformas urbanas, entre outros temas de higiene pública¹³. O censo de 1920, magistralmente organizado por ele, trouxe importantes inovações temáticas, conceituais e operacionais (SENRA, 2006b, 533-568).

Silêncios eloqüentes: o racismo dissimulado do censo de 1920

O caso do censo de 1920 merece registro especial, por ter sido o primeiro censo a investir intensamente na conquista das camadas médias e populares, não mais exclusivamente na construção da imagem do País no exterior. A nosso ver, esta virada aponta para um significativo incremento na utilização das estatísticas na grande imprensa, nos veículos de comunicação, nos discursos políticos, nos periódicos científicos e nas obras de interpretação da realidade nacional.

De todo modo, esta inflexão marcava a difusão de um código social que reservava ao censo expressão de destaque na mediação simbólica da nação. A convergência entre o longo e inédito planejamento da operação censitária e a proximidade dos festejos alusivos ao centenário da independência apontam nesta direção. A celebração teria lugar na aguardada Exposição Universal de 1922, sediada na capital brasileira. Os preparativos para sua execução conquistaram uma mobilização ampla e eficaz. Sociedade, imprensa, escolas superiores, intelectuais, políticos e até religiosos vieram a público esclarecer a importância da pesquisa, e a população abriu suas portas aos recenseadores. Neste contexto, o censo parece-nos estratégico para pensarmos a questão da formulação racial da identidade nacional, durante a conturbada década de 1920.

Estranhamente, o quesito racial não estaria presente nas categorias de classificação. Seu organizador, ao justificar a sentida ausência, limita-se a afirmar: “a supressão do quesito relativo à cor explica-se pelo fato das respostas ocultarem em grande parte a verdade, especialmente quanto aos mestiços, muito numerosos em quase todos os estados do Brasil e, de ordinário, os mais refratários às declarações inerentes à cor originária da raça a que pertencem” (BRASIL, 1922, p. 488-489).

É curioso que a justificativa seja complementada por uma nota acerca do “valor científico da pesquisa censitária referente às raças”. Carvalho recorre à citação de Mayo Smith, para quem as classificações de raça e nacionalidade não

¹² Sobre este personagem, cf. SENRA, Nelson de Castro (org.). *Bulhões Carvalho: um médico cuidando da estatística brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. A publicação reúne artigos e extratos de obras assinados pelo “fundador da estatística brasileira”, além de textos analíticos sobre sua trajetória.

¹³ Além de Bulhões Carvalho, contavam-se entre os demógrafos-sanitaristas nomes como os de Aureliano Portugal, Hilário de Gouveia e do grande médico Oswaldo Cruz.

passam de conjeturas, pois “não existem característicos nitidamente definidos em que se possa assentar a observação comum da estatística”, por causa do “fenômeno do atavismo ou reversão a um tipo ancestral puro”, que pode fazer com que uma “mulata” dê a luz a um filho inteiramente negro, donde a inadequação da tonalidade da cor como critério discriminativo. “É impossível fazer essa estatística”. Além disso para a impossibilidade contribuiria o fato de os mestiços negarem ou silenciarem sobre a experiência de cativo anterior, ao disfarçar a ascendência, dado que “o cruzamento ocorreu durante a escravidão ou estado de degradação social da progenitora do mestiço” (BRASIL, 1922, p. 489).

O que se vê é uma linha de argumentação que confirma a predominância dos pressupostos do branqueamento biológico no pensamento social brasileiro e nos comentaristas censitários. A nosso ver, a explicação para o silêncio do censo no que concerne à classificação racial pode de fato estar relacionada à afirmação de Bulhões Carvalho. Os mestiços dissimulavam sua condição, forma de negar o vínculo com o passado escravista que o reconhecimento da ascendência negra acarretava, o que era especialmente perigoso em meio ao predomínio de práticas autoritárias como a dos castigos corporais, que ainda grassavam na Primeira República. Por outro lado, a ambigüidade reside na citação evocada, que defende a impossibilidade de definição dos “característicos”. Ora, o atavismo em questão poderia conduzir o mestiço ao tipo ancestral puro tão desejado: o branco, no caso brasileiro, o negro, no norte-americano. Tenhamos em mente que os contextos de significação nos dois casos são totalmente incompatíveis: branqueamento em um lado, aparte biracial no outro lado.

Ao lançar mão de Smith, Bulhões inverte os termos. O mestiço tenderia a dissimular sua condição porque, estando à frente de negros e índios no estágio evolutivo, estaria próximo de se embranquecer, do atavismo do tipo racial puro originário, que, segundo a intelectualidade brasileira, já estaria presente em seu sangue. Assim, na escolha dos parceiros sexuais predominaria a opção do mulato pelo elemento branco, mais apto. Resulta da mesma lógica a negação da ascendência negra somente porque ela implica rejeição da experiência do cativo. Embora parta do mesmo princípio “do atavismo do tipo racial puro originário”, o comentarista norte-americano via o resultado oposto. Ao invés de facultar a transição, a meta é legitimar o aparte social consagrado na legislação que proíbe os casamentos inter-raciais. É o que sugere a ênfase na possibilidade de que o atavismo se manifestasse na passagem da mestiçagem ao estado anterior de raça negra, segundo o exemplo de que a mulata pode gerar um filho “inteiramente negro”. Ora, um e outro caso se afastam dos pressupostos originais que previam a degeneração inelutável do elemento mestiço.

A economia de palavras de Carvalho impressiona. Ele apenas aponta como causa direta da supressão do quesito racial a tendência da população mestiça para dissimular sua condição, o que é, sem dúvida, uma afirmação ideologicamente partidária do branqueamento, mas insuficiente. Não nos parece que a atitude

decorra de um constrangimento em aplicar o argumento racial à análise social. Afinal, em nenhum momento Carvalho estira a bandeira anti-discriminatória como justificativa para suprimir as categorias raciais, preferindo para isso as explicações técnicas, como a dificuldade de levantamento e de representatividade das declarações. Neste ponto, partilha inteiramente da fé nos dogmas do liberalismo. De toda forma, as implicações da citação de Smith “isentam” Bulhões Carvalho de se pronunciar mais abertamente sobre o assunto.

Em ao menos um sentido, Mayo Smith e Bulhões Carvalho se aproximam. Apesar de se refugiarem nas teses bastante fechadas do determinismo, ambos defenderam a supressão das categorias raciais. Tratando-se de um estatístico de gabarito e de farto conhecimento demográfico, não nos parece arriscado afirmar que Carvalho percebesse (ou intuísse) que, no Brasil, o processo de miscigenação pressupunha a existência de uma margem de mobilidade social ascendente, herdada da sociedade colonial, que permitia a negros e mulatos se branquearem com relativa facilidade. As clivagens sociais já admitiam como branco aquele que adotasse os comportamentos de elite, incorporando-se a ela. Este fato mostra que as linhas de demarcação racial no Brasil são extremamente difusas. Por isso mesmo, a miscigenação era a principal causa da imprecisão do sistema social de classificação racial e sua valorização implicava a rejeição dos postulados integralmente essencialistas sobre as raças.

Mesmo se eventualmente não tivesse consciência discursiva deste fenômeno, Bulhões Carvalho mostrou um acentuado pragmatismo na matéria. Este é o ponto que deve ser valorizado. Ao mesmo tempo em que descartava a medição racial na conta de dificuldades estritamente técnicas, mostrando-se aí um seguidor do “minimalismo metodológico” próprio de algumas tradições estatísticas (como a argentina), partilhava da ideologia racial de seus contemporâneos, manifesta na crença inabalável sobre a vocação redentora da miscigenação. Em relatórios e obras anteriores, sobretudo as de caráter oficial ou comemorativo, Carvalho já havia se mostrado reservado na análise de cunho racial, ao mesmo tempo em que sutilmente extrapolou importantes diferenças de definição entre categorias, que ele conhecia como poucos. No *Boletim comemorativo da exposição nacional de 1908*¹⁴, afirmou: “O coeficiente etnográfico dos brancos aumentou em 20 estados. (...) o dos pretos decresceu em 19 estados. (...) o dos caboclos teve notável aumento em quase todos os estados e apreciável redução no Amazonas (15,55%), no Espírito Santo (0,35%) e no Rio Grande do Sul (0,54%). Enfim, o dos mestiços ou pardos elevou-se em 7 estados e diminuiu em 14” (BRASIL, 1908, p. XXIII). É preciso dizer que as estatísticas dos censos de 1872 e 1890 não eram verdadeiramente comparáveis, devido às profundas diferenças de definição e abrangência entre os termos “pardos” e “mestiços”.

¹⁴ A centralidade dessa obra para a difusão da imagem do país deve ser considerada. O boletim foi a primeira publicação oficial do Brasil vertida integralmente para o esperanto, língua que então expressava o ideal de neutralidade científica e o de conagraçamento entre nações.

Evidentemente, Bulhões Carvalho não desconhecia esse fato. O que é digno de nota é a sua excessiva cautela em comentários relativos aos quesitos raciais. Por um lado, mesmo em publicações oficiais e comemorativas, Carvalho se abstinha de se *pronunciar* abertamente sobre estes números. Por outro lado, não se eximia de *apresentar* tais dados e, ao fazê-lo, *manipular* importantes diferenças de definição, que, ignoradas ou não, não eram questionadas pelos setores da opinião pública e da sociedade civil. Ora, esta ambivalência na atitude frente à classificação racial é essencial aos nossos propósitos. Ela atendia às expectativas do governo que fundavam a demanda por estatísticas no período. Ela se solidarizava ao quadro de referências da política imigrante, baseada na ideologia das “raças fecundas” e do branqueamento, ao que tudo indica partilhada pelo próprio Carvalho. O silêncio complacente do diretor da DGE, partidário daqueles pressupostos, há de ter influenciado sua decisão pessoal sobre a escolha do autor responsável pela introdução ao censo de 1920.

A indefinição dos “característicos” raciais da população e a conseqüente ausência dos números não impediram que se associassem as estatísticas àquele que se tornaria um clássico estudo, encomendado para compor o volume de introdução ao recenseamento de 1920: *O povo brasileiro e sua evolução*, de autoria do ainda jovem Oliveira Vianna – um racista histórico. É nesta tese, que lhe apresentou ao mundo intelectual, que ele fez a primeira exposição sistemática de sua “teoria de arianização”¹⁵, retomando e aprofundando as idéias de Silvio Romero. O mais interessante é que se trata da primeira leitura onde encontramos a associação entre miscigenação e mobilidade na estrutura social brasileira, que descrevemos mais acima. Oliveira Vianna via no “mulato” um estágio evolutivo mais avançado relativamente ao negro: “os mulatos, em regra mais inteligentes do que os negros puros, mais vivazes e destros, mais ‘ladinos’, aplicam-nos os senhores em ofícios mais finos, como sapateiros, marceneiros e alfaiates, em que se revelam habilíssimos” (VIANNA, 1922, p. 325). Para o autor, a proximidade do “mulato” em relação ao tipo branco responderia pela maior tendência dos primeiros para obterem alforria e ascensão social, o que se constata através da

¹⁵ A teoria da arianização radicalizava a noção de branqueamento (concebida por Silvio Romero), porquanto buscava demonstrar o legado do patrimônio genético alemão à constituição psicofísica de nosso tipo nacional, pela mediação do colonizador português, cuja origem, insiste Vianna, remonta à imigração dos “dólico-louros” para a península ibérica. A “caracterização psicossomática” do elemento português é atribuída a matrizes de dois tipos: “um, louro, alto, dolicoide, de hábitos nômades e conquistadores; outro, moreno, de pequena estatura, braquióide, de hábitos sedentários e pacíficos, temperamento patriarcal e hábitos rurais”, o único tipo a permanecer na península após as grandes navegações (VIANNA, 1922, p. 314). A superioridade dos dólico-louros nos teria sido legada pelos portugueses, que a perderam ao emigrarem para o Brasil as correntes de sangue ariano e construir nos trópicos uma civilização calcada na iniciativa da empresa particular do latifúndio (VIANNA, 1922, p. 315-316). O controle particular dos cargos públicos e da administração da justiça refletiria esta tendência e se constituiria em traço marcante de nossa cultura política. Como resultado, os senhores grandes proprietários organizaram nossa sociedade com base na forma espúria da solidariedade da patronagem e do clientelismo. A autoridade administrativa do grande proprietário correspondia, no núcleo familiar, o fortalecimento do poder do *pater familias*, tornando os senhores os promotores da miscigenação. Assim, com sua superioridade racial, a camada senhorial promovia e comandava a miscigenação desde o eito escravista.

desproporção existente entre “mulatos” livres e “mulatos” escravos, favorável ao primeiro grupo.

Com esta abordagem, a obra supria as barreiras da mensuração racial, enfatizando, ironicamente, as dificuldades técnicas deste tipo de apreciação da população em um censo nacional, ao mesmo tempo em que desempenhava a relevante missão de apresentar um Brasil biologicamente mais branco, recolocando-o nos trilhos do progresso e no concerto das nações. Este era o papel simbólico fundamental que o censo deveria cumprir, como principal peça do Pavilhão da Estatística (emblematicamente chamado de “Pavilhão da Ciência da Certeza”), carro-chefe da exposição internacional de 1922, que celebrava o centenário de nossa independência.

Dessa forma, a associação da sofisticada literatura racista de Vianna ao discurso censitário fundamentava o sucesso e a continuidade das políticas de imigração e de representação da nacionalidade alvejadas pela Primeira República, ainda que sua sustentação fosse cada vez mais precária. Afinal, o momento exigia que o censo fosse tecnicamente impecável. A verdade é que àquela altura o Brasil sequer dispunha de tradição censitária, dado o defeituoso censo de 1890 e o fracasso fragoroso do de 1900¹⁶. Ambos introduziram temáticas fora das recomendações dos Congressos Internacionais de Estatística, que acabaram não sendo apuradas, e seus planos de divulgação não puderam ser seguidos. Não houve levantamento em 1910, quando a verba censitária se esgotou com a contratação de um enorme quadro (8.433 agentes), sem qualquer cronograma de trabalho. O Brasil ainda não tinha censos prestigiados e a melhor referência era o de 1872, o que denegria a República e o projeto de futuro promissor encarnado pela “ciência da certeza”.

Por esta razão, garantir o sucesso do empreendimento passava pelo rigor metodológico e pela simplificação dos temas e formulários. Quesitos como religião e a maioria dos defeitos físicos foram deixados de lado, em observância às convenções internacionais. Neste quadro, as dificuldades técnicas levantadas pela classificação racial representavam um desafio redobrado e sua exclusão pareceu ser a melhor solução. A afirmação é corroborada pelo próprio Oliveira Vianna. Em artigo publicado no *Correio Paulistano*, de 1926, o historiador confessa que apelou ao seu “eminente amigo, Dr. Bulhões Carvalho”, para saber sobre as razões que o levaram a excluir o inquérito racial do “magistralmente dirigido” censo de 1920. A resposta foi taxativa: argumentou “que não incluiu o questionário étnico porque lhe pareceu que as declarações não seriam confiáveis”. Ainda segundo o artigo de Vianna, Carvalho argumentou que os recenseadores não saberiam determinar se o indivíduo era “branco puro” ou “mulato brancoide”, ou seja, “em processo

¹⁶ Realizado na insólita data de 31 de dezembro (!), o censo seria alvo de inúmeras polêmicas nacionais e estrangeiras, e teria sua apuração cancelada. Seus resultados só seriam conhecidos pelos esforços de Bulhões Carvalho que, ao assumir a precária direção da DGE, em 1907, concluiu o processo de apuração e remeteu os resultados em sigilo ao ministro da Viação e Obras Públicas (hoje pode ser consultado em CD-ROM).

de reversão ao tipo ancestral ariano”. Além disso, vários “mulatoides” “dar-se-iam por brancos” no formulário censitário. O resultado seria uma indesejável superestimação da população branca, falseando as informações (VIANNA, 1926).

Ora, estas afirmações de Carvalho são extremamente significativas. Suas referências a uma tipologia das raças mais uma vez sugerem solidariedade ao sistema de representações raciais dominante – o que, de resto, é muito interessante, sobretudo por sua atuação no campo médico. Entretanto, recusa expressamente a racialização *estatística*, por considerar que não é possível reunir condições técnicas para mensurá-la, pelo menos no Brasil. Trata-se de uma tomada de posição de um agente situado em um campo estatístico em formação. Talvez a primeira colocada com tamanha clareza, para o que certamente contribuiu a natureza do objeto em controvérsia: a conflituosa classificação racial. A Oliveira Vianna restou apenas o lamento contra esta “grande lacuna”, refutando os fundamentos apontados por Carvalho, relativos à precisão técnica. Não obstante, foi esta última que finalmente “virou o jogo” na avaliação dos riscos e ganhos propiciados pela classificação da população em termos raciais. E o mais impressionante é saber que foi exatamente a superestimação o resultado antevisto por Carvalho. A opção pela exclusão do quesito racial deveu-se, ironicamente, à falácia de uma população enganosamente branca.

Sem romper, e até mesmo solidarizando-se com a leitura propagandística de cunho racial, como mostram várias referências em suas obras anteriores e a escolha de Vianna para redigir a introdução do censo, Carvalho buscou excluir a classificação racial da cobertura temática de 1920. Um fato que se revela duplamente interessante. Por um lado, destaca o aparecimento de uma cultura profissional dos estatísticos. Vale dizer que para os agentes vinculados a esta atividade, a *rigidez* de uma categoria é a condição essencial que preside sua inclusão ou exclusão de uma pesquisa. Quando as categorias são sólidas, isto é, não se apresentam *a priori* como objetos de disputa, seu conteúdo se aproxima de um consenso geral. A rigidez é própria de categorias bem amparadas na legislação e em conceitos importados das ciências, diminuindo os desvios sistemáticos e a heterogeneidade normativa (COMTE, 1995, p. 194-195). Este definitivamente não foi (e nem é) o caso da classificação racial e, consciente ou não, a tomada de posição de Bulhões Carvalho foi pioneiramente profissional, em um sentido plenamente moderno.

Por outro lado, o mesmo fato mostra o excessivo personalismo da produção censitária, configurando o que Hernán Otero chamou de paradigma da “estatística de autor”. Ela pode ser ilustrada pela organização pessoal dos censos – Medeiros e Albuquerque em 1872, Timóteo da Costa em 1890, Mendes da Rocha em 1900, Bulhões Carvalho em 1920. A estatística de autor baseava-se na consagração das instituições estatísticas por meio do nome e da grandeza pessoal de seus próceres, cujo perfil e notoriedade pública deveriam atuar como fontes de credibilidade da empreitada censitária. A estatística de autor corresponde a um reflexo sintomático da padronização incompleta da produção estatística do período, em

sua função de sublinhar especificidades qualitativas por meio de universalidades quantitativas. Mas uma diferença deve ser marcada: o aporte técnico trazido por Bulhões Carvalho e as quase duas décadas que dedicou ao comando da atividade estatística brasileira foram decisivos para sua cultura profissional de estatístico, antes mesmo que houvesse qualquer comunidade especializada ou espaços de transmissão de saberes e práticas. Estes viriam nas duas décadas seguintes, com a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a definitiva conquista da regularidade censitária.

Espaços demarcados: comunidade profissional e censura racial no censo de 1940¹⁷

Ao longo da década de 1930, assistimos a um notável avanço das teses culturalistas sobre a questão racial. De forma crescente, o pensamento social brasileiro abandonava o legado do racismo científico, que identificava a constituição física à personalidade moral e intelectual, consagrando em seu lugar a perspectiva da nova antropologia. O gênero humano passa a ser novamente interpretado em sua unidade, já que as diferenças étnicas são tomadas como produtos culturais. O conceito de cultura traz a noção de comportamento aprendido e ensinado, em vez de instintivo. Descobria-se o potencial simbólico e linguístico na imensa flexibilidade de reações humanas, na capacidade de atribuição de significados e de criação cognitiva de comportamentos

A igualdade racial tornou-se uma convicção oficial, como mostra a celebração do “dia da raça”, instituído por Getúlio Vargas, em 1938. Em medidas deste tipo, a celebração oficial da diversidade étnica constituía-se em poderosa figura para a mobilização psicológica das massas em torno da agenda do governo. As teses da democracia racial, como as de Gilberto Freyre, foram adotadas pelos meios de difusão ideológica do Estado Novo, mostrando-se compatíveis com a formação de um operariado urbano e com a conversão do homem do campo em trabalhador pacífico e ordeiro (DÁVILLA, 2006).

É importante afirmar desde já que a abordagem culturalista não implicou o desaparecimento das antigas concepções racialistas, que, mesmo perdendo estatura, mantiveram lugar de destaque nos debates sobre a nacionalidade durante todo o Estado Novo. É sintomático que um ideólogo como Oliveira Vianna tenha sido consultor jurídico do estratégico ministério do Trabalho, atuando diretamente na formulação da legislação trabalhista e do corporativismo sindical. Como sustentou Echazábal, enquanto Vianna assegurou a permanência do discurso racial em um período de valorização dos conceitos de cultura e etnia

¹⁷ Esta seção foi em grande parte retirada de trabalho apresentado no 11º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, promovido pela Sociedade Brasileira de História da Ciência, realizado em Niterói, estado do Rio de Janeiro, entre os dias 26 e 30 de outubro de 2008. Por sua vez, a base inicial dessas reflexões foi retirada de (CAMARGO, 2008, p. 331-370).

sem suscitar uma avaliação de semelhante discurso, Freyre procurou garantir um lugar teórico e político para o conceito de cultura, sem deslocar de fato as abordagens deterministas e hierárquicas. Desse modo, tanto Vianna quanto Freyre contribuíram para a “culturalização da raça” e para a “racialização da cultura” (ECHAZÁBAL, 1996, p. 107-124). Os debates sobre a questão racial travavam-se, portanto, em um autêntico acordo sobre os terrenos do desacordo entre diferentes tradições, compondo um verdadeiro ecletismo nos estudos raciais, que concorria para a legitimação de seus proponentes e para a visibilidade de seu objeto.

Os reflexos do ecletismo se faziam sentir também nos levantamentos populacionais. O censo de 1940 é ambigualmente marcado pelo surpreendente retorno da classificação racial e pela alteração delicada e profunda em sua terminologia, que doravante dará lugar à noção de “cor”. Há aí mudança radical de perspectiva, pois o que se valoriza não são mais os tipos raciais originários, mas a “cor”, isto é, as tonalidades da pele, sem a antiga referência à continuidade sanguínea. É o que parece afirmar a comissão censitária, através de seu gabinete técnico:

Essa qualificação ‘cor branca’ não deve, entretanto, ser interpretada como afirmação da presença de um caráter biológico próprio de determinados grupos étnicos, mas apenas como reconhecimento da presença de uma cor clara da tez, que pode ser incluída – às vezes com certa largueza de julgamento – entre os matizes usualmente chamados brancos (GABINETE, 1950, p. 31).

A nova perspectiva sobre a questão racial influenciou nos discursos associados à estatística, como mostra a introdução do censo de 1940, um vigoroso volume de 536 páginas, encomendado para engrandecer o primeiro levantamento do IBGE, criado em 1936, e da Era Vargas (1930-45), em plena ditadura do Estado Novo (1937-45).

Em *A cultura brasileira*, o sociólogo e educador Fernando de Azevedo, um dos fundadores da Universidade de São Paulo, opera um corte fundamental nas matrizes raciais originárias, postuladas por Oliveira Vianna. O autor desloca a cultura da base geográfica e étnica do “meio” e da “raça”, cuja importância no caráter de um povo reduz-se “ao momento em que sua alma é virgem ainda; e prolongando sua ação ao longo da história, são capazes, através das modificações do meio humano, de perpetuar os traços hereditários (...). Mas, à medida que a civilização se desenvolve, as forças sociais pesam mais sobre o caráter das nações do que as forças naturais que tiveram um papel de importância primordial nas suas origens e na sua formação” (AZEVEDO, 1943, p. 105-106). No processo civilizador, o predomínio passa a ser dos fatores econômicos e sociais para a formação da cultura.

Se em 1920, Bulhões Carvalho, ao justificar a ausência da investigação racial no censo, concordava tacitamente com o argumento do branqueamento da população, demonstrando inquietude quanto às possibilidades técnicas da mensuração racial da população, porém sem detalhar sua posição, em 1940 as

coisas se darão de modo bem diverso. Basta lembrar que, em plena política de extermínio empreendida pelo nazismo e seus reflexos na Itália de Mussolini, o eminente demógrafo judeu Giorgio Mortara aceitou o exílio no Brasil e a acolhida oferecida pelo IBGE, assumindo a consultoria técnica do recenseamento de 1940. Seria natural que Mortara visse com antipatia e restrições a classificação racial, negando até mesmo que fosse praticada para aquele ano de 1940. É o que se depreende do relatório da comissão censitária¹⁸:

A cor, ou raça, foi uma indagação que teve adeptos e adversários, prevalecendo, afinal, no questionário por maioria de votos, depois de haver sua sorte ficado pendente ou indecisa por algum tempo. O Sr. Carlos Imbassahy, aludindo aos trabalhos de Richet e de outros estudiosos da formação das raças, propôs que a indagação tripartisse as respostas possíveis em branco, preto e mulato. O Sr. Teixeira de Freitas sugeriu inquéritos sobre os corpos discentes das escolas, com a assistência de médicos e professores, de modo a se colher uma orientação dos tipos componentes da massa, mais segura do que a simples declaração individual consignada no questionário. O Sr. Costa Miranda, apoiando essa sugestão, lembrou que a investigação por amostra poderia ser estendida às coletividades militares. A Presidência, manifestando-se igualmente favorável à investigação em miniatura, deu a conhecer o ponto de vista do Gabinete-Técnico, segundo o qual o quesito devia ser suprimido devido à imprecisão das respostas que obteria, recordando, a propósito, que constante embora dos recenseamentos de 1872 e 1890, fora omitida nos de 1900 e 1920, bem como no projeto de 1930. O Sr. G. Mortara, consultor-técnico, opinou que a questão era mais política que técnica, opinião a que, logo após, o Sr. Lourival Fontes deu o reforço de um argumento decisivo ao dizer que o quesito era fundamental para a propaganda do Brasil no estrangeiro. Posta a votos a supressão do quesito, foi rejeitada, em face da declaração do Sr. Lourival Fontes, contra os votos dos Srs. Costa Miranda e Cerqueira Lima, ficando, pois, mantido no questionário o quesito cor, sem quaisquer outras explicações (CARVALHO, 1940, p. 124-125)

Note-se que, à exceção de Imbassahy, a comissão foi unânime na rejeição da investigação censitária do quesito “cor”. Alguns, liderados por Teixeira de Freitas, secretário-geral e idealizador do IBGE, sugeriram a classificação racial pelo viés institucional, sem qualquer vinculação com o recenseamento nacional. Certamente, negavam a adequação do empreendimento às possibilidades do censo. Ora, mesmo adotando-se o princípio das investigações parciais – caso das escolas e corporações militares sugeridas no trecho em questão – já não se trata mais de conhecer a população em termos raciais. Ou seja, a raça deixava de ser associada ao tipo nacional. Desvinculava-se, então, do discurso sobre as características da nacionalidade, que estivera na origem das preocupações sobre a classificação racial e que tanto marcou a função genealógica do censo durante a Primeira República. Giorgio Mortara ainda vai além, rejeitando o caráter científico

¹⁸ A comissão tinha como principais nomes Carneiro Felipe, diretor do recenseamento, Giorgio Mortara, consultor técnico, e Teixeira de Freitas, enquanto secretário-geral do IBGE.

ou técnico da abordagem racial, ao evidenciar os interesses políticos por ela suscitados.

Eis que somos surpreendidos com a intervenção de Lourival Fontes, diretor do poderoso Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão de inteligência do governo Vargas, alegando que “o quesito era fundamental para a propaganda do Brasil no estrangeiro”. Trata-se de argumento decisivo, por duas razões: em primeiro lugar, confirma a desracialização do olhar científico da estatística. O discurso racial praticado naquele momento torna-se político. É à representação da nação no estrangeiro, assim como à sua auto-imagem, que a classificação racial se reportará.

A imagem do país produzida pelo suporte censitário se mostraria bastante ambígua e controvertida. Por um lado, há a iniciativa da comissão de rejeitar a pesquisa racial no censo, por falta de sustentação científica, e também a escolha de um autor simpatizante do culturalismo e do funcionalismo, como Fernando de Azevedo. Por outro lado, os resultados atingidos pelo censo e a forma de encaminhamento da tipologia da cor nos boletins censitários nos levam a outra direção.

Nos febris anos das políticas nazistas de perseguição e extermínio, os brasileiros se ressentiriam muito especialmente de declararem sua cor, sobretudo oriunda de mestiçagem. Seria de se esperar que a comissão censitária levasse esta variável em consideração. Anos antes, já Bulhões Carvalho apontava para o problema da dissimulação da cor, fato que atestou para justificar a ausência do quesito em 1920, e que sabemos ser causa insuficiente. Aliás, a consciência do problema crônico da dissimulação se faz presente no próprio censo demográfico de 1940. Afinal, mesmo investigando a cor, pondera que “a omissão da resposta traduziria, em muitos casos, uma reserva à declaração expressa da mestiçagem” (BRASIL, 1950, p. XXI). Mais um motivo para acreditar que a comissão teria todos os cuidados no sentido de minimizar as declarações não representativas. Não foi o que ocorreu.

O censo simplesmente não previu em seu inquérito a categoria “pardo” ou qualquer outro equivalente de mestiçagem. As qualificações resumiam-se a “preta”, “branca” e “amarela”¹⁹. É o único recenseamento na história que não operou com a variável dos “pardos”. Todas as demais designações de cor, que indicavam miscigenação, como “caboclo”, “mulato”, “moreno”, etc., eram subsumidas a um traço horizontal no lugar reservado para a resposta nos boletins. A categoria “pardo” era incluída somente na análise e não na coleta, abrangendo justamente tais qualificações desviantes. Na coleta, os boletins traziam como instrução apenas a filiação a um dos três grandes grupos étnicos, e a indução ao preenchimento com o traço como única alternativa àquela filiação,

¹⁹ O censo de 1940 foi o pioneiro na investigação do agrupamento de cor “amarela”, instituindo a prática como tradição para os levantamentos ulteriores.

o que resultava num constrangimento para o entrevistado, inibindo-o quanto a uma eventual declaração que afirmasse sua condição. É forçoso concluir que o qualificativo “pardo” foi escamoteado por um procedimento operacional, dada a evidência de que os números resultantes estariam muito aquém de um patamar representativo.

O censo de 1950, ao contrário, faz a distribuição da população em quatro grupos - “brancos”, “pretos”, “amarelos” e “pardos” - e, ainda que incluindo neste último os índios e os que se declararam “mulatos”, “caboclos”, “cafusos”, etc., prevê um grupo especial de “pardos”, enquanto unidade de análise e coleta. Por conseguinte, os miscigenados não são tomados como elemento inadequado às categorias investigadas, como fez o censo de 1940. Neste sentido, “no censo de 1950 a declaração foi deixada à discrição do recenseado, emprestando, assim, maior precisão aos resultados censitários” (BRASIL, 1956, p. XVII - XVIII).

Naturalmente, o resultado da adoção de modos de procedimento diversos seria uma discrepância gritante entre as conclusões a que os dois censos chegaram (ver tabela).

TABELA – População recenseada, segundo a cor (1872-1950)

a) Em números absolutos

Cor	1872	1890	1900	1920	1940	1950
Branco	3 787 289	6 302 198	_____	_____	26 171 778	32 027 661
Pretos	1 954 452	2 097 426	_____	_____	6 035 869	5 692 657
Amarelos	_____	_____	_____	_____	242 320	329 082
Pardos	4 188 737	5 934 291	_____	_____	8 744 365	13 786 742
Sem declaração de cor	_____	_____	_____	_____	41 983	108 255

b) % sobre o total

Cor	1872	1890	1900	1920	1940	1950
Branco	38,14	43,97	_____	_____	63,47	61,66
Pretos	19,68	14,53	_____	_____	14,64	10,96
Amarelos	_____	_____	_____	_____	0,59	0,63
Pardos	42,18	41,40	_____	_____	21,20	26,54
Sem declaração de cor	_____	_____	_____	_____	0,10	0,21

Fonte: BRASIL, 1956, p. 1

Na leitura apenas superficial dos números há de se notar o grande avanço da população “parda”, que salta de 21,20% para 26,54% do total, inversamente proporcional ao recuo da população “preta”, cujo patamar sofre queda de 3,68%, no tocante ao período 1940-50. Difícil deixar de atribuir o ocorrido às inovações levadas a cabo na investigação de 1940. E mais: mesmo com o decréscimo a que chegou o censo de 1940, a intenção dos organizadores censitários, premidos pela pressão da classe dirigente, era a de diluir ainda mais a variável “pardo” na composição da população. A nosso ver, a expectativa era a de que a omissão desta categoria de classificação na coleta inibiria ainda mais os declarantes. No entanto, foram muitos os que afirmaram sua condição de miscigenado, através de qualificativos alternativos, mas imbuídos da polissemia da miscigenação. É o que revela o testemunho da própria comissão, novamente através de seu gabinete técnico:

De fato, essas instruções foram interpretadas, na grande maioria dos casos de recenseados de cor diferente das três explicitamente discriminadas, como se esta discriminação visasse apenas a exemplificar, e não a limitar, as declarações da cor. E, por isso, ficaram muito freqüentes as especificações de cores não previstas nas instruções, como ‘morena’, ‘parda’, ‘mulata’, ‘cabocla’, etc., e apareceu em alguns casos a especificação do grupo étnico ‘índio’, que só indiretamente representa uma declaração de cor (GABINETE, 1950, p. 7-8) – grifo nosso.

A intenção de limitar as declarações de cor seria mais do que compatível com a natureza do fazer estatístico. Porém, para este censo em particular, não foi elaborada na coleta uma categoria de “pardos” que incorporasse aqueles outros qualificativos – “morena”, “mulata”, “cabocla”, entre tantos possíveis. Conseqüentemente, a afirmação da condição mestiça passava necessariamente pela negação das categorias disponíveis e pelo alargamento semântico da classificação racial. Vários eram os significados atribuídos à cor. Mesmo se considerássemos a inclusão da categoria “pardo”, é inegável que, em relação a ela, às designações “morena”, “mulata” ou “cabocla”, entre tantas outras variantes, são atribuídos sentidos distintos no ato de identificação pessoal provocado pelo recenseador.

Paradoxalmente ao elogio da mestiçagem que vemos em Freyre e também em Fernando de Azevedo, na conjuntura de guerra a imagem que a estatística produzia para o Brasil não era, sob nenhuma hipótese, a de paraíso racial. Naquele momento, a ameaça nazista era uma realidade e a vitória alemã uma grande possibilidade. O problema do racismo só seria estudado e inventariado pelos órgãos internacionais após a derrota alemã e os traumas provocados pela revelação oficial do holocausto ao mundo. Se no Brasil vigorava o ideal da harmonia étnica e um ecletismo que conjugava diferentes abordagens sobre a questão, se os estatísticos retiravam o estatuto científico do argumento racial, tornando-o político, o mesmo não poderia ser dito para o cenário mundial. Não antes que Berlim finalmente sucumbisse. Externamente, o Brasil de 1940 via o pensamento dominado pela tecnocracia nazi-fascista condená-lo, em virtude do hibridismo

da miscigenação. Os desdobramentos da guerra, àquela altura, poderiam elevar este pensamento, então expressivo, à condição de hegemonia. A fala de Lourival Fontes é modelar. No que dependesse dos estatísticos, não teria havido nenhuma classificação racial em 1940, não fosse sua investida em favor da propaganda do país. Neste sentido, era preciso moldar os procedimentos de inquérito de maneira a aprofundar ainda mais a dissimulação sobre a cor da população, aterrorizada com as barbaridades que o distante Terceiro *Reich* engendrava, o que o desnível em relação aos números obtidos em 1950 comprova.

Considerações finais

Neste trabalho, analisamos diferentes modos de ver as estatísticas, diferentes modos de ver a sociedade e o Estado através das estatísticas, a partir da experiência histórica do Brasil. Buscamos relacionar a crescente institucionalidade da atividade estatística à progressiva centralidade assumida pela questão racial nas políticas públicas e no pensamento social brasileiro, mostrando como esta oscilação refluíu sobre os parâmetros que orientam a demanda por estatísticas.

Foi o Império que realizou o primeiro levantamento nacional, organizado pela primeira agência de coordenação (a Diretoria Geral de Estatística), cumprindo requisitos básicos aos censos modernos. O caráter corporativo dessa sociedade, porém, não propiciava a objetivação do povo e do território para caracterizar o tipo nacional brasileiro. Tal não seria possível antes que antigas diferenças naturalizadas, herdadas do dispositivo da “mancha de sangue”, pudessem ser plenamente depuradas por princípios de equivalência entre os indivíduos de uma nação, entendidos como unidades intercambiáveis em matéria de comportamento e de papel. A polarização entre escravidão e liberdade foi a grande marca do censo de 1872, como salienta a proeminência reservada à categoria “condição”, desconhecida da grande maioria dos países ocidentais, ao tempo de realização de seus primeiros censos modernos. Esta particularidade brasileira revela que as estatísticas do Império se inscreveram em um regime de verdade pautado pela tradição como modelo de moralidade, não na historicidade do caráter nacional. É significativo que no Império a estatística tenha se consagrado, sobretudo, como um saber descritivo, um suporte pedagógico, integrante dos cursos de Direito e vinculado à Economia Política, formando os bacharéis que desempenhariam importantes cargos na administração pública²⁰. Tratam-se de aspectos singulares, que fazem da atividade estatística do Império um objeto de grande interesse. A raridade do caso brasileiro reside no fato de que as primeiras medidas de institucionalização da estatística (criação de agência central e realização de censo nacional, entre outras) não pressupuseram a tarefa de filiação genealógica, tanto ao passado quanto ao futuro.

²⁰ Este é o caso da criação de uma cadeira de “Economia Política, Estatística, e princípios de Direito Administrativo”, em 1863, tendo à frente José Maria da Silva Paranhos, futuro Visconde do Rio Branco.

A função genealógica das estatísticas viria somente com o alvorecer da Primeira República, que assistiu à oficialização de uma leitura racista da sociedade e da nação, até então apenas ensaiada por alguns intelectuais da “geração de 1870”. A miscigenação tornou-se a chave programática não apenas do discurso sobre a identidade nacional, mas também da própria formulação das categorias do censo de 1890. Além da proteção por legislação, a DGE gozou de estabilidade, mesmo que precária, em todo este período, o que nos pareceu ser um sintoma da centralidade finalmente conquistada pela estatística na mediação simbólica da nação. A emergência dos demógrafos-sanitaristas imprimiu um perfil técnico e profissional à atividade, que, contudo, ainda restava excessivamente personalista. A autoria como fonte de autenticidade da estatística continuou a vigorar no censo de 1920, na linha dos levantamentos anteriores. Não sem que houvesse uma importante virada epistemológica, como mostra a opção (e a autonomia) de Bulhões Carvalho, em favor da exclusão deliberada do quesito racial no “censo do centenário”. A emergência do estatístico anônimo, membro de uma comunidade técnica que lhe respalda a autoridade teria que esperar o censo de 1940, organizado por uma comissão censitária composta por cientistas de diferentes proveniências e formações.

As profundas mudanças no paradigma censitário vigente até então tiveram na criação e na consolidação do IBGE um passo de decisiva importância. A partir de 1936, a atividade estatística brasileira ganharia institucionalização e autonomia de ação, superando o personalismo, a descontinuidade e a estrutura puramente censitária que até então a dominavam. O órgão eficiente e gigantesco de coordenação do sistema estatístico nacional (presente em todos os municípios do país) apoiaria a criação de associações formais (como a Sociedade Brasileira de Estatística), a formação de quadros técnicos (com cursos, currículos, manuais de divulgação), o patrocínio à edição de periódicos científicos (como a Revista Brasileira de Estatística, publicada desde 1940 até hoje, em surpreendente regularidade), culminando com a fundação de uma escola própria, a primeira da América Latina - a Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE), instalada em 1953.

O embrião desta mudança na organização do campo estatístico já se fazia sentir na realização do censo de 1940, como nos revela o relatório de sua comissão organizadora. Os testemunhos de estatísticos como Teixeira de Freitas, precursor dos sistemas de informação no Brasil, e Giorgio Mortara, considerado (re) fundador da demografia brasileira, não deixam dúvidas a este respeito. São enfáticos na recusa do estatuto técnico da associação entre raça e nacionalidade. É verdade que esta recusa não impediria a intervenção política no planejamento das operações censitárias, de forma a restringir as declarações de cor e policiar os resultados do censo. Entretanto, a propaganda e a censura sobre a cor assumiam agora papéis muito bem definidos no jogo sócio-político de produção, análise e divulgação das informações estatísticas. A propaganda política que outrora fundava as expectativas em torno dos números da DGE, justificando seu financiamento,

torna-se agora pressão explícita sobre a comissão censitária. Não há mais “silêncios eloqüentes” ou negativas reticentes, como as de Bulhões Carvalho. A tomada de posição dos membros da comissão censitária mostra que a questão racial finalmente deixara de ser uma espécie de bem simbólico na conformação da comunidade profissional da estatística brasileira.

Bibliografia

ALMEIDA, Pires de. “Balanço da população da capital federal”. In *Jornal do Commercio*, 11 jun. 1901.

ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 1943.

BARBOZA, F. Leão. “A população do Rio de Janeiro”. In: BRASIL. *Recenseamento geral da República dos Estados Unidos do Brasil, em 31 de dezembro de 1890: Distrito Federal*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1895. P. IX a XLIII.

BOLETIM comemorativo da Exposição Nacional de 1908. Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1908. 239 p.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 8ª. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. *Relatório da Diretoria Geral de Estatística, dirigido ao Ministro dos Negócios do Império, Dr. João Alfredo Corrêa de oliveira, por Jose Maria do Couto, diretor geral interino, em abril de 1873 [sobre 1872]*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1873.

_____. Ministério dos Negócios do Império. *Relatório da Diretoria Geral de Estatística, dirigido ao Ministro dos Negócios do Império, Dr. João Alfredo Corrêa de oliveira, por Jose Maria do Couto, diretor geral interino, em abril de 1875 [sobre 1874]*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1875.

_____. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil, realizado em primeiro de setembro de 1920*. Rio de Janeiro: Tipografia da estatística, 1922. v. 1. Introdução: aspecto físico do Brasil: geologia, flora e fauna, evolução do povo brasileiro, histórico dos inquéritos demográficos.

CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. “Aquarela dos Números: a questão racial nos censos em perspectiva histórica”. In: SENRA, Nelson de Castro. *História das Estatísticas Brasileiras (1822 - 2002)*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. v. 3: Estatísticas Organizadas (c. 1936 – c. 1972). P. 331 – 370.

CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. “As cores do progresso: propaganda e censura racial no censo de 1940”. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA, 11, 2008, Niterói. Niterói: Museu de Astronomia e Ciências Afins; Sociedade Brasileira de História da Ciência, 2008. 1 CD-ROM.

CARDOSO, Ciro Flamarion. "Prefácio". In: SENRA, Nelson de Castro. História das Estatísticas Brasileiras (1822 - 2002). Rio de Janeiro: IBGE, 2006b. v. 2: Estatísticas Legalizadas (c. 1889 – c. 1936). P. 17-28.

CARVALHO, Afrânio de. Observações sobre a organização e execução do recenseamento geral do Brasil em 1940: Relatório da Comissão Censitária Nacional do Recenseamento geral de 1940. Rio de Janeiro: IBGE, 1940.

CARVALHO, José Murilo de. "A utopia em Oliveira Vianna". In: _____. Pontos e bordados: escritos de história política. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

_____. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3ª. Ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

_____. D. Pedro II. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. Col. Perfis Brasileiros.

_____. A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial. 4ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

COMTE, Maurice. "A fluidez e a rigidez". In: BESSON, Jean-Louis (org.). A ilusão das estatísticas. Trad. Emir Sader. São Paulo: Editora Unesp, 1995. P. 185-198.

DANTES, Maria Amélia M. (org.). Espaços da ciência no Brasil: 1800-1930. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001. Col. História e Saúde.

DÁVILA, Jerry. Diploma de brancura: política social e racial no Brasil – 1917-1945. Tradução de Cláudia Sant'Ana Martins. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

ECHAZÁBAL, L. Martinez. "O culturalismo dos anos 30 no Brasil e na América Latina: deslocamento retórico ou mudança conceitual?" In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). Raça, ciência e sociedade. Rio de Janeiro: Fiocruz / Centro Cultural Banco do Brasil, 1996.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia (Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840). 4ª. Ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GABINETE técnico do Serviço Nacional de Recenseamento. Estudos Sobre a Composição da População do Brasil Segundo a Cor. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

GOUVEIA, Hilário de. "A mortalidade pela tuberculose no Rio de Janeiro. In: POPULAÇÃO. Rio de Janeiro, 1799-1900. [Rio de Janeiro: s.n., 19-?] Edição manuscrita, contendo vários documentos, presumivelmente escritos no Rio de Janeiro, em data posterior a 1901.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Da escola palatina ao silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007. Col. Memória Social.

IBGE. Recenseamento geral de 1940. Rio de Janeiro: IBGE, 1950. v. 2: censo demográfico: população e habitação.

_____. Recenseamento geral de 1950. Rio de Janeiro: IBGE, 1956. v. 1: censo demográfico.

LOVEMAN, Mara. "The race to progress: census taking and nation making in Brazil (1870-1920)". Hispanic american historical review, v. 89, n. 3, p. 435-470, agosto 2009.

MATTOS, Hebe Maria. Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. Escravidão e cidadania no Brasil monárquico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. Col. Descobrimdo o Brasil.

OFÍCIO n. 667, do diretor da Diretoria Geral de Estatística Manoel Timóteo da Costa ao ministro do Interior. 12 jul. 1890. Arquivo Nacional, GIF1 5C 272.

OTERO, Hernán. Estadística y nación: una historia conceptual del pensamiento censal de la Argentina moderna, 1869-1914. Buenos Aires: Prometeo libros, 2006.

REIS, José Carlos. As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SENRA, Nelson de Castro. História das Estatísticas Brasileiras (1822 - 2002). Rio de Janeiro: IBGE, 2006a. v. 1: Estatísticas Desejadas (1822 - c. 1889).

_____. História das Estatísticas Brasileiras (1822 - 2002). Rio de Janeiro: IBGE, 2006b. v. 2: Estatísticas Legalizadas (c. 1889 - c. 1936).

SEYFERTH, Giralda. "Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização". In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). Raça, ciência e sociedade no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz / Centro Cultural Banco do Brasil, 1996.

SKIDMORE, Thomas E. Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. 2ª. Ed. Trad. Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. Col. Estudos brasileiros.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. "O povo brasileiro e sua evolução". In: BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil, realizado em primeiro de setembro de 1920. Rio de Janeiro: Tipografia da estatística, 1922. v. 1. Introdução: aspecto físico do Brasil: geologia, flora e fauna, evolução do povo brasileiro, histórico dos inquéritos demográficos. P. 279-400.

_____. "Raça e pesquisas estatísticas". In Correio Paulistano, 25 set. 1926.

Censos nacionais brasileiros: da estatística à demografia *

Tarcísio Rodrigues Botelho

Resumo:

Embora o Brasil tenha conhecido levantamentos populacionais desde o século XVIII, apenas a partir de meados do século XIX começa a consolidar, no seio da burocracia imperial, a preocupação em levar adiante censos demográficos dentro dos parâmetros contemporâneos. Após uma tentativa fracassada em 1852, finalmente houve o primeiro censo nacional brasileiro em 1872, seguindo-se os de 1890, 1900 e 1920. Apenas a partir de 1940, sob a coordenação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), criado em 1937, eles passaram a ter uma frequência decenal. Neste trabalho, apresento um panorama destes censos demográficos até o de 1960, procurando ressaltar as características dos processos de coleta de informações, especialmente em 1872, 1920 e 1940. O meu argumento é que os censos demográficos anteriores a 1940 foram apenas versões um pouco mais sofisticadas dos antigos levantamentos populacionais, estando mais interessados em fornecer dados sobre o poderio do Estado nacional. Apenas com a consolidação da demografia como disciplina acadêmica começaram a ser introduzidas inovações que foram dando aos censos brasileiros não apenas instrumentos para medir a nação (e o Estado), mas também para responder a questões colocadas pelos estudos populacionais. No Brasil, considero que isto ocorreu a partir do censo de 1940, consolidando-se nos censos seguintes.

* Este trabalho contou com o apoio do CNPq (Processo 310248/2007-8), da FAPEMIG (Processo SHA - PPM-00334-08) e da PUC-MG (FIP 1999/29-P).

Introdução

Os censos demográficos contemporâneos pautam-se pelos seguintes critérios: respaldo legal; simultaneidade de todo o levantamento, com um tempo de referência pré-definido; referência territorial pré-fixada; universalidade da enumeração dentro deste território; e, enumeração individual de todas as pessoas.¹ Embora o Brasil tenha conhecido levantamentos populacionais desde o século XVIII, apenas a partir de meados do século XIX começa a consolidar, no seio da burocracia imperial, a preocupação em levar adiante censos demográficos dentro dos parâmetros citados acima. Após uma tentativa fracassada em 1852, finalmente acontece o primeiro censo nacional brasileiro em 1872.² Daí em diante, outros levantamentos semelhantes acontecem, mas apenas a partir de 1940, sob a coordenação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), criado em 1938, eles obedecerão a uma frequência decenal.³

Parto do argumento de que os censos demográficos anteriores a 1940 são apenas versões um pouco mais sofisticadas dos antigos levantamentos populacionais, estando mais interessados em fornecer dados sobre o poderio do Estado nacional (donde inclusive origina-se a palavra “estatística”). Apenas com a consolidação da disciplina demográfica começam a ser introduzidas inovações que paulatinamente vão dando aos censos brasileiros não apenas instrumentos para medir a nação (e o Estado), mas também para responder a questões colocadas pelos estudos populacionais de feição acadêmico.⁴ No Brasil, isto ocorre a partir do censo de 1940, consolidando-se nos censos seguintes. Os quesitos censitários passaram a guiar-se cada vez mais pelas pautas de pesquisas da demografia do que pelo interesse imediato em medir a força do Estado nacional. Entram em jogo, nesse caso, o surgimento das novas demandas por investigações sociais que consolidassem no aparato estatal a preocupação com o papel redistributivo de recursos que o Estado deveria desempenhar.⁵

Na abordagem que pretendo realizar, busco analisar o caso da demografia brasileira tanto de uma perspectiva da história das idéias científicas (no caso, a produção propriamente acadêmica e as inovações científicas que surgem dentro do sistema descrito acima) quanto de uma perspectiva da sociologia da ciência (as condições sociais e políticas de consolidação da disciplina e de sua difusão social). Parte-se de uma história da conformação de comportamentos científicos em

¹ Sobre estes critérios de definição de censo, atualmente fixados pelas Nações Unidas, ver: Hakkert (1996, p. 15-20).

² Para um relato das experiências de levantamentos populacionais ocorridas no território brasileiro até a realização do Recenseamento Geral do Império Brasileiro de 1872, ver Botelho (1998).

³ A única exceção a esta frequência decenal foi o censo que deveria acontecer em 1990 e foi transferido para 1991. Esta diferença no intervalo intercensitário obrigou o IBGE a realizar a Contagem Populacional de 1996, para retomar, em 2000, à realização dos censos a cada ano terminado na unidade 0.

⁴ Chamo a atenção para o fato de que o foco da minha análise são os censos de população; daí a centralidade que a demografia enquanto disciplina científica assume na minha argumentação.

⁵ Nessa categorização, sigo as indicações de Tilly (1996, p. 69-72).

que tanto as questões intelectuais quanto as sociais e políticas são importantes. Portanto, torna-se essencial “proceder não somente à análise da integralidade das obras individuais (...), mas também à verificação minuciosa das revistas, dos boletins das sociedades científicas e de todas as outras manifestações da vida cotidiana destas comunidades” (Mucchielli, 2001, p. 39-40). Ou, para usar uma terminologia mais precisa, trata-se da possibilidade de olhar para o mesmo objeto a partir de um contexto de descoberta (processo por meio do qual uma hipótese ou teoria foi gerada) e de um contexto de justificação (processo por meio do qual a pertinência e a importância científica da hipótese ou teoria gerada pode ser aferida) (Freitas, 2005, p. 231-322).

Nesse sentido, a demografia é especialmente favorável à consideração dessa dupla abordagem dada a sua condição de ciência recente e a sua profunda imbricação com o exercício da dominação política estatal. A produção de estatísticas populacionais tem uma história bastante longa e coincide com a trajetória dos Estados.⁶ A produção de interpretações sobre a trajetória das populações, todavia, constituiu-se no século XVIII, destacando-se os trabalhos de Petty, Malthus e outros.⁷ A demografia formal, entretanto, avançou no sentido de produzir e consolidar inovações científicas basicamente ao longo do século XX. A partir dos estudos de Lotka no início do século, construiu-se um aparato matemático visando projetar a população e prever o comportamento das principais variáveis demográficas a partir de cálculos probabilísticos e de técnicas indiretas de mensuração. Contribuições importantes, já na segunda metade do século, derivaram dos trabalhos de Coale, Brass e outros, configurando o que se vislumbra hoje no horizonte metodológico da disciplina.⁸ A consolidação da demografia formal, todavia, aconteceu concomitantemente à expansão e à complexificação do aparato estatal voltado à produção das estatísticas demográficas. A contínua interação entre as agências estatais de produção de estatística e comunidade acadêmica que se utiliza do produto gerado por elas marca a trajetória da consolidação e do desenvolvimento da demografia enquanto disciplina científica.⁹ Pretende-se acompanhar a produção dos censos demográficos brasileiros a partir desses aspectos aqui pontuados, justificando-se daí a consideração do censo de 1940 como um momento de inflexão da trajetória até então observada nos levantamentos populacionais.

⁶ Sobre a história da produção das estatísticas, há uma vasta bibliografia; cito a título de exemplo: Thévenot (1990), Desrosières (1985), Martin (2001), Szmrecsanyi (1999).

⁷ Acerca da trajetória das idéias sobre população, ver, por exemplo: Smith e Keyfitz (1977); Newell (1988); Martin (2001).

⁸ Para um rápido panorama da disciplina, ver: Smith e Keyfitz (1977); Newell (1988); Greenhalgh (1996).

⁹ Essa relação fica evidenciada, por exemplo, na trajetória da produção de estatísticas nacionais nos EUA a partir de princípios do século XX, quando há um estreitamento dos laços entre a academia e o aparato estatal de produção de estatísticas; cf. Anderson (1990).

Os censos imperiais brasileiros: 1852 e 1872

A partir da década de 1850, o Estado e a política imperial brasileira experimentaram profundas modificações que permitem ver nesse momento uma ruptura mais concreta com o passado colonial. Diversos marcos, como a Lei de Terras, o Código Comercial e o fim do tráfico atlântico de escravos, reforçam essa convicção. Todas essas transformações fazem parte do predomínio hegemônico da vertente política conservadora, que se impõe como uma necessidade para a superação dos conflitos que marcaram o Período Regencial (1831-1840).¹⁰

O projeto centralizador, em curso graças ao avanço das proposições dos conservadores, refletiu-se nos esforços de organização dos trabalhos estatísticos. A lei orçamentária de 1850, para valer no ano de 1851 a 1852, incluiu um parágrafo autorizando o governo a “despender o que necessário for a fim de levar a efeito no menor prazo possível o Censo geral do Império, com especificação do que respeita a cada uma das Províncias: e outrossim para estabelecer Registros regulares dos nascimentos e óbitos anuais”.¹¹ Em 18 de junho de 1851, foram aprovados os regulamentos do censo e do registro dos nascimentos e óbitos.¹²

Para levar adiante os trabalhos, estava prevista uma Diretoria Geral do Censo, responsável pela coordenação do censo em todo o Império, além dos trabalhos no Município da Corte. Em cada província se instalaria uma Diretoria do Censo Provincial, respondendo tanto ao Diretor Geral do Censo quanto ao Presidente da Província. Em cada município haveria um Diretor nomeado pelo Presidente da Província, sob proposta do Diretor do Censo Provincial, e em cada freguesia um Comissário, também de nomeação do Presidente da Província, sob proposta do Diretor do Município. O “alistamento” da população seria feito por fogos, “efetuando-se por listas de famílias, nas quais serão compreendidos todas as pessoas que as compõe, quer estejam presentes, quer ausentes”. Deveria incluir todos os cidadãos natos e naturalizados, os escravos e os estrangeiros. Nas listas, estariam contidos os nomes (exceto dos escravos), o estado conjugal, a idade, a condição (ingênuo, liberto ou escravo), o lugar do nascimento, a nação dos estrangeiros e a tribo dos indígenas, a profissão e a posição dentro do domicílio (“cabeça de família, mulher, filho, parente, agregado, ou outra qualquer qualidade, por que se repute fazer parte da família”). A data de referência seria do dia 15 de julho de 1852, prevendo-se um cronograma para divulgação, distribuição, preenchimento e recolha das listas de famílias.

O regulamento do registro civil, por sua vez, previa a existência de livros para nascimentos e óbitos sob responsabilidade dos juizes de paz. As certidões emitidas com base nestes registros seriam considerados os documentos legais

¹⁰ Para uma discussão da política imperial, ver Carvalho (1988).

¹¹ Lei Nº 586, de 06 de setembro de 1850: “Manda reger no exercício de 1851 a 1852 a Lei do Orçamento Nº 555 de 15 de Junho do corrente ano”.

¹² Decreto Nº 797: “Manda executar o regulamento para organização do Censo geral do Império”; e, Decreto Nº 798, “Manda executar o regulamento do registro dos nascimentos e óbitos”.

para prova de idade e falecimento, estando os enterros e batismos condicionados à apresentação prévia dos respectivos registros. Para as falhas e omissões, previa-se um conjunto de sanções legais. Com os dados dos registros, os escrivães de cada distrito de paz elaborariam mapas (tabelas) semestrais de nascimentos e óbitos, a serem remetidos às Câmaras Municipais. Estas, por sua vez, elaborariam os mapas municipais, que seriam enviados aos presidentes de província e, na Corte, à Secretaria do Ministério do Império. Estavam anexados ao regulamento os modelos dos mapas de nascimentos e óbitos que seriam adotados na sistematização desses dados.

A notícia da obrigatoriedade do registro civil deu origem a uma série de revoltas pelo Império. Segundo o Visconde de Monte Alegre, Ministro do Império, estas revoltas foram estimuladas pelo boato de que o registro “só tinha por fim escravizar a gente de cor”. Em seu depoimento, o ministro registrou a ocorrência de distúrbios, alguns de muita gravidade, nas províncias da Paraíba, do Ceará, de Alagoas, Sergipe e Pernambuco (Silva, 1986, p. 14-15). Como notou Silva (1986), a revolta contra o registro civil teve como efeito colateral a impossibilidade de levar adiante a realização do censo. Reconhecendo a necessidade de rever os regulamentos, em princípios de janeiro de 1852 o governo transferiu a data de referência.¹³ Mas, ao final do mesmo mês, foi baixado o decreto que suspendeu a execução dos regulamentos do censo e do registro civil.¹⁴

A suspensão do censo deixou o governo imperial sem outro instrumento para o cálculo da população que não as antigas estimativas a cargo das presidências de província e chefes de polícia. Já em outubro de 1854, o Ministro do Império enviou uma circular solicitando estimativas das populações provinciais. Em seu relatório à Assembléia Geral de 1856, apresentou os resultados obtidos, calculando a população brasileira em 7,677 milhões de habitantes (Ferraz, 1857). Joaquim Norberto de Souza e Silva (1986, p. 16-7) nos fala ainda de circulares enviadas pelo Ministério do Império, com a mesma finalidade, em 28 de novembro de 1867 e em 25 de janeiro de 1870. Entretanto, os resultados obtidos sempre foram parcos, reforçando a convicção de que seria necessário realizar o censo nacional.

Se afinal a experiência do censo de 1852 mostrou-se frustrada, ela avançou no sentido de elaborar uma legislação própria e criar uma estrutura burocrática (ainda que limitada) para executá-lo. A lei do censo de 1852, por sua vez, serviu para trazer definitivamente ao âmbito do Ministério do Império a competência para organizar a estatística da população. O Decreto Nº 2368, de 5 de março de 1859, ao reorganizar o Ministério do Império, atribuiu à sua terceira seção o

¹³ Decreto Nº 898, de 4 de janeiro de 1852.

¹⁴ Decreto Nº 907, de 29 de Janeiro de 1852. O censo foi interrompido no momento em que o Diretor Geral do Censo, Cândido Batista de Oliveira, já tinha definido o local para os trabalhos e nomeado vários dos diretores dos censos provinciais; é o que se vê nos ofícios de: 16 de setembro de 1851, Arquivo Nacional, Códice 808, volume 2, folha 225; 16 de outubro de 1851, Arquivo Nacional, Códice 808, volume 2, folha 226; 12 de janeiro de 1852, Arquivo Nacional, Códice 808, volume 2, folha 242; e, 06 de fevereiro de 1852, Arquivo Nacional, Códice 808, volume 2, folha 243.

encargo de organizar “a estatística geral da população do Império e quaisquer outros trabalhos estatísticos”. A nova organização prevista pelo Decreto Nº 4154, de 13 de abril de 1868, transferiu a atribuição para a segunda sessão, que teria a seu cargo os serviços concernentes “à divisão administrativa do Império e à estatística de sua população”. Na década de 1870, seria constituída uma Diretoria Geral de Estatística, que posteriormente se transformaria em Seção de Estatística do Ministério do Império, perdurando até o final do regime monárquico.¹⁵

O tema do censo voltou ao debate político em 1870. O Relatório do Ministro dos Negócios do Império dirigido à Assembléia Geral Legislativa naquele ano trazia um documento intitulado *Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada província de per si tentados desde os tempos coloniais até hoje*. Assinado por Joaquim Norberto de Souza e Silva, procurava sistematizar as informações prestadas por vários presidentes de província acerca dos diversos levantamentos populacionais tentados em suas respectivas circunscrições administrativas. O autor fez preceder estas informações de uma introdução em que analisava os esforços visando a obtenção de estatísticas demográficas no país, demonstrando a necessidade urgente e inadiável do país realizar o seu censo geral. Do ponto de vista interno, permaneciam as dúvidas sobre o total e a distribuição da nossa população, estorvando a administração pública e privando-a de bases seguras para sua atuação. Do ponto de vista externo, mantinha-se o país à margem da tendência já consolidada nas “nações civilizadas” (entenda-se a Europa e os EUA) de contar com este importante instrumental de conhecimento técnico e científico. Era necessário retomar o censo nacional através de uma comissão central que o coordenasse. No que diz respeito às questões práticas, era indicada a experiência que acabara de ocorrer na Corte, com o censo realizado em abril daquele ano.¹⁶

Como resultado da fala do ministro e do relatório que o subsidiou, em 9 de setembro de 1870 foi aprovada a Lei Nº 1829, que sancionava o decreto da Assembléia Geral mandando proceder ao recenseamento da população do Império. Segundo esta lei, a cada dez anos seria realizado o censo da população, devendo o governo designar o dia da realização do primeiro. Para efeitos do prazo decenal, todavia, seria tomada como referência a data de 31 de dezembro de 1870. Nos anos de realização dos censos, seriam elaborados regulamentos próprios e o orçamento do império deveria contar com uma dotação específica para estes trabalhos. Ademais, previa-se a organização dos registros de nascimentos,

¹⁵ Sobre estas mudanças administrativas, ver: art 2º da Lei Nº 1829, de 9 de setembro de 1870; Regulamento do Decreto Nº 4676, de 14 de janeiro de 1871; art. 2º, par. único da Lei Nº 2940, de 31 de outubro de 1879; Decreto Nº 8341, de 17 de dezembro de 1881; e, Decreto Nº 9706, de 29 de janeiro de 1887.

¹⁶ Sobre o censo da Corte, sua legislação, as pessoas envolvidas, o relatório de atividades e os resultados dos trabalhos, ver: *Relatório apresentado ao Ministro e Secretario d’Estado dos Negocios do Imperio pela Comissão encarregada da direcção dos trabalhos do arrolamento da população do Município da Corte em abril de 1870*, Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1871.

casamentos e óbitos, dependentes também de regulamento a ser aprovado pela Assembléia Geral. Para dirigir todos estes trabalhos, seria criada a Diretoria Geral de Estatística na capital do Império.¹⁷

Em 30 de dezembro de 1871, aparecia o Decreto Nº 4856, de 30 de dezembro de 1871, regulamentando os trabalhos do censo. O dia de referência seria o 1º de agosto de 1872. Nele, todos os habitantes do Império, nacionais e estrangeiros, livres e escravos, seriam recenseados com base em boletins ou listas de famílias. Seriam declarados o nome, o sexo, a idade, a cor, o estado civil, a naturalidade, a nacionalidade, a residência, o grau de instrução primária, a religião, as enfermidades aparentes, o grau de parentesco ou de convivência de cada pessoa com o chefe da família e, para as crianças de 6 a 15 anos, a frequência escolar. Como família, definia-se “a pessoa livre que vive só e sobre si, em uma habitação ou parte de habitação, ou um certo número de pessoas que, em razão de relações de parentesco, de subordinação ou de simples dependência, vivem em uma habitação ou parte de habitação, sob o poder, a direção ou a proteção de um chefe, dono ou locatário da habitação e com economia comum”. Foram previstos ainda aqueles que seriam recenseados nos “domicílios especiais”: marinheiros, militares arregimentados, presos, alunos internos de colégios e seminários, hóspedes de hotéis e assemelhados, pessoas hospitalizadas, trabalhadores em fábricas, oficinas industriais e obras públicas, o clero regular, as recolhidas e os expostos, órfãos e mendigos recolhidos em asilos. Definiam-se, ainda, as sanções legais sobre aqueles que se recusassem a fornecer informações ou as dessem erroneamente.

Em comparação com o regulamento do censo de 1852, além da ampliação dos quesitos a serem informados, salta aos olhos a preocupação em buscar um conceito mais preciso sobre o que se entendia por família. Neste caso, a co-residência era o dado fundamental. Ademais, foi diminuída a importância da expressão *fogo*, presente na legislação anterior. Mais imprecisa e de origem bastante remota, o *fogo* era a base das antigas listas nominativas de habitantes. Nunca conceituado, seu entendimento parecia depender da percepção de cada vigário, capitão-mor ou juiz de paz travestido de recenseador nos diversos momentos em que o Estado colonial português ou o Estado nacional brasileiro demandou esse tipo de tarefa a esses membros de suas burocracias. Para o censo de 1872, procurou-se superar tais flexibilidades, conceituando-se com a maior precisão possível aquela que seria a célula básica da coleta dos dados.¹⁸

¹⁷ A Diretoria Geral de Estatística recebeu seu regulamento através do Decreto Nº 4676, de 14 de janeiro de 1871. Nele, previa-se sua estrutura administrativa e a remuneração de seus empregados, mas também eram arrolados os tipos de informações a serem coletadas pelo órgão.

¹⁸ Neste sentido, a legislação do censo de 1872 avançou bastante até mesmo em relação à do censo do município da Corte de 1870. Uma comparação entre os três corpos jurídicos revela uma filiação bastante estreita de 1870 com 1852, enquanto o regulamento do censo de 1872 adquire uma autonomia e uma organicidade muito maior. A legislação básica do censo do município da Corte foi baixada por instrução específica datada de 2 de abril de 1870, e encontra-se reproduzida no relatório da comissão censitária da Corte a que me referi em nota anterior.

Um aspecto interessante é a inclusão da cor como item a ser levantado pelos recenseadores. Este quesito não estava presente na legislação aprovada para 1852, e vai significar o resgate de uma dimensão bastante valorizada nos censos parciais que eram feitos até então. Ademais, será um elemento importante nas discussões sobre a nação brasileira nas décadas seguintes. Ainda em comparação com 1852, chama a atenção o abandono da preocupação com as tribos dos indígenas, agora agrupados indistintamente com os caboclos.

O regulamento também cuidava da parte relativa aos meios necessários para alcançar seus objetivos. Em cada paróquia, seria constituída uma comissão censitária, composta de cinco cidadãos ali residentes, nomeados pelos presidentes nas províncias e, no caso da Corte, pelo Ministro do Império. Os funcionários públicos, de nomeação ou de eleição, eram obrigados a aceitarem a designação, sob pena de multas. Como executores diretos dos trabalhos, seriam escolhidos os agentes recenseadores. Ademais, seriam designados escriturários para atuarem diretamente nos trabalhos do censo, tanto na diretoria geral do censo, na corte, quanto nas secretarias de governo das províncias.

Cada comissão censitária deveria dividir o território da sua paróquia em seções que facilitassem os trabalhos dos agentes recenseadores, a serem por ela escolhidos. À comissão caberia distribuir o material necessário aos agentes recenseadores, fiscalizar seus trabalhos, recolher as listas e cadernetas preenchidas, corrigir as possíveis falhas e lacunas, impor as multas e encaminhar as punições previstas pela lei. Após o término dos trabalhos, deveriam remeter aos presidentes de província (ou diretamente ao diretor geral do censo, no caso da Corte) todas as listas de famílias, boletins especiais, mapas, quadros e mais papéis relativos ao processo do recenseamento. Este material seria acompanhado de um relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas, além da indicação dos agentes recenseadores e demais particulares que tenham se destacado no processo de realização do censo e que por isso se fizessem dignos de louvores ou de recompensas.

O cronograma de realização do censo nas paróquias fixava que, quinze dias antes da data prevista, os agentes recenseadores fariam a distribuição dos boletins de famílias e boletins especiais, anotando em uma lista a localização de cada família e o tipo de edifício que ocupavam. Nos dez dias posteriores à data de referência, haveria o recolhimento dos boletins, devendo-se checar neste momento as informações declaradas a fim de serem corrigidos os erros e as imprecisões porventura encontrados. Com relação aos chefes de famílias que não soubessem ler, os agentes recenseadores deveriam preencher seus boletins com base nas informações prestadas. Até o máximo de quinze dias após a data do censo, o material deveria ser devolvido às comissões censitárias, anotando-se o nome daqueles chefes de famílias que porventura tenham se recusado a dar as informações solicitadas.

O material encaminhado pelas comissões censitárias das paróquias aos presidentes de província seria remetido à Diretoria Geral de Estatística, acompanhado de um relatório circunstanciado dos trabalhos, a ser repassado ao Ministro do Império. A apuração dos dados seria feita pela Diretoria Geral de Estatística na medida em que fossem chegando às suas mãos os originais do recenseamento.

É interessante notar como a denominação dada ao trabalho estatístico de 1872 procurou legitimar uma continuidade deste com os experimentos anteriores. A legislação do censo de 1852 falava da realização do *censo* geral do Império, enquanto em 1872 era previsto um *recenseamento*. Assim, procurava-se abrandar o ineditismo do evento, dando a ele o caráter de continuidade frente à herança dos trabalhos desse tipo já empreendidos pelas gerações anteriores. O relatório de Joaquim Norberto de Souza e Silva, citado acima, pareceu assumir também este caráter: o resgate da memória dos nossos “censos” procurou inserir o novo trabalho numa continuidade. Procurou-se, pois, criar uma tradição, embora colocada sob um novo patamar, compatível com as demandas do “mundo moderno” e das “sociedades civilizadas”.

A aprovação da lei do censo em 1870 ocorreu em um momento bastante diverso daquele encontrado na década de 1850. O regime imperial encontrava-se consolidado, desfrutando de um amplo consenso interno e mesmo externo. O fim da Guerra do Paraguai, como bem assinalou o ministro do Império na apresentação do projeto de 1870, abriu uma conjuntura favorável para novas iniciativas por parte do Estado. A importância e o relevo do estudo da população era um consenso firmado no seio da elite política e intelectual. Foi com essa disposição que a burocracia imperial lançou-se à organização dos trabalhos censitários. Assim como em 1850, o conteúdo do censo e do registro civil não foi debatido pelos parlamentares, ficando a decisão a cargo do governo. Foram os burocratas, através dos regulamentos baixados via decretos do poder executivo, que discutiram e deliberaram sobre os aspectos relevantes a serem levantados nas estatísticas. Devo lembrar, todavia, que muitos destes burocratas também eram parlamentares, seguindo o padrão típico da elite política imperial. O Senador Figueira de Melo, por exemplo, fora o presidente da comissão central que executou o censo da Corte, em 1870; daí seu interesse em defender dos ataques do Senador Pompeu os seus trabalhos. Na mesma comissão estava presente, também, o deputado Andrade Figueira, um dos principais debatedores do projeto quando este ainda se achava na Assembléia Geral.

As categorias censitárias que estes burocratas adotaram refletiam o momento específico que se vivia, articulado com a experiência colonial de que falei anteriormente. Definir a condição social, livre ou escrava, era uma necessidade frente à divisão básica da sociedade imperial. Conhecer estas categorias era importante para subsidiar as políticas públicas que se implantavam: a Lei do

Ventre Livre, a distribuição de eleitores pelas paróquias, o debate sobre a instrução pública, os desafios do saneamento nas grandes cidades.

Outra preocupação era a divisão dos habitantes do país segundo a cor. Como disse anteriormente, a presença do critério de cor nos diversos levantamentos populacionais do século XIX exprimem uma continuidade em face da herança ibérica, desdobrando-se em outras formas de descrição e análise da população brasileira. Esta preocupação aparecia, por exemplo, em discursos raciais explicadores do Brasil. Para o Brasil, determinar a cor e assim precisar a sua composição racial era mais importante do que outros elementos identificadores da diversidade cultural contida no espaço nacional. Na Europa, à mesma época, esta preocupação foi canalizada sobretudo para a identificação das diversas línguas e dialetos que conviviam em um mesmo Estado nacional ou que se espalhavam por vários deles. Nos Congressos Internacionais de Estatística que se sucederam desde meados do século XIX, debates acirrados foram travados em torno da necessidade desta categoria nos censos nacionais. Apenas a partir do Congresso de São Petersburgo, em 1872, houve a recomendação de incluir a língua entre as questões a serem levantadas (Hobsbawm, 1990, p. 117-8). Estava em jogo, evidentemente, a utilização da língua para definir a nação. O reconhecimento de uma diversidade lingüística em determinados Estados (especialmente aqueles de feição imperial, como o Império Austro-Húngaro) poderia abrir caminho para reivindicações de autonomia nacional. Ora, o Congresso de São Petersburgo foi aquele em que o Brasil participou pela primeira vez. Em seu relatório, porém, o representante oficial do Brasil, Barão de Porto Seguro, não mencionou esta resolução acerca da língua, deixando clara sua pouca relevância para o caso brasileiro.

A legislação do censo abortado de 1852 previa a identificação das tribos a que pertenciam os indígenas ou caboclos. Em 1872, desapareceu esta preocupação, embora tenha se explicitado a necessidade de declarar a cor. A identificação das tribos indígenas seria aquilo que mais se aproximaria da preocupação com a língua expressa nos Congressos Estatísticos. Entretanto, sua supressão em 1872 aponta para esta visão de que o Brasil não conhecia problemas de divisões internas. Reforçava-se a convicção de uma identidade estreita entre o Estado imperial e a nação brasileira.

Alguns anos após a realização dos trabalhos censitários, em 1878, seus resultados eram publicados. O censo de 1872 foi bastante eficaz em dar uma resposta ao anseio da elite letrada imperial por uma descrição da nação. Esta descrição refletia em suas clivagens aquilo que a elite gostaria de ver: uma nação homogênea quanto aos aspectos culturais, mas hierarquizada quanto à sua condição social e quanto à cor. A preocupação com a cor seria o foco das indagações, nas décadas seguintes, acerca dos destinos da nação. Nesta época, os discursos sobre a identidade nacional brasileira estavam sendo alvo de reelaborações por parte de uma nova geração de intelectuais, que passava a preocupar-se sobretudo com a questão racial.

A Primeira República e o censo de 1920

Para Azevedo (1990, p. 91), “o Censo de 1872 fixou padrões e critérios que foram mantidos e adotados em censos posteriores, particularmente nos dois que imediatamente se seguiram – os Censos de 1890 e 1900.”

Para o Censo de 1890, a Lei Nº 3.348, de 20 de outubro de 1887, relativa ao orçamento, determinava em seu Artigo 13 que “Fica espaçado para o ano de 1890 o recenseamento geral da população do Império”. O Decreto Nº 113 D, de 2 de janeiro de 1890, definiu a data da realização do 2º. Recenseamento, fixada em 31 de dezembro de 1890, e o Decreto Nº 69, de 12 de agosto de 1890, aprovou as Instruções para o 2º. Recenseamento do Brasil. Estes títulos legais acompanharam de perto as disposições observadas no Censo de 1872. Entretanto, novas investigações foram propostas: filiação, nacionalidade paterna e materna, posse de diploma.

O Censo de 1900 teve como ponto de partida legal a Constituição de 24 de fevereiro de 1891. Seu artigo 28 dispunha que o número dos deputados da Câmara seria “fixado por lei em proporção que não excederá de um por setenta mil habitantes, não devendo esse número ser inferior a quatro por Estado”. Para tanto, o Governo Federal deveria proceder ao recenseamento da população da República, que seria revisto decenalmente.

Em Portaria de 20 de janeiro de 1900, foram aprovadas “as instruções gerais e os modelos para o Recenseamento de 31 de dezembro do corrente ano” Nesta portaria, definiu-se que a Comissão Censitária seria composta: do juiz de paz ou distrital em exercício; da autoridade policial mais graduada; e do escrivão do registro civil, sendo presidida pelo primeiro. Os agentes recenseadores seriam em número fixado pelos presidentes das Comissões Censitárias, podendo ser para esse encargo designados os inspetores de quarteirão respectivos, se estivessem na condição de bem exercê-lo. Esses agentes seriam na proporção de um para mil habitantes nos distritos rurais, e de um para dois mil nos urbanos. O item 9 da mesma portaria dizia que seria fixada “de acordo com as comissões censitárias, a gratificação dos agentes recenseadores, quando não se prestarem a servir gratuitamente”.¹⁹

Tanto o censo de 1890 quanto o de 1900 apresentaram inúmeros problemas de execução, sobretudo na apuração e na publicação. Os planos de divulgação não puderam ser seguidos, deixando de ser apurados os quesitos que inovavam frente ao censo de 1872. Além disso, como demonstrou Mortara (1941), eles apresentam graves problemas de cobertura, tornando seus dados pouco confiáveis.

¹⁹ Citado por Azevedo, 1990, p. 98.

O Censo de 1910 viu-se impossibilitado de acontecer face ao momento de instabilidade política vivido pela República brasileira. Mas, em 1915, iniciou-se o planejamento do Censo de 1920, que pela primeira vez incluiria um Censo Agrícola e um Censo Industrial. Este seria o censo do centenário da nação brasileira, e por isso vinha carregado de significados para aqueles que com eles se envolveram. Segundo o "*Histórico e instruções para a execução do Recenseamento de 1920*", publicado no primeiro volume de divulgação dos resultados, o censo fora encarado como "o meio mais expressivo de comemorar, em 1922, o centenário da emancipação política do Brasil e, ao mesmo tempo, dar cumprimento à expressa disposição contida na lei magna da República" (Diretoria Geral de Estatística, 1922, p. 487). Daí o cuidado com que fora cercado.

A Lei Nº 4.017, de 9 de janeiro de 1920, foi o dispositivo legal básico do censo, colocando como data de referência o dia 1º de setembro de 1920. O Regulamento para execução, por sua vez, foi aprovado pelo Decreto Nº 14.026, de 21 de janeiro de 1920. A execução se daria através de Comissões Censitárias, organizadas nos municípios e distritos, com 10 a 20 membros e constituídas "não só por autoridades locais como também por outras pessoas de reconhecido prestígio e que se interessam pelo êxito do recenseamento".

Quanto aos agentes recenseadores, a Lei dispunha que "Para a distribuição e coleta dos boletins censitários haverá, nas zonas em que se subdividirem os municípios e os distritos, agentes recenseadores em número correspondente à densidade territorial da população, à extensão a percorrer e ao objeto a recensear, os quais serão remunerados segundo a quantidade e a natureza dos serviços que tiverem de executar e nomeados por indicação das comissões censitárias". Em relação ao regime de pessoal, ficou estabelecido que os cargos teriam caráter contraditório, até a conclusão das tarefas, e a remuneração seria paga a título de *pro-labore* (Azevedo, 1990, p. 105-5).

Os quesitos propostos foram: o nome, o sexo, a idade, o estado civil, a nacionalidade, a profissão, o grau de instrução, a residência e os defeitos físicos, somente quanto à cegueira e à surdo-mudez. Além desses quesitos, foram formulados mais dois referentes à condição ou situação do indivíduo que habita o domicílio e ao número de pessoas que tem a seu cargo.

Seus instrumentos de coleta dos dados foram a Lista de Domicílio Particular, a Lista de Domicílio Coletivo e a Caderneta Demográfica. A Lista de Domicílio Particular era um questionário dividido em três partes:

- 1ª. Parte – Pessoas que moram na casa e que estão presentes;
- 2ª. Parte – Pessoas que moram na casa e que estão ausentes;
- 3ª. Parte – Pessoas que não moram na casa, mas que aí passaram a noite de 31 de agosto para 1º de setembro.

As Listas de Domicílio Particular e de Domicílio Coletivo continham os seguintes quesitos: Sexo; idade (quantos anos completos, meses ou dias tem?); estado civil (é solteiro, casado ou viúvo?); nacionalidade; profissão; instrução; é cego? é surdo-mudo?

O abandono do boletim individual e o retorno à lista de família foi assim justificado pelos realizadores do censo:

Para a coleta das informações sobre as características da população, foi adotada a *lista de família* em vez do *boletim individual*, atualmente mais em voga nas operações censitárias realizadas em outros países; justificando-se a preferência dada à lista de família pelas condições inerentes ao nosso meio, ainda assaz deficiente quanto ao nível intelectual dos seus habitantes (Diretoria Geral de Estatística, 1922, p. 488).

Em 1922, saía o volume introdutório do *Recenseamento do Brasil realizado em 1ª de Setembro de 1920* (Diretoria Geral de Estatística, 1922). Curiosamente, é um volume sem dados do próprio censo, posto que contém uma série de ensaios sobre o Brasil. São eles:

- *Aspecto physico do Brazil*, sem especificação da autoria;
- *Geologia e stratigraphica e economica*, do engenheiro de minas Euzébio Paulo de Oliveira, do Serviço Geológico e Mineralógico do Ministério da Agricultura;
- *A flora no Brazil*, de F. C. Hoehne, chefe da Seção de Botânica do Instituto Soroterápico de Butantã, São Paulo;
- *Esboço geral da fauna brasileira*, de Alípio de Miranda Ribeiro, da Sociedade Zoológica de Londres, da Sociedade de Ciências Naturais de Lisboa e da Sociedade Brasileira de Ciências; e,
- *O povo brasileiro e sua evolução*, de F. J. Oliveira Vianna.

Havia, ainda, o *Resumo histórico dos inquéritos censitários realizados no Brazil*, sem autoria, que fazia uma atualização do trabalho de Joaquim Norberto de Souza e Silva preliminar ao censo de 1872. O *Histórico e instruções para a execução do Recenseamento de 1920* encerrava o volume.

O relatório da Diretoria Geral de Estatística relativo ao ano de 1922 indica que, ao final daquele ano, “estava inteiramente concluída a primeira fase do serviço de apuração do inquérito demográfico, isto é, o registro, em mais de 30 milhões de cartolinas, das principais características individuais dos habitantes recenseados em todo o Brasil; prosseguindo ativamente os trabalhos de separação e tabulação das fichas por meio de máquinas separadoras e tabuladoras” (Diretoria Geral de Estatística, 1923, p. 3). Mas, o feito mais importante de divulgação do censo foi, sem dúvida alguma, a participação da Diretoria Geral de Estatística na Exposição

Internacional Comemorativa do Centenário da Independência (1922-1923). Segundo as palavras, o mesmo Relatório:

Não obstante o grande acréscimo de seus trabalhos com o serviço extraordinário do recenseamento, não poupou esforços a Diretoria de Estatística, no ano de 1922, para colaborar, condignamente, nas programadas festas comemorativas do centenário da independência nacional. Os diagramas, cartogramas e quadros murais, exibidos no Pavilhão da Estatística da atual Exposição, demonstram a sua solicitude no desempenho da comissão que lhe foi confiada, revelando, ao mesmo tempo, o progresso do Brasil através de várias épocas da sua evolução política, econômica e social (Diretoria Geral de Estatística, 1923, p. 5)

O relatório da Diretoria Geral de Estatística de 1929 dava conta das últimas etapas de divulgação do censo, encerrando a década com toda a apuração censitária concluída (Diretoria Geral de Estatística, 1930, p. 159, p. 171).

O esforço de divulgação dos resultados do Recenseamento de 1920, portanto, revestiu-se de peculiaridades que merecem ser enfatizadas. O primeiro volume do censo procurou fazer, sobretudo, um retrato mais geral da nação. O trabalho nele publicado que mais se aproximava dos propósitos do trabalho censitário era o de Oliveira Vianna. Intelectual que se revelara no final da década de 1910 como um importante pensador do Brasil, ele foi convocado pela Diretoria Geral de Estatística para contribuir com uma análise da sociedade brasileira. Entretanto, em acordo com o perfil dos intelectuais brasileiros da época, o seu estudo preocupou-se mais em construir um discurso sobre o “povo brasileiro” do que analisar a população brasileira. É importante ressaltar que, neste sentido, Oliveira Vianna estava respondendo a uma demanda típica do seu tempo. Prova disto é que no ano seguinte saiu uma segunda edição deste trabalho, já rebatizado de *Evolução do povo brasileiro* (Vianna, 1923). Nos anos posteriores, novas edições se sucederam, demonstrando o relativo sucesso da obra.²⁰

Da mesma forma, o grande foco da divulgação do censo voltou-se para a Exposição Internacional do Centenário, com a montagem do Pavilhão da Estatística. Dentro das comemorações de centenário da independência, a Exposição ocupava papel central. Segundo Sandes (2000, p. 113):

A festa representou um acontecimento social de importância entre as elites e marcou a vida da cidade. À população estava reservado o espaço da exposição em que deveriam instruir-se sobre o desenvolvimento industrial do mundo e do Brasil. Seguindo a costumeira exibição dos avanços técnicos na indústria e na agricultura, a exposição fixava o lugar do Brasil ao lado da civilização européia.

²⁰ Embora impreciso, o levantamento de Oliveira (1993, p. 264) indica que, até a década de 1950, esta obra teve ao menos 4 edições. Sobre Oliveira Vianna e seu lugar no corpo dos pensadores sociais brasileiros, existe uma extensa bibliografia. Destaco apenas Bastos e Moraes (1993), que traz diversas contribuições sobre o autor.

Neste papel de instrução do povo, certamente destacava-se o retrato “científico” da nação que os primeiros resultados do censo ofereciam à apreciação do público.²¹

Estes aspectos aqui destacados da estratégia de divulgação do Recenseamento de 1920 coadunam-se com o momento especial vivido pelo processo de construção nacional brasileiro. Como destaca Motta (1992, p. 18):

o início da década de 1920 foi fértil em balanços e avaliações dos cem anos de nação independente. O grande anseio, diria mesmo a obstinação que animava a intelectualidade nesse momento era conhecer o país, na mesma medida em que crescia a percepção de que se o Brasil tinha território, não se constituía ainda como nação.

Neste sentido, o Recenseamento de 1920 inscreve-se como um momento a mais de redescoberta e de tentativa de criar a nação. Tanto o recurso a pensadores sociais brasileiros quanto a tentativa de aproximar-se da população em geral demonstram as preocupações alargadas que a estatística se propunha a abarcar.

O IBGE e os censos demográficos a partir de 1940

A construção de um aparato estatal sólido voltado para a produção de estatísticas e a constituição de um corpo de investigadores em demografia ocorreram de modo concomitante a partir do final dos anos 1930, com a criação do IBGE. Até a década de 1920, a realização dos censos esteve a cargo das Diretorias Gerais de Estatística, as quais, desde o censo de 1872, foram extintas e recriadas diversas vezes, com pequenas variações de nome e de vinculação institucional, sempre com a função de realizar os censos periódicos. O que se percebe é que vigorou, na maior parte do tempo e talvez de modo não intencional, uma espécie de agência *ad hoc* para realização dos censos.²² Após o censo de 1920, a Diretoria Geral de Estatística permaneceu ativa até o final da década, vindo a dissolver-se após a Revolução de 1930. Em 1936, foi criado o Instituto Nacional de Estatística e o Conselho Nacional de Estatística. Em 1938, foi criado o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), composto pelo Conselho Nacional de Estatística, pelo Conselho Nacional de Geografia e pela Comissão Censitária Nacional. Será o corpo burocrático dessa nova agência que planejará e executará, a partir de então, os censos nacionais brasileiros. Deve-se destacar, além disso, a associação que se estabeleceu a partir daí entre a produção das estatísticas e a geografia enquanto

²¹ Entretanto, a imprensa da época registra questionamentos quanto ao alcance deste objetivo educativo da Exposição Internacional. Segundo Sandes (2000, p. 116), a questão colocada em debate naquele momento era óbvia: “a comissão organizadora [da Exposição Internacional] não poupou esforços para que o evento ganhasse um significado cultural e mesmo pedagógico, mas o que sucedeu fugiu ao seu controle. O povo fez sua escolha e preferiu mais festa do que instrução, enfim a culpa é do povo inadaptável à vida civilizada”.

²² Essa trajetória não é exclusiva do Brasil, tendo também marcado a realização dos censos norte-americanos até a primeira metade do século XX; cf. Anderson (1990).

escrita do território nacional. Mais do que nunca, o censo aparecia como parte integrante de um projeto maior de descrever a nação brasileira.²³

Em 21 de dezembro de 1938, era assinado o Decreto-Lei Nº 969 que regulava os recenseamentos gerais do Brasil e continha um conjunto de disposições aplicáveis aos recenseamentos em geral, indicando data e periodicidade, âmbito da operação, obrigatoriedade da informação e da colaboração por parte de pessoas e empresas, sigilo censitário, multas em caso de infrações etc. O Decreto-Lei Nº 2141, de 15 de abril de 1940, aprovava o regulamento para o Censo de 1940, com “minuciosas disposições sobre os censos e sobre os instrumentos de coleta, indicando toda a matéria que deverá ser objeto de investigação, especificando, em relação a cada censo, uma longa lista de itens que deverão constar da pesquisa. O Regulamento trata ainda das Comissões Censitárias, da organização do Serviço Nacional de Recenseamento, da organização dos setores censitários, do sigilo censitário, da obrigatoriedade da prestação de informações e das multas, do plano de publicações para divulgação dos resultados etc.” (Azevedo, 1990, p. 120)

O Censo de 1940 compreendeu 7 censos distintos: Demográfico, Agrícola, Industrial, Comercial, dos Transportes e Comunicações, dos Serviços e Social, além do inquérito Predial-domiciliário. O Censo Demográfico utilizou, na coleta de informações, um conjunto de instrumentos compreendendo o Boletim de Família, o Boletim Individual, a Lista de Domicílio Coletivo e a Caderneta do Recenseador.

Segundo Azevedo (1990, p. 124), no Censo de 1940, teve particular relevo na estrutura do órgão censitário o Gabinete Técnico, que funcionava diretamente ligado ao Presidente da Comissão Censitária Nacional e Diretor do SNR. Ao Gabinete Técnico coube inicialmente o encargo de estudo dos problemas relacionados com o planejamento do recenseamento, competindo-lhe a elaboração dos projetos de questionários para os diversos censos e o estudo das várias questões a serem submetidas à apreciação da Comissão Censitária Nacional. Na discussão dessas questões, era comum que a CCN delegasse os encargos de estudo, discussão e decisão sobre aspectos técnicos ao Presidente do colegiado e ao Gabinete Técnico.

Destaco, nesse caso, a mudança qualitativa que representa a presença, no corpo técnico do IBGE, de demógrafos e estatísticos de formação mais apurada. Após o trabalho de planejamento dos vários censos, o Gabinete Técnico assumiu também o encargo de realizar análises dos dados estatísticos. Tanto as tarefas prévias quanto esta etapa posterior de análise desenvolveu-se sob a orientação do Professor Giorgio Mortara, Consultor Técnico do Recenseamento de 1940. Já um estatístico de renome internacional, Mortara veio para o Brasil fugindo do clima de intolerância que se instalara na Itália com a ascensão do fascismo. Aqui, ao longo

²³ Sobre o IBGE, destaco e utilizo alguns estudos produzidos no interior do próprio Instituto: Costa (1992), Penha (1993), Gonçalves (1995), Senra (2006a, 2006b).

das duas décadas em que permaneceu no país, tornou-se uma figura fundamental para a consolidação da estatística e da demografia. A ele deve-se a completa modificação dos instrumentos de coleta das informações demográficas.

O Censo Demográfico de 1940 contou com 45 quesitos. Conforme Azevedo (1990, p. 127):

além dos elementos tradicionalmente levantados pelos censos anteriores, focalizou uma série de aspectos novos, incluindo o elenco de pesquisas o sexo, idade, cor, estado conjugal, nacionalidade e naturalidade, língua, religião, instrução, atividade, propriedade imobiliária, seguros privados, seguros sociais, sindicalização, fecundidade e prolicidade, defeitos físicos, migrações internas, prédios e domicílios.

O aumento do número de quesitos investigados abriu novas possibilidades de cruzamentos de dados demográficos e sociais. Mas o questionário também inovou de maneira mais profunda em outros pontos. Um primeiro exemplo vem da investigação de idade, feita em 1940 de forma alternativa, através de dois quesitos. Segundo esclarece a Nota Prévia: “No Censo Demográfico de 1940, desejando-se assegurar o melhor levantamento possível da idade dos recenseados, mas não se podendo ignorar a incapacidade em que se achavam muitas pessoas de declarar o que elas próprias não conheciam com exatidão, propôs-se o quesito de maneira precisa (dia, mês e ano do nascimento) e de forma aproximada (idade presumida)”.²⁴

Outro exemplo de inovação vem do quesito sobre fecundidade. Ao perguntar às mulheres sobre o total de filhos tidos, o número de filhos nascidos vivos e o número de filhos nascidos mortos, o Censo de 1940 abria importantes possibilidades de estimar-se a fecundidade das mulheres brasileiras em períodos bastante recuados no tempo, conforme demonstraram Frias e Carvalho (1992, 1994) e Horta, Carvalho e Frias (2000). A fecundidade estava no centro das preocupações de Mortara àquela época, o que levou-o, logo após o censo, a realizar diversos estudos sobre o tema. Provavelmente foi a sua busca por métodos de estimativa indireta da fecundidade que levou à inclusão em um censo tão remoto deste tipo de quesito que veio a disseminar-se apenas a partir da década de 1960.²⁵ Ao longo de sua permanência no IBGE (onde ficou até 1956), Mortara pode realizar uma série de estudos sobre estimativas da população brasileira, fecundidade, nupcialidade e outros, que mudaram a face da demografia feita no Brasil.²⁶

²⁴ Citado por Azevedo (1990, p. 127).

²⁵ Agradeço ao prof. José Alberto Magno de Carvalho esta sugestão em torno dos motivos que levaram o Censo de 1940 a conter tais quesitos.

²⁶ Uma pequena amostra dos seus trabalhos pode ser encontrado no site “Pioneiros do IBGE” (<http://www.ibge.gov.br/65anos/default.htm>); a sua biobibliografia encontra-se em IBGE (1985). Ver também Senra (2008).

Imediatamente após a sua criação, o IBGE cuidou de implantar um plano editorial abrangente visando a divulgação dos resultados dos seus trabalhos e a formação de pesquisadores em suas áreas de interesse. Do ponto de vista da estatística, merece destaque a criação da *Revista Brasileira de Estatística*. O seu primeiro número surgiu em 1940, assumindo periodicidade trimestral. Nas “Palavras de apresentação” de José Carlos de Macedo Soares, presidente do IBGE,

Com seus artigos editoriais e de colaboração, seus ensinamentos de metodologia, seu noticiário sobre o que se passa no Brasil e alhures nos domínios da estatística, com suas informações, seus comunicados, seus comentários bibliográficos, [a RBE] manterá os nossos estatísticos a par dos fatos e dados que mais interessam à sua profissão e lhes satisfará o desejo de aperfeiçoamento, que é uma decorrência natural da nobre emulação de que dão quotidianas provas a serviço de um edificante ideal (citado em Montelo, 1982, p. 4).

As primeiras décadas de funcionamento da revista mostravam um perfil bastante diversificado. Havia estudos mais acadêmicos, com base em séries estatísticas históricas ou em dados que vinham sendo gerados pelo aparato estatal. Giorgio Mortara, por exemplo, usando os dados dos censos anteriores a 1940, publicou uma série de sete artigos nos números 1 a 6 e no número 8 da *Revista Brasileira de Estatística* sob o título comum de “Estudos sobre a utilização do censo demográfico para a reconstrução das estatísticas do movimento da população do Brasil”. Também aparecem artigos sobre mortalidade, morbidade, migração e outros. Como a revista não se prendia à demografia, havia ainda trabalhos sobre educação, economia e outros. Face importante da revista voltava-se para os aspectos de formação. Desde o seu primeiro número, apareceram artigos sobre metodologia e sobre apresentação de dados. A partir do segundo número, criou-se uma sessão intermitente denominada “Noções de metodologia”, com textos muito curtos (cerca de duas páginas) sobre aspectos pontuais ligados à estatística. Ao mesmo tempo, no corpo da revista eram freqüentes os artigos de divulgação de métodos estatísticos específicos ou de discussão mais genérica sobre o tema.

Mas, o componente mais curioso da revista nessas décadas iniciais vem da sua conexão com duas “tradições” de produção periódica característica do período. De um lado, houve a preservação de características encomiásticas e memorialísticas que perpassavam muitas das revistas da época e cujo maior exemplo encontrava-se na centenária Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A maior expressão desse traço na *Revista Brasileira de Estatística* foi a existência da sessão intitulada “Vultos da Estatística Brasileira”, que aparece já no número 2 da revista. Nela eram publicadas pequenas biografias de personagens que teriam contribuído para a produção e a disseminação de informações estatísticas no passado brasileiro. O primeiro perfil foi o de Daniel Pedro Muller, que produziu o *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de S. Paulo*, de 1836. Em seguida, vieram Luiz Maria da Silva Pinto, Léo de Affonca, Mário Barbosa e outros personagens que atuaram na coleta e sistematização de dados sobre a população brasileira antes da criação do IBGE. Com caráter semelhante, havia

a sessão “De ontem e de hoje”, que publicava documentos históricos ou trazia estudos de caráter historiográfico relativos à estatística.

A outra “tradição” à qual a revista se ligava era a dos periódicos programáticos, ou seja, publicações destinadas ao debate político e à proposição de ações de intervenção na realidade brasileira. Nesse sentido, a *Revista Brasileira de Estatística* poderia ser considerada como parte da corrente de periódicos com representantes como a *Revista do Brasil*, dos anos 1920 (De Lucca, 1999), dentre outras. Nos anos 1940, tal “tradição” encontrou sua expressão máxima nos periódicos patrocinados pelo próprio Estado Novo, como a revista *Cultura Política* e a *Revista do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, editadas na mesma época da *Revista Brasileira de Estatística*.²⁷ O propósito de tais periódicos era incorporar como colaboradores os intelectuais mais qualificados da área, com o propósito de refletirem sobre a realidade nacional a partir de investigações minimamente rigorosas mas que incorporassem um componente de intervenção. Embora seus procedimentos devessem conter um mínimo de rigor que lhes dessem uma aparência mais sólida que a esperada de um simples artigo de opinião, o efeito que se gostaria de produzir seria o mesmo: opinar sobre os rumos da construção nacional. São desse feitio, na *Revista Brasileira de Estatística*, artigos como “Crise da família à luz das estatísticas”, do Pe. Leonel França, S. J. (v. 1, n. 1, 1940), ou “A cooperação disciplinada e os recentes progressos da estatística no Brasil”, de H. E. Alvim Pessoa (v. 1, n. 1, 1940). O peso dos propósitos de construção nacional do Estado Novo aparecem em artigos como “O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a segurança nacional” (v. 1, n. 1, 1940), “A estatística e a organização nacional” (v. 2, n. 5, 1941) e “O Conselho Nacional de Estatística no ‘Batismo Cultural’ de Goiânia” (v. 3, n. 11, 1942), todos de M. A. Teixeira de Freitas; ou “A organização nacional e o município”, de Rafael Xavier (v. 7, n. 25, 1946). Apenas nos anos 1960 o peso dessas tradições iria se arrefecer e a revista assumiria um perfil cada vez mais próximo ao das revistas acadêmicas contemporâneas. Independentemente dessas “tradições”, mostrou-se impar a contribuição da *Revista Brasileira de Estatística* para a consolidação da demografia no Brasil, a partir da ampla divulgação de artigos científicos, métodos demográficos e padrões de comportamento na produção científica da área.

Para completar o processo de estabelecimento da demografia enquanto disciplina de investigação científica autônoma no Brasil, destaco a criação da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) em 1953. O Decreto Nº 24.609, de 6 de julho de 1934, que criou o Instituto Nacional de Estatística (embrião do IBGE) previa a obrigatoriedade de que fossem promovidos cursos especiais de Estatística. Embora o Gabinete Técnico do IBGE tenha promovido inúmeros cursos de formação, nos anos iniciais da década de 1950 realizou-se uma série de estudos e proposições técnicas com a finalidade de dar maior sistematicidade a tais

²⁷ Sobre a “Cultura Política” e outros periódicos patrocinados pelo Estado Novo, ver Gomes (1996).

iniciativas. A partir de propostas apresentadas por Lourival Ubaldo Câmara, a Junta Executiva Central do IBGE editou a Resolução N^o 416, de 6 de março de 1953, que criou a Escola Brasileira de Estatística. Em abril do mesmo ano, iniciou-se o primeiro curso de formação universitária em Estatística. No ano seguinte, a Escola Brasileira de Estatística foi transformada em Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE), sendo considerada a primeira faculdade de estatística na América Latina. Além do curso de nível superior, em seus anos iniciais ela também manteve cursos técnicos e cursos livres para formação de estatísticos, voltados para diferentes áreas de interesse. Nesse sentido, mostrou-se como uma importante ferramenta para divulgação e, sobretudo, consolidação dos estudos estatísticos, em geral, e demográficos, em particular.

Considero que, a partir desses três eventos destacados, pode-se consolidar no Brasil a área de conhecimento da demografia. Outros elementos vieram a contribuir para isso, especialmente a progressiva expansão, diversificação e profissionalização da universidade brasileira que se observa a partir dos anos 1960. Entretanto, o ponto de partida veio com a dinâmica assumida pelos levantamentos demográficos após a criação do IBGE, incluindo-se aí a incorporação das preocupações com a produção e disseminação de análises pautadas por um padrão de produção cada vez mais acadêmico-científico.

Considerações finais

O Censo de 1950 seguiu o que foi realizado em 1940. Repetiram-se quase todos os quesitos, exceto aqueles relativos ao total de filhos nascidos vivos e ao total de filhos nascidos mortos e sobre a assistência escolar. Os quesitos sobre fecundidade foram excluídos porque avaliou-se à época que tinham uma qualidade ruim. Estes quesitos foram excluídos também do Censo de 1960, retornando apenas em 1970.²⁸ Também em 1960, deixou-se de coletar a referência quanto ao mês e ano de nascimento e a ocupação suplementar. Compensando estas perdas, voltou-se a questionar sobre a assistência escolar e foram incluídos diversos outros quesitos em 1960, sobre rendimento, emprego e migração (tempo de residência e residência anterior). O Censo de 1960 ainda inovou ao introduzir o questionário de amostra, que permitiu diminuir os custos da pesquisa censual sem perda da abrangência de quesitos.²⁹ Desta forma, tanto no formato do questionário quanto na adoção da pesquisa por amostra, conformou-se o tipo de trabalho censitário que prevalece até hoje.

Deve-se ressaltar que, já no Censo de 1950, deixou-se de publicar o volume introdutório com ensaios gerais, conforme ocorrera em 1920 e 1940. Pode-se

²⁸ No Censo de 1970, também foi incluída a pergunta sobre o total de nascidos no último ano, formando assim o conjunto requerido pelas técnicas de Brass para estimativa de fecundidade.

²⁹ Sobre as informações coletadas nos censos demográficos do Brasil, ver Hakkert (1996, p. 29-30).

argumentar que, desta forma, os trabalhos dos censos demográficos afastaram-se de vez da perspectiva que os mantinha estreitamente associados à idéia de construção nacional, conduzida pelo Estado ou imaginada pelos pensadores sociais.

É nesta dupla dimensão que, creio, deve-se perceber o fim do que chamei de transição da estatística para a demografia. Os censos passaram a ser instrumentos não apenas de mensuração do Estado nacional, mas sobretudo de investigação social. As investigações passaram a guiar-se também pela pauta de pesquisas da demografia, e não apenas pelo interesse em medir a força do Estado nacional. Neste sentido, passaram a fazer parte de políticas públicas muito mais abrangentes do que no período anterior, voltando-se para aspectos mais distributivos do que simplesmente extratores de recursos (Tilly, 1996).

Bibliografia

ANDERSON, Margo. *The American Census: A Social History*. New Haven: Yale University Press, 1990.

AZEVEDO, A. V. de. *Os recenseamentos no Brasil*. Rio de Janeiro, Fundação IBGE, 1990. (mimeo.).

BOTELHO, Tarcísio R. *População e nação no Brasil do século XIX*. São Paulo, USP, 1998 (Tese de Doutorado – História Social).

BASTOS, É. R., MORAES, J. Q. de (orgs.). *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas, Editora da Unicamp, 1993.

CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

COSTA, I. T. M. *Memória institucional do IBGE: em busca de um referencial teórico*. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1992.

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. *Recenseamento do Brasil realizado em 1 de Setembro de 1920*. Volume 1: Introdução. Rio de Janeiro, Typ. da Estatística, 1922.

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. *Relatório apresentado ao Dr. Miguel Calmon Du Pin e Almeida Ministro da Agricultura, Indústria e Commercio pelo Dr. José Luiz S. de Bulhões Carvalho Director Geral de Estatística*. Rio de Janeiro, Typ. da Estatística, 1923.

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. *Relatórios apresentados ao Dr. Geminiano Lyra Castro Ministro da Agricultura, Indústria e Commercio pelo Dr. José Luiz S. de Bulhões Carvalho Director Geral de Estatística*. Rio de Janeiro, Typ. da Estatística, 1930.

DE LUCA, Tânia Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

DESROSIÈRES, Alan. Histoires de formes: statistique et sciences sociales avant 1940. *Revue Française de Sociologie*. V. XXVI, n. 2, p. 277-310, mars/avr. 1985.

FERRAZ, Luiz Pedreira do Couto. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na Primeira Sessão da Décima Legislatura pelo Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios do Império Luiz Pedreira do Couto Ferraz*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1857.

FREITAS, Renan Springer de. A sedução da etnografia da ciência. *Tempo Social*. São Paulo, v. 17, n. 1, p. 229-253, jun. 2005.

FRIAS, Luis A. M., CARVALHO, José Alberto M. de. Uma avaliação da fecundidade no Brasil, ao início do século. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 193-199, 1992.

FRIAS, L. A., CARVALHO, J. A. M. de. Fecundidade nas regiões brasileiras a partir de 1903: uma tentativa de reconstrução do passado através das gerações. *Anais do IX Encontro de Estudos Populacionais*. Caxambu. Volume II, p. 23-46, 1994.

GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

GONÇALVES, Jayci de Mattos Madeira. *IBGE: um retrato histórico*. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1995.

GREENHALGH, Susan. The social construction of population science: an intellectual, institutional, and political history of twentieth-century demography. *Comparative Studies in Society and History*. v.38, n. 1, p. 26-66, jan. 1996.

HAKKERT, Ralph. *Fontes de dados demográficos*. Belo Horizonte, ABEP, 1996.

HOBSBAWM, E. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HORTA, C. J. G.; CARVALHO, José Alberto M. de; FRIAS, Luis Armando M. Recomposição da fecundidade por geração para Brasil e regiões: atualização e revisão. Trabalho apresentado no XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu-MG, 2000.

IBGE. *Giorgio Mortara*: publicação comemorativa do centenário de nascimento. Rio de Janeiro: IBGE, 1985.

MARTIN, Olivier. Da estatística política à sociologia estatística: desenvolvimento e transformações da análise estatística da sociedade (séculos XVII-XIX). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, nº 41, p. 13-34. 2001.

MONTELO, Jessé. Apresentação. *Revista Brasileira de Estatística*. Rio de Janeiro, v. 43, n. 169, p. 3-5, jan./mar. 1982.

MORTARA, G.. Estudos sobre a utilização do censo demográfico para a reconstrução das estatísticas do movimento da população do Brasil. *Revista Brasileira de Estatística*. Rio de Janeiro. II (5): 39-89, jan./mar.1941.

MOTTA, M. S. da. *A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro, Editora da FGV, CPDOC, 1992.

MUCCHIELLI, Laurent. O nascimento da sociologia na universidade francesa (1880-1914). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, nº 41, p. 35-54, 2001.

- NEWELL, Colin. *Methods and models in demography*. New York: The Guilford Press, 1988.
- OLIVEIRA, L. L. Uma leitura das leituras de Oliveira Vianna. In: BASTOS, Élide Rugai, MORAES, João Quartim de (orgs.). *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas, Editora da Unicamp, 1993. p. 241-271.
- PENHA, Eli Alves. *A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1993.
- SANDES, N. F.. *A invenção da nação: entre a monarquia e a república*. Goiânia, Editora da UFG, Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira, 2000.
- SENRA, N. de C.. *O saber e o poder das estatísticas: uma história das relações dos estatísticos com os Estados Nacionais e com as Ciências*. Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2005.
- SENRA, N. de C. (org.). *Estatísticas desejadas: 1822-c.1889*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006b.
- SENRA, N. de C. (org.). *Estatísticas legalizadas: c.1889-c.1936*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006a.
- SENRA, N. de C. (org.). *Estatísticas organizadas: c.1936-c.1972*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
- SILVA, J. N. de S. e. *Investigação sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada província de per si tentados desde os tempos coloniais até hoje*. São Paulo: IPE/USP, 1986. (ed. fac-similar; 1ª ed.: 1870.)
- SMITH, David, KEYFITZ, Nathan. *Mathematical demography*. New York: Springer-Verlag, 1977.
- SZMRECSANYI, Tamás. Da aritmética política à demografia como ciência. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*. Brasília, v. 16, n.1/2, 1999.
- THÉVENOT, Laurent. La politique des statistiques: les origines sociales des enquêtes de mobilité sociale. *Annales ESC*. n. 6, p. 1275-1300, nov./dec. 1990.
- TILLY, C.. *Coerção, capital e Estados europeus, 990-1992*. São Paulo: Edusp, 1996.
- VIANNA, F. J. Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. São Paulo, Monteiro Lobato & Cia, 1923.



Parte 3

Narrativas sócio-históricas:
ciência e técnica



12

Los censos en el siglo XVIII. El caso del censo novohispano de 1790: discusiones sobre inferencia estadística.

Leticia Mayer

Resumen

A los censos podemos considerarlos tanto alternativas políticas, como formas de conocimiento a dos niveles: el saber científico de la estadística y la comprensión de la realidad de la población en un espacio determinado. Este doble significado nos permite atisbar en un universo de discernimientos y expresiones tanto del mundo político como del académico de finales del siglo XVIII. El lugar geográfico de la polémica fue la ciudad de México, capital de la Nueva España, sin embargo podemos suponer que fue una disputa que estaba teniendo lugar en gran parte de Occidente.

En la Nueva España, el censo de 1790, causó una polémica muy interesante entre el virrey, segundo conde de Revillagigedo y el padre José Antonio de Alzate y Ramírez. En la discusión, que comprende más de dos años de cartas, puede verse la importancia de un conocimiento que se encuentra entre el quehacer científico y las necesidades estatales, además de los procesos de inferencia con los que se intentó analizar a la población de la ciudad de México.

Introducción

El tema de este estudio es la polémica que suscitó el censo de la ciudad de México publicado en 1790. En esta disputa estuvieron involucrados el entonces virrey de la Nueva España, Juan Vicente Güemes Pacheco y Padilla, conocido

como segundo conde de Revillagigedo, y un sabio criollo, el padre José Antonio de Alzate y Ramírez.

La discusión permite ver muchos de los aspectos sociales y de dificultades de conocimiento de fines del siglo XVIII. Una de las tesis de este estudio es que los problemas de orden social implican, en muchas ocasiones, soluciones a cuestiones de conocimiento. Creemos que tal es el caso de la larga historia de cartas –más de dos años de epístolas- entre nuestros singulares personajes. Justamente porque la estadística, los censos o bien los conteos de población representan un lugar de interacción entre el conocimiento y el poder, (Desrosières, 2004) es que resulta particularmente interesante una polémica tan larga entre un filósofo natural¹ y un político.

Los estudios de historia de la ciencia han vivido una renovación muy fuerte. Entre otros autores podemos citar el ya clásico trabajo de Shapin y Schaffer (2005). Este provocador trabajo, cuya primera edición fue en 1985, plantea la necesidad de analizar el pasado científico centrándose en episodios de controversia. Al identificar la polémica sabemos que el acontecimiento tenía significado entre los participantes. Esto es, que no lo consideraban como un punto de interés curioso sin mayor importancia, sino como un verdadero problema de conocimiento y de planteamiento político. La controversia implica, en muchas ocasiones, desacuerdos acerca de la realidad que rodeaba a los actores. En este caso es que se encontraba la disputa por el censo de la ciudad de México en 1790.

Además, los censos podemos considerarlos tanto alternativas políticas, como formas de conocimiento a dos niveles: el saber científico de la estadística y la comprensión de la realidad de la población en un espacio determinado. Este doble significado nos permite atisbar en un mundo de discernimientos y expresiones tanto del mundo político como del académico de finales del siglo XVIII. El lugar geográfico de la polémica fue la ciudad de México, capital de la Nueva España, sin embargo podemos suponer que fue una disputa que estaba teniendo lugar en gran parte de Occidente. Dentro de este contexto podemos pensar que los censos hispánicos en Europa fueron, hasta cierto punto, novedosos.²

Censos y conteos en el siglo XVIII

Pero veamos qué sucedía en otras partes del viejo continente. En Suecia (Burke, 2002, pp. 176-177) el gobierno se preocupó por estimular el crecimiento de la población, por lo que el clero estuvo obligado legalmente, desde 1736, a dar cifras anuales de nacimientos y muertes en cada una de las parroquias. En 1748

¹ Filósofo natural fue uno de los términos que se utilizó para denominar a los científicos de la época, ya que el término científico empezó a utilizarse hasta mediados del siglo XIX. Otro término, aunque un poco más tardío, fue el de sabio, pero quizás el más común en el siglo XVIII fue el de naturalista.

² Lombardo de Ruiz, 2006, p. 38, nota 3. Aparentemente desde el reinado de Felipe V se levantó un censo en España en 1723. Posteriormente, con Fernando VI se realizó el censo de 1748.

las autoridades ordenaron la realización de un censo nacional. Con los datos que nos proporciona Burke, además de los que nosotros tenemos, podemos hacer el siguiente cuadro de censos en el siglo XVIII:

- 1748 censo de población en Suecia
- 1768 censo español en la Península
- 1769 censo de Dinamarca
- 1777 varios censos en América, como el de la Nueva España o el de Cuba
- 1787 censo español de la Península
- 1790 censo de los EEUU³
- 1790 nuevamente varios censos en las colonias hispánicas de ultramar
- 1797 censo español de la Península
- 1801 censo del Reino Unido⁴
- 1806 censo de Francia

Con lo anterior queda claro que el interés por la población, su crecimiento, distribución entre los sexos y ocupación, entre otros temas, fue una preocupación del Imperio Español claramente detectada por lo menos desde el siglo XVIII. Aunque bien sabemos que Felipe II, "el rey papelerero" por la cantidad de documentos que recolectó, se preocupó de los problemas y conteos de la población desde el siglo XVI. Varios autores señalan que tanto el problema de los censos como el de los mapas fue una preocupación de las potencias que tenían colonias fuera de Europa, particularmente de España (Hacking 1991, Burke 2002, entre otros). Sin embargo hay precedentes en Italia desde el siglo XV. Los pequeños Estados de Florencia y Venecia reunieron y utilizaron información en cifras. En gran medida esto se debió a que eran ciudades dominadas por comerciantes con una "mentalidad aritmética" (Burke, 2002).

También existen otros antecedentes en los conteos de población. Como bien se sabe, el interés por los nacimientos y la mortalidad se inició en 1662 cuando se publicó en Londres un libro que fue el parte aguas con el que se iniciaron los estudios estadísticos: *Natural and Political Observations Mentioned in a following index, and made upon the Bills of Mortality* By John Graunt. Graunt fue

³ Según Hacking, 1991, p. 39: "Nueva York llevó a cabo un censo en 1698, Connecticut en 1756 y Massachussets en 1764".

⁴ En el caso del Reino Unido hubo una discusión sobre si se debería de realizar el censo o no. En 1753 se presentó un proyecto de ley al Parlamento, pero fue rechazado. Lo mismo sucedió en 1758 con la iniciativa para hacer obligatorio el registro de nacimientos, matrimonios y defunciones. Burke, 2002 y Desrosières, 2004.

un comerciante de telas en Londres, cuya muy particular afición fue recolectar los boletines parroquiales en los que se hacía referencia a las personas muertas y bautizadas cada semana. Aparentemente el primer boletín se editó en 1532, año de la peste en Inglaterra. Sin embargo, la publicación continua de los mismos comenzó el 29 de diciembre de 1603. Con los datos que Graunt pudo recolectar hizo una serie de inferencias estadísticas que rompieron con viejas creencias sobre la población.

Por otro lado están los decretos reales de Inglaterra en 1538 y de Francia en 1539, en que se hacen obligatorios los registros de nacimientos, muertes y matrimonios en las parroquias (Desrosières, 2004, pp. 39-40). Por su parte, el mundo hispánico estuvo más bien regido por la Iglesia católica y, particularmente, el concilio de Trento. Éste hizo cambios importantes en el catolicismo, entre otros se elaboró un programa para hacer más efectivo el control pastoral. Se les concedió gran autoridad a los obispos y se incrementó la educación de los párrocos (Cameron, 2006). Este fenómeno, entre otros, hizo posible que las parroquias pudieran llevar registros vitales de los feligreses. En 1564 se promulgaron los cánones y decretos de Trento en España, y en México en 1585. Sin embargo, el Primer Concilio Provincial Mexicano de 1555, ya apunta la obligación de los registros parroquiales (Gonzalbo, 1998). No obstante es posible encontrar datos anteriores en la ciudad de México del siglo XVI: en la Parroquia de La Asunción Sagrario se iniciaron estos registros en 1536-1537 (Pescador, 1992, p. 11).

Aunque, como hemos señalado, existieron conteos muy antiguos, los censos como material organizado y pensado estratégicamente podemos suponer que responde más a las necesidades y los cambios del siglo XVIII. Los censos, como todos los fenómenos sociales, tienen una gran variedad de causas. Entre éstas podemos encontrar:

1. los intentos de gobernantes por organizar la vida a través de los conteos numéricos,
2. inspeccionar la población para fines de impuestos,
3. para la leva militar,
4. para controlar la delincuencia en las ciudades,
5. cuidar el crecimiento desmedido de población flotante en las urbes debido a las hambrunas en los malos años agrícolas,
6. controlar las migraciones y cantidades de extranjeros vecinados en cada lugar,
7. indagar los oficios o profesiones de los individuos,
8. la posibilidad de crecimiento de la población por el número de jóvenes, particularmente mujeres,

9. poder planear estrategias políticas a más largo plazo y
10. desde luego, el conocimiento científico y fáctico de la población.

Además, los censos o conteos de población están inmersos en varias ramas del conocimiento. No podemos tomarlos como elementos aislados fuera del contexto, tanto interno como externo, de las discusiones de su época. En ese sentido es importante señalar algunas corrientes de estudio de las estadísticas. Por ejemplo: la escuela alemana intentó proponer al príncipe o funcionario responsable de la administración política un instrumento de conocimientos multiformes sobre el Estado. En el siglo XVIII esta corriente estadística fue transmitida por la Universidad de Göttingen (Desrosières, 2004, p. 34). La escuela alemana desarrolló lo que se ha llamado estadísticas universitarias (Hacking, 1991, pp. 50-51). Éstas fueron mucho más descriptivas que numéricas. En ellas se mencionaba el clima del lugar, el temperamento y la conducta de sus habitantes, muchos datos geográficos y pocas tablas numéricas.⁵

Por su parte los alemanes juntaron una gran cantidad de material sobre las poblaciones, pero la ley estadística se debió a los franceses e ingleses. Particularmente los franceses, a través de Condorcet, fueron los fundadores de la ciencia de la moral. "Condorcet delimitó lo que luego llegó a convertirse en dos terrenos diferentes del conocimiento. Uno es la ciencia moral entendida como historia. El otro es la ciencia moral entendida como probabilidad, estadística, teoría de las decisiones, análisis de costos y beneficios, teoría de la elección racional, economía aplicada, etc." (Hacking, 1991, pp. 50-519). En el siglo XIX, la ciencia de la moral se separó: por un lado, la parte historicista fue explorada por Comte, por el otro, Quetelet se aplicó a la parte numérica.

Pero regresando al siglo XVIII, debemos apuntar que las estadísticas de mortalidad empezaron a tener cada día más importancia. No obstante éstas se desarrollaron ampliamente hasta el siglo XIX. Sin embargo, los índices de natalidad y mortalidad fueron elementos significativos para el cálculo del crecimiento de la población. Las tablas de nacimientos y de mortalidad proliferaron en el siglo XVIII. Quizás las más conocidas en el mundo hispánico fueron las de Buffón debido a la muy temprana traducción de la "Historia natural" al español.⁶

No obstante, Buffón tiene buen cuidado de aclarar que hay muchos problemas con las tablas de mortalidad. Entre otros, señala que aparecen con más frecuencia los números 5, 10, 15, 20, etc., debido a que los curas, y especialmente los

⁵ Llama la atención que en las estadísticas hispánicas del siglo XVIII haya varias tablas numéricas. Posteriormente, en la primera mitad del siglo XIX por lo menos en el caso de México, las estadísticas estatales tomaron la forma de las estadísticas universitarias de la tradición alemana: mucha descripción y pocas tablas numéricas.

⁶ En el prólogo a la traducción, Joseph Clavijo y Fajardo, apunta que el rey lo empleó en el Real Gabinete de Historia Natural para, entre otras cosas, iniciar la traducción de la obra de Buffón. Antes de la traducción de la obra completa de Buffón, aparecieron publicados fragmentos entre 1760 y 1770.

rurales, no ponen las edades exactas sino aproximadas. Haciendo algunos cálculos aritméticos, Buffón desarrolló sus tablas de mortalidad y llegó a conclusiones bien interesantes. Un cuarto de la humanidad muere antes de cumplir un año de edad, un tercio antes de de los 20 meses, la mitad antes de los ocho años, dos tercios antes de los 39 años y tres cuartos de los hombres mueren antes de cumplir los cincuenta y un años. El autor concluye que esta mortalidad hace que la mayor parte del género humano perezca “antes de haber concluido cosa alguna para sí mismo, poco en beneficio de su familia y nada para los demás”. (Buffón, 1797, pp. 16-17). Resulta también muy significativo que muchos de sus cálculos los hace como si fueran apuestas.

Estos raciocinios y las tablas de nacimiento y mortalidad van a ser claves para muchos de los cálculos que Alzate hizo en su época. Por todo lo anterior podemos afirmar que las discusiones de los censos no estuvieron aisladas, sino que se encontraron dentro de una serie de corrientes de conocimientos que marcaron el desarrollo de la estadística y la probabilidad. Además de que comenzaron a darle forma a lo que después fue el Estado-Nación de los siglos XIX y XX.

Los censos en España

Durante el siglo XVIII, y particularmente con el cambio de dinastía, comenzó un acelerado cambio de la monarquía española. Tanto Felipe V, como sus dos hijos: Fernando VI y Carlos III lograron notables progresos materiales. Los Borbones crearon nuevos cargos oficiales, dieron más poder a sus ministros y, a mediados del siglo, se dividió a España en provincias con intendentes que fueron responsables de los asuntos fiscales. También se comenzó una reorganización de los funcionarios y la administración fiscal. Tal vez uno de los cambios más significativos fue la abolición o disminución de los privilegios de nobles y eclesiásticos y el crecimiento militar bajo el poder del Estado. La reorganización monárquica tuvo como objetivo centralizar el poder en las manos del rey y sus ministros.

Uno de los elementos claves para la nueva reorganización fue conocer los recursos tanto humanos como materiales con que contaba España y sus colonias. Dentro de este espíritu reformador fue que se realizó el censo de Aranda entre 1768 y 1769. La documentación original se encuentra extraviada, pero se conoce el estado general de la población debido a que ese cuadro fue reproducido en el censo de 1787.

Este censo de 1787 es quizás el más importante y completo del siglo XVIII. Se le conoce también como “censo de Floridablanca”. La advertencia con la que se inicia este documento da luz sobre algunos de los aspectos y reflexiones que hicieron que la monarquía se decidiera a hacer un segundo censo de la Península.

Las razones que se dieron son las siguientes:

1. calcular la fuerza interior del Estado,
2. conocer los aumentos en la agricultura, artes, oficios y comercio en cada uno de los pueblos o provincias,
3. repartir con igualdad entre todos los vecinos,
4. para que vean los extranjeros que “no está el reino tan desierto como creen ellos y sus escritores” y
5. para aumentar “el número de vasallos y proporcionarles medios fáciles y seguros de subsistir ellos y sus hijos”.

Aunque, como hemos dicho anteriormente, son muchas y muy complejas las causas para realizar un censo, no dejan de ser interesantes las razones explícitas del mismo. Por un lado es el resultado de la reestructuración borbónica, por otra parte están las ideas utilitarias de la obligación del gobierno de buscar la felicidad del pueblo.⁷

La Iglesia católica española tenía características que preocupaban al gobierno ilustrado de los Borbones, entre otras el número crecido de clérigos. En 1788, España tenía cerca de diez millones de habitantes y doscientos mil religiosos. En la misma época, Francia, con aproximadamente el doble de habitantes, tenía la misma cantidad de clérigos (Herr, 1979, p. 24). Dentro de este contexto resulta altamente significativa la reflexión del conde de Floridablanca, Primer Secretario de Estado y del Despacho, cuando compara los censos de 1768 y 1787:

De esta operación resulta, que la población de estos reinos en el año pasado de 1787, excede a la que consta tenía por la ejecutada en 1768 en 1 108 151 almas. Si a este exceso se agrega el que por consideración prudencial puede agregarse, atendiendo el cuidado con que los pueblos y sus vecinos procuran disminuir el número de sus habitantes, temerosos de que tales numeraciones se dirijan a aumentar las cargas de los servicios personales, o de los tributos, se concluirá, que el aumento de nuestra población en estos veinte años excede de millón y medio de almas. [...] en la operación actual resulta haber 11 044 religiosos y religiosas menos que en el año de 1768, y 17 213 clérigos, beneficiados, sacristanes y sirvientes de Iglesia menos también que en dicho año, que en todos componen 28 257 personas; las cuales se han aumentado al número de las pobladoras y propagadoras de la especie humana [...] También ha resultado de la exactitud de esta última operación, que los sindicatos de ordenes regulares, y dependientes de cruzada, tenemos ahora 6 829 personas menos que en 1768; y que de hidalgos hay la baja prodigiosa de 242 202 almas, de que se sigue una de dos cosas, o entre ambas: a saber, o que en

⁷ Debemos recordar que el utilitarismo fue una corriente ideológica y social del siglo XVIII. Se inició con Montesquieu y David Hume, pero tal vez logró su mayor apogeo con Adam Smith y Jeremy Bentham. El utilitarismo apunta una constante en el género humano: la búsqueda de la felicidad y afirma que los gobiernos ilustrados deben proporcionarla a sus gobernados.

1768 se logró aumentar el número de estos exentos para substraerlos a las cargas del Estado, o que las providencias del gobierno han conseguido aclarar y disminuir las exenciones, y reducir a individuos útiles y contribuyentes todos los que resultan serlo de la numeración actual. De aquí sale, que a los aumentos que ha tenido la población, se debe añadir el de 277 291 personas que han dejado de ser, o de conceptuarse por exentas, y que podrán llevar las cargas personales, y los tributos; pues este número componen los religiosos, religiosas, clérigos, sacristanes, acólitos, sindicos, dependientes de cruzada, e hidalgos que han disminuido.

La cita no deja duda de que estamos en el Estado Borbón reformado en el que la Iglesia ha dejado de ser esa institución inamovible. Como señala Carmagnani, las reformas reforzaron el poder de los secretarios de Estado, eliminaron las mercedes reales y reorganizaron el aparato de funcionarios civiles y la administración fiscal, además de la abolición de los privilegios de nobles y eclesiásticos (Carmagnani, 2004, p. 76). El poder se había centralizado en el Estado y los derechos del rey estaban por encima de otros intereses.

Otro de los aspectos particularmente relevantes de la credibilidad de los censos estuvo en la importancia de los testigos que levantaron los padrones. Para esta tarea fueron encargados prohombres de la comunidad. Quienes recibieron la orden del rey de organizar el censo fueron los intendentes, figuras burocráticas creadas por la administración ilustrada del siglo XVIII.⁸ Por otra parte, los encargados de levantar el censo casa por casa fueron los diputados del ayuntamiento acompañados por los curas. El que fueran estos personajes a quienes se responsabilizaba de levantar el censo implicaba que se buscaban testigos fiables. Los datos por sí mismos no podían ser confiables, era necesario que hubiera testigos dignos de confianza. Aquí encontramos la doble faceta de lo que los censos significaban, por una parte los números representaban una evidencia de la naturaleza, pero era una evidencia que tenía que ser testificado por hombres probos del momento. Al testimonio de los curas y de los diputados del ayuntamiento se les asignaba un valor superior que al de las personas del pueblo.

Los censos en la América hispánica

La situación colonial hacia fines del siglo XVIII era diferente a la de Europa. Según Carmagnani, estos territorios experimentaban un notable incremento, tanto en la producción como en la población, lo que creó una sociedad dinámica, “con potentes elites locales y regionales, con intereses sociales y políticos bien definidos y con una cultura propia que se sumaba a los elementos procedentes del mundo europeo e ibérico.” (Carmagnani, 2004, p. 81).

⁸ Según Pietschmann, 1996, p. 301, los intendentes borbónicos actuaban “como instrumentos del Estado absoluto para someter a su poder a las autoridades establecidas”.

Otro de los puntos clave del desarrollo de América Latina en esa época fue la recuperación del crecimiento demográfico. Aunque los datos estadísticos de la época no sean muy confiables, aparentemente el crecimiento de la población de esta región alcanzó entre el 1.2 y el 1.5% anual, lo que es un crecimiento superior al de España y Portugal en aquel momento, que se calculaba en 0.15% anual (Carmagnani, 2004, p. 82).

Al analizar la manera en que se clasificó a la población, por lo menos en la Nueva España del siglo XVIII, llama la atención que casi la totalidad de las pinturas de castas se hicieron en ese siglo y muchas de ellas coinciden con los censos de la segunda mitad del XVIII. Sin embargo, en los conteos estadísticos no encontramos la variedad de clasificaciones que se encuentran en la pintura. Tal vez la percepción de los individuos en la vida cotidiana necesitaba de las clasificaciones basándose en los detalles, pero el Estado moderno que comenzó a gestarse prefería la homogeneidad. Por lo que la clasificación que encontramos en la mayoría de los censos americanos es muy poco variada: blancos, negros y mulatos e indios. Resulta mucho más importante la distinción entre religiosos, casados y solteros, o bien entre libres y esclavos y, particularmente, entre hombres y mujeres en cada uno de los casos.

Para Miño, el tejido urbano es esencial para la comprensión del mundo virreinal. Las ciudades, en América Latina, fueron diferentes de las europeas y de las prehispánicas, además de que representaron el eje organizador del espacio, de la sociedad y el núcleo de influencia en cada región (Miño, 2001, pp.16-17). Durante el siglo XVIII, el Imperio Español, reconoció una serie de nuevas urbes, que de manera legal se clasificaron como ciudades o villas dependiendo de su importancia. Entre 1750 y 1780 fueron reconocidas legítimamente, en la América Hispánica, más de 100 nuevas urbes (Carmagnani, 2004, p.97). Por su parte, Romano afirma que las ciudades con más de 20 000 habitantes crecieron del 12.5% en 1700, al 14.5% en 1800 de la población total (Romano, 2004, p. 77).

También durante aquella época y debido a su aumento se reorganizó la situación territorial de las urbes. Como en muchos otros casos, el Estado utilizó la organización de la Iglesia, así con base en las parroquias se arreglaron los barrios y, en el caso de la ciudad de México, los cuarteles. Esta nueva forma de ordenar las ciudades permitió la penetración de la policía, lo que facultó controlar a la población y disminuir la influencia de la Iglesia (Carmagnani, 2004, p. 100).

El 10 de noviembre de 1776, el rey de España, Carlos III, expidió un decreto solicitando un censo de población de todos los dominios españoles de ultramar.⁹ A este decreto real contestaron muchas de las provincias y virreinos de América. Aunque no de igual forma, ni en los mismos tiempos. La mayoría de los censos de 1777 fueron largos listados de nombres, tomados por grupo familiar y anexando

⁹ Las citas sobre los censos americanos están tomadas del AGI, Indiferentes, 1527.

el número de miembros de cada familia. Desde Madrid se mandó un acuse de recibo y no parece haber más análisis de estos conteos.

No obstante existieron algunos censos que fueron mucho más completos y que vale la pena revisar. Por ejemplo, en el caso de la isla de Cuba la contestación la dio el obispo, el 8 de septiembre de 1778. Sin embargo expone “el sumo trabajo que ha costado el ejecutarlo por la indolencia de unos, y por la suma ignorancia de otros”. El resumen es una tabla muy simple en la que divide eclesiásticos seculares, eclesiásticos regulares, hombres blancos, hombres pardos y negros libres, hombres pardos y negros esclavos. De la misma forma se hace la división entre mujeres. El total general de almas resultó de 165 568. Sin embargo, hubo otro padrón de Cuba remitido un año después por el gobernador de la Habana, el 3 de abril de 1779. Este es un padrón mucho más completo en que la población está dividida por pueblos. El resumen de este padrón da dos poblaciones la existente en 1775 de 171 628 almas y la de 1778 de 179 484 personas. Con lo que calcularon un aumento global de 7 856 almas. El gobernador de Cuba apuntó como el principal problema el pago a las personas encargadas de censar. Como se suponía que el censo debería hacerse cada año para ver como crecía la población, el gobernador volvió a quejarse, en 1786, de la falta de pago. El 4 de abril de 1786, desde El Pardo, se le envió un comunicado al gobernador: “participándole que las justicias y ministros de la jurisdicción de aquella Isla deben practicar de oficio las diligencias precisas para formar el padrón general de los habitantes de ella; y que si alguno las omitiere se le suspenda de su empleo hasta que lo cumpla”. La monarquía española no se andaba con cuentos, se hacía el padrón por obligación y no por pago extra.

Otro grupo de censos particularmente interesantes son los de Quito. En varios pueblos de esta región se interpretó mal la orden, pues los indios pensaron que querían marcar a sus hijos con hierros y hacerlos esclavos, para posteriormente llevarlos a la aduana. El problema se extendió a otros pueblos en donde se enfrentaron indios y blancos, el resultado final fue de 48 muertos, además del saqueo y la quema de casas, chozas y otras pertenencias.¹⁰ Finalmente el brigadier y presidente de Quito, Joseph Digusa, dio cuenta de los hechos el 31 de diciembre de 1777.

Después de los desastres de aquel año, se remitió el padrón general hasta 1781. En este documento se recalcó que se hizo el censo con toda tranquilidad y sin ningún problema. El padrón contiene el número de almas con distinción de sexos, estados, clases y castas que habitaban en la provincia de Quito, que constaba de nueve regiones y 110 pueblos según el censo firmado por García de León y Pizarro, el 27 de noviembre de 1781. El resultado total dio una suma de 311 649 personas. Este funcionario se tomó muy en serio su papel, y dos años

¹⁰ Como todas las sublevaciones populares, las razones debieron haber sido múltiples y seguramente hay estudios concretos sobre este levantamiento de indígenas. No obstante, es importante señalar que una de las mechas que levantó el fuego fue el censo de la región.

después informó sobre un nuevo censo, firmado el 3 de marzo de 1783. La tabla matriz está dividida igual que la anterior. La suma final dio un total de 163 444 hombres y 172 827 mujeres, cuya suma general ascendió a 336 271 habitantes.

Quizás los censos de ultramar más interesantes de aquella época sean los de Filipinas. Llama la atención que también hay conteos de población bastante bien hechos en las islas Marianas, que por su diminuto tamaño geográfico se pensaría que no fueron censadas.

Los censos en la Nueva España

El siglo XVIII vio el crecimiento del comercio y el aumento de participantes activos creó un nuevo tipo de espacio cultural: la esfera pública. Este fenómeno muy común en Europa, se redujo en la Nueva España a la creación de algunas publicaciones. En épocas tan tempranas como enero de 1722 tenemos la aparición del primer número de la *Gaceta de México*.¹¹ Ésta se publicó de manera interrumpida hasta 1742. Posteriormente apareció la *Gaceta de Literatura de México* que se publicó en enero de 1788 y que fue editada por José Antonio de Alzate y Ramírez.¹²

Sin embargo, la esfera pública como fue concebida en Europa, no se dio en la América Hispánica. Existieron algunas publicaciones, como las antes mencionadas, algunas tertulias de discusión casi siempre en la Universidad, en los colegios o en casas privadas. Pero la esfera pública, donde la ciudad ofrecía cafés, plazas para la discusión y otros espacios públicos surgió en México hasta el siglo XIX, (Guerra, 1998). Aunque la democracia era todavía un pensamiento totalmente utópico e incluso las monarquías constitucionales no se diferenciaban mucho de las monarquías absolutas, la preocupación de los soberanos se fue ampliando: cada día se ponía más atención en la salud, la educación y la felicidad de los súbditos. Esto ha llevado a muchos historiadores a identificar a los déspotas ilustrados, esa nueva clase de gobernantes que en España, y en general en el mundo hispánico, hicieron las Reformas Borbónicas y que comenzaron a preocuparse cada vez más por los súbditos, si bien no todavía ciudadanos.

La Nueva España. Entre la autoridad política y el debate científico.

En esta región de América se llevó a cabo un censo de población entre los años de 1790 y 1791, siendo virrey Juan Vicente Güemes Pacheco de Padilla, mejor conocido como conde de Revillagigedo. Este censo respondió a dos factores principales: 1) la reorganización política que significaron las Reformas Borbónicas en España y los imperios de ultramar, y 2) la discusión científica sobre

¹¹ La reimpresión en facsimilar de las *Gacetas de México* fue publicada por el Centro de Estudios de Historia de México Condumex, actualmente Grupo Carso, en 1986 en tres volúmenes.

¹² Una edición en CD apareció en 1999.

la importancia de la población, su natalidad, la división entre los sexos, así como el crecimiento de la misma y los índices de mortalidad. Tal vez la discusión más importante sobre la población fue la que entabló Alzate con el virrey entre 1791 y 1792.

Es necesario señalar que ambos personajes tuvieron personalidad muy peculiares. En el caso del virrey baste citar la carta que el arzobispo de la ciudad de México escribió al rey de España el 7 de agosto de 1791. Aparentemente esta epístola fue la contestación a una carta del monarca solicitando informes sobre la conducta del conde de Revillagigedo (AGI, Estado 41, núm. 7):

Carta muy reservada del arzobispo de México al Conde de Floridablanca, remitiéndole oficio con informe a S.M. sobre la conducta moral y política del Virrey [Conde de Revillagigedo] en cumplimiento de la real orden del 7 de agosto de 1791

Aseguro a V.E. que esta Real orden me sorprendió, y que solo mi fidelidad, y mi obediencia a S.M. me han obligado a cumplir lo que se me manda; y mi conciencia a decir la verdad, [...] Aunque va dulcificado, y minorado el informe parece duro, pues tales son las cosas que pasan, y el discurso de las gentes. Muchas veces he oído a gente juiciosa que tiene raptos de loco.

Yo no sé cómo no lo conocieron en Madrid antes de darle el virreinato, pues salta a la vista que es afeminado en su compostura, en la cual gasta casi toda la mañana, soberbio, ligero y [sic] inconstante. [...]

El virrey tiene quien le escriba cuanto pasa en Madrid, y en Palacio; como tiene en México espías por todas partes. Esto es efecto de su genio perspicaz, y sospechoso. [...]

La carta del arzobispo no puede ser más dura. El conde de Revillagigedo debió ser un personaje muy particular. Sin embargo, también fue un gran virrey, los logros materiales de su mandato fueron muchos y muy exitosa la forma en que recompuso el virreinato de la Nueva España.

El naturalista criollo, José Antonio de Alzate y Ramírez no se quedó atrás. Sus pleitos y confrontaciones con sus contemporáneos fueron famosos en todo el virreinato y, en muchos casos públicos. Tal fue el caso del debate entre Alzate y el reconocido naturalista e ingeniero novohispano, Joaquín Velásquez de León, por un problema sobre el malacate. Al respecto Velásquez de León dijo en una carta: "tiene la sangre muy caliente y por eso ha extrañado que yo no replicase luego luego".¹³

Regresemos al tema que nos ocupa. Antes de que se realizara el censo de 1790, Alzate escribió algunos trabajos sobre la manera de calcular una población. En 1788, en el primer volumen de la *Gaceta de Literatura de México*, Alzate publicó un artículo titulado: "Cálculo sobre la población de Méjico". En él afirmó que a partir de 1777 comenzaron a editarse las listas de sacerdotes que fallecieron en la ciudad de México, así como en las Guías de Forasteros las listas generales

¹³ Citado por Saladito García, p. 46.

de mortalidad. Comparando ambos inventarios llegó a inferir que el número de sacerdotes muertos correspondía a la centésima parte de muertes totales. Para demostrar su afirmación hizo un pequeño cuadro comparativo de los años más significativos:

Años	Sacerdotes muertos	Lista general
1777	55	4585
1778	45	4446
1781	31	3894
1784	103	10463
1785	57	4971
1786	103	9112

Según Alzate, los datos de mortalidad de los clérigos eran totalmente confiables y, si la correspondencia entre la mortalidad de sacerdotes y el total en la ciudad de México era de 1 a 100, parecía fácil sacar resultados con alguna aproximación. No obstante, afirmó que este tipo de cálculos ofrecía muchos problemas. Sin embargo, su interés por conocer el número de habitantes, lo llevó a hacer afirmaciones más temerarias y decidió comparar los datos de la ciudad de México con los de Madrid. Hizo una serie de cálculos entre nacimientos y muertes, que lo llevaron a afirmar que, si la ciudad de Madrid contaba con 156 672 habitantes, la de México debería aproximarse a 210 215 vecinos.

En enero de 1791 se publicó un pequeño cuadro: "Estado General de la Población de México Capital de esta Nueva España", los datos correspondían al censo de la ciudad. En ellos se asignó la cantidad de 115 317 almas como total de los habitantes de la capital. Cuando Alzate vio estos resultados montó en cólera y escribió la primera de una serie de cartas al virrey Revillagigedo. La epístola comienza con una frase que permite imaginar la indignación del cura: Trémulo tomo la pluma para informar a vuestra excelencia lo que siento [...] el estado hecho a cerca de la población de México, impreso en estos días, es de las producciones más infundadas, que han salido de la prensa.¹⁴

Los cálculos de Alzate para rebatir el censo se basaron en tres tipos de inferencias con datos diversos:

¹⁴ Todas las citas sobre la correspondencia entre Alzate y el virrey están tomadas de AGNM, ramo Historia, vol. 74, exp. 1.

1. Comparó los planos de Madrid y México y concluyó que la segunda ciudad ocupaba una extensión en varas casi del doble que la primera, por lo que la población debería ser más abundante.
2. Siguiendo a “los más célebres calculadores políticos de la Europa, como son el Conde de Buffón, el Barón de Bielfeld”, afirmó que era imposible contar una ciudad populosa, por lo que era más verosímil calcularla, lo que, según los autores antes mencionados, “se reduce a multiplicar el número de nacidos por 35, y el número de muertos por 31”. Realizó estas operaciones de acuerdo a los datos con que contaba y obtuvo los siguientes resultados: la ciudad de Madrid tenía 158 480 vecinos y la de México 209 930 almas.
3. Su tercera demostración se basó en los consumos alimenticios de ambas ciudades. Sus datos le dieron casi el doble de consumo en la ciudad de México que en Madrid. A lo que el virrey contestó que los habitantes de estos reinos eran mucho más golosos que los de España.

Para Alzate estas inferencias con tres tipos de datos diferentes fueron la prueba irrefutable de que la ciudad de México contaba con más de 200 mil habitantes y que, por consiguiente, estaba más poblada que Madrid, Barcelona o Sevilla. La discusión se prolongó por casi dos años. El análisis de la correspondencia nos permite ver, por una parte la disputa de corte político que encerraron los datos estadísticos y, lo que resulta más interesante, la forma de calcular la población de acuerdo a datos indirectos.

1. La extensión de las ciudades como una forma de inferir el número de habitantes

Alzate se sacó la espinita que el virrey le clavó al decirle que por no haber salido de Nueva España no conocía la extensión de otras ciudades y su grandeza. “Me insinúa V.E. que vivo muy engañado en suponer a México mayor en extensión que Madrid. Yo ciertamente jamás he salido de la América”, sin embargo afirmó que tenía en su poder el plano de Madrid que hizo “el erudito Don Tomás de López, y presentado al soberano por mano del excelentísimo señor Conde de Florida Blanca”. Así mismo apuntó tener varios planos de la ciudad de México que hicieron otros tantos eruditos de estos reinos, “y cotejando uno con otro con el compás en la mano para medir exactamente las escalas respectivas, he notado que México ocupa una extensión de terreno considerablemente mayor que Madrid”. Dentro de las mediciones, aparentemente muy exactas, que hizo Alzate sus resultados lo llevaron a afirmar que la ciudad de Madrid, del sudeste al noroeste que era la parte más larga de aquella urbe, contaba con 2500 varas menos que la de México en una medición de norte a sur. Además, consideró que en estos tramos la población estaba muy concentrada. En sus consideraciones de extensión, Alzate afirmó:

En Madrid por una línea que la atraviesa casi de norte a sur desde la puerta de San Bernardino al Paseo de las Delicias, el mapa representa 3600 varas. La distancia de la Puerta de Segovia a la Puerta de Alcalá es de 3000 varas. De la Puerta de Alcalá al Jardín Botánico hay 2500, de los Pozos de la Nieve a la Puerta de Embajadores Nueva, hay 3300 varas. Veamos ahora lo que México se extiende. En primer lugar de oriente a poniente: esto es, desde la garita de San Cosme a la de San Lázaro, hay 5000 varas: desde nordeste a sureste 5200 varas, y para no ser prolijo del noroeste al suroeste, hay 4600 varas.

Nuestro autor afirmó que era probable que existieran personas que pudieran suponer que el mapa de Madrid estaba muy bien hecho y no así el de México. Sin embargo, dijo que esto sólo podían pensarlo “quienes no saben cuantos eruditos participaron y el particular empeño y cuidado con el que se trabajó en el mapa de esta ciudad, con la única intención de averiguar la verdad”. Para argumentar sobre la veracidad de los planos de Madrid y de México apeló a los juicios de autoridad apuntando la importancia de las personas que intervinieron en este trabajo. También recurrió a su propia experiencia, dado que Alzate levantó un plano para la distribución de los territorios parroquiales.

Nuestro autor indicó que, al argumentar sobre la mayor extensión de territorio y de población de la ciudad de México, no quiso decir que por esta razón ésta fuera más importante, “sé muy bien que ni la extensión de terreno, ni la excesiva población de una corte, deciden de su mérito”. Siguió su argumentación indicando que Moscú o bien la corte del Gran Mongol son mucho más grande en población y extensión que las ciudades europeas y, sin embargo, no pueden compararse con éstas. Madrid es la capital del reino y “corte de nuestro soberano”, sea cual fuere el número de sus habitantes; no obstante este hecho no justificaba que se ocultaran los hechos, ni que “se haga traición a la verdad”.

2. Los cálculos universales basados en las listas de nacimientos y mortalidad

Para Alzate uno de los problemas fue que los habitantes del reino tenían miedo de contestar el censo. Aparentemente, el padrón que desarrolló Juan de Villalba en 1765 causó recelo entre los habitantes de la ciudad. Cuando se comenzó el nuevo censo, se pensó que los resultados serían el reclutamiento de personas para poblar las Californias, o bien someter a los hombres a la milicia. Sin embargo, el temor a los censos no fue privativo de la Nueva España, nuestro autor anotó que en todos los países es “sumamente difícil formar un estado o padrón exacto de sus habitantes”. Como ejemplo tomó lo expresado por el Barón de Bielfeld para quien un conteo exacto de población es imposible debido a la movilidad de la misma y la forma constante en que nacen y mueren los habitantes de una ciudad; siguiendo al mismo autor indicó:

Pero la política no necesita en este asunto de una exactitud semejante. Puede contenerse muy bien con una teórica verisimil [sic] sobre todos estos objetos, con

tal que esta teórica se arrime a la verdad cuanto sea posible; y a este fin se dirigen todos los expuestos de los calculadores políticos, que debiera sostenerlos el mismo gobierno en los países bien civilizados.

El hombre de estado se contenta con saber a poca diferencia por los extractos mortuorios, y las enumeraciones que más puedan arrimarse a la verdad, cuál es el número verisimil [sic] de habitantes que contiene el estado o gobierno a quien sirve.

Es preciso repetirlo en este lugar; las listas de los niños bautizados, las de los matrimonios, y muertos forman la base de toda esta aritmética.¹⁵

Es obvio que ya podemos encontrar la influencia de Jonh Graunt y sus observaciones sobre la mortalidad en Londres. Alzate citó a Buffón y apuntó la importancia de “los calculadores ingleses, franceses, holandeses, italianos que han trabajado en este asunto”.¹⁶

Sin embargo, los datos de mortalidad de Madrid no fueron fáciles de obtener, todos los documentos con los que Alzate contó fueron las guías de forasteros de aquella ciudad, en las que:

se da una noticia puntual y completa de los nacidos en aquella Capital, y habiendo hecho la suma de ocho años consecutivos para ver los que corresponden a cada año (porque en un año solo podía muy bien variar el número por algunas circunstancias extrañas) he conocido que en cada año nacen 4 520, que multiplicados por 35 dan el producto de 158 480 igual con corta diferencia al de 156 672, que expresa el padrón. Habiendo sumado igualmente el número de nacidos en México en otros ocho años veo le corresponden en cada año 5 998, que multiplicados por 35 dan el producto de 209 930. De donde se infiere que en México hay 51 450 habitantes más que en Madrid.

Aunque, como se verá más adelante, Alzate completó sus cálculos no solo con los datos de natalidad, sino con las listas de mortalidad de la ciudad de México, es claro que sus inferencias no pueden ser muy válidas. Sin embargo no lo fueron, en general, las que se hicieron en aquella época. No obstante la validez de la argumentación está en plantear el problema de calcular a la población a través de datos indirectos, en vez de contarla cabeza por cabeza.

Los cálculos de mortalidad se complicaron mucho más. Por una parte no contó con las listas de mortalidad de Madrid, por otro lado, aunque sí tuvo las listas de mortalidad de la ciudad de México, se enfrentó a la crítica de sus contemporáneos. Estos afirmaron que el número de muertes en el Nuevo Mundo

¹⁵ La cita que hizo Alzate de Bielfeld, que es mucho más larga que la que hemos apuntado, la sacó, según él apuntó, de las *Instituciones Políticas*, pp. 196-200. En las cartas al virrey, Alzate no nos da la cita exacta, pero sí indicó que esta obra se tradujo al castellano y se dedicó al Sr. Conde de Aranda. Esta afirmación provocó la ira del virrey que se dejó ver en las siguientes misivas.

¹⁶ La lectura cuidadosa de esta correspondencia no deja de sorprenderme, al darme cuenta de que Alzate estaba muy bien enterado de los escritos y discusiones europeas sobre los cálculos poblacionales. Es muy probable que sus fuentes directas no fueran Graunt, Pascal, Leibniz, Fermat o Huygens, pero creo que conoció los trabajos de todos estos autores a través de algunos otros más modernos (del siglo XVIII y no del XVII) que retomaron los planteamientos y los profundizaron.

era mucho mayor que en Europa, por lo que no era válido seguir los universales planteados por Buffón de multiplicar los muertos por 31. Para poder demostrar que la relación era igual en México que en Europa recurrió a los casos de mortalidad en colegios de la ciudad de México, en la Parroquia de Santo Tomás que fue de indios que habitaban el sur de la ciudad y de la Real Fábrica de Cigarros. Cada caso lo tomó por separado y sus cálculos apuntaron a que de treinta individuos, sólo uno moría. En otras palabras la proporción de Buffón se cumplía con la misma exactitud en el viejo mundo que en el nuevo.

En su reflexión, para el caso de la fábrica de cigarros, afirmó lo siguiente:

Ahora bien si entre estos indios que llevo referidos, que seguramente es la gente más infeliz, así por su modo de vivir, como por su habitación, y otras varias circunstancias, que V.E. no ignora, es tan corto el número de los muertos: si los que se hayan empleados en la Fábrica de Tabaco, y se ven precisados a respirar un aire cargado de exhalaciones tan perniciosas a la salud, como las que exhala el tabaco, mueren en una proporción tan corta, como la insinuada ¿qué diremos de los que viven en el centro de la ciudad, se alimentan de viandas más inocentes, y se hallan ocupados en agencias incomparablemente menos peligrosas?

Sin embargo Alzate no se quedó con esta sola reflexión. Apuntó la importancia de la mortalidad infantil, y el que la aritmética política del mundo afirmaba que muchos de los nacidos no llegaban al año de vida. En el caso de la Nueva España, algunos autores podían suponer que la mortalidad de niños era mayor que la de Europa.

¿Qué importa, dicen algunos, que sea mayor el número de los nacidos, si la mayor parte de estos perece regularmente en el primer año de su nacimiento? Mas para desvanecer esta cavilación basta decir, que he registrado los libros relativos a los expósitos, que entraron y murieron en estos dos últimos años, y vi con admiración que habiendo entrado de todas castas 212, solamente murieron 79, esto es, casi la tercia [sic] parte de los que entraron, cuando en Europa mueren ordinariamente la mitad.

De aquí deduzco una reflexión que naturalmente se presenta aún al menos advertido. Se sabe que a la cuna solo se conducen aquellos niños que por lo regular han sido el fruto de la disolución de sus madres. Estas para ocultar su preñez naturalmente procuran ceñirse mucho y aun toman varias bebidas para abortar, y cuando no consiguen de este modo su intento, el feto, que aún se halla demasiado tierno y débil, no puede menos que sentir una novedad, y alteración considerable. Llega el tiempo del parto y si esta infeliz criatura fue concebida en temor, nace igualmente entre el susto la turbación y el espanto [...]

Para Alzate, la argumentación de que incluso los niños expósitos tienen más posibilidades de sobrevivir en México que en Europa fue una prueba irrefutable de

que, por lo menos, podía calcularse el crecimiento de la población con los mismos índices que en Europa y utilizando los escritos de Buffón.¹⁷

Dentro de esta argumentación retomó la mortalidad entre los religiosos y religiosas. La importancia de este rubro radicó en que le sirvió como “grupo de control”, en términos actuales. Los religiosos de la ciudad de México resultaban fáciles de contar. Se sabía cuántos había en cada convento, parroquia o iglesia. También se sabía cuando morían o si eran transferidos a algún otro lugar. Además, según afirma nuestro autor, se publicaron listas anuales de los sacerdotes o religiosos y religiosas que morían. Como apuntamos anteriormente, Alzate calculó que las defunciones de los religiosos de la ciudad de México, comparada con el resto de la población, fue de 1 a 100; lo que según él le permitió calcular la mortalidad general.

3. Los consumos alimenticios como una manera de calcular la población

En este sentido, lo primero que hizo Alzate fue una lista de varias especies de alimentos específicos de México. En ella apuntó ocho tipos diferentes de carne, veintinueve variedades de vegetales, veinticinco tipos de frutas y dos bebidas. Una vez hecha la lista, averiguó la cantidad que se vendía de cada uno de estos productos. También hizo la aclaración de que había muchos alimentos que se vendían “ocultamente”, por lo que consideró que sus cálculos eran en realidad más bien conservadores.

Por lo que se acaba de decir se infiere con evidencia que el consumo de México aun limitándose únicamente a las partidas insinuadas no baja de 109,085,000 libras. Ahora si se quiere saber lo que corresponde a cada individuo diariamente, suponiendo la población de 200 000 habitantes, fórmese el cálculo y se verá que no baja de una libra y siete onzas sin excepción de niños, enfermos, que es una cantidad excesiva [...] Pero no es esto todo. Nos falta aun que calcular el chocolate, y las semillas, que se gastan diariamente [...] las gallinas, huevos, queso, leche [...] no dudo afirmar o que es preciso que en México cada individuo consuma diariamente casi tres libras sin excepción de niños y enfermos, o es menester convenir que la población de México asciende a más de 200 000 individuos.

Alzate afirmó que ante la contundencia de sus argumentos ha habido algunos individuos que suponen “que en el reino son menos substanciosos los alimentos”, por lo que se debe de comer más que en Madrid. Sin embargo afirma que no existen bases para “proferir una proposición tan extraña”.

Nuestro autor comparó sus listas de alimentos con algunas que le llegaron de Madrid. En este ejercicio resultó que el número de carneros que se introducían

¹⁷ Alzate, José Antonio, Gaceta de Literatura de México, Puebla, México: Reimpresión en las oficinas del Hospital de San Pedro a cargo del ciudadano Manuel Buen Abad, 1831. En septiembre de 1791, Alzate publicó un artículo sobre el cálculo de la población de todo el mundo. Es una traducción del portugués; en él se habla de las tendencias universales en el crecimiento de la población, la alta mortalidad infantil y la esperanza matemática de la vida. Supongo que Alzate lo publicó como información y sustento a su refutación al censo.

en aquella “villa para su abasto apenas llegaba a 200 000 ... cuando en México ha habido año en que se hayan [sic] matado 450 000... esto es 250 000 carneros más que en Madrid”. Sin embargo, Alzate reconoce que no tiene los suficientes datos como para poder comparar, con más exactitud, los consumos de ambas ciudades.

Algunas consideraciones finales

En esta larga discusión entre un virrey y un filósofo natural podemos encontrar varios aspectos tanto de orden social, como de conocimientos. Como hemos podido ver, las estadísticas, los censos y los conteos de población fueron un lugar de interacción entre el conocimiento y el poder político.

El conflicto nos ha permitido vislumbrar los desacuerdos acerca de la realidad de la población de la ciudad de México a fines del siglo XVIII, además de que la controversia incluyó comparaciones interesantes como la visualización de la ciudad de Madrid y sus habitantes.

La polémica implicó tanto aspectos de conocimiento científico, como contextos políticos que se entretajeron alrededor de dos personajes muy singulares, pero con gran peso en la red de significados culturales y políticos de la época. Uno de ellos fue un virrey particularmente importante en la Nueva España, el otro un naturalista que publicó muchos trabajos de diferentes temáticas en la ciudad de México. Además de que discutió con casi todos los personajes de su época.

El problema y la disputa sobre el censo se llevó dos años de epístolas y varias publicaciones de diferentes tipos. ¿Quién tuvo la razón? nunca lo vamos a saber. Lo importante es apuntar que en los espacios coloniales existieron “sabios” que, sin lugar a dudas, estaban informados de los progresos y publicaciones sobre el cálculo estadístico, la esperanza matemática y la ya casi bizantina discusión sobre qué es más exacto cuando se trata de conocer a una población: sumar o calcular. Discusión que, como bien sabemos, tiene gran actualidad hoy en día, cuando algunos países proponen cambiar los costosos censos de población, por cálculos basados en modelaciones matemáticas.

Archivos consultados

AGNM: Archivo General de la Nación, México.

AGI: Archivo General de Indias, Sevilla.

Bibliografía primaria

Alzate, José Antonio de. *Memorias y ensayos*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1985.

Buffón, conde de. *Historia natural general y particular*. Tomo I, Madrid: En la Imprenta de la viuda de Ibarra, 1791.

_____. *Historia natural general y particular*. Tomo VI, Madrid: por la Viuda de Don Joaquín Ibarra, 1797

Censo Español. *Censo español executado de orden del Rey comunicada por el excelentísimo conde de Floridablanca, primer secretario de Estado y del Despacho, en el año de 1787*. Madrid: Imprenta Real, 1787.

Censo de la Nueva España Reimpresión en disco compacto. Aguascalientes: El Colegio de México e INEGI, 2002.

Gacetas de México. Reimpresión de la edición facsimilar de México. Tres volúmenes. México: Condumex, 1986.

Gacetas de Literatura de México. Reimpresión en disco compacto. Puebla: Sociedad Mexicana de Historia de la Ciencia y la Tecnología, 1999.

Bibliografía secundaria

Aceves Pastrana, Patricia (editora). *Periodismo científico en el siglo XVIII: José Antonio Alzate y Ramírez*. México: Universidad Autónoma Metropolitana-Xochimilco, 2001.

Aureliano, Ramón, Ana Buriano y Susana López (coordinadores). *Índice de las Gacetas de Literatura de México de José Antonio de Alzate y Ramírez*. México: Instituto José María Luis Mora, 1996.

Blanning, T.C.W. (edición). *El siglo XVIII. Historia de Europa Oxford*. Barcelona: Crítica, 2002.

Burke, Peter. *Historia social del conocimiento. De Gutenberg a Diderot*. Barcelona: Paidós, 2002

Cameron, Euan. *El siglo XVI. Historia de Europa Oxford*. Barcelona: Crítica, 2006.

_____. "Las turbulencias de la fe" en *Historia de Europa Oxford*. Barcelona: Crítica, 2006

Carmagnani, Marcello. *El otro Occidente. América Latina desde la invasión europea hasta la globalización*. México: Fondo de Cultura Económica y El Colegio de México, 2004.

Castro Aranda, Hugo Roberto. *México en 1790. (El censo condenado)*. México: Castro Aranda, 1988.

Covarrubias, José Enrique. *En busca del hombre útil. Un estudio comparativo del utilitarismo neomercantilista en México y Europa, 1748-1833*. México: UNAM, 2005.

Desrosières, Alain. *La política de los grandes números*. Barcelona: Melusina, 2004.

Guerra, Francisco-Xavier y Annick Lempérière et al.. *Los espacios públicos en Iberoamérica. Ambigüedades y problemas. Siglos XVIII-XIX*. México: Fondo de Cultura Económica, 1998.

Gonzalbo Aizpuru, Pilar. *Familia y orden colonial*. México: El Colegio de México, 1998.

Hacking, Ian. *La domesticación del azar. La erosión del determinismo y el nacimiento de las ciencias del caos*. Barcelona: Gedisa, 1991.

_____. *El surgimiento de la probabilidad. Un estudio filosófico de las ideas tempranas acerca de la probabilidad, la inducción y la inferencia estadística*. Barcelona: Gedisa, 1995.

Herr, Richard. *España y la revolución del siglo XVIII*. Madrid: Editorial Aguilar, 1979

Katzew, Ilona. *La pintura de castas*. Singapur: Turner Publicaciones S.L, 2004

Lombardo de Ruiz, Sonia. (Coordinadora). *El quehacer de censar. Cuatro historias*. México: Instituto Nacional de Antropología e Historia, 2006.

Marichal, Carlos. *La bancarrota del virreinato. Nueva España y las finanzas del Imperio español, 1780-1810*. México: Fondo de Cultura Económica y El Colegio de México, 1999.

Miño Grijalva, Manuel. *El mundo novohispano. Población, ciudades y economía, siglos XVII y XVIII*. México: Fondo de Cultura Económica y El Colegio de México, 2001.

_____. *La población de la ciudad de México en 1790. Estructura social, alimentación y vivienda*. Aguascalientes: El Colegio de México e INEGI, 2002.

Moreno de los Arcos, Roberto. *Antología. Ciencia y conciencia en el siglo XVIII mexicano*. México: Lecturas Universitarias 35. Universidad Nacional Autónoma de México, 1994.

Pescador, Juan Javier. *De bautizados a fieles difuntos*. México: El Colegio de México, 1992.

Pietschmann, Horst. *Las reformas borbónicas y el sistema de intendencias en Nueva España. Un estudio político administrativo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

Romano, Ruggiero. *Mecanismo y elementos del sistema económico colonial americano. Siglos XVI-XVIII*. México: Fondo de Cultura Económica, 2004

Saladito García, Alberto. "José Antonio Alzate y Ramírez: figura de la cultura novohispana del siglo XVIII" en Patricia Aceves Pastrana, *Periodismo científico en el siglo XVIII: José Antonio Alzate y Ramírez*. México: Universidad Autónoma Metropolitana-Xochimilco, 2001.

Shapin, Steven y Simón Schaffer. *El Leviatán y la bomba de vacío. Hobbes, Boyle y la vida experimental*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2005.



13

La vida y su valor a discusión: juicios médicos y cálculos de probabilidades entre médicos mexicanos del siglo XIX.


Laura Cházaro

Resumen:

¿Cómo fue que nació la idea moderna de pagar por los riesgos de la vida? Situándome entre los médicos mexicanos exploro las distintas nociones de probabilidad, riesgo y vida que estuvieron en discusión entre fines del siglo XIX y principios del XX. Los médicos de esa época aceptaban que su práctica implicaba probabilidades, juicios que aunque expertos podían ser erróneos. Buscando robustecer esas debilidades del conocimiento médico, los médicos higienistas optaron por sistematizar estadísticas médicas, pero sin cultivar el cálculo de probabilidades, generalmente identificado a las apuestas y a los juegos de azar. Pronto los médicos se integraron a las Compañías de seguros, abriéndose a las tablas de mortalidad y cálculos de probabilidad. En el artículo exploro cómo convivieron las probabilidades con las premisas de la clínica y la higiene donde conciliaron dos nociones de vida y riesgo: lo susceptible a contingencias y riesgos que no pueden calcularse y otra noción de vida con valor de intercambio cuyo monto puede calcularse de manera justa, acto de previsión y control. Cuando los médicos se integraron al mundo de los seguros no abandonaron sus juicios clínicos probables, hicieron de los principios del cálculo de probabilidades un acto preciso, identificado a una moral de prevención, ahorro y cuidado de la familia.

Introducción

¿Cómo fue que la vida se convirtió en materia de aseguramiento, por lo tanto objeto de medición estadística y probable, sujeto de inversión, traspaso y venta? Actualmente vivimos asumiendo que la vida es un constante correr riesgos



y se considera un rasgo de responsabilidad ciudadana y modernidad adquirir medios para asegurarse a sí mismo y por extensión a los demás. La historiografía contemporánea de las estadísticas y la contaduría, destaca la invención de la tabla de la mortalidad, como un modelo para medir y controlar riesgos desarrollando cálculos de probabilidades. De modo que parece que la modernización de la vida pública (i.e. racionalización y estandarización) se puede asociar al desarrollo de las probabilidades y los cálculos. (PORTER, 1994, 1995, 2000; DASTON, 1995; POWER, 1994; DESROSIÈRES, 2004 y KNIGHTS, & VURDUBAKIS, 1993). Puesto así, se relaciona la vida pública regulada por estándares impersonales, sin sospecha de sesgos, con el surgimiento de prácticas de cuantificación y medición. Se supondría que los cálculos permitirían manejar contingencias de manera justa y equitativa, aún cuando la vida esté llena de riesgos. La institución ejemplar de esta tendencia serían las compañías de seguros de vida y, en general, las prácticas de aseguramiento de la vida y de los bienes.

Situados a fines del siglo XIX y desde las experiencias de médicos mexicanos, las conclusiones historiográficas requieren ser repensadas; al menos la asociación entre tomar riesgos, generar medios para cuantificar distintas expresiones de la vida (como la mortalidad) y una vida pública regulada equitativamente u objetivamente. Como una primera introducción, en este trabajo discuto las nociones de vida y cálculo de probabilidades entre los médicos de la Academia Nacional de Medicina (ANM), clínicos e higienistas activos entre 1870 y 1910 en el contexto del surgimiento de las prácticas de aseguramiento de la vida y las primeras compañías de seguros que se asentaron en México en esa época, como *La mexicana* y *La Fraternal*. El punto que me interesa mostrar es que los médicos que promovieron la cuantificación de la medicina, críticos de una investigación médica basada en juicios clínicos expertos no necesariamente desarrollaron nociones de probabilidades y riesgos basadas en el cálculo de probabilidades.

Los higienistas de la ANM, miembros también del Consejo Superior de Salubridad, institución del gobierno, fueron activos partícipes de la labor de cuantificación de las manifestaciones patológicas de la sociedad de la época: se ocuparon de recopilar datos sobre la mortalidad y sobrevivencia en México. Sus estudios sobre el tema, dejan ver cuánto ese grupo de la élite política de la época estaba convencido de que la modernización de la nación requería intervenir, en este caso, sanar el cuerpo de la población con su ciencia, pero también su moral, como un sujeto político lejos de la modernidad. En esa visión la esfera pública y moral no está constituida de intercambios justos y equitativos; para intervenir los riesgos –médicos y morales– el cálculo de probabilidades, para esos médicos, no era suficiente, la seguridad de la vida parecía estar fincada en términos de la sanidad racial y política, en la piedad y moralidad.

Una de las consecuencias de lo anterior, como veremos abajo, fue que los médicos partidarios de la cuantificación del diagnóstico y del establecimiento

de pronósticos médicos basados en cálculos practicaron una estadística basada en promedios, muy pocos se valieron de las herramientas de cálculo de las probabilidades, usadas por las Sociedades de seguros de ese tiempo. Para ellos los promedios estadísticos eran suficientes porque los riesgos sobre la vida eran entendidos en términos de la pobreza, la antihigiene y la inmoralidad de unos, que exigía ser intervenida médicamente para beneficios de otros. Para medir esos riesgos, los médicos, que a principios del siglo XX colaboraron con las sociedades de seguros, desarrollaron una aritmética suficiente para calcular cuánto los sujetos cumplían con sus obligaciones médicas y morales para prevenir riesgos y cuidar a su familia.

Visto así, vale la pena preguntarse qué noción de probabilidades y riesgos se consolidó entre esos médicos y cómo las compañías penetraron ese mundo, al menos desde los médicos, donde los juicios y las prácticas no parecía propicio para juicios impersonales y una objetividad mecánica de cálculos probables?

En la práctica, los médicos consideraban objetivos y ciertos las estadísticas y los cálculos aritméticos sobre enfermos y enfermedades; en tanto numéricos, estaban libres de dudas o sospechas. Confiaban en ellos para robustecer sus juicios clínicos y aspiraban a traducirlos en índices objetivos. Pero, para esos mismo médicos, lejos de las conclusiones historiográficas actuales, los cálculos de probabilidades aparecen como un ámbito de controversia y de sospecha. En términos de conocimiento, lo probable implicaba lo erróneo y si se aplicaba a la vida equivalía a equipararla con un juego de dados y el azar. Para los médicos, las probabilidades y sus cálculos eran el punto que los diferenciaba de los actuarios, ajenos a la fisiología de los asegurados.

En la práctica, sin embargo, la participación de los médicos examinadores de las compañías de seguros fue central: los médicos identificaban las posibles trampas de los candidatos a los seguros y convencían a otros de asegurarse. Frente a los candidatos a asegurarse, actuaban con recelo; se cuidaban del engaño -voluntario o no- de sus propios diagnósticos clínicos y desconfiaban de los cálculos que hacían de la "vida" la capacidad de sobrevivencia a las enfermedades, contingencias o riesgos. Visto así, se abre la pregunta, por qué los médicos, al mismo tiempo que desconfiaban de las probabilidades y sus cálculos, jugaron un papel relevante en el trabajo de convencer a los clientes a invertir para prevenir los riesgos que corren en la vida.

Me pregunto así cómo fue posible que hayan convivido el cálculo de las probabilidades con las premisas de la higiene y su concepción sobre los sujetos (cuerpos que requieren ser moralmente contenidos y controlados); es decir, cómo se conciliaron el cálculo de probabilidades identificado al azar y al juego y la intervención médica, una práctica que buscó convertir a los trabajadores al hábito de la prevención, el ahorro y la católica responsabilidad de responder por la familia.

Un debate entre clínicos: el juicio experto versus la cuantificación

Desde su fundación en 1864, la ANM reunió a los médicos más destacados e influyentes de México; ligados a élite gobernante fueron los que más influyeron para que la burocracia levantara y sistematizara estadísticas de enfermedades, muertos y curados, especialmente en tiempos de epidemias. La Gaceta Médica de México, publicada por la Academia, dio a conocer infinidad de estadísticas hospitalarias y de la ciudad, mostrando el interés y, en la práctica, la gran participación de esos médicos en la organización pública de lo médico y la vida.

Fueron estos mismos médicos quienes más se interesaron en discutir la naturaleza de las cuantificaciones y del conocimiento probable. Los ensayos de los médicos de la Sección de Higiene y Estadísticas Médicas de la ANM, muestran que co-existieron varias formas entender qué son las "probabilidades". He identificado al menos tres: 1) Los clínicos entendieron lo probable como una característica de los juicios y, en general, del conocimiento médico. Éste último formulado en términos de causas suficientes, no necesarias; asumiendo que los fenómenos patológicos suponen contingencias y singularidades (CHAZARO, 2000). 2) También lo probable implicaba al conocimiento derivado de las estadísticas y 3) era un cálculo para medir la vida y edad probable de las poblaciones, abstracciones matemáticas usadas por las compañías de seguros de vida.

Efectivamente, la clínica supone un procedimiento dependiente del exhaustivo registro de las observaciones de síntomas y signos presentados por cada enfermo y ahí encontrar la cura. A la hora de la auscultación y palpación de los pacientes, lo que se ponían en juego eran sus entrenados sentidos (vista, tacto y olfato), esperaban leer los verdaderos signos de la enfermedad. Ese procedimiento, como decía el clínico mexicano Miguel F. Jiménez, equivalía a trabajar con "posibilidades" pues lo observado "no nos autoriza" más que a juicios "con reserva y siempre en forma de duda" (JIMÉNEZ, citado en MARTÍNEZ, 1989, p. 109). Otro médico, Adrián Segura, miembro de la ANM y partidario de la experimentación médica decía que la observación clínica nos deja "en el terreno de las conjeturas; nunca en el de la certidumbre" pues "pocas veces se [tendrá] la convicción de que una cosa es causa de otra" (SEGURA, 1871, p. 238). Estas ideas no fueron ajenas ni cómodas para otros clínicos contemporáneos. Lo que Segura afirmaba era que los "juicios probables" o, puesto en otros términos que la "probabilidad [...] puede ser desmentida" (SEGURA, 1871: 241), es decir, que lo "probable" implicaba la posibilidad del error.

Otro colega y contemporáneo de Segura, el Dr. Ignacio Alvarado (1829-1904), fisiólogo y defensor del método numérico propuesto por el médico francés del Hospital de la *Charité* de París, Pierre Alexandre Charles Louis (1787-1872), afirmó que fácilmente la clínica se tambaleaba entre el empirismo y el dogmatismo, pues el médico se guiaba de meras conjeturas. Solo cuantificando las observaciones médicas se le daría la espalda a la medicina basada en juicios

probables (ALVARADO, 1872: 415). Estaba convencido con Louis de que “Hay tanta diferencia entre el que cuenta a fin de analizar severamente y el que no cuenta, diciendo *más o menos, raro o frecuente*, como del día a la noche, de la verdad al error” (LOUIS, 1839: 483). Según esa postura, sólo quien analiza numéricamente encuentra las leyes de la naturaleza; en cambio, las probabilidades de los juicios médicos acarreaban errores e incerteza.

Estas posiciones generaron, al menos entre los miembros de la ANM, un abierto debate entre los partidarios de las investigaciones médicas basadas en juicios clínicos (de observación de síntomas, paciente por paciente) y los abogados de la investigación basada en la cuantificación de los fenómenos médicos. Los que hacían de su profesión un arte de observación e interpretación aproximativa (juicios), la clínica podía actuar determinando causas suficientes o probables de las enfermedades. En cambio, los médicos partidarios del método numérico abogaban por cuantificar las observaciones y los signos tenidos por evidencias de enfermedades, epidemias y muertes. Estos últimos esperaban establecer conexiones causales seguras y, en lugar de los juicios expertos y probables, valerse de medidas, frecuencias y promedios de la mortalidad con respecto al clima, las edades, las estaciones del año, etc.

Los médicos partidarios de las estadísticas y cuantificaciones propiciaron la recolección de frecuencias sobre enfermedades, muertes, ingresos y egresos de los hospitales y, en general, de datos de salubridad pública en la Ciudad de México. Y no hay que dejar de notar que esa fiebre por cuantificar contó con el apoyo de los gobiernos de la época. Con todo, sin embargo, la crítica de los médicos estadísticos al método clínico tuvo un éxito relativo; pronto se les reveló la complejidad de lo *probable*. Efectivamente, no solo la gran mayoría de clínicos se negaron a adoptar el método estadístico o numérico; muchos de ellos además hicieron ver a sus enemigos que las estadísticas también suponían generalizaciones probables. El propio Adrián Segura reconoció: “A nada conducen”, “unas exactitudes numéricas” (SEGURA, 1871, p. 242.). Él sabía que afirmar “el 90% de enfermos puede morir por tifo” equivalía a cualquier otra conjetura clínica pues cómo saber si el paciente “¿se encontrará entre los que sobreviven o entre los que se mueren?” El médico sólo puede responder “*probablemente* entre los muertos”. Con las estadísticas, “Siempre [...] andamos con probabilidades y lo mismo será decir *casi siempre*, que noventa sobre ciento” (SEGURA, 1871, pp. 241 y 242).

Durante casi medio siglo, los médicos se enfrentaron a propósito de las probabilidades como un problema de método y los obligó seriamente a preguntarse si existía la posibilidad de convertir a la medicina en una ciencia experimental y deductiva o, si más bien, a conformarse con un método empírico y probable. Nadie salió triunfante de tal debate e indecisión pero creció fuerte el grupo de médicos que decidió adoptar las estadísticas como el camino para superar el empirismo de la clínica y robustecer las conexiones probables. Es un hecho que la medicina de la época se llenó de mediciones de la vida y la muerte

y poco a poco entre un grupo importante de médicos se fortaleció la idea de que aún cuando los fenómenos médicos implicaban factores contingentes, tomados estadísticamente (grandes números) podían revelar regularidades (probables), y no, como lo temían algunos, meros azares ó coincidencias erróneas.

Los promedios de la vida y de la muerte y la cuantificación de la higiene

La recolección de estadísticas y la preparación de tablas de enfermedades, muertes, ingresos y egresos de los hospitales y, en general, los datos de salubridad pública en la Ciudad de México fue un aspecto central en el qué hacer de los médicos. Aunque los políticos de la época compartían el interés por censar las enfermedades, fueron los higienistas quienes recopilaron y sistematizaron los datos relativos a la salubridad del país. Echaban mano de lo que existía, generalmente cifras fragmentarias obtenidas del registro civil incompleto (la gente se resistía a registrar a los hijos y a los muertos), de las parroquias y de los hospitales, hasta 1882 no hubo en México una agencia de gobierno encargada de levantar censos.¹

Entre los médicos de la época, la noción de *vida* refería a diversos ámbitos: Implicaba un equilibrio fisiológico pero también vivir suponía prevenir y controlar los riesgos biológicos, morales y hasta políticos que la podían amenazar. En ello estaban incluidos factores como la herencia, la propensión mayor o menor, según las razas ó el sexo a ciertas enfermedades; según las costumbres e incluso las faltas a la moral.

La mayoría de los higienistas compartieron la idea de que una de las acciones para fortalecer la vida y prevenir mermas era vigilarla a través de las estadísticas; así se concentraron en vigilar la mortalidad y la natalidad de la población. Dos de los más reconocidos higienistas de entonces, el doctor José María Reyes y el doctor Gustavo Ruiz y Sandoval publicaron en la *Gaceta Médica de México* (órgano de difusión de la ANM) innumerable cantidad de tablas (naturales) de frecuencias de muertos y vivos, según las edades, las estaciones del año y los climas. Fueron ellos quienes, además, trataron de popularizar, entre otros médicos, sus *cálculos de mortalidad y de la vida media de la población*.

Éstos cálculos se obtenían con simples operaciones aritméticas; como el cálculo de la mortalidad media o promedio que resultaba de dividir el número de muertos de una población, en un periodo definido de años, (el total de la población sobre el número de años de ese mismo periodo). La cifra resultante se interpretaba como la medida de las pérdidas normales de la población, fuera por enfermedad ó por el proceso natural de envejecimiento. Si algún año sobresalía

¹ Fue en 1882 que se aprobó el proyecto de creación de la Dirección General de Estadística, oficina dependiente del gobierno y propuesta ex profeso para colmar la ausencia de datos estadísticos sobre la población. Ver: LOZANO, 1991, p. y CHÁZARO, 2000, p. 11 y ss.

de ese promedio se convertía en referencia ó medida de las muertes de origen patológico y con ello los médicos decidían su intervención.

La vida media (VM) se medía relacionando la población total viva con respecto al número de defunciones, en un periodo de años determinado, es decir de dividir el total de la población sobre el total de defunciones (RUIZ Y SANDOVAL, 1872, p. 17). Ese cálculo medía la fortaleza o debilidad de la población y, algunos lo interpretaban como el término medio de los años de vida de sus habitantes.

Una de las tareas más importantes para los higienistas era definir las leyes de mortalidad y encontrar los medios que aseguraran la *reproducción* de la población. De hecho, esos conteos de muertos y vivos y los promedios de vida y muerte se volvieron la base que legitimó las políticas de limpieza obligatoria, las cuarentenas, ó el control sobre ciertas regiones de la Ciudad declaradas insalubres, para aislar los focos de infección y denunciar formas de vida y hábitos morales que, según los médicos, debilitaban o, peor aún, “degeneraban” a la población. Los promedios se usaban así para clasificar los riesgos y generar una política de contención y control en materia de higiene pública (REYES, 1865, p. 128).

Estos promedios sobre la vida y la muerte, como se puede remarcar, se hacían sin recurrir al cálculo de probabilidades y, en general, de la matemática que los actuarios de la época usaban para calcular las tablas de mortalidad y las primas de los seguros. Esta preferencia, sin embargo, no era porque los médicos desconocieran las tablas de mortalidad de los probabilistas; más bien, se oponían a diseñar políticas de higiene pública con datos derivados de esas probabilidades de muerte y vida. Durante más de medio siglo, los médicos pusieron en el mismo terreno a las probabilidades y los juegos de la suerte y de azar. Por extensión las compañías de seguros se concebían como negocios de lucro y fraude.

Pero, la sistematización de los datos sobre la vida y la muerte fueron propicios para que los médicos ligaran sus reflexiones sobre la vida y la higiene de la población al campo del riesgo y los negocios de seguros de vida. Más aún, el crecimiento de las compañías de seguros abrió un campo de acción profesional para los médicos. Estas compañías comenzaron a contratarlos como examinadores de las solicitudes de aseguramiento. Efectivamente, en México, a mediados del siglo varias aseguradoras, entre ellas, la *Bienhechora*, *La Mutua* de Nueva York y la *Equitativa* de Londres, abrieron un departamento médico y pronto empezaron a coexistir los promedios de vida y muerte, derivados de tablas de mortalidad naturales y los cálculos de la vida y edad probable de muerte. Unos los analizaban los médicos, los otros eran materia de actuarios y de los representantes de las compañías de seguros. Sin embargo, esos ámbitos en principio separados poco a poco empezaron a conectarse; al menos en la persona del médico quien tenía que apreciar como clínico los riesgos de tomar como cliente a ciertos sujetos y calcular en términos de las ganancias sobre las vidas. Por ejemplo, el Dr. Samuel García, perito examinador de una compañía de seguros y miembro de la ANM, decía que el papel de los médicos era decidir, vía el reconocimiento clínico,

“qué vidas no ofrecen más riesgos (que) los puramente eventuales, con lo cual permite la exactitud de los cálculos actuariales, puesto que ellos se basan en las probabilidades de vida de los diversos individuos, siempre y cuando no existan en ellos taras que amengüen la existencia de una manera las más de las veces imposible de calcular” (GARCÍA, 1910, 462). Aquí la pregunta es ¿cómo pasaron de la noción de probabilidad entendida como juicio médico experto susceptible de errar a otra en donde intervenían los cálculos probables?

Entre los médicos la noción de probabilidades y de riesgo sufrió importantes mudanzas a fines del siglo XIX. Los reconocimientos clínicos formulados en términos de juicios (susceptibles de error) nunca se abandonaron, de hecho los médicos involucrados en las compañías de seguros los consideraban coadyuvantes de la precisión de los cálculos sobre las vidas. En el boletín de difusión de *La fraternal*, la Compañía de Seguros organizada por médicos del mismo nombre, proponía terminar con los prejuicios como el expresado en el dicho popular que rezaba: “*el que se asegura se muere*”. Según el redactor, el Dr. Ignacio Pombo, no solo no había argumento lógico que justificara tal creencia; había buenas razones sustentadas en la ciencia: “Las compañías de Seguros basan sus cálculos en las probabilidades de la vida, y para que sus combinaciones sean productoras de riqueza, cuidan de la conservación y aumentos de los intereses, teniendo siempre en cuenta las *mayores probabilidades de vida* porque de lo contrario fracasaría en la empresa” (POMBO, 1894, p. 1). Para entonces, los médicos integraron los cálculos de probabilidades a las mediciones de la vida, esta última entendida como una mercancía, con valor monetario, como las primas pagaderas a los suscriptores una vez cumplida la apuesta de la muerte.

De las estadísticas de mortalidad a las probabilidades de las compañías de seguros

Las primeras noticias de negociantes interesados en invertir en seguros de vidas en México datan de la década de los cincuenta del siglo XIX. La mayoría eran compañías inglesas, norteamericanas y españolas dedicadas a las rentas vitalicias, los seguros marítimos y contra incendios. Fue hasta 1870, siendo todavía presidente Benito Juárez, que se les tipificó en el Código Civil como *contratos aleatorios*, igual que los juegos de azar.² Por lo demás se les consideraban negocios del tipo financiero, cuya aprobación de apertura dependía del Ministerio de Fomento. Fue hasta que se dictó la llamada “ley del 16 de diciembre de 1892” que empezaron a ser vigiladas por el Ministerio de Hacienda; esto último porque su funcionamiento

²El Código Civil de 1870 dice: “El contrato aleatorio es un convenio recíproco, cuyos efectos, en cuanto a las ganancias y pérdidas, ya para todas las partes, ya para una ó algunas de ellas, dependen de un acontecimiento incierto” (LOZANO, 1879, p. 254).

carecían de una ley reguladora.³ La ley de 1892 las obligó a pagar impuestos, (según los montos y el número de las pólizas que tenían suscritas) y a abrir sus libros ante un *agente* del gobierno. Éste último justamente vigilaba que no evadieron impuestos y, sobre todo, que fueran “correctos” los montos ó porcentajes que esas compañías fijaban a sus clientes en el pago de las pólizas. Las compañías de seguros, entrado el siglo XX, fueron acusadas de usura.⁴ La intención del Estado era proteger a los asegurados e integrar a esas compañías a controles legales, como al resto de sociedades financieras y mercantiles establecidas en México (HABER, 1999). Después de la ley de 1892, según denunciaron diferentes periódicos nacionales⁵, un número importante de compañías extranjeras amenazaron con abandonar al país y dejarlo sin sus capitales.

Los especialistas encargados de calcular las tablas y probabilidades de vida manejadas por las compañías describían a las compañías de seguros como “apuestas” para controlar el riesgo pero respaldadas por el cálculo de probabilidades, lo que las hacía negocios seguros y justos. Insistirán en presentarse como instituciones que impedían la ruina repentina y “atienden el porvenir de la familia”. Un asegurador, asentado en México decía: “¿Puede existir otro principio más sano, más benéfico y cristiano? (...) Tenemos, o no, la obligación social, moral y religiosa para no exponer a los que dependen de uno, nuestros hijos y mujeres, y personas queridas (...) en una precaria y triste condición, en la desgracia, en la miseria?” (ACEBO, AGN, SFyOP, SEGUROS, Exp. 6, 1865, f. 4).

Al mismo tiempo que vendían, los agentes de seguros hacían economía. En la práctica de asegurar contra los riesgos se unen dos ámbitos aparentemente distantes: la contabilidad y la ciencia (KNIGHTS, & VURDUBAKIS, 1993, p.735, PORTER, 2000). Uno de esos agentes que vinieron a México a ofrecer sus servicios afirmaba que los seguros eran instituciones que se regían por una “justicia matemática”, en tanto se valían de tablas de mortalidad que resultaban de cálculos comprobados. Eso aseguraba, según varias compañías, ganancias *iguales* para todos los que, de acuerdo a sus edades, tienen las mismas probabilidades de vivir

³ Es importante señalar que en esos años desde EUA hasta Argentina se empezaban a recuperar de una de las más importantes crisis financieras del siglo XIX y en México se consolidaba un sistema financiero proteccionista, con leyes bancarias restrictivas, especialmente para beneficio y concentración del Banco Nacional de México. En este artículo estos aspectos no los trabajo. Véase, por ejemplo, HABER, 1999, p. 191-196).

⁴ El decreto de ley fue publicado en diversos diarios y muy comentado, ver, entre otros, El partido Liberal, Impuestos. A Compañías de Seguros. México, p. 3, 4 de octubre de 1892. La que dicha ley marcó y por lo que causó tanta polémica fue que: “Las compañías nacionales de Seguros constituidas o que se constituyan en la República, garantizarán el cumplimiento de sus obligaciones para con el público y para con el gobierno, por medio de la adquisición de bienes inmuebles dentro del territorio de la República o constituyendo en la Tesorería General de la Nación o en el Banco Nacional de México, un depósito (...) que cause el 5% de rédito, cuando menos. El monto de este depósito ó el calor de los inmuebles será de 10000 para toda clase de compañías, antes de comenzar sus operaciones; pero después del primer año y en los sucesivos, servirá de regla el importe de las pólizas que estén vigentes conforme a la siguientes proporciones...”

⁵ El Monitor Republicano, Instrucciones al Inspector de Compañías de Seguros. México, p. 1, jueves 2 de marzo, 1893; El tiempo. México, p. 2, 28 de enero de 1893; El Demócrata, Una ley imposible. México, p. 3, 1 de febrero de 1893; p. 3, 1 de marzo de 1893.

que de morir. Para probar que la ciencia estaba en el acto de apostar por la vida, públicamente anunciaban que para determinar el precio de cada póliza se valían de las tablas de mortalidad de los probabilistas europeos De Moivre, Deparcieux o William Farr (GONZÁLEZ, AGN, SFyOP, Seguros, exp. 2, 1854; CASTILLO, AGN, SFyOP, Seguros, Exp. 1, 1854, f.1).

Pronto ese discurso liberal y estandarizador de los corredores de seguros empezó a matizarse. Si bien enfatizaban como política de la compañía valerse del cálculo de probabilidades y con ello respaldaban un actuar justo, los agentes de seguros en México adoptaron otras estrategias, propias de los tiempos nacionalistas que se vivían en aquel país. Especialmente las compañías norteamericanas, como *La Hereditaria* y la *Mutua de Nueva York*, empezaron a insistir al público mexicano que las tablas de mortalidad europeas no correspondían a la ley de mortalidad en América. Sus “residentes”, explica la Acta Constitutiva de la *Hereditaria* en México, contribuyen “realmente con más proporción de muertos”, “debido en parte” a padecimientos de la “aclimatación”, un mal estado sanitario, las costumbres del pueblo, los vicios y la fiebre amarilla (AGN, SFyOP, Seguros, Exp. 3, 1855).

Por esos mismos años, entre 1893 y 1896 aparecieron al menos dos compañías “mexicanas”, una de ellas *la Fraternal*⁶, dirigida por tres médicos, el Dr. Ignacio Pombo y Enrique Aragón fungían como administradores y como director médico, el Dr. Eduardo Liceaga, el higienista con más poder de aquella época, fue durante mucho tiempo el médico del presidente Porfirio Díaz. Obviamente, la *contaduría* (accountability) no puede pensarse como una actividad ajena al contexto en el cual, aquellos representantes de las compañías de seguros actuaban. Primero, para actuar esos agentes tuvieron que relacionarse con los ministros y políticos del gobierno de Porfirio Díaz. El medio financiero de la época dependía con mucho de las relaciones públicas entre industriales, especialmente los extranjeros y los políticos. Ello permitía ganarse la confianza de la élite y ser reconocidos como negociantes probos y políticamente aceptables (HABER, 1999, p.193)⁷. Si bien sus cálculos de probabilidades representaban lo que ellos llamaron la *ciencia y la posibilidad de estandarización*, su propia política los hará cada vez más dependientes de arreglos tradicionales, paradójicamente, lejos de una política impersonal y objetiva, justo lo que supuestamente aportaban los cálculos de probabilidades. (PORTER, 2000; POWER, 1994, p. 364).

⁶ Formada en 1893, su primer Director General fue el conocido médico Enrique Aragón y el Presidente fue el médico Ignacio Pombo; el Director médico, el reconocido higienista Dr. Eduardo Liceaga. Esta sociedad fue la única, hasta donde conozco, que emitió un boletín mensual, impreso por el periódico conservador *El Siglo XIX*, de enero de 1894 a 1900. Las otras dos eran *la Mexicana*. Compañía anónima nacional de Seguros sobre la vida, asentada en México en 1888 y la Nacional, creada en 1893.

⁷ Haber explica cómo el comportamiento del mundo industrial en México en el siglo XIX estuvo matizado, entre otros factores, por la naturaleza politizada de la defensa de los derechos de propiedad y cumplimiento de los contratos: “Los lazos personales con los miembros de los gobiernos eran esenciales (...) En efecto era casi imposible hacer negocios sin recurrir a las maquinaciones políticas”, (HABER, 1999, p. 193).

El juicio clínica y la vida como una apuesta.

Los médicos conocían del cálculo de probabilidades, al menos en 1872 salió publicado un artículo en la *Gaceta Médica de México* en el que el ingeniero Juan Quintas Arroyo, alumno del Dr. Ruiz y Sandoval expone de manera amplia las nociones del cálculo de probabilidades especialmente los aplicados a los seguros de vida. Explica los cálculos para determinar una tabla de mortalidad y, sin entrar en detalles, habla de las probabilidades de vida y de la edad probable de muerte para los habitantes de la Ciudad de México, valiéndose de los fragmentarios datos censales que tenían los médicos entre 1845 y 1870.

Comienza ofreciendo una definición del término *probabilidad*, dice él, tal y como los médicos las entendían:

“Se le llama probabilidad la razón en que está el número de casos favorables ó adversos al advenimiento de un acontecimiento con el número total de dichos casos. La probabilidad es igual en pro y en contra cuando es igual a ($\frac{1}{2}$) un medio. (...) Habrá certeza del advenimiento de un suceso siempre que sea la probabilidad igual a la unidad.” (QUINTAS ARROYO, 1872, p. 14)

Afirma así que el cálculo de las probabilidades son un medio para conocer las leyes que rigen a los fenómenos médicos y para pronunciarse con cierta seguridad de sus causas.⁸ Para explicar la idea retoma el ejemplo de la urna de Jacques Bernouilli.⁹ El advenimiento de la muerte está sujeta a probabilidades y se pueden conocer igual como conocemos el contenido de una urna llena de 5 bolas blancas y 5 negras, ¿cuál es la probabilidad de extraer una del color “negro” (o, en este caso, de morir)? Simplemente, dice Quintas, calculando la razón entre el número de casos favorables (sacar una bola negra) sobre el total de casos (10 bolas), lo que es igual a $\frac{5}{10}$ o un $\frac{1}{2}$.¹⁰

Quintas reconoce que este modelo *a priori* de cálculo de probabilidades no era el más apropiado para la medicina porque en la clínica se desconocen el total de las posibilidades, (como cuando se trata de la muerte y los accidentes de la vida). A diferencia de los juegos de azar, en medicina se requería un modelo observacional, es decir, asumir que la naturaleza es como una urna “sellada”, cuyo contenido (los encadenamientos causales) se nos revelan sólo después de

⁸ Quintas sigue las ideas de Laplace, para quien la probabilidad está relacionada con el grado de ignorancia de nuestro conocimiento. A veces, aunque sabemos que de dos o más acontecimientos sólo uno debe suceder, “nada nos induce a creer que sucederá uno de ellos más que los otros”. En esos casos de “incertidumbre”, “nos es imposible pronunciarnos con seguridad sobre su verificación” La única manera de saber es atendiendo a las frecuencias de esos fenómenos a través del cálculo de sus probabilidades. (LAPLACE, 1947, pp. 17 y 21).

⁹ Sobre la obra y la urna de Jacques Bernoulli vease: DASTON, Lorraine. *Classical Probability*, Cambridge Mass.: Cambridge University Press, 1995, p. 230 y STIGLER, Stephen. *The History of Statistics: The Measurement of Uncertainty before 1900*. Cambridge : Harvard University Press, 1986, pp. 65-6.

¹⁰ La probabilidad en contra de ese evento se obtiene de la razón entre el número de casos estériles (sacar bolas blancas) sobre el total de casos (los favorables y los estériles). La suma de ambas probabilidades (la fértil y la desfavorable) es igual a la unidad, es decir, a la certeza, las probabilidades son fracciones de ella.

sucesivas extracciones (observaciones) (DASTON, 1995, p. 125; GIGERENZER ET AL, 1989, pp. 7-26 y STIGLER, 1986). Lo ideal era relacionar frecuencias y probabilidades (STIGLER, 1986, p. 65 y QUETELET, 1846, p. 11), pues, entre más extracciones se observaran, el contenido de esa urna-naturaleza se revelaría con mayor certeza.

Para deshacer la confusión de sus colegas entre la vida media (el promedio de muertes por habitantes, tan utilizado) y la vida probable, Quintas calcula una tabla de mortalidad, valiéndose de las aproximaciones censales de la población de la Ciudad de México que le proporcionó su maestro, el doctor Ruiz y Sandoval.¹¹ Adoptando un modelo clásico, construyó la tabla de mortalidad como “un modelo que pone en relación la edad (es decir la duración entre el nacimiento y el momento presente) la probabilidad de morir a esta edad y la esperanza de vida (es decir, la duración media entre el momento presente y el de la muerte)” (Dupaquier, 1996: 1)¹². Tomó el ejemplo de una población cerrada y definió la vida probable como la edad en que existen las mismas probabilidades de vivir (caso favorable) que de morir (caso adverso). Ejemplificó que el caso diciendo que esto era como si cada año se tiraran las cartas y ahí se jugaran los individuos sus posibilidades, según su edad, de vivir y de morir, hasta que la población se extinga completamente.

TABLA DE MORTALIDAD

AÑOS	Supervivientes	AÑOS	Supervivientes	AÑOS	Supervivientes	AÑOS	Supervivientes
0	10000	23	4331	46	2056	69	516
1	7870	24	4240	47	2000	70	457
2	7492	25	4143	48	1939	71	438
3	7214	26	4052	49	1873	72	427
4	6926	27	3968	50	1806	73	420
5	6655	28	3869	51	1740	74	413
6	6352	29	3773	52	1678	75	400
7	6060	30	3680	53	1612	76	386
8	5733	31	3572	54	1543	77	375
9	5400	32	3450	55	1476	78	360
10	5036	33	3329	56	1411	79	340
11	4998	34	3200	57	1343	80	324
12	4950	35	3060	58	1281	81	289
13	4905	36	2924	59	1220	82	256
14	4873	37	2796	60	1152	83	225
15	4834	38	2670	61	1078	84	193
16	4792	39	2529	62	1000	85	160
17	4749	40	2384	63	934	86	128
18	4715	41	2338	64	867	87	95
19	4658	42	2280	65	798	88	92
20	4607	43	2227	66	730	89	30
21	4524	44	2153	67	657	90	0
22	4436	45	2118	68	588		

¹¹ Hemos visto cómo los higienistas calculaban ese índice bajo el supuesto de que si $P=VM \cdot D$, entonces la vida media es igual a $VM=P/D$, donde “P” es población, “VM” la vida media y “D” defunciones. En cambio, cuando se calculaban probabilidades se partía de que existen las mismas posibilidades de vivir que de morir, por lo que para conocerlas se procedía así: la probabilidad de morir (desfavorable) es igual a $m/m+n$ y de vivir es igual a $n/m+n$, donde m es muertes y n son sobrevivientes, cuya suma total es igual a la unidad.

¹² No hay que olvidar que a partir de estas tablas se calculan también las probabilidades de vida ó tablas de vida. Para retomar una definición clásica: “Una tabla de vida define, para alguna categoría de gente, el número de nacimientos de una cohorte de 100 mil que se espera quedan vivos en cada aniversario hasta los cien años. Los matemáticos empezaron a preparar tales tablas para ayudar a establecer las proporciones de mortalidad para las anualidades y las aseguradoras desde el siglo XVII”. (Porter, 2000:228).

en la Ciudad de México hay una defunción por cada 32 habitantes. (QUINTAS ARROYO, 1877, p. 15.) Pero, aunque remarcó que entre los médicos era muy frecuente confundir entre las probabilidades y los promedios no profundizó en el por qué de la supuesta confusión.¹³ Más bien su interés que era el mismo que del Quintas Arroyo era justamente mostrar que los cálculos de probabilidades generaban precisión y objetividad.

Hasta bien entrado el siglo XIX, los riesgos de la vida seguían escindidos entre la visión higienista y la probabilista, entre la aritmética y las probabilidades. Todo parece indicar que en la época y entre los médicos el cálculo de probabilidades para conocer y prevenir a la muerte y a los accidentes de la vida implicaba ponerlos al mismo nivel de los juegos de dados, abordar a la vida como una cuestión de suerte, asociación desaprobada por los médicos. Pero también es un hecho que el asentamiento y consolidación de las compañías de seguros en México, a fines del siglo, supuso la integración de los médicos a esos negocios, como agentes examinadores de la salud de los candidatos a asegurarse. Todo parece ser que entre fines y principios del siglo XX, el negocio de las compañías de seguros junto con los cálculos y las tablas de mortalidad se resignificaron: al mismo tiempo que instituciones de desarrollo económico se promocionaron como protectoras del ahorro familiar.

Estos cambios creo no pueden resumirse en una transformación en la experiencia del riesgo y de la prevención en el sentido de una nueva cultura impersonal y objetiva, basada en cuantificaciones e índices estandarizados. Sin duda, la entrada de los médicos como expertos en las compañías de seguros habla más bien de un mundo hecho de contradicciones, ó puesto de otra manera, un espacio y tiempo donde conviven dos tipos de culturas y definiciones sobre la vida. Mientras los agentes de seguros se encargaron de usar tablas de mortalidad y probabilidades de vida para determinar las primas de los seguros, un ejército de médicos contratados por las compañías realizaban minuciosos exámenes clínicos a cada solicitante para identificar, hasta en los más mínimos detalles, los posibles signos de enfermedades; para descubrir los vicios ocultos que los pre-dispusieran a muertes prematuras. En la práctica, los médicos seguían asumiendo la vida como sujeto de indagación clínica y de control sanitario, al mismo tiempo que objeto de inversión, cuyo valor se determina por los cálculos de probabilidades. El ligero cambio no se dio por un mejor conocimiento o entrenamiento de los médicos en el cálculo de probabilidades; ni siquiera podemos hablar de un desarrollo local de ese tipo de matemáticas. Más bien, médicos y agentes de las compañías pusieron a la vida y los riesgos en una combinación novedosa: por un lado se integraron al mercado, poseyendo valor monetario. Por el otro, sobre todo, las probabilidades sobre la vida y la muerte perdieron el sentido de azar hasta convertirse en lo

¹³ La segunda tabla de mortalidad calculada por un médico, hasta donde conozco, es la de MELO, 1896, p. 23. Hay que subrayar que los cálculos que hizo son prácticamente los mismos de Quintas Arroyo, lo que varía son los datos pues Melo cuenta ya con los de un registro civil más completo y los del censo de 1895, organizado por la DGE.

contrario: la eliminación de la casualidad y del infortunio. En su lugar, se le siguió concibiendo como el ámbito que requiere ser intervenido por el médico para que la población previniera, ahorrara y trabajara. Así, citando al Tratado de Medicina Legal y Jurisprudencia (1874) del médico legista francés, clínico de la *Salpêtrière*, Henri Legrand du Saulle, el Boletín de La Fraternal explica a sus asegurados que “El seguro de vida no es ni un juego ni una lotería, es absolutamente lo contrario: El juego opera sobre el azar. *El seguro de vida opera contra el azar*. Asegurarse es sobrevivir a sí mismo; puesto que es transmitir a otros el producto de una prudente economía. Asegurarse no es disminuir su fortuna, es aumentarla” (LEGRAND DU SAULLE, 1898, p. 1, el subr. es mío).

En esta definición y aplicación de los cálculos de los riesgos no ha habido innovación epistemológica o reconceptualización matemática. Más bien, el cambio parece ser de naturaleza política y cultural. Por esos años los médicos salen de los hospitales en búsqueda de clientes, no de pacientes. Fue entre la naciente clase media que los encontró, no está hecho de equiposibilidades sino de jerarquías políticas y de diferencias “naturales” hechas diferencias culturales, como las establecidas entre las prostitutas, pobres, enfermos y locos versus la sana sociedad amenazada por la antihigiene de los primeros. Los médicos no cambian ni cuestionan su modelo de investigación clínico; con fuerza renovada siguen pugnando por reforzar el control higienizador del Estado. En este contexto, los seguros se instituyen en otra institución más que cumple con las necesidades de modernización de la vida pública, es decir, crear ciudadanos limpios, ordenados y trabajadores, amparados por la objetividad de los cálculos probables al tiempo que refuerzan la vieja moral higienizadora y la nueva política de prevención familiar.

Las compañías como la *Equitativa* o la *Mutua* en sus países de origen se crearon recreando valores mutualismo, previsión y familia; en México, esas compañías funcionaron en otro contexto y misión. Efectivamente, se instalaron como un medio para que el gobierno mexicano las usaran como motores de modernización del casi inexistente mercado interno. Sobre todo, se vendían a sí mismas para hacer cumplir el programa civilizatorio que implicaba reforzar los valores que prevenían una vida de riesgos y peligros a la vida, pero ahora, como objeto de compra-venta, pagable para algunos mexicanos, aquellos que parecían responder a la definición de ciudadano de bien.

Así, las nociones de probabilidades y estadísticas entre los médicos surgen ligadas al programa civilizador del gobierno más que en relación a los conocimientos probables. Se revela así el filo político de las probabilidades y explica por qué aquellos índices de vida probable, no generaron rutinas estandarizadas ni reglas de cuantificación. Lejos de eso, la práctica médica trabajó en el mundo de los seguros en una sociedad que no terminaba por ver en los cálculos de probabilidad la posibilidad de fincar intercambios impersonales y objetivos. Y quizás por ello, en México del siglo XIX, asegurar la vida de sí mismo o de terceros no fue una

práctica extendida ni popular. En aquella época, la integración de las Compañías de Seguros fue lenta y por momentos escasa.

Una de las conclusiones que aquí propongo es que tal práctica adquirió sentido después de un cambio de identificación en los significados del negocio de asegurar la vida: por un lado, lo probable dejó de asociarse con la suerte o la lotería de la muerte para definirlo como una práctica de prevención y sustitución de la beneficencia. Por otro, el negocio mismo de asegurar se resignificó como una actividad bancaria, ciudadana y de interés "social". Efectivamente, las prácticas e ideas médicas en torno al cálculo de las probabilidades y la vida expresan una sociedad que tradujo al riesgo y sus medidas en un ámbito de lo higiénico y moralmente correcto.

Archivo consultado

Archivo General de la Nación (AGN) Secretaría de Fomento y Obras Públicas (SFyOP), Seguros de Vida.

Referencias bibliográficas

ALBORN, Timothy L., A. Calculating Profession: Victorian Actuaries among the Statisticians", *Science in Context*, EUA., Vol. 7, p. 433-468, 1994.

ALVARADO, Ignacio. Necesidad del uso del método experimental en los estudios biológicos, especialmente en el estudio de la medicina. *Anales de la Sociedad de Humboldt*, México, Tomo I, p. 413-422, 1872.

CHAZARO, Laura. *Ensayo de una nación: estadísticas médicas a fines del siglo XIX*, Tesis de doctorado en Filosofía, México, Facultad de Filosofía y Letras-UNAM, 2000.

DASTON, Lorraine. *Classical Probability in the Enlightenment*, Cambridge Mass.: Cambridge University Press, 1995.

DESROSIÈRES, Alain, *La política de los grandes números*. Madrid: Melusina, 2004.

DUPÂQUIER, Jacques. *L'Invention de la Table de Mortalité. De Graunt à Wargentin*, Paris: Presses Universitaires de France, 1996.

GARCÍA, Samuel. Relaciones del médico con el seguro de vida y responsabilidades a las que pudiera incurrir a este respecto. *Medicina Legal*, Gaceta Médica de México, México, Tomo 5, p. 460-493, 1910.

GIGERENZER, Gerd, SWIJTINK, Zeno, PORTER, Th., DASTON, L., BEATTY, J., and KRUGER, L. *The Empire of Chance. How Probability changed Science and Everyday Life*, Cambridge, Mass.: Cambridge University Press, 1989.

JIMÉNEZ, Miguel F., "Lecciones de clínica", citado en Martínez Cortés, Fernando. La medicina científica en México. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.

KNIGHTS, D., & VURDUBAKIS. Calculations of Risk: Towards an Understanding of Insurance as a Moral and Political Technology, Accounting, Organization and Society, Vol. 18, No. 7/8, p. 729-764, 1993.

HABER, STEPHEN, Los mercados financieros y el desarrollo industrial. Estudio comparativo de la regulación gubernamental, la innovación financiera y la estructura industrial en Brasil y México. In: HABER (Comp.) Cómo se rezagó la América Latina. Ensayos sobre las historias económicas de Brasil y México, 1800-1914. México: FCE-El trimestre económico No. 89, 1999.

LAPLACE, Simon. Ensayo filosófico. Madrid: Alianza Editorial, 1947.

LEGRAND DU SAULLE, Tratado de Medicina Legal y Jurisprudencia (1874), In: La Fraternal. Compañía de seguros de vida y accidentes. Boletín mensual. México: Imprenta de "El siglo XIX", Núm. 56, Año V, p. 1-4, Agosto 31 de 1898.

LOUIS, P.A.C. Del examen de los enfermos y de la investigación de los hechos generales, México: Periódico de la Academia Mexicana de Medicina, Tomo 4, p. 162-330, 1839.

LOZANO, José María. Código Civil del Distrito Federal y Territorio de Baja California. México: Tip. De Aguilar e Hijos, 1879.

LOZANO MEZA, María. La Sociedad Mexicana de Geografía y Estadística (1833-1867). Un estudio de caso: La estadística. Tesis de licenciatura en Historia, México: Facultad de Filosofía y Letras-UNAM, 1991.

MELO, Rodolfo, Ley de mortalidad. Algunas de sus aplicaciones. Tesis de la Escuela Nacional de Medicina. México: Oficina Tipográfica de la Secretaría de Fomento, 1896.

POMBO, Ignacio. Preocupaciones. La Fraternal. Compañía de seguros de vida y accidentes. Boletín mensual. México: Imprenta de "El siglo XIX", Año I, núm. 3, p. 1-4, marzo 31 de 1894.

PORTER, Theodore. Life Insurance, Medical Testing, and the Managment of Mortality", In: Daston, Lorraine, (Ed.), Biographies of Scientific Objects, Chicago: The University of Chicago Press, p. 226-246, 2000.

PORTER, Theodore. Trust in Numbers. *The Pursuit of Objectivity in Science and Public Life*. New Jersey: Princeton University Press, 1995.

PORTER, Theodore, Making Things Quantitative. Science in Context, EUA, Vol. 7, Num. 3, pp. 389-407, 1994.

QUETELET, Adolphe. Lettres sur la Théorie des Probabilités Apliquée aux Sciences Morales et Politiques. Bruxelles: Hayez Editeur, 1846.

QUINTAS ARROYO, Juan. Estadística médica. México, Gaceta Médica de México, Vol. XII, p.3-18, 1877.

REYES, José María, Mortalidad en la capital (marzo), México, Gaceta Médica de México, México, Vol. II, p. 128-9, 1865.

RUIZ y SANDOVAL, Gustavo. Estadística de mortalidad y sus relaciones con la higiene y la patología de la capital. Tesis para el examen profesional en medicina. México: Imprenta del gobierno en Palacio, 1872.

SEGURA, Adrián. Biología. La observación y la experimentación de los fenómenos biológicos, El Porvenir, México, Tomo III, p. 221-245, 1871.

POWER, Michael. From the Science of Accounts to the Financial Accountability of Science, Science in Context, EUA, Vol. 7 Num. 3, p. 355-387, 1994.

STIGLER, Stephen. The History of Statistics: The Measurement of Uncertainty before 1900. Cambridge : Harvard University Press, 1986.

WISE, Norton (Ed.). The Values of Precision. New Jersey: Princeton University Press, 1995.

Parte 4

Como seguir adelante?

Sociologia, sínteses teóricas e a conformação de uma agenda de pesquisas sobre estatísticas públicas no Brasil

Renato Sérgio de Lima

Resumo

Esse artigo busca refletir sobre a necessidade de institucionalização de uma agenda e de um programa de pesquisas sobre produção e uso de estatísticas públicas no Brasil e nos demais países da América Latina, que tenha por referência uma perspectiva histórica e comparada. O texto parte de uma breve contextualização de como a sociologia, sobre a qual construo meus olhares científicos, aborda a perspectiva histórica e de que modo esse movimento tem ligação com o processo de desenvolvimento da própria disciplina.

Introdução

O seminário “Estatísticas Latino-Americanas em Perspectiva Histórica”, realizado no IBGE, no Rio de Janeiro, em 10 de junho de 2009, como evento paralelo à reunião da LASA (Associação de Estudos Latino-Americanos) teve por objetivo, entre outros, analisar o “estado da arte” dos estudos sobre estatísticas públicas e agendas de trabalho tanto no Brasil quanto nos demais países da América Latina. Dos resultados alcançados, frutos da interação entre diferentes posições institucionais, formações profissionais e interesses temáticos, destaca-se, aqui, que o seminário parece ter caminhado para a construção consensual da necessidade de conformação de um campo epistêmico em torno desse tipo de investigação, bem como do aprofundamento de laços, sinergias e redes capazes de garantir

junto às agências públicas de estatística a manutenção de um programa regular de pesquisas com perspectiva histórica e comparada. Minha participação, para além de descrever as atividades de pesquisa desenvolvidas individualmente no campo mais específico da sociologia das estatísticas, foi no sentido de nos indagarmos sobre a pertinência desse consenso alcançado e de propor um debate acerca dos seus significados teóricos, metodológicos e institucionais. Dito de outro modo, para concretizar um programa de pesquisas, cumpre-nos formular questões sobre os desdobramentos desse consenso e procurar antecipar cenários que porventura possam fortalecê-lo e/ou fragilizá-lo.

1. Sociologia e Análise Histórica: refletindo sobre teorias, métodos e técnicas

1.1 Sobre teorias

Antes de entrar nas especificidades da sociologia das estatísticas e sua relação com a história ou a filosofia, é válido recuperar alguns elementos do debate teórico da sociologia contemporânea, pois será a partir deles que muito do que se tem discutido sobre a objetividade do pensamento científico ganhará maior ou menor centralidade no debate sobre o papel das estatísticas públicas. Para tanto, retomo Gildo Marção Brandão (2007), que discute a dicotomia entre, de um lado, o que ele chama de “metodolatria” e, por outro, de “ensaísmo”, que esconderia a dificuldade da sociologia conseguir construir modelos (modelo – não são universalmente aceitos - diferente de paradigma – consenso contextual, revelando fragmentação) de análise que contemplem tanto a ação individual quanto as estruturas sociais. A teoria sociológica contemporânea enfrenta, por essa visão, o desafio de síntese que Florestan Fernandes enunciava desde os anos 50.

Para Gildo Brandão, os princípios fundantes das ciências sociais institucionalizadas (reconhecidas enquanto tal) são marcados pela compartimentalização do saber, a ruptura entre o normativo e o empírico, a separação entre explicação científica e explicação histórica, e o antagonismo entre teoria social e história das idéias. A proposta dele é relativizar tais processos e propor um novo programa de pesquisas. Algo que, Geoff Payne, em artigo na Revista *Sociology*, de outubro de 2007, retoma numa perspectiva empírica e demonstra como, no caso, a sociologia britânica carece de recursos empíricos, sobretudo métodos quantitativos. Essa é também a conclusão de Nelson do Valle Silva (1999), do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro - IUPERJ, ao concluir seu texto para a série *O que ler nas Ciências Sociais brasileiras*, publicada pela ANPOCS (Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais).

Isso parece mais verdade em razão de uma certa “inapetência” em relação às técnicas estatísticas por parte dos sociólogos brasileiros e europeus, que traria

consigo limites e preconceitos sobre a adoção de programas de pesquisa com fortes marcas empíricas. Porém, também, pode revelar um campo de disputas no qual a “sociotécnica” (sociotécnica, para Ira Cohen, ou metodolatria, para Gildo Brandão) não conseguiu legitimidade o suficiente para superar os modelos. Ou melhor, retoma-se, aqui, a disputa por duas formas de se conceber a sociologia. W. Mills protestava, nos anos 50, contra um modo de institucionalização da sociologia que, a seu ver, estava marcada pela “multinacional de pesquisa” fundada por Lazarsfeld e cujo enfoque era predominantemente positivista e empiricista. Fora este último, inclusive, que definira o teor do verbete sociologia para a UNESCO e, desse modo, teria logrado êxito em influenciar os rumos da disciplina no mundo.

Em outras palavras, o pêndulo entre uma sociologia marcada pela aderência às características das ciências exatas, de um lado, e a tendência ensaística das ciências humanas, por outro, não parece ter se definido por um dos lados e indica uma agenda ainda não encerrada. Wolf Lepenies já havia chamado atenção para este fato em as “três culturas” (1996). Nesse esforço de síntese, Brasília Sallum (2005), em texto publicado em Sociologia. Problemas e Práticas, inventaria as principais linhas de investigação sociológica na contemporaneidade e identifica cinco grandes linhas, em sua maioria, preocupadas em buscar sínteses analíticas que consigam superar o hiato entre ação e estrutura.

Em paralelo, outros autores como Corcuff (2001) e José Maurício Rodrigues (2003) identificam uma certa hegemonia do enfoque individualista, pelo qual o indivíduo ganha centralidade e transforma-se em unidade de análise de parcela da literatura atual. A questão relacional, os perigos do relativismo metodológico e a construção sociológica não impedem, porém, a pertinência de se discutir verdade e justificação, que são associadas para a construção da objetividade do pensamento científico. Ao contrário dos defensores da pós-modernidade, creio que o olhar científico deve avançar na perspectiva de um novo esforço de síntese e ou aglutinação de posições intermediárias entre o olhar quantitativo puro, manifestado pela adoção de técnicas estatísticas, e o qualitativo, no qual a observação é fonte privilegiada de pesquisa.

Como costuma defender José Vicente Tavares dos Santos, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, o olhar quantitativo pode ser traduzido na defesa do software Statistical Package for the Social Sciences - SPSS e de uma visão “analógica” da análise de variáveis. Já o qualitativo seria reduzido, segundo ele, na análise de discursos e observações. O exercício de síntese, para Tavares dos Santos, poderia ser revelado, por exemplo, pela adoção de novos modelos informacionais, base de sistemas como o NVivo, programa que incorpora as dimensões quanti e quali num mesmo plano de análise e, por isso mesmo, teria as vantagens de quebrar as dicotomias e antinomias que separam tais dimensões. Seja lá como for, aceitando ou não a animação desse autor com tais técnicas, o que está em jogo é a possibilidade de construção de um plano de pesquisas que contemple o desejo

de uma ciência dedutiva-indutiva. Em suma, há uma falsa antinomia entre quanti e quali e os cientistas sociais a identificam desde há muito mas não a superam por completo. O conceito de objetividade resume bem essa disputa.

Para Porter (1995:217), a objetividade refere-se a um grupo de atributos que reúne as condições para que fenômenos naturais ou sociais sejam tratados com imparcialidade, universalidade e isentos de todos os modos de distorção política, ideológica, espacial ou temporal. A objetividade busca a prerrogativa de se constituir como a verdade sobre a natureza. Para dotar a sociologia de objetividade, toda a teoria de Durkheim, por exemplo, está, até mesmo como destaca Massela (2000: 151), estruturada num sistema lógico - proposto originalmente por J. S. Mill - que contempla que somente após o estabelecimento de um corpo de regularidades empíricas é que somos autorizados a ultrapassar os fatos e interpretá-los mediante de hipóteses explicativas e, por conseguinte, as estatísticas são extremamente funcionais a esse propósito.

Assim, Alain Desrosières (1993: 12), preocupado com a relação entre espaço público e estatísticas, vai tomar o plano da linguagem como necessário para formalizar as coisas e destaca que ele não preexiste ao debate sobre a constituição de um mínimo de consenso e/ou elementos de referência comuns aos diferentes atores. Assim sendo, "a estatística através de seus objetos e suas nomenclaturas, gráficos e modelos, é uma linguagem convencional de referência, cuja existência permite que certo espaço público se desenvolva, mas cujo vocabulário e sintaxe podem ser, eles também, colocados em debate: o debate sobre o referencial do debate, sobre as palavras empregadas para conduzi-lo, é um aspecto essencial de toda controvérsia. [...] as convenções de equivalência e permanência dos objetos que fundam a prática estatística são elas também o produto de investimentos políticos, sociais e técnicos bastante custosos" (p. 22).

Significa dizer que mais do que a inapetência de parcela dos cientistas sociais em lidar com métodos quantitativos, a dificuldade aqui identificada diz respeito a dois sistemas de crenças sobre o teor e significado do pensamento científico, ou seja, o consenso destacado por Porter e Desrosiere foi estabelecido na dimensão de análise, mas na epistemológica ainda há uma zona grande de dissenso que impede modelos híbridos quanti e quali de se consolidarem e superarem os modelos hegemônicos.

1.2 Sobre sociologia e análise histórica

No interior desse cenário, para (SKOCPOL e MISKOLCI, 2004), a sociologia histórica pode ser melhor compreendida como uma tradição contínua de pesquisa, renovada continuamente e devotada para a compreensão da natureza e dos efeitos de estruturas de larga escala e processos fundamentais. Ademais, nessa perspectiva, as diferenças sociais e culturais, junto com processos temporais e contextos, são intrinsecamente de interesse para sociólogos orientados

historicamente. Para esses profissionais, o passado do mundo não é visto como uma história de desenvolvimento unificado ou um conjunto de seqüências padronizadas. Ao contrário, compreende-se que grupos ou organizações escolheram ou caíram em ritmos variados no passado. Escolhas “anteriores”, por sua vez, limitaram e criaram possibilidades alternativas para mudanças futuras levando a um determinado fim.

Desse modo, para a autora, os estudos sociológicos realmente históricos têm algumas características comuns, descritas abaixo:

- Levantam questões sobre estruturas sociais ou processos compreendidos como concretamente situados no tempo e no espaço.
- Referem-se a processos no tempo e seguem seriamente seqüências temporais em busca das conseqüências.
- Acompanham a inter-relação de ações significativas e contextos estruturais de forma a permitir a compreensão das conseqüências inesperadas e também das pretendidas nas vidas individuais e nas transformações sociais.
- Evidenciam os detalhes particulares e variáveis de formas específicas de estruturas sociais e padrões de mudança.

Todavia, por detrás da abordagem de Skocpol (op. cit.), revelam-se diferentes modelos explicativos e de formas de se interpretar os eventos históricos. Numa tradução, Skocpol retoma, tacitamente, o conceito de contingência e de uma filosofia hermenêutica, na qual o sujeito histórico é dotado de relativa autonomia de escolha. Segundo ela, uma perspectiva analítica pura obnubilaria a sociologia histórica, ao fomentar posições determinísticas sobre ciência. Porém, ao que tudo indica, a própria autora incorre no dilema que ela mesmo denuncia. Quando dos seus estudos empíricos sobre revolução industrial, a autora acaba por reforçar determinismos e aceita questões apriorísticas, como no caso da Família para explicar a mudança histórica. A análise histórica retoma o confronto de temporalidades e cronologias.

1.3 Sobre Métodos

Como vimos, estamos diante de algumas abordagens reveladoras de múltiplas posições e ou visões sobre Ciência e História. É possível destacar, entre essas abordagens, as teorias do conflito (Collins, Simmel x Parsons), de configurações e de análises de longa duração (Norbert Elias) e, sobretudo, para a arqueologia, a genealogia e a circulação de discursos (Foucault), a qual nos permite fazer a passagem da dimensão teórica para a dimensão metodológica.

Foucault inaugurou uma *arqueologia* como método de investigação, que seria, por assim dizer, uma genealogia das condições de possibilidade de um certo

discurso, de certas práticas empíricas e discursivas, saberes, teorias e crenças. Foucault chamara este solo epistêmico que rege uma época determinada — isto é, um conjunto de formas de pensar e conceber as coisas, de modos de objetivação e subjetivação —, de *episteme*. A arqueologia que busca encontrar epistemes por detrás de práticas sociais e teóricas insere-se no procedimento genealógico, uma vez que participa da desconstrução dos objetos tidos por naturais, datando as objetivações ao inseri-las no quadro geral de uma época, de um campo de visão possível, de uma determinada cultura, de um modo cultural de ver o mundo e nele estar. Somos e pensamos inseridos em nossa época, não como essências inteligíveis, absolutas e fora do tempo. Logo, a *genealogia* afigura-se como método de desconstrução de objetivações e hipostasias, capaz de desconstruir e relativizar as crenças atuais. Compreendendo a formação das verdades atuais ao longo da história — história da civilização, da ciência e da filosofia — contextualizamos o que de outra forma poderia se nos apresentar como verdades, sejam absolutas ou relativas.

No campo das técnicas, a análise histórica também destaca:

- Análises de processos de transformação, de construção e reprodução de instituições, valores ou estruturas sociais;
- O método regressivo-progressivo (momento de descrição teoricamente informada, momento de datação e definição temporal e, em terceiro, reencontro do presente, mas agora elucidado, compreendido, explicado. Espaço do confronto e da contradição – a práxis de Lefebvre).
- A análise documental (Definição do contexto, do autor ou dos os autores do texto, da sua autenticidade, de seus produtores, objetivos, credibilidade e natureza)
- Estudos longitudinais (surveys, coortes, estudos de comunidade, histórias de vida, entre outros, etc);

2. Sobre uma aplicação de pesquisa: contando crimes e criminosos

Na chave proposta por Foucault, a análise sociológica das estatísticas deve levar em consideração as interpretações e os papéis atribuídos à produção e uso de estatísticas públicas, ainda mais se tomarmos as formas contemporâneas de racionalidade pós-anos 1970 - riscos e vigilância - como tributárias dos modelos de objetivação da realidade do século XIX, e, sobretudo, como potencializadas por dois novos processos sociais, ou seja, pela expansão dos sistemas de informação e pela dependência e/ou vinculação da produção de informações às linguagens e arquiteturas das tecnologias e da informática.

Nessa perspectiva, meu foco de investigação empírica se dá em torno de um detalhe que sempre me causou inquietudes. Não obstante o marco

legal existente no Brasil prever que as instituições responsáveis pela ação estatal de pacificação social e mediação de conflitos devam trabalhar dentro de um modelo sistêmico, em que cada uma dessas instituições desempenha papéis e procedimentos específicos e interdependentes, a experiência demonstra que o jogo de poder típico das organizações burocráticas de um estado patrimonialista, nos termos de Raymundo Faoro, impede que este sistema opere integralmente enquanto tal. Polícias, Ministério Público, Poder Judiciário e Estabelecimentos Carcerários operam lógicas autônomas e fragmentadoras da ação do Estado. Paradoxalmente, uma dinâmica que em tese seria tributária de segredos absolutos opera, na prática, a partir de um considerável estoque de dados disponíveis e perpassada por discursos que valorizam a existência de tais dados.

Para interagir com tais inquietudes, abordei os papéis políticos assumidos pelas estatísticas produzidas e utilizadas pelo chamado sistema de justiça criminal brasileiro (polícias Civil e Militar; Ministério Público; Poder Judiciário e estabelecimentos Carcerários), em particular na história recente de São Paulo. Tomei as estatísticas criminais como objeto para a investigação sociológica das permanências e dos avanços do processo democrático do país na transformação do modo de funcionamento das instituições responsáveis por garantir direitos e pacificação social. Há a compreensão de que a análise do ciclo de produção e uso dessas estatísticas tende a revelar, em termos procedimentais, os embates entre os discursos políticos sobre como lidar com crimes e criminosos, na medida em que os dados disponíveis são mobilizados tanto pelos discursos lastreados na transparência nos atos de governo, associados aos requisitos da democracia, quanto por aqueles que reforçam o segredo das práticas cotidianas, vinculados, a princípio, com formas de governo baseadas no autoritarismo e nos discursos de lei e ordem acima de tudo.

Como conseqüência, transparência e controle público enquanto requisitos da democracia diluem-se, para além do eixo que gira em torno da discussão sobre acessibilidade e confiabilidade dos dados, que pautou muitas das discussões sobre o assunto nas duas últimas décadas, em argumentos que os associam à modernização tecnológica do Estado. Em nome de uma postura técnico-profissional das instituições, a tecnologia é assumida como a modernização possível e necessária à melhoria da qualidade das informações produzidas.

Entretanto, ao que tudo indica, a quantidade vence o conteúdo e a pressão por transparência transforma a informação de algo secreto, e, por isso mesmo, factível de ser conhecida, em algo opaco. A produção de dados em si não transforma o objeto do sistema de justiça criminal em algo que possa ser contado e, em razão disso, não transforma crimes e criminosos em variáveis de um sistema de estatísticas criminais. O problema desloca-se, assim, da produção para o uso dos dados disponíveis e, nesse terreno, parece ocorrer a adoção entusiasmada de sistemas de geoprocessamento de ocorrência; a disponibilização de processos judiciais na Internet, entre outras iniciativas, sem, contudo, uma

avaliação sobre acessibilidade, qualidade, transparência, integridade e utilidade dos dados disponíveis – num movimento que lida com a tecnologia em si mesma e desconsidera processos políticos, classificações adotadas, categorias e conteúdos do fluxo informacional no interior das instituições.

Dados são produzidos, mas não há coordenação entre produtores e usuários; entre oferta e demanda da informação. Não havendo consenso sobre os papéis das estatísticas criminais disponíveis, há um movimento simultâneo de crescimento dos estoques de dados gerados na adoção de modernas ferramentas de informática, de um lado, e, paradoxalmente, há o reforço da opacidade e da “experiência” institucional das práticas burocráticas no desenho e operação de políticas públicas de pacificação social, de outro.

O resultado alcançado reforça, assim, a manutenção dos mecanismos de reprodução de verdades profissionais e institucionais nos modelos vigentes de segurança pública e justiça criminal, garantindo a permanência e a governabilidade em relação às pressões de mudanças – verdades tomadas na acepção de Foucault, ou seja, como verdades jurídicas. Ao se falar de estatísticas, portanto, fala-se da possibilidade de taxionomias e das suas interpretações e, também, dos aparelhos (burocracias) ideologicamente informados e que são responsáveis pela determinação de regras administrativas, classificações e critérios de seleção de prioridades de governo.

Para tanto, em termos metodológicos, optou-se por valorizar a análise de documentos como recurso de investigação, chamando a atenção para o fato de muitas das fontes consultadas não estarem catalogadas nos acervos oficiais das bibliotecas das instituições. Ao longo da pesquisa, descobriu-se tipos documentais, dados e referências bibliográficas não nos acervos oficiais, mas por meio de entrevistas com antigos funcionários das agências de estatísticas, que mantinham tal material armazenados em seus locais de trabalho, quase que como acervos privados e/ou fruto de esforços individuais de registro histórico do programa de trabalho por eles executado durante anos.

3. Sobre sociologia e programa de trabalho das agências públicas de estatísticas

Como vimos, o espaço para a criação de programas de trabalho e de agendas de pesquisa diretamente ligado aos micro-processos burocráticos e às redes de poder que determinam o que pode e o que deve fazer parte do rol de atenção das agências públicas de estatística, nas quais o domínio técnico ganha grande relevância. A negociação de um programa de pesquisas passa, nesse sentido, não só pelo convencimento de sua pertinência política, mas de sua viabilidade técnica e a existência de conhecimento científico/técnico no interior das agências será fundamental à incorporação efetiva de temas nas suas agendas de pesquisa.

O exemplo das estatísticas criminais, que fizeram parte da agenda de quase todas as agências estaduais e federais ao longo dos Séculos XIX e XX, mas que atualmente ainda enfrentam enormes resistências para serem trabalhadas para além do enfoque da gestão pelos operadores da segurança pública, é exemplo de uma situação que alia dificuldades técnicas (o saber jurídico se sobrepõe ao saber estatístico), preconceitos ideológicos (falar de crime e de criminosos implica lidar com polícia e justiça, fato que ainda causa eventuais desconfortos por terem sido essas instituições as faces mais fortes de ditaduras não tão distantes na vida políticas dos países latino-americanos) e carência de técnicos capazes de traduzir e classificar fenômenos criminais em variáveis e/ou indicadores estatísticos (a maioria dos técnicos especializados nessa área aposentou-se e não houve uma grande renovação de quadros nas agências públicas de estatística).

Algumas outras hipóteses também podem ser avocadas para explicar a dificuldade das agências públicas de estatística em lidar com determinados temas e/ou áreas. Entre elas, chamo a atenção para o embate de “verdades” profissionais, em muito traduzido na preferência das agências de estatísticas por disporem de programas de trabalho fortemente lastreados em pesquisas primárias, cujas regras, técnicas e métodos podem ser inteiramente controladas. Dados gerados a partir de registros administrativos são vistos com enormes cautelas e, com isso, deixados para um segundo plano – com exceção de alguns dados econômicos e sobre finanças públicas, que ajudam a compor e construir indicadores relevantes da agenda do IBGE (PIB, etc).

Porém, em termos históricos, essa postura é, no caso brasileiro, datada. Ela tem origem no enorme esforço de sobrevivência que o IBGE e várias outras agências tiveram que empreender para superarem o “desmonte” da máquina burocrática do Estado brasileiro levado a cabo pelo Governo Collor. O problema é que tal decisão foi motivada pela crise econômica do período Collor, mas era coerente com o desenho de novas políticas que dessem conta da inserção periférica do país na economia mundial, na medida em que os monitoramentos produzidos foram aqueles estratégicos exclusivamente à economia, deixando de lado quaisquer informações sobre garantias fundamentais da pessoa humana (direitos humanos, acesso à justiça, garantia à liberdade e à integridade física, entre outros).

Nesse campo, a ênfase estatística foi no acompanhamento da conquista de “direitos sociais”, no monitoramento das políticas sociais, em especial aquelas voltadas para as áreas de saúde, educação e, mais recentemente, de transferência de renda, em função, muito provavelmente da existência do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde - DATASUS, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP e Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, órgãos que têm na produção estatística eixos estruturantes e indutores. Esse quadro reforça, a princípio, a tese de José Murilo de Carvalho sobre a inversão da ordem dos direitos civis, políticos e sociais proposta por Marshall, na qual as dimensões social e política são privilegiadas, não obstante

o desrespeito aos direitos civis (Carvalho, 2004). Ao que tudo indica, o IBGE e demais agências estatísticas embarcaram nessa perspectiva e, aparentemente, só recentemente começam a relativizá-la, diante do aumento da pressão de Governos, de setores da sociedade civil e de organismos multilaterais que buscam associar segurança e meio ambiente, por exemplo, como condições para um desenvolvimento sustentável e pacífico. A própria reativação da Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística - ANIPES pode ser vista como sinal de mudança e de um novo enfoque na definição de um Programa Nacional de Estatísticas, que não seja exclusivamente o programa do IBGE mas que concretize a idéia de um Sistema Nacional, com espaços de coordenação não necessariamente subordinados hierarquicamente e construídos na idéia de “nós” de redes, articulando atores e agendas múltiplas.

Todavia, o resultado dessa retomada ainda não pode ser analisado, até porque, como subproduto de uma perspectiva como a acima descrita, o Estado brasileiro, aqui incluídas as agências públicas de estatística, perdeu capacidade de planejamento e há todo um caminho a ser percorrido para que seja possível avaliar rumos e sentidos das ações que estão em curso.

No campo das políticas públicas, os produtores e/ou executores das políticas monitoradas ficam preocupados em produzir somente os dados necessários à operação do cotidiano de suas ações, relegando, como vimos, o debate sobre conteúdos dos dados para outras dimensões da lógica burocrática – em suma, planos de governo não alimentam políticas de Estado. Já as agências públicas, premidas seja pela opção por se concentrar numa determinada forma de mensurar esferas da realidade ou pela necessidade de buscarem parte de seus orçamentos por meio da venda de consultorias em projetos de outros órgãos públicos¹, vêm-se, muitas vezes, sem referenciais sobre a agenda de temas contemplados num sistema nacional ou regional de estatísticas e, com isso, acabam reforçando posturas de insulamento institucional ou, mesmo, metodológico.

Por fim, ainda sobre hipóteses explicativas da dificuldade das agências de estatística em lidar com alguns temas, valeria ser destacada uma de natureza epistemológica, pela qual as formas contemporâneas de objetivação da realidade, já citadas anteriormente, impõem consideráveis desafios metodológicos à produção de conhecimento. As TIC (Tecnologias da Informação e da Comunicação) aliadas a processos de compartimentalização e hiper especialização do saber geram cenários

¹ A venda de projetos ganhou força na primeira metade dos anos da década de 1990 como alternativa encontrada para a geração de caixa capaz de substituir os recursos que antes eram financiados diretamente pelos Governos e que, diante do discurso de equilíbrio fiscal, deixaram de ser providos. Os projetos são vendidos a outros órgãos públicos e visam fortalecer a capacidade de planejamento dos executores de políticas públicas, também afetados pelos cortes de despesas, e, dessa forma, buscam viabilizar a manutenção das pesquisas e dos recursos humanos das agências produtoras de estatísticas. Esse modelo, no entanto, reduziu drasticamente a autonomia das agências, na medida em que os projetos prioritariamente executados têm que ser aqueles contratados e o espaço para um monitoramento mais estrutural da realidade fica relegado a um plano ideal, cujos referenciais remetem às identidades e missões institucionais, mas que dificilmente consegue ser posto em prática.

complexos (dados em quantidades cada vez maiores; informações fragmentadas e nem sempre passíveis de validação e/ou confirmação, como no exemplo da Internet; comunicação instantânea, entre outros), que não são passíveis de serem apreendidos apenas pelo uso das técnicas tradicionais de mensuração da realidade.

Entre as respostas para tal desafio, desde os anos da década de 1950, há um crescente entusiasmo em torno da construção e do uso de indicadores sintéticos e de modelos explicativos de diferentes dimensões da realidade. Graças à sofisticação das técnicas de análise estatística, fenômenos complexos podem ser descritos num único instrumento de medida, facilitando processos de tomadas de decisão. A questão, contudo, é que, para uma boa medida, há de se considerar as teorias ou hipóteses que guiaram construção desses modelos, sob o risco de reificar posições. Sem definir o que e para quem é crime, não é possível explicar a criminalidade, por exemplo.

Considerações Finais

Meu objetivo não foi, de forma alguma, esgotar todas as possibilidades analíticas abertas pela discussão inaugurada pelo seminário "Estatísticas Latino-Americanas em Perspectiva Histórica". A proposta foi identificar alguns pontos estruturantes e, de maneira muito breve, descrever os seus desdobramentos e impactos. Creio, com convicção, que o debate sobre a conformação de um campo epistêmico de estudos históricos sobre estatísticas públicas ainda está em seu início, ao menos no Brasil e, desse modo, é importante frisar a necessidade de novas pesquisas e reflexões sobre tal discussão. No plano político, a consecução de um programa nacional ou regional de estatísticas, passa pela articulação e coordenação institucional entre as diversas agências existentes e, sobretudo, pela fixação de parâmetros e acordos que objetivem superar os obstáculos aqui identificados. Em contextos democráticos, a existência de um conjunto de indicadores e/ou de estatísticas configura-se como um dos nós centrais da forma como o Estado e sociedade interagem. Assim, o papel político das agências de estatística é muito maior do que a produção de informações confiáveis, não bastando a existência de programas que porventura possam parecer adequados apenas à luz dos aspectos técnicos e metodológicos envolvidos. Nesse processo, o estudo das estatísticas públicas numa perspectiva histórica e comparada configura-se como poderoso instrumento de trabalho...

Bibliografia

- BRANDÃO, Gildo Marçal. (2007). Linhagens do Pensamento Político Brasileiro. Editora Hucitec. São Paulo.
- CARVALHO, José Murilo (2004). Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CORCUFF, Philippe (2001). As novas sociologias: construções da realidade social. Bauru: EDUSC, 2001.
- DESROSIÈRE, Alain (1993). Discutir o indiscutível. *Raison Pratiques*, n.3 - Pouvoir et légitimité. figures de l'espace public. Paris: Editions de EHESC (tradução de Vera da Silva Telles).
- LEPENIES, Wolf. (1996). As Três Culturas. São Paulo. Edusp.
- LIMA, Renato Sérgio. (2005). Contando Crimes e Criminosos em São Paulo: uma sociologia das estatísticas produzidas e utilizadas entre 1871 e 2000. Tese de doutorado. FFLCH/USP.
- MASSELA, Alexandre Braga. (2000). Stuart Mill, Durkheim e a prova de relações causais em sociologia. *Ciência e Filosofia*, São Paulo, n.6:61-158.
- PAYNE, Geoff (2007). Social Divisions, Social Mobilities and Social Research: Methodological Issues after 40 Years. *Sociology*; 41; 901
- PORTER, Theodore. (1995). Trust in numbers: the pursuit of objectivity in science and public life. New Jersey: Princeton University Press.
- RODRIGUES, José Maurício (2003). Do Ocidente à Modernidade: intelectuais e mudança social. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira.
- SALLUM, Brasílio. (2005). O Futuro das Ciências Sociais: a sociologia em questão. *Problemas e Práticas*. n 48, pp 19-26
- SILVA, Nelson do Valle (1999). Mobilidade Social. In: *O que Ler nas Ciências Sociais Brasileiras*. Sociologia. Volume II. Editora Sumaré e ANPOCS. São Paulo. PP. 57-94.
- SKOCPOL, T e MISKOLCI, R. (2004) A Imaginação Histórica da Sociologia. In: *Estudos de Sociologia*, Araraquara, 16, 7-29.

O futuro da Pesquisa Histórica no IBGE (e no Brasil)*

Nelson de Castro Senra


Resumo:

O texto analisa a pesquisa histórica realizada no IBGE, e pensa seu futuro próximo. Advoga que, embora a instituição estatística possa, e deva mesmo, ter sua agenda própria de pesquisa histórica, tudo deve ser feito no sentido de conquistar o envolvimento da comunidade acadêmica, e, nesse sentido, apresenta propostas.

No Brasil, partiu do IBGE a iniciativa de fazer uma ampla pesquisa histórica da atividade estatística brasileira, fixando períodos, temáticas e pessoas. Além dessa visão ampla, panorâmica, uma obra pronta, foi possível perceber temáticas a exigirem revisões nos enfoques, bem assim, temáticas a sugerirem abordagens específicas, já que apenas antevistas.

Em outros países (quase todos), esse tipo de pesquisa histórica ocorre em centros de pesquisa universitários, com pouca ou nenhuma participação das instituições estatísticas. Já no ambiente acadêmico brasileiro, vez ou outra, também se realiza esse tipo de pesquisa, mas sem abordar períodos longos, sendo mais comum o enfoque pontual, de um ou outro evento marcante, com realce para essa ou aquela pessoa. O mais amplo ocorreu mesmo no IBGE.

* Uma versão mais simples deste texto (em Power Point) foi apresentada no Seminário Internacional "As estatísticas latino-americanas em perspectiva histórica", realizado no Centro de Documentação e Disseminação de Informações, do IBGE, em 10 de junho de 2009 (antes da LASA2009). As opiniões aqui expressas são exclusivas do autor, podendo não significar a percepção institucional.



A razão dessa diferença se deveu, a nosso juízo, de ser o IBGE depositário do mais amplo arquivo documental sobre a atividade estatística brasileira, para seu período de existência, e também para longo período anterior, e de não estar esse acervo devidamente publicizado. Assim, só mesmo por um olhar interno se poderia adquirir uma percepção da qualidade e da variedade desse acervo, revelando uma relação próxima da história das estatísticas brasileiras à própria história do Brasil, e não apenas no sentido natural de leituras quantitativas e cartográficas que são tornadas possíveis, mas antes, também no sentido da própria formação da atividade estatística – tanto em sua dimensão sócio-política, quanto em sua dimensão técnico-científica – como parte da Nação e do Estado.

Enfim, escrita a história das estatísticas brasileiras, pelo IBGE, em quatro grandes volumes, resultaram três percepções importantes: primeira, que é por demais justo haver no IBGE uma agenda própria de pesquisa histórica, vendo eventos e pessoas numa perspectiva institucional; segunda, que essa agenda própria de pesquisa bem pode ser feita em parceria com centros de pesquisa acadêmicos; terceira, que esses centros acadêmicos podem bem ser estimulados a terem suas agendas próprias de pesquisa das estatísticas brasileiras, para o que se faz essencial publicizar amplamente a documentação depositada no IBGE. Por fim, na agenda ibgeana de pesquisa histórica terá que estar não apenas a estatística, como vem se dando até agora, mas também a geografia (no sentido da geociências).

Do passado ao presente

Como visto em outro texto nosso neste volume, de outubro de 2003 a outubro de 2007, o Centro de Documentação e Disseminação de Informações, do IBGE, desenvolveu o projeto de redação de uma "*História das Estatísticas Brasileiras: 1822-2002*", sob nossa idealização e coordenação. Com os quatro volumes já publicados, ofereceu-se aos estudiosos uma trajetória panorâmica da atividade estatística brasileira.

Os volumes são, sobretudo, descritivos, ainda que haja alguns capítulos analíticos; natural que assim fosse, pelo enorme período abordado, e pela vastidão da documentação, até então bastante desconhecida. Não houve tempo para maiores reflexões analíticas, em tudo o que foi feito, sob pena de se ainda estar fazendo a coleção; isso, contudo, não lhe tira valor, porquanto revelando períodos, eventos e pessoas a permitirem abordagens renovadas.

Esses volumes tiveram boa recepção acadêmica (já integrando bibliografias de vários cursos de mestrado e de doutorado, em várias áreas) a começar do expresso nos prefácios aos volumes, sempre feitos por pessoas externas. Vejamos alguns estratos:

No prefácio ao vol. I – *Estatísticas Desejadas: 1822-c.1889*, assim falou *Ronaldo Vainfas*, doutor em história, professor titular do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (pesquisador IA do CNPq):

O livro [...] é trabalho de fôlego raro de se ver. Uma síntese que reúne informação minuciosa e reflexão sistemática, relacionando a lenta e difícil construção da Estatística no Brasil com a história geral do Império, tudo devidamente referenciado ao contexto internacional. Pela consistência da pesquisa e abrangência da reflexão torna-se, desde já, livro obrigatório para os estudiosos do século XIX brasileiro, além de ser utilíssimo para os que desejem conhecer melhor a história deste país. [...] É o primeiro livro de uma coleção destinada a ser obra de referência na galeria dos estudos brasileiros.

No prefácio ao vol. II – *Estatísticas Legalizadas: c.1889-c.1936*, assim falou *Ciro Flamarion Cardoso*, doutor em história, professor titular do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (pesquisador IA do CNPq):

O que não funcionava a contento nas estatísticas nacionais tinha razões estruturais profundas, não podendo na verdade resolver-se ao sabor de decretos e resoluções, mesmo provindos do mais alto escalão da República. [...] O longo e espinhoso caminho em direção à institucionalização da Estatística no contexto e como instrumento a serviço do Estado contemporâneo brasileiro, uma rota cheia de idas e vindas, foi, sem dúvida, somente um aspecto pontual, entre outros, do fato mais geral de que, sempre de acordo com o ponto de vista weberiano, a República Velha “ficava devendo” ou deixava a desejar como forma cabalmente contemporânea – racional-legal – de Estado. [...] Para além do público interessado especificamente nas estatísticas brasileiras e sua trajetória temporal, este livro interessará igualmente a todos os que queiram entender melhor o que era o Brasil nos anos 1889-1936.

No prefácio ao vol. III – *Estatísticas Legalizadas: c.1936-c.1972*, assim falou *Angela de Castro Gomes*, doutora em ciência política, professora titular do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (pesquisadora sênior do CPDOC / FGV):

...o terceiro volume desta coleção faz o que se costuma chamar de uma “viagem redonda”. Ele se inicia com os esforços de desbravadores para construir uma instituição, dotando-a de um certo formato organizacional e ideológico, e se conclui com essa instituição reinventada nesse duplo aspecto. Muito se transforma, mas muito também permanece, sobretudo o desejo de manter uma tradição, que se conforma nas “origens” e é reinventada através do tempo pelo “trabalho da memória”, especialmente dos integrantes da instituição. Um trabalho que ganha lugar de relevo neste volume de muitos capítulos, densos e minuciosos no acompanhamento das glórias e dos infortúnios dessa trajetória. Para realizá-lo, muitos documentos foram consultados e são citados ao longo do texto, havendo anexos particularmente valiosos e capítulos que se destacam por sua originalidade e pelo interesse que podem despertar. De toda forma, muitas poderão ser as leituras e os usos possíveis do volume, certamente fundamental para futuras pesquisas, sejam

elas sobre as estatísticas e o IBGE, sejam sobre muitas outras questões de nossa história política e de nossa história cultural.

No prefácio ao vol. IV – *Estatísticas Formalizadas: c. 1972-2002*, assim falou Gilberto Hochman, doutor em ciência política, pesquisador titular da Casa de Oswaldo Cruz, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz):

A minha leitura dessa monumental História das Estatísticas Brasileiras (1822-2002), que chega agora ao seu quarto e último volume, é de que ela trata justamente dessas dimensões do processo de formação do Estado brasileiro. Mais do que uma narrativa da trajetória do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e suas sete décadas de existência, é uma história dos desafios e percalços para se construir mecanismos e organizações públicas capazes de apreender, mapear, interpretar e, até mesmo, planejar o Brasil de modo contínuo e sistemático. Porém, ainda que o IBGE não tenha o monopólio dessa atividade, nem mesmo o Estado brasileiro o possui por completo, é essa instituição criada em 1936 que sintetiza, opera e coordena, a transformação e a modernização dos aparatos e técnicas de registrar e conhecer o país. Analisar esses últimos 30 anos de história institucional que se confunde com a história contemporânea do Brasil é tarefa hercúlea, adjetivo apropriado para o tamanho deste livro.

Esse volume encerra um detalhado trabalho de reconstituição histórica dessa “ciência de Estado” no Brasil e contribui para preencher uma enorme lacuna na história das instituições estatais produtoras de conhecimento. A partir da década de 1990 emergiu uma prolifera e profícua produção sobre espaços de ciência no Brasil na qual o IBGE, ou mesmo a estatística, não foi contemplada. A história da ciência institucionalmente organizada no Brasil, mais preocupada com a medicina, a física, a biologia, a matemática e as ciências humanas, não atentou para outras ciências e instituições que estiveram no centro da construção simbólica e material do Brasil. Até a iniciativa dessa história das estatísticas brasileiras, o IBGE e os esforços precedentes não faziam parte de uma agenda mais ampla de pesquisa e reflexão. O diálogo entre estatísticos e historiadores, para uma história da estatística e de suas instituições em nosso país, tem sido provocado pelos primeiros, em particular por aqueles que empreenderam essa história das estatísticas no Brasil. É dos autores desta coleção que partiu a iniciativa do diálogo com a história, e que deve ser travado também com o campo da história das ciências.

Concluída a coleção, ficou claro que os volumes, pelo tamanho que assumiram, em nada favorecendo a portabilidade, e pela minúcia do conteúdo, não eram próprios a uma leitura corrente, por certo desejável e necessária a quantos militam na atividade estatística (dentro e fora do IBGE), e a quantos tenham interesse em história do Brasil. Por isso fez-se “*Uma breve história das estatísticas brasileiras: 1822-2002*” (480 páginas, mais ou menos), em que se omitiu detalhes, fixando atenção numa grande trajetória.

Paralelamente, realizaram-se seminários institucionais: três em 2006, quatro em 2007, três em 2008, e dois em 2009 (sem contar o seminário internacional considerado neste livro). Para cada um deles elaborou-se uma publicação, distribuída aos presentes (sem ônus algum). Em geral, as publicações

têm duas partes: a primeira contém textos atuais na temática do seminário, e a segunda contém textos antigos naquela temática, que assim ficam disponíveis aos estudiosos, para novos estudos e análises. Os seminários oferecem palestras de convidados, geralmente acadêmicos, que, estando presentes, conhecem o ambiente de pesquisa do IBGE. Contudo, ainda que sejam oportunos, os eventos não oferecem estrutura favorável aos debates, e em apenas uma ocasião conseguimos promover uma reunião de caráter técnico, com ampla troca de idéias (e foi sob o tema urbanismo e municipalismo).

Do presente ao futuro

Dar futuro ao passado implica, a nosso juízo, três atitudes, a terceira – conquistar a academia para a pesquisa histórica das estatísticas – sendo função da primeira – consolidar a pesquisa histórica no IBGE, e da segunda – dar acesso aos acervos sob sua guarda.

No plano interno, a maior falta é a equipe, a ter certo número de historiadores, entre outras formações. Isso é pedra de toque: formar uma equipe de trabalho permanente, seja numa unidade de estrutura, sendo parte do organograma institucional, seja apenas como um núcleo informal (não é o que importa). O vital é haver equipe, e que ela seja ligada à direção do Centro de Documentação e Disseminação de Informações; pensá-la ligada à Escola Nacional de Ciências Estatísticas não nos parece solução, a princípio, porquanto sendo apenas uma unidade de pesquisa, por algum tempo sem vínculo a ensino algum; num futuro ainda remoto, caso a pesquisa histórica ganhe solidez bastante para configurar formação específica, então, sim, que se pense num vínculo à Escola, até lá, o melhor mesmo é um vínculo ao Centro, onde está o grande acervo documental. Aliás, havendo equipe, num núcleo específico e especializado, uma sua primeira atividade seria promover uma associação da documentação à pesquisa histórica, dito de outra forma, a pesquisa histórica deveria tornar-se o norteador da organização da documentação; hoje, ainda que muito da documentação esteja digitalizada, sua acessibilidade é difícilíssima, quase que coisa de iniciado; no mínimo, faltam vários guias de fontes, mas falta muito mais, o que virá (somente) da percepção do significado histórico dos papéis e dos livros; sem essa percepção, a ordem existente é (de certa forma) aleatória; enfim, a capacidade informática do IBGE, também nesse aspecto, uma potência, precisa ser posta a serviço da revelação da documentação, modernizando-a intensamente.

Havendo equipe, e havendo documentação efetivamente publicizada, os pesquisadores acadêmicos começarão a perceber a potência da pesquisa histórica das estatísticas. Uma forma de acelerar essa percepção seria ampliar o alcance dos seminários institucionais, por certo muito valiosos no seu atual formato, já que realçando a memória institucional, mas a exigir variações mais acadêmicas; ou seja, vários dos seminários organizados poderiam ter uma segunda abordagem

mais acadêmica, ou seja, idéias seriam postas ao debate, à troca de visões; em apenas uma situação vivemos essa experiência, na associação entre o urbanismo e o movimento municipalista, e que foi plena de sucesso. Outra forma de acordar interesse na academia, ao que nos parece, seria dar curso ao projeto "*História do IBGE*"¹, não com foco na estatística, nem na geografia (ou geociências), mas com foco em ambas, figurando a trajetória institucional; fizemos esse projeto, e o apresentamos à apreciação da direção superior; haveria dois volumes, um que teria por nome "*IBGE, revelando a dimensão nacional do Brasil (1936-2006)*", e outro que teria por nome "*Formadores da Estatística e da Geografia brasileiras*"; ambos seriam feitos em parceria com acadêmicos, que seriam convidados a escrever capítulos previamente estabelecidos, e sob rigorosa orientação, de modo a se garantir unidade aos livros; por eles veríamos a "representação quantitativa e cartográfica do Brasil" ou a "representação estatística e geográfica do Brasil"; em suma a dimensão nacional expressa no título. Em grandes linhas, os volumes teriam a seguinte estrutura (as seções são abertas em capítulos), numa proposta modificável:

Vol. 1: IBGE, revelando a dimensão nacional do Brasil (1936-2006)

- 1ª seção: O IBGE no Estado Nacional
- 2ª seção: O IBGE e a ordem sistêmica na estatística e na geografia
- 3ª seção: O IBGE e seus campos científicos
- 4ª seção: O IBGE e os outros campos científicos
- 5ª seção: O IBGE e os processos de pesquisa
- 6ª seção: O IBGE e a utilização social das informações
- 7ª seção: O IBGE e a gestão interna

Vol. 2: Formadores da estatística e da geografia brasileiras

- 1ª parte: Formadores da estatística (sendo o IBGE herdeiro de um passado que remonta ao Império, daí haver nomes antigos)²

¹ Esse projeto foi elaborado por Nelson de Castro Senra e por Alexandre de Paiva Rio Camargo, e está datado de abril de 2009, quando foi entregue a David Wu Tai, coordenador geral do Centro de Documentação e Disseminação de Informações, do IBGE. Ainda não está aprovado.

² Numa primeira abordagem, foram relacionados Antônio Manuel Corrêa da Câmara, mais José Cândido Gomes; Haddock Lobo, mais Joaquim Norberto; Marquês de Monte Alegre, mais Paulino José Soares de Souza; Francisco Adolfo de Varnhagen, mais Bulhões Carvalho; Sebastião Ferreira Soares; Timóteo da Costa, mais Fávila Nunes; Aureliano Portugal, mais Oswaldo Cruz; mais Hilário Gouveia; José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho, mais Oziel Bordeaux Rego; José Carlos de Macedo Soares; Teixeira de Freitas; Rafael Xavier; Milton Rodrigues; Waldemar Lopes; Lourival Câmara; Giorgio Mortara; João Lyra Madeira; Isaac Kerstenetzky; Simon Schwartzman.

- 2ª parte: Formadores da geografia (sendo o IBGE o agente central de uma determinada temporalidade, e não o herdeiro de uma tradição remota)³

Duas outras iniciativas, uma interna, outra interna e externa, seriam valiosas. No âmbito interno, a equipe deveria conquistar sua legitimidade numa diuturna atuação pró-ativa, indo ao encontro do cotidiano institucional; um exemplo esclarecedor: recentemente a direção superior do IBGE colocou em discussão, e para isso criou um grupo de trabalho, a formação de comissões censitárias municipais não mais temporárias, como de hábito, mas em caráter permanente, pois bem, uma procura histórica específica por certo daria muitos subsídios a essa temática; outro exemplo: a equipe técnica do Censo 2010 vem estudando a inclusão de um quesito sobre a língua falada em casa, pois isso se deu no censo de 1940, e há vários estudos de Giorgio Mortara nessa temática, estudos não publicados que, somados aos debates daquele tempo e às resoluções resultantes, ajudariam nas decisões presentes; e há outros exemplos, mas esses já bastam para mostrar o vínculo direto da pesquisa histórica ao cotidiano institucional, dando valiosas contribuições. No âmbito interno, mas com efeito externo imediato, o IBGE devia abrir uma janela em seu portal para a pesquisa histórica, de um lado para divulgar em conjunto suas muitas atuações em pesquisas históricas, seja em livros, seja nas publicações dos seminários; e, de outro, para juntar em forma de *links* as diversas pesquisas históricas (textos de revistas, dissertações de mestrado, teses de doutorado, etc.) que guardam vínculo com as áreas de atuação do IBGE (a estatística e a geociências), direta ou indiretamente; por essa forma, pouco a pouco, seria possível estabelecer uma comunidade de pesquisadores.

Há, ainda, duas outras frentes de pesquisa histórica. Uma para estudar os órgãos estaduais (provinciais) de estatística, e há vários com longa tradição, como em São Paulo, em Minas Gerais, no Rio Grande do Sul, no Paraná, em Pernambuco, na Bahia, entre outros. Essas pesquisas poderiam, perfeitamente, focalizar uma dimensão temporal, unindo passado e presente dessas instituições, bem assim, focalizar uma dimensão espacial, comparando e combinando diferentes unidades da federação. Outra frente seria revelar a história dos órgãos federais de estatística, em geral autarquias, em diferentes níveis de autonomia; alguns têm origem antiga, outros são mais recentes; alguns têm efetiva vocação na produção de estatísticas, a passo que outros são produtores acanhados, sem maiores especializações. Essa frente de pesquisa é, possivelmente, por várias razões, mais difícil de concretizar do que a anterior, mas ambas são bastante promissoras.

³ Numa primeira abordagem, foram relacionados José Carlos de Macedo Soares; Christovam Leite de Castro; Everardo Backheuser; Sílvio Froes de Abreu; Virgílio Corrêa Filho; Alberto Ribeiro Lamego; Delgado de Carvalho, mais Therezinha de Castro; Allyrio Hugueney de Mattos; Fábio de Macedo Soares Guimarães; Jorge Zarur; Lysia Bernardes; Nilo Bernardes; Orlando Valverde; Speridião Faissol; Pedro Pinchas Geiger. E mais alguns influentes intelectuais estrangeiros: Emmanuel De Martonne; Pierre Deffontaines; Francis Ruellan; Leo Walbel.

O IBGE poderia ser um simples estimulador dessas pesquisas, senão mesmo um parceiro em suas realizações; numa ou noutra situação, são frentes passíveis de realização em parcerias acadêmicas.

A pesquisa histórica na academia

Realçemos essa temática. Na academia, não se há de negar, há pesquisas históricas focando a existência e a qualidade das estatísticas, as instituições estatísticas, a atividade estatística, ou um misto desses enfoques. As temáticas principais são: educação, saúde, municípios e em movimentos municipalistas, justiça e polícia, entre outros, e os há em demografia histórica. Em geral são dissertações de mestrado ou teses de doutoramento, valendo realçar alguns, bastante consistentes (sem nenhuma exaustão na revelação).

São exemplos de dissertações de mestrado:

A produção de estatísticas com base em registros administrativos: controle e informação, de Oswaldo Guizzardi Filho (Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, 2004);

Os serviços estatísticos em Minas Gerais na produção, classificação e consolidação da instrução pública primária (1871-1931), de Sandra Maria Caldeira Machado (Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2008);

Pátria de questionário: o clamor dos tipos quando o Brasil fez cem anos, de Marco Aurélio Martins Santos Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE / IBGE, 2004);

A notícia da estatística: a divulgação das estatísticas do IBGE na visão dos jornalistas, de Sílvia Maia Fonseca (ENCE / IBGE, 2005);

Educação corporativa nos institutos nacionais de estatística: o caso do IBGE (ENCE / IBGE, 2005), de Maria Angélica Vasconcelos de Araújo;

Estatísticas públicas: tempos e significados (o espaço da sociologia das estatísticas), de Herberth Duarte dos Santos (ENCE / IBGE, 2006).

São exemplos de teses de doutorado:

Contando crimes e criminosos em São Paulo: uma sociologia das estatísticas produzidas e utilizadas entre 1871 e 2000, de Renato Sérgio de Lima (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2005);

A dimensão da educação nacional: um estudo sócio-histórico sobre as estatísticas oficiais da escola brasileira, de Natália de Lacerda Gil (Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2007).

Ainda que essas teses e dissertações sejam orientadas, é raro poder dizer-se que tais orientadores integram uma comunidade de estudiosos das estatísticas. A coisa se dá mais no interesse dos mestrandos e dos doutorandos, ora por seus vínculos de trabalho, ora por razões de cunho pessoal. Assim, são raríssimos os historiadores, economistas, sociólogos, cientistas políticos, etc., que se dedicam à história das estatísticas. Embora não sejam muitos os que integram uma ainda incipiente comunidade brasileira de estudiosos em sociologia da atividade estatística, alguns nomes merecem registro. Além dos nomes vistos antes, do autor deste texto, e de Simon Schwartzman (em seus textos elaborados enquanto presidiu o IBGE), é de justiça mencionar Alexandre de Paiva Rio Camargo (historiador, com vários capítulos nos volumes 3 e 4 da História das Estatísticas Brasileiras, do IBGE), bem assim, Carmem Aparecida do Valle Costa Feijó (pesquisadora aposentada do IBGE e professora associada da Universidade Federal Fluminense) e Elvio Valente (também pesquisador aposentado do IBGE e professor da Universidade Estácio de Sá). E também merecem referência: Paulo de Martino Jannuzzi, professor da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE/IBGE) e pesquisador da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE/SP); César Vaz de Carvalho Júnior, ex-diretor-geral da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI/BA); Luiz Henrique Proença Soares, ex-diretor de pesquisa da Fundação SEADE/SP e ex-presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Essas pessoas, mesmo em produções descontínuas, com raras exceções, sugerem uma oportuna associação / sociedade de pesquisadores em história e sociologia das estatísticas. É interessante notar que todos os nomes desta ainda restrita comunidade integram ou integraram os quadros de instituições estatísticas nacionais, a maioria com passagens pelo IBGE.

Considerações finais

Não há que negar o apoio da direção superior do IBGE, em especial da direção do Centro de Documentação e Disseminação de Informações, à pesquisa histórica que vimos fazendo, esse interesse é manifesto na edição dos volumes antes referidos (nada baratos), e na realização dos seminários (também dispendiosos). E também é evidente a percepção da importância de se consolidar essa linha de pesquisa, dando-lhe a necessária formalidade, com recursos humanos específicos e especializados. Passar à ação, indo além das boas intenções, contudo, não é tarefa fácil, há de se reconhecer, e não é algo que se faça com rapidez; ao fim e ao cabo, passa por haver concurso público para admissão de pesquisadores, o que depende da autorização do governo federal, e mais um sem-número de outras medidas internas, a exigir muito tato, muito cuidado, para não desmontar o existente, sem garantias de se poderem continuar as inovações. Por certo já há ações, em meio às oportunas prudências.

16

As estatísticas brasileiras e a demografia histórica*

Tarcísio Rodrigues Botelho

Resumo:

A demografia histórica trouxe contribuições bastante inovadoras para a abordagem do passado, mas ainda é pouco desenvolvida entre os historiadores brasileiros. Pode-se afirmar que a presença da demografia histórica no cotidiano dos historiadores é modesta em relação ao que ela realizou e pode realizar em favor do conhecimento histórico. Neste texto, apresento uma visão da disciplina, bem como das perspectivas desse campo específico de conhecimento dentro da produção historiográfica brasileira, articulando-a com a produção de registros administrativos e de estatísticas que servem como fonte aos seus estudos. Primeiramente, trato da constituição da demografia propriamente dita e do surgimento da demografia histórica em geral. Em seguida, aponto suas possibilidades de estudo no Brasil tanto em função da trajetória da disciplina na historiografia brasileira quanto em relação às fontes de dados disponíveis. Nesse caso, apresento alguns projetos de pesquisa que vêm se dedicando à temática e que podem fazer avançar esse campo de conhecimento.

Introdução

A demografia histórica teve uma incorporação recente ao conjunto de preocupações da historiografia em geral. Entretanto, nestas poucas décadas de existência, pode-se dizer que trouxe contribuições bastante inovadoras para a

* Este trabalho contou com o apoio do CNPq (Processo 310248/2007-8), da FAPEMIG (Processo SHA - PPM-00334-08) e da PUC-MG (FIP 1999/29-P).

abordagem do passado, sobretudo por ter como objetivo algo que marcou a face da historiografia desde a primeira metade do século XX: a preocupação com o passado de todos os homens, e não mais apenas com as elites. Entretanto, face às contribuições que aportou, este campo do conhecimento ainda é pouco desenvolvido entre os historiadores brasileiros. Talvez pelo uso intensivo de métodos quantitativos, talvez pelas dificuldades próprias às pesquisas da área, talvez por “sair da moda”, pode-se afirmar que a presença da demografia histórica no cotidiano dos historiadores é modesta em relação ao que ela realizou e pode realizar em favor do conhecimento histórico.

Pretendo apresentar uma visão da disciplina, bem como das perspectivas desse campo específico de conhecimento dentro da produção historiográfica brasileira, articulando-a com a produção de registros administrativos e de estatísticas que servem como fonte aos seus estudos. Primeiramente, trato da constituição da demografia propriamente dita e do surgimento da demografia histórica em geral. Em seguida, aponto suas possibilidades de estudo no Brasil tanto em função da trajetória da disciplina na historiografia brasileira quanto em relação às fontes de dados disponíveis. Nesse caso, apresento alguns projetos de pesquisa que vêm se dedicando à temática e que podem fazer avançar esse campo de conhecimento.

A demografia formal e a demografia histórica

Estudar a população sempre esteve presente entre as preocupações dos homens encarregados de pensar o Estado. Assim, além dos esforços em quantificar a população através do que chamo de produção de estatísticas¹, desde o século XVII surgem tentativas de estimar e de projetar a trajetória futura das populações. Dentro desse conjunto de trabalhos precursores, ganha destaque o uso dos registros administrativos (sobretudo nascimentos e óbitos) para deles se extrair as primeiras generalizações sobre o comportamento das populações. Mas será no século XX que estes esforços alcançaram seus maiores frutos, sobretudo a partir dos trabalhos de Lotka sobre a “biologia matemática”. A demografia passou a dedicar-se a projetar a população e a prever o comportamento das principais variáveis demográficas a partir de cálculos probabilísticos e de técnicas indiretas de mensuração. As principais variáveis demográficas definidas a partir de então foram: mortalidade, natalidade/fecundidade, migração e nupcialidade (Shryock e Siegel, 1973; Carvalho, Sawyer, Rodrigues, 1994). Nesse avanço, ganham destaque os censos modernos, que deixam de ser meras contagens de população para contemplarem quesitos propriamente demográficos em seus questionários.

¹ Botelho, 2002. Vale lembrar que a palavra “estatística” tem a mesma raiz da palavra “estado” e surgiu com o significado de “ciência do Estado”. Para discussões mais sistemáticas sobre o Estado e a produção de estatísticas, ver Senra (2005, 2009).

Dados os avanços no campo da formalização matemática da demografia, surgiu o interesse em observar o comportamento destas variáveis no passado remoto, em momentos para os quais não se contava com estatísticas produzidas especificamente com a finalidade de gerar projeções de população. Assim, criou-se a primeira técnica de demografia histórica, desenvolvida na França por Louis Henry e Michel Fleury (Fleury e Henry, 1965). Esses pesquisadores utilizaram os registros paroquiais de batismos, casamentos e óbitos para reconstruir o comportamento das populações vivendo sob outros regimes demográficos. Ao mesmo tempo, surgiu outro grupo com interesse semelhante na Inglaterra, usando tanto os registros paroquiais quanto as listas nominativas de habitantes: o Cambridge Group for the History of Population and Social Structure (Wrigley, 1966; Laslett e Wall, 1974). Além de reconstruir as taxas demográficas das populações do passado usando os registros existentes, esse grupo de pesquisas também preocupou-se em analisar a formação e a estrutura dos domicílios. Seus trabalhos permitiram compreender alguns aspectos da dinâmica econômica e social destas populações. Posteriormente, outras técnicas foram desenvolvidas, apoiadas sobretudo em métodos de estimativa indiretas. Com relação ao estabelecimento das variáveis demográficas no passado, destacam-se os estudos do Princeton European Fertility Project, coordenado por Ansley Coale. Mais recentemente, muitos grupos de pesquisa têm se constituído com o objetivo de voltar aos formulários originais de censos antigos, sobretudo do século XIX e primeira metade do século XX, a fim de resgatar as informações individuais que permitam construir grandes bancos de microdados em datas fixas e/ou bancos de dados longitudinais a partir da conexão dos nomes dos indivíduos recenseados.²

A demografia histórica no Brasil

No Brasil, embora possam ser encontrados trabalhos anteriores com preocupações relativas à população, a demografia histórica propriamente dita foi introduzida pela profa. Maria Luiza Marcílio, que na década de 1960 desenvolveu sua tese de doutorado na França com o prof. Louis Henry (Marcílio, 1974). Entretanto, apenas posteriormente esta pesquisadora utilizou no Brasil a técnica de reconstituição de famílias (Marcílio 1986). Nos anos 1980, constituiu-se o CEDHAL (Centro de Demografia Histórica da América Latina), na Universidade de São Paulo (USP), com o objetivo de incentivar esses estudos no Brasil.³

² Um exemplo bem sucedido de banco de dados de grandes dimensões é o Integrated Public Use Microdata Series (IPUMS), sediado na Universidade de Minnesota, que agrega bases com microdados de censos nacionais de todo o mundo; sobre o projeto e suas bases de dados, ver Hall, McCaa e Thorvaldsen (2000). Outros exemplos importantes são: o Historical Sample of the Netherlands, International Institute of Social History (Holanda); o Demographic Data Base, Umea University (Suécia); PRDH e BALSAC, em Quebec (Canadá), dentre outros. Pode-se ter uma visão geral desses grandes projetos em: [HTTP://historicaldemography.net/questionnaires.php](http://historicaldemography.net/questionnaires.php).

³ Outros estudos na mesma linha são: Marcílio (2000), Bacellar (1997, 2001).

Na década de 1970, consolidou-se um grupo de historiadores demógrafos na Universidade Federal do Paraná, também formado na escola francesa. Trabalhando estreitamente com Louis Henry, foi possível a produção de uma versão adaptada de seu manual para as condições das fontes e arquivos brasileiros (Henry, 1988). Muitos dos professores da UFPR desenvolveram seus doutorados em demografia histórica, produzindo estudos que depois foram publicados (Burmester, 1986; Nadalin, 2001). Também na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) produziram-se alguns trabalhos na mesma linha (Queiroz, 1987; Mira, 1986).

Nos anos seguintes, esta e outras técnicas se difundiram. Sob a influência do Grupo de Cambridge, surgiram trabalhos na USP, tanto no Departamento de História (Samara, 1989; Freitas, 1986) quanto no Departamento de Economia (Costa, 1979, 1981; Luna, 1981; Luna e Costa, 1982; Motta, 1999). Também na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) foram realizados estudos voltados para a população brasileira no passado (Libby, 1988; Paiva, 1986, 1996).

Entretanto, os trabalhos propriamente demográficos declinaram em favor do que se poderia chamar de estudos de população. Assim, embora tenha ganhado certo espaço dentro da historiografia brasileira, pode-se dizer que a demografia histórica atualmente produzida no Brasil avançou relativamente pouco no entendimento da trajetória da nossa população no passado. Os estudos realizados concentram-se sobretudo no sul e sudeste do país. A família tornou-se um tema privilegiado de análise dentro da perspectiva dos estudos de população. Ironicamente, a família escrava acabou sendo mais estudada que a família livre, fazendo com que hoje tenhamos uma bibliografia muito rica nesse campo, que era praticamente ignorado há poucas décadas atrás (Slènes, 1999; Motta, 2002). De maneira geral, parece-me que há evidentes problemas com a carência generalizada de informações, sobretudo para o norte e o nordeste.

Os acervos documentais e a demografia histórica

No Brasil, a destruição sistemática de registros administrativos que poderiam servir para a produção de estatísticas demográficas históricas, especialmente aqueles de caráter local, torna difícil recuperar uma parcela importante da trajetória seguida por nossa população. Entretanto, creio que a busca mais sistemática e organizada dessas fontes poderia minimizar muitos desses problemas. Isso passa pela compreensão das condições em que elas foram produzidas e dos caminhos que elas percorreram até o presente.

No território brasileiro, a produção dos registros paroquiais assumiu alguns contornos específicos. Até a proclamação da República, em 1889, o clero ocupou um importante lugar na máquina burocrática do Estado colonial e imperial. A constituição de paróquias, a nomeação de padres, a remuneração

de parte do clero, dentre outras, eram funções do Estado, enquanto os padres desempenhavam uma série de papéis como simples funcionários civis. O mais destacado deles era a constituição e controle do sistema de registro de eventos demográficos. Assim, ao clero cabia a coleta de informações sobre nascimentos (através dos batizados), matrimônios e óbitos da população brasileira. Com a República, implantou-se o registro civil, que permaneceu pouco efetivo até períodos bastante recentes. Entretanto, não se resolveu o problema da posse dos documentos produzidos pela Igreja Católica antes da sua separação do Estado. Os registros paroquiais permaneceram em poder dos párocos ou foram recolhidos aos arquivos diocesanos. Desse ponto de vista, têm o caráter de arquivos privados, com a consulta condicionada à autorização prévia das autoridades eclesásticas.⁴ Recentemente, alguns desses acervos vêm sendo digitalizados com o objetivo de facilitar seu acesso ao público. E a Sociedade Genealógica de Utah tem trabalhado na microfilmagem e digitalização de grandes acervos de registros paroquiais. Esses esforços, todavia, dependem totalmente do convencimento dos responsáveis diretos pela guarda dos documentos.⁵

Mesmo o registro civil, cujos primeiros livros já ultrapassaram um século de existência, encontra-se com acesso indefinido. Para os estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, por exemplo, houve o recolhimento de parte dessa documentação e é possível pesquisá-la, com as devidas autorizações e cuidados com a questão do sigilo. Em outros estados, os cartórios continuam de posse dos livros e em geral dificultam o acesso dos historiadores que porventura desejem utilizá-los como fonte de pesquisa.

Outra fonte importante a recuperar seriam os formulários originais dos censos nacionais brasileiros. Para os censos anteriores ao IBGE, eles permanecem desaparecidos, embora não se tenham referências sobre a sua destruição. Os censos brasileiros diferenciam-se de alguns similares latino-americanos porque a legislação, embora falasse em preservação do sigilo da informação declarada, não previa a sua destruição física após a apuração dos dados. Entretanto, a criação ad hoc das várias Diretorias Gerais de Estatística para realizar cada um desses censos implicou na perda da memória administrativa sobre o que foi feito com o material censitário. Com a criação do IBGE, a continuidade administrativa dá

⁴ É útil comparar essa situação com a de Portugal, onde a instauração da República em 1911 implicou no estabelecimento de uma legislação obrigando a transferência para os arquivos distritais dos livros paroquiais de registros de batismos, casamentos e óbitos.

⁵ Deve-se registrar dois esforços significativos nessa direção. A FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais) financiou, durante os anos de 2006 e 2007 e sob coordenação do prof. Caio César Boschi (Processo EDT 2542/05), a migração para suporte digital dos livros de registros de batismos, casamentos e óbitos guardados no Centro de Documentação e Informação da Cúria de Belo Horizonte (CEDIC) e que haviam sido microfilmados no início da década de 1980 pela Sociedade Genealógica de Utah. O projeto foi desenvolvido na PUC-MG, que guarda uma das cópias digitais produzidas. O CNPq financia atualmente um projeto de natureza similar, envolvendo também a digitação de informações em bancos de dados (Processo 474307/2007-7). O projeto é coordenado pelo prof. Sérgio Odilon Nadalin, da UFPR, envolvendo uma grande equipe de pesquisadores de várias regiões brasileiras. Também são utilizados os microfilmes produzidos pela Sociedade Genealógica de Utah.

esperanças de que seja possível recuperar os formulários originais de censos muito ricos, como os de 1940 e 1950.

Demografia histórica e história social: algumas perspectivas

Um certo esgotamento da demografia histórica enquanto campo disciplinar especializado é algo observável na Europa ocidental, berço da disciplina. Identificado muitas vezes como uma crise, ele decorre de um fator externo e outro interno. O fator externo relaciona-se ao predomínio que a história cultural alcançou na historiografia contemporânea, provocando um certo abandono de outras abordagens, inserindo-se aí a demografia histórica. Entretanto, deve-se ressaltar que, embora a história cultural seja hoje hegemônica dentro da produção historiográfica, isso não significa que a produção sobre o passado em bases quantitativas tenha se extinguido. Pelo contrário, ela permanece vigorosa, muito embora esse vigor encontre sua expressão em fóruns interdisciplinares, onde a história se conecta com áreas como a economia, a demografia e a sociologia.

O fator interno diz respeito ao fato de que, à primeira vista, a demografia histórica cumpriu os propósitos para os quais foi criada. A disseminação dos estudos de reconstituição de família e de reconstituição de populações cobriu praticamente todas as paróquias de países como a França e a Inglaterra. Atualmente, os grandes investimentos voltam-se para o uso dos formulários originais dos censos do passado, como se observa no projeto IPUMS (Hall, McCaa, Thorvaldsen, 2000) e nos grandes projetos de demografia história da Holanda e dos países nórdicos, dentre outros países europeus. Esses grandes projetos têm feito avançar o conhecimento das populações do passado ao incorporarem às variáveis estritamente demográficas outras dimensões oriundas de campos de conhecimento vizinhos.

Daí decorre a necessidade de uma abertura no uso dos dados coletados com propósitos estritamente demográficos. Estabelecidas as principais variáveis demográficas (fecundidade, mortalidade, nupcialidade), percebe-se que é possível reexplorar os dados cruzando-os com outras variáveis sócio-econômicas. Surgem, assim, trabalhos que procuram conectar envelhecimento e trajetória de vida, ocupação e matrimônio, fecundidade e estratégias familiares, fecundidade e migração, mobilidade social, educação e outros.⁶

Outro aspecto a ser destacado é a constituição de equipes internacionais dedicadas à análise dos dados reunidos nesses grandes projetos de pesquisa. Vem se tornando cada vez mais viável estabelecer comparações seguras sobre diferentes

⁶ Ver, a título de exemplos: Bengtsson e Lundh (1999), Bengtsson e Dribe (2002), Dribe (2003), Reher, Gonzáles-Quiñones e Sanz Gimeno (2001), Reher e Gonzáles-Quiñones (2003), Dribe e Lundh (2004), Van Bavel, Peeters e Mathijs (1998), Van Leeuwen e Maas (1997, 2002).

países, em regiões bastante distintas do mundo.⁷ Nesse sentido, as possibilidades abertas com o avanço da demografia histórica têm possibilitado uma superação do horizonte naciocêntrico que sempre marcou a história enquanto campo de conhecimento. A história e as ciências sociais, nesse sentido, podem agora seguir o mesmo trajeto da demografia, desde perspectivas nacionais para pontos de vista comparativos internacionais.

Bibliografia

BACELLAR, C. de A. P. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste paulista, 1765-1855*. Campinas: Centro de Memória da UNICAMP, 1997.

BACELLAR, C. de A. P. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2001.

BENGTSSON, T., DRIBE, M. New evidence on the standard of living in Sweden during the 18th and 19th centuries: long-term development of the demographic response to short-term economic stress among landless in Western Scania. *Lund Papers in Economic History, No. 82*. Lund: Lund University, 2002.

BENGTSSON, T., LUNDH, C. Child and infant mortality in the Nordic countries prior to 1900. *Lund Papers in Economic History, No. 66*. Lund: Lund University, 1999.

BOTELHO, T. R. Revendo os censos e interpretando a história: dilemas e desafios do pesquisador. *Paper apresentado no XIII Encontro Nacional de Estudos de População*. Ouro Preto, 2002.

BURMESTER, A. M. de O. Contribuição metodológica para estimativas de mortalidade: Curitiba, século XVIII. In: COSTA, I. D. N. da. *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: IPE/USP, 1986. p. 295-308.

CARVALHO, J. A. M., SAWYER, D., RODRIGUES, R. N. *Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia*. Belo Horizonte: ABEP, 1994.

COSTA, I. D. N. da. *Vila Rica: população (1719-1826)*. São Paulo: IPE/USP, 1979.

COSTA, I. D. N. da. *Populações mineiras*. São Paulo: IPE/USP, 1981.

DRIBE, M. Childbearing history and mortality in later life: comparing men and women in Southern Sweden, 1766-1895. *Lund Papers in Economic History, No. 86*. Lund: Lund University, 2003.

⁷ Citaria dois exemplos em apoio a essa afirmação. Em primeiro lugar, coordeno desde 2007 um projeto de pesquisa financiado pelo CNPq dentro do Edital 005/2007 do Programa Sul-Americano de Apoio às Atividades de Cooperação em Ciência e Tecnologia (PROSUL) com o objetivo de coletar e divulgar de modo padronizado os microdados de censos e *padrones* da Argentina, Brasil, Colômbia, Paraguai e Uruguai para o século XIX (Processo 490653/2007-3). Em segundo lugar, destaco o projeto *Global Collaboratory on the History of Labour Relations, 1500-2000*, coordenado pelo International Institute of Social History, de Amsterdam, com a participação de pesquisadores de todo o mundo.

DRIBE, M., LUNDH, C. Finding the right partner: social and geographic aspects on mate selection in Southern Sweden 1829-1894. Trabalho apresentado na Sessão "Endogamy and partner choice in Comparative Perspective", *European Social Science History Conference*, Berlin, March 24-27, 2004.

FLEURY, M., HENRY, L. *Nouveau manuel de dépouillement e d'exploitation de l'état cil ancién*. Paris: INED, 1965.

FREITAS, J. L. de. O mito da família extensa: domicílio e estrutura fundiária em Jundiá, 1818. In: COSTA, Iraci Del Nero da. *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: IPE/USP, 1986. p. 205-222.

HALL, P. K., McCAA, R., THORVALDSEN, G. (eds.). *Handbook of International Historical Microdata for population research*. Minneapolis: Minnesota Population Center, 2000.

HENRY, L. *Técnicas de análise em demografia histórica*. Lisboa: Gradiva, 1988.

LASLETT, P., WALL, R. (eds.). *Household and family in past time*. Cambridge: Cambridge University Press, 1974.

LEEuwEN, M. H. D. van, MAAS, I. Partner choice and homogamy in the nineteenth century: was there a social revolution in Europe? *Journal of Social History*. Fall 2002, p. 101-123.

LEEuwEN, M. H. D. van, MAAS, I. Social mobility in a Dutch province, Utrecht 1850-1940. *Journal of Social History*, spring 1997, p. 619-644.

LIBBY, D. C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LUNA, F. V., COSTA, I. D. N. da. *Minas colonial: economia e sociedade*. São Paulo: FIPE, Pioneira, 1982

LUNA, F. V. *Minas Gerais: escravos e senhores*. Análise da estrutura ocupacional e econômica de alguns núcleos mineratórios (1718-1804). São Paulo: IPE/USP, 1981.

MARCÍLIO, M. L. *A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850*. São Paulo: Pioneira, Edusp, 1974.

MARCÍLIO, M. L. *Caiçara: terra e população*. São Paulo: Paulinas, CEDHAL, 1986.

MARCÍLIO, M. L. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000.

MIRA, M. A. F. B. A história demográfica da Ilha de Santa Catarina e o continente fronteiriço. In: COSTA, I. D. N. da. *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: IPE/USP, 1986. p. 309-322.

MOTTA, J. F. A família escrava na historiografia brasileira: os últimos 25 anos. In: SAMARA, E. de M. (org.). *Historiografia brasileira em debate: olhares, recortes e tendências*. São Paulo: Humanitas, CEDHAL, 2002. p. 235-254.

MOTTA, J. F. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: Annablum, FAPESP, 1999.

NADALIN, S. O. *Imigrantes de origem germânica no Brasil: ciclos matrimoniais e etnicidade*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001.

PAIVA, C. A. Minas Gerais no século XIX: aspectos demográficos de alguns núcleos populacionais. In: COSTA, I. D. N. da. *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: IPE/USP, 1986. p. 173-187.

PAIVA, C. A.. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. São Paulo: USP, 1996. (Tese de Doutorado – História Social).

QUEIROZ, M. L. B. *A vila do Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Rio Grande: Editora da FURG, 1987.

REHER, D.-S., GONZALES-QUIÑONES, F. R. Do parents really matters? Child health and development in Spain during the demographic transition. *Population Studies*. 57: 63-75, 2003.

REHER, D.-S., GONZALES-QUIÑONES, F. R., SANZ GIMENO, A. Procesos de modernización y trayectorias de vida: propuesta para el análisis sociodemográfico a partir de datos locales en España. Trabalho apresentado no VI Congresso de la Asociación de Demografía Histórica. Castelo Branco (Portugal), 2001.

SAMARA, E. de M. *As mulheres, o poder e a família: São Paulo: século XIX*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

SENRA, Nelson. *O saber e o poder das estatísticas: uma história das relações dos estatísticos com os Estados Nacionais e com as Ciências*. Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2005.

SENRA, Nelson. *A sociologia das estatísticas como norte da pesquisa histórica das estatísticas*. Paper apresentado na LASA 2009, Rio de Janeiro.

SHRYOCK, H. S., SIEGEL, J. S. *The methods and materials of demography* (2 v.). Washington, DC: US Government Printing Office, 1973.

SLENES, R. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava (Brasil Sudeste, século XIX)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

VAN BAVEL, J., PEETERS, H., MATHIJS, K. Connection between intergenerational and marital mobility: a case study, Leuven 1830-1910. *Historical Methods*. 31 (3): 122-134, summer 1998.

WRIGLEY, E. A. (ed.). *An introduction to English historical demography from the sixteenth to the nineteenth century*. New York: Basic Books, 1966.

Reflexiones sobre algunos estudios en historia de las probabilidades y las estadísticas en México.

Leticia Mayer

Resumen:

El trabajo que a continuación se presenta contiene una serie de reflexiones sobre los principales problemas que hemos tenido que enfrentar en México para el desarrollo de la historia de las probabilidades y las estadísticas. Esta problemática abarca el interés y motivo de las investigaciones, el contexto institucional, las aportaciones al campo de estudio y las líneas de investigación.

El interés que motiva la investigación

En un primer momento, el interés por la historia de las estadísticas en México surgió de mi tesis de doctorado. Puede decirse que fue una feliz casualidad: al buscar una comunidad científica en la primera mitad del siglo XIX me encontré con la creación de la sociedad científica más importante en el México del siglo XIX: el Instituto Nacional de Geografía y Estadística creado en 1833. Esto, aunado a las lecturas de Hacking y otros autores de la nueva corriente de historia de la probabilidad y la estadística, me dio el problema a estudiar. De este primer momento surgió el libro: *Entre el infierno de una realidad y el cielo de un imaginario. Estadística y comunidad científica en el México de la primera mitad del siglo XIX*. Esta primera etapa abrió un espectro de investigación mucho más amplio e interesante del que imaginé en un primer momento.

El segundo punto de interés fue el problema de las estadísticas de mortalidad en la segunda mitad del siglo XIX. En el México de aquella época, ésta fue una

demanda de salud pública, particularmente por los altos índices de mortalidad en la ciudad de México. Lo que ha quedado expuesto en esta investigación es que la creación de la Dirección General de Estadística, en 1882, respondió más a una demanda de salud que a un interés por las estadísticas económicas.

Posteriormente exploré el desarrollo de la probabilidad jurídica. Uno de los principales autores de estadísticas del siglo XIX fue Fernando Ramírez. Este particular personaje, además de ser un excelente historiador que recuperó códices prehispánicos, fue un abogado exitoso y un muy buen estadístico. Con estos antecedentes supuse que Ramírez había estudiado la probabilidad jurídica, principalmente a Bentham. Un caso de parricidio defendido por este abogado, me dio las claves de la probabilidad jurídica y su introducción en México en la primera mitad del siglo XIX.

Después de una exploración por el Archivo de Indias de Sevilla, me interesé por los censos hispanos. Recolecté 22 volúmenes de censos en el siglo XVIII. Una disputa, particularmente interesante entre el virrey Revillagigedo y el sabio criollo Alzate, me introdujo en la problemática de la inferencia estadística y el problema de contar o calcular una población.

Actualmente estoy explorando la génesis de la probabilidad moderna con una hipótesis interesante pero difícil de probar: las ideas de incertidumbre y riesgo se desarrollaron con el primer momento de globalización del mundo, el descubrimiento de América y la expansión hacia el lejano Oriente. Espero que esta investigación dé como resultado el libro: *Incertidumbre, riesgo y probabilidad en la historia de México*.

En concreto podemos decir que el interés que motiva la investigación se circunscribe a descubrir los elementos que hicieron posible la aparición de la probabilidad y el desarrollo de la estadística en la tradición hispánica.

El contexto institucional en que se enmarca

En México estos estudios se han enmarcado en el contexto de las instituciones académicas. Muchos historiadores recurren a las estadísticas como fuentes de información. Particularmente los que hacen estudios económicos y demográficos. Pero, en los últimos años, con la historia de las mentalidades este uso se ha expandido a otro tipo de datos, como la cantidad de personas que dedican advocaciones a ciertos santos, la mortalidad en grupos determinados, etc. Estos estudios se han realizado, por lo menos en la ciudad de México, en la Universidad Nacional Autónoma de México, El Colegio de México, la Universidad Autónoma Metropolitana, el Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social y el Centro de Investigaciones y de Estudios Avanzados del Instituto Politécnico Nacional.

El Instituto Nacional de Geografía, Estadística e Informática ha colaborado con algunas investigaciones, particularmente con apoyo económico, pero no tienen un departamento de estudios de historia de las probabilidades y las estadísticas.

Las investigaciones enfocadas al estudio de las probabilidades y las estadísticas en sí misma y no de su uso para otras aplicaciones, lo hemos hecho especialmente dos personas: la Dra. Laura Cházaro del CINVESTAV y yo desde el IIMAS-UNAM.

La definición o recorte particular del problema de investigación que se propone estudiar.

La mentalidad cualitativa y probabilista que rodea a estas ciencias las conecta con una gama de aplicaciones muy amplias, por lo que las posibilidades de estudio son exponenciales. Por el momento me he enfocado a los problemas expuestos en el primer apartado. En el caso de la Dra. Cházaro, se ha enfocado a las estadísticas médicas, la problemática filosófica de lo normal y lo patológico y el mundo de la cuantificación: la utilización de instrumentos para medir. A futuro pensamos seguir con esta problemática.

Los problemas o desafíos que se presentan durante el desarrollo de la investigación

Uno de los problemas ha sido encontrar la legitimidad del tema de investigación. Para los matemáticos probabilistas o estadísticos, la historia de sus ciencias es una especie de trabajo de lujo. Algunos de ellos, cada día más, se interesan por estos estudios. Hemos tenido dos seminarios de investigación interdisciplinarios que han sido muy fructíferos: uno con matemáticos e historiadores y otro, actualmente en desarrollo, con filósofos, historiadores y matemáticos. Para los historiadores más tradicionales, estas disciplinas las visualizan como elementos extraños dentro de otra especialidad que también les parece extraña: la historia de la ciencia. En otras palabras, nos movemos por los difíciles caminos de las fronteras entre diversas ciencias.

Las fuentes nos rebasan en muchos casos. Como las estadísticas no han sido documentos recurrentes para los historiadores, aunque esto se está revirtiendo, hay gran cantidad de material que prácticamente está inédito.

La periodización choca constantemente con las etapas que se han considerado más fuertes, como son las de la historia política, la económica y la de las revoluciones.

Hemos ido encontrando nichos propicios para nuestros estudios. Estos están principalmente en las instituciones académicas que hacen ciencias exactas, pero que se interesan cada día más por la historia, la antropología o la sociología.

Los recursos materiales siempre son escasos, pero no hemos tenido particular problema al respecto. Lo más difícil ha sido el encontrar estudiantes interesados en las temáticas y que después puedan seguir una carrera académica con estos objetos de estudio en mente. Las plazas cada día son menos y los requisitos para obtenerlas cada vez son más complejos y exigentes.

Los aportes o contribuciones al campo de estudio sobre las estadísticas que considere pueden derivar de sus resultados

Estos son muchos y muy variados:

1. Desarrollar la historia de unas ciencias muy particulares, que no surgen de problemáticas internas muy bien definidas, sino que se caracterizan por su aplicación a ciencias y problemáticas muy diversas que van de la ciencias más duras a los problemas sociales y políticos.
2. Destacar una historia de la ciencia de estudio muy reciente en el mundo: la historia de la probabilidad y la estadística y que, en la tradición hispánica, tiene mucho que decir.
3. Interconectar problemáticas que parecían totalmente disimboladas: matemáticas, teología, medicina, economía, política, entre otras.
4. Interconectar espacios geográficos que parecían no tener conexión: América, Europa, Oriente.
5. Disputar con la oposición centro-periferia que a veces no parece tener sentido.

Las preguntas o nuevas líneas de investigación que se abren como sugerencia del trabajo realizado

También estas son muchas y variadas:

1. Investigar con otros especialistas la problemática del riesgo marítimo, de origen muy antiguo en la tradición italiana y española y tal vez también en la portuguesa.
2. Explorar las problemáticas de los instrumentos de medición como actores no humanos, como los define Bruno Latour.
3. Descubrir la problemática de los censos y las preguntas que se hacían y la importancia que les veían.


Puntos de llegada que son puntos de partida. El estudio histórico de las estadísticas en Latinoamérica y la proyección de un horizonte comparativo

Claudia Daniel

Resumen:

Como reflexión marco del intercambio producido en el seminario internacional “Las estadísticas Latinoamericanas en perspectiva histórica”, este trabajo propone una serie de enfoques y líneas guía de investigación que permitan proyectar en este campo del conocimiento el horizonte común de una historia y una sociología comparada de las estadísticas públicas a nivel regional.

El seminario internacional “Las estadísticas Latinoamericanas en perspectiva histórica” presenta como balance la importante actualización del estado de problemas, preguntas y enfoques que dominan las investigaciones sociales en torno a las estadísticas públicas en los países de la región latinoamericana. Este fue el resultado del compromiso de un grupo de investigadores convocados por la idea de interrumpir el seguimiento de sus agendas particulares de investigación para “volcar sobre el papel” las reflexiones que esa tarea (realizada o en proceso) despliega siempre con la marcha y traducirlas a una forma material, estable y “manipulable”. Se buscaba, de esta manera, promover el examen atento de las ideas que estructuran las decisiones teóricas y prácticas que supone todo proceso de indagación y su cuestionamiento crítico. El intercambio de estas experiencias demostró, una vez más, que para el investigador en ciencias sociales escribir



sobre su labor y sus planes de investigación constituye un hábito saludable. Su ejercitación periódica ayuda a entender los problemas que nos ocupan, facilita el discernimiento analítico, clarifica tanto como estimula la creatividad al “descubrir” en nuestras propias palabras la presencia (hasta entonces subyacente) de “nuevas” preguntas.

Los avances en un campo del conocimiento social que, como surgió a partir del intercambio entre especialistas, todavía requiere maduración en cada uno de los terrenos nacionales, se encuentran necesariamente asociados a la presentación de los procedimientos empleados para estudiar el objeto y la identificación de sus límites. Si bien los marcos institucionales de desarrollo de este tipo de investigaciones mostraron ser muy diferentes en cada uno de los países representados en el encuentro (universidades, departamentos académicos, institutos de estadísticas), con ventajas y desventajas todos ellos, se reconoció en común la insuficiente consolidación de los campos nacionales del conocimiento entorno al objeto estadísticas públicas y las dificultades de transformar caminos abiertos por trayectorias individuales en programas formales de investigación. Programas que amplíen los alcances colectivos de esta práctica, con proyección hacia adelante, es decir, en condiciones de brindar un marco orientador a futuras investigaciones y promover la formación de grupos de investigadores especializados. Sin duda, una de las vías para alcanzar esa consolidación (seguramente insuficiente, pero por ello no menos valiosa) es la reflexión conjunta sobre la práctica de indagación histórica de las estadísticas públicas; práctica que, hasta ahora, se vio desarrollada de manera fragmentaria, a veces aislada, pero que se estableció como relevante en tanto inauguradora de nuevas puertas de entrada a la historia de los respectivos países.

En términos generales, el encuentro mostró que los fenómenos estudiados son abordados desde enfoques que privilegian como referencia espacios con fronteras nacionales. Esto nos compromete de algún modo con una tarea comparativa, iniciada a gran escala por la propuesta de Jean-Pierre Beaud y Jean-Guy Prévost. Las diferentes perspectivas de estudio presentadas –que tienen algún grado de vinculación con los marcos institucionales disímiles a los que pertenecen los investigadores– no constituyen abordajes excluyentes entre sí, sino que, por el contrario, podrían claramente asociarse en el horizonte común de una historia y una sociología comparada de las estadísticas a nivel regional. Esta iniciativa podría volcarse a contrastar las experiencias nacionales (comparar sus etapas, resaltar sus aspectos en común, así como sus singularidades) o poner énfasis en el análisis específico de sus puntos de cruce o intersecciones.

Algunos de los rasgos comunes que fueron mencionados en el encuentro, como la experiencia colonial, nos llevaron a establecer paralelismos; señalar de manera aproximativa contrastes y convergencias. ¿Acaso no es éste un primer paso para encarar un camino comparativo? Seguramente, ese proyecto exigirá renovadas discusiones y consensos. Esto es: debates entre formas de percibir esas

diferencias o semejanzas; acuerdos para establecer parámetros de armonización y comparación. Aún así, la aproximación comparativa, como horizonte de trabajo, tiene múltiples ventajas y éstas no recaen, exclusivamente, en las posibilidades de ampliar preguntas y problemas a encarar por estudios nacionales (es decir, sugerirle nuevas indagaciones a cada investigador particular). El contraste de procesos sociales de producción de estadísticas próximos, en sociedades espacial o temporalmente cercanas, permitiría reconocer la influencia de las “grandes causas” comunes, así como por el contrario identificar algunos rasgos originarios de cada marco contextual. ¿De qué otra manera ponderar lo que tiene de específico cada caso nacional sino es al trasluz de un acercamiento a una “panorámica” regional?

A su vez, esta perspectiva nos permitiría encontrar vínculos entre los procesos nacionales, percibir las influencias mutuas, diferenciar entre las causas generales y las locales. Podría potencialmente habilitarnos a “trascender” explicaciones unilaterales, ancladas estrictamente en causas internas a la unidad seleccionada (el estado nación). Esta ventaja no es poco importante en un campo temático como éste, tan atravesado por configuraciones transnacionales (como el internacionalismo estadístico que caracterizó al siglo XIX o la armonización global a la que propenden los organismos internacionales del siglo XX, con diferente ascendiente en las rutinas locales de producción de estadísticas). Por otro lado, la tensión que subyace al objeto de estudio entre las demandas de universalidad sobre la que se estructura el saber estadístico y las tradiciones nacionales de las que son deudoras las prácticas de recuento oficiales, brinda interés en sí mismo a un estudio de escala supranacional. Las condiciones de legitimación de este saber especializado son tanto nacionales como internacionales, lo que refuerza la necesidad de marcos espaciales que traspasen las fronteras nacionales.

Por supuesto, la tarea comparativa nos pone ante nuevos desafíos y uno, no poco importante, es el de traducir los códigos o vocabularios diferentes empleados por los investigadores de cada lugar. La articulación entre investigadores podría, sin embargo, contribuir a saldar otro de los desafíos que presenta para un investigador singular un trabajo comparativo: el de dominar con similar nivel de profundidad los casos que investiga.

Del intercambio producido en el encuentro surgieron algunas vías potenciales para empezar a plantear interrogantes relacionados con las estadísticas a escala latinoamericana o al menos *binacional*. Sólo cabe destacar aquí algunos de los caminos abiertos.

En primer lugar, la mención de la utilización, en Brasil, del tercer censo argentino de población (1914) como forma de presión en la opinión pública por realización del operativo censal de 1920 en ese país, abrió la pregunta por las influencias mutuas entre modalidades de producción de estadísticas en los distintos países; del mismo modo, nos lleva a interrogarnos sobre procesos de intercambio cultural, en sentido más amplio, en un campo del saber específico como es el estadístico.

Por otro lado, el análisis comparativo de las trayectorias sociales de los referentes autorizados en materia estadística de la región, de manera de establecer contrastes o paralelismos, también resulta sugerente. La importancia de estas figuras en la institucionalización de la actividad estadística fue referida en Argentina con la denominación del período que abarca desde la segunda parte del siglo XIX hasta 1914 como el de “las estadísticas de autor”. (OTERO, 2006) En términos similares, se destacó la forma en que las trayectorias individuales de los “hombres de estado” afectos a la lectura de los números se confunden con la historia institucional de las estadísticas en el caso de Brasil. (SENRA, 2009) Al parecer, la influencia de las “grandes personalidades” en el proceso histórico de construcción de esas instituciones en los países de la región, su protagonismo en el establecimiento de una tradición nacional e incluso en la construcción de una identidad corporativa, expresan la importancia de reconstruir las trayectorias de los cuerpos técnicos de los distintos países, sus semejanzas y diferencias, así como identificar también sus cruces.

Otra vía de acceso sugerente resulta ser la de una sociología histórica de las profesiones con las que se asoció el discurso estadístico en cada caso y que marcaron las formas nacionales en que se consolidó históricamente el campo estadístico. En este sentido, fue resaltado en el encuentro el predominio de los médicos en dos países. Así, la preeminencia de los demógrafos sanitaristas en Brasil, durante el período 1900-1930, encontró su paralelo en la configuración inicial del campo estadístico en el México del siglo XIX. Este camino no sólo habilitaría a identificar y contrastar cuáles fueron las profesiones centrales y marginales en cada uno de los casos nacionales, sino también a estudiar el interesante proceso histórico de disputas profesionales por el liderazgo del campo estadístico, la construcción de jerarquías (dominantes-dominados) o el establecimiento (temporal) de situaciones de virtual empate, a lo largo del tiempo y en cada configuración nacional, procurando dilucidar los factores históricos que intervinieron en este proceso.

Otro camino surgió de la confrontación de experiencias nacionales que muestran la clara hegemonía del estado en la inauguración y promoción de la práctica estadística en su país (Argentina, Brasil) frente a procesos históricos de institucionalización de la actividad estadística con la participación de quienes desarrollaron una práctica pública, pero no estatal, como en México, donde la primera institución estadística no tuvo inscripción gubernamental y estaba organizada alrededor de intereses y fines estrictamente académicos.

Por supuesto, las materias o preguntas (similares o diferentes) que incorporaron los censos nacionales de población en cada país, así como su evolución en el tiempo, constituyen otra puerta de entrada a una integración y comparación de casos. La mención en el encuentro del hecho de que, para 1940, los colectivos indígenas alcanzaron visibilidad estadística en casi toda América Latina, menos en Argentina, puede ser leída como la ‘punta del iceberg’ de un estudio sobre los intereses cognitivos presentes en los censos de la región que

exige mayor profundidad. A su vez, y más allá de los censos en particular, los temas que fueron quedando dentro o fuera del mapa institucional de la estadística pública en cada país, como resultado histórico de la puja entre diversos agentes (no sólo técnicos o especialistas estadísticos) por la definición de dichos temas, surgió del encuentro como un terreno fértil de análisis comparativo.

Por último, es importante tener en cuenta que lo comparativo del horizonte de trabajo aquí proyectado no tiene por qué quedar identificado, pura y exclusivamente, con lo transnacional. El ejercicio comparativo puede realizarse sobre unidades de análisis que no sean espacios de bordes nacionales, como los municipios o ciertas ciudades específicas. Al mismo tiempo, lo comparativo del enfoque puede radicar en la forma de construcción del objeto de investigación, por ejemplo, al estudiar las redes articuladas en determinado momento histórico por las estadísticas en un escenario supranacional (el Instituto Interamericano de Estadística, fundado el 12 de mayo de 1940, o el proyecto de Censo de las Américas de la década siguiente, emergen como objetos de estudio viables en este sentido). Desde ya, el cruce de fuentes entre investigadores será propicio para, como paso inicial, intentar reconocer huellas de esa intertextualidad construida a través de citas o referencias cruzadas de las obras estadísticas. Pero, sin duda, será necesario también identificar los intercambios que históricamente tuvieron lugar entre las comunidades de expertos locales, con miras a una labor de historización de los contactos efectivos, de reconstrucción de eventos específicos (que pueden ser congresos, como la serie iniciada por el Instituto Interamericano de Estadística en 1947, pero también exilios, viajes intelectuales, etc.) y de exploración de redes de extensión regional (o, al menos, bilateral). Ello posiblemente habilite un estudio histórico sobre la circulación de ideas en el campo estadístico regional que potencialmente rompa con la clásica mirada centro-periferia, recostada, generalmente, en una tarea de búsqueda de influencias (entendidas como apropiaciones pasivas del receptor) y en una concepción unidireccional de esos flujos.

Será este un gran desafío para investigadores y estudiosos de las estadísticas latinoamericanas.

Parte 5

Trajelórias Intelectuais

Entrevista com HERNÁN OTERO,


por Nelson de Castro Senra e
Alexandre de Paiva Rio Camargo*

Hernán Otero es, en la actualidad, Profesor Titular Ordinario de Sociología de la Población y del Doctorado en Historia. Investigador Independiente del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) en el Instituto de Estudios Históricos y Sociales (IEHS), Director del Anuario del IEHS, Facultad de Ciencias Humanas, Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, Tandil, Argentina. Miembro Asociado del "Centre d'Études Nord-Américaines" de la École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, Francia. Proyectos de investigación: "Historia social de la inmigración francesa en la Argentina, 1850-1930", "Pensar la población. Censos e ideología estadística en la Argentina durante el siglo XIX".

1) *Formação pessoal*

Você fez um curso de graduação em história em uma época de debates acalorados e militâncias radicalizadas. A América Latina passava por intensas lutas políticas e a sensação era de incerteza quanto ao futuro. Este cenário influenciou sua

* Uma versão inicial das perguntas recebeu, a pedido dos autores, comentários de Angela de Castro Gomes, Doutora em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro - IUPERJ, da Universidade Candido Mendes - UCAM, Professora Titular de História do Brasil, na Universidade Federal Fluminense UFF, e Pesquisadora Senior no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas - FGV.



opção pelo curso? Pode nos falar um pouco sobre sua graduação, fazendo um balanço sobre os aspectos positivos e negativos? Comparando os anos em que empreendeu seus primeiros estudos e o período atual, você destacaria mudanças no perfil do curso de história?

Mi formación estuvo, en efecto, muy influenciada por las circunstancias históricas que me tocó vivir. Como el resto de las personas de mi generación (nacé en 1962) alcancé a ver, muy fugazmente, los momentos finales de la gran ebullición política y cultural de los años setenta. Cuando ocurrió el Golpe Militar, el 24 de marzo de 1976, tenía apenas 14 años y la larga noche de la Dictadura me acompañó hasta la Guerra de Malvinas en 1982, es decir hasta los 20 años. Malvinas fue una divisoria de agua para muchos de nosotros, no sólo por razones vitales (soy de la generación que fue a la guerra, aunque no me tocó ir por haber sacado número bajo en el sorteo y porque estaba en la universidad) sino también porque fue el principio del fin de la Dictadura, un momento de deshielo que nos permitió abrirnos al mundo y sobre todo ingresar a la vida política (por esos años participé en la fundación del centro de estudiantes del que luego fui Presidente), aunque ya no en el contexto de militancias radicalizadas y excesivamente optimistas como las de las generaciones precedentes sino en un escenario más limitado pero también más realista y menos cargado de errores de apreciación. La terrible herencia del autodenominado Proceso de Reorganización Nacional (en particular sus miles de muertos y desaparecidos) hizo que los objetivos de la militancia de esos años –en esencia, la recuperación de la democracia- fueran aparentemente más limitados, pero no por ello menos profundos, sobre todo si se tiene en cuenta que la democracia en su forma parlamentaria, es decir un sistema de partidos políticos que compiten en elecciones libres, no había tenido valor alguno ni para los militares ni para las organizaciones armadas. El hecho de que la democracia llegó para quedarse en la vida argentina habla de la importancia de ese objetivo.

Mi formación profesional en el campo de la Historia fue atravesada por esos dos momentos muy claros y opuestos. Por un lado, la Dictadura Militar y, por otro, el período posterior a la Guerra de Malvinas. Todo ello estuvo también muy influenciado por el hecho de haber nacido y realizado mis estudios en una universidad del interior del país, alejada en cierto sentido de los cambios más importantes que ocurrieron en la ciudad de Buenos Aires y en otros grandes centros urbanos. Ese carácter si se quiere “periférico” de la ciudad en la que nacé y cursé mis estudios (Tandil, a 370 kilómetros al sur de la Capital) tuvo efectos paradójicos, en algunos casos negativos y en otros positivos, ya que acentuó lo que estaba ocurriendo a nivel nacional. Así, por ejemplo, la formación en Historia durante la Dictadura era, por un lado, de peor calidad en una universidad del interior sencillamente porque faltaban allí los circuitos culturales, los contactos, los debates propios de las grandes ciudades, etc. en donde a pesar del control militar resultaba más fácil estar informado y actualizado. Paradójicamente también, la renovación democrática fue más profunda y completa en mi universidad ya que

la llegada de intelectuales exiliados que habían estudiado en Francia permitió un recambio total del plantel docente, mientras que en las grandes universidades esa renovación fue mucho más lenta e incompleta. En ese sentido, mi formación fue –si se me permite la metáfora- bastante “esquizofrénica”: particularmente oscurantista y alejada de la investigación durante buena parte de mi carrera de grado; particularmente abierta al mundo y a las novedades de algunos centros de excelencia a partir del último año de la Dictadura y sobre todo con la renovación democrática.

No cabe duda por otra parte que la situación política influyó bastante en la opción por un curso de historia. Durante años pensé en estudiar arquitectura, hasta que la politización en la escuela secundaria (gracias a amigos que tenían parientes desaparecidos y exiliados) me llevó a optar por las ciencias sociales, primero por el periodismo (que no pude seguir por razones económicas), luego por la abogacía (que abandoné muy rápidamente) y por último por la historia.

Mi balance de la formación de grado es también dual: por un lado, una buena parte de la carrera fue una pérdida notable de tiempo, leyendo bibliografía muy desactualizada (la mayor parte de los buenos libros estaban censurados) y en un contexto de falta total de incentivos para la investigación ya que se suponía que nuestra único destino era la enseñanza en la escuela media. Por otro lado, valoro mucho el haber podido participar de los cambios ocurridos con la restauración democrática que nos hacían sentir que estábamos escribiendo la historia, en vez de leerla. El paso de una etapa a otra se tradujo además en una avidez y un entusiasmo por recuperar el tiempo perdido que difícilmente hubiera tenido sin haber pasado por la universidad del Proceso. Como se decía con ironía durante la transición democrática española (“Contra Franco estábamos mejor”) los años que estuvimos contra la dictadura (o mejor dicho, la dictadura contra nosotros) estuvieron plagados de enseñanzas y de certezas entrañables sobre lo que debía ser el futuro.

El contraste con la formación actual es desde luego muy notorio, ya que más de dos décadas de desarrollo universitario en democracia han dado sus frutos en muchos planos: la producción es enorme y de acceso a libre, las cátedras tienen orientaciones políticas e ideológicas diversas, la investigación es una posibilidad efectiva para los alumnos que se interesan en ella, las becas son bastante abundantes, el contacto con el mundo es mucho más amplio, etc. Desde luego que también hay muchos problemas, pero –vistos en comparación con mis años de estudiante- es muy difícil no tener una imagen globalmente optimista de los cambios ocurridos, aunque sin duda las generaciones actuales de estudiantes tienen también sus –ciertamente válidos- motivos de queja.

2) Pós-graduação

Em 1987, você fez um aprofundamento em história na Universidade de Paris. Que motivos pesaram em sua escolha pela França? O curso em Paris deve ter sido um

ponto de inflexão em sua carreira. Pouco depois, em 1993, ao que nos parece sua tese de doutorado consolidou uma mudança de enfoque. Como foi a passagem rumo aos estudos sócio-demográficos? Você ainda se define como um historiador? De que modo sua incursão nos ramos da demografia e da sociologia afetaram seu reconhecimento profissional e sua prática de historiador?

Mi viaje a Francia en 1986 fue un resultado directo de los cambios ocurridos durante la democracia, ya que fue el producto de un intercambio entre mi universidad y el Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine (Université de Paris III), fruto a su vez de la labor de algunos profesores que habían vuelto del exilio. En tal sentido, debo confesar que no tuve tiempo de elegir Francia (o ningún otro destino). Antes bien, la coyuntura me eligió al coincidir la apertura de la universidad al mundo con el año final de mi carrera de grado. Me parece esencial, en tal sentido, reconocer los azares de la historia y no escribir visiones racionalizadoras a posteriori que sugieren erróneamente que uno sabía de antemano hacia donde se dirigía. Desde luego, el salto de Tandil a París, que era también el salto de una mala formación de grado a una universidad de primer nivel, fue decisivo en mi carrera, no sólo en términos académicos sino, sobre todo, en términos humanos y vitales ya que me permitió conocer docentes, ideas, valores, y otra cultura en un momento clave para mi formación.

La elección de los estudios socio-demográficos tampoco se presentó como un dilema específico ya que como estudiante formaba parte de un grupo de investigación en historia de la población que trabajaba en técnicas de reconstitución de familias de inspiración francesa. La posibilidad de viajar a Francia predisponía bastante automáticamente a continuar con esa línea de investigación, cosa que hice tanto durante el Diplôme d'Études Approfondies como durante el Doctorado.

El tema de la autodefinición disciplinar es en efecto un problema que tiene aspectos positivos y negativos y puede ser planteado casi en los mismos términos que la identidad de los migrantes. Si usted es brasileño y emigra a Estados Unidos, donde vive varios años, sin duda incorporará muchas cosas nuevas, pero no por eso dejará de ser brasileño. Si bien emigré hacia la demografía y hacia la sociología de la población, no he dejado de ser historiador por ello. Por otra parte, y al igual que en las migraciones, siempre está la posibilidad del retorno y de la alternancia entre ambos mundos. Los problemas derivan más bien de las estructuras universitarias y de investigación que si bien reconocen a la interdisciplinariedad como algo positivo y recomendable, terminan en muchos casos por encasillarlo a uno, entre otras cosas porque los formularios siempre tienen una sola opción de respuesta y la burocracia tiene que ubicarlo a uno en algún lado. Por último, está la mirada de los otros: los demógrafos suelen verme como historiador y los historiadores como demógrafo, pero ambos grupos me reconocen como formando parte de ellos. Como en el ejemplo de la migración, uno ya no es igual al que era antes de salir pero tampoco se ha vuelto igual para los que habitan en el lugar de llegada, entre

otras cosas porque siempre se guarda algún acento, alguna forma de pronunciar específica. Nada de esto debe ser visto de modo dramático (aunque en momentos puntuales surjan algunas dudas existenciales sobre el particular) tanto más porque los aspectos positivos de la migración también suelen ser reconocidos ya que el haber incursionado en ambos mundos permite decir cosas de cada uno de ellos en el otro que por regla general son bien recibidas.

3) Retorno à Argentina

De volta ao seu país, como foi sua inserção nas instituições de pesquisas e universidades? Sendo visto, provavelmente, como historiador pelos demógrafos e como demógrafo pelos historiadores, de que maneira foram percebidas suas linhas de atuação? Que impacto surtiram seus estudos sobre mobilidade espacial, estratificação e redes sociais dos imigrantes na Argentina? Que dificuldades encontrou para obter apoio de laboratórios e financiamento dos órgãos de fomento à pesquisa?

Mi retorno al país fue bastante sencillo, en buena medida porque me había ido pensando en volver y porque había un compromiso de mi universidad en favorecer la reinserción laboral de los que habíamos partido a perfeccionarnos en el extranjero. Por eso entonces (año 1993), los títulos de posgrado no eran tan frecuentes lo que facilitó mi ingreso al Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET). Tampoco tuve problemas para obtener apoyo de mi centro de investigación o financiamiento por parte de los organismos estatales. Dado que mi tesis doctoral se había focalizado en la aplicación de las técnicas francesas de reconstitución nominal (reconstitución de familias, genealogías, análisis de redes sociales, etc.) al estudio de las migraciones europeas a la Argentina –tema clásico de nuestra historiografía- lo que yo podía aportar resultaba de interés tanto para los demógrafos históricos como para los historiadores sociales en general. Cabe destacar también que muchos otros investigadores de la inmigración trabajaban entonces con enfoques en parte similares, lo que permitió la conformación de una suerte de modelo argentino de pensar las migraciones, basado tanto en la reducción de escala de observación (propio de la demografía francesa y de la micro historia italiana) como en los aportes –concurrentes en el plano metodológico- de los historiadores norteamericanos del llamado Pluralismo Cultural como Marck Szchuman y, sobre todo, Samuel Baily, quien ha sido un referente esencial en el plano metodológico en muchas áreas (como la segregación espacial de los migrantes, el estudio de la endogamia, el asociacionismo étnico, la prensa, etc.). Esa renovación historiográfica, que tuvo su momento de auge en las décadas del ochenta y noventa, se orientó a buscar nuevas formas de análisis empírico y a discutir la interpretación clásica de sociólogos como Gino Germani (un intelectual italiano de notable influencia que, al igual que Giorgio Mortara en Brasil, llegó al país escapando del fascismo) y a poner de manifiesto que la integración de los inmigrantes europeos en el Río de la Plata no había sido tan lineal y rápida

como suponía la tesis del Crisol de Razas (o Melting Pot en la versión anglosajona) defendida por Germani. En ese sentido creo que el impacto de mis estudios y los de muchísimos otros historiadores que abordaron el problema (lo que dio lugar a una amplia producción, a múltiples foros de debate, y a la emergencia de la revista “Estudios Migratorios Latinoamericanos”), fue importante ya que contribuyó a abordar un conjunto de problemas significativos tanto para la historia migratoria como, a través de ella, la historia social argentina. Aunque los debates entre visiones antagónicas –como el Pluralismo Cultural y el Crisol de Razas- rara vez pueden ser zanjados de manera conclusiva en los estudios históricos, creo que la forma actual de pensar ambas alternativas ha evolucionado mucho gracias a la sumatoria de estudios microanalíticos sobre italianos, españoles, franceses, daneses y muchos otros grupos. Dado que la inmigración es en la Argentina una puerta de entrada para pensar otros problemas, otras áreas de la historia social también avanzaron de modo significativo, sobre todo en temas tales como la integración matrimonial y la formación de las familias, el estudio de las formas asociativas (tanto étnicas como de clase) de la Argentina decimonónica, las formas y mecanismos de la movilidad espacial y social, etc. Está claro que cada investigador puso su énfasis especial en esos debates y, de modo previsible, en mi caso ese énfasis estuvo dado por una mayor recurrencia a la cuantificación y a trabajar con universos totales, como así también una mayor predisposición a la defensa de la tesis del Crisol de Razas que, a pesar de sus enormes simplificaciones metodológicas, proporciona un esquema general bastante más cercano al proceso argentino, al menos cuando se lo compara con el caso norteamericano en el que se funda la tesis del Pluralismo Cultural. Con todo, lo más interesante –creo ahora- es que todos fuimos incorporando puntos de vistas alternativos que nos han llevado a sostener posiciones bastante más matizadas, complejas y convergentes.

4) *Liderança científica*

Você foi diretor de diversos departamentos e programas de doutorado na Universidad Nacional Del Centro de la Provincia de Buenos Aires, além de presidente da Associação de Estudos de Población de la Argentina. Poderia narrar os percursos institucionais que trilhou deste seu retorno do doutorado, alçando-lhe à direção de entidades tão diferentes como a academia e a sociedade científica?

Personalmente, siempre tuve claro que no se aprende sólo de los libros y que, en sistemas universitarios como los nuestros, el desarrollo de instituciones de promoción de la ciencia es fundamental. El trabajo del cientista social en general, y el de historiador en particular, suele ser muy solitario, de modo que resulta esencial integrar esfuerzos para conformar espacios institucionales más amplios que permitan el intercambio y la socialización de los conocimientos. Por eso participé activamente como socio fundador de la Asociación de Estudios de Población de la Argentina (AEPA), creada en 1991, junto a muchos otros colegas de todas las

disciplinas, precisamente porque no existía en el país un organismo que agrupara a todos los interesados en el estudio científico de la población. Años más tarde, siendo Presidente de AEPA (2003-2005) tuve también la suerte y el privilegio de trabajar en la creación de la Asociación Latinoamericana de Población, con colegas de toda América Latina, pero sobre todo de México y Brasil.

Lo mismo ocurrió con el Doctorado en Historia de la universidad. Teníamos la convicción de que era necesario contribuir al perfeccionamiento de los egresados ya que no resultaba factible que todos pudieran viajar al exterior y la demanda de estudios de posgrado era –y sigue siendo- alta. No es ningún secreto que en contextos fuertemente voluntaristas como el de América Latina donde no siempre existe todo el apoyo financiero necesario, el comprometerse con las instituciones lo lleva a uno –tarde o temprano- a ser propuesto para ocupar cargos directivos de importancia. Cuando ello ocurre creo que es esencial aceptarlos y dar lo mejor de sí para que las cosas sigan avanzando. Muchos investigadores suelen escapar a esas tareas pensando que su única función es la de investigar y escribir lo más posible (algo desde luego comprensible dadas las presiones productivistas de los organismos de evaluación a los que estamos sometidos), pero esa suerte de individualismo estratégico suele ser poco fecundo, desde luego en el plano institucional, pero también en el personal. Los investigadores y universitarios debemos ser conscientes que el gobierno de nuestras instituciones sólo puede ser realizado por nosotros mismos.

5) *Ensino*

Você consolidou sua trajetória acadêmica, atuando em programas de mestrado e doutorado em História, Demografia Social e Sociologia da População. Como você vê os diálogos (e as fronteiras) entre estas disciplinas? A seu ver, de que modo estas abordagens podem conjugar o estudo sócio-histórico das dinâmicas populacionais, preservando suas irredutíveis diferenças?

Los debates sobre los límites de las disciplinas son viejos como el mundo. Aunque necesarios, no debe perderse de vista que lo realmente importante son los objetos de investigación y no los límites imaginarios entre disciplinas e investigadores. En los años sesenta y setenta por ejemplo existió un debate entre dos términos -la historia demográfica y la demografía histórica- que consistía en saber cuál de las dos disciplinas debía ser más sustantiva que la otra para abordar a las poblaciones del pasado. Algo similar ocurre entre los términos de Demografía (de tradición más francesa) y Sociología de la Población (de inspiración anglosajona) que, al igual que el anterior, plantea si la demografía debe ser vista como el motor de los estudios o bien como una rama dependiente de la Sociología. Lo mismo ocurre en parte con el término historia de la población, viejo término reflatado en la actualidad, que se considera más avarcativo que el de historia demográfica y desde luego que el de demografía histórica. Aunque esenciales, es fácil que

estos debates terminen en querellas puramente nominales. En el caso de mis intereses de investigación, siempre encontré que la sigla de la International Union for the Scientific Study of Population (IUSSP), que apela a todos los investigadores interesados en el “estudio científico de la población” es particularmente adecuada. En primer lugar, porque reconoce que hay muchas formas de acceso a ese campo de saber (desde luego, la demografía, pero también la historia, la sociología, la geografía, la política, etc.). En segundo lugar, porque pone el acento en el objeto –la población– y no tanto en el enfoque. Hay que recordar que la población en el sentido científico del término (es decir un concepto de análisis académico y político de cómo se comportan y deben ser gobernados conjuntos humanos definidos a partir de parámetros específicos) es un término bastante nuevo en la historia del pensamiento occidental. Más claro aún, siempre hubo poblaciones humanas y pueden rastrearse conteos de población desde épocas muy tempranas, pero la reflexión sistemática sobre la población en el sentido moderno del término empieza en el siglo XVII con la llamada aritmética política inglesa. Desde entonces los aportes sustantivos a ese campo fueron realizados por pensadores de tradiciones académicas y disciplinares muy diversas. En tanto objeto de investigación transversal los estudios de población tienen un carácter forzosamente poligenético y ello es una fuente no sólo de tensiones sino también de mucha riqueza.

Todo esto se traslada desde luego a la enseñanza. En Argentina, como en muchas otras partes del mundo, no existen estudios de grado en demografía, aunque el objeto “población” es una asignatura en muchas carreras. Los especialistas en población son producto de la formación de posgrado de gente que viene de la historia, la economía, la sociología, etc. Desde luego eso plantea énfasis diferenciales según los casos (un curso de posgrado en el área demografía exige forzosamente un mayor énfasis en las técnicas y métodos estadísticos propios de la disciplina, un curso en un posgrado de ciencias sociales lleva en cambio a un mayor énfasis en los conceptos y en las teorías), pero lo esencial sigue siendo –en mi opinión– pensar el objeto de la manera más amplia posible.

También intervienen, desde luego, los momentos personales de cada investigador y las tendencias historiográficas más generales en las que nos hallamos insertos. Durante mucho tiempo, la medición en sí misma fue el aspecto central de los cursos en buena medida porque se trataba de un área de vacancia, pero con el avance de los conocimientos resulta cada vez más evidente que la precisión de la medición es una condición necesaria pero no suficiente. Por citar un sólo ejemplo, la medición del envejecimiento es esencial para estudiar el fenómeno pero su interpretación requiere de muchos más conocimientos: la sociología de la salud y de las relaciones sociales en la vejez; la economía de los sistemas previsionales, del ahorro y el consumo; las políticas sociales de los estados, etc. Louis Henry, que era un extraordinario demógrafo, solía decir que al demógrafo sólo le incumbía estudiar las llamadas causas internas de los fenómenos y que el resto era incumbencia de otras disciplinas. A pesar de su autoridad, no creo

que muchos especialistas de población acepten hoy esa reducción de sus tareas potenciales. Me animaría a decir, aunque se trate de futurología, que el futuro de los estudios de población pasa por el incremento de diálogos y puntos de vista y que los especialistas continuarán ampliando cada vez más sus áreas de incumbencia, desde luego sin descuidar la medición, pero multiplicando los enfoques teóricos sobre los objetos ya que las ciencias son, ante todo, conjuntos de teorías.

6) Sobre o Brasil

Sua vasta produção acadêmica sugere seu enraizamento na comunidade científica argentina, talvez como um “chefe de escola”. Por demais, o intercâmbio com instituições estrangeiras continuou fortemente presente em sua trajetória, com a realização de vários estágios de pós-doutorado (École de Hautes Études, Universidad Complutense de Madrid, Université de Québec à Montréal), participação em seminários internacionais e traduções de obras de referência. Neste último aspecto, você traduziu um capítulo de livro sobre os costumes do campesinato teuto-brasileiro. Integrou publicações brasileiras, elaborando um artigo sobre classificação de gênero e outro sobre imigração francesa na Argentina, este último em coletânea organizada por Boris Fausto. Como você acompanha a produção científica brasileira relacionada às suas áreas de atuação? Qual é o seu interesse na realidade brasileira?

Los países más avanzados en los estudios de población de América Latina son Brasil y México, afirmación que probablemente sea válida en muchas otras áreas de las ciencias sociales. No hay desde luego nada sorprendente en ello ya que el desarrollo científico de los países está fuertemente ligado al desarrollo social y económico general. En el caso de la población, la importancia de ambos países se acrecienta de modo notable por al menos dos razones. En primer lugar por su riquísima historia sociodemográfica. Basta pensar en algunos temas centrales de la historia de la población latinoamericana –como el derrumbe de la población indígena tras la Conquista o la esclavitud- para comprobar esa importancia. Esos problemas no son exclusivos de México y Brasil, pero alcanzaron en ellos una magnitud mucho más significativa. En segundo lugar, la explosión demográfica de América Latina, que catapultó a ambos países a ser los gigantes demográficos de la región, motivó una importante ayuda internacional que, junto al propio esfuerzo de las comunidades locales de científicos, se tradujo en la creación de centros de investigación, cursos de posgrado, formación de docentes, y desde luego una consecuente y variada producción académica.

Mi interés en el caso brasileño es en tal sentido previsible ya que la producción histórica y demográfica de Brasil es muy importante. A ello se suma, a diferencia del caso mexicano, que Brasil tuvo un proceso migratorio europeo importante y que, en consecuencia, muchos aspectos de esa problemática son similares al caso rioplatense. Precisamente, una de las conclusiones importantes

de la historiografía migratoria argentina fue la de considerar que el punto de comparación obligado del caso argentino era Brasil (sobre todo la región paulista y el sur del país) y no el caso norteamericano que, durante mucho tiempo, había constituido la referencia obligada de los estudios. Dado que los límites políticos de los Estados nacionales esconden notables heterogeneidades internas, cuando se observan áreas subnacionales específicas aparecen muchas similitudes y diferencias que merecen ser comparadas, sea de modo sistemático (algo no siempre fácil de hacer porque requiere proyectos colectivos binacionales), sea cuanto menos de modo reflexivo, es decir pensando un caso nacional a la luz del otro.

Por último, existe una cuestión política profunda que es la comunidad de destino de los países latinoamericanos, plasmada por ejemplo parcialmente por el Mercosur y otros organismos similares. Ese “destino sudamericano” –para usar una bella expresión de Jorge Luis Borges- lleva naturalmente a pensar la historia a la luz del presente y del futuro próximo. También aquí, esta vez por razones geográficas, la relación Brasil-Argentina aparece como una relación privilegiada del análisis histórico.

7) Estadística y nación

Seu livro Estadística y nación: una historia del pensamiento censal de la Argentina moderna 1869-1914, de 2006, é sem dúvida uma obra seminal por sua abrangência, originalidade e acuidade analítica. Não há qualquer paralelo na bibliografia brasileira dos estudos sócio-históricos sobre as estatísticas. Ele pode ser considerado um turning point em sua produção científica, alargando o enfoque sobre as séries históricas para a análise do campo estatístico? Este campo de pesquisa é bem estruturado na Argentina, com espaço para produção-difusão de autores e obras? Como você vê a contribuição de seu livro para a consolidação desta abordagem, em orientações, publicações, seminários e teses? A propósito disso, qual é o parentesco entre a sociologia da população e a sociologia das estatísticas?

Creo que “Estadística y Nación” es la obra más importante que he escrito, no sólo porque fue el producto de muchos años de trabajo sino también porque me permitió combinar y condensar en él muchas de las cosas que había trabajado en el pasado, en particular, la historia de la inmigración y la historia social, con la historia de las instituciones estatales, las formas de medición, y la historia de la recepción de las doctrinas sociales y demográficas. Para mi sorpresa, el libro fue bien recibido por la historia cultural y por otras áreas de investigación como los estudios de movilidad social de orientación culturalista y la historia de la salud, a pesar de que lo escribí pensando casi exclusivamente en los historiadores de la población.

Si bien existen otros investigadores que trabajan centralmente la historia y la sociología del conocimiento estadístico en la Argentina (como Jorge Pantaleón,

Hernán González Bollo, Claudia Daniel, por citar los más visibles) sería exagerado considerar que se trata de un campo estructurado de investigación, al menos en el sentido más ortodoxo de la idea de campo, ya que no hay foros específicos permanentes ni revistas consagradas de modo central a esa temática (como si las hay por ejemplo en España o en Francia). Sin embargo, las revistas de ciencias sociales en general son receptivas a publicar artículos de historia de la estadística, el tema ha tenido buena acogida por parte de numerosos investigadores y ha dado lugar a mesas de reflexión en Jornadas de sociología, historia y de demografía. Más importante aún, creo que el objetivo básico de todos estos trabajos –mostrar el carácter performativo de las estadísticas como un elemento central para la historia social y de la ciencia- comienza a ser tenido en cuenta por otros investigadores, sea como tema central, sea –lo cual también es desde luego importante- como insumo básico para investigaciones que se orientan en otras direcciones. Preferiría hablar más sencillamente de un “síntoma historiográfico”, es decir un conjunto de preguntas, fuentes y de perspectivas de análisis que pueden ser consideradas como relevantes para otros problemas de investigación. Si mi libro contribuyó en esa dirección desde luego es una satisfacción. La contribución de mi libro en tal sentido, es la de haber plasmado un cierto modelo de hacer historia de la estadística que si bien combina varias dimensiones, prioriza sobre todo un enfoque de historia conceptual, es decir centrado en los conceptos, las categorías de análisis y las doctrinas sociales y demográficas. Entiendo que la próxima publicación de la tesis doctoral de Hernán González Bollo, y la finalización de la tesis doctoral de Claudia Daniel también contribuirán a aumentar las referencias posibles para hacer este tipo de historia, a partir de modelos de análisis, en parte coincidentes, en parte complementarios y alternativos al mío, lo cual es muy bueno para dar mayor riqueza y potencialidad a este área de estudios.

La relación entre sociología de la población y sociología de la estadística no es por cierto evidente a priori. Basta mirar cualquier manual de sociología de la población para ver que se concentra en un conjunto de tópicos (fecundidad, mortalidad, nupcialidad, hogares, estructuras de edad, políticas de población, etc.), clásicos de los estudios demográficos, pero que no incluye referencias a la sociología del conocimiento estadístico. Si bien la sociología de la población y la demografía le dan mucha importancia a las fuentes de datos (estadísticas vitales, encuestas, y sobre todo censos) lo hacen desde la perspectiva instrumental de analizar sus problemas de cobertura (subregistro, doble cuentas, etc.) y confiabilidad, es decir lo que yo llamo en mi libro un “análisis de primer grado”. La sociología del conocimiento estadístico, en cambio, apunta a un estudio en “segundo grado”, es decir en tanto producción cultural que testimonia las concepciones intelectuales y políticas de sus autores o de una época. Esta distinción resulta pertinente si se tiene en cuenta, como propone von Hayec, que las ciencias sociales a diferencia de las naturales no se ocupan solamente de los hechos sociales sino también de la “representación” de los mismos.

A pesar de ello, existe una relación profunda entre la sociología del conocimiento estadístico y la sociología de la población que tiene que ver, justamente con el objeto "población" ya que la estadística y la demografía se desarrollaron en íntima conexión desde la aritmética política inglesa del siglo XVII (en la que ambas reconocen un punto de arranque decisivo) hasta la clara diferenciación de la estadística como disciplina autónoma y como teoría coherente en el período 1885-1925. La demografía y la estadística continuaron sin embargo como dos ciencias íntimamente vinculadas por razones que se comprenden fácilmente: de todas las ciencias sociales, la demografía es la que más recurre a la cuantificación o, para ser más exactos, es la única ciencia social que hace del análisis estadístico un rasgo constitutivo de su caracterización como disciplina. Análogamente, de todas las actividades humanas, los hechos de población son los que más fácilmente permiten un análisis estadístico (disponibilidad de datos, fenómenos universales susceptibles de aplicación de la ley de grandes números, etc.), posibilidad que explica la notable predilección por los fenómenos demográficos que caracterizó a la estadística durante mucho tiempo. Asimismo, la íntima relación intelectual entre ambas ramas del saber, tejida en el decisivo lapso que va del siglo XVII al XIX, y la doble pertenencia disciplinaria de muchos de sus cultores torna arriesgada cualquier distinción neta entre ellas. Por todas estas razones, cualquier reflexión sobre la sociología de la población o la demografía implica una reflexión sobre el conocimiento estadístico y viceversa.

8) *Tradição perdida?*

Seu livro utiliza o conceito de geração para analisar a atuação e a produção dos censistas argentinos, com destaque para Diego Gregorio de La Fuente (1834-1909) na primeira geração; Francisco Latzina (1843-1922), Alberto Martinez (1868-1925) e Gabriel Carrasco (1854-1908) na segunda; Alejandro Bunge na terceira. Sua análise explora suas redes sociais e as grades de interpretação que orientaram as matrizes e os comentários nos três primeiros censos da República Argentina. Impressiona o esforço destes homens para moldar uma tradição nacional, fiel ao princípio do minimalismo metodológico, enfrentando os limites da precariedade institucional. A seu ver, por que esta experiência censitária tão bem sucedida não resultou em uma instituição estatística nacional moderna, com autonomia e independência?

Creo que hay allí dos aspectos, uno normal y común a la estadística occidental y otro crítico y específico al caso argentino. En lo que respecta al primer aspecto, se observa en el largo plazo en todos los países el paso de una estadística muy creativa, con fuerte impronta personal de sus creadores y que incluye elementos muy variados (que van desde la cuantificación a la descripción cualitativa del territorio y la historia) a una estadística más anónima, casi exclusivamente cuantitativa y mucho más neutra en el plano interpretativo. En mi libro he definido esos dos momentos, como el paso de la "estadística de autor"

a la “estadística anónima” que, para el caso argentino ocurre entre el tercero (1914) y el cuarto (1947) censos nacionales de población. Ese fenómeno, insisto, fue común a otras experiencias nacionales aunque la cronología fue diferente en cada país.

El segundo aspecto remite, en cambio, directamente a la pregunta que me formulan y que considero muy pertinente. ¿Por qué la Argentina no consolidó tempranamente una institución estadística, con autonomía e independencia? Pregunta que, una vez más, nos lleva a la comparación con el caso brasileño y la temprana creación del IBGE en 1937. Si bien el período posterior a 1930 no ha sido el objetivo central de mis indagaciones, creo que la clave está en la evolución política diferencial de ambos países ya que la Argentina inició a partir del Golpe de Estado del General Uriburu en 1930 un conflictivo ciclo de gobiernos civiles y militares que recién se cerró con la restauración democrática en 1983. A su vez, la importancia decisiva del peronismo histórico (1946-1955) implicó una profunda divisoria de aguas de larga duración en la sociedad argentina entre peronistas y antiperonistas, que se relacionó a su vez íntimamente con las interrupciones del proceso democrático. Esas conflictivas evoluciones políticas se tradujeron en cambios profundos y discontinuos en la estructura del Estado que fueron muy claros en el caso del sistema estadístico. Entre los años cuarenta del siglo XX y la creación del actual Instituto Nacional de Estadísticas y Censos (INDEC) en 1968 durante la Dictadura del General Onganía hubo siete redefiniciones del estatus institucional de la principal oficina de estadística del país. Por todo ello, la Argentina recién definió una institución estable y centralizada en una fecha tardía. Aunque la explicación pueda resultar algo general es evidente que los cambios institucionales y políticos relegaron a un segundo lugar a las instituciones de estadística, lo que explica su menor estabilidad y performance durante el período en relación con la segunda mitad del siglo XIX.

A todo ello debe sumarse la actual crisis del INDEC a raíz de la infeliz intervención gubernamental al instituto en enero del 2007. Esta crisis llevó a su paroxismo la dependencia de la estadística –que huelga decirlo debe ser un aparato de percepción del Estado y no del gobierno de turno- y asestó un duro golpe a la credibilidad pública del INDEC. Sin que ello implique disminuir la responsabilidad de la última intervención gubernamental, la crisis actual del instituto es también el corolario de una tendencia a la intervención política que registra muchos antecedentes en la historia argentina, incluso durante el siglo XIX cuando el parlamento se opuso a la realización de los censos nacionales de población para evitar los efectos electorales derivados de los crecimientos demográficos diferenciales de las provincias (lo que explica, dicho sea de paso, la irregularidad de los intervalos entre los censos de 1869, 1895, 1914 y 1947 a pesar del mandato constitucional del censo decenal). El escenario abierto por la derrota electoral del gobierno en las elecciones legislativas del 28 de junio del 2009 debería llevar a la discusión de qué clase de INDEC necesita la Argentina, tema del que es conciente la clase política, las asociaciones científicas, y la opinión

pública en general. La forma en que se resuelva la actual crisis sin duda definirá el futuro del instituto. Dado que las crisis son también la oportunidad para introducir cambios de fondo, sería deseable que el debate sobre el destino del INDEC de lugar a su transformación en una institución verdaderamente autónoma del gobierno de turno.

9) Estatística e educação

Ainda no que diz respeito a esta tradição, a Argentina consolida uma qualidade censitária, por certo influenciada em um elevado índice de instrução primária da população. Coincidência ou não, o primeiro censo nacional, de 1869, realizou-se na presidência de Domingo Sarmiento (1868-1874), que investiu intensamente em escolas e bibliotecas públicas. A consolidação de uma tradição censitária sugere que, desde cedo, a Argentina teceu um elo fundamental entre a atividade estatística e a educação, de que depende tanto a viabilização das primeiras operações censitárias (preenchimento dos boletins, treinamento de pessoal) quanto a conquista da sociedade sobre a importância e utilização das estatísticas. A seu ver, este elo se manteve no período de atuação da principal instituição estatística argentina, o INDEC?

La relación entre estadística y educación ha sido importante en todos los países. Los censistas argentinos de la segunda mitad del siglo XIX y principios del XX fueron muy conscientes de esa relación, ya que visualizaron a la producción estadística como un elemento fundamental para la definición de grupos de riesgo y para la elaboración de políticas sociales. Entre esos grupos de riesgo, se hallaba en primer lugar la población analfabeta considerada por los censistas como la causa de otros graves problemas sociales (el abandono, la prostitución, y sobre todo el delito) pero también como un elemento crítico para la viabilidad misma del sistema democrático, sobre todo a partir de la Ley Sáenz Peña de 1912 que estableció el voto masculino universal y obligatorio. Ello explica la importancia que tuvieron las categorías relativas a la educación en los primeros censos nacionales y también la realización de censos sectoriales específicos como los censos escolares de 1883-1884 y de 1909. Los censistas también consideraron a la educación como un indicador clave del nivel de desarrollo del país lo que se tradujo en continuas comparaciones de los niveles de analfabetismo argentinos con los de otros países latinoamericanos y, sobre todo, con los Estados Unidos, que actuaban como modelo de referencia a imitar.

La relación entre educación y estadística también puede ser planteada en otro sentido. Si bien el Estado Argentino se caracterizó por políticas activas de escolarización, constantes y exitosas en el mediano plazo (para 1947 las tasas de analfabetismo de la población de más de 14 años eran ya bastante bajas, del orden del 12 y 15 % para hombres y mujeres respectivamente) y si bien las proporciones de analfabetos eran menores que en otros países de la región, los censistas eran en general críticos de los niveles alcanzados. Un ejemplo permite ilustrar este punto:

cuando se discutió la forma de empadronamiento de la población en 1869, en base a los métodos habituales del modelo censal norteamericano, se debió optar entre el sistema Householder (en el que el jefe del hogar llena los cuestionarios) y la entrevista directa o sistema Canvasser (en el que el empadronador llena el cuestionario a partir de las preguntas que realiza al jefe de hogar). Finalmente fue elegido este segundo sistema por considerar que el alto grado de analfabetismo hacía impracticable el primero. Cabe destacar que el sistema Canvasser se convirtió en un rasgo de larga duración ya que fue aplicado desde entonces a todos los censos argentinos entre el censo de 1869 y el último relevamiento de 2001.

Otra forma en que puede analizarse el problema remite a preguntarse si los altos niveles educativos se traducen necesariamente en una elevada "cultura estadística", es decir en la conciencia ciudadana del valor esencial que tiene la producción oficial de datos estadísticos para la elaboración de políticas públicas. Lamentablemente, esta relación no aparece muy clara, especialmente en los últimos años. Así, por citar sólo dos ejemplos, el censo universitario de 1988 fue activamente rechazado por los estudiantes universitarios por considerarlo una base eventual de las políticas del Banco Mundial de privatización de la enseñanza. El censo de 2001, realizado en plena crisis económica y social, tuvo a su vez fuertes problemas de cobertura por la resistencia de los sindicatos docentes en varias provincias a colaborar como empadronadores en un contexto de demandas salariales. Ambos ejemplos, ilustran la no visualización de la importancia de la actividad estadística, pero sobre todo la fuerte desconfianza (a veces con razón, otras sin ella) hacia las instituciones estatales que constituye una marca muy fuerte de la cultura política argentina.

En síntesis, del mismo modo que la Argentina de los años setenta ejemplifica dramáticamente que la existencia de una importante clase media no constituye necesariamente una base de estabilidad política, como lo presuponían muchas teorías sociológicas, tampoco el relativamente alto nivel educativo coadyuvó en todos los casos como un elemento fundante de la emergencia de una cultura estadística.

10) *Ordem médica e campo estatístico*

A formalização da carreira e da profissão no campo estatístico é um fenômeno recente que ainda produz seus efeitos. A despeito deste fato, a estabilização da atividade estatística nas diferentes tradições nacionais passou pelo envolvimento de profissionais situados em outros campos científicos, dotados de expressiva visibilidade sócio-política e relativa homogeneidade técnica. No Brasil da Primeira República (1889-1930), os chamados "demógrafos-sanitaristas" interessaram-se pelas estatísticas para conhecer as condições sanitárias e epidemiológicas dos centros urbanos, que então cresciam rapidamente. Houve, portanto, um domínio do campo médico na produção das estatísticas nacionais. Houve na Argentina uma tendência equivalente, associando a atividade estatística ao campo médico?

El caso de los demógrafos-sanitaristas de la Primera República brasileña es ciertamente fascinante y reconoce paralelismos importantes con otras experiencias nacionales, por ejemplo México. También en el caso argentino hubo figuras que pueden entroncarse en esa tradición, como el médico italiano Paolo Mantegazza que fue el representante argentino al Congreso Internacional de Estadística de Florencia (1867) o el médico Guillermo Rawson, que participó como delegado argentino al Congreso Médico Internacional llevado a cabo en el marco de la Centennial International Exhibition de Filadelfia en 1876. Su trabajo sobre la “Estadística vital de Buenos Aires” fue muy importante y sirvió para transformar a la ciudad en una de las más higiénicas del mundo. A pesar de ello ninguna de esas dos figuras tuvo puestos centrales en el sistema estadístico argentino. La personalidad más emblemática en tal sentido fue el médico e higienista Emilio Coni (1855-1928) quien también trabajó sobre la morbi-mortalidad de Buenos Aires, participó del V Congreso de Higiene y Demografía de La Haya (1884) y fue director de la Oficina General de Estadística de la Provincia de Buenos Aires.

Sin embargo, a pesar de estos y otros ejemplos, la comparación entre Argentina y Brasil sugiere que en Argentina ese perfil de funcionarios fue menos central en la fase constitutiva del sistema estadístico. Así, las principales figuras provenían de otras formaciones disciplinares. A título de ejemplo, Francisco Latzina tenía –al igual que otros estadísticos de la época como el célebre belga Quetelet– una formación en astronomía y matemática mientras que Gabriel Carrasco era Doctor en jurisprudencia por la Universidad de Buenos Aires. Es probable sin embargo que futuras investigaciones descubran una mayor importancia de la medicina, como lo sugiere –de modo indirecto– que el destacado estadístico Alberto Martínez (1868-1925), Director del Tercer Censo Nacional de 1914, fuera discípulo de Guillermo Rawson.

11) *Estatística e História da Ciência*

*Uma questão metodológica que nos parece de grande interesse é a da contribuição específica que o estudo sócio-histórico das instituições estatísticas pode oferecer a áreas tradicionais, como a história e a sociologia da ciência. Ao mesmo tempo em que são agências de Estado, atuando como burocracia administrativa na conformação do quadro territorial do país, estas instituições dependem dos critérios academicamente consagrados, bem assim produzem pesquisas e codificações pelas quais as pessoas se vêem e pelas quais são formuladas as hipóteses científicas, em diferentes áreas do saber. Pode ser acrescentada a diversidade da cultura científica de seus profissionais (economistas, educadores, estatísticos, cartógrafos, geólogos, sociólogos, antropólogos, etc.). Esta peculiaridade de inserção das instituições estatísticas torna pouco esclarecedores enfoques como o de Bourdieu, por exemplo, o que é salientado na introdução de *Estadística y nación*. A seu ver, quais são as contribuições da pesquisa histórica sobre as instituições estatísticas para o estudo das traduções entre ciência e política?*

Una de las hipótesis centrales de mi libro “Estadística y Nación” consiste precisamente en llamar la atención sobre el rol clave que jugaron las instituciones estadísticas en la formación de una ciencia social positiva. En ese sentido, he tratado de demostrar que la primera reflexión sistemática sobre la sociedad argentina en términos de la sociología empírica moderna (es decir aplicación de conceptos operacionalizados, definición de hipótesis, prueba mediante la cuantificación, análisis de los sesgos de información, etc.) fue precisamente producida por los estadísticos, es decir mucho antes de que esas novedades desembarcaran en la Academia, proceso asociado habitualmente a la influyente figura de Gino Germani. Creo que esa hipótesis es importante ya que hasta no hace mucho tiempo la historia de la ciencia se consagraba casi unilateralmente a las ciencias físico-naturales, y –en el caso de las ciencias sociales y las humanidades– sólo reconocía a las grandes figuras del pensamiento argentino, como Alberdi, Sarmiento, Mitre, Ingenieros, Ramos Mejía, Juan Agustín García, Joaquín V. González, Agustín Álvarez, Ernesto Quesada, etc.

Sin embargo, dado que las oficinas estadísticas son por definición instituciones estatales la política aparece también como un elemento central de sus saberes y de sus prácticas. En tal sentido, los conceptos y teorías científicas utilizados por el sistema estadístico aparecen forzosamente mediatizados por la influencia de otros actores (el gobierno, el parlamento, la opinión pública, los partidos de oposición, actores corporativos, como la sociedad rural o los industriales, por ejemplo, etc.). Ello da lugar a un lenguaje que es, a la vez, semi-científico y semi-administrativo (o político). Por ello, y a diferencia de otras formas de conocimiento social, el lenguaje de las instituciones de estadística es constitutivamente político, en el sentido más profundo y legítimo del término, ya que la esfera política actúa a través de la demanda de informaciones, su análisis posterior (en términos de aceptación o rechazo), su utilización como insumos para la sanción de leyes y un larguísimo etcétera. También las categorías de análisis son políticas en la medida que los estadísticos no las pueden fijar libremente, sobre todo en períodos de vigencia del parlamento. Es precisamente esta confluencia de lenguajes y prácticas, tanto científicas como políticas, la que hace fascinante la historia de la estadística. Se trata en suma de un campo disciplinar que permite, por un lado, dotar de mayor profundidad histórica y complejidad a la historia de las ciencias sociales y, por otro, comprender la influencia de las teorías y prácticas científicas que han ido dando forma al debate político.

12) Pesquisa histórica nos institutos de estatística

Um diálogo nem sempre fácil ou evidente é o da relação entre a pesquisa histórica e os saberes e práticas efetivamente envolvidos nas instituições estatísticas. Na maioria das vezes, não se compreende que a pesquisa histórica pode fornecer uma percepção transformada sobre seus processos técnicos e sua inserção social. Por certo, a pesquisa histórica realizada em institutos nacionais de estatística

consolidados, com sólida tradição, têm grandes chances de êxito, amparando-se na solidez de seus espaços, em sua legitimidade sócio-política e credibilidade técnico-científica. Os exemplos da França, da Espanha, do Canadá, entre outros, são ricos, apoiando a realização de congressos internacionais, de seminários, de publicações, a reedições de trabalhos pioneiros, sempre em intensa parceria com a academia. Em sua opinião, como acadêmico, vendo a coisa de fora, o que precisaria acontecer para que as instituições estatísticas na América Latina alcançassem excelência na pesquisa histórica? Vale notar que mesmo num instituto nacional de excelência mundialmente reconhecida como o IBGE há inegável dificuldade na criação formal de um núcleo de pesquisa histórica.

En efecto, hay un retraso en las instituciones de estadística de Latinoamérica en lo relativo a la indagación histórica del quehacer de las propias instituciones y a las tradiciones técnicas y científicas de medición, aunque algunos países están más avanzados que otros. El IBGE, por ejemplo, cuenta con un archivo muy rico y con una importante producción de historia de la estadística, materializada por ejemplo en los cuatro volúmenes consagrados a la evolución del instituto y en muchos estudios sobre pioneros y personajes importantes que jalonaron su historia. El INDEC comenzó tímidamente con algunos trabajos sobre el particular, a principios de la restauración democrática pero fuera del estudio que acompaña la reedición de los tres primeros censos nacionales es poco lo que se ha avanzado desde dentro del propio instituto. Sin duda, no hace falta decir que la crisis actual, con sus urgencias y tensiones, no es un marco propicio para la reflexión histórica.

Creo que la clave para que las instituciones de estadística se embarquen o profundicen la investigación de los aspectos históricos pasa necesariamente por convencer a los productores de cifras oficiales del valor del conocimiento histórico, no sólo como conocimiento sobre el pasado en sí mismo (finalidad por cierto legítima) sino como un insumo esencial para la reflexión sobre las mediciones actuales y futuras. Hay una frase del estadístico alemán Schlözer que a mi me gusta mucho que dice, "la estadística es la historia en reposo, la historia es la estadística en movimiento" que como toda metáfora no deja de tener sus problemas de interpretación pero que sintetiza bien el sentido de lo que quiero expresar. Cuando se produce la discusión sobre cualquier forma de medición –por ejemplo, la introducción de la temática indígena en el último censo argentino del 2001- los estadísticos oficiales suelen ser receptivos al valor de la historia ya que descubren que problemas semejantes se plantearon en el pasado. Dado que la historia de la estadística tiene un fuerte componente comparativo, el conocimiento de los caminos tomados por los diferentes sistemas estadísticos nacionales, también es ilustrativo del carácter no natural –es decir, construido- de las mediciones. Esas comparaciones son siempre enriquecedoras en el plano conceptual y permiten también tener más conciencia de las especificidades de cada caso nacional, sea para mantenerlas y reforzarlas si se las considera positivas, sea para modificarlas si se las estima negativas o mejorables. En suma, el valor de la historia es aquí

semejante al que tiene en otros campos de la vida política, es decir el de ser una propedéutica esencial para entender el presente y afrontar el futuro.

Otro aspecto esencial consiste en vencer las resistencias, concientes o inconcientes, que hay en muchos productores oficiales de estadística a abordar su propia historia, aspecto que desarrollo en el artículo incluido en este volumen. Si esas resistencias se superan, como ha ocurrido en el IBGE, todo resulta más fácil ya que no se trata de investigaciones costosas desde el punto de vista económico. Un problema mayor, en cambio, es el de los archivos ya que no todos los institutos de estadística han conservado archivos tan ricos como los que tiene el IBGE, aunque este problema tampoco debe ser exagerado puesto que existen muchos otros repositorios alternativos. Como bien se señala en la pregunta, la colaboración entre las instituciones de estadística y la academia aparece como una vía esencial a futuro.

Otra vía fundamental es la colaboración internacional entre los grupos que vienen trabajando en los países de la región, sean académicos, sean de los institutos de estadística, bien ilustrada por ejemplo por los congresos que ha organizado el Instituto de Investigaciones en Matemáticas Aplicadas y en Sistemas de la UNAM en México, bajo el liderazgo de Leticia Mayer Celis y Laura Cházaro; por la activa labor que despliega el Centre Interuniversitaire de Recherche sur la Science et la Technologie (CIRST) de la Université du Québec à Montréal, bajo el impulso de Jean Pierre Beaud y Jean Guy Prévost; por la sesión “Las estadísticas latinoamericanas en perspectiva histórica” del reciente XXVIII International Congress of the Latin American Studies y por su sesión preparatoria organizada por el IBGE. La colaboración internacional es imperiosa para dar visibilidad a investigaciones que por el momento son conocidas solo por especialistas de cada país. No tengo dudas de que si se avanza en esa dirección se obtendrán resultados altamente satisfactorios ya que se trata de un típico caso en el que el producto final sería más que la sumatoria de las partes. Una vez más la realización de programas internacionales debería ser forzosamente comparativa a efectos de recalcar las similitudes y diferencias de las instituciones nacionales y de sus modos de captación ya que todos los países americanos tuvieron que afrontar problemas y fases bastante similares pero recibieron y procesaron de modo diferencial la influencia decisiva de la estadística occidental. La comparación no debería limitarse a las estadísticas latinoamericanas sino que debería incluir también al Canadá y a los Estados Unidos, o inclusive –en el caso latinoamericano colonial- los aportes de la herencia estadística peninsular, tanto portuguesa como española. Todo ello permitiría avanzar en las características comunes y específicas de la historia de la estadística de nuestro continente, lo que facilitaría a su vez diálogos más fecundos con la abundante producción europea. Se trata desde luego de un trabajo colectivo, de largo aliento y muy ambicioso, pero también muy estimulante en el plano académico y del que, a no dudar, es más que razonable esperar resultados de gran interés.

Bibliografía ¹

OTERO, H.: La guerra en la sangre. Los franco-argentinos ante la Primera Guerra Mundial, Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 2009, 224 p.

OTERO, H.: Estadística y nación. Una historia conceptual del pensamiento censal de la Argentina moderna, 1869-1914, Buenos Aires, Editorial Prometeo, 2006, 522 p.

OTERO, H. (Director): El mosaico argentino. Modelos y representaciones del espacio y de la población, 1850-1991, Buenos Aires, Siglo XXI de Argentina Editores, 2004, 2004, 560 p.

ZEBERIO, B.; BJERG, M., OTERO, H. (comps.): Reproducción social y sistemas de herencia en una perspectiva comparada. Siglos XVIII-XX, IEHS-UNCPBA, 1998, 215 p.

OTERO, H.; VELAZQUEZ, G.: Poblaciones Argentinas. Estudios de demografía diferencial (comp.), PROPIEP (IEHS-CIG), 1997, 270 p.

BJERG, M.; OTERO, H. (comps.): Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna, CEMLA-IEHS, Tandil, 1995, 241 p.

OTERO, H.: "Démographie historique différentielle de familles migrantes. L'immigration française à Tandil (Argentine), 1850-1914", Thèse de Doctorat, EHESS, Paris, Microfiche 0646.15926/94, © Atelier National de Reproduction des Thèses, Université de Lille III, 1993, 400 p.

OTERO, H. (en prensa): "La etnización de las estadísticas de población. A propósito de la medición de los pueblos indígenas en la Argentina", Ciencia Hoy, Asociación Ciencia Hoy.

OTERO, H. (en prensa): "De los censos de población al análisis de la movilidad social. Posibilidades y límites en el caso argentino, 1869-1914", en Tarcisio Botelho, Marco van Leeuwen (comp.), Mobilidade social na América Latina em perspectiva histórica, Belo Horizonte, Pontificia Universidade Católica de Minas Gerais.

OTERO, H.: "Las políticas de emigración en Francia, siglos XIX-XX", en Estudios Migratorios Latinoamericanos, CEMLA, Buenos Aires, 61, diciembre 2006, p. 489-516.

OTERO, H.: "El concepto de población en el sistema estadístico argentino", "Censos antiguos, 1869, 1895, 1914, 1947"; "El crecimiento de la población y la transición demográfica argentina" en Susana Torrado (comp.), Población y bienestar en la Argentina del primero al segundo Centenario. Una historia social del siglo XX, Buenos Aires, Editorial EDHASA, dos tomos, 2007.

OTERO, H. (2006): "Población y economía en la historiografía argentina del periodo estadístico: personajes en busca de un autor", en Jorge Gelman (comp.): La Historia Económica Argentina en la Encrucijada. Balances y Perspectivas, Buenos Aires, Editorial Prometeo, 2006, p. 41-58.

¹ Seleccionada pelo entrevistado, a pedido dos entrevistadores. (Nota dos organizadores).

OTERO, H.: "Sueños cifrados. Una arqueología de las proyecciones de población de la Argentina moderna", *Revista de Demografía Histórica*, Asociación de Demografía Histórica Española, Prensas Universitarias de Zaragoza, España, XXII, I, 2004, p. 209-239.

DEVOTO, F.; OTERO, H.: "Veinte años después. Una lectura sobre el Crisol de Razas, el Pluralismo Cultural y la Historia Nacional en la historiografía argentina", *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, Año 17, N° 50, Buenos Aires, CEMLA, abril 2003, p. 181-227.

OTERO, H.; PELLEGRINO, A.: "Sharing the City: Residence Patterns and Immigrant Integration in Buenos Aires and Montevideo", en BAILY, & MÍGUEZ, E. (Ed.), *Mass Migration to Modern Latin America*, Scholarly Resources Inc., USA, 2003, p. 81-112.

OTERO, H.: "Endogamia e integración de inmigrantes na Arxentina Moderna. Balances e perspectivas desde un enfoque rexional", *Estudios Migratorios*, Consello da Cultura Galega, Santiago de Compostela, n° 15-16, xuño-décembro 2003, p. 49-86.

OTERO, H.: "Investigando investigadores del pasado. Estrategias teórico-metodológicas para el estudio de los censos nacionales de población de la Argentina moderna", en WAINERMAN, C; SAUTU, R. (comp.): *La trastienda de la investigación*, Buenos Aires, Ediciones Lumière, 2001, p.185-226.

OTERO, H.: "A Imigração Francesa na Argentina: Uma História Aberta", en FAUSTO, B. (org.), *Fazer América*, Editorial da Universidade de São Paulo, Brasil, 1999, p. 127-152.

OTERO, H.: "Legalidad jurídica y legalidad estadística en el paradigma censal argentino, 1869-1914", en FRADKIN, R.; CANEDO, M. Y MATEO, J. (comp.), *Población y relaciones sociales en la campaña de Buenos Aires (Siglos XVIII-XIX)*, GIHRR, UNMdP, 1999, p. 237-262.

OTERO, H.: "Estadística censal y construcción de la Nación. El caso argentino, 1869-1914", en *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana "Dr. Emilio Ravignani"*, n° 16-17, segundo semestre 1997 y primero de 1998, p. 123-149.

OTERO, H.: "*Hombres ávidos de bienestar*. Espacios, ciudades y migrantes en la estadística censal argentina, 1869-1914", en *Studi Emigrazione*, CSER, Roma, XXXV, 1998, n° 130, p. 251-275.

OTERO, H.: "Familia, trabajo y migraciones. Imágenes censales de las estructuras socio-demográficas de la población femenina en la Argentina, 1895-1914", en ENI DE MESQUITA SAMARA (comp.), *As idéias e os números do Género*. Argentina, Brasil e Chile no século XIX, San Pablo, Hucitec, 1997, p. 65-100.

20

Entrevista com Jean-Pierre Beaud,

par Hernán Otero

Jean-Pierre Beaud Ph. D. en science politique (Université Laval), Professeur au Département de Science Politique et Vice-doyen à la recherche de la Faculté de Science Politique et de Droit de l'Université du Québec à Montréal, membre du Groupe de recherche sur les pratiques et politiques statistiques (<http://www.er.uqam.ca/nobel/grepps/>) et du Centre interuniversitaire de recherche sur la science et la technologie (<http://www.cirst.uqam.ca>).

1) Trayectoria personal:

Si bien nació en Francia y realizó sus estudios en el fascinante contexto posterior al Mayo francés de 1968, se trasladó luego a Canadá, movimiento en cierto sentido contrario a la tendencia de muchos otros investigadores. ¿Cuáles fueron los factores que lo llevaron a dejar París y cuáles fueron las razones de la elección de Canadá?

Je suis né en France, en 1950, à Chartres, plus précisément. Ma famille y était arrivée durant la Seconde Guerre mondiale en provenance de Bretagne et du Jura. En 1954, elle s'est installée en banlieue parisienne dans ce qui était encore un petit village traditionnel, Le Mesnil-le-Roi. J'y ai fait mes études primaires, puis je suis allé au lycée à quelques kilomètres de là, à Saint-Germain-en-Laye. J'y ai obtenu mon baccalauréat en mathématiques et physique. Par la suite, j'ai suivi les cours de l'Institut d'études politiques de Paris. J'ai obtenu mon diplôme en 1972 tout en suivant des cours d'économie à l'Université Paris II. Durant mon service

militaire, j'ai entrepris des études de maîtrise en science politique à la Sorbonne (Paris I) ; j'ai obtenu un certificat en science politique et je suis passé directement en DEA. Avant de le terminer, j'ai obtenu une bourse de doctorat du Conseil des arts du Canada. J'avais été associé, comme étudiant, aux activités de l'Office franco-québécois pour la jeunesse et j'avais fait alors la connaissance d'un jeune professeur de sociologie de l'Université Laval de Québec, Simon Langlois. C'est lui qui m'a convaincu d'aller au Québec alors que je songeais plutôt aux États-Unis ou à l'Angleterre pour mon doctorat. Le contexte post-68 en France m'apparaissait peu stimulant. Les perspectives d'emploi étaient pourtant excellentes pour moi, mais j'avais suivi quelques cours de science politique avec de jeunes « bourdieusiens » comme Rémi Lenoir et j'avais découvert une littérature sociologique qu'on ne voyait guère à Sciences Po. Ce fut comme une découverte : je pensais, bien naïvement sans doute, que ma vie ainsi s'éclairait ; le livre de Pierre Bourdieu, *Les héritiers*, m'avait particulièrement marqué. Je voulais donc faire un doctorat et si possible devenir professeur et chercheur. J'avais 25 ans et j'avais envie de voir le monde. Le Québec (le Canada) ne m'était pas inconnu. Je me rappelle avoir assisté à une séance d'information sur la Crise d'Octobre 1970 (enlèvement d'un diplomate et d'un ministre par des cellules du Front de libération du Québec, imposition de la Loi des mesures de guerre), alors que j'étais à Sciences Po. Le nationalisme québécois, qui tranchait singulièrement avec le nationalisme que je connaissais, m'intéressait. En gros, la synthèse d'une idéologie associée plutôt à la droite (du moins au XX^e siècle), le nationalisme, et d'un projet social-démocrate m'intriguait. Je voulais en savoir davantage. Je mis donc le cap sur Québec.

2) Formación profesional:

Su formación original de grado (Diplôme de l'Institut d'Études Politiques de Paris en 1972) y de posgrado fue realizada en el área de las Ciencias Políticas, en la que obtuvo su Doctorado en 1980 en la Université Laval (Canadá). Aunque la relación con la historia de la estadística pudiera parecer evidente ¿qué aspectos positivos y que elementos críticos –si los hubiera- tuvo esa formación para el campo de estudios que ha elegido ?

Je me suis inscrit au doctorat en science politique à l'Université Laval. Mon sujet de thèse était classique : je m'intéressais au processus de sélection des militants et des dirigeants du Parti québécois (parti indépendantiste ou souverainiste) et j'appliquais une grille inspirée de Bourdieu. Les concepts de champ et de capital m'aidaient à formaliser les nombreuses informations tirées de la littérature et d'une véritable enquête sur le terrain. J'utilisais aussi les thèses, inspirées du structuralisme, de mon directeur de recherche, Vincent Lemieux. Peu de temps avant mon départ de Paris, Rémi Lenoir m'avait donné un conseil tout simple (que j'ai par la suite donné à plusieurs de mes étudiants, avant qu'arrive

la micro-informatique) : élaborer un système de fiches (sur les concepts, les textes que vous lisez, les individus que vous rencontrez), créez des catégories, utilisez une boîte à chaussures pour ranger le tout ; soyez systématique ; gardez les références ; faites-le sur le champ. Ce fut, sans doute, le meilleur conseil qu'on m'ait donné. Je l'ai suivi. Je dois avoir encore ces fiches dans ma malle (celle qui m'avait accompagné au Canada). J'ai donné quelques cours à titre de chargé de cours puis de professeur substitut à l'Université Laval ; j'ai par la suite obtenu un poste à l'Université de Moncton au Nouveau-Brunswick, puis, enfin, un poste permanent au département de science politique de l'Université du Québec à Montréal. J'y suis toujours ! J'ai été engagé comme professeur spécialisé dans deux domaines : l'étude des forces politiques et la méthodologie. Pour diverses raisons, l'enseignement de la méthodologie est vite devenu prépondérant. Contrairement à la sociologie, la science politique n'a guère de liens, du moins en France d'où je venais, avec les méthodes quantitatives. Durant mes études d'économie, j'avais suivi plusieurs cours de statistique. Je n'ai donc eu guère de difficultés à élaborer un cours d'Éléments de statistiques pour les sciences humaines. Le peu d'intérêt que la statistique suscitait chez les étudiants de science politique me conduisit toutefois à tenter de leur montrer d'une part la genèse des outils statistiques, d'autre part leurs usages dans le monde politique. Il me semblait que c'était le bon moyen pour les intéresser et leur montrer la charge politique et sociale des objets statistiques. Il me fallut évidemment trouver des textes pour construire mes leçons sur le sujet et pour offrir un soutien livresque à mes étudiants. Au début des années 1980, Alain Desrosières avait déjà produit plusieurs textes dans le champ de l'histoire de la statistique, sur les classifications, en particulier. Ils figurèrent évidemment au programme de mon cours. Mais comme j'enseignais au Canada, j'avais envie aussi de fournir des exemples pertinents pour les étudiants. Or je trouvais très peu de textes sur l'expérience statistique canadienne. J'avais à l'époque un étudiant de maîtrise dont je dirigeais le mémoire et qui, de plus, travaillait pour moi comme assistant d'enseignement. Je me rappelle très bien le jour où nous avons abordé la question des textes en histoire de la statistique qui portaient sur le Canada. Notre constat était clair et simple : tout ou presque était à faire dans le domaine. Il fallait donc se retrousser les manches et élaborer un programme de recherche. Ce que nous fîmes avec bonheur puisque depuis le milieu des années 1980 nos recherches (à Jean-Guy Prévost, cet ancien étudiant devenu mon collègue, et à moi) sont subventionnées par le Conseil de recherches en sciences humaines du Canada. C'est donc l'enseignement qui m'a conduit à investir le champ de l'histoire de la statistique et non mes recherches de l'époque (qui portaient sur les partis politiques et les phénomènes électoraux).

3) La historia de la estadística como campo disciplinar:

La historia y la sociología del conocimiento estadístico constituyen un campo vigoroso y dinámico de indagación pero que, al mismo tiempo, es bastante específico

en cuanto al número de sus cultores y a sus foros de debate y publicación. En la medida que se trata de un dominio esencialmente interdisciplinario que convoca a estadísticos, historiadores, sociólogos, filósofos, demógrafos, politólogos, etc. aparece también como un campo muy heterogéneo en el que resulta difícil definir un núcleo duro común. Como ha sido destacado en numerosas oportunidades existen muchas formas diferentes de hacer historia de la estadística y muchos subtemas posibles, entre las que se destacan los sistemas estadísticos, la evolución de las instituciones estadísticas, los instrumentos de análisis, el cálculo y la teoría de la probabilidad, las categorías estadísticas, etc. ¿Cómo llegó a interesarse por estos temas ? y ¿qué elementos comunes considera que caracterizan a los investigadores que se consagran a esta subdisciplina ?

J'apprécie vraiment le caractère essentiellement interdisciplinaire (ou même non disciplinaire) du champ de l'histoire de la statistique. C'est, je crois, sa force plus que sa faiblesse. Certes, pour parler comme Alain Desrosières, le défi consiste à faire tenir ensemble des chercheurs venus de nombreux horizons disciplinaires et à faire vivre un champ dont les frontières sont floues. L'histoire de la statistique n'est pas une discipline universitaire. Les chercheurs enseignent, s'ils le font, dans des départements où ils ont rarement la possibilité de présenter leurs recherches. Les colloques, les conférences, les revues qui abritent leurs travaux et les groupes et centres de recherche représentent ainsi les seuls lieux d'échange des connaissances. S'il est vrai, comme l'affirment plusieurs traditions en histoire des sciences, que les avancées résultent souvent de l'incorporation dans un domaine de concepts, de façons de penser, de techniques ayant fait leurs preuves dans un autre domaine, alors le champ de l'histoire de la statistique est propice ou même « voué » aux innovations. L'histoire de la statistique (et celle du calcul des probabilités, on y reviendra) rassemble des sociologues, des démographes, des philosophes, des historiens, des économistes, des statisticiens, des mathématiciens, des politologues (j'en suis), des spécialistes de la gestion des organisations, des praticiens (statisticiens de profession). À la longue, ils deviennent tous un peu des historiens, sociologues et philosophes des sciences. Un corpus commun de textes, de concepts, de connaissances s'est édifié avec le temps. Tout le monde a lu Alain Desrosières et Ted Porter. Les travaux d'Ian Hacking, d'Éric Brian, de Margo Anderson, par exemple, sont bien connus. Des références plus lointaines à Michel Foucault ou Pierre Bourdieu circulent. Bruno Latour et Michel Callon sont discutés. La France a joué un rôle important dans le développement du champ de l'histoire de la statistique (alors que, dans d'autres domaines, son aura a faibli) et il faudrait sans doute cerner pourquoi. Les thèses constructivistes, naturellement, s'y sont épanouies, l'étude des catégories statistiques comme structures cognitives modelant les débats de société s'y prêtant à merveille. Un récit des origines s'est même quasiment imposé faisant, par exemple, de Bielefeld une référence obligée. Les travaux du groupe de Bielefeld mettaient en évidence les transferts s'opérant dès les années 1830 entre statistique et probabilité. Il y a donc de bonnes raisons d'associer l'histoire de la statistique à l'histoire du calcul des probabilités. Plusieurs

associations, comme La Asociación de Historia de la Estadística y la Probabilidad de España, quelques revues, comme le *Journ@l Electronique d'Histoire des Probabilités et de la Statistique*, et des conférences, comme le *Seminario Internacional : Historia de las Probabilidades y las Estadísticas, Perspectivas Comparadas*, qui s'est déroulé à Mexico les 12 et 13 janvier 2009, expriment ce lien entre les deux objets. Les travaux du groupe de Bielefeld ont sans doute orienté durablement les recherches historiques. Ils ont en quelque sorte fourni un programme de recherche qui n'est pas épuisé. Si l'introduction des techniques de sondage, au cours du siècle dernier, dans la pratique des statisticiens publics a fait l'objet de plusieurs recherches, dont celles d'Alain Desrosières, en revanche le remodelage récent de la pratique du recensement du fait de l'utilisation des techniques d'échantillonnage demande à être mieux cerné.

Le trait le plus marquant du champ de l'histoire de la statistique, c'est donc sa grande hétérogénéité. Dans mon cas, par exemple, j'ai commencé, de façon assez classique, par l'étude des catégories statistiques. Puis, j'ai étendu le spectre de mes recherches (souvent réalisées conjointement avec mon collègue Jean-Guy Prévost), aux activités des bureaux statistiques, d'abord celui du Canada, puis ceux des pays anglo-saxons (États-Unis, Grande-Bretagne et Australie), pour déboucher sur les activités des bureaux des pays latino-américains et européens. Naturellement, j'en suis venu à concevoir la pratique statistique du point de vue des systèmes statistiques nationaux (et pas seulement des bureaux) et dans leurs liens avec les structures supranationales, comme Eurostat. Mais, compte tenu des fortes tendances décentralisatrices qui, dans les dernières années, ont travaillé bien des États, j'ai également tenté de saisir la pratique statistique à un niveau infranational. Ainsi, depuis quelques mois, je travaille sur la thématique de la production du chiffre en région conjointement avec Martine Mespoulet, bien connue pour ses travaux sur la statistique soviétique, dans le cadre d'une comparaison France-Canada qui devrait s'élargir à divers pays européens dont l'Espagne. Surtout, depuis deux années, Jean-Guy Prévost et moi-même menons une vaste étude comparative qui, en gros, consiste à saisir comment on produit de l'objectivité (statistique) dans le cadre du régime statistique actuel. Je m'intéresse également à ce que j'appelle les migrations instrumentales, c'est-à-dire au parcours des outils statistiques d'un domaine du savoir à un autre. Je me suis ainsi penché sur le cas du pourcentage, outil statistique élémentaire s'il en est un. Dans un texte paru dans la *Revue de synthèse*, je montre que contrairement à ce que l'on pourrait penser, le pourcentage ne s'est pas imposé d'emblée dans les différentes sciences du politique. Il a ainsi d'abord été utilisé dans les domaines financier et commercial; en 1662, John Graunt l'incorpore dans le champ des études de mortalité; au début du XIX^e siècle, il migre vers les études de croissance de la population; puis il gagne d'autres territoires pour devenir un outil d'application générale. Chaque migration s'inscrit dans le cadre de l'émergence d'une nouvelle problématique : « naissance de la mortalité » dans le cas des premiers arithméticiens politiques; « naissance de la population » dans le cas des premiers statisticiens. Les migrations correspondent

à autant de moyens de répondre à une question concrète et les outils apparaissent ainsi comme des éléments d'un débat qui occupait à la fois de grands comme de plus petits producteurs de discours. Le recours aux pourcentages se traduit par une mise à distance et apparaît donc comme un des éléments de la fondation de l'objectivisme statistique. C'est un type de réflexion que j'aimerais étendre à d'autres outils statistiques comme la moyenne ou le tableau statistique.

4) Estadísticas socio-étnicas, raciales y lingüísticas:

Una parte sustantiva de su producción se consagra a las estadísticas socio-étnicas, raciales y lingüísticas, en las que el Canadá ha demostrado siempre una originalidad y rigor remarcables. Más allá de los difíciles debates técnicos que subyacen a las medidas, esas estadísticas son también esenciales para la discusión de problemas políticos de primer orden, como la affirmative action, los derechos de las minorías, las políticas sociales, el poder performativo de la estadística en la formación de identidades, etc. En algunos países de tradición republicana-jacobina, reacios a la incorporación de categorías socio-étnicas, como Francia, ha habido debates muy intensos que han dividido profundamente a los estudiosos entre partidarios y opositores de la incorporación de categorías socio-étnicas. ¿Qué conclusiones mayores pueden extraerse de ese debate y cómo se posicionaría usted mismo en relación con los campos en disputa? ¿Considera oportunas las crecientes demandas de etnización estadística –medición de la población indígena, incorporación de los gitanos, etc.- que se observan actualmente en muchos países latinoamericanos ?

Voilà bien un débat d'actualité, complexe et qui nécessite des comparaisons prudentes. Naturellement, dans un pays comme le Canada qui n'est pas de tradition républicaine et jacobine mais qui cultive le multiculturalisme, la « mesure de l'ethnicité » ne suscite pas de débats du même ordre qu'en France. Mais je suis d'origine française et je connais bien le discours sur le Français qui, si possible, ne devrait être appréhendé (politiquement et aussi statistiquement) que du point de vue de son statut de citoyen c'est-à-dire sans tenir compte de son sexe, de sa religion, de ses origines. Je me souviens avoir participé, il y a quelques années, à un colloque organisé en France. Margo Anderson devait parler des statistiques raciales aux États-Unis et moi des statistiques ethniques au Canada. C'était, je crois, en pleine période de montée du lepénisme, de l'extrême-droite. Nos propos à Margo et à moi n'étaient pas nécessairement recevables pour un auditoire composé de sociologues et de démographes français. Margo à la fin des débats a bien résumé le fond de l'opposition. En gros, la demande de statistiques ethnico-raciales a plutôt concerné les milieux progressistes en Amérique du Nord alors que la droite s'y est plutôt opposée (c'est le cas, clairement, au Canada ; voir à ce sujet notre texte dans la *Revue Tocqueville*). C'est d'une certaine façon l'inverse en France, par exemple. Il faut donc contextualiser les débats nationaux et éviter d'analyser les uns avec le contexte des autres. Mais il est vrai aussi qu'il existe une tendance très générale à mettre en chiffres bien des aspects de la vie qui, autrefois,

semblaient mal s'y prêter : l'orientation sexuelle, l'appartenance revendiquée aux groupes autochtones (les Premières nations, comme on les appelle au Canada), par exemple. Dans le premier cas, si l'on prend l'exemple canadien et la question sur les couples de même sexe, il est clair que l'homosexualité n'est ainsi que très imparfaitement approchée (mais il est vrai que ce n'est pas vraiment ce qui est visé) ; dans le second cas, comme le montrent les quelques études tirées de l'exemple du recensement canadien, il est clair aussi que la forte augmentation d'un recensement à l'autre du nombre de Canadiens se définissant comme autochtones ne peut s'expliquer par la seule progression démographique. On voit bien qu'on entre là dans un domaine très complexe fait de principes généraux comme le droit des minorités, d'actions pilotées par des organisations se disant représentatives de groupes aux frontières floues, de demandes visant à fixer par le chiffre ces frontières, d'agences étatiques tentant de formuler ou d'appliquer des politiques publiques sur la base de résultats d'enquêtes statistiques, et de répondants laissant libre cours à leur subjectivité.

5) Historia de la estadística e historia total:

Además de la historia de la estadística, otra parte sustantiva de su trabajo se ha orientado hacia la historia de los partidos políticos modernos y de la social democracia en Canadá. ¿Existen puntos de contactos entre ambas líneas de investigación o, por el contrario, la historia de la estadística constituye un área específica de indagación difícil de vincular con otras problemáticas?

Je ne travaille plus guère sur les partis politiques et la social-démocratie. Il m'arrive encore d'être interrogé par les médias sur les élections, que je suis toujours avec intérêt. Ma connaissance du langage statistique, certes, est un atout lorsqu'il s'agit d'interpréter les sondages d'opinion et les résultats électoraux. Le lien des premiers avec l'histoire de la statistique et du calcul des probabilités est patent. J'ai écrit un texte consacré aux techniques d'échantillonnage (et donc aux techniques utilisées par les instituts de sondage) et j'y expose le contexte qui a permis le développement de ces techniques au XX^e siècle. Le lien des seconds avec l'histoire de la statistique et du calcul des probabilités est plus indirect. L'analyse des résultats électoraux est un des secteurs de l'analyse politique où l'usage des statistiques s'est le plus développé. Mais en dehors de principes d'analyse généraux, qui sont ceux des sciences sociales ou de l'histoire, ou de problématiques elles aussi générales, comme celle de Pierre Bourdieu ou celle de Quentin Skinner, l'histoire de la statistique et l'histoire des partis politiques n'ont guère de liens en commun. En y réfléchissant bien, toutefois, je vois tout de même une posture qui est commune mais qui tient plus aux positions théoriques et épistémologiques des chercheurs qu'aux objets en tant que tel. Dans un cas comme dans l'autre, il est nécessaire, impératif même de faire porter l'étude non seulement sur les résultats des classements, mais sur les classements eux-mêmes. Dans l'étude des partis, cela consiste à prendre pour objet, par exemple, le découpage du monde que véhicule

un programme politique, les catégories que le parti met en œuvre. C'est bien, selon moi, une posture générale.

6) Estadísticas de población y estadísticas sectoriales:

En líneas generales, la mayor parte de las historias de la estadística se han concentrado en las estadísticas de población, en buena medida por el rol decisivo que han jugado los censos a lo largo de la historia y por las múltiples implicancias políticas que caracterizan al concepto de población. Otras áreas, como la estadística médica o la estadística educativa, en las que también ha realizado contribuciones significativas, o incluso la estadística económica aparecen en cambio como « parientes pobres » o cuanto menos con mucho menor desarrollo relativo. ¿A qué razones historiográficas, heurísticas, políticas, etc. adjudica estos desarrollos diferenciales ?

Je crois que dans ce domaine, les chercheurs sont dépendants du discours de l'institution statistique. S'il est vrai que pendant longtemps l'activité des bureaux de chiffres s'est concentrée d'abord sur la population, il n'est pas étonnant que les chercheurs aient été portés à s'intéresser aux statistiques de population. C'est naturel pour ce qui est des démographes. Ça l'est également pour les historiens de la statistique du XIX^e siècle. Toutefois, il est étonnant que les statistiques économiques n'aient pas eu droit au même traitement puisqu'elles deviennent de plus en plus importantes durant tout le XX^e siècle. Un fait qui peut paraître anecdotique en témoigne, je crois. Robert Hamilton Coats est l'architecte du bureau statistique canadien moderne. C'est lui qui rédige les documents qui donneront naissance en 1918 au Bureau fédéral de la statistique. Or, j'ai eu accès aux différentes versions du mémorandum qu'il adresse à son ministre. Les premières disent à peu près ceci : les statistiques les plus importantes pour le pays sont, dans l'ordre, les statistiques de la population, puis les statistiques économiques, puis ... Or dans la dernière version, celle qu'il adresse finalement au ministre, il inverse l'ordre. En premier lieu ce sont maintenant les statistiques économiques (ou du commerce, je parle de mémoire) et en deuxième lieu les statistiques de la population (ou les statistiques démographiques).

J'oserais une explication qui tient au statut des disciplines concernées par ces deux types de statistiques. Les démographes sont accoutumés à travailler sur le long terme. Ils se considèrent aussi comme des spécialistes des sciences sociales. Même si Marx, je crois, a déjà dit que la démographie était la plus avancée des sciences de son époque, elle reste marquée par des débats qui sont ceux des sciences sociales. L'économie, surtout en Amérique du Nord, se présente quant à elle de plus en plus comme une « vraie » science, structurée comme la physique autour d'un paradigme dominant, au sens de Kuhn, et de moins en moins comme une économie politique. De fait, son rapport à l'histoire est de plus en plus distant. En gros, si les démographes s'intéressent naturellement à l'histoire des statistiques de la population, les économistes, eux, n'ont guère d'intérêt pour une histoire

des statistiques économiques. Il reste que des historiens se sont penchés sur cette question. Un exemple, entre autres : le livre de Sergio de la Peña y James Wilkie, *La Estadística Económica en México. Los Orígenes*, México, Siglo XXI.

7) El concepto de régimen estadístico:

En sus últimos trabajos, ha propuesto la incorporación de un nuevo concepto –el de « régimen estadístico »- que constituye una importante novedad teórica dentro del campo disciplinar de la estadística. ¿Podría explicitar sus alcances y componentes y cuáles serían las ventajas derivadas de su aplicación ?

Le concept m'a été suggéré par Alain Desrosières. Je tente d'en définir les caractéristiques dans le texte du présent ouvrage (« L'histoire de la statistique canadienne dans une perspective internationale et panaméricaine ») auquel je renvoie et dans la réponse à la question suivante.

8) Las estadísticas actuales:

La aplicación de las políticas neoliberales a partir de la década del ochenta ha ejercido múltiples impactos en casi todos los países, impactos que tuvieron también su correlato en la producción estadística y en los sistemas estadísticos nacionales. Entre esos cambios –por el momento poco estudiados a excepción de sus propias reflexiones sobre la « nueva economía estadística »- se suele mencionar el paso a estadísticas basadas en la subjetividad, la importancia de la identidad, la influencia de la micro-economía, el concepto de « calidad total » de la información producida, el marketing, el escepticismo frente al análisis empírico de las relaciones causales, etc. ¿Cómo ve usted los cambios recientes en el régimen estadístico ? Dado que el consenso hacia las políticas neoliberales está experimentando un profundo cuestionamiento a raíz de la crisis actual que ha revalorizado la intervención del Estado en la economía y en las políticas sociales, ¿cómo imagina los cambios futuros que podrían producirse de aquí en más ?

C'est dans les années 1980 que les principes du régime statistique actuel ont commencé à s'imposer. Le rôle des experts dans leur diffusion internationale est patent. Ces principes ont souvent été la traduction statistique d'idées plus générales (réduction des coûts, virage « client », développement du marketing, etc.). Mais, comme je le mentionne dans le texte « L'histoire de la statistique canadienne dans une perspective internationale et panaméricaine », le régime statistique actuel (qui apparaît dans un contexte de mondialisation néo-libérale) n'est pas en soi un régime statistique néo-libéral. C'est beaucoup plus complexe que cela. D'abord parce que certaines caractéristiques, comme les tendances décentralisatrices, la prolifération des codes d'éthique ou l'harmonisation supranationale, ne sont pas en soi des thématiques néo-libérales (même s'il est vrai que certaines sont congruentes avec le point de vue néo-libéral). Ensuite parce

que la pratique et les normes statistiques fonctionnent souvent davantage selon une logique de superposition que selon une logique d'exclusion. C'est ce que nous tentons d'expliquer dans un texte publié dans la revue *Scientia Canadensis* («La dialectique du général et du particulier dans la statistique canadienne», 2007). Pour dire les choses simplement, les bureaux ont continué, malgré un contexte favorable au point de vue micro-économique, à calculer les « vieux » indicateurs macro-économiques. Dans une version antérieure de notre texte sur l'histoire de la statistique canadienne, figurait une colonne additionnelle pour chacun des tableaux récapitulatifs des régimes statistiques : elle rassemblait des informations sur ce que nous appelons points d'inflexion ou points tournants. Ce sont des faits indiquant que des débats relativement à la production, à la diffusion ou à l'usage des chiffres émergent dans la société ou parmi les statisticiens. Ils peuvent être le signe que quelque chose « travaille » le régime statistique. Ce peuvent être également des transformations de nature plus structurelle.

Il me semble toutefois qu'on ne peut *simplement* passer de la crise du modèle néo-libéral à la crise du régime statistique actuel. Le complexe formé des structures, normes et pratiques actuelles ne m'apparaît pas fondamentalement remis en cause, précisément parce qu'il n'est pas un simple décalque des principes néo-libéraux. Ou plus exactement, ce n'est que par une analyse fine des activités des bureaux statistiques, de la configuration des systèmes statistiques et de l'organisation mondiale du travail statistique qu'il sera possible de vraiment conclure. C'est bien pour cela qu'une comparaison internationale s'impose !

9) Las estadísticas canadienses:

Statistique Canada es unánimemente considerada como el mejor sistema estadístico del mundo, ¿cuáles son los factores que han cimentado esa notable performance ? ¿qué elementos críticos –si los hubiera- destacaría usted como usuario y como especialista?

Je tente d'expliquer cela dans le texte sur « l'histoire de la statistique canadienne dans une perspective internationale et panaméricaine ». N'étant pas un expert, je ne suis pas en mesure de confirmer le jugement émis par les statisticiens étrangers à l'endroit de Statistique Canada. Je sais que, *d'après leurs critères*, le bureau canadien est bien une sorte de modèle. J'essaie plutôt de montrer que son *image* d'excellence est le résultat d'un long travail, d'un investissement de près d'un siècle (en termes d'enquêtes, d'outils, de connaissances, d'innovations méthodologiques), qu'elle n'est pas étrangère non plus aux conditions d'émergence du bureau et à l'élaboration par celui-ci d'un discours progressivement de plus en plus techniciste se traduisant par une *mise à distance du politique*. Elle n'est pas non plus totalement étrangère à l'image même que le Canada peut avoir à l'étranger, celle d'un pays calme, modéré, plutôt pacifique. Mais comme tous les bureaux, Statistique Canada a été l'objet de critiques depuis l'intérieur même du pays. On pourrait même écrire

toute une histoire centrée autour des ratés de la communication statistique. Elle serait sans doute moins sombre que dans d'autres pays.

10) Estadísticas nacionales y globalización :

Desde sus inicios las producciones estadísticas de cada país debieron afrontar la paradoja de describir a las naciones a partir de un lenguaje de vocación universal, proceso que alcanzó su cénit durante la segunda mitad del siglo XIX. En el siglo siguiente se asistió a una progresiva convergencia de los sistemas estadísticos nacionales en base a directivas internacionales, que se afianzó con los procesos de coordinación suprarregional (como Eurostat, Mercosur, etc.), ¿considera usted deseable y factible el viejo sueño decimonónico de una estadística universal o, por el contrario, las tradicionales nacionales y los deseos de autonomía continuarán prevaleciendo ?

La convergence des systèmes statistiques nationaux, à travers la mise en place de structures de coordination comme Eurostat, doit être resituée dans le cadre plus large de ce qu'Alain Desrosières appelle la « commensuration généralisée » dont il dit qu'elle « est un des nouveaux chapitres de l'histoire de l'argument statistique » (« La statistique, outil de gouvernement et outil de preuve », dans Alain Desrosières, *Pour une sociologie historique de la quantification ; l'argument statistique I*, Paris, Presses de l'École des mines, 2008). On retrouve certes des tentatives de convergence tout au long des deux derniers siècles. Elles portaient autant sur le vocabulaire statistique (concepts, définitions, classification) que sur les structures (modèle quetelétien, par exemple). L'étude des Congrès internationaux de statistique le montre bien. Au moment de la Première Guerre mondiale, le discours a même pris des accents fortement pacifistes ; si nous parlons la même langue (statistique), l'entente entre peuples est possible (voir à ce sujet, John Koren, éd., *The History of Statistics : Their Development and Progress in Many Countries*, New York, Macmillan, 1918). Ces moments de grande euphorie ont été moins étudiés. Aujourd'hui, toutefois, le contexte est très différent. Les discours d'hier s'inscrivaient souvent dans le cadre d'États nationaux en cours de structuration ou déjà pleinement établis et triomphants (et parfois en guerre). Aujourd'hui, les États sont souvent travaillés par des tensions à la fois supranationales (et donc le discours sur la nécessaire convergence trouve un appui de taille auprès des autorités supranationales) et infranationales (de nombreuses demandes de données adaptées au « local » proviennent des régions). Il peut y avoir une sorte de coalition d'intérêts entre le supranational et l'infranational. L'exemple européen, sur ce plan, est frappant. Alors, l'harmonisation internationale progresse-t-elle ? Oui, clairement, dans le cas européen. Peut-être, dans le cas nord-américain. D'autant qu'en même temps, les normes privées, comme les normes comptables, tendent aussi à s'imposer au plan international. Mais, d'un autre côté, il y a des particularismes infranationaux qui cherchent aussi à avoir une traduction statistique. Nous sommes vraiment dans un nouveau contexte et c'est pour cela que nous parlons d'un nouveau régime statistique.

11) Historia de la estadística y método comparado:

Sus trabajos actuales (en colaboración con Martine Mespoulet de la Maison des Sciences de l'Homme de Nantes y su ya larga tradición de textos en conjunto con Jean-Guy Prévost en la Université de Québec a Montréal, por citar sólo dos de sus múltiples proyectos) se orientan al estudio de la « Quantification et action publique » y la « Politique de l'objectivité ». En todos ellos, y también en su importante compilación L'Ère du chiffre: Systèmes statistiques et traditions nationales (en coautoría con J.G. Prévost) se destaca de modo notable la vocación de comparar el caso canadiense con países como Francia, Gran Bretaña, Estados Unidos y España. ¿Cuáles son los objetivos y aspectos básicos de esa comparación? ¿Qué valor le otorga al trabajo en equipos de investigación internacionales y amplios ?

Il me semble que dans le monde occidental, à tout le moins (je connais très mal le reste), les histoires statistiques nationales commencent à être bien connues. Le matériau nécessaire à une comparaison est donc là. Et il ne se réduit pas au discours des bureaux nationaux sur eux-mêmes. Ce sont des démographes, des historiens, des économistes, des sociologues, par exemple, qui, utilisant les armes de leur discipline, ont soumis le travail statistique national à la critique. Ce matériau national, on le voit, est aussi traversé par des référents internationaux. Toutes les études sur ce plan convergent. Des Congrès internationaux de statistique aux forums actuels où se côtoient les statisticiens, ce qui est constant c'est l'échange d'expériences, de façons de faire. Du moins, c'est ce que les comptes rendus de ces réunions laissent entendre. La comparaison, en bref, est déjà institutionnalisée. Les traces en sont perceptibles. Mais il y a d'autres raisons à la base des comparaisons : dans un monde où certaines barrières (mais pas toutes) tombent, certaines particularités nationales tendent à s'estomper. D'autres, par contre, tendent à être davantage mises en évidence, parce qu'elles sont maintenant mesurées. C'est en bref tout ce qui touche à la subjectivité des répondants. Il y a donc une légitimité scientifique à la comparaison. Elle peut se faire par blocs économiques : l'Union européenne, l'Alena, le Mercosur ; ou par blocs plus culturels : les pays anglo-saxons, les pays d'Amérique latine. Il y a enfin une dernière raison justifiant le travail comparatif dans le cas de l'histoire de la statistique. Elle tient au relatif isolement dans lequel chaque chercheur se trouve souvent sur son propre territoire national. Il est essentiel d'échanger et cela implique donc des liens avec l'extérieur du pays. De fait, c'est comme cela que les choses se sont faites pour moi. Aller à Paris, rencontrer Éric Brian et Alain Desrosières, c'était l'occasion de soumettre mes hypothèses à la critique de chercheurs connaissant le champ. De fil en aiguille, des liens se sont tissés avec la France, l'Espagne, l'Italie, la Grande-Bretagne, les États-Unis, l'Australie et l'Amérique latine. Des projets de recherche communs, permettant de voir comment les termes de débats comparables (comment gérer la diversité ? comment prendre en compte les demandes locales ? etc.) ont été mis en chiffres dans des contextes nationaux différents, ont presque naturellement émergé.

12) La historia de la estadística y Latinoamérica :

En los últimos años ha viajado de modo sistemático a países de Latinoamérica (Argentina, Brasil, Chile, México) para realizar entrevistas y trabajo de archivo. Además de ampliar el alcance comparativo de sus indagaciones, ¿qué otros intereses lo han llevado a estudiar los sistemas estadísticos de los países de nuestra región ? ¿Cuáles serían los rasgos específicos de las estadísticas latinoamericanas que destacaría en relación con los de los países llamados « centrales », tanto del área anglo-parlante como franco-parlante ?

L'histoire de la statistique a été écrite en grande partie depuis l'Europe et les États-Unis. Les chercheurs des autres pays et régions du monde n'ont sans doute pas joué un rôle aussi important que les Européens et les Américains dans le développement du champ, du moins jusqu'à récemment. Ils sont souvent allés travailler soit à Paris, soit aux États-Unis. Avec le risque qu'ils ramènent chez eux des conceptions de l'État ou du développement statistique qui ne conviennent pas tout à fait à leur cadre national. Je soulignerai ici seulement deux points. D'abord, la vision statocentriste et moniste associée à l'exemple français qui peut focaliser l'attention du chercheur sur la seule statistique publique, et donc l'amener à négliger la pratique privée (celle des médecins, par exemple), et qui peut le conduire aussi à concevoir l'État comme un bloc, et donc sa pratique statistique comme unifiée. Ensuite, la particularité, peu prise en compte outre-atlantique, du fait colonial. Or il y a là quelque chose de commun à tous les pays d'Amérique latine et peut-être même des Amériques. Comme le montre le texte sur « l'histoire de la statistique canadienne dans une perspective internationale et panaméricaine », la période pré-statistique et la période proto-statistique se vivent sensiblement de la même façon du nord au sud du continent américain. Les luttes pour l'indépendance ou l'autonomie se traduisent par des demandes de chiffres, tout comme l'établissement des premières assemblées nationales, par exemple.

13) Recepción de sus trabajos:

Los trabajos de historia de la estadística pueden generar en ocasiones actitudes de desconfianza por parte de los productores oficiales de estadísticas, en parte porque existe cierto temor de que las interpretaciones producidas puedan deslegitimar su tarea o puedan ser recuperadas por los escépticos sobre el valor de la estadística. ¿Ha tenido que enfrentar esa situación en el caso canadiense y, en caso afirmativo, cómo lo ha superado? ¿Que receptividad ha encontrado por parte de los expertos dedicados a la producción estadística, la prensa y la opinión pública en general hacia los debates promovidos por la historia de la estadística?

À partir du moment où l'on fait porter l'analyse sur la construction des outils et des faits statistiques et donc, pour employer un terme qui a un peu vieilli, que l'on déconstruit, on risque fort d'alimenter la suspicion à l'endroit du travail statistique. En même temps, le fait de travailler sur un appareil qui apparaît plus

technique qu'idéologique a conduit plusieurs à voir mon travail comme marqué par le sceau du positivisme. Parler de l'image d'excellence de Statistique Canada n'implique pas nécessairement que l'on conclue à l'excellence de Statistique Canada. Je crois toujours que l'objet sur lequel je travaille depuis plus de vingt ans est un puissant révélateur des sociétés. J'y consacrerai probablement encore quelques années.

Bibliographie¹

- « Émergence, migrations et routinisation du pourcentage dans les sciences du politique (XVII^e-XIX^e siècles) », *Revue de synthèse*, 2009, 4.
- « L'échantillonnage », dans Benoît Gauthier, dir., *Recherche sociale. De la problématique à la collecte des données*, Sillery, Presses de l'Université du Québec, 2009, p. 251-283.
- « La mesure de l'ethnicité au Canada », *The Tocqueville Review/La Revue Tocqueville*, Vol. XXIX, n°1-2008, p. 73-92 (co-auteur : Jean-Guy Prévost).
- « La nouvelle économie statistique », dans Marcel Martel et Martin Pâquet, *Légiférer en matière linguistique*, Québec, Les Presses de l'Université Laval, 2008, p. 193-216 (co-auteur : Jean-Guy Prévost).
- «La dialectique du général et du particulier dans la statistique canadienne», *Scientia Canadensis*, 30, 2, 2007, p. 55-67 (co-auteur: Jean-Guy Prévost).
- « Las estadísticas regionales y provinciales en Canada », dans José Maria Arribas Macho, Marc Barbut y Alejandro Almazan Llorente, Coordinadores, *Estadística, Sociología y Estado*, Madrid, UNED, CAMS-École des Hautes Études en Sciences Sociales, INE, 2007, p. 87-98.
- « Statistics as the Science of Government : The Stillborn 'British Empire Statistical Bureau, 1918-20' », *The Journal of Imperial and Commonwealth History*, Volume 33, Number 3 / September 2005 , pp. 369 - 391 (co-auteur : Jean-Guy Prévost).
- « A Study in Failure : The 1920 British Empire Statistical Conference », In Darian-Smith, Kate et al. (Eds.), *Exploring the British World : Identity – Cultural Production – Institutions*, Melbourne, Victoria, RMIT Publishing, 2004, p. 869-889 (co-auteur : Jean-Guy Prévost).
- « Statistical Inquiry and the Management of Linguistic Plurality in Canada, Belgium and Switzerland », *Journal of Canadian Studies*, Volume 36, Number 4, 2001-2002 Winter, p. 88-117 (co-auteur : Jean-Guy Prévost).

¹ Seleccionada pelo entrevistado, a pedido do entrevistador. (Nota dos organizadores).

L'Ère du chiffre: Systèmes statistiques et traditions nationales/The Age of Numbers: Statistical Systems and National Traditions, Sillery, Presses de l'Université du Québec, 2000, 500 pages (co-directeur: Jean-Guy Prévost).

«The Politics of Measurable Precision: The Emergence of Sampling Methods in Canadian Official Statistics», *Canadian Historical Review*, 79, 4, December 1998, p. 691-725 (co-auteur: Jean-Guy Prévost).

«Back to Quételet», *Recherches sociologiques*, vol. XXIX, no 2, 1998, p. 83-100 (co-auteur: Jean-Guy Prévost).

«La forme est le fond: la structuration des appareils statistiques nationaux, 1800-1945», *Revue de synthèse*, tome 118, no 4, octobre-décembre 1997, p. 419-456 (co-auteur: Jean-Guy Prévost).

«Immigration, Eugenics and Statistics: Measuring Racial Origins in Canada (1921-1941)», *Canadian Ethnic Studies*, vol. 28, no 2, 1996, p. 1-24 (co-auteur: Jean-Guy Prévost).

«La structuration de l'appareil statistique canadien, 1912-21» (en collaboration avec Jean-Guy Prévost), *The Canadian Historical Review*, volume LXXIV, n° 3, septembre 1993, p. 395-413.

«La classification canadienne des occupations pendant l'entre-deux guerres: réflexion sur un cas d'indépendance statistique» (en collaboration avec Jean-Guy Prévost), *Revue canadienne de science politique*, 25(3), septembre 1992, p. 489-512.



Abstracts

STATISTICS IN THE AMERICAS For an agenda of compared historical studies

Part I: HISTORIOGRAPHICAL APPROACHES

History of Canadian statistics from an international and pan-American perspective

Jean-Pierre Beaud and Jean-Guy Prévost.

This text analyses a little more than two centuries of statistical practice in Canada, giving it an international dimension and highlighting possible parallels with other statistical experiences in the Americas. The article is based on the concept of “statistical” regime, understood as a complex concept formed, in a certain time, by structures, norms, and statistical practices. This has led to the distinction of several regimes: the first, qualified as pre- and proto-statistics, characterizes the period before the first half of the 19th century; the second, marked by the phenomenon of statistical nationalization, covers the period from the middle of the 19th century to the beginning of the 20th century; the third, organized around the idea of statistical macro-management, marks the heart of the 20th century; the last one emerged from the 1980's in the context of neo-liberal globalization.



History of statistics at universities and national statistics offices. The Argentine case.

Hernán Otero

The text proposes a periodization of Argentine statistical historiography guided by two basic criteria: on the one hand, the distinction between productions from universities and those from official statistics agencies, environments that present their own dynamics, but also similarities. On the other hand, the long-term parallels between usages and ways of recounting history by statistics and by historical knowledge in general, comparing – when appropriate – the evolutions of the Argentine case and the historiographical changes of European countries. In the first part of the work three key historiography moments are presented, besides hypothesis about why the history of statistics was forgotten during a long time. This analysis concludes, in the second part, with an agenda comprising the areas in need of further studies.

Statistical elite and the Argentine state (1869-1947).

Hernán González Bollo

This paper investigates the formation, consolidation and expansion of the statistical elite in the Argentine state, in a mid-term and long-term perspective; taking into account both internal relations within the state and the social interest outside it. First, it aims to explain the numerical contributions to the knowledge about social facts and the increasing key role of state management. Second, it attempts to show the connections between statistical research and a broad set of social demands. Third, it presents landmarks and transformations of local specialized bureaus in five different periods of time (1869-90; 1890-1916; 1916-30; 1930-43; 1944-47).

Argentine statistics as an object of study. Exercise of formalization of a historical-research experience.

Claudia Daniel

The purpose of this paper is to present a specific investigation issue – defined by the question about how Argentine society was represented, through official numbers, during the state consolidation period – and to share the ideas that the development of this experience generated. In this context, it introduces the importance of a comparative approach to the subject, proposing bases for the potential articulation among researchers that deal with statistics as an object of study in different areas of the region. Finally, it indicates some worthy paths to take in this field of historical investigation, recently explored in Argentina.

Statistical information as a way of knowledge and a source of power, the theoretical conception of “Projeto História: 1822-2002” at IBGE

Nelson de Castro Senra

The text contains the theoretical framework used to conceive the collection “História das Estatísticas Brasileiras: 1822-2002”. Statistics are already considered information (not mere data) on the release date, and are seen as a way of knowledge (starting from Bruno Latour) and as a source of power (starting from Michel Foucault).

Historiography of a multi-faceted object

Alexandre de Paiva Rio Camargo

This article aims to discuss the presence of statistics in post-war historiography, on a panoramic way. The research is based on the slow process of statistical construction as an object of study. In a movement of growing discussion about the scientific statute of quantitative researches, years 1970 and 1980 watch the statistics-related epistemological turn analyzed here. The first moment is marked by a critical radicalism about the cognitive possibilities of statistics, accused of ignoring social experiences and the dynamics of representation. The second, in contrast, keeps its singular importance, with statistical procedures for objectification of reality and the normative/prescriptive force of its official character taking intense interest. The article also intends to emphasize two major research fronts improved by the analytical incorporation of statistics: the construction of national States with their public administration (in the socio-political orientation of history) and collective representations as a field of social disputes (in the socio-cultural orientation of history). In both cases, specificities that guide American countries are valued, allowing some comparisons.

Part II: SOCIO-HISTORICAL NARRATIVES: STATE AND INSTITUTIONS

Official statistics in Buenos Aires newspapers (Argentina, 1890-1930)

Claudia Daniel e Hernán González Bollo

This paper analyses the reception process of census and statistical data in Buenos Aires newspapers from 1890 to 1930. Different articles, reviews on official reports and editorials published at that time in the local press point up administrative modernization and methodological innovations. The main goal of this paper is to show

changes in the public knowledge of statistical objectivity, specially the recognition and distrust of bureaucratic agencies, officials and measurement in local statistics, distinguishing two different historical stages (1890-1916 and 1916-30).

Brazilian statistics: importance to social studies and historical demography. (5p).

Alexandre de Paiva Rio Camargo

This article briefly reports a session of the international seminar that originated this book, with cooperation of three researchers. Political scientist *Wanderley Guilherme dos Santos* wove a narrative about his participation in "*Estatísticas do século XX*", published by IBGE, besides analyzing the role played by primary information as the basis for social science. Historian *Tarcísio Rodrigues Botelho* presented a view on the progressions and regressions of historical demography in Brazil, giving special attention to the access to sources. Demographer *Luiz Antonio Pinto de Oliveira* bore witness to project "*História das Estatísticas Brasileiras (1822-2002)*", promoted by IBGE, enhancing the benefits that may be conferred by this kind of initiative in a national statistics office.

Summary of "História das estatísticas brasileiras: 1822-2002" prepared at IBGE, with suggestions for researches.

Nelson de Castro Senra

The text offers a summary of the main revelations of the four periods into which "*História das Estatísticas Brasileiras: 1822-2002*" was organized, at IBGE, with some suggestions for researches. Moreover, it deals with other lines of historical research performed at IBGE.

Racial classifications and formation of the statistics field in Brazil (1872-1940)

Alexandre de Paiva Rio Camargo

The article examines the meanings of racial classification in the first Brazilian censuses, exploring reasons for both its inclusion (in 1872, 1890 and 1940) and its omission (in 1920). The relation between statistical activity institutionalization and the growing importance of the racial question in speeches about national identity is understood as specific of the Brazilian statistical system. The text also discusses the role played by race and technical demands in the position taking of statisticians, in three different periods: the Empire (1822-1889), the Early Republic (1889-1930) and the Vargas' Era (1930-1945). The sources are varied: reports by census commissions,

newspaper articles and introductory works to censuses, such as *O povo brasileiro e sua evolução*, by Oliveira Vianna (in 1920), and *A cultura brasileira*, by Fernando de Azevedo (in 1940). The article considers the creation of IBGE and the conduction of the 1940 Census a turning point in organizing the field, for having increased the structural conflict between the priority political function so far reserved for statistics and the recognition of technical competence of its producers. It approaches the progressive liberation of statistical ideology in the face of mechanisms of political propaganda about color.

Brazilian national censuses: from statistics to demography.

Tarcísio Rodrigues Botelho

Although Brazil had been acquainted with population surveys since the 18th century, only in the middle the 19th century imperial bureaucracy became concerned about taking demographic censuses within contemporary parameters. After a frustrated attempt in 1852, there was finally the first national Brazilian census in 1872, and then those of 1890, 1900 and 1920. Only after 1940, under coordination of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), created in 1937, censuses began having a ten-year frequency. This work presents a view of those demographic censuses up to 1960, trying to highlight characteristics of information collection, especially in 1872, 1920 and 1940. The argument is that demographic censuses before 1940 were just a little more sophisticated versions of old population surveys, being more interested in providing data on the power of the national State. Just with the consolidation of demography as an academic subject, innovations were introduced that brought to Brazilian censuses instruments not only to measure the nation (and the State), but also to answer questions placed by population studies. In Brazil, this happened from the 1940 Census, and was reinforced in the following censuses.

Part III: SOCIO-HISTORICAL NARRATIVES: SCIENCE AND TECHNIQUE

Censuses in the 18th century. The case of the 1790 census of New Spain: discussions on statistical inference

Leticia Mayer

Censuses can be considered policy alternatives as well as a way to obtain knowledge at two levels: the scientific information of statistics and the understanding of the population reality in a given space. This dual meaning allows us to observe a universe of discernment and expressions of both the political and the academic world

of the late 18th century. The geographic location was Mexico City, capital of New Spain, however we can assume that controversy was taking place in much of the Western world. In New Spain, the 1790 census caused an interesting dispute between the Viceroy, second Count of Revillagigedo, and Father José Antonio de Alzate y Ramírez. The debate, which includes more than two years of letters, shows the importance of a knowledge that lies between the scientific pursuit and the state needs, as well the inferential processes intended to analyze Mexico City population.

Life and its value in discussion: medical reports and probability calculations among Mexican doctors in the 19th century.

Laura Cházaro

How did the modern idea of paying for life risks emerge? Among Mexican doctors, distinct notions of probability, risk and life were under discussion from the end of the 19th century to the beginning of the 20th. Doctors of that time accepted their practice implied probabilities, judgments that although professional could be mistaken. Trying to strengthen those weaknesses of medical knowledge, public health doctors chose to systematize medical statistics, but without using probability calculations, generally identified with gambling. Soon they joined security companies, with access to mortality tables and probability calculations. This article explores how probabilities lived along with clinic and hygiene premises, conciliating two notions of life and risk: the susceptible to contingencies that cannot be calculated, and that with interchange value whose figure may be calculated in a fair manner, by means of forecast and control. When doctors joined the security world, they did not abandon their probable clinic judgments; they made the principles of probability calculations a precise act, identified with a behavior of prevention, economy and family care.

Part IV: HOW TO MOVE AHEAD?

Sociology, theoretical summaries and the establishment of a research agenda for public statistics in Brazil.

Renato Sérgio de Lima

This article provides a reflection on the need of an institutionalized agenda and a research program for the production and use of public statistics in Brazil and other Latin American countries, taking a comparative and historical perspective as reference. The text consists of a brief contextualization on how the sociology – subject on which I construct my scientific views – takes a historical perspective and in which ways this movement has a relation with the development process of the discipline.

The future of historical research at IBGE (and in Brazil).

Nelson de Castro Senra

The text analyses the historical research conducted at IBGE and looks into near future. It defends that, although this statistical institution may, and should, have its own agenda of historical research, everything must be done to conquer involvement of the academic community. To that end, it presents proposals.

Brazilian statistics and historical demography

Tarcísio Rodrigues Botelho

Historical demography brought some quite innovating contributions to approach the past, but it is still little developed among Brazilian historians. The presence of historical demography in historians' everyday life is modest compared to what it has accomplished and may accomplish for historical knowledge. The text presents a view on the subject, as well as on the perspectives of this specific knowledge field within Brazilian historiographic production, connecting it with the production of administrative records and statistics that serve as source to its studies. First, it deals with the development of demography itself and the emerging of historic demography in general. Next, it points its possibilities of study in Brazil, both according to the subject path in Brazilian historiography and in respect to available data sources. In this case, it presents some research projects that are dedicated to the theme and may cause this field of knowledge to progress.

Reflections about studies on the history of probabilities and statistics in Mexico

Leticia Mayer

The following work contains a series of reflections about the main problems faced in Mexico to develop the history of probabilities and statistics. Those problems comprise the interest and the reason for investigations, the institutional context, contributions to the field of study and research lines.

Ending points that are starting points. Historical study of statistics in Latin America and the projection of a comparative horizon.

Claudia Daniel

As a key reflection on the interchange produced in the international seminar "Latin American statistics on a historical perspective", this work proposes a series of investigation approaches and guidelines to project, in this field of knowledge, the

ordinary horizon of history and a compared sociology of public statistics at regional level.

Part V: INTELLECTUAL TRAJECTORIES

Interviews with *Hernán Otero* (conducted by *Nelson de Castro Senra* and *Alexandre de Paiva Rio Camargo*) and with *Jean-Pierre Beaud* (conducted by *Hernán Otero*) reveal their trajectories as social scientists, concerned with historical studies. In the end, each interviewed person shows the experts a selection of books and texts authored by them.



Sobre os autores

Os perfis abaixo foram feitos pelos próprios autores.

Jean-Pierre BEAUD

Ph. D. en science politique (Université Laval), Professeur au Département de Science Politique et Vice-doyen à la recherche de la Faculté de Science Politique et de Droit de l'Université du Québec à Montréal, membre du Groupe de recherche sur les pratiques et politiques statistiques (<http://www.er.uqam.ca/nobel/grepps/>) et du Centre interuniversitaire de recherche sur la science et la technologie (<http://www.cirst.uqam.ca>).

Hernán González BOLLO

Doctor en Historia argentina y contemporánea (Universidad Torcuato Di Tella). Investigador del CONICET, Instituto de Estudio Histórico y Sociales, Tandil.

Tarcisio Rodrigues BOTELHO

Doutor em História Social pela USP. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e do Departamento de História da PUCMinas, Pesquisador Nivel 2 do CNPq. Bolsista do Programa Pesquisador Mineiro da FAPEMIG.



Alexandre de Paiva Rio CAMARGO

Doutorando em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Mestre e Bacharel em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Membro do núcleo de pesquisa sobre filosofia das ciências sociais (Sociofilo / IUPERJ). Pesquisador do Projeto História das Estatísticas Brasileiras (IBGE).

Laura CHÁZARO

Doctora en Filosofía y profesora-investigadora del Departamento de Investigaciones Educativas, Centro de Investigación y Estudios Avanzados, Instituto Politécnico Nacional, México.

Claudia DANIEL

Socióloga y máster en Investigación en Ciencias Sociales, por la Universidad de Buenos Aires. Becaria del CONICET. Desarrolla su trabajo de investigación en el Instituto de Desarrollo Económico y Social (IDES), Buenos Aires, Argentina.

Renato Sérgio de LIMA

Doutor em Sociologia pela USP. Secretário Geral do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Analista de Projetos da Fundação Seade (licenciado).

Letícia MAYER

Doctora en Historia por El Colegio de México. Adscripción: Instituto de Investigaciones en Matemáticas Aplicadas y Sistemas (IIMAS). Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Ciudad de México

Hernán OTERO

Licenciado en Historia y Doctor en Demografía y Ciencias Sociales (École des Hautes Études en Sciences Sociales, EHESS, París). Profesor Titular de "Sociología de la Población" y del Doctorado Interuniversitario en Historia de la Facultad de Ciencias Humanas de la Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires (UNICEN), Tandil. Investigador Asociado del Centre

d'Études Nord-américaines (EHESS) e Investigador del CONICET en el Instituto de Estudios Históricos y Sociales (IEHS) de la UNICEN.

Jean-Guy PRÉVOST

Ph. D en science politique (UQAM), Professeur au Département de Science Politique et Directeur du Département de Science Politique de l'Université du Québec à Montréal, membre du Groupe de recherche sur les pratiques et politiques statistiques (<http://www.er.uqam.ca/nobel/grepps/>) et du Centre interuniversitaire de recherche sur la science et la technologie (<http://www.cirst.uqam.ca>).

Nelson de Castro SENRA

Doutor em Ciência da Informação (Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ / Escola de Comunicação, através do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT / CNPq). Mestre em Economia (Fundação Getúlio Vargas - FGV / Escola de Pós-graduação em Economia). Economista (Universidade Candido Mendes - UCAM). Professor de "*Sociologia das Estatísticas*" no "Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais" da Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE / IBGE. Pesquisador Titular no Centro de Documentação e Disseminação de Informações – CDDI / IBGE, onde dirige o "Projeto História das Estatísticas Brasileiras".

Equipe técnica

Projeto Editorial

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Coordenação de Produção

Marise Maria Ferreira

Gerência de Editoração

Estruturação textual

Katia Vaz Cavalcanti

Marisa Sigolo

Diagramação textual

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Programação visual da publicação

Luiz Carlos Chagas Teixeira

Produção de multimídia

Márcia do Rosário Brauns

Marisa Sigolo

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Roberto Cavararo

Tratamento de arquivos

Evilmerodac Domingos da Silva

Gerência de Documentação

Normalização bibliográfica

Ana Raquel Gomes da Silva
Bruno Klein
Carlos Roberto de Alcantara Corrêa (estagiário)
Catia Vasconcellos Marques
Solange de Oliveira Santos

Gerência de Serviços Online

Tradução

Aline Milani Romeiro Pereira
Leila Norberto Martins Dias

Gerência de Gráfica

Impressão e acabamento

Maria Alice da Silva Neves Nabuco

Gráfica Digital

Impressão

Ednalva Maia do Monte